

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

- **História**

VOLUME

1



PRÉ-VESTIBULAR
SEMIEXTENSIVO

**MATERIAL DO
PROFESSOR**

• **História**

VOLUME

1

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

DOM BOSCO - SISTEMA DE ENSINO
PRÉ-VESTIBULAR SEMIEXTENSIVO 1
Linguagens, códigos e suas tecnologias.
© 2019 – Pearson Education do Brasil Ltda.

Vice-presidência de Educação	Juliano Melo Costa
Gerência editorial nacional	Alexandre Mattioli
Gerência de produto	Silvana Afonso
Autoria	Erika Michela Carlos
Coordenação editorial	Luiz Molina Luz
Edição de conteúdo	Cesar da Costa Jr.
Assistência de edição	Ana Duarte, Raíssa Cardoso, Ana Carolina de Almeida Paulino
Leitura crítica	Curso São Carlos Ltda, Murilo Resende, Rafael Falasco
Preparação	Adriana Bairrada, Ana Cortazzo, Luiz Gustavo M. Bazana, Cássio Dias Pelin, Cristiane Mansor, Denise Santos
Revisão	Janaína Taís da Silva, Sandra Cortés, Luiz Gustavo M. Bazana Jacinara Albuquerque de Paula, Luiz Gustavo Micheletti Bazana
Gerência de Design	Cleber Figueira Carvalho
Coordenação de Design	Diogo Mecabo
Edição de arte	Débora Lima
Coordenação de pesquisa e licenciamento	Maiti Salla
Pesquisa e licenciamento	Cristiane Gameiro, Heraldo Colon, Andrea Bolanho, Sandra Sebastião, Shirlei Sebastião
Ilustrações	Carla Viana
Projeto Gráfico	Apis design integrado
Diagramação	Editorial 5
Capa	Apis design integrado
Imagem de capa	mvp64/istock
Produtor multimídia	Cristian Neil Zaramella
PCP	George Baldim, Paulo Campos

Todos os direitos desta publicação reservados à
Pearson Education do Brasil Ltda.

Av. Santa Marina. 1193 - Água Branca
São Paulo, SP – CEP 05036-001
Tel. (11) 4210-4450

www.pearson.com.br

APRESENTAÇÃO

Um bom material didático voltado ao vestibular deve ser maior que um grupo de conteúdos a ser memorizado pelos alunos. A sociedade atual exige que nossos jovens, além de dominar conteúdos aprendidos ao longo da Educação Básica, conheçam a diversidade de contextos sociais, tecnológicos, ambientais e políticos. Desenvolver as habilidades a fim de obterem autonomia e entenderem criticamente a realidade e os acontecimentos que os cercam são critérios básicos para se ter sucesso no Ensino Superior.

O Enem e os principais vestibulares do país esperam que o aluno, ao final do Ensino Médio, seja capaz de dominar linguagens e seus códigos; construir argumentações consistentes; selecionar, organizar e interpretar dados para enfrentar situações-problema em diferentes áreas do conhecimento; e compreender fenômenos naturais, processos histórico-geográficos e de produção tecnológica.

O Pré-Vestibular do Sistema de Ensino Dom Bosco sempre se destacou no mercado editorial brasileiro como um material didático completo dentro de seu segmento educacional. A nova edição traz novidades, a fim de atender às sugestões apresentadas pelas escolas parceiras que participaram do Construindo Juntos – que é o programa realizado pela área de Educação da Pearson Brasil, para promover a troca de experiências, o compartilhamento de conhecimento e a participação dos parceiros no desenvolvimento dos materiais didáticos de suas marcas.

Assim, o Pré-Vestibular Semiextensivo Dom Bosco by Pearson foi elaborado por uma equipe de excelência, respaldada na qualidade acadêmica dos conhecimentos e na prática de sala de aula, abrangendo as quatro áreas de conhecimento com projeto editorial exclusivo e adequado às recentes mudanças educacionais do país.

O novo material envolve temáticas diversas, por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento, com propostas curriculares que contemplem as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador; e a sustentabilidade socioambiental como meta universal.

A coleção contempla todos os conteúdos exigidos no Enem e nos vestibulares de todo o país, organizados e estruturados em módulos, com desenvolvimento teórico associado a exemplos e exercícios resolvidos que facilitam a aprendizagem. Soma-se a isso, uma seleção refinada de questões selecionadas, quadro de respostas e roteiro de aula integrado a cada módulo.

SUMÁRIO



5

HISTÓRIA 1



197

HISTÓRIA 2

MATERIAL DE LICENÇA EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENGINHO DOM BOSCO



MATERIAL DE APOIO
SISTEMA DE ENSINO EM BAMBOSCO

HISTÓRIA 1

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

1

HISTORIOGRAFIA E PRÉ-HISTÓRIA

LINHAS DE INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA: CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

- Linhas de interpretação da História: campo das ciências humanas
- Perspectiva materialista: marxismo
- Perspectiva culturalista
- O que chamamos de Pré-História?
- Hominização e humanização
- A vida humana antes do aparecimento da escrita

HABILIDADES

- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

As crônicas históricas – relatos a respeito do passado no Ocidente – têm sua origem na Antiguidade greco-romana. Gregos e romanos se preocuparam em contar a história dos feitos humanos, normalmente ações políticas e campanhas militares, que revelavam a valorização do ser humano, sua capacidade de intervenção no mundo e a preservação da memória dos antepassados como uma forma de explicação da situação na qual se encontravam.

História era nexa, razão do movimento do mundo, possibilidade de identificação no tempo e no espaço. Contudo, embora houvesse um esforço explicativo, não se pode considerar tais relatos como pertencentes ao universo daquilo que se convencionou chamar ciências humanas.

É importante ressaltar que existem diferenças fundamentais entre os métodos empregados no estudo da História no passado greco-romano e os utilizados no mundo contemporâneo. Atualmente, somos herdeiros de uma cultura racionalista que se empenhou, desde o século XIX, em estabelecer leis que pudessem dar inteligibilidade ao movimento da história, conferindo-lhe um sentido. Em outras palavras, a História tem a própria história.

Assim, é possível falar em uma filosofia da História, em homens que desenvolveram teorias, as quais procuravam estabelecer o motor do movimento histórico. Dessa forma, deve-se situar a historiografia contemporânea no universo das ciências sociais constituídas no século XIX.

Exponentes desse discurso científico a respeito das sociedades humanas estabeleceram as linhas gerais que, em certo sentido, até hoje determinam discussões no campo das ciências humanas. Entre eles, encontram-se Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Os paradigmas da ciência histórica vêm dos debates em torno de ideias sociológicas. Essa constatação é importante, uma vez que a escrita da história necessita de um arranjo que lhe confira certo grau de autenticidade ou possa tornar o relato histórico verificável. Entende-se, dessa forma, que sem uma teoria da história não há a possibilidade de existir relato que possa ser considerado científico.

A exigência nas ciências humanas e, mais precisamente, no conhecimento da História, é a possibilidade de interpretação dos acontecimentos do passado com rigor científico.

A História não é o passado, mas a representação que se faz dele.

Platão foi um dos principais filósofos gregos que moldaram o pensamento ocidental. Uma das contribuições desse pensador foi a diferenciação do mundo real e ideal. Para ele, o mundo sensível, ou seja, com o qual temos contato por meio de nossos sentidos, é apenas uma cópia do mundo ideal. Aristóteles, outro filósofo grego, seguiu o caminho contrário, dizendo que as ideias faziam parte da própria realidade sensível. Em outras palavras, Platão e Aristóteles representam a oposição entre o material e o ideal.

Esse debate se estendeu ao longo dos séculos e, mais recentemente, foi retomado pelos alemães Hegel e Marx. O primeiro seguia a linha idealista e, o segundo, a perspectiva materialista. Nesse sentido, pode-se assinalar duas vertentes importantes que embasaram os trabalhos dos historiadores modernos: uma linha que defende o materialismo e outra associada às questões das ideias, dos valores compartilhados socialmente.

PERSPECTIVA MATERIALISTA: MARXISMO

Karl Marx é, sem dúvida, um dos mais importantes pensadores da história do conhecimento. Dado o impacto prático de suas teorias, ele tem, ao mesmo tempo, muitos críticos e defensores. Na maioria das vezes, nem um grupo nem outro leu, de fato, sua obra. Concordando ou não com suas conclusões, é necessário respeitar sua contribuição para o pensamento ocidental, pois sua influência e o impacto de suas ideias são inegáveis.

O chamado materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, propõe o conhecimento da história das sociedades humanas no quadro da luta pela sobrevivência, no qual ocorre a divisão social do trabalho, a estruturação de classes sociais e a organização de aparelhos institucionais que visam legitimar mecanismos de exploração inerentes às sociedades humanas. Assim, a história da humanidade seria a história da luta de classes: senhor *versus* escravo, nobres *versus* servos, proprietários *versus* proletários.

A base do desenvolvimento da História residiria em uma dinâmica em que os detentores dos meios de produção (grupos dominantes) explorariam aqueles que apenas possuíam a força de trabalho, os quais venderiam seu trabalho para garantir a sobrevivência, mas nunca receberiam o que foi produzido de riqueza, conferindo, dessa forma, mais poder a um grupo opressor: a elite proprietária.

Essa relação, para Marx e Engels, deu-se primordialmente pela dominação da terra e, depois, pelo capital, que nada mais é do que o trabalho acumulado.

Essa vertente do pensamento sociológico representa parte significativa da historiografia produzida e estrutura-se naquilo que Marx denominou **modos de produção**. Em linhas gerais, tem-se o desenrolar da História de acordo com esta perspectiva:

- **Modo de produção asiático:** utilizado em civilizações hidráulicas em que predominava uma espécie de servidão ao Estado, o qual possuía um poder transcendente (teocrático) e associado ao controle das terras.
- **Modo de produção escravista:** característico da civilização greco-romana, em que há a instituição do trabalho escravo; do controle particular de terras; de formas de atuação governamental, em que não há necessariamente vinculação religiosa (teocrática); e do comércio como marca dinâmica dessas sociedades.
- **Modo de produção feudal:** iniciou-se com as invasões bárbaras no Império Romano. Caracteriza-se pela descentralização política (expressa no poder dos senhores de terra); pelo trabalho servil; pela rigidez na organização social, justificada de maneira sobrenatural (vontade divina); e pela atividade de subsistência, em que o comércio era reduzido.

- **Modo de produção capitalista:** caracterizado pela acumulação de riquezas (capitais), pela propriedade privada dos meios de produção e pela exploração global de mercados de consumo e de recursos naturais em uma tentativa de otimizar ganhos.
- **Modo de produção socialista:** experiência desenvolvida inicialmente na Rússia, com a Revolução Bolchevique (1917), que Marx não chegou a assistir, mas foi seu proponente. Caracterizado pelo controle estatal dos meios de produção, pela economia planificada e pela existência de um único partido, o Partido Comunista. Tal experiência ficou conhecida por **socialismo real** e durou até a década de 1980.

PERSPECTIVA CULTURALISTA

Tal interpretação da História sofreu influências diversas ao longo do tempo, pois incorporou elementos da psicologia, da antropologia cultural, da sociologia weberiana e da linguística, entre outras áreas do conhecimento.

Sem desconsiderar aspectos materiais da existência humana, a perspectiva culturalista busca discorrer sobre formas de pensamento, estruturas mentais e organização dos discursos, os quais são elementos que sustentam as interações humanas em sociedade. Essa busca corresponderia a uma história das mentalidades.

Nesse sentido, a inteligibilidade da História não residiria na questão restrita da sobrevivência, mas atingiria o universo das sensações humanas elaboradas em termos culturais.

Exemplos dessa linha de interpretação podem ser encontrados nos estudos sobre gêneros, como é o caso da história das mulheres. Muitos historiadores analisam os papéis sociais dominantes que envolvem a relação entre homem e mulher e que estabelecem normas de conduta, definindo a própria condição feminina ao longo do tempo.

Outro aspecto abordado por essa perspectiva histórica consiste na discussão sobre a ideia de racionalidade e suas implicações em certos ordenamentos políticos e de controle social, que contribuíram para a justificação de perseguições políticas e exclusão de grupos sociais ou de diferentes etnias. Regimes totalitários, genocídios, construção de manicômios e desenvolvimento de discursos tecnocráticos são alguns exemplos dessa discussão ao longo da História.

Esse tipo de abordagem histórica trabalha com acontecimentos de longa duração, pois, se mudanças na política e na economia possuem um ritmo mais rápido, as de mentalidade são mais demoradas, porém podem interferir de forma significativa nos comportamentos políticos e econômicos. Sendo assim, o motor da História não se encontraria nas condições materiais, mas naquilo pensado sobre as condições materiais de existência, invertendo, aí, a perspectiva marxista da História.

Como nos apresenta o historiador Fernand Braudel, um dos fundadores dessa perspectiva, que elaborou a noção da longa duração na história.

A noção de longa duração nos remete à história estrutural, que dialoga com a antropologia, a linguística, a psicologia e algumas vertentes do pensamento sociológico. Essa forma de colocação, na perspectiva culturalista, não representa uma impossibilidade de mudança dessas estruturas mentais, mas um entendimento de sua força de inércia, haja vista que muitas mudanças que ocorrem na História podem ser consideradas uma renovação do passado e da tradição, pois não alteram seus fundamentos. Essa é outra chave para a compreensão do movimento da História: mudar para não mudar.

O QUE CHAMAMOS DE PRÉ-HISTÓRIA?

A periodização da História é, como se sabe, uma construção. Suas divisões foram construídas com critério e método, é claro, mas não deixam de trazer certa subjetividade.

O que chamamos de “Pré-História” é todo o período anterior à invenção da escrita, fato escolhido como marco inicial da chamada “História”. Essa nomenclatura é muito criticada. Primeiro porque sabemos ter havido história antes da escrita. Havia disputas entre grupos, batalhas, culturas, pensamento religioso, pinturas rupestres, construção de monumentos e diversas invenções e avanços tecnológicos que moldaram a história humana foram criados nesse período.

A escrita, utilizada como marco, foi criada de forma independente em lugares e tempos diversos. E até povos que não a inventaram na sua forma mais complexa, como os maias ou os incas, construíram grandes e importantes civilizações.

Seja como for, este é o marco da periodização da história. Agora, vamos estudar como a espécie humana se formou até que começasse o primeiro período conhecido por nós: a Idade da Pedra. Esta é dividida em Paleolítico, Mesolítico e Neolítico. Depois, conheceremos o período após o advento do trabalho com metais: a Idade do Metal.

HOMINIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO

A abordagem da história das sociedades humanas requer uma discussão prévia sobre um processo de hominização e outro de humanização daquilo que se conhece por ser humano.

PROCESSO DE HOMINIZAÇÃO

Decorre de transformações genéticas que permitiram o surgimento do *Homo sapiens*, espécie de hominídeo da qual somos representantes. Foi um pro-

cesso lento, que durou milhares de anos (20 milhões, aproximadamente), em que modificações foram realizadas entre grupos hominídeos. Algumas favoreceram a continuidade de suas vidas; outras os colocaram em um beco sem saída evolutivo-adaptativo, levando-os à extinção. Estudiosos concordam que esse processo teve como lugar privilegiado o continente africano, pois fósseis mais antigos que possibilitaram um conhecimento maior dessas variações foram encontrados nele.

Pode-se assinalar esse processo da seguinte forma: o fóssil mais antigo de um hominídeo foi encontrado no deserto da Etiópia, em 1974. São vestígios ósseos de uma fêmea de *Australopithecus afarensis*, apelidada de Lucy. Ao longo do tempo, foram descobertas várias outras espécies, como *Homo habilis* (há 1,8 milhão de anos), *Homo neanderthalensis* (há 300 mil anos) e, claro, *Homo sapiens* (há 195 mil anos).

Em razão das dificuldades climáticas e da busca de novas áreas para exploração por uma população que crescia, entre outros aspectos, o *Homo sapiens* africano chegou, por volta de 45 mil anos atrás, à Europa e à Ásia. Muitas das transformações fenotípicas encontradas, envolvendo povos europeus, africanos, asiáticos e americanos são relativamente recentes, remontando há 20 ou 15 mil anos, entre elas a pigmentação da pele.

Quando os seres humanos saíram da África, a pigmentação escura da pele era importante, pois ajudava o corpo a se proteger da radiação solar. A redução da quantidade de melanina, a qual define a tez branca, só aconteceu em grupos que viviam na Europa entre 6 mil e 12 mil anos atrás.

Essa alteração de melanina correspondeu a uma vantagem na síntese de vitamina D. Assim, pode-se afirmar a existência de mudanças adaptativas, as quais conferiram uma adequação do ser humano a determinado meio ambiente. Várias gerações num mesmo espaço foram consolidando diferenças entre os grupos – sem, contudo, alterar significativamente o padrão genético que define aquilo que denominamos ser humano.

Tais diferenças de superfície foram utilizadas em discursos racistas, os quais pretendiam legitimar a dominação e a espoliação de grupos humanos diferentes. Talvez as diferenças estejam mais no âmbito cultural, na visão de mundo e na organização das sociedades humanas do que em qualquer modificação genética que tenha produzido seres fenotipicamente distintos. Por isso, o próprio discurso científico, que antes considerava a existência de raças, alterou seu paradigma do século XIX e, atualmente, reporta ao conceito de etnia, encampando a ideia de cultura de valores compartilhados por comunidades humanas.

PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO

Com o processo de hominização, desenvolveu-se o de humanização. Basicamente, o segundo corresponde

ao traço criador do hominídeo, ao aspecto *faber* (fabricante), ou seja, reporta à cultura. Isso significa que, além de desenvolver aspectos biológicos (físicos), os hominídeos desenvolveram elementos de cultura necessários à sua sobrevivência, como elaboração de artifícios, os quais permitiram a transformação do meio em que viviam para atender às suas necessidades. Isso marca uma diferença essencial entre o ser humano e outros animais, pois não só a natureza teria atuado na transformação do seu corpo como o próprio corpo modificado atuou na transformação da natureza.

Em outras palavras, pode-se dizer que mudanças genéticas ao longo do processo de hominização favoreceram a presença humana em várias partes do globo, pois fizeram com que o ser humano não se tornasse um animal de um nicho, mas, de forma mais ampla, de nichos variados. Nesse sentido, haveria aí uma questão notadamente ecológica, pois as habilidades conferidas pela genética permitiram-lhe alterar o próprio ambiente para que pudesse sobreviver.

Esse fator, que atuou em escala incomparável em relação a outros seres vivos, tornou o ser humano essencialmente um produtor, um fabricante que buscava sujeitar a natureza. Isso lhe dá seu traço fundamental de *Homo faber* ou produtor. A discussão de problemas ambientais e ecológicos do mundo globalizado passa necessariamente pelo entendimento dessa condição essencialmente humana.

Os primeiros vestígios da atuação humana como fabricante são da chamada Pré-História. Vale ressaltar que a história oral também tem contribuído para a fixação escrita de narrativas históricas desses indivíduos que não desenvolveram a escrita.

Contudo, em um primórdio no qual grupo nenhum havia desenvolvido um sistema de escrita, pode-se considerar as chamadas Idades da Pedra como expressões desse caráter fabricante inerente ao ser humano. Assim, na Pré-História teria havido uma Idade da Pedra, que pode ser dividida em três períodos: Paleolítico, Mesolítico e Neolítico; e uma Idade dos Metais.

A VIDA HUMANA ANTES DO APARECIMENTO DA ESCRITA

PALEOLÍTICO

É difícil definir uma data para o início da fase fabricante do ser humano, mas pode-se afirmar que, desde tempos remotos, em um período chamado pelos especialistas de Paleolítico (Idade da Pedra Lascada), ele passou a produzir utensílios que o ajudaram em sua sobrevivência. Esse período é subdividido pelos arqueólogos em Paleolítico Inferior, Médio e Superior.

De forma geral, grupos humanos que viveram nesses períodos vagavam em busca de alimento e já desenvolviam instrumentos de pedra lascada, os quais permitiam a caça, a coleta e a pesca, como machados de mão, pontas de lança e facas de variados tamanhos.

Tais instrumentos eram utilizados também para a defesa contra possíveis predadores.

Esses grupos eram nômades e viviam em pequeno número, alguns em cavernas, outros possivelmente em acampamentos construídos por eles, utilizando materiais como galhos, troncos, folhas e cascas de árvores, que, por sua composição orgânica, não resistiram ao tempo para testemunhar algumas de suas habilidades. Assim, conclui-se que o ser humano já era um fabricante nesse período. É do Paleolítico o conhecimento e a utilização do fogo por grupos humanos, além do possível desenvolvimento de uma linguagem fundada na oralidade.

Grupos que habitavam cavernas deixaram importantes registros de seu cotidiano ao representar cenas do dia a dia nas paredes da gruta, denominadas pinturas rupestres. Elas revelam atividades como caça e cenas de reprodução e da comunidade em uma espécie de ritual, indicando o caráter mágico dessas representações.

Há registros como esses também no Brasil, especialmente na região do atual Piauí. Mas uma outra pintura rupestre sul-americana foge à regra. Na Patagônia, Argentina, há pinturas de mãos em uma caverna feitas há aproximadamente 13 mil anos.

MESOLÍTICO

Alguns autores afirmam que o Período Mesolítico ocorreu após a última Era Glacial, por volta de 8000 a.C. O aumento da temperatura e das chuvas favoreceu o desenvolvimento de florestas. Com a extinção de animais de grande porte, os seres menores se multiplicaram na Eurásia (extensão contínua de terra que engloba a Europa e a Ásia), alterando o padrão de caça e de coleta das comunidades humanas. Vara, arco e flecha fazem parte de novas ferramentas produzidas pelo ser humano para sua sobrevivência.

NEOLÍTICO

O arqueólogo Gordon Childe foi um estudioso importante no esforço de compreender o ser humano dito pré-histórico. Suas observações em sítios arqueológicos, seus métodos de pesquisa e suas elaborações teóricas marcadamente marxistas deram as bases dos conhecimentos a respeito do período de vida humana anterior ao aparecimento da escrita. Trabalhando com a ideia da organização social a partir da luta pela sobrevivência e pensando na questão da atividade produtiva como elemento diferenciador de grupos sociais, ele colocou a discussão sobre o universo produtivo como algo anterior ao chamado modo de produção asiático, o qual foi abordado no módulo anterior.

Gordon Childe indicou a existência de uma revolução na Pré-História da humanidade que seria equivalente à Revolução Industrial, pois teria alterado profundamente a vida dos seres humanos, como esta alterou na contemporaneidade.

De predador a produtor

No Oriente, por volta de 10000 a.C., o ser humano teria deixado de ser um simples predador e iniciado sua jornada produtiva na Terra. Essa mudança seria resultado de sua capacidade de observar recorrências da natureza, percebendo que poderia utilizá-la em seu benefício.

A racionalização teria ganho um impulso nunca antes visto quando ele passou a domesticar animais, criando rebanhos e não dependendo exclusivamente da caça para conseguir seu alimento. Além disso, a observação dos ciclos da natureza garantiu a saída do estágio de coletor para o de agricultor. Não se sabe quem ou qual grupo humano fez isso primeiro, mas a capacidade de imitação teria garantido a expansão do comportamento produtivo, alterando profundamente a vida no período pré-histórico.

No que diz respeito às mudanças, deve-se assinalar que a criação de rebanho reduz a mobilidade dos grupos e o desenvolvimento da agricultura vincula o ser humano a um domínio territorial. Assim, pode-se observar o processo de sedentarização das comunidades, a divisão social do trabalho e o surgimento de populações em áreas que permitiam a agricultura.

A vida em pequenos grupos, característica do Período Paleolítico, deixou de predominar no período das comunidades produtoras, pois a produção de alimentos trouxe benefícios que garantiam o sustento de uma população cada vez maior. Teria havido uma explosão demográfica nesses espaços. Assim, a revolução neolítica teria alterado qualitativamente a vida pré-histórica. Haveria aí até mesmo uma dupla revolução, pois, na sequência, o ser humano teria construído um espaço artificial para sua vida, elevando muros e estabelecendo locais para culto, sepultamento dos mortos, moradia e armazenamento da produção. A isso foi denominado Revolução Urbana.

Em que pesem todas essas mudanças na definição de um conceito revolucionário atribuído à vida do ser humano pré-histórico, vários autores indicam um processo lento em que ele desenvolveu o pastoreio, que, a princípio, foi algo complementar à coleta, não abandonando a caça e a agricultura. Sendo assim, o termo "revolução" não seria o mais adequado para tratar dessa mudança qualitativa nesse período. Esse caráter lento estabelece uma ideia de continuidade, gradualidade, com agregações.

O ser humano é um grande observador desde o Paleolítico, pois disso dependia sua sobrevivência. Com base nessas observações, alguns grupos compreenderam a importância do plantio de sementes e da domesticação dos animais, escolhendo os que atenderiam melhor às suas necessidades. Isso já significava uma seleção artificial, pois era realizada tendo como critério o interesse humano.

Sistemas de irrigação de solo, barragens, diques e silos foram construídos para atender à produção de alimentos. Os grupos humanos foram deixando o nomadismo e passaram a viver em grandes grupos e, de

simples predadores, tornaram-se produtores em um sentido mais restrito, qual seja, o da produção de víveres. Nesse quadro, houve a divisão do trabalho em uma comunidade que crescia e necessitava de regras de convívio coletivo. Tudo isso por meio de um movimento de longa duração que teria levado séculos.

É importante ressaltar que nesse quadro de alterações da vida do ser humano foram produzidas as primeiras instituições, visando estabelecer regras do convívio social. Nesse sentido, deve-se considerar os primórdios das civilizações na Pré-História, pois o ser humano teria deixado de se comportar como os outros animais na natureza ao estabelecer valores que definiam sua conduta.

A primeira instituição humana foi a família, estabelecendo uma assimetria de relações expressa no binômio pais-filhos e definindo a ideia de autoridade. Alguns autores afirmam, com base em estudos de mitologia, que as primeiras organizações familiares eram matriarcais, pois, como a mulher teria desenvolvido o conhecimento sobre a agricultura, estabeleceu uma ordem no espaço, garantindo a continuidade da produção.

Depois, num quadro de disputas pelo controle de terras aráveis, os homens passaram a ter papel fundamental para a comunidade produtora, instituindo-se um modelo de organização familiar patriarcal. O importante é que se reconheça a importância dessa primeira instituição humana na garantia de laços de sangue, afetivos e de valores que asseguravam ordenamento aos grupos humanos.

A família, contudo, possuía uma dimensão reduzida em termos espaciais e de elementos agregados. Conflitos intensos por terras entre vários grupos levaram à necessidade de alianças e à ampliação dos laços de parentesco. Teriam surgido, assim, os clãs, as tribos associadas e, por fim, o Estado – uma organização de maior abrangência territorial e populacional.

O Período Neolítico representou um intervalo pequeno da Pré-História, mas decisivo para o surgimento de um modelo de civilização. Das pinturas rupestres, o ser humano passou à arte da cerâmica, levando ao mundo, de forma nítida, uma ideia de modelagem e demonstrou, assim, sua capacidade de atuação.

Sentimento religioso

No Período Paleolítico, o ser humano era movido por um sentimento do mágico, aguçado com o entendimento de sua capacidade de ação. Em sua mente, todas as coisas eram animadas por forças poderosas que necessitariam ser contempladas, apaziguadas ou estimuladas.

A atuação dessas forças provavelmente foi expressa pelos relatos orais e, também, pelos mitos, os quais instituíam ordens e espelhavam a natureza, colocando o ser humano como mediador do mundo para harmonizá-lo. Isso significava obter benefícios para sua vida.

Tumbas, sarcófagos e cemitérios são exemplos de uma preocupação com o além e já aparecem no

Período Neolítico. A “casa dos mortos” possuía vasos de cerâmica com objetos usados pelo falecido, em uma clara preocupação de deixá-los à disposição “daquilo” que havia abandonado o corpo. Assim, do sentimento religioso para a sistematização de religiões, de ordens divinas e poder político não foi um caminho difícil. Estavam dadas as bases de um modelo de civilização.

IDADE DOS METAIS

A Pré-História também contempla o domínio do ser humano sobre os metais. A princípio, ouro, cobre e estanho foram explorados. Da mistura dos dois últimos, ele produziu o bronze. Armas de bronze e joias em ouro eram representativas de distinções sociais e poder político.

Grupos que não tinham desenvolvido conhecimento sobre metais foram submetidos a uma lógica que unia controle territorial, subsistência e poder mágico (ação

dos deuses). Mais tarde, o ferro passou a ser desenvolvido em terras orientais e em alguns espaços da Europa. Novas campanhas militares reordenaram sociedades e aumentaram o grau de complexidade das relações humanas.

Os vários conhecimentos produzidos não poderiam ser perdidos e daí surgiu a necessidade de registrar as criações, as descobertas, as invenções e as ideias desenvolvidas pela coletividade. A criação de símbolos que, associados, formavam ideogramas. Estes constituíram os primeiros sistemas de escrita.

O advento da escrita teria possibilitado a conservação de experiências e conhecimentos, favorecendo o acúmulo de repertórios utilizados no desenvolvimento das sociedades humanas. Tal prática inaugurou a História Antiga com a escrita cuneiforme, criada pelos sumérios na região da Baixa Mesopotâmia.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCH

ROTEIRO DE AULA

HISTORIOGRAFIA

O que é História?

É a representação do passado construída com vestígios históricos, método e rigor científico

Qual é seu maior expoente?

Karl Marx.

Perspectiva materialista

Como a História é proposta?

A história da humanidade, para os materialistas, é a história da luta de classes pela obtenção dos meios de vida.

Principais conceitos:

Estrutura e longa duração.

Perspectiva culturalista

Como a História é proposta?

A perspectiva culturalista privilegia as formas de pensamento e suas consequências para indivíduos e sociedades.

ROTEIRO DE AULA

PRÉ-HISTÓRIA

Paleolítico

Período:

3000000 a.C. a 10000 a.C.

Principais marcos históricos:

Início da produção de ferramentas em pedra lascada; domínio do fogo; pinturas rupestres representam cenas do cotidiano dos grupos humanos.

Mesolítico

Período:

10000 a.C. a 8000 a.C.

Principais marcos históricos:

Desenvolvimento de novos equipamentos de caça; mudanças climáticas, como a última Era Glacial, alteram o padrão de caça das comunidades humanas.

Neolítico

Período:

10000 a.C. a 4000 a.C.

Principais marcos históricos:

Utilização de pedras polidas para a fabricação de ferramentas, que se tornam cada vez mais sofisticadas; a prática agrícola e a domesticação de animais proporcionam condições para a sedentarização dos grupos humanos; organização das comunidades e surgimento das primeiras instituições.

Idade dos Metais

Período:

4500 a.C. a 3500 a.C.

Principais marcos históricos:

Desenvolvimento da metalurgia; melhorias na agricultura e na qualidade de vida.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Com suas palavras e desenvolvendo o que aprendeu neste módulo, explique:

a) O que é História? Como os historiadores a constroem?

A História pode ser definida como a construção de uma representação do passado. Os historiadores utilizam vestígios, as chamadas fontes históricas, e seus métodos para, com rigor científico, construir o conhecimento histórico.

b) Quais diferenças podem ser destacadas entre os historiadores modernos e os da Grécia Antiga? Cite exemplos de historiadores de cada uma dessas épocas.

Apesar de se tratar, basicamente, da mesma disciplina, os historiadores modernos trabalham em um período pós-revolução científica. Portanto, têm métodos bem definidos e estão inseridos no que podemos chamar de ciências humanas. Isso não acontecia na Grécia Antiga, quando eram narrados feitos da política e da guerra sem as mesmas preocupações. Entre os modernos, é possível citar Karl Marx e Fernand Braudel. Entre os gregos, Heródoto e Tucídides.

2. UDESC – “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.”

Marc Bloch. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 65.

Assinale a alternativa que contém a definição de história mais coerente com a citação do historiador Marc Bloch.

- a) A História é a ciência que resgata o passado para explicar o presente e fazer previsões sobre o futuro.
- b) A História é uma ciência que visa promover o entretenimento dos espectadores do presente e um conhecimento inútil sobre o passado.
- c) A História é, tal como a literatura, uma narrativa sobre o passado determinada pela imaginação do historiador.
- d) A História é a ciência que se refugia no passado para não compreender as questões do presente.
- e) A História é uma ciência que formula questões sobre o passado a partir de inquietações e experiências vividas no presente.

Como dito pela historiadora Marguerite Yourcenar, cada época escolhe seu passado. Portanto, é correto dizer que as questões (ou inquietações) e as experiências do presente influenciam o conhecimento histórico, uma vez que moldam as questões formuladas.

3. Enem (adaptado)

C3-H11

"Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino."

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social. Qual é a marca deste movimento e a perspectiva histórica que poderia melhor estudá-lo?

- a) Ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual, melhor estudada em uma perspectiva materialista.
- b) Pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho, melhor estudada em uma perspectiva materialista.
- c) Organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero, melhor estudada por uma perspectiva culturalista.
- d) Oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos, melhor estudada em uma perspectiva materialista.
- e) Estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas, melhor estudada por uma perspectiva culturalista.

Como visto no módulo, esse tipo de movimento pode ser melhor entendido se estudado por uma perspectiva culturalista. No texto de Beauvoir, entendemos também que não há nenhuma relação do movimento social com o Poder Judiciário, Legislativo, grupos religiosos ou com políticas governamentais de ação afirmativa. Percebemos, isso sim, uma organização de mobilizações públicas em busca da igualdade de gênero.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

4. Fatec-SP – A forma como as sociedades organizam as suas atividades produtivas se transforma ao longo do tempo e vem marcando mudanças históricas importantes.

Na transição do Período Paleolítico para o Período Neolítico, observam-se importantes mudanças na organização produtiva como, por exemplo:

- a) o término do sistema de *plantation*.
- b) a formação das corporações de ofício.
- c) a construção de núcleos urbanos feudais.
- d) o início das grandes organizações sindicais.
- e) o surgimento da agricultura de subsistência.

As alternativas de A até D apresentam fenômenos históricos muito distantes da transição do Paleolítico para o Neolítico. As *plantations* configuram um modo de produção agrícola moderno, em geral utilizando trabalho escravo. As corporações de ofício e os núcleos urbanos feudais fazem parte do processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Por fim, as organizações sindicais são típicas do mundo pós-Revolução Industrial. A resposta correta, portanto, indica o surgimento da agricultura de subsistência, que levou, lentamente, a um processo de sedentarização.

5. UECE – É admirável a variedade de habitats ocupados pelos primeiros humanos que possivelmente iniciaram o povoamento da América em seu ponto mais meridional na Terra do Fogo, no extremo sul do continente. A chegada na América comprova a engenhosidade, adaptabilidade e capacidade migratória excepcional insuperável do

- a) Homo habilis.
- b) Homo neanderthalensis.**
- c) Homo de denisova.
- d) Homo sapiens.

A teoria que abriga a proposição da questão, relativamente à chegada do homem primitivo no continente americano, é denominada de "Transoceânica", que supõe o seu deslocamento da Polinésia (Oceania), na direção do sul da América, há cerca de 10 mil anos, por meio de rudimentares transportes náuticos, obedecendo ao fluxo natural de correntes marítimas específicas. A segunda teoria mais aceita é a de Bering, segundo a qual os primeiros *homo sapiens* teriam se utilizado de um estreito terrestre existente entre o extremo leste da Ásia e o extremo oeste da América, com deslocamentos que datariam de 50 mil anos atrás; uma faixa de 85 km que se achava congelada em face de determinada Era Glacial ocorrida durante esse período.

6. FGV-SP – A transição do Paleolítico Superior para o Neolítico (entre 10000 a.C. e 7000 a.C.) foi acompanhada por algumas mudanças básicas para a humanidade. Entre essas, poderíamos citar:

- a) o aparecimento da linguagem falada.
- b) a domesticação dos animais e plantas, isto é: o aparecimento da agricultura e do pastoreio.**
- c) o aparecimento da magia e da arte.
- d) o povoamento de amplas áreas antes não povoadas, como a Europa Central e Ocidental.
- e) o aparecimento de vários novos instrumentos, como a agulha de osso, os arpões, os anzóis, a machadinha, a lança e a faca.

A linguagem falada é anterior a esse período, assim como a arte e o sentimento religioso, o povoamento da atual Europa, e os instrumentos citados. Desse período datam a domesticação de animais e plantas e o início do processo de sedentarização.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFPB-PB (adaptado) – O conhecimento histórico evoluiu muito no Ocidente. Suas linguagens, teorias e conceitos exigem do historiador uma formação profissional complexa e abrangente.

Sobre a historiografia e sua evolução, é correto afirmar que:

- a) a História-crônica surgiu no século XIX, influenciada pelo positivismo.
- b) o conceito de representação é chave para a História-ciência, especialmente na investigação das realidades econômicas.
- c) a análise quantitativa é muito utilizada pela Nova História Social para compreender o cotidiano e os mitos.
- d) a ciência da História surgiu na Antiguidade, fruto da criação do método crítico por Heródoto.
- e) a perspectiva do materialismo histórico-dialético foi uma contribuição do marxismo para a abordagem das estruturas econômico-sociais.

8. Vunesp-SP (adaptado) – “Existem numerosos tipos de alimentação que determinam diversos modos de vida, tanto nos animais como nos homens... Os mais indolentes são pastores... Outros homens vivem da caça, alguns, por exemplo, vivem de pilhagem, outros vivem da pesca: são aqueles que vivem perto dos lagos, dos pântanos, dos rios ou de um mar piscoso; outros alimentam-se de pássaros ou de animais selvagens. Mas, de um modo geral, a raça humana vive, principalmente, da terra e do cultivo de seus produtos.”

ARISTÓTELES. *Política*. Séc. IV a.C.

- a) Qual é o conceito de economia expresso pelo texto de Aristóteles? Esse conceito faz parte do mundo ideal ou real?

- b) Indique uma diferença entre o conceito de economia de Aristóteles e o conceito de economia no capitalismo.

9. UFSC (adaptado) – Em relação a fontes e escrita da História, é correto afirmar que:

- 01) por muito tempo as pesquisas históricas privilegiaram as fontes escritas, mas atualmente entende-se que todo tipo de registro dos atos e pensamentos da sociedade pode ser usado como fonte para a escrita da História, como, por exemplo, utensílios domésticos, vestuário, fotografias, monumentos ou mesmo registros orais.
- 02) a escrita da História depende da análise de fontes e da interpretação de quem a analisa, por isso ela deve ser entendida como uma versão.
- 04) a forma de dividir a História em quatro grandes épocas – Antiga, Média, Moderna e Contemporânea –, apesar de ser um invento europeu, deve ser empregada para o entendimento do processo histórico dos diferentes povos do mundo.
- 08) os conceitos de tombamento e patrimônio imaterial foram instituídos como forma de preservar bens dos mais variados, materiais e imateriais, como fotografias, livros, imóveis, cidades, receitas culinárias, que sejam considerados importantes para a memória coletiva.
- 16) apesar da ampliação da noção de documentos históricos, os documentos oficiais ainda são tomados pelos historiadores como as únicas legítimas fontes para o conhecimento histórico.
- 32) os estudos históricos da atualidade procuram dar voz a diferentes sujeitos, como mulheres, trabalhadores rurais, crianças etc.; no entanto, as pesquisas sobre o passado ainda têm maior concentração nas ações dos reis, generais, comandantes de revoltas e revoluções, pois são os atos dos grandes governantes e líderes que modificam o rumo dos acontecimentos.

10. Unicamp-SP (adaptado) – "A história de todas as sociedades tem sido a história das lutas de classe. Classe oprimida pelo despotismo feudal, a burguesia conquistou a soberania política no Estado moderno, no qual uma exploração aberta e direta substituiu a exploração velada por ilusões religiosas.

A estrutura econômica da sociedade condiciona as suas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, são as relações de produção que ele contrai que determinam a sua consciência."

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s./d., vol. 1. p. 21-23; 301-302.

As proposições dos enunciados acima podem ser associadas ao pensamento conhecido como:

- a) materialismo histórico, que compreende as sociedades humanas a partir de ideias universais independentes da realidade histórica e social.
- b) materialismo histórico, que concebe a história a partir da luta de classes e da determinação das formas ideológicas pelas relações de produção.
- c) socialismo utópico, que propõe a destruição do capitalismo por meio de uma revolução e a implantação de uma ditadura do proletariado.
- d) socialismo utópico, que defende a reforma do capitalismo, com o fim da exploração econômica e a abolição do Estado por meio da ação direta.

11. UPE (adaptado) – "A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele."

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 79.

Sobre as fontes históricas, com base no texto anterior, assinale a alternativa correta.

- a) O pensamento marxista aboliu a utilização de fontes escritas nas pesquisas históricas.
- b) A afirmação do texto sintetiza a nova perspectiva historiográfica sobre as fontes históricas.
- c) Os utensílios produzidos pelo homem se enquadram como registros arqueológicos e não como fontes para o historiador.
- d) Marc Bloch, no texto, defende a primazia das fontes escritas.
- e) A escola positivista foi a primeira a fazer uso da chamada história oral.

12. IFSP – As pinturas rupestres no Paleolítico tinham um significado mágico porque:

- a) expressavam o culto aos deuses.
- b) expressavam os valores religiosos.
- c) expressavam deuses antropozoomórficos.
- d) possuíam um caráter expressionista.
- e) ao representar cenas de caça e animais, os homens da época desejavam sucesso na caça.

13. FCSCL-SP – Examine as três proposições, julgando se são verdadeiras ou falsas. Em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. A Pré-História, época compreendida entre o aparecimento do homem sobre a Terra e o uso da escrita, é dividida tradicionalmente em dois períodos: Paleolítico e Neolítico.

- II. A domesticação de animais e o surgimento da agricultura ocorreram apenas após a invenção da escrita, posterior, portanto, ao Neolítico.

- III. A duração do Paleolítico é bem mais extensa que a do Neolítico, envolvendo níveis técnicos naturalmente mais primitivos.

- a) Todas as proposições são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

14. UFPE – Na Pré-História encontramos fases do desenvolvimento humano. Qual é a alternativa que apresenta características das atividades do homem na Fase Neolítica?

- a) Os homens praticavam uma economia coletora de alimentos.
- b) Os homens fabricavam seus instrumentos para obtenção de alimentos e abrigo.
- c) Os homens aprenderam a controlar o fogo.
- d) Os homens conheciam uma economia comercial e já praticavam os juro.
- e) Os homens cultivavam plantas e domesticavam animais, tornando-se produtores de alimentos.

15. UFTPR – Tradicionalmente, podemos definir a Pré-História como o período anterior ao aparecimento da escrita. Portanto, esse período é anterior a 4000 a.C., pois foi por volta dessa época que os sumérios desenvolveram a escrita cuneiforme. Com base nesse entendimento, qual é a alternativa que apresenta características das atividades do homem na Fase Paleolítica?

- a) Os homens aprenderam a polir a pedra. Desde então, conseguiram produzir instrumentos (lâminas de corte, machados, serras com dentes de pedra mais eficientes e mais bem-acabados).
- b) Os homens descobriram uma forma nova de obter alimentos: a agricultura, que os obrigou a conservar e cozinhar os cereais.
- c) Semeando a terra, criando gado, produzindo o próprio alimento, os homens não tinham mais por que mudar constantemente de lugar e tornaram-se sedentários.
- d) Os homens conheciam uma economia comercial e já praticavam os juro.
- e) Os homens ainda não produziam seus alimentos, não plantavam e nem criavam animais. Em verdade, eles coletavam frutos, grãos e raízes, pescavam e caçavam animais.

16. FGV-SP – Sobre a Revolução Urbana, pode-se afirmar que:

- a) ocorreu no final do Paleolítico, graças à utilização de pedra polida pelo homem.
- b) representou a intensificação do nomadismo.
- c) começou quando os homens derrotaram o poder dos sacerdotes e inauguraram as cidades-Estados.
- d) ocorreu no final do Neolítico, quando se ampliou a agricultura irrigada.
- e) está ligada ao aparecimento da magia.

17. UFG-GO – As pinturas rupestres são evidências materiais do desenvolvimento intelectual dos seres humanos. Embora tradicionalmente estudadas pela Arqueologia, elas ajudaram a redefinir a concepção de que a História se inicia com a escrita, pois:

a) funcionam como códices velados de uma comunidade à espera de decifração.

- b)** expressam uma concepção de tempo marcada pela cronologia.
- c)** indicam o predomínio da técnica sobre as forças da natureza.
- d)** atestam as relações entre registros gráficos e mitos de origem.
- e)** registram a supremacia do indivíduo sobre os membros de seu grupo.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H15

"A regulação das relações de trabalho compõe uma estrutura complexa, em que cada elemento se ajusta aos demais. A Justiça do Trabalho é apenas uma das peças dessa vasta engrenagem. A presença de representantes classistas na composição dos órgãos da Justiça do Trabalho é também resultante da montagem dessa vasta engrenagem. O poder normativo também reflete essa característica. Instituída pela Constituição de 1934, a Justiça do Trabalho só vicejou no ambiente político do Estado Novo Instaurado em 1937."

ROMITA, A. S. *Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo*. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

A criação da referida instituição estatal na conjuntura histórica abordada teve por objetivo:

- a)** legitimar os protestos fabris.
- b)** ordenar os conflitos laborais.
- c)** oficializar os sindicatos plurais.
- d)** assegurar os princípios liberais.
- e)** unificar os salários profissionais.

19. Enem

C4-H16

Se compararmos a idade do planeta Terra, estimada em quatro e meio bilhões de anos ($4,5 \cdot 10^9$ anos), com a de uma pessoa de 45 anos, então, quando começaram a florescer os primeiros vegetais, a Terra já teria 42 anos. Ela só conviveu com o homem moderno nas últimas quatro horas e, há cerca de uma hora, viu-o começar a plantar e a colher. Há menos de um minuto percebeu o ruído de máquinas e de indústrias e, como denuncia uma ONG de defesa do meio ambiente, foi nesses últimos sessenta segundos que se produziu todo o lixo do planeta!

O texto permite concluir que a agricultura começou a ser praticada há cerca de:

- a)** 365 anos.
- b)** 460 anos.
- c)** 900 anos.
- d)** 10 000 anos.
- e)** 460 000 anos.

20. Enem

C6-H26

Segundo a explicação mais difundida sobre o povoamento da América, grupos asiáticos teriam chegado a esse continente pelo Estreito de Bering, há 18 mil anos. Dessa região, localizada no extremo noroeste do continente americano, esses grupos e seus descendentes teriam migrado, pouco a pouco, para outras áreas, chegando até a porção sul do continente. Entretanto, por meio de estudos arqueológicos realizados no Parque Nacional da Serra da Capivara (Piauí), foram descobertos vestígios da presença humana que teriam até 50 mil anos de idade. Validadas, as provas materiais encontradas pelos arqueólogos no Piauí:

- a)** comprovam que grupos de origem africana cruzaram o Oceano Atlântico até o Piauí há 18 mil anos.
- b)** confirmam que o homem surgiu primeiramente na América do Norte e, depois, povoou os outros continentes.
- c)** contestam a teoria de que o homem americano surgiu primeiro na América do Sul e, depois, cruzou o Estreito de Bering.
- d)** confirmam que grupos de origem asiática cruzaram o Estreito de Bering há 18 mil anos.
- e)** contestam a teoria de que o povoamento da América teria iniciado há 18 mil anos.

2

ANTIGUIDADE ORIENTAL: EGÍPCIOS E MESOPOTÂMICOS

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES ORIENTAIS

- Características gerais das antigas civilizações orientais
- Egípcios
- Mesopotâmicos
- Civilizações que moldaram a História
- Persas
- Hebreus
- Fenícios

HABILIDADES

- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Associar manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

A criação da escrita correspondeu a uma condição diferenciada para alguns grupos humanos, pois permitiu registros materiais dos pensamentos e contribuiu para ampliar horizontes e preservar conhecimentos. Dessa forma, o desenvolvimento de novas instituições, tecnologias, conhecimentos teóricos e práticos, além de mecanismos de controle, foi acelerado.

As civilizações que primeiro entraram para esse universo dos povos que desenvolveram a escrita viveram no Oriente. Elas apresentaram certos aspectos semelhantes de organização política, econômica e social. Nesse sentido, pode-se assinalar a estruturação de Estados teocráticos, os quais revelaram a importância de sistemas religiosos no ordenamento social.

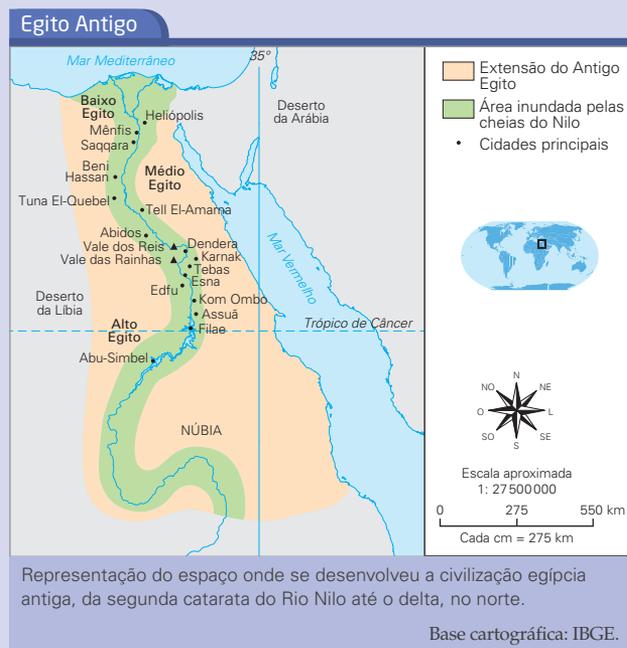
Outra semelhança: o desenvolvimento de sistemas de irrigação do solo, aproveitando as águas dos rios e, com isso, constituíram cidades às margens deles. Esse esforço consistiu, entre outros aspectos, na realização da produção agrícola, garantindo subsistência de populações que cresciam em ritmo acelerado. Tais aglomerações ficaram, por isso, conhecidas como civilizações de regadio (também chamadas de fluviais ou hidráulicas).

Em termos gerais, houve o florescimento de complexas civilizações entre os rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, e no Vale do Nilo, a nordeste do continente africano. Por essas áreas representarem juntas um arco que faz lembrar a lua crescente, foram chamadas de Crescente Fértil.

EGÍPCIOS

O Egito Antigo desenvolveu-se ao longo das margens férteis do Rio Nilo. Os povos que inicialmente ali se estabeleceram aprenderam a conviver com o ciclo das águas, desenvolvendo sofisticadas técnicas de agricultura hidráulica. Isso fez com que, com o passar dos séculos, ocorresse uma unidade política na região.

O Egito Antigo é uma das civilizações mais antigas da história. Por muito tempo, foi uma incógnita para o Ocidente. Um dos obstáculos à construção de conhecimento sobre essa civilização foi a dificuldade de entender sua escrita hieroglífica.



Apenas no século XIX a escrita desse povo foi decifrada, pelo francês Jean-François Champollion, com base no estudo de uma pedra, encontrada na região de Roseta, com inscrições em grego demótico e hieróglifo. Sabendo que o texto era o mesmo nas duas linguagens e conhecendo o grego demótico, foi possível decifrar a escrita egípcia.

Desde então, todo esse universo foi sendo descortinado, permitindo aos historiadores uma melhor compreensão do modo de vida, da espiritualidade, da organização política e da produção material e tecnológica dos antigos egípcios que se desenvolveram no vale do Rio Nilo.

O Egito Antigo ordenou-se por meio de várias dinastias e impérios cuja complexidade de organização demonstra a sofisticação civilizacional ali desenvolvida.

No mundo egípcio, não há separação entre natural e sobrenatural e a mitologia não é pura transcendência do mundo material.

Mudanças dinásticas e conflitos pelo exercício do poder estão contemplados de alguma forma em sua religiosidade e visão de mundo, sem que isso represente uma corrupção de certos princípios ordenadores da comunidade. A luta entre os deuses Seth e Osíris, a filiação divina ordenadora da trindade (Osíris, Ísis e Hórus), o tempo da existência condicionado pelo deus Amon-Rá (Sol) são exemplos da variedade da própria natureza e de seu sentido.

Percebia-se um universo no qual deuses, seres humanos e natureza eram indissociáveis, não havendo separação entre a vida e a morte, o natural e o sobrenatural, a ciência e a religião. Daí a dificuldade do Ocidente em compreender o mundo antigo egípcio, uma vez que entendemos esses elementos como opostos.

O quadro natural representou uma fonte de inspiração para a organização de modelos políticos ao longo da história do Egito Antigo, pois as tentativas de explicação do movimento de cheias e vazantes do Rio Nilo forneceram elementos necessários ao ordenamento político da região. O Rio Nilo contribuiu decisivamente para a constituição de um imaginário em que divindades representavam forças da natureza, indicando o sentido da vida e seu renascimento.

Os deuses Osíris, Ísis e Hórus expressavam ordem e duração, julgamento e condição da vida, uma mitologia que instituiu na mente um espaço, o Egito, com toda a sua diversidade biológica e ordenamento. Hórus, herdeiro do lugar constituído por seus pais, Osíris e Ísis, deveria governar.

Essa justificativa mítica da vida expressou-se em hieróglifos, pinturas, esculturas, templos, palácios e câmaras funerárias que forneciam a informação (sinais) da natureza e formavam homens na crença dos poderes divinos e da participação humana nesse cosmo dotado de forças poderosas. Assim, ciclos da natureza encontravam equivalência no imaginário dos habitantes do Vale do Nilo. O poder dos deuses era representado pelo faraó, intermediário entre eles e os homens, a própria divindade entre humanos.

Pode-se assinalar que a história do Egito Antigo foi marcada por movimentos de centralização e descentralização. Embora existissem nas fases pré-dinásticas dois reinos – um no norte e outro no sul –, forças centralizadoras atuaram nas divisões administrativas menores, conhecidas como *nomos*.

Os *nomos* estavam vinculados uns aos outros, o que permitia uma articulação que favorecia, em determinados contextos, o poder imperial. Este apresentava sinais de sua força de forma visível, por meio de grandes obras públicas.

ECONOMIA E SOCIEDADE NO EGITO ANTIGO

As atividades produtivas no Egito Antigo configuraram divisões na sociedade e estabeleceram um ordenamento pautado por noções míticas expressivas das condições naturais. Em outras palavras, a economia egípcia, assim como todos os outros aspectos dessa sociedade, estava intimamente ligada a uma estrutura social de inspiração religiosa.

Agricultura e pecuária eram complementadas pela pesca e pela caça. Existiam restrições religiosas ao consumo de peixe e caça de certas aves, considerando que os animais constituíam parte do próprio ordenamento divino, daí o culto a eles e a figuras antropozoomórficas no vale do Rio Nilo.

Além das atividades de sustento, existiam outras como artesanato, ourivesaria, metalurgia, produção cerâmica, tecelagem, construção naval e arquitetura. Hierarquias eram constituídas com base no grau de complexidade de realização de cada uma delas. Assim, um ourives ou tecelão poderia ter destaque em meio à população predominantemente camponesa.

Mercadores tinham papel relevante, pois dependia deles a circulação de produtos por todo o vale do Rio Nilo. Contudo, estavam vinculados ao Estado e eram tutelados em suas atividades.

CULTURA EGÍPCIA

A cultura egípcia foi marcada por uma arquitetura monumental; por uma estatuária que revela rigidez e força em representações da vida cotidiana; por expressões do culto aos deuses como insígnias de sua força criadora, caracterizando um pensamento mítico que ajustava ciclos da natureza na mente dos homens, relacionando-os à ordem social e política; e por uma estrutura cósmica que naturalizava relações sociais e fomentava ações produtivas humanas. O ser humano integrava-se à criação do universo pelos deuses.

Assim, a palavra que traduzia o ordenamento divino também instituiu o poder daqueles que a dominavam. O *Livro dos Mortos*, os textos mágicos das paredes das pirâmides, os rituais associados à nomeação das forças e a invocação das energias cósmicas representavam harmonização das diferenças e conservação do próprio universo. A escrita hieroglífica era a materialização no papiro da ordem cósmica e integradora de forças religiosas e políticas.

No que diz respeito a essa integração, encontram-se nas pirâmides exemplos de religiosidade (por serem câmaras mortuárias, erguidas graças à crença na existência após a morte) e de poder político (por revelarem a capacidade dos faraós em mobilizar recursos humanos e materiais para suas construções). Assim, elas representavam ícones de poder, pois, quanto maior a edificação, maior a capacidade do soberano em reunir pessoas e recursos materiais para a realização de uma obra que seria sua última residência.

Outro aspecto cultural a ser destacado é a noção de beleza e estética baseada na simetria, o que pode ser notado na estatuária egípcia. Elas são matemáticas e marcavam a compreensão, por parte dos egípcios, de medidas que deveriam reger o universo. A própria construção piramidal é indicativa dos estudos matemáticos (geométricos) produzidos no Egito Antigo.

A religião caracterizava-se por ser politeísta antropozoomórfica, representando suas divindades em forma de homens e animais. Amon-Rá (o Sol) era o deus supremo. Osíris, Ísis e Hórus compunham a família sagrada. Osíris simbolizava o juiz supremo, que julgaria a alma depois da morte. Era bastante popular o culto ao boi Ápis, tido como símbolo de força e virilidade, que, por consequência também expressava o poder do faraó.

Os egípcios acreditavam na duplicidade e imortalidade da alma, que sofreria julgamento após a morte e reencarnaria sempre no mesmo corpo: daí a prática da mumificação.

Dentre as obras arquitetônicas destacam-se templos como Karnak; pirâmides; mastabas – pirâmides truncadas com construção de túmulo subterrâneo; hipogeus – cavernas para enterro de mortos; obeliscos. Escultura e pintura tinham como expressão básica a religião. Os egípcios não utilizavam perspectiva e expressavam o corpo humano em perfil. Desenvolveram, ainda, inúmeros conhecimentos científicos, jurídicos e artísticos.

MESOPOTÂMICOS

Os primórdios da civilização oriental encontram-se na Mesopotâmia, região compreendida entre os rios Tigre e Eufrates e que atualmente corresponde ao Iraque. Por causa de suas características geográficas, era uma área aberta a uma infinidade de grupos humanos, que buscavam ali condições melhores para a sobrevivência. Por isso, não é possível falar numa civilização mesopotâmica, mas em civilizações. Contudo, algumas comunidades se destacaram no conjunto dos povos e são mais frequentemente lembradas. Dentre elas, encontram-se comunidades de sumérios, acadianos, babilônios, assírios e caldeus.

SUMÉRIOS

Teriam sido os primeiros povoadores da região. Fixaram-se na parte mais meridional da Mesopotâmia, próxima ao Golfo Pérsico, por volta de 4000 a.C. Criaram um sistema de escrita em tabuletas de argila pautado em sinais feitos na forma de cunha, daí ser chamada

cuneiforme. Desenvolveram uma arquitetura de tijolos e edificaram as cidades Ur, Uruk, Eridu, Lagash, entre outras. Numa área pantanosa do sul, construíram sistemas de diques, barragens e canais de irrigação que permitiram o crescimento da agricultura.

Com autonomia política, cidades-Estado eram governadas por chefes religiosos – *patesis*. Mais tarde, esse sistema foi absorvido pelo código do imperador babilônico Hamurabi, que afirmava que uma ofensa deveria ser paga pelo ofensor na mesma medida de seu crime, daí vem a expressão: “olho por olho, dente por dente”.

Os sumérios lançaram as bases das civilizações mesopotâmicas, pois as várias invasões de outros grupos encontraram elementos culturais preexistentes e acabaram por absorvê-los. Por isso, são encontrados o mesmo tipo de arquitetura e de escrita entre habitantes da Mesopotâmia, além de mitologias e princípios de justiça compartilhados por esses povos. A unificação política da Mesopotâmia ocorreu pela primeira vez com o rei Sargão I, de Acádia, ao dominar as cidades-Estado sumérias. Seu império foi destruído pelo povo guti, que chegou a dominar a Mesopotâmia por volta de 2000 a.C. Segundo registros acadianos, os guti vinham do Monte Zagro, uma cordilheira a oeste do atual Irã.

Por volta de 2000 a.C., a região foi conquistada e unificada por um povo semita chamado amorita, que fundou a Babilônia e estabeleceu ali a capital de seu império, inaugurando a segunda fase importante da civilização do Tigre-Eufrates.

Assírios, da região montanhosa do norte da Mesopotâmia, dispoem de superioridade militar (cavalos, carros de guerra etc.) e derrotando os inimigos pelo terror, dominaram o Primeiro Império Babilônico por volta de 1300 a.C. Os assírios foram, por sua vez, destruídos em 612 a.C. por uma coligação entre caldeus (recém-instalados na Baixa Mesopotâmia) e medos (do Planalto do Irã). O Império Caldeu ou Segundo Império Babilônico teve vida curta. Seu principal soberano foi Nabucodonosor, que construiu os famosos jardins suspensos e tomou o Reino de Judá. Seu império foi conquistado em 49 a.C. por Ciro, rei dos persas.

ACADIANOS

Assim ficaram conhecidos por terem fundado uma cidade ao norte de Sumer denominada Acad, por volta de 2550 a.C. O fundador e principal líder foi Sargão, o Antigo, que liderou a conquista das cidades sumérias ao sul, estabelecendo a primeira unidade política da Mesopotâmia, o Império Acádio.

Os acadianos assimilaram a cultura suméria e ampliaram a capacidade de produção agrícola entre os rios Tigre e Eufrates. As conquistas foram ampliadas, configurando uma vasta extensão territorial que chegou a atingir o Mediterrâneo com vários povos tributários do Império Acádio-Sumeriano.

Em meio à anarquia, contudo, a rapidez das conquistas só teve equivalência com a rapidez da derrocada desse império, pois, após aproximadamente um

século, os guti – povos nômades originários do Monte Zagros, ao norte – atacaram as forças acadianas, causando a desordem daquela organização política. Outros grupos humanos semitas – amoritas e elamitas – invadiram a região, constituindo um centro de poder: a cidade da Babilônia.

BABILÔNIOS

Amoritas, invasores semitas originários do sul do Deserto da Arábia, ocuparam a região central da Mesopotâmia, estabelecendo-se na Babilônia. Desse lugar, começaram a empreender conquistas sobre grupos humanos localizados nas proximidades. Foram séculos de agitação e de campanhas militares até que o rei da Babilônia, Hamurabi, tornou-se imperador da Mesopotâmia, estendendo seus domínios do sul ao norte.

O reinado de Hamurabi (1728-1686 a.C.) foi marcado pela unificação política e, nesse sentido, jurídica, ao reunir leis que já existiam e estavam dispersas nas várias regiões em um código que recebeu seu nome. Ele alegava tê-lo recebido dos deuses.

Pelo conjunto de leis a diversidade socioeconômica existente na Mesopotâmia à época do Império Babilônico. As referências à agricultura, ao trabalho na conservação de diques/barragens, ao comércio de artigos artesanais e à posse de animais são elementos que revelam uma teia de relações complexas dessa sociedade, alcançando pontos distantes desse império.

Sucessores de Hamurabi, no entanto, não conseguiram preservar a unidade política mesopotâmica por causa das invasões de grupos como os cassitas e os hititas. Além disso, agitações políticas promoveram a emancipação da Suméria.

ASSÍRIOS

Por volta de 1300 a.C., em meio às agitações, os assírios, povo da parte mais setentrional da Mesopotâmia, iniciaram um processo de conquistas militares, construindo um novo império na região. Vários reinos foram subjugados por eles e o centro de poder mesopotâmico dirigiu-se para o norte.

Cidades como Nínive, Assur, Kalakh e Dur Sharrukin destacaram-se entre as demais superando a Babilônia, que entrou em decadência. Os assírios constituíram um dos maiores impérios até aquele momento, incorporando territórios da Palestina, da Fenícia e do Egito. Além disso, estenderam seus domínios até a foz dos rios Tigre e Eufrates.

Muitos textos da escrita cuneiforme relatam violências praticadas no momento da conquista, visando destruir símbolos de poder do povo vencido e inaugurando seu ordenamento nas áreas atingidas.

Ocorreram muitas rebeliões dos povos submetidos, desencadeando instabilidade em meio ao poder das cidades de Assur e Nínive. Quando os povos se revoltavam, os assírios dispersavam tais populações nas terras imperiais para evitar novos levantes. Um dos povos que sofreram esse processo foi o hebreu, que habitava o Reino de Israel em 722 a.C.

Embora marcados pelo caráter guerreiro, os assírios conduziram um império em que as atividades comerciais foram desenvolvidas, intercâmbios variados aconteceram e promoveram-se alguns conhecimentos importantes como os do campo matemático.

O Império Assírio, depois de alguns séculos de existência, sucumbiu às investidas dos medos, os quais se associaram aos antigos babilônios, dando origem ao povo caldeu. O chefe babilônico, Nabopolassar, e o rei dos medos, Ciaxares, uniram-se no combate ao domínio assírio e constituíram um novo reino, cuja base política se encontrava na Babilônia, daí serem conhecidos como neobabilônicos ou caldeus. Em 612 a.C., Nínive caía sob as mãos de Nabopolassar, encerrando a história do poder assírio.

CALDEUS

Organizaram um império mais poderoso que o dos assírios, conquistando o Reino de Judá, aprisionando o povo hebreu e levando-o à Babilônia, em 586 a.C., episódio bíblico conhecido como o Cativo da Babilônia. Nabopolassar teria inaugurado essa nova organização política, cujo centro de poder voltava a ser a cidade da Babilônia. Contudo, seu maior governante foi Nabucodonosor II (604-561 a.C.), o imperador que conquistou Jerusalém e estaria associado à construção dos Jardins Suspensos da Babilônia.

O império de Nabucodonosor não resistiu por muito tempo após sua morte. Em 539 a.C., foi submetido pelo chefe dos persas, Ciro. Esse povo havia conseguido, anos antes, sua autonomia em relação aos medas, que dominavam o Planalto do Irã. Logo depois, houve o controle sobre toda aquela região e Ciro, que chefiou tal empreitada, dominou a Mesopotâmia, dando início a novo império e encerrando a experiência caldeia de poder na Babilônia.

CULTURA MESOPOTÂMICA

Elementos culturais construídos pelos sumérios foram adaptados por outros grupos humanos que se fixaram posteriormente na região.

A presença de inúmeras comunidades de origem semítica, com estrutura linguística comum, permitiu o compartilhamento de ideias e realizações materiais e foi um dos elementos agregadores de cultura. O aramaico tornou-se língua comum, fixada por meio da escrita cuneiforme.

O desenvolvimento assimilado pela diversidade populacional envolveu a matemática e, nesse sentido, os assírios foram exímios nessa ciência, explorando cálculos com casas decimais (base dez) e sexagesimais (base sessenta), associando cálculos com essa base à circunferência.

Divindades cultuadas pelos sumérios foram incorporadas à religião de outros povos, o que constituiu um verdadeiro panteão mesopotâmico. Elas se confundiam principalmente com elementos da natureza e cósmicos: céu, terra, água, ar, Sol, Lua, estrelas.

Anu (céu), Enki ou Ea (água), Nergal (subterrâneo/mortos), Shamash (Sol/justiça), Enlil ou Bel (vento e terra), Marduk (deus supremo/domínio dos poderes), Ishtar ou Nin (fecundidade) foram algumas das divindades cultuadas. Esse culto era realizado por uma representação dos deuses em forma humana, daí dizer-se culto a figuras antropomórficas.

Diferentemente dos egípcios, que acreditavam na existência após a morte, os mesopotâmicos afirmavam uma visão fatalista de mundo em que não havia espaço para o ser humano no além. Exemplo dessa concepção é encontrado na obra mais antiga de que se tem notícia: a *Epopeia de Gilgamesh*.

Na epopeia, a possibilidade de vida eterna do ser humano é perdida, fazendo com que ele se conforme e aceite seu caráter mortal, diferente dos deuses. Nesse sentido, governantes mesopotâmicos não foram vistos como os faraós do Egito Antigo.

Um estudo das leis revela características fundamentais da vida coletiva. Existiam as que puniam casos de difamação; crimes contra a família; delitos considerados ofensivos contra o corpo, individual ou familiar (estupro e incesto), que podiam levar o criminoso à morte ou ao desterro; transgressões contra o patrimônio alheio etc. Isso revela a complexidade das relações sociais construídas na Mesopotâmia.

Conhecimentos astronômicos foram desenvolvidos pelos mesopotâmicos e possuíam um conteúdo mágico. Astros presidiam certos momentos de um tempo anual dividido em doze meses e, a cada domínio, as pessoas nasciam sob um signo, que irradiava temperamentos e de alguma forma contribuía para sua predestinação. Daí a fixação dos signos do zodíaco e a criação do horóscopo.

ANTIGUIDADE ORIENTAL: PERSAS, HEBREUS E FENÍCIOS

CIVILIZAÇÕES QUE MOLDARAM A HISTÓRIA

O Mar Mediterrâneo, dos hebreus e fenícios; e o Golfo Pérsico, aos persas.

Os **persas** deixaram um grande legado de conexão do Oriente com o Ocidente. Isso ocorreu por meio de guerras e, principalmente, por meio de trocas e comércio. Para isso, deixaram outras grandes contribuições, como as estradas e um sistema de cobrança de impostos e circulação de informações (uma espécie de correio).

Aos **fenícios** devemos muito da tecnologia marítima, as técnicas de administração e comércio, a circulação de moedas e o alfabeto.

Os **hebreus** moldaram cultural e religiosamente o futuro do Ocidente, desenvolveram uma das

primeiras religiões monoteístas de largo alcance, o judaísmo, e escreveram o Antigo Testamento, a primeira parte da Bíblia.

PERSAS

Localização

Um gigantesco império cuja base se encontrava no planalto do atual Irã e se estendia até a região da Trácia, nas proximidades do mundo macedônico e grego. Um império complexo que absorveu elementos dos mais variados grupos que habitaram seus domínios. Tais grupos foram incorporados ao sistema administrativo persa, principalmente aos aparelhos de administração local.

O povo persa empreendeu conquistas por meio de campanhas militares e soube aproveitar as lideranças dos conquistados em sua política imperialista.

A expansão do Império Persa representava também a realização dos interesses de grupos que acompanhavam o imperador. São vários os registros de tolerância sobre povos dominados que vão desde a construção de templos para seus deuses até o envolvimento direto, por meio de efetivos militares dos grupos assimilados, em guerras expansionistas. Houve até comparações históricas entre a política de dominação assíria e a persa, em que se ressaltava o caráter intolerante da primeira em relação à postura de tolerância da segunda.

ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DO IMPÉRIO PERSA

Persas e medos compreendiam o grupo dos ários (grupos indo-europeus), que se estabeleceu na região do Planalto do Irã por volta de 1000 a.C. Eram tribos nômades que mantiveram parentescos intensificados após a sedentarização. Daí originou-se o termo "irá", que significa "terra dos ários ou arianos." Contudo, medos, situados mais ao norte, exerceram poder político sobre grupos persas do sul por um longo período de suas existências, exigindo deles vários tributos.

Apenas em 558 a.C., o líder persa Ciro (560-530 a.C.) reuniu os vários grupos sob seu poder e derrotou os medos, constituindo então a base do Império Persa. Pasárgada, Persépolis e Susa tornaram-se importantes cidades no quadro de expansão em direção à Mesopotâmia.

Em poucos anos, Ciro passou a controlar um vasto território com inúmeros grupos humanos, dominando a Babilônia em 539 a.C. Ele liberou os hebreus do Cativeiro da Babilônia e entabulou relações amistosas com povos submetidos, incorporando vários elementos das culturas mesopotâmicas. Contudo, foi à época de Dario I (521-486 a.C.) que o império atingiu seu auge.

A ordem persa sobre inúmeros grupos diferentes possibilitou contatos e intercâmbios que, sem isso, talvez não fossem possíveis. O dinamismo comercial foi de tal magnitude que Dario ordenou a cunhagem de moedas, conhecidas por dáricas. Estradas foram construídas para a circulação de tropas, mas

também serviam como integração comercial. Dessa forma, membros das elites dos povos submetidos também foram contemplados, pois a política de Dario buscava o envolvimento dessas lideranças no corpo administrativo do império.

Um exemplo dessa política de cooptação das elites aparece nitidamente no estabelecimento de governos provinciais (satrapias), em que os governantes (sátrapas) eram, em parte, oriundos das lideranças dos grupos dominados. O sistema administrativo criado conciliava descentralização com a unidade do império, pois existiam funcionários reais conhecidos por “olhos e ouvidos do rei”, que fiscalizavam o governo dos sátrapas. A qualquer sinal de desobediência, tropas persas eram mobilizadas.

Esse governante determinou a construção de templos aos deuses dos povos submetidos como forma de agradar a população e incorporar os símbolos de poder desses grupos. Normalmente, nas obras desses edifícios ordenava-se a inscrição do nome de Dario ao lado do deus mais importante da população contemplada pela obra religiosa.

Dario conheceu a decadência em sua movimentação expansionista. Ele pretendia dominar uma área na Ásia Menor, colonizada pelos gregos na região da Jônia; no entanto, as colônias se mobilizaram enfrentando um império gigantesco, o qual chegou a utilizar elefantes em combates. Dario, seu filho Xerxes (485-464 a.C.) e, mais adiante, Dario III (336-330 a.C.) foram derrotados pelos gregos, e o Império Persa ruuiu com a conquista empreendida por Alexandre Magno em 331 a.C. Nascia ali o Império Macedônico.

CULTURA PERSA

Os persas assimilaram elementos de várias culturas; contudo, havia um elemento original e digno de registro: a religião. Eles tiveram um líder espiritual chamado Zoroastro ou Zaratustra, o qual pregava uma crença que envolvia princípios opostos: bem × mal. O primeiro era Ormuz-Mazda, deus da vida, da criação e da justiça; o segundo, Arimã, era deus da morte, da destruição e da injustiça. O universo era constituído de uma luta entre forças da criação e da destruição.

A proposta religiosa de Zoroastro não envolvia o culto ao mal, mas o reconhecimento de sua existência e a afirmação da busca do bem como compromisso moral do ser humano. Sua pregação destinava-se aos governantes e trabalhadores como forma de ação comum em defesa da força criadora.

Zoroastro afirmava que defensores do bem seriam protegidos das perversidades de Arimã e teriam garantido um lugar no além, numa espécie de paraíso. Segundo alguns autores, o dualismo persa teria influenciado os hebreus em sua sistematização religiosa. Contudo, para estes, não havia uma divindade do mal, mas um anjo caído, Lúcifer. Dessa forma, o monoteísmo passou a fazer parte da expressão religiosa hebraica, a qual sofreu

acentuada influência do pensamento religioso persa. O diabo tornou-se a versão hebraica do Arimã definido pelo zoroastrismo. No livro sagrado Avesta, atribuído a Zoroastro, encontram-se os princípios da religião persa.

HEBREUS

Até um tempo atrás, conhecer a história dos hebreus era ler o documento que esse povo deixou atestando sua crença monoteísta, o Antigo Testamento. Assim, boa parte da historiografia construída sobre os hebreus assumiu o caráter fidedigno da narrativa bíblica, entendida como a verdadeira história hebraica. Contudo, pesquisas mais recentes realizadas pela Universidade de Tel Aviv, em Israel, questionaram a historiografia tradicional, ao menos no que diz respeito à fase mais remota do povo judeu.

Deve-se levar em consideração a afirmação de alguns estudiosos de que povos antigos desenvolveram mitologias para explicar o mundo, o que não foi diferente com os hebreus. A diferença está em como esses indivíduos monoteístas estabeleceriam sua mitologia, pois relatos míticos associavam-se, normalmente, à existência de divindades. Assim, segundo a crença hebraica, os princípios ordenadores de sua comunidade foram estabelecidos por meio da revelação divina por homens chamados patriarcas.

HISTÓRIA TRADICIONAL DOS HEBREUS

Os primórdios da comunidade hebraica têm suas raízes na Mesopotâmia, mais precisamente na cidade suméria de Ur. De lá teria saído Abraão, com um pequeno grupo, que se fixou na Palestina cerca de 2000 a.C. Hebreus viviam de atividades agropastoris e mantinham contatos na região.

A primeira fase do povo hebreu ficou conhecida como Patriarcado, em virtude da existência de chefes de família que conduziam a vida da comunidade. Estes foram, na sequência, Abraão, Isaac, Jacó, Josué e Moisés. Josué teria sido vendido pelos irmãos como escravo e seguido para o Egito, ocupando um importante cargo no poder egípcio.

A história associava a ida dos hebreus para o Egito à ocupação dos hicsos que dominaram o Vale do Nilo naquele período. Como os dois povos mantinham boas relações, permitiram sua entrada. Após a expulsão dos hicsos, a situação dos hebreus ficou difícil na convivência com os egípcios. Por isso teriam se rebelado, sob o comando de Moisés.

O episódio do Êxodo, de acordo com alguns historiadores, teria iniciado a criação do Estado de Israel. Após longa permanência no deserto, liderados por Josué, voltaram à Palestina e iniciaram a luta pelo controle da região, denominada por eles de Terra Prometida.

Nesse período, tribos hebraicas eram conduzidas pelos juizes. Daí a fase denominada Juizado. Destacaram-se Otoniel, Gideão, Jefté, Sansão e Samuel. Essa foi uma época de confrontos permanentes entre hebreus e filisteus.

O fim das disputas internas e a necessidade de união para controle da região possibilitaram a unificação das tribos, dando origem ao reinado. O primeiro rei foi Saul, depois Davi e, na sequência, Salomão. Davi teria consolidado o controle de vastos territórios por meio de atividades militares, estendendo seus domínios às proximidades do Rio Eufrates. Contudo, foi Salomão quem deu estrutura definitiva ao reino, com intensificação do comércio, estabelecimento de relações diplomáticas com outros grupos e construção de obras públicas, entre elas o Templo do Rei Salomão.

Com a morte de Salomão, começou uma intensa disputa pelo controle político entre vários grupos hebraicos.

Resultou a divisão do reino em dois: as dez tribos do norte criaram o Reino de Israel e, as duas do sul, o Reino de Judá.

Esses reinos sofreram domínios estrangeiros e não duraram muito tempo. O primeiro a desaparecer foi o de Israel, conquistado pelos assírios em 722 a.C., cujo povo acabou se miscigenando com os demais povos da região.

O Reino de Judá foi dominado pelos caldeus. Apriacionados, foram conduzidos à Babilônia como escravos por Nabucodonosor II. Esse episódio ficou conhecido como Cativo da Babilônia.

Os hebreus voltaram para sua terra após a conquista da Babilônia pelo rei persa Ciro. De volta à Palestina, tentaram reorganizar o Reino de Judá, sendo em seguida dominados pelos romanos e o reino transformado em província de Roma.

DIÁSPORA E SIONISMO

Uma série de dominações estrangeiras resultou no enfraquecimento do poder hebraico e, por fim, na decretação da Diáspora, em 70 d.C. Desde então, o povo hebreu se espalhou pelo mundo, preservando suas tradições e sua história, buscando manter, com isso, sua identidade.

Dispersos, os judeus – aqueles que descendiam do Reino de Judá e os que passaram a professar princípios do judaísmo – não conseguiram formar uma pátria no decorrer de longos séculos, já que vagavam por várias regiões da Europa e quase sempre vivendo no segregacionismo. No século XIX surgiu o sionismo, filosofia política que pregava a volta desse povo à Palestina e a instituição de um Estado na região. Isso levou a ONU à criação de um Estado judeu no Oriente Médio, atual Estado de Israel.

Historicamente, o antissemitismo – preconceito e hostilidade contra judeus – foi um problema nas civilizações europeias, alcançando, no século XX, sua forma mais cruel: os campos de concentração e de extermínio do Partido Nazista na Alemanha dos anos 1930 e 1940.

CULTURA HEBRAICA

A cultura hebraica é centrada no judaísmo ou mosaísmo, religião que deu os fundamentos do mo-

noteísmo ao mundo ocidental. Os textos sagrados estão reunidos na Torá, que foi inicialmente organizada por Moisés e contém os cinco primeiros livros da Bíblia: Gênesis, Êxodo, Números, Levítico e Deuteronômio. Ao longo do tempo, sofreu sucessivas alterações, principalmente por parte de pensadores religiosos conhecidos como profetas.

Discussões religiosas levaram à elaboração do Talmud, um conjunto de interpretação das escrituras. Mais tarde, principalmente durante o domínio romano, o judaísmo dividiu-se em três seitas: dos fariseus, dos saduceus e dos essênios. Estes últimos discordavam das alas mais conservadoras, opondo-se ao luxo e pregando uma vida mais mística e ascética.

Entre os escritos da cultura hebraica que defendem o monoteísmo, destacam-se os Salmos, os Provérbios, o Cântico dos Cânticos e o Livro de Jó. A obra mais debatida e representativa do pensamento religioso e político dos hebreus é a Bíblia (Antigo Testamento).

Dentre as festas mais importantes, os judeus celebram a Páscoa (saída do Egito), o Pentecostes (recebimento das Tábuas da Lei), o Sabbat (sétimo dia da criação) e os Tabernáculos (aliança com Jeová).

FENÍCIOS

LOCALIZAÇÃO

Os fenícios habitaram a estreita faixa de terra que compreende o atual estado do Líbano. Essa área, cercada por cadeias de montanhas e florestas de cedros, não favorecia a atividade agrícola e, por isso, contribuiu para que a história daquela comunidade destoasse do modelo de regadio existente no Vale do Nilo e na Mesopotâmia. Dessa forma, pode-se entender que, em razão de dificuldades de subsistência, surgiram comunidades empenhadas na troca e na navegação.

Desde o terceiro milênio antes de Cristo, povos de origem semita estabeleceram-se naquele espaço e iniciaram uma movimentação marítima que cobriu a Bacia do Mediterrâneo de leste a oeste. Os fenícios, como os gregos os chamaram, organizaram-se em cidades-Estado, mantiveram ligações comerciais com vários povos por meio de feitorias e, em alguns casos, de colônias, absorvendo culturas e amalgamando-as em seu universo social.

Os fenícios desenvolveram a agricultura (cereais, leguminosas e linho) e a pecuária (ovelhas e cabras), mas a planície era estreita e, nos seus limites, estava o Mar Mediterrâneo. Desde sua origem, extraíam metais das serras e madeira da floresta para produzir artesanato e embarcações, ficando mais conhecidos, então, por suas atividades marítimo-comerciais. Suas principais cidades eram Biblos, Sídon, Tiro, Ugarit e Gebal.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Embora nos primórdios dessas cidades o poder estivesse nas mãos da aristocracia (realeza), constituída por linhagens antigas reconhecidas pela sociedade e que atuavam principalmente no âmbito religioso, aos

poucos houve o deslocamento dessa influência para homens que se destacavam nas atividades náuticas e comerciais, constituindo a chamada talassocracia.

Contudo, sempre existiu um espaço considerável para sacerdotes que conciliavam vontades individuais sob o pretexto de revelação dos desígnios dos deuses, alinhando interesses aristocráticos com comerciais.

EXPANSÃO MARÍTIMA

Os navios fenícios eram sofisticados para a época e permitiam o aumento da velocidade ao aliar remos à força dos ventos. Por utilizarem cobre e madeiras de cedro, suas embarcações duravam mais, superando em técnica as que usavam o ferro.

Alguns historiadores assinalam que a atividade náutica foi tão desenvolvida no mundo antigo que permitiu a esses povos passar pelo Estreito de Gibraltar e fazer incursões no Oceano Atlântico até que atingissem territórios da atual Inglaterra.

Os fenícios também estabeleceram entrepostos comerciais e colônias no norte da África, na ilha da Sicília, no sul da França e no sul da Península Ibérica, entre outros lugares, comercializando couro e betume, vinho, vidrarias, pedras preciosas, perfumes, incenso, madeira etc. Eles mantiveram fortes laços com o Egito dos faraós e praticaram o comércio com povos mesopotâmicos e palestinos. Por isso, pode-se concluir que estabeleceram um império marítimo-comercial. Cartago, uma de suas colônias, foi herdeira desses circuitos, dominando o comércio mediterrâneo a partir do século VIII a.C.

CULTURA FENÍCIA

A produção cultural foi marcadamente funcional, com foco principal no aprimoramento das atividades marítimo-comerciais, o que os levou a desenvolver mapas celestes para o estabelecimento de rotas comerciais. Os fenícios orientavam-se pelo Sol durante o dia e, à noite, guiavam-se pela Ursa Menor.

Os fenícios desenvolveram conhecimentos sobre as correntes marítimas, os ventos e suas direções. Também costumavam observar a migração das aves, pelas quais se dirigiam. Além disso, a necessidade de registrar atividades comerciais, uma espécie de contabilidade, contribuiu para a simplificação dos sinais hieroglíficos egípcios, por meio da associação aos sinais cuneiformes. Disso resultou a criação de uma escrita conhecida como alfabeto. Essa sistematização simplificada foi adotada e adaptada por gregos, etruscos e latinos, originando a escrita ocidental em suas várias versões.

O alfabeto foi o maior legado fenício para o Ocidente. O quadro a seguir representa uma possibilidade de compreensão da derivação da escrita fenícia para a egípcia e, por extensão, a adoção de sinais fenícios por gregos e romanos.

Por causa de suas atividades marítimas e do contato com outros povos, os fenícios absorveram elementos de outras culturas, incorporando-os aos seus costumes, como a utilização de artefatos de bronze, o politeísmo e a antropomorfia. Outro exemplo são as sepulturas, decoradas de forma bastante similar às dos egípcios e mesopotâmios.

A adoração a diversos deuses, em especial àqueles ligados aos elementos da natureza, constituiu a religião do povo fenício. Alguns dos principais deuses celebrados eram Baal (deus da justiça e das chuvas), Astarté (deusa da fecundidade e da beleza) e Aliyan (deus das fontes). Em homenagem a essas divindades, sacerdotes realizavam rituais ao ar livre – nos quais ocorriam sacrifícios de animais e até de humanos –, além de práticas animistas (culto às árvores, às montanhas etc.). Os sacerdotes também cultuavam os deuses locais, protetores de cada uma das cidades. No entanto, mesmo sendo uma sociedade dependente das atividades marítimas, as divindades ligadas ao mar não possuíam importância para os fenícios.

ROTEIRO DE AULA

ANTIGUIDADE ORIENTAL: EGITO E MESOPOTÂMIA

Características gerais

Desenvolvimento da escrita.

Formação de Estados teocráticos.

Desenvolvimento de sistemas de irrigação do solo.

Localização

Crescente Fértil.

Entre os rios Tigre e Eufrates.

Vale do Rio Nilo.

Egípcios

Importância do Rio Nilo.

Extremamente religiosos.

Acreditam na vida após a morte.

Mesopotâmicos

Diferentes civilizações em uma mesma região (sumérios, acadianos, babilônicos, assírios e caldeus).

Não acreditam na vida após a morte.

Escrita cuneiforme.

Desenvolvimento da astrologia e da matemática.

ROTEIRO DE AULA

ANTIGUIDADE ORIENTAL: PERSAS, HEBREUS E FENÍCIOS

Localização

Persas:

Golfo Pérsico, atual Irã.

Hebreus:

Atual Palestina, leste do Mar Mediterrâneo.

Fenícios:

Atuais Síria e Líbano, leste do Mar Mediterrâneo.

Características gerais

Persas:

Formação de um grande império; organização administrativa; religião: princípio dualista (bem x mal).

Hebreus:

Escrevem e difundem a Bíblia. Princípios morais e culturais vinculados à visão religiosa (monoteístas). Cultura ainda remanescente.

Fenícios:

Desenvolvimento da escrita alfabética, grandes navegadores e comerciantes marítimos.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UEPA – Os escribas do Egito Antigo ocupavam uma posição subalterna na hierarquia administrativa governamental diante da aristocracia burocrática. Sua posição social era inferior em relação aos conselheiros do faraó, aos chefes da administração, à nobreza territorial, à elite militar e aos sacerdotes. Mas as características de seu ofício os afastavam de trabalhos forçados e das arbitrariedades das elites, que subjulgavam e exploravam camponeses livres e escravos de origem estrangeira. Tal condição privilegiada se explicava:

- a) pelas possibilidades de ascensão social dos escribas que, em função do sucesso de suas carreiras, poderiam ocupar posições no alto escalão da administração pública.
- b) por serem provenientes do meio social dos felás, camponeses livres, que investiam na formação educacional de seus filhos mais inclinados ao serviço público.
- c)** pelo domínio dos escribas dos segredos da escrita demótica e dos hieróglifos, do cálculo e, por conseguinte, da organização das atividades da administração pública.
- d) pelo domínio exclusivo dos escribas do idioma escrito, da matemática, da agrimensura e dos processos administrativos em geral.
- e) pela dependência direta de faraós e altos funcionários reais relativa aos conhecimentos dos escribas, que formavam uma corporação intelectual dotada de poder político.

O que apreendemos do texto é que os escribas, apesar de não fazerem parte do alto escalão da administração estatal, tinham posição de destaque e o privilégio de não precisar realizar trabalhos braçais. Isso graças ao seu conhecimento da escrita demótica e dos hieróglifos e do cálculo.

2. UNESP – É certo que as civilizações da Antiguidade legaram à posteridade um respeitável acervo cultural. No entanto, para superar um equívoco, assinale a alternativa incorreta:

- a) A pintura egípcia revela belos exemplos de descrição de movimento, sendo a figura humana representada com a cabeça e os pés de perfil.
- b) Entre as civilizações mesopotâmicas que se desenvolveram no vale dos rios Tigre e Eufrates, predominou, durante certo tempo, a forma asiática de produção.
- c) No período denominado Homérico, houve a dissolução das comunidades gentílicas e a formação gradativa das cidades-Estado da Grécia.
- d)** A escrita egípcia era em caracteres cuneiformes.
- e) O Direito Romano, sujeito a novas interpretações, tornou-se parte importante do Código de Justiniano, influenciou juristas da Idade Média e até das fases históricas subsequentes.

Questão mais básica, que apresenta diversas afirmativas corretas, algumas delas não relacionadas aos temas do módulo. É incorreto dizer, apesar de ser uma afirmativa comum, que a escrita egípcia utilizava caracteres cuneiformes. Os hieróglifos utilizam símbolos de outra ordem.

3. UNISC

C3-H12

Há 25 anos era promulgada, no país, a Constituição de 1988, rotulada como Carta Cidadã. O histórico das Constituições no mundo contemporâneo tem marcos como a inglesa de 1688, a francesa do período jacobino e a norte-americana da Guerra da Independência. No Brasil, o histórico das Constituições revela as mudanças políticas do Império, da República, do período getulista, do regime militar e das redemocratizações. Essa cultura política contemporânea não encontra paralelo no passado mais antigo. Na Antiguidade, inexistia essa prática constitucional da relação entre Estado e sociedade; o que havia eram códigos comportamentais, destinados à preservação das cidades ou à relação com os deuses.

Nesse sentido, a mais antiga lei escrita da Antiguidade de que se tem registro é:

- a) a Lei das Doze Tábuas, da Roma Antiga.
- b)** o Código de Hamurabi, da Mesopotâmia.
- c) o Papiro de Harris, da China Antiga.
- d) o Código Canônico, dos países apostólicos.
- e) a Lei dos Faraós, do Egito antigo.

Como visto no módulo, o Código de Hamurabi foi a primeira lei de que se tem notícia, promulgado na Mesopotâmia por volta de 1772 a.C.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

4. UPF-RS – As civilizações antigas localizadas no Oriente Médio basicamente se dividem em três: egípcia, mesopotâmica e hebraica. Sobre essas civilizações e suas características comuns, é correto afirmar que:

- a) suas relações sociais eram baseadas no princípio da igualdade de todos os cidadãos perante os deuses.
- b)** se desenvolveram na região do Crescente Fértil, nas proximidades de rios.
- c) nelas existia uma teocracia absoluta baseada no comércio marítimo.
- d) suas religiões primavam por uma vida após a morte, com castigos ou recompensas eternas.
- e) contavam com códigos de leis brandos e desprovidos de ética religiosa.

Há poucas semelhanças entre essas civilizações, a não ser seu modo de produção. Crescente Fértil é o nome dado ao processo de cheia dos rios dessas regiões, que levavam detritos às áreas de várzea, fertilizando o solo. Além disso, serviam como fontes de irrigação para as plantações.

5. UEL-PR – “[...] essencialmente mercadores, exportavam pescado, vinhos, ouro e prata, armas, praticavam a pirataria, e desenvolviam um intenso comércio de escravos no Mediterrâneo [...]”

O texto refere-se a características que identificam, na Antiguidade Oriental, os:

- a)** fenícios.
- b) hebreus.
- c) caldeus.
- d) egípcios.
- e) persas.

Os povos citados nas alternativas foram trabalhados neste módulo. A questão é simples, pois basta relacionar o comércio e a navegação no Mediterrâneo aos fenícios.

6. UFPE – Entre os povos do Oriente Médio, os hebreus foram os que mais influenciaram a cultura da civilização ocidental, uma vez que o cristianismo é considerado como uma continuação das tradições religiosas hebraicas.

A partir do texto anterior, assinale a alternativa incorreta:

- a) Originários da Arábia, os hebreus constituíram dois reinos: o de Judá e o de Israel na Palestina.
- b) As guerras geraram a unidade política dos hebreus. Essa unidade se firmou primeiro em torno de juizes e, depois, em volta dos reis.
- c) Os profetas surgiram na Palestina por volta dos séculos VIII e VII a.C., quando ocorreu uma onda de protestos dos trabalhadores contra os comerciantes.

d) A religião hebraica passou por diversas fases, evoluindo do politeísmo ao monoteísmo difundido pelos profetas.

- e) Os hebreus se organizaram social e economicamente com base na propriedade da terra, o que deu início à Diáspora.

Todas as alternativas estão corretas, apesar de algumas serem bem específicas. Para responder à questão, basta notar a contradição entre a base na propriedade da terra e a Diáspora. Uma refere-se à fixação em um só lugar, tendo posse dele. A outra refere-se a uma fuga em massa.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. IFSul-RS – Este povo destacou-se pela organização e desenvolvimento de uma cultura militar. Encarava a guerra como uma das principais formas de conquistar poder e desenvolver a sociedade. Era extremamente cruel com os povos inimigos que conquistavam. Impunha aos vencidos, castigos e crueldades como uma forma de manter respeito e espalhar o medo entre os outros povos.

O texto acima se refere a qual povo da Antiguidade?

- a) Caldeus
- b) Hititas
- c) Assírios
- d) Sumérios

8. UNESP – Os Estados teocráticos da Mesopotâmia e do Egito evoluíram acumulando características comuns e peculiaridades culturais. Os egípcios desenvolveram a prática de embalsamar o corpo humano porque:

- a) se opunham ao politeísmo dominante na época.
- b) os seus deuses, sempre prontos para castigar os pecadores, desencadearam o dilúvio.
- c) depois da morte a alma podia voltar ao corpo mumificado.
- d) construíram túmulos, em forma de pirâmides truncadas, erigidos para a eternidade.
- e) os camponeses constituíam categoria social inferior.

9. Fuvest-SP – A partir do III milênio a.C. desenvolveram-se, nos vales dos grandes rios do Oriente Próximo, como o Nilo, o Tigre e o Eufrates, Estados teocráticos, fortemente organizados e centralizados e com extensa burocracia. Uma explicação para seu surgimento é:

- a) a revolta dos camponeses e a insurreição dos artesãos nas cidades, que só puderam ser contidas pela imposição dos governos autoritários.
- b) a necessidade de coordenar o trabalho de grandes contingentes humanos para realizar obras de irrigação.
- c) a influência das grandes civilizações do Extremo Oriente, que chegou ao Oriente Próximo através das caravanas de seda.
- d) a expansão das religiões monoteístas, que fundamentavam o caráter divino da realeza e o poder absoluto do monarca.
- e) a introdução de instrumentos de ferro e a consequente revolução tecnológica, que transformou a agricultura dos vales e levou à centralização do poder.

10. Fatec-SP – Ao longo do ano de 2015, o mundo assistiu à destruição de ruínas históricas milenares, localizadas principalmente nos territórios atuais do Iraque e da Síria. Militantes da organização política Estado Islâmico (EI) foram os autores da destruição. Segundo a imprensa mundial, os militantes do EI acreditam que os sítios arqueológicos mesopotâmicos incentivam o abandono da fé muçulmana e, por isso, devem ser destruídos.

Na passagem da Pré-História para a Antiguidade, é correto afirmar que as sociedades da Mesopotâmia:

- a) foram as primeiras a desenvolver formas primitivas de cristianismo, monoteísta, cujo principal culto realizava-se em templos monumentais, na região da Palestina.
- b) não construíram templos religiosos que tenham resistido ao tempo, o que leva os pesquisadores a supor que a religiosidade não era um fator significativo nesse período.
- c) se organizavam de modo a separar a religião da vida pública, permitindo que os cultos religiosos ocorressem em cômodos anexos às edificações residenciais, no âmbito privado.
- d) divinizavam diversos componentes da natureza, como o raio, o fogo, o céu, a Lua e o Sol, entre outros, e cada cidade tinha o seu deus ou deusa, honrada com a construção de grandes templos.
- e) constituíram a primeira experiência histórica de sociedade igualitária e ateia, na qual todos os membros gozavam dos mesmos direitos e deveres, exercidos em edifícios públicos construídos com diferentes finalidades.

11. UFSM-RS – A região da Mesopotâmia ocupa lugar central na história da humanidade. Na Antiguidade, foi berço da civilização sumeriana devido ao fato de:

- a) ser ponto de confluência de rotas comerciais de povos de diversas culturas.
- b) ter um subsolo rico em minérios, possibilitando o salto tecnológico da Idade da Pedra para a Idade dos Metais.
- c) apresentar um relevo peculiar e favorável ao isolamento necessário para o crescimento socioeconômico.
- d) possuir uma área agriculturável extensa, favorecida pelos rios Tigre e Eufrates.
- e) abrigar um sistema hidrográfico ideal para locomoção de pessoas e apropriado para desenvolvimento comercial.

12. UFAM – Os persas foram, na Antiguidade, um dos povos mais importantes a ocupar a região da Mesopotâmia. Sobre sua história e cultura é possível afirmar que:

- a) a vitória de Dario I sobre os gregos marcou o início da ascensão persa no Mediterrâneo, favorecendo a expansão da escrita cuneiforme e dos cultos monoteístas.
- b) desenvolveram uma religião própria, o zoroastrismo, e começaram sua expansão territorial após as conquistas lideradas por Ciro, o Grande.
- c) famosos por suas obras arquitetônicas, os persas construíram na Babilônia as maiores pirâmides da Mesopotâmia, tornando aquela cidade o centro de seu Império.
- d) o declínio do Império Persa foi marcado pela derrota de Xerxes para os assírios na Batalha de Susa.
- e) adotando uma religião que opunha, de forma maniqueísta, o bem e o mal, os persas dominaram o comércio mediterrâneo após conquistar o Egito, a Ásia Menor e a Macedônia, sob a liderança de Nabucodonosor.

13. UFRS – Em relação aos povos da Antiguidade, é correto afirmar que:

- a) os assírios foram submetidos por Nabucodonosor, originando o episódio conhecido como o Cativo da Babilônia.
- b) os fenícios foram os criadores do alfabeto, posteriormente aperfeiçoado pelos gregos e latinos.
- c) os hebreus criaram um quadro religioso caracterizado pelo politeísmo e a mumificação.
- d) os egípcios estabeleceram, em 300 a.C., o importante Código de Hamurabi, um dos primeiros códigos jurídicos escritos.
- e) os persas, após derrotarem as tropas de Alexandre, conseguiram anexar o território grego ao seu império.

14. FEI-SP – Podem ser consideradas características das civilizações da Antiguidade Oriental:

- a) o monoteísmo e uma rígida divisão social.
- b) o politeísmo e uma sociedade organizada de maneira igualitária.
- c) o politeísmo e uma rígida divisão social.
- d) o monoteísmo e uma sociedade organizada de maneira igualitária.
- e) o politeísmo e uma sociedade de classes.

15. UPE (adaptado) – Entre os povos que se destacaram na Antiguidade Oriental, os hebreus são considerados os únicos que sobreviveram ao desmoronamento de milenares impérios da história da humanidade. Sobre a sociedade hebraica na época antiga, é incorreto afirmar que:

- a) havia escravidão, porém, o escravo poderia alcançar sua liberdade, caso o patrão, castigando-o, inutilizasse seu olho ou lhe arrancasse um dente.
- b) Salomão liderou o cisma do Reino de Judá e do Reino de Israel.
- c) é no Antigo Testamento que se encontra sua história, especialmente a fase da escravidão no Egito, narrada pelos livros “Números” e “Deuteronômio”.
- d) houve a presença de mulheres como dirigentes militares na época dos Juízes, cuja autoridade era fundamentada na ideologia religiosa.
- e) durante muitos séculos, utilizou a língua hebraica, mas a substituiu pelo aramaico, língua semita do ramo ocidental, tomada oficial na época do domínio persa.

16. UEMS – A cultura hebraica (marcada por um profundo senso de religiosidade que perpassou sua arte e sua literatura) deixou raízes profundas em toda a Europa e, por extensão, na civilização ocidental, porque foi responsável pelo desenvolvimento do:

- a) ateísmo.
- b) hinduísmo.
- c) judaísmo.
- d) mitraísmo.
- e) zoroastrismo.

17. ESPM-SP – “Durante muito tempo, sobre o solo da Ásia não mais se obedecerá à lei dos persas. Não mais se pagará tributo sob coação imperial. Não se cairá mais de joelhos para receber ordens. O Grande Rei não tem mais força. As línguas não sentirão mais a mordida. Um povo está desatado e fala livremente. No seu chão sangrento, a Ilha de Salamina, em que as ondas batem, retém em seu solo o poderio persa.”

O texto apresenta um canto de libertação composto por Ésquilo, criador da tragédia grega, em que se celebra:

- a) a vitória dos gregos nas Guerras Médicas.
- b) a vitória dos gregos na Guerra do Peloponeso.
- c) a vitória dos gregos nas Guerras Púnicas.
- d) a vitória dos gregos na Guerra de Troia.
- e) a vitória de Alexandre da Macedônia sobre os persas.

ESTUDO PARA O ENEM

18. UFRN

C3-H11

Entre os hebreus da Antiguidade, os profetas eram considerados mensageiros de Deus, lembrando ao povo as demandas da justiça e da lei dadas por Javé. Isaías, um dos profetas dessa época, em nome de Javé proclamou:

“Ai dos que decretam leis injustas; dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem

as viúvas e roubarem os órfãos!” (Isaías 10:1-2).

“Ai dos que juntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar, e ficam como únicos moradores no meio da terra!” (Isaías 5:8).

Esses pronunciamentos do profeta Isaías estão ligados a uma época da história hebraica em que ocorre:

- a) a saída dos hebreus do Egito, sob o comando de Moisés, e o estabelecimento em Canaã, conquistando as terras dos povos que ali habitavam.
- b) a imigração para o Egito, quando os hebreus receberam terras férteis no delta do Rio Nilo, por influência de José, que exercia ali o cargo de governador.
- c) a formação de uma aristocracia, que enriquecera com o comércio e com a apropriação das terras dos camponeses endividados.
- d) a conquista de Jerusalém por Nabucodonosor, quando os judeus foram despojados de suas terras e deportados para a Babilônia.

19.

C3-H11

Leia o que segue:

“Amarás a teu próximo como a ti mesmo”. Rabi Akiva diz: “Este é um princípio maior da Torá”. (Midrash sobre o versículo de Lev. 19:18).

Rabi Akiva viveu na Judeia e pode ser considerado um dos fundadores do judaísmo rabínico, ou seja, centrado na figura do rabino. Viveu entre o ano 50 e 135, época na qual o cristianismo ainda começava a tomar forma. Sobre isso, é correto afirmar que:

- a) O cristianismo serviu de grande influência aos hebreus e à religião judaica.
- b) O cristianismo nasceu apenas graças à influência dos judeus, como vemos no mandamento “Amarás ao próximo como a ti mesmo”.
- c) O judaísmo é uma das primeiras religiões monoteístas, e influenciou o cristianismo como vemos no mandamento “Amarás ao próximo como a ti mesmo”.
- d) O judaísmo pode ser considerado uma religião cristã, uma vez que também segue mandamentos católicos como “Amarás ao próximo como a ti mesmo”.
- e) Rabi Akiva era um hebreu, fundador da religião judaica, que viria a influenciar também a fundação da religião cristã.

20. Enem

C2-H10

O Egito é visitado anualmente por milhões de turistas de todos os quadrantes do planeta, desejosos de ver com os próprios olhos a grandiosidade do poder esculpida em pedra há milênios: as Pirâmides de Gizé, as tumbas do Vale dos Reis e os numerosos templos construídos ao longo do Nilo. O que hoje se transformou em atração turística era, no passado, interpretado de forma muito diferente, pois:

- a) significava, entre outros aspectos, o poder que os faraós tinham para escravizar grandes contingentes populacionais que trabalhavam nesses monumentos.
- b) representava para as populações do Alto Egito a possibilidade de migrar para o sul e encontrar trabalho nos canteiros faraônicos.
- c) significava a solução para os problemas econômicos, uma vez que os faraós sacrificavam aos deuses suas riquezas, construindo templos.
- d) representava a possibilidade de o faraó ordenar a sociedade, obrigando os desocupados a trabalharem em obras públicas, que engrandeceram o próprio Egito.
- e) significava um peso para a população egípcia, que condenava o luxo faraônico e a religião baseada em crenças e superstições.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOMINUS

GRÉCIA ANTIGA: PRIMÓRDIOS, DEMOCRACIA E CULTURA

- Gregos: quem eram e onde viviam?
- Civilização cretense
- Civilização micênica
- Período Pré-Homérico
- Período Homérico
- Período Arcaico
- A Grécia Antiga como ela é mais conhecida
- Atenas
- Esparta
- Período Clássico
- Período Helenístico
- Cultura grega

HABILIDADES

- Identificar manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
- Identificar significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
- Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

GREGOS: QUEM ERAM E ONDE VIVIAM?

Levando em conta que a história do Ocidente é tributária aos gregos e romanos da Antiguidade, e que os segundos foram, também, influenciados pelos primeiros, temos dimensão de quanto a Grécia Antiga é importante para compreendermos as mudanças e permanências da história que lhe é posterior. Nas cidades-Estado gregas foram criados, desenvolvidos, consolidados e ressignificados conhecimentos, em todas as áreas, da maioria das grandes civilizações antigas. Os gregos, como Pitágoras, conheciam, ainda que de forma limitada, os pensadores árabes, egípcios, indianos e mesopotâmicos. Além disso, eles próprios desenvolveram um pensamento original que moldou os rumos da história ocidental.

"Grego" é o gentílico utilizado para se referir a vários grupos humanos de origem indo-europeia, ariana, que ocuparam a região balcânica e adjacências a partir do século XX a.C. e que se autodenominavam "helenos". Destacaram-se nesse processo de ocupação jônios, aqueus, eólios e dórios. Tais povos compartilharam valores, estabeleceram mitologias comuns e constituíram uma visão de mundo que diferiu daquela gestada nas terras orientais.

Na Ilha de Creta e na cidade de Micenas encontram-se as primeiras referências dos povos gregos em termos culturais e organizacionais.

CIVILIZAÇÃO CRETENSE

Comunidade originária da Península da Anatólia, atual Turquia, que, a partir de 3000 a.C., em levadas sucessivas, deslocou-se para ilhas próximas e encontrou na maior ilha da região as condições necessárias para seu desenvolvimento. Anatólios, de acordo com pesquisas arqueológicas e linguísticas, seriam povos arianos que se deslocaram em tempos primitivos para aquela região. Contudo, o crescimento populacional e as rivalidades dos clãs que disputavam recursos teriam estimulado a busca por outros territórios.

Para isso, houve deslocamentos marítimos, possibilitados pelo desenvolvimento de uma arte náutica, ainda que, nesse período, as embarcações não se afastassem muito da faixa litorânea. Aos poucos, viagens mais longas foram realizadas e desbravaram ilhas até a fixação de alguns grupos na Ilha de Creta.

Os anatólio-cretenses rivalizavam com os fenícios na atividade marítimo-comercial do Mediterrâneo. Mantiveram ligações econômicas com o Egito faraônico e com inúmeras áreas que circundavam o Mediterrâneo oriental. A própria escrita cretense foi desenvolvida nos contatos com o mundo egípcio, originada da adaptação do sistema hieroglífico, ainda existindo dificuldades para sua compreensão de forma ampla na atualidade.

Avanços na atividade marítimo-comercial foram sentidos por volta de 1800 a.C., quando suntuosos palácios foram erguidos, expressando o poder mercantil da ilha. No quadro expansionista, a cidade que se destacou foi Cnossos. Em razão de seu poder, desenvolveu-se a talassocracia, que exerceu forte influência na região, em especial, na área balcânica. Aos poucos, constituiu-se uma civilização a que se pode denominar berço do Ocidente.

Essa comunidade ficou conhecida como minoica (associada ao lendário rei Minos). Autores afirmam que o termo "minos" associava-se à dinastia ou expressão equivalente a "faraó", no Egito. Tal civilização representou os primórdios do mundo ocidental. Além de construírem cidades e palácios sofisticados, produziram grãos e artesanatos

vendidos em vários locais, principalmente naqueles em que havia pessoas com quem mantinham laços de parentesco e crenças comuns.

Povos que deram origem ao mundo grego, de forma geral, foram influenciados pelo mundo cretense.

Houve assimilação de um sistema de valores, um imaginário que se tornou comum a cretenses e aqueus, eólios, jônios e dórios (povos gregos). A identidade cultural foi um recurso necessário à sobrevivência dos indo-europeus, que, aos poucos, estabeleceram-se nas áreas adjacentes à Ilha de Creta, em especial, na região balcânica.

Contudo, entre os cretenses, o quadro não era apenas de relações amistosas. Existiam conflitos entre os vários grupos que disputavam espaço e muitos pretendiam dominar Cnossos, capital da civilização cretense. Ataques eram constantes e contribuíram para a decadência da ilha.

CIVILIZAÇÃO MICÊNICA

A civilização micênica teve início com as conquistas dos aqueus. Eles fizeram parte de uma segunda onda de ocupação ariana. Os aqueus eram grandes guerreiros e estabeleceram domínios variados, exigindo tributos de toda espécie dos povos submetidos. Tais povos, subordinados à ordem aqueia, tornaram-se servos.

A cidade de Micenas, localizada na Península do Peloponeso, desenvolveu-se e prosperou principalmente a partir do século XVI a.C. Utilização do bronze, desenvolvimento de técnicas agrícolas e da produção artesanal foram traços fundamentais desse mundo micênico.

Várias cidades foram criadas pelos aqueus e constituíam reinos independentes que viviam em disputa. A principal, nesse espaço de conflito, foi Micenas.

Os micênicos atacaram a Ilha de Creta e absorveram parte de sua cultura. Nesse sentido, compartilhou-se um sistema mítico que dava ao ser humano uma condição especial no mundo.

A lenda do Minotauro e do labirinto revela o encontro de povos e de culturas. É representada pelo herói Teseu (homem da região balcânica), que matou o Minotauro (ser metade touro, metade homem) e conseguiu escapar do labirinto usando um novelo de lã.

Por meio de relatos fantásticos que procuravam justificar os fenômenos da natureza e responder aos questionamentos humanos, a mitologia foi enriquecida e consolidou uma visão de mundo em que o ser humano se destacava dos outros animais. Sua capacidade de intervenção na natureza passou a ser admirada, por imprimir sua vontade ao universo em que estava inserido, mas, na época, ainda em intensa negociação com os deuses.

A civilização micênica também não resistiu às ondas de invasão de novos grupos arianos de origem aqueia e eólica. Essas comunidades encamparam realizações micênicas, conferindo uma articulação ainda maior às tradições antigas creto-micênicas.

Não se pode entender essa movimentação civilizacional sem levar em conta que foi um processo lento,

que durou séculos, no qual elementos míticos e técnicos foram abandonados e/ou rearranjados em proveito dos conquistadores.

Nesse processo, costuma-se estabelecer uma periodização indicativa de mudanças significativas da civilização grega constituída. Normalmente, fala-se de Período Pré-Homérico, Homérico, Arcaico, Clássico e Helenístico da história grega.

O conhecimento das fases mais antigas está associado a trabalhos arqueológicos e de comparação com textos produzidos posteriormente que tratavam de uma memória coletiva, alimentada por uma tradição oral e repleta de fantasias.

Discutir o mítico e o histórico na cultura grega é outra questão importante, pois os mitos influenciam a história, mas, neles, também é possível encontrar elementos históricos. Isso facilita o entendimento do passado, mas não estabelece claramente um limite entre os dois. Nesse sentido, os trabalhos arqueológicos tornam-se fundamentais na confrontação com textos que alimentaram a mitologia grega.

Apesar da dificuldade para se compreender a vida grega em sua fase mítica e, também, a formação da pólis e sua posterior decadência, alguns aspectos relevantes podem ser assinalados, respeitando-se a periodização tradicional da história da Grécia Antiga.

PERÍODO PRÉ-HOMÉRICO

Nessa fase da história grega, ocorreram invasões dos jônios, aqueus e eólios, os quais assimilaram elementos da civilização minoica e, posteriormente, micênica. Também houve o domínio sobre antigos habitantes da região balcânica, conhecidos por pelégios ou pelasgos, parentes dos anatólios da Ilha de Creta. Esses processos de absorção envolveram permanências e rupturas que moldaram as cidades-Estado gregas.

Dessas comunidades saíram grupos que estabeleceram domínios ao redor, iniciados por núcleos urbanos em que a produção era compartilhada pelos grupos aparentados. Guerras faziam parte do cotidiano, no qual se disputavam terras e homens para o trabalho forçado. Apesar dos conflitos, é nesse período que se encontra um amálgama de contribuições variadas, definindo o que se denomina antropocentrismo grego.

O final desse período esteve associado a novas invasões realizadas pelos dórios. Tais ataques levaram à diáspora dos povos já estabelecidos, configurando um movimento de novas colonizações nas terras que margeavam o Mediterrâneo oriental e ocidental.

Isso não só difundiu a cultura grega para outros espaços, contribuindo com novos arranjos no interior dos grupos humanos, mas também representou uma modificação política, pois a dispersão limitou o ordenamento político-social no interior dos genos.

Genos eram grupos familiares nos quais toda a produção era dividida entre seus membros. A auto-

ridade era exercida pelo pai da família, líder inquestionável, o qual conduzia o culto aos ancestrais, que permitia, entre outros aspectos, a manutenção da unidade e a colaboração do grupo. Iniciava-se o Período Homérico. Os dórios sobressaíram-se, entre outros aspectos, por terem desenvolvido armas de ferro enquanto aqueus e eólios conheciam apenas o bronze. Isso representou o fim da Idade do Bronze do mundo grego.

PERÍODO HOMÉRICO

Essa fase conheceu, inicialmente, um retrocesso significativo, pois o comércio foi interrompido, as trocas foram dificultadas e a escrita, abandonada. Era a Idade do Ferro instituída pelos dórios. Grupos aqueus, eólios e jônios buscaram refúgio em terras mais orientais da região balcânica e chegaram a ocupar a Ásia Menor, deslocando também seus interesses para a área do Helesponto, região em que arqueólogos encontraram ruínas de uma cidade que consideraram ser a antiga Troia.

Sabe-se que relatos fantásticos, associados a essa cidade, contribuíram para a consolidação da cultura grega, também conhecida como helênica. Obras como a *Ilíada* e a *Odisseia*, atribuídas a Homero, teriam representado a cristalização de um conjunto dessas histórias, já muito antigas na tradição oral, que colocavam o ser humano como pertencente a uma raça de heróis. Há nisso a afirmação de uma virtude essencialmente humana ou de uma idealização que se expressa na capacidade de vencer obstáculos.

Ao mesmo tempo em que essa cultura foi forjada em cantos que rememoravam ou construíam um passado mítico, organizações gentílicas (baseadas nos genos) passaram por processo de deterioração, pois a população crescia e os recursos eram escassos, havendo ruptura do modelo de produção e distribuição comunal e introdução da instituição da propriedade privada que beneficiava alguns.

Da desestruturação dos genos, depois de um período de agitações, houve a afirmação de fraternidades (tribos) hierarquizadas e, por último, a formação da pólis. Esta inaugurou uma nova fase da história grega, em que as divisões sociais ficaram mais nítidas e afirmava-se um poder aristocrático em detrimento do igualitarismo que havia inaugurado.

PERÍODO ARCAICO

Esse período representou o momento de organização das pólis. Instituições políticas foram concebidas e, assim, os homens considerados iguais, os cidadãos, podiam discutir assuntos comuns e tomar decisões reunidos em uma praça chamada ágora. Dentre as várias cidades criadas, duas tiveram destaque especial: Atenas e Esparta.

Cada uma delas tinha um governo próprio e tomava as próprias decisões, restritas ao seu território. Isso caracterizou a diversidade do mundo grego. Significa

dizer que, embora compartilhassem de uma visão de mundo comum, de algo que permitia relativa proximidade, havia na história de cada pólis um espaço para a diferenciação no interior da Hélade. Nesse sentido, reconhecem-se Esparta e Atenas como exemplos claros dessa diversidade.

A GRÉCIA ANTIGA COMO ELA É MAIS CONHECIDA

Os períodos Clássico e Helenístico englobam o auge de Atenas e Esparta, as duas cidades-Estado mais importantes da Grécia Antiga; o nascimento e a consolidação da democracia; além da cultura grega, com o teatro e as obras de arte.

Quando se fala da Antiguidade grega, geralmente são esses os assuntos tratados. Por consequência, também são os temas mais cobrados pelas bancas de vestibulares. Conhecê-los significa entender melhor não apenas a Antiguidade, mas também os rumos da história europeia e do Ocidente.

ATENAS

Os recursos da Ática, região em Atenas estava localizada, não eram suficientes para garantir o sustento da população. Uma vez que Atenas tinha saída para o mar, desde seus primórdios houve interesse em explorar o porto natural de Pireu para estabelecer rotas de comércio com outras cidades pelo mar.

SOCIEDADE ATENIENSE

Foi organizada tendo como primeira referência o controle sobre as terras disponíveis. Famílias que controlaram, nos primórdios da pólis, as melhores terras constituíam a elite ateniense. Membros dessas famílias tradicionais eram chamados de eupátridas (bem-nascidos). Além deles, existiam ainda pequenos proprietários, conhecidos por *georgois*, e homens que não detinham controle sobre terras, os *thetas*, mas eram livres e desempenhavam atividades artesanais e marítimas, entre outras.

Em razão do desenvolvimento do comércio, homens que não tinham nascido na pólis participavam daquela sociedade, sendo chamados de metecos. Estes não usufruíam dos direitos à cidadania e pagavam tributos para comercializar. Existiam, ainda, escravos em grande quantidade. Compras, endividamento e guerras eram formas comuns de obtenção de mão de obra escrava. Pode-se afirmar que quase metade da população era constituída por homens não livres, o que significa dizer que o escravismo foi intenso em Atenas.

Vários autores que tratam da chamada história temática e analisam a condição feminina ao longo do tempo afirmam que a sociedade ateniense era fortemente patriarcal. Mulheres eram consideradas até mesmo escravas domésticas. Dessa forma, era nítida a assimetria da relação entre homem e mulher.

A esse respeito, Chico Buarque de Holanda e Augusto Boal compuseram, em 1976, a canção “Mulheres de Atenas”, na qual, ao tratar da mulher ateniense, estabelecem uma comparação com a sociedade brasileira e criticam a situação da condição feminina.

Embora Atenas estivesse associada à deusa da sabedoria Palas Atena, havia empecilhos para a participação da mulher em vários espaços públicos, principalmente na política. Nesse sentido, pode-se afirmar que, por uma questão cultural, o homem era visto como detentor de virtudes (*virtú*), ao contrário da mulher.

A palavra *virtú* deu origem à ideia de virilidade, característica pertinente ao homem e que faz referência ao seu poder de intervenção, de acordo com os antigos gregos, daí o impedimento à participação da mulher na política e seu confinamento ao espaço doméstico. Isso remete a uma questão importante: a educação ateniense.

EDUCAÇÃO ATENIENSE

Em relação à educação, a formação do cidadão passava necessariamente pelo desenvolvimento da habilidade de comunicação: valorizava-se e cultivava-se a arte do bem falar, conhecida como retórica, e estudavam-se técnicas de persuasão e argumentação. Isso era muito importante para uma cidade que estabeleceu relações comerciais com vários lugares.

Além de ser fundamental argumentar para convencer no plano comercial, o bom governo da cidade também dependia dessa habilidade, pois apenas os cidadãos que compreendessem o valor da palavra poderiam contribuir em um debate para a melhor tomada de decisão da pólis.

Em Atenas, existiam os sofistas, homens valorizados por ensinar a arte do convencimento. De acordo com Platão, a crítica que Sócrates realizou em relação aos sofistas permitiu o desenvolvimento da filosofia na cidade, mais precisamente a metafísica.

Outro aspecto da educação ateniense está no desenvolvimento de estudos matemáticos. A discussão sobre valores passava necessariamente pela medida das coisas, de sua razão e da proporção entre as coisas, e tudo isso envolvia números. O sistema monetário criado pelos atenienses já suscitava a questão das relações numéricas entre as coisas, facilitando as trocas, ou seja, o comércio. Essa prática era realizada com o aprendizado da música e, assim, o pensamento pitagórico foi absorvido pelos educadores atenienses.

Além da retórica e da matemática, a educação ateniense foi pautada pelo interesse no desenvolvimento de atividades físicas e exercícios militares. Atenienses deviam estar preparados para defender seu lugar de nascimento e demonstrar habilidades físicas nas competições entre cidades gregas, que se realizavam em Olímpia.

Dessa forma, pode-se afirmar que era uma educação abrangente, que visava realizar o ideal de mente sã e de corpo são. O cidadão, apto a desempenhar várias tarefas por meio dela, era o elemento fundamental da política ateniense. Isso remete à organização política da cidade no Período Arcaico.

POLÍTICA ATENIENSE

Em relação à política, a cidade de Atenas passou por uma evolução: de governo aristocrático a governo democrático. O Período Arcaico foi mesmo a expressão do poder da aristocracia.

A princípio, Atenas foi uma monarquia cujo rei era denominado basileus. Contudo, eupátridas passaram, a partir do século VII a.C., a controlar a vida política por meio do areópago e do arcontado. O primeiro era exercido por juizes oriundos da aristocracia, e o segundo, constituído por nove governantes que dividiam a responsabilidade de tomar algumas decisões importantes.

Entre os arcontes, pode-se destacar arconte-epônimo, arconte-polemarco e arconte-basileus. O primeiro era responsável pela administração (prefeitura); o segundo era o chefe militar; e, o terceiro, uma espécie de supremo sacerdote. Além dessas instituições, havia ainda a Eclésia, principal assembleia popular que votava aprovando ou rejeitando propostas do areópago.

ESPARTA

Cidade militarista desde os primórdios, fundada pelos dórios na região da Lacônia, ao sul da Península do Peloponeso. A região favorecia a prática da agricultura, a qual abastecia de forma razoável a população. Entretanto, o desenvolvimento dessa cidade-Estado se deu, basicamente, com a exploração de antigos habitantes da região. Para isso, era necessário ter uma estrutura militar forte, o que ajuda a explicar sua organização social.

SOCIEDADE ESPARTANA

Em Esparta, houve a constituição de uma sociedade rígida, marcada pelo princípio militar em que guerreiros ocupavam lugar de destaque e eram conhecidos como esparciatas.

Outros grupos, submetidos pelos dórios na Lacônia, desenvolveram atividades artesanais, agrícolas e comerciais que os colocavam em situação de inferioridade. Eram periecos. Alguns deles chegaram a participar de forças militares espartanas, subordinados aos chefes guerreiros esparciatas.

Mais abaixo, nessa hierarquia social, encontravam-se os hilotas. Estes eram oriundos de outras conquistas dos esparciatas em áreas mais afastadas da Lacônia e trabalhavam como servos do estado. Não tinham direitos e foram distribuídos nas terras conquistadas. O resultado de seu trabalho era repartido entre famílias de guerreiros espartanos.

Um aspecto que diferenciou Esparta de Atenas foi o tratamento dado às mulheres. Espartanos valorizavam-nas relativamente. Elas participavam dos exercícios militares e chegaram a ocupar cargos administrativos na pólis, não sendo confinadas exclusivamente ao espaço doméstico. Apesar dessa importância, não participavam da vida política, que era destinada aos melhores guerreiros. Como a posição social elevada e a participação política estavam associadas à atividade militar, a formação de guerreiros de elite, em Esparta, era de fundamental importância.

EDUCAÇÃO ESPARTANA

Espartanos tiveram como fundamento educacional a preocupação de formar guerreiros. Até hoje costuma-se definir educação rígida como espartana. Existiam castigos físicos, crianças passavam fome em treinamento militar e realizavam-se atividades físicas intensas; tudo isso com um único objetivo: constituir homens aptos a exercer o domínio sobre outros povos.

Esparciatas recebiam formação militar desde os 7 anos, desenvolviam habilidades militares e submetiam-se a exercícios constantes para melhorar o condicionamento físico. Além disso, eram ensinados a falar pouco, por isso o laconismo característico dessa cultura. O importante era falar o que se desejava em poucas palavras. Dessa forma, não floresceu em Esparta uma elite de homens filiados à retórica e à filosofia, como aconteceu em Atenas.

A discussão política acontecia apenas entre homens considerados iguais (*homoioi*), que já haviam dado provas de valor militar e, por isso, podiam participar das instituições políticas da cidade, fazendo valer seus interesses.

POLÍTICA ESPARTANA

A vida política em Esparta estava limitada à aristocracia militar. Seus elementos participavam de aparelhos deliberativos e consultivos de tal forma que famílias importantes eram contempladas com um verdadeiro acordo entre pares.

Entre as instituições políticas, encontram-se:

- **apela** – constituída por homens acima de 30 anos e representava o órgão deliberativo;
- **gerúsia** – espécie de conselho de anciãos. Apenas 28 idosos, que tivessem revelado grande valor militar, eram escolhidos para ocupar esse conselho;
- **eforato** – associava-se ao governo cotidiano da pólis. Isso se explicava por não haver encontros da apela no dia a dia da cidade.

Dessa forma, a apela escolhia cinco homens saídos dessa assembleia para governar a pólis. O governo era definido pelos éforos junto à gerúsia e à diarquia. Esta era uma divisão ancestral de grupos dórios de linhagens distintas que se uniram para controlar o Peloponeso.

Em Esparta, previa-se a existência de dois reis: um com função de chefe guerreiro, conduzindo homens em batalha; e o outro com função religiosa, uma espécie de sumo sacerdote que conseguiria o apoio dos deuses nas campanhas militares espartanas.

Todos os que participavam da vida política eram considerados os melhores homens de Esparta, podendo-se afirmar, assim, que seu governo era aristocrático e dessa forma permaneceu até o fim. Isso significa apontar mais uma diferença em relação a Atenas, pois esta modificou a estrutura aristocrática, caminhando para um governo democrático.

PERÍODO CLÁSSICO

Inicialmente, esse período foi de esplendor, estando associado ao intercâmbio comercial intenso, à

expansão colonizadora, à articulação das cidades contra o expansionismo persa e à disseminação do modelo democrático ateniense para algumas pólis. No final, houve a decadência das cidades-Estado em virtude do conflito entre elas, mais precisamente a confrontação entre Atenas e suas coligadas (Liga de Delos) e Esparta e suas associadas (Liga do Peloponeso).

Por volta do século VI a.C., as cidades gregas conheceram um crescimento populacional intenso e muitos de seus habitantes não encontravam oportunidades no espaço diminuto da pólis. Dessa forma, um movimento migratório teve início para outras áreas da Bacia do Mediterrâneo.

Populações migrantes levavam consigo modelos de organização política e social que fundamentavam novas cidades-Estado. Nesse processo colonizador, era a própria cultura grega que se difundia. Embora essas unidades constituídas usufruíssem de autonomia política, tinham ligações econômicas com áreas de origem de sua população. Isso incrementava trocas e garantia espaço às elites talassocráticas (fundadas na atividade mercantil).

Ao mesmo tempo em que o mundo grego prosperava, o Império Persa conquistava mais territórios no Oriente, aproximando-se das colônias situadas na região da Jônia, na Ásia Menor; e dos domínios gregos e macedônios da região da Trácia.

A ameaça persa avançou quando o exército do imperador Dario invadiu colônias da Jônia, colocando em perigo todo o mundo grego. Houve pedido de ajuda dos habitantes atacados e Atenas passou a conduzir uma articulação que visava preservar a autonomia daquela região.

Essa preservação objetivava a defesa do próprio modelo político, constituído no mundo grego como um todo, pois o que estava em questão era a autonomia da cidade-Estado. Dessa forma, foi relativamente fácil para Atenas convencer outras cidades a participar da campanha contra o exército invasor persa.

O confronto recebeu o nome de Guerras Médicas ou Guerras Greco-Pérsicas. Ao mesmo tempo em que Atenas desenvolvia esforços no campo militar para combater a invasão persa, modificações significativas aconteciam no âmbito político dessa cidade.

Tais alterações não ocorreram da noite para o dia, mas fizeram parte de um processo em que a antiga aristocracia (eupátridas) foi perdendo espaço político para outros grupos sociais. Um fator importante para isso foi o desenvolvimento comercial, que possibilitou a ascensão de uma nova elite fundada na riqueza monetária, uma espécie de talassocracia.

Essa elite associou-se aos demiurgos, homens oriundos da articulação entre alguns *thetas* e *georgois* em atividades artesanais e marítimo-comerciais. Assim, o legislador Sólon (594 a.C.), ao estabelecer uma reforma política na qual abriu espaço para aqueles que com-

provassem renda na Bulé (assembleia), aumentando, assim, o número de participantes, teria dado o primeiro passo para a quebra do princípio aristocrático do poder.

Essa reforma inscreveu-se em um contexto de agitações populares contra a lei draconiana que previa escravidão por dívidas na cidade. A abolição exigia que se compensassem homens de negócio que eram emprestadores e não teriam mais a possibilidade de escravização como garantia do pagamento das dívidas.

O poder aristocrático foi ainda mais diminuído quando a cidade foi controlada por um tirano chamado Psístrato (560 a.C.-527 a.C.). A tirania foi um fenômeno geral, pois várias cidades passaram por esse tipo de governo. Ela inseriu-se no quadro de lutas entre aristocratas e integrantes dos setores populares, como comerciantes e armadores. O tirano chegava ao poder apoiado pela população em ações contra a aristocracia e normalmente tinha origem nos novos proprietários de terras, não provenientes da aristocracia.

Psístrato realizou outra reforma e distribuiu terras ao povo ateniense, abalando o que mais conferia poder à aristocracia: a riqueza fundiária. No caso de Atenas, regulamentou a questão agrária, distribuindo terras e reduzindo a força política dos antigos proprietários. Dessa forma, o regime de pequenas propriedades se impôs na Ática, reduzindo distâncias sociais. Além disso, estimulou a produção artesanal e o intercâmbio, transformando a cidade no maior centro econômico do mundo grego.

Após esse período de tirania, Atenas caminhou para a democracia, pois havia a necessidade de se discutir a forma como ocorreria a participação política na cidade. Assim, quando a ameaça persa atingiu o mundo grego, as diferenças haviam sido reduzidas no interior da sociedade ateniense e já verificava-se uma ampliação da participação política, graças ao legislador Clístenes (565 a.C.-492 a.C.), considerado o pai da democracia.

Clístenes ampliou a participação política, pois levava em consideração homens livres, nascidos na pólis, com pais nascidos na cidade e residentes nos demos (divisão administrativa no interior da pólis). Dessa forma, não havia qualquer tipo de restrição quanto à riqueza para a participação política na ágora (praça). Contudo, muitos ainda tinham dificuldades econômicas ou dedicavam-se diretamente às atividades produtivas, por isso não dispunham de tempo para participar da vida política.

O direito estava garantido, mas o exercício do direito não era completamente realizado por todos os cidadãos que poderiam participar dos assuntos políticos. Alguns historiadores chegaram a afirmar que Clístenes foi responsável pelo estabelecimento do ostracismo em Atenas.

O ostracismo consistia em uma escolha feita pelos cidadãos, que marcavam individualmente, em um caco de cerâmica, o nome do cidadão que supostamente era uma ameaça à democracia e que eles desejavam banir da cidade. O mais votado era expulso por dez anos e perdia os direitos políticos. Entretanto, existem controvérsias a esse respeito.

A maior participação política em Atenas aconteceu exatamente na época das Guerras Médicas (492 a.C.-479 a.C.) e logo após a afirmação de sua supremacia no mundo grego pelo legislador da cidade: Péricles. Esse auge democrático foi possível, entre outros fatores, em razão da cobrança de tributos realizada por Atenas para fazer frente aos gastos militares no conflito com os persas.

Quando os persas desistiram da campanha, Atenas havia criado a Liga de Delos e administrava recursos coletados das cidades participantes daquela confederação. Atenas era uma cidade com características imperialistas, exercendo hegemonia sobre o mundo grego.

Parte dos recursos destinados à formação do tesouro de Delos era desviada por Atenas. Estes foram utilizados em benfeitorias na cidade e no pagamento de salários aos cidadãos que participavam do governo democrático. Assim, por esse artifício os cidadãos tinham mais tempo livre para se dedicar ao governo, e a ágora passou a ser bastante frequentada.

No mundo grego, uma oposição cresceu em relação ao imperialismo ateniense, capitaneada por Esparta, que não se submeteu a Atenas e criou uma confederação de cidades descontentes: a Liga do Peloponeso.

Hostilidades entre as duas organizações configuraram uma guerra no interior do mundo grego. As campanhas militares ficaram conhecidas como Guerra do Peloponeso (431 a.C.-404 a.C.).

Os confrontos enfraqueceram o mundo grego e o modelo político das cidades-Estado, dando início à decadência da pólis. Depois de várias campanhas militares, os gregos foram conquistados pelos macedônios, que viviam mais ao norte da região balcânica. Esse acontecimento encerra o Período Clássico e inaugura o Período Helenístico.

PERÍODO HELENÍSTICO

A última fase da história grega antiga antes do domínio romano recebeu o nome de helenística e pode ser descrita como o período em que os gregos passaram a ter contato intenso com o mundo oriental. O motivo principal desse convívio vinculou-se à política imperial desenvolvida pelo rei da Macedônia, Alexandre Magno, o qual controlou as cidades e, ao reunir ambos os povos, conduziu seus guerreiros em direção às terras do decadente Império Persa.

Alexandre construiu um império unindo o oriente ao Ocidente. Seus domínios atingiram territórios nas proximidades do Rio Indo (Índia). A política desse imperador visava misturar gregos e orientais. Aos poucos, houve uma fusão de tradições distintas, constituindo o que se

denominou cultura helenística ou helenismo. Mesmo após a morte precoce de Alexandre, os gregos não se esqueceram do que encontraram no Oriente e construíram narrativas que refletiam essa experiência.

CULTURA GREGA

Os gregos antigos consideravam que o ser humano é um animal diferente dos demais em virtude de sua capacidade de raciocinar e, nesse sentido, essa cultura apresentava um caráter humanista. Dessa forma, foi constituída uma visão antropocêntrica assentada na ideia principal de sua capacidade de transformar a natureza e dar novos sentidos ao mundo, assumindo nele posição de protagonista.

Assim, a produção artística grega não pode ser dissociada dessa visão. Do teatro à estatuária, da religião à filosofia, da arquitetura às Olimpíadas, da música à pintura, em todos os âmbitos foi o ser humano que ocupou lugar de destaque.

TEATRO

Na Grécia Antiga, o teatro era uma festa dedicada ao deus Dioniso, que por isso é conhecido como patrono da representação teatral. Os gregos utilizavam o teatro como forma de ação pedagógica, por isso os temas buscavam afirmar valores, estabelecer normas de conduta e consolidar visões sobre o mundo. Essa civilização foi responsável por instituir os gêneros comédia e tragédia.

As histórias representadas visavam provocar riso e choro como expedientes de convencimento e percepção da própria condição humana. De acordo com o pensador alemão Friedrich Nietzsche, o período da grande criatividade grega foi o da tragédia, na qual forças dionisíacas e apolíneas se contrapõem revelando a própria condição humana, pois Dioniso, deus da embriaguez, e Apolo, deus da ordem e da luminosidade, representavam o próprio movimento humano: o movimento da existência trágica.

Para se ter uma ideia do alcance da cultura grega, vejamos o seguinte exemplo: Os filósofos alemães Nietzsche e Spengler estudaram o teatro grego e chegaram a dois conceitos derivados desses deuses: o apolíneo e o dionisíaco. O apolíneo é ordenado, iluminado e centrado, enquanto o dionisíaco é imprevisível e ébrio.

- Eurípedes escreveu tragédias como *Medeia*, *As troianas*, *As suplicantes*, *As bacantes* e *As fenícias*, entre outras obras.
- Aristófanes foi o maior representante da comédia grega. Entre suas obras, destacam-se *Lisístrata*, *As vespas*, *As nuvens*, *Assembleia de mulheres*, *A paz* e *As rãs*, entre outras.
- Sófocles, um dos grandes autores do gênero trágico, escreveu *Ájax*, *Antígona* e *Édipo Rei*, entre outras obras.
- Ésquilo ficou conhecido como o pai da tragédia. Ele inovou fazendo com que seus inúmeros personagens interagissem entre si, e não apenas com o público. Entre suas peças, destacam-se *Agamenon* e *Os persas*.

ESTATUÁRIA

A produção escultórica grega variou ao longo de seus quase dezoito séculos de existência. Pode-se assinalar, em linhas gerais, a existência de três fases de produção estatuária.

- **Estilo arcaico** – arte que correspondeu a figuras principalmente masculinas em uma constituição que lembra a rigidez e a imponência da arte egípcia antiga. Era um modelo simplificado em excesso, muito rígido e menos próximo da natureza.
- **Estilo clássico** – o bronze passou a ser utilizado como matéria-prima em muitas obras. As formas eram acentuadas com sinuosidades e detalhes que davam a impressão de organismo vivo e apresentavam naturalismo e harmonização por meio de esquemas simétricos e de proporcionalidade.
- **Estilo helenístico** – as obras apresentavam expressividade e realismo acentuados, levando o observador a imaginar que os seres esculpidos eram reais e se tornaram pedra ao olhar para alguma Medusa. Causa espanto tamanho realismo. Rostos de estátuas expõem a psicologia humana em que dor, felicidade e desejo transbordam das figuras representadas. Há uma dramaticidade que eterniza sentimentos humanos no mármore ou no bronze.

PINTURA

O desenvolvimento da pintura remonta à contribuição das civilizações minoica e micênica. A arte era feita em vasos de cerâmica e representava cenas de guerra, de festas e de atividades cotidianas. Cenas de relatos míticos foram preservadas, informando atos heroicos que moldaram a consciência do poder humano no mundo e sua capacidade de atuação.

ARQUITETURA

Normalmente identificada por três ordens clássicas (dórica, jônica e coríntia), destaca-se pela utilização de colunas, pois a técnica do arco para distribuição do peso não havia sido desenvolvida, havendo a necessidade de colocá-las próximas umas das outras para garantir que a construção não desabasse.

1. **Ordem dórica** – mais simples e menos rebuscada; plataforma e colunas (tratadas com estrias verticais) encaixavam-se, mas o ajuste não era uniforme; capitel sem ornamentação.
2. **Ordem jônica** – mais bem trabalhada; friso mais uniforme envolvendo colunas e plataforma; capitel recebe ornamentação; recortes de pedra apresentavam também riscas horizontais na base.
3. **Ordem coríntia** – mais rebuscada; colunas possuíam maior riqueza de detalhes; capitel recebia tratamento especial com imagens em baixo-relevo e representações de plantas; recortes de pedras e frisos mais precisos.

MÚSICA

Os estudos de música no mundo grego vinculavam-se ao desenvolvimento da matemática de Pitágoras. O pensador da cidade de Samos teria desenvolvido uma teoria a respeito da origem do universo, associando-a à combinação de medidas.

Considerava-se que a organização do espaço, com tudo o que existia nele, era uma construção de relações matemáticas perfeitas expressas em sons, a música das esferas. Assim, o universo era uma música, a qual não podia ser ouvida porque o ser humano não fazia parte dessa composição. Só uma mente superior poderia acessá-la. Pensadores faziam cultos a Orfeu e realizavam festivais de música conhecidos como cantos orfeônicos, pois, de acordo com a mitologia, Orfeu era poeta e médico e tinha alterado a natureza com o encantamento produzido por sua composição musical.

Gregos são responsáveis por sistemas de notação musical e modos de composição. Suas produções ganhavam sons com lira (cordas) e aulo (instrumento de sopro), além do coro.

FILOSOFIA

Uma das grandes contribuições do mundo grego para o Ocidente foi a filosofia. Pode-se considerar a produção do pensamento grego filosófico com base na formação da pólis, pois, aos poucos, houve ruptura com o pensamento mítico que tratava da cosmogonia (nascimento do universo) e apelava para entidades divinas em sua explicação. A filosofia buscava a cosmologia, ou seja, o princípio do universo, logos, razão.

Nessa busca, houve divisão entre físicos e metafísicos. Os primeiros procuravam um princípio material, a *physis*, do universo. Entre os físicos, também conhecidos como pré-socráticos, encontram-se Tales de Mileto (água), Heráclito de Éfeso (fogo), Pitágoras de Samos (número), Parmênides de Eleia (matéria invisível) e Demócrito de Abdera (átomo). Entre os metafísicos, conhecidos como socráticos, encontram-se Platão (teoria das ideias) e Aristóteles (ato/potência).

No Período Helenístico, também existiram as chamadas filosofias menores. Surgiram no contexto da cri-

se das cidades-Estado, durante a decadência da pólis. Não possuíam a pretensão das ciências anteriores e buscavam dar melhor condição de vida ao ser humano em situações de incertezas. Entre elas, destacam-se o epicurismo, o estoicismo, o ceticismo e o cinismo.

FESTIVAIS OLÍMPICOS

Desde 776 a.C., aconteceram encontros entre cidades para a realização de competições esportivas chamadas de festivais olímpicos, pois eram dedicadas aos deuses que habitavam o Monte Olimpo, em especial, Zeus. Embora fosse uma festa em homenagem a eles, eram os seres humanos que se destacavam, pois se ressaltava a capacidade humana para superar obstáculos e prestigiava-se aquele que vencesse uma competição olímpica.

RELIGIÃO

Os gregos eram politeístas e, suas divindades, muito parecidas com os seres humanos, pois possuíam os mesmos sentimentos que estes. A diferença estava na imortalidade dos deuses e no caráter efêmero (mortal) dos seres humanos. A proximidade era de tal ordem que as divindades podiam estabelecer relações físicas íntimas com os humanos, podendo gerar heróis–semideuses.

Algumas divindades gregas:

- Zeus – senhor de todos os deuses do Olimpo.
- Hera – esposa de Zeus, protetora das mulheres e do casamento.
- Atena – filha de Zeus, protetora das artes e da sabedoria.
- Apolo – deus da luz.
- Ártemis – deusa da caça.
- Hermes – mensageiro dos deuses.
- Dioniso – deus do vinho, das festas e dos prazeres.
- Posêidon – deus das águas.
- Afrodite – deusa do amor e da beleza feminina.
- Ares – deus da guerra.
- Héstia – deusa do lar.

ROTEIRO DE AULA

CIVILIZAÇÃO GREGA

Origens

O termo "grego" é utilizado para se referir a:

Vários grupos humanos que se estabeleceram na região balcânica a partir do século XX a.C.

Povos que ocuparam a região:

Aqueus, eólios, jônios e dórios. Esses povos compartilharam valores culturais.

Esses povos se autodenominavam:

Helenos. Julgavam ter um ancestral em comum, o que, junto com o comércio e aspectos culturais, lhes dava certa unidade.

Os primórdios dessa cultura:

As primeiras referências aos modelos culturais e à organização política dos gregos encontram-se na Ilha de Creta e em Micenas.

ROTEIRO DE AULA

Características gerais

Período Pré-Homérico:

Estabelecimento dos primeiros núcleos urbanos. Constantes conflitos pela posse de terras. Genos: grupos familiares com produção distribuída e controle exercido pelo patriarca.

Período Homérico:

Relatos fantásticos consolidam a cultura grega. Obras atribuídas a Homero, como *Ilíada* e *Odisseia*, representam a afirmação do ser humano como herói. O crescimento da população e a escassez de recursos naturais levam ao colapso da organização em genos, consolidando-se as fratrias (tribos) hierarquizadas e, por último, a formação de pólis (cidades), com divisões sociais mais nítidas.

Período Arcaico:

Organização das pólis, concepção de instituições políticas em que cidadãos tomam decisões na ágora (praça). Cada cidade grega se autogoverna, mas compartilham variados aspectos culturais, permitindo relativa unidade. Esparta e Atenas são exemplos clássicos dessa diversidade.

ROTEIRO DE AULA

GRÉCIA ANTIGA: DEMOCRACIA E CULTURA

Características das principais cidades-Estado gregas

Atenas:

Sociedade: eupátridas, *georgoi* e demiurgos (cidadãos), metecos (estrangeiros), escravos.

Reivindicações exigindo o fim da escravidão por dívidas e reformas políticas abrem espaço para a participação de outros grupos sociais; democracia.

Nem todos os habitantes de Atenas eram cidadãos e poucos participavam das decisões políticas.

Sociedade extremamente patriarcal, sem participação política das mulheres, limitadas ao ambiente doméstico.

Na educação, enfoque para retórica, filosofia, estudos matemáticos, música. Atividades físicas também com destaque – mente e corpo são.

Esparta:

Sociedade: esparciatas *homoioi* (cidadãos), periecos (estrangeiros), hilotas (escravos).

Diarquia: dois reis exercem o poder em tempo de guerra e oficiam cerimônias religiosas. Exército liderado pelos esparciatas.

Educação: voltada para o militarismo, sendo os homens treinados desde a infância, prestando serviço militar até os 60 anos.

ROTEIRO DE AULA

Período Clássico

A explosão demográfica favorece o deslocamento populacional para outras regiões da Bacia do Mediterrâneo. Nessa expansão colonizadora, cultura e modelos de organização política e social gregos se difundem. Intercâmbio comercial intenso entre as cidades gregas.

Guerras Médicas: articulação das cidades gregas contra invasões persas nas regiões colonizadas da Ásia Menor.

Guerra do Peloponeso: confrontação entre Atenas e suas coligadas (Liga de Delos) e Esparta e suas associadas (Liga do Peloponeso). Enfraquecimento do mundo grego e do modelo político das cidades-Estado.

Período Helenístico

A desarticulação causada pela Guerra do Peloponeso facilita o domínio macedônico sobre as cidades gregas, conquistadas por Alexandre, o Grande. Intenso intercâmbio com o mundo oriental. As conquistas de Alexandre espalham a cultura grega até as proximidades da atual Índia. A fusão entre essas culturas constitui o helenismo.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Fuvest-SP – “O aparecimento da pólis constitui, na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo. Certamente, no plano intelectual como no domínio das instituições, só no fim alcançará todas as suas consequências; a pólis conhecerá etapas múltiplas e formas variadas. Entretanto, desde seu advento, que se pode situar entre os séculos VIII e VII a.C., marca um começo, uma verdadeira invenção; por ela, a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos.”

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 1981. (Adaptado)

De acordo com o texto, na Antiguidade, uma das transformações provocadas pelo surgimento da pólis foi:

- a) o declínio da oralidade, pois, em seu território, toda estratégia de comunicação era baseada na escrita e no uso de imagens.
- b) o isolamento progressivo de seus membros, que preferiam o convívio familiar às relações travadas nos espaços públicos.
- c) a manutenção de instituições políticas arcaicas, que reproduziam, nela, o poder absoluto de origem divina do monarca.
- d) a diversidade linguística e religiosa, pois sua difusa organização social dificultava a construção de identidades culturais.
- e) a constituição de espaços de expressão e discussão, que ampliavam a divulgação das ações e ideias de seus membros.**

O texto utilizado na questão já inicia apontando o papel decisivo da pólis na história do pensamento grego. Havia espaços reservados à expressão e à discussão, como indica a alternativa correta. As outras alternativas têm palavras-chave que demonstram seus erros: "declínio da oralidade", "isolamento de seus membros", "origem divina", "monarca" e "organização social difusa".

2. Unirg-TO

C5-H24

“Conforme o historiador grego Tucídides, o estrategista Péricles (499-429 a.C.) caracterizou o regime democrático do seguinte modo: ‘Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo depende não de poucos mas da maioria, é democracia. Nela, enquanto no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas divergências privadas; quando se trata de escolher (se é preciso distinguir em qualquer setor), não é o fato de pertencer a uma classe, mas o mérito, que dá acesso aos postos mais honrosos; inversamente, a pobreza não é razão para que alguém, sendo capaz de prestar serviços à cidade, seja impedido de fazê-lo pela obscuridade de sua condição.’”

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 109.

Apesar dos traços apresentados, o regime democrático da Atenas clássica não englobava todas as pessoas que ali viviam. Assinale a alternativa que indica corretamente grupos excluídos da democracia na antiga pólis.

- a) As mulheres e os escravos, porque somente os homens livres podiam participar da Assembleia do Povo.**
- b) Os militares e as crianças, pois, como eram sujeitos a ordens superiores, não poderiam respeitar a igualdade democrática.

- c) A aristocracia e os estrangeiros, porque enquanto os primeiros queriam os direitos somente para eles mesmos, os povos não gregos queriam aproveitar-se do conceito de igualdade para governar também.
- d) Os magos e sacerdotes, pois estes defendiam que somente os deuses poderiam governar e não aceitavam a corrupção típica do âmbito político.

A questão trata, ao mesmo tempo, da definição do que é ser cidadão na Grécia Antiga e das limitações dessa primeira forma de democracia. Cidadãos eram todos os homens livres, portanto escravos e mulheres não podiam participar das decisões democráticas.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

3. UFRGS-RS – “Na sua narrativa da Guerra do Peloponeso, Tucídides assim relata as práticas funerárias atenienses: ‘Desse cortejo participam livremente cidadãos e estrangeiros; e as mulheres da família estão presentes, ao túmulo, fazendo ouvir sua lamentação. Depositam-se, em seguida, os despojos no monumento público, situado na mais bela avenida da cidade, e onde as vítimas de guerra são sempre sepultadas – à exceção dos mortos de Maratona: a estes, considerando-se seu mérito excepcional, concedeu-se sepultura no próprio lugar da batalha. Uma vez que a terra recobre os mortos, um homem escolhido pela pólis, reputado por distinguir-se intelectualmente e gozar de alta estima, pronuncia em sua honra um elogio apropriado; depois disto, todos se retiram. Assim têm lugar esses funerais; e, durante toda a guerra, quando era o caso, aplicava-se o costume.’”

Citado em LORAUX, N. *A invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 39.

Assinale a alternativa correta a respeito da história da Antiguidade grega, com base no texto apresentado.

- a) Os ritos funerais na Grécia Antiga eram cerimônias religiosas, destinadas apenas a conduzir ao paraíso os heróis mortos.
- b) Os metecos, participantes das práticas funerais, formavam parte do demos ateniense e possuíam os mesmos direitos políticos que os cidadãos da pólis.
- c) Todos os soldados atenienses mortos nos confrontos com Esparta, em razão do grande mérito de seus feitos, eram sepultados no próprio lugar da batalha.
- d) A cena descrita, ocorrida na democracia ateniense, indica o valor dado aos cidadãos mais eloquentes da cidade.**
- e) A realização de um discurso fúnebre por alguém escolhido na massa de cidadãos de Atenas revela o caráter secundário e improvisado da cerimônia.

As alternativas erradas apresentam informações que, além de não estarem presentes no texto, são equivocadas. É possível dizer, isso sim, que o poder da oratória era algo valorizado e fazia parte, até mesmo, de rituais fúnebres e homenagens.

4. UFGD-RS – Em Atenas, na Grécia Antiga, os ideais de democracia conviviam com a escravidão. Pedro Paulo Funari, em sua obra *Grécia e Roma* (2002) destaca que não é “exagero dizer que a democracia ateniense dependia da existência da escravidão” (p. 38).

Nessa perspectiva, considera-se que:

- a) os escravos de Atenas, em sua maioria, eram prisioneiros de guerra e seus descendentes.**
- b) a escravidão em Atenas era limitada, pois prevalecia a ideia de democracia plena, em que gradativamente o sistema escravista ia desaparecendo.

- c) os grupos de escravos que viviam em Atenas eram provenientes de Esparta, haja vista que Atenas e Esparta eram rivais históricos desde o século III.
- d) a democracia ateniense foi ímpar para pensar o sistema democrático no Brasil após a Proclamação da República, em 1822.
- e) os escravos atenienses eram de origem africana, sobretudo, dos países que compõem o sul da África. Até o século VI, o tráfico de africanos para Atenas era significativo.

É incorreto dizer que o sistema escravista tendia ao desaparecimento, que os escravos de Atenas vinham de Esparta, ou mesmo do sul da África. A alternativa D erra ao relacionar dois fenômenos distintos e também apresenta uma data incorreta, já que a Proclamação da República acontece em 1889. Entretanto, é correto dizer que a maioria dos escravos atenienses eram prisioneiros de guerra e que essa condição era hereditária.

5. Fac. Direito de Franca-SP – “Uma das manifestações culturais mais interessantes e influentes das cidades antigas foi o teatro. Surgiu na cidade de Atenas, no século V a.C.”

GUARINELLO, Norberto Luiz. *A cidade na Antiguidade clássica*. São Paulo: Atual, 2006. p. 6.

É correto afirmar, com base no texto e em seus conhecimentos, que o teatro na Grécia Antiga:

- a) permitiu transpor as disputas políticas para o espaço ficcional, uma vez que as peças tratavam apenas de questões do presente.
- b) surgiu como forma de homenagear deuses e incorporou temas e preocupações presentes na mitologia.
- c) contribuía para integrar nobres e escravos, homens e mulheres, uma vez que todos participavam das encenações.
- d) demonstrava a valorização das atividades artísticas, uma vez que a dramatização era a principal disciplina na formação das crianças.

As peças do teatro grego, de forma geral, tratavam de sua mitologia e rendiam homenagens aos deuses. As afirmativas das alternativas incorretas misturam ideias e conceitos: não havia exclusividade a temas presentes, integração entre nobres e escravos, nem é correto dizer que o teatro era a principal disciplina na formação das crianças.

- 6. UDESC** – “Mas, já que estamos a examinar qual é a constituição política perfeita, sendo essa constituição a que mais contribui para a felicidade da cidade [...], os cidadãos não devem exercer as artes mecânicas nem as profissões mercantis; porque este gênero de vida tem qualquer coisa de vil e é contrário à virtude. É preciso mesmo, para que sejam verdadeiros cidadãos, que eles não se façam lavradores; porque o descanso lhes é necessário para fazer nascer a virtude em sua alma, e para executar os deveres civis.”

ARISTÓTELES. *A política*. Livro IV, cap. VIII.

Com base na citação e em seus conhecimentos sobre a estrutura político-social da Grécia Antiga, assinale a alternativa correta:

- a) A ideia de democracia grega está ligada ao fato de que todos aqueles que habitavam uma cidade-Estado dispunham dos mesmos direitos e deveres, uma vez que todos os trabalhos e profissões eram igualmente valorizados.
- b) A cidadania era uma forma de distinção social porque nem todos os habitantes de uma cidade eram considerados cidadãos. Estrangeiros e mulheres, por exemplo, não dispunham dos direitos de cidadania e não tinham direito a voto nas assembleias.
- c) As profissões mercantis eram desencorajadas devido à supremacia da Igreja Católica na administração política grega durante o Período Clássico. Nesse período, a usura e o exercício do lucro eram vivamente condenados por ferirem os princípios cristãos.
- d) Todos os homens que habitavam uma cidade eram considerados cidadãos. A cidadania, na Grécia clássica, era qualificada em ordens, sendo que os proprietários de terras eram cidadãos de primeira ordem e os trabalhadores braçais de segunda ordem. Todos, porém, tinham direito de voz e voto nas assembleias.
- e) A ideia de cidadania, descrita por Aristóteles, é considerada ainda hoje um ideal, uma vez que é plenamente inclusiva e qualifica de forma igualitária todos os trabalhos e profissões.

Mesmo com conhecimento limitado sobre o tema, apenas com a interpretação do texto é possível notar a cidadania como forma de distinção, os “verdadeiros cidadãos”, uma vez que nem todos os habitantes da cidade tinham esse título. Entre as alternativas erradas, há incorreções como dizer que todos os habitantes eram cidadãos, citar a Igreja Católica em um contexto de Grécia Antiga, supor ordens e hierarquias entre os cidadãos ou dizer que a cidadania da Grécia Antiga é um ideal atual.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFPE – Os poemas homéricos são fontes históricas para se conhecerem os primeiros tempos da cultura e da sociedade grega. No chamado Período Homérico:

- a) a sociedade grega tinha na religião sua grande base de poder.
- b) os gregos conservaram formas de governo sem intervenção da religião.
- c) essa sociedade viveu as primeiras experiências democráticas.
- d) observa-se uma grande atuação dos principais filósofos gregos.
- e) os gregos valorizaram o pacifismo e o teatro épico de Aristóteles.

8. UFJF-MG – Leia as afirmações a seguir.

“A História chamada de Antiga faz parte do repertório cultural do Ocidente. Ela representa para nós uma espécie de História das nossas origens. A História Antiga é vista como o ponto inicial de nossa jornada

através da História.”

GUARINELLO, N. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 8. (Adaptado)

Existe em nossa atualidade uma série de características que podem ser consideradas, de alguma forma, “heranças” recebidas da Antiguidade greco-romana. Entre elas, assinale a alternativa correta:

- a) A introdução da participação das mulheres nas decisões políticas de seus países através do voto direto.
- b) A criação do ideal de República a partir da experiência vivenciada na cidade grega de Atenas.
- c) A retomada de referências culturais e artísticas que têm sido reinterpretadas desde o Renascimento.
- d) A maioria dos países ser composta de cidades-Estados, independentes entre si, e não Estados de caráter mais nacionalizado.
- e) O princípio jurídico do Direito Romano do “olho por olho, dente por dente” que prevalece nas relações diplomáticas internacionais.

9. PUC-SP

“Em termos constitucionais mais convencionais, [na Atenas antiga] o povo não só era elegível para cargos públicos e possuía o direito de eleger administradores, mas também era seu o direito de decidir quanto a todos os assuntos políticos e o direito de julgar, constituindo-se como tribunal, todos os casos importantes civis e criminais, públicos e privados. A concentração da autoridade na Assembleia, a fragmentação e o rodízio dos cargos administrativos, a escolha por sorteio, a ausência de uma burocracia remunerada, as cortes com júri popular, tudo isso servia para evitar a criação da máquina partidária e, portanto, de uma elite política institucionalizada.”

FINLEY, M. I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 37.

A partir do texto, pode-se afirmar que a democracia, na Atenas antiga:

- limitava a atuação do conjunto da sociedade nas decisões e nos assuntos políticos, que ficavam restritos à elite intelectual e econômica.
- reconhecia a necessidade da tripartição do poder, com a separação e a isonomia entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
- dependia do bom funcionamento do aparato administrativo, composto por funcionários estáveis e por ampla hierarquia burocrática.
- permitia a ampla manifestação dos cidadãos e tinha mecanismos que impediam a perpetuação das mesmas pessoas em cargos administrativos.

10. UNESP – A civilização grega atingiu extraordinário desenvolvimento. Os ideais gregos de liberdade e a crença na capacidade criadora do homem têm permanente significado. Acerca do imenso e diversificado legado cultural grego, é correto afirmar que:

- a importância dos Jogos Olímpicos limitava-se aos esportes.
- a democracia espartana era representativa.
- a escultura helênica, embora desligada da religião, valorizava o corpo humano.
- os atenienses valorizavam o ócio e desprezavam os negócios.
- poemas, com narrações sobre aventuras épicas, são importantes para a compreensão do Período Homérico.

11. Mackenzie-SP

“O privilégio do homem livre não é a liberdade, mas a ociosidade, que tem por complemento o trabalho forçado dos outros, isto é, a escravatura.” (Aristóteles)

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.” (Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*)

Desde a Antiguidade, diversas civilizações utilizaram-se de trabalhadores escravizados em atividades produtivas e improdutivas. Apesar da semelhança entre a citação dos autores acima, o sistema escravista não foi o mesmo, seja na Grécia Clássica ou no Brasil colonial. Considere as assertivas abaixo.

- No escravismo clássico, apesar de a produção ser voltada para o mercado, o trabalho escravo destinava-se, sobretudo, à satisfação das neces-

sidades do grupo familiar, subsistindo outras formas de trabalho paralelas à produção escravista. Na escravidão colonial, o trabalho escravo era fundamental e dominava plenamente a sociedade brasileira, objetivando atender ao interesse mercantil e voltado para a exportação.

- O sistema escravista define-se, entre outras características, pelo fato de o cativo ser considerado como simples mercadoria e, portanto, ser passível de estar sujeito a compra, venda, aluguel e penhora. Entretanto, essa característica não foi observada na Grécia, onde os escravos possuíam relativa autonomia e não podiam ser comprados.
- O escravismo marcou os diversos aspectos da vida econômica, social, política e cultural em ambos os casos. Na Grécia Clássica, como o escravo tinha maiores direitos dentro da sociedade, o princípio de cidadania era plenamente partilhado por um grande número de homens, ao passo que, no Brasil, os escravos não possuíam nenhum direito à cidadania.

Assinale:

- se somente a assertiva I estiver correta.
- se somente a assertiva II estiver correta.
- se somente a assertiva III estiver correta.
- se somente as assertivas I e II estiverem corretas.
- se somente as assertivas I e III estiverem corretas.

12. UFRR

“De todos os legados culturais deixados pelos gregos antigos, os três que tiveram impacto mais óbvio na vida ocidental moderna são o atletismo, a democracia e o drama. Nos dias de hoje, poucos indivíduos estudam grego antigo e, no entanto, a maioria já assistiu (pelo menos na televisão) a um evento atlético, ou a políticos empenhados em debate democrático ou à encenação de uma peça teatral.”

CARTLEDGE, Paul (Org.). *Grécia Antiga*. São Paulo: Ediouro, 2009. p. 316.

O Brasil, em 2016, sediou os Jogos Olímpicos. Entretanto, as primeiras Olimpíadas realizaram-se em 776 a.C. com apenas uma modalidade – a corrida de 200 metros, chamada Stadion. Durante sete dias, atletas de todas as cidades gregas, em sua maioria jovens de famílias aristocráticas, reuniam-se para o festival olímpico.

Sobre o surgimento dos Jogos Olímpicos, marque a alternativa correta:

- A hegemonia dos gregos no Período Clássico permitiu que os Jogos Olímpicos ocorressem em lugares como o Egito e a Índia.
- Os Jogos Olímpicos surgiram na Grécia com a finalidade de acabar com a Batalha de Maratona, em 490 a.C.
- Os Jogos Olímpicos permitiram que a Liga de Delos formasse novas alianças com povos no Mediterrâneo.
- Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga ocorriam a cada quatro anos, sendo um evento que incluía cerimônias religiosas e jogos esportivos em homenagem a Zeus.
- As Olimpíadas na Grécia ocorriam a cada seis anos e, caso estivessem em guerra, havia a trégua sagrada, uma interrupção temporária da guerra.

13. PUC-RS – Para responder à questão, considere as afirmativas abaixo, sobre a cidade-Estado (pólis), base da organização sociopolítica da Grécia Antiga.

- I. Esparta, que englobava as regiões da Lacônia e da Messênia, e Atenas, que correspondia a toda a região da Ática, eram exceções quanto à grande dimensão territorial, se comparadas à maioria das demais cidades-Estado.
- II. As cidades-Estado consolidaram suas estruturas fundamentais no chamado Período Arcaico da história grega e conheceram sua máxima expressão política e cultural durante o Período Clássico.
- III. A acrópole, parte alta da zona urbana da pólis, concentrava as atividades econômicas essenciais para o sustento material da cidade, suplantando a produção agrícola da zona rural nesse setor.
- IV. As cidades-Estado formavam unidades politicamente autônomas e economicamente autossuficientes, não tendo desenvolvido processos significativos de expansão territorial por colonização de novas áreas até o Período Helenístico.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

14. UEMS – A religião grega era, sobretudo, antropomórfica, dessa forma seus deuses tinham:

- a) as fraquezas, as paixões e as virtudes humanas, mas, apesar de serem eternos e mais felizes do que os mortais, não fugiam ao fatalismo do destino, por vezes cruel.
- b) as conquistas latinas, as paixões esvoaçantes, e eram conhecidos como Zeus, Era e Atena.
- c) as mortes precoces, os amores prematuros, e eram Mercúrio, Netuno e Dionísio.
- d) as populações com culto de origem oriental, era o deus do vinho, das águas e celestial.
- e) as deusas, os deuses, as festas, a sabedoria.

15. UFPR – Considere o excerto de poema espartano do século VII a.C.:

“[...] Pois não há homem valente no combate, se não suportar a vista da carnificina sangrenta e não atacar, colocando-se de perto. [...] É um bem comum para a cidade e todo o povo, que um homem aguarde, de pés fincados, na primeira fila, encarniçado e todo esquecido da fuga vergonhosa, expondo a sua vida e ânimo sofredor, e, aproximando-se, inspire confiança com suas palavras ao que lhe fica ao lado”.

Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. In: *Hélide*: antologia da cultura grega. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Instituto de Estudos Clássicos, 4. ed., 1982.

Com base nesse excerto, considere as afirmativas abaixo sobre os valores ressaltados no poema e sobre características da cidade-Estado de Esparta entre os séculos VII e V a.C.

1. Esparta e Atenas compartilhavam do mesmo ideal militar expresso no poema, motivo pelo qual juntaram esforços na Liga de Delos.

2. O poema expressa os valores esperados dos soldados espartanos: a coragem, o espírito de combate e a cooperação com o coletivo.

3. Para sustentar o exército, o Estado espartano formou a Liga do Peloponeso e distribuiu as terras conquistadas entre as cidades-Estado aliadas.
4. Esparta manteve uma elite militar, formada pela educação rígida de suas crianças, que eram controladas pelo Estado e separadas de suas famílias.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

16. UFPE – Para entender a História, é importante buscar meios, a fim de explicá-la e poder compreender melhor as relações sociais e os mistérios do mundo. Na Antiguidade, a filosofia grega muito contribuiu para a reflexão e, mesmo nos dias atuais, sua produção tem acentuado destaque no pensamento ocidental. Com relação à contribuição dos filósofos gregos, podemos afirmar que:

- a) as teorias de Platão sedimentaram as bases do idealismo, pois defendiam o relativismo político e se contrapunham aos ensinamentos de Sócrates.
- b) as reflexões dos sofistas causaram grande impacto na sociedade da época, com seu relativismo e seus questionamentos sobre a existência da verdade.
- c) a filosofia de Aristóteles sintetizou o pensamento do mundo antigo, contribuindo para afirmar a possibilidade do relativismo e a necessidade de certezas absolutas.
- d) as reflexões de Sócrates sobre a ética e a virtude não foram sistematizadas e eram totalmente contrárias às reflexões de Aristóteles.
- e) a compreensão que os pré-socráticos tinham da formação do universo pouco significou para o pensamento filosófico, sobretudo as teorias de Demócrito e Parmênides.

17. UERN (adaptado) – Leia o trecho.

“A Ágora ou praça central era o espaço onde se reuniam os cidadãos para discutir a vida política e decidir sobre as ações a serem tomadas.” (Vainfas, 2010.)

Ao analisarmos o texto, tendo em vista o contexto da Grécia Antiga e o do Brasil atual em relação à participação política, é possível inferir que:

- a) em ambos os casos, apesar de a ideia de democracia preconizar a participação de todos, existiam (e existem) limites para o exercício pleno desse direito.
- b) na Grécia, cidadão era apenas aquele que participava das gerúrias, por ser considerado *homo politicus*. No Brasil, só se considera cidadão o indivíduo com mais de 18 anos.
- c) tanto na Grécia quanto no Brasil, a democracia era (e é) caracterizada pela participação universal, ou seja, de toda a população votante e em dia com suas obrigações eleitorais.
- d) como no Brasil o voto atual é direto e secreto, o processo democrático torna-se mais transparente e incorruptível, o que não era possível na Grécia, devido ao controle de poder dos generais.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H1

“Uma conversação de tal natureza transforma o ouvinte; o contato de Sócrates paralisa e embaraça; leva a refletir sobre si mesmo, a imprimir à atenção uma direção incomum: os temperamentais, como Alcibiades, sabem que encontrarão junto dele todo o bem de que são capazes, mas fogem porque receiam essa influência poderosa, que os leva a se censurarem. É sobretudo a esses jovens, muitos quase crianças, que ele tenta imprimir sua orientação.”

BRÉHIER, E. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

O texto evidencia características do modo de vida sócrático, que se baseava na:

- a) contemplação da tradição mítica.
- b) sustentação do método dialético.
- c) relativização do saber verdadeiro.
- d) valorização da argumentação retórica.
- e) investigação dos fundamentos da natureza.

19. Unicsal (adaptado)

C1-H1

O poema épico é um dos mais antigos dos gêneros literários. Foi largamente elaborado na Antiguidade greco-latina, tendo sido também produzido em momentos posteriores, a partir do modelo dos poemas homéricos, a *Ilíada* e a *Odisseia*, e do poema épico latino *Eneida*, de Virgílio. Esse gênero tem como principal objetivo exaltar os feitos dos heróis de um povo, preservando a sua memória e revela que:

- a) foi elaborado, no Brasil, no período do Naturalismo, por Aluísio Azevedo.
- b) o principal poeta épico da poesia de língua portuguesa é Luís Vaz de Camões, autor de *Os Lusíadas*.
- c) atualmente há uma intensa produção de poemas épicos em nosso país.

d) o poema épico adota uma postura crítica, comum no Modernismo, nas obras de Oswald de Andrade.

e) há muitos poemas épicos no Simbolismo brasileiro, exaltando os nossos heróis, de autoria de Cruz e Sousa.

20. Enem

C2-H9

“No período 750-338 a.C., a Grécia antiga era composta por cidades-Estado, como por exemplo Atenas, Esparta, Tebas, que eram independentes umas das outras, mas partilhavam algumas características culturais, como a língua grega. No centro da Grécia, Delfos era um lugar de culto religioso frequentado por habitantes de todas as cidades-Estado.

No período 1200-1600 d.C., na parte da Amazônia brasileira onde hoje está o Parque Nacional do Xingu, há vestígios de quinze cidades que eram cercadas por muros de madeira e que tinham até dois mil e quinhentos habitantes cada uma. Essas cidades eram ligadas por estradas a centros cerimoniais com grandes praças. Em torno delas havia roças, pomares e tanques para a criação de tartarugas. Aparentemente, epidemias dizimaram grande parte da população que lá vivia.”

Folha de S.Paulo, ago. 2008. (Adaptado)

Apesar das diferenças históricas e geográficas existentes entre as duas civilizações, elas são semelhantes pois:

- a) as ruínas das cidades mencionadas atestam que grandes epidemias dizimaram suas populações.
- b) as cidades do Xingu desenvolveram a democracia, tal como foi concebida em Tebas.
- c) as duas civilizações tinham cidades autônomas e independentes entre si.
- d) os povos do Xingu falavam uma mesma língua, tal como nas cidades-Estado da Grécia.
- e) as cidades do Xingu dedicavam-se à arte e à filosofia tal como na Grécia.

ROMA ANTIGA: DA ORIGEM À QUEDA DA REPÚBLICA, IMPÉRIO E CULTURA

4

ORIGENS DE ROMA

A origem de Roma, para os romanos, era contada por meio de lendas, histórias fantásticas, mitos e outros recursos que buscavam dar sentido ao poder que Roma estava acumulando. Contudo, a análise de estudos arqueológicos mostra que essa civilização resultou do entrecruzamento de grupos humanos diferentes: latinos, etruscos, sabinos, úmbrios, samnitas e gregos, sendo os dois primeiros os que mais contribuíram.

Quando Roma foi fundada às margens do Mediterrâneo, a Península Itálica era ocupada por gauleses e etruscos, ao norte; itálios (latinos, sabinos e outros), ao centro; e gregos, ao sul (Magna Grécia).

Segundo as lendas, Roma teria sido fundada em 753 a.C. por Rômulo e Remo, conforme narra Virgílio, poeta romano, em sua obra *Eneida*. No entanto, calcula-se que, por volta de 1000 a.C., foi edificada no Lácio, pelos latinos, como centro de defesa contra ataques etruscos. Mais tarde, porém, juntou-se a povoados vizinhos, de origem grega.

Roma teve um caráter imperialista e, com isso, uma administração central forte, conquistando enorme área em torno do Mar Mediterrâneo e, depois, indo além dele. A fundação dessa que foi uma das maiores civilizações da História e que ajudou a moldar o futuro do Ocidente deu-se com a cidade de Roma e quase duzentos anos de monarquia. Com a expulsão do rei, começa um período importantíssimo e marcante na história de Roma: a República.

MONARQUIA (DE 753 a.C. A 509 a.C.)

A evolução histórica de Roma no período monárquico não pode ser conhecida com exatidão. As principais fontes desse período são as lendas, as quais contam que os quatro primeiros reis eram sabinos e latinos, e os três últimos, etruscos.

A organização econômica, social e política de Roma na fase monárquica era mais simples do que a das fases seguintes. A economia baseava-se nas atividades agropastoris – a terra era a riqueza fundamental. A sociedade dividia-se em patrícios (aristocratas), clientes (agregados) e plebeus (estrangeiros). O poder político era exercido pelo rei (administrador, juiz e comandante militar), com o auxílio do Senado (conselho de anciãos) e da Assembleia Curiata (representação popular).

Atritos constantes ocorriam entre as aristocracias etrusca e latina. A situação agravou-se com o rei Tarquínio, o Soberbo (um etrusco), por este não considerar as sugestões dos patrícios no Senado.

Estes últimos, então, aproximaram-se de elementos da plebe, sinalizando a possibilidade de adquirir direitos políticos e civis em Roma se os ajudassem na expulsão de Tarquínio. A proposta era a criação da República (a *res publica* ou a “coisa comum”) – governo com decisões compartilhadas entre dois grupos sociais. A revolta eclodiu em 509 a.C., conduzida pela elite patrícia, sendo então proclamada a República em Roma.

REPÚBLICA (DE 509 a.C. A 27 a.C.)

Esse período é bastante longo, durando quase cinco séculos, mas pode ser definido por dois aspectos fundamentais: a organização militar e a intensificação de disputas internas entre patrícios e plebeus.

- Origens de Roma
- Monarquia (de 753 a.C. a 509 a.C.)
- República (de 509 a.C. a 27 a.C.)
- A defesa da república levou ao império
- Império Romano
- Cultura romana

HABILIDADES

- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
- Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

O efetivo militar era necessário para impedir novas invasões e, ao mesmo tempo, sustentar o avanço expansionista. Em questões domésticas, patrícios e plebeus reivindicavam participação mais significativa na vida política e civil da cidade.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Com a implantação da República, o Senado transformou-se no órgão máximo de Roma e passou a controlar a administração e as finanças, além de decidir pela guerra ou pela paz. Inicialmente, somente patrícios tinham acesso a esse órgão legislativo.

O Poder Executivo era exercido por dois cônsules, principais magistrados que governavam em época de paz: um cuidava do exército e, o outro, da administração pública. Em época de guerra ou de calamidade pública, assumia um ditador, o qual liderava com plenos poderes apenas por seis meses.

Os pretores exerciam o Poder Judiciário: não só administravam, mas também interpretavam leis, gerando a "jurisprudência". A baixa magistratura era ocupada pelos:

- **censores** – faziam o recenseamento a cada cinco anos e zelavam pelos bons costumes;
- **edis** – encarregados da conservação da cidade, do policiamento, dos espetáculos públicos e do abastecimento;
- **questores** – encarregados da cobrança dos impostos e dos tesouros públicos.

Havia ainda pontífices, que cuidavam dos assuntos religiosos; e tribunos, que auxiliavam na elaboração das leis. Entre eles, destacaram-se mais tarde, após uma série de lutas sociais, os tribunos da plebe, que tinham o direito de veto sobre decisões do Senado quando alguma lei era considerada perniciosa à plebe.

Três assembleias populares ou "comícios" completavam as instituições políticas republicanas: Assembleia Centúria – reunião do exército dividido em centúrias, votava as principais leis do Estado; Assembleia Tribúncia – reunia-se na cidade, tendo cada tribo direito a um voto para nomear questores e edis; e Assembleia Curial – examinava assuntos religiosos.

LUTAS DA PLEBE

Mesmo após a proclamação da República, os plebeus foram mantidos à margem da vida política, sem direitos na cidade. Eles não participariam do Senado, transformado, na fase republicana, na grande Assembleia Patrícia e no Consulado, espécie de Poder Executivo da República; nem atuariam nas magistraturas menores.

A importância dos plebeus, entretanto, era a necessidade que os patrícios tinham de forças para as campanhas militares. Com isso, os plebeus começaram a pressionar a aristocracia. Lutas entre patrícios e plebeus começaram em 494 a.C. e só terminaram por volta de 286 a.C. No fim desse período, a plebe tinha conseguido certa igualdade de direitos em relação aos patrícios.

A primeira revolta dos plebeus ocorreu em 494 a.C., quando eles se retiraram de Roma para o Monte Sagrado, o que resultou na criação do cargo de tribuno da plebe, com direito de veto; a segunda aconteceu em 450 a.C., quando exigiram a redação da lei, então codificada na Lei das Doze Tábuas, que se constituíram nas primeiras leis romanas escritas; a terceira (445 a.C.) culminou com a aprovação da Lei Canuleia, a qual permitia o casamento entre eles e a aristocracia; a quarta resultou na Lei Licínia Sextia (366 a.C.), que praticamente aboliu a escravidão por dívida e permitiu a participação plebeia no consulado.

Durante a quinta revolta (287 a.C.-286 a.C.), foi obtida a vitória mais importante, quando o plebiscito passou a ter força de lei pela Lei Hortênsia.

A luta dos plebeus foi longa e penosa, mas gradativamente eles conquistaram o direito de participação em todas as magistraturas da República. A igualdade política foi alcançada pela Lei Ogúlnia (300 a.C.), última das leis que regulamentavam a participação da plebe no poder. Porém, as desigualdades aumentavam, principalmente em decorrência das guerras.

EXPANSIONISMO ROMANO

As conquistas territoriais tiveram basicamente duas motivações maiores: tomada de terras aráveis e expansão da atividade comercial. O interesse em campos cultiváveis ocorreu principalmente na primeira fase dessa expansão, quando legiões romanas atacaram etruscos, samnitas, sabinos, úmbrios, celtas e gregos, dominando a Península Itálica. Interesses comerciais intensificaram-se no decorrer de toda a existência da vida romana da Antiguidade, principalmente na busca pelo controle do Mediterrâneo.

Conquista da Península Itálica

No começo de sua expansão, entre os séculos V a.C. e III a.C., Roma empenhou-se em conquistar a Península Itálica. Os motivos mais imediatos foram evitar a ameaça de invasão dos povos vizinhos, obter gêneros necessários ao seu abastecimento e expandir o controle econômico por todo o Mar Mediterrâneo. Inicialmente, dominou tribos latinas próximas da cidade e, depois, estendeu seus domínios por toda a península, até subjugar os gregos na Magna Grécia.

Guerras Púnicas (264 a.C.-146 a.C.)

Os conflitos entre Roma e a cidade fenícia de Cartago (norte da África) ficaram conhecidos como Guerras Púnicas porque os romanos chamavam de *poeni* (fenícios) aos cartagineses. Inicialmente, a razão delas passou pela disputa da Ilha da Sicília entre as duas cidades. Mas ampliaram-se, atingindo a luta pelo controle do Mediterrâneo ocidental. Seu motivo imediato foi a intervenção romana na Sicília. Àquela altura, Cartago tinha mais poder que Roma, e enfrentar essa civilização parecia algo impossível.

Apesar disso, a Primeira Guerra Púnica encerrou-se com a vitória de Roma, que se apoderou da Sicília, da Sardenha e da Córsega; na segunda, partindo

do sul da Espanha, o líder cartaginês Aníbal Barca atravessou os Alpes e invadiu a Península Itálica. Liderados por Cipião, o Africano, os romanos conseguiram vencer as tropas cartaginesas.

Derrotada na Batalha de Zama (202 a.C.), Cartago perdeu a soberania e os domínios no norte da África e na Espanha, além de ser condenada ao pagamento de uma pesada indenização. Roma tornou-se senhora do Mediterrâneo ocidental e moldou seu exército para as futuras guerras que enfrentaria.

Repercussões das conquistas

Entre os efeitos do expansionismo romano, podem-se destacar: drenagem de riquezas para Roma, concentração fundiária, aumento da população escrava, incremento da atividade comercial, conflitos entre senhores e generais pelo poder político na cidade e rebeliões de escravos.

Tais efeitos configuraram uma situação de crise, pois Roma havia passado por uma transformação: de cidade-Estado (autônoma), tornou-se capital centralizadora das decisões em relação a territórios e povos, sem que suas estruturas políticas tivessem se alterado significativamente.

Após dominar as orlas do Mediterrâneo, Roma sofreu profundas transformações econômicas. A agricultura na Itália quase desapareceu, em razão de ser estimulada nas províncias, e seus campos ficaram incultos ou semicuidados. Assim, Roma passou de centro produtor para distribuidor, dependendo dessas regiões para sustentar seu mercado consumidor. A balança comercial equilibrava-se graças aos tributos cobrados nesses territórios e que a ela retornavam com as importações romanas.

Com as transformações econômicas, surgiu uma nova classe: “homens novos” ou équites (cavaleiros) – quase sempre militares, cujos interesses se chocaram com os dos patrícios. Estes em parte foram arruinados. Passaram a depender de cargos públicos para manter seu *status*, embora não mais desfrutassem do monopólio do poder econômico. Enquanto isso, a plebe, com o afluxo de escravizados conquistados nessas guerras e a crise na agricultura, perdeu seu trabalho e sentiu-se forçada a abandonar os campos, provocando forte êxodo rural.

Nos centros urbanos, a plebe passou a ser sustentada pelo Estado, que distribuía trigo e espetáculos circenses de graça, desenvolvendo-se a política do “pão e circo”. Ela se ligou aos ricos, a quem servia em troca de alimentos, dando origem a uma nova classe social em Roma: os clientes.

Ao lado dessa plebe organizada em razão das guerras, afluía para Roma grande número de escravizados, comprados a baixo preço. A situação dos trabalhadores livres tornava-se cada vez mais difícil por causa da concorrência da mão de obra escravizada.

Ao formarem um vasto império, as instituições republicanas mostraram-se inadequadas e, por isso, começaram a se desintegrar.

Transformou-se o antigo modo de produção, no qual o indivíduo possuía seu lote e tinha direito ao usufruto dos bens públicos (*ager publicus*). Comércio e guerras acentuaram a desigualdade social entre pequenos proprietários, que perderam terras e cidadania, sendo subjugados ao trabalho escravo, base essencial do novo modo de produção que estava se formando.

CRISE DA REPÚBLICA E TENTATIVAS DE REFORMA

Tibério Graco foi eleito tribuno da plebe (133 a.C.) e defendeu a realização de reforma agrária nos domínios romanos. Ao defender a Lei Agrária, contrariou os interesses da elite, que não pretendia ver seu poder diminuído. A proposta alcançaria terras públicas, que seriam distribuídas entre os plebeus. A aristocracia romana reagiu e Tibério acabou executado com seus partidários.

Após várias lutas civis, Caio Graco (irmão de Tibério) também foi eleito tribuno. Ele propôs a Lei Frumentária, que consistia na distribuição de trigo entre plebeus até que pudessem produzir em suas terras. Seu plano era criar assentamentos à população empobrecida em áreas dominadas por Roma. Derrotado pela oposição, suicidou-se e seu projeto foi anulado.

Revolta dos escravos

Vendo as instabilidades da República romana, a população escrava, sustentáculo da sociedade romana, também se organizou e se mobilizou. Sob a chefia de Spartacus, gladiadores escravizados revoltaram-se no sul da Itália, formando um numeroso exército, que ameaçou diretamente a cidade de Roma, sendo sufocado, em seguida, pelo general Crasso. As revoltas de escravizados nesse período foram chamadas de Guerras Servis.

Primeiro triunvirato

Em meio à crise, Júlio César, Pompeu e Crasso conseguiram apoio do Senado para a organização de um governo dos três generais, com o intuito de zelar pela ordem pública. Contudo, a morte de Crasso no Oriente e o êxito de Júlio César nas conquistas da Gália, na região norte da península e na parte do sul da atual França determinaram a supremacia de César. Pompeu tramou com o Senado a destituição de Júlio César do consulado. César reagiu, marchando sobre Roma com seu poderoso exército, tornando-se o ditador de Roma.

Ditadura de Júlio César

A centralização política, em sintonia com os desejos dos cidadãos romanos empobrecidos, fez com que a ordem pública fosse restabelecida. Nesse contexto, César exigiu do Senado o título de Ditador Vitalício e Hereditário. Com poder autoritário, fez reformas que beneficiaram a plebe, em especial na estrutura fundiária. Seus objetivos eram ter apoio popular para seu governo e conseguir a fidelidade de seus soldados.

César ampliou também o raio de influência romana no Oriente, ao realizar uma ingerência no Egito dos Ptolomeus, pois Cleópatra se tornou rainha com o apoio do ditador romano. Entretanto, havia uma conspiração senatorial que visava pôr fim à ditadura e restabelecer o poder do Senado. Essa conspiração culminou com o assassinato de Júlio César em 44 a.C.

Novas agitações tomaram conta da cidade após a morte de César. Generais aliados do ditador colocaram-se contra o Senado e houve levantes da população.

Segundo triunvirato

Marco Antônio, Otávio (sobrinho de Júlio César) e Lépido articularam um novo triunvirato com o respaldo dos senadores ameaçados. Disputas entre Otávio e Marco Antônio impediram a continuidade do triunvirato.

Marco Antônio foi para o Oriente e aproximou-se de Cleópatra. Otávio buscou apoio do Senado contra Marco Antônio, acusando-o de trair Roma por pretender um casamento com a rainha do Egito, o que, em sua visão, comprometeria o poder romano sobre as terras orientais. Assim, teve origem uma nova guerra.

Otávio venceu Marco Antônio (31 a.C.) e ao voltar a Roma exigiu o título de Príncipe (*princeps senatus* – primeiro do Senado) e de Augusto (*augustus* – o sagrado ou o venerado, como os deuses). Essa fase do seu governo (27 a.C.-14 d.C.) foi denominada Principado.

Em 14 d.C. intitulou-se imperador, assumindo definitivamente o comando supremo do exército; sumo pontífice (chefe supremo da religião); e César (incorporando a ideia de governante voltado para o povo).

A DEFESA DA REPÚBLICA LEVOU AO IMPÉRIO

Com o pretexto de defender a república, o Senado romano do período conspirou contra Júlio César e o assassinou. O que se seguiu a esse golpe foi o fim da república. A desestruturação da forma antiga de governar levou à instauração do império por Otávio Augusto.

Trata-se de um período extenso, de mais de quatro séculos, ao longo dos quais Roma se expandiu ainda mais, até que seu modelo entrasse em colapso e, sua queda, somada à assimilação da cultura germânica, desse início à Idade Média europeia.

IMPÉRIO ROMANO

PAX ROMANA

O principado de Otávio Augusto inaugurou a chamada *Pax Romana*. Nesse período, ocorreu assimilação da cultura romana por parte dos povos submetidos, porque postos administrativos foram franqueados aos que aprendessem a falar a língua latina.

Aos poucos, ocorreu também um processo de romanização do império, que garantiu, entre outros aspectos, a relativa tranquilidade do período. Magistratu-

ras foram instituídas visando à assimilação e até o cargo de imperador foi disponibilizado aos que defendessem a causa romana.

A sedução do poder fez com que lideranças de povos submetidos passassem a apoiar Roma. O intercâmbio entre eles foi incrementado, dinamizando atividades comerciais e produtivas sustentadas pelo escravismo. Nesse contexto, a arrecadação estatal cresceu significativamente e o poder público romano procurou atender às necessidades de uma vida urbana intensa ao investir em obras como aquedutos, termas, banheiros públicos e casas de espetáculo (circo). Outro aspecto a ressaltar foi o surgimento do cristianismo na província da Judeia durante o governo de Augusto. Porém, somente na segunda metade do século I é que passou a ser difundido pelo interior do império.

ALTO IMPÉRIO (27 a.C.-235 d.C.)

Dinastia Júlio-Claudiana (14 d.C.-68 d.C.)

Após a morte de Otávio, membros da família assumiram o poder, destacando-se Tibério, Calígula, Cláudio e Nero (54-68). Todos esses soberanos tenderam à tirania cruel, estabelecendo terror em Roma, embora a sólida estrutura administrativa mantivesse relativa paz nas províncias.

Nero foi o imperador mais conhecido por ter ordenado a perseguição aos cristãos (64 d.C.), que se alongou por quase dois séculos. Diante da pressão de seus opositores, ordenou que um escravo o matasse.

Dinastia Flaviana (69 d.C.-96 d.C.)

Começou com Vespasiano, que reprimiu a revolta judaica em Jerusalém. No ano 70, Tito, filho do imperador, tomou Jerusalém, provocando a diáspora dos judeus. Ele sucedeu o pai. Em seu governo ocorreu a erupção do Vesúvio, que sepultou as cidades de Pompeia e Herculano. Domiciano, último da dinastia, foi um terrível tirano que morreu assassinado.

Dinastia Antonina (96 d.C.-192 d.C.)

Com a dinastia dos chamados Antônios, o império atingiu seu ponto mais alto. Destacam-se Nerva Trajano (conquistador e realizador de obras públicas); Adriano (governante pacifista e centralizador que reestruturou o Direito Romano); e Marco Aurélio (discípulo dos filósofos estoicos, tornando-se depois um deles). Durante seu governo, incursões de bárbaros germânicos ganharam impulso e forçaram as fronteiras do Danúbio (Áustria), chegando às margens do Mar Adriático.

BAIXO IMPÉRIO E CRISES INTERNAS (235 d.C.-476 d.C.)

As grandes guerras de conquista empreendidas por Roma desde a república tinham, como vimos, três grandes razões: a conquista de terras – utilizadas como moeda de troca, pagamento, prêmio etc.; aumentar o afluxo de escravos; e ampliar a área de proteção a Roma. Com o fim das lutas pela expansão, a partir do

século III, essa mão de obra reduziu-se consideravelmente, assim como a disponibilidade de terras. Tal situação teve como consequências o aumento do preço dos escravos e a redução da produtividade.

Pouco a pouco, famílias latifundiárias viram a redução de seus contingentes de mão de obra. A manutenção dos que restavam tornou-se mais cara, incidindo, consequentemente, sobre o preço final dos produtos.

A expansão romana provocou a especialização na produção agrícola na orla do Mediterrâneo. Grande parte das mercadorias adquiridas por Roma originava-se da importação. O aumento do preço desses produtos transferiu o fluxo de riqueza do Ocidente para o Oriente. Uma política inflacionária procurou diminuir os efeitos, mas conseguiu apenas agravá-los, provocando a crise do escravismo.

Um lento êxodo urbano marcou progressivamente a imersão do mundo antigo e o nascimento de uma nova ordem. Retirada para as *villae* (grandes propriedades), parte dos plebeus adaptou-se às novas condições. Um novo sistema de trabalho, o colonato, foi progressivamente substituindo a mão de obra escrava.

Aos poucos, ocorreu a ruralização da economia. À crise econômica, somou-se a anarquia militar, com o exército aclamando e depondo imperadores. A propagação do cristianismo, outro fator de desagregação do império, opunha-se à estrutura militar e escravista, sustentáculo do Império Romano. A entrada de povos bárbaros, ocupando áreas despovoadas, arregimentados para o serviço militar ou o trabalho agrícola, provocou a chamada invasão pacífica. O enfraquecimento do governo favoreceu cada vez mais as invasões armadas.

Tentativas de solucionar as crises

A ampliação dos gastos do Estado imperial era um fator para o aumento de tributos, pois havia a necessidade de arrecadar mais para fazer frente a novas despesas. Como se isso não bastasse, a inoperância das tropas romanas em políticas de conquista favoreceu a pressão bárbara nas fronteiras do império. Alguns imperadores tentaram soluções para um império cada vez mais decadente e ameaçado, tanto por suas contradições internas como pela pressão dos povos fora de suas fronteiras.

Diocleciano (284-305), convencido de que o império não poderia ser governado por um único soberano, dividiu-o em duas partes – Ocidente e Oriente – estabelecendo em cada uma um imperador, assistido cada qual por um coimperador.

A esse sistema deu-se o nome de tetrarquia (quatro governantes). Na tentativa de manter a unidade do império, Diocleciano decretou o latim como língua oficial e estabeleceu a Lei do Preço Máximo e a Lei de Utilidade Pública. A primeira visava conter o processo inflacionário, penalizando a quem cobrasse pelo alimento um valor acima do estipulado pelo Estado. A segunda correspondeu ao empenho do monarca em estimular o retorno ao campo. A ideia era distribuir terras aos interessados em produzir, gerando uma possibilidade de trabalho para fazer frente à crise do escravismo romano.

Constantino (306-337) aboliu a tetrarquia e restabeleceu a monarquia despótica nos moldes orientais, reunindo novamente sob uma única autoridade a parte ocidental e oriental do império. Bizâncio passou a chamar-se Constantinopla, tornando-se a capital. Por meio do Édito de Milão (313), deu liberdade de culto ao cristianismo.

Com Teodósio (379-395), o cristianismo finalmente tornou-se a religião oficial do Estado romano pelo Édito de Tessalônica (391). Porém, em 395, com a morte do imperador, desfez-se definitivamente a unidade do império: ficou dividido entre seus dois filhos, gerando impérios romanos do Oriente e do Ocidente. O primeiro resistiu até 1453, isto é, até a tomada pelos turcos otomanos. A parte ocidental desapareceu em 476, com as invasões germânicas.

Oficialmente, o ano 476 marca a data de encerramento do Império Romano do Ocidente com a deposição de Rômulo Augustus, também conhecido como Augustulus, por Odoacro, chefe dos bárbaros hérulos. Roma, “Senhora do Mundo”, curvava-se ante os novos tempos.

CULTURA ROMANA

Os romanos admiravam elaborações sofisticadas dos gregos em vários campos. Assim, assimilaram seus valores, absorveram suas filosofias e constituíram um espaço cultural comum marcado pelo antropocentrismo e pelo racionalismo. Contudo, houve inovações, aspectos originais que definem a cultura romana como utilitária, prática e funcional.

DIREITO

O Direito Romano é um exemplo do aspecto prático da cultura romana, pois permitia a resolução de conflitos e o convívio de povos diferentes. Princípios discutidos com base nele atendiam à necessidade administrativa que em muito superava o quadro das cidades-Estado gregas, contemplando os espaços público e privado. Pode ser dividido em:

- *Jus Civile* ou *Jus Quiritum*: Direito dos cidadãos romanos;
- *Jus Gentium*: Direito comum a todos os povos;
- *Jus Naturale*: regras da natureza, comum a todos os seres.

Especialmente após a Lei das XII Tábuas, se constrói um sistema que influenciou o mundo ocidental até os dias de hoje. A oralidade do Direito e os dispositivos de defesa, a separação das leis em códigos e a ideia de que a pena deve ter uma finalidade são importantes heranças de Roma.

ARQUITETURA

Os romanos desenvolveram a técnica do arco na construção, permitindo a elaboração de formas arquitetônicas mais complexas que as gregas e direcionadas a grandes obras públicas, entre elas aquedutos e casas de espetáculo.

ESCULTURA

A estatuária romana, percebe-se a preocupação em abordar grandes homens que participaram da construção do império. Diversas esculturas retratam figuras públicas importantes na história de Roma e representam cenas históricas emblemáticas que resgatam o passado desse povo, evidenciando, assim, o interesse que tinham em preservar a memória.

LITERATURA E FILOSOFIA

A literatura grega exerceu grande influência sobre a cultura romana. A produção literária, a princípio inspirada nos modelos gregos, desenvolveu-se até a criação de uma literatura original, cujo traço dominante foi o realismo latino.

No século I a.C., já se podia falar de uma literatura “nacional” em Roma, por meio das obras de Catulo (*Poesia lírica*), Lucílio (*Poesia satírica*) e Lucrécio (*Da natureza das coisas*, obra influenciada pelo epicurismo).

Na época de Augusto, considerada a de maior brilhantismo nas letras latinas, destacaram-se Virgílio (*Eneida*), Horácio (*Odes e Sátiras*) e Ovídio (*Metamorfoses e Arte de amar*) no gênero da poesia bucólica e épica.

No teatro, Roma privilegiou o gênero comédia, cujos principais autores foram Plauto e Terêncio. A prosa e a poesia satírica encontraram sua maior expressão em Petrônio (*Satyricon*). Na oratória, destaque para Cícero (*Catilinárias e Filípicas*) e Catão (*Da agricultura*). No campo da história, os autores mais importantes foram Júlio César (*De Bello Galico* – comentários sobre a Guerra da Gália), Tito Lívio (*História de Roma*) e Plutarco.

No domínio da filosofia, pensadores romanos também receberam influência dos filósofos gregos do Período Helenístico, principalmente das doutrinas do epicurismo e estoicismo. Entre os seguidores do epicurismo, destacam-se Lucrécio; e, do estoicismo, Sêneca e Marco Aurélio.

RELIGIÃO

Basicamente, deuses romanos foram os antigos deuses gregos, acrescentados de outras divindades ao longo da história do império. A cada povo conquistado, o panteão romano aumentava em uma clara política de assimilação e domínio, inclusive das divindades dos grupos humanos controlados.

O culto público era organizado por sacerdotes do Estado pertencentes ao Colégio dos Pontífices, presidido pelo pontífice máximo. Um calendário oficial estabelecia os dias fastos (úteis) e os dias nefastos (feriados), fixados de acordo com a interpretação dos auspícios (manifestações normais dos deuses) e prodígios (manifestações anormais dos deuses).

Jogos olímpicos, dedicados aos deuses, foram realizados até a institucionalização do cristianismo por Teodósio. O Édito de Tessalônica (380), que oficializou a religião cristã, encerrou o Festival Olímpico por ser considerado expressão do paganismo.

A religião romana era animista e voltada para o culto aos antepassados. Assim, tinha caráter doméstico e

gentílico. Espíritos de antepassados tinham nomes de Lares (protegiam a residência), Manes (almas dos mortos), Penates (cuidavam dos víveres) e Gênios (espíritos dos ancestrais).

Em toda casa romana, o fogo sagrado conservava-se aceso em um altar. Outra prática importante era a tomada dos auspícios, ou seja, a consulta aos deuses para conhecer o futuro, de especial significado em tempos de guerra.

Divindade romana	Divindade grega	Função
Júpiter	Zeus	deus do dia
Juno	Hera	rainha dos deuses
Marte	Ares	deus da guerra
Diana	Ártemis	deusa da Lua e da caça
Vênus	Afrodite	deusa do amor e da beleza
Ceres	Deméter	deusa das plantas que brotam
Baco	Dioniso	deus do vinho, das festas e dos prazeres
Esculápio	Asclepius	deus da medicina e da cura
Fébo	Apolo	deus da luz e da música
Fortuna	Tyche	deusa da sorte
Iustitia	Nêmesis	deusa da justiça
Minerva	Atena	deusa da arte e da sabedoria
Netuno	Poseidon	deus dos mares e oceanos

O politeísmo foi uma das características da cultura romana até a oficialização do cristianismo pelo imperador Teodósio, em 380, por meio do Édito de Tessalônica. O quadro anterior apresenta a correspondência entre divindades romanas e gregas, bem como suas características.

Cristianismo

A crescente influência e a organização do cristianismo representaram o desenvolvimento de uma ideologia contrária a muitos aspectos da sociedade e da política romana. Ao afirmar a igualdade de todos perante Deus, os cristãos atacavam o sistema escravista. A crença em um deus único contrariava a religião tradicional de Roma, bem como o caráter divino do imperador.

ROTEIRO DE AULA

ROMA ANTIGA: ORIGENS, MONARQUIA E REPÚBLICA

Origens

Origem mítica: Rômulo e Remo fundam uma cidade às margens do Rio Tibre.

Origem histórica: Conjunto de povos: latinos, etruscos, sabinos, gregos; fundada às margens do Mar Mediterrâneo por volta de 753 a.C. Conquista de grande área em torno do Mediterrâneo, passando por vários períodos políticos até tornar-se imperialista.

Economia: Com base em atividades agropastoris.

Monarquia (753 a.C.-509 a.C.)

Sociedade: Dividida em patrícios e plebeus.

Política: Exercida pelo rei, com o auxílio do Senado e da Assembleia Curiata.

Origem histórica: A revolta ocorrida em 509 a.C. possibilita a proclamação da República Romana.

Política externa: Expansionismo.

República (509 a.C.-27 a.C.)

Grupos sociais: Patrícios (direitos políticos) e plebeus (sem direitos políticos).

Política interna: Disputas internas de poder entre patrícios e plebeus.

Instituições: Senado, assembleias populares, poderes Executivo e Judiciário. Em 14 a.C., crises, guerras civis e reformas dão lugar ao império.

ROTEIRO DE AULA

ROMA ANTIGA: IMPÉRIO E CULTURA

Império (27 a.C.-476 d.C.)

Pax Romana:

Período de assimilação da cultura romana (língua latina) por parte dos povos submetidos. Apoio e comércio com base no escravismo.

Alto Império (27 a.C.-235 d.C.):

Estrutura administrativa controlada, construção de obras públicas, reestruturação do Direito.

Baixo Império (235 d.C.-476 d.C.):

Crise do escravismo, aumento de preços, colonato, crise econômica, invasões pacíficas e armadas, cristianismo.

Cultura

Direito:

Prático, público, privado.

Arquitetura:

Formas complexas.

Escultura:

Preservação da memória.

Literatura e filosofia:

Realismo, helenismo.

Religião:

Animismo politeísta e, depois, cristã monoteísta.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. ESPM-SP

“Cada vez mais conscientes de seus direitos, os plebeus solicitaram ter por escrito as leis que regulavam os conflitos entre as pessoas. Até então existia o costume como lei, que era conhecida e interpretada somente pelos patrícios. Nas leis escritas viam os plebeus, e com razão, a única garantia para a segurança e a estabilidade. Assim, foi elaborado este primeiro código legal escrito.”

Bárbara Pastor. *Breve história de Roma: Monarquia e República.*

Grande parcela da sociedade romana, durante a República, era constituída pelos plebeus, que viviam marginalizados politicamente. A marginalização e o descontentamento levaram às lutas de classe em Roma. Assim o texto deve ser relacionado com:

- a) o *Corpus Juris Civilis*.
- b) a Lei das XII Tábuas.**
- c) a Lei Frumentária.
- d) o Edito do Máximo.
- e) o Edito de Tessalônica.

O *Corpus Juris Civilis* trata-se dos códigos de Justiniano. A Lei Frumentária foi proposta por Caio Graco com o objetivo de obrigar Roma a vender trigo a preços subsidiados para a plebe. O Edito do Máximo estabelecia um teto aos preços de mercadorias e salários e foi decretado por Diocleciano. O Edito de Tessalônica, *Cunctos Populos* ou *De Fide Catolica*, decretado por Teodósio I, definia o cristianismo como religião do Império Romano. A Lei das XII Tábuas, que responde corretamente à questão, foi a transição do Direito consuetudinário, ou seja, que segue os costumes, para um código escrito. Este, ainda que favorecesse os patrícios, buscava eliminar as diferenças de classe. A temática das XII tábuas era a seguinte: Tábuas I e II: Organização e procedimento judicial; Tábuas III: Normas contra os inadimplentes; Tábuas IV: Pátrio poder; Tábuas V: Sucessões e tutela; Tábuas VI: Propriedade; Tábuas VII: Servidões; Tábuas VIII: Dos delitos; Tábuas IX: Direito público; Tábuas X: Direito sagrado; Tábuas XI e XII: Complementares.

2. IFCE

“Consideremos o significado da palavra República. Ela vem do latim *res publica*, que quer dizer ‘coisa de todos’. Denomina, portanto, uma forma de governo em que o Estado e o poder pertencem ao povo. No entanto, o que se observou na fase inicial da República romana foi a instalação de uma organização política dominada apenas pelos patrícios. Não houve a distribuição do poder entre todos, pois a maioria da população, os plebeus, não tinha, inicialmente, o direito de participar das decisões políticas. Isso gerou grandes conflitos.”

COTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 1. p. 124.

Por conta da situação acima mencionada, os plebeus iniciaram uma longa luta em busca dos seus direitos, sobre a qual é incorreto afirmar-se que:

- a) a Lei das XII Tábuas, ainda que favorecesse os patrícios, serviu para dar clareza às normas e aos costumes.
- b) a Lei Canuleia autorizava o casamento entre patrícios e plebeus.
- c) o Comício da Plebe deu aos patrícios o direito de decidirem pelos plebeus assuntos relativos aos interesses de ambos.**
- d) a Eleição de Magistrados deu aos plebeus a condição de ascenderem, aos poucos, aos principais cargos públicos.
- e) a proibição da escravização por dívidas fez com que nenhum romano fosse mais escravizado por conta de dívidas existentes.

Todas as alternativas, exceto a C, trazem afirmações corretas a respeito da luta dos plebeus na política romana. É incorreto dizer que com o Comício da Plebe os patrícios passaram a tomar decisões à revelia dos plebeus.

3. Fuvest-SP

C3-H15

“César não saíra de sua província para fazer mal algum, mas para se defender dos agravos dos inimigos, para restabelecer em seus poderes os tribunos da plebe que tinham sido, naquela ocasião, expulsos da cidade, para devolver a liberdade a si e ao povo romano oprimido pela facção minoritária.”

JÚLIO CÉSAR, Caio. *A Guerra Civil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. p. 67.

O texto, do século I a.C., retrata o cenário romano de:

- a) implantação da Monarquia, quando a aristocracia perseguia seus opositores e os forçava ao ostracismo, para sufocar revoltas oligárquicas e populares.
- b) transição da República ao Império, período de reformas provocadas pela expansão mediterrânea e pelo aumento da insatisfação da plebe.**
- c) consolidação da República, marcado pela participação política de pequenos proprietários rurais e pela implementação de amplo programa de reforma agrária.
- d) passagem da Monarquia à República, período de consolidação oligárquica, que provocou a ampliação do poder e da influência política dos militares.
- e) decadência do Império, então sujeito a invasões estrangeiras e à fragmentação política gerada pelas rebeliões populares e pela ação dos bárbaros.

Apenas pela referência a Júlio César, é possível identificar a resposta correta, uma vez que é equivocado falar em implantação da Monarquia, consolidação da República, passagem da Monarquia à República, ou mesmo decadência do Império, uma vez que esses processos, apesar de terem de fato acontecido em algum momento, não são contemporâneos a Júlio César. Este é um momento de fim da República e início do Império, que começa de fato com Otávio Augusto.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

4. PUC-RS – As relações sociopolíticas conflitivas entre patrícios e plebeus marcaram o período histórico da República, na Roma Antiga. Nesse contexto, a permissão de casamentos entre membros desses dois grupos sociais, a partir de 445 a.C., produziu:

- a) o enfraquecimento do poder político dos patrícios, que contribuiu para a extinção do Senado.
- b) o aumento da população na península, que resultou na diminuição das guerras de conquista para recrutamento de escravos.
- c) o desaparecimento da instituição dos tribunos da plebe, em função da progressiva perda da identidade política plebeia.
- d) o surgimento de uma nova aristocracia, que passou a controlar o acesso aos cargos públicos mais elevados.**
- e) a relativa decadência do latifúndio escravista, devido à ampliação do acesso às terras do *ager publicus* aos novos grupos familiares.

O casamento era uma instituição importante em Roma e servia basicamente para manter restritos os privilégios dos patrícios. Com a permissão de casamentos entre patrícios e plebeus, uma nova aristocracia toma forma.

5. Mackenzie-SP

“Os generais os enganam quando os exortam a combater pelos templos de seus deuses, pelas sepulturas de seus pais. Isto porque de um grande número de romanos não há um só que tenha o seu altar doméstico, o seu jazigo familiar. Eles combatem e morrem para alimentar a opulência e o luxo de outros. Dizem que são senhores do universo, mas eles não são donos sequer de um pedaço de terra.”

Apud Plutarco. *Vidas paralelas*. Barcelona: Ibéria, 1951, v. 4. p. 150.

Segundo Plutarco, essas foram palavras proferidas por Tibério Graco, político romano, em um discurso público. A respeito da iniciativa promovida tanto por ele como por seu irmão Caio, durante o período da República romana (VI a.C. - I a.C.), podemos afirmar que:

- a) reafirmou o poder da aristocracia romana, confirmando o direito a terras e indenização em caso de expropriação nos períodos de guerra.
- b)** os irmãos Graco reconheciam que a distribuição de terras seria a solução para atender às necessidades de uma plebe marginalizada.
- c) defendiam uma maior participação política da classe de comerciantes para promover o desenvolvimento e a expansão da economia romana.
- d) incitavam o povo a apoiar as ditaduras militares, sendo os generais do exército os únicos capazes de assumir o governo em época de crise.
- e) os irmãos Graco, com o apoio do Senado e da aristocracia romana, puderam promover uma reforma social que aplacou o clima de tensão vivido na época.

Trata-se aqui da interpretação de uma fonte primária, exercício básico do historiador. O excerto trata, especialmente em sua última frase, sobre a posse da terra. As alternativas incorretas apontam para embates políticos, mas que não se aplicam ao que defendiam os irmãos Graco nem ao que está presente no texto trabalhado.

6. UFRGS-RS – No bloco superior a seguir, são listados alguns líderes que atuaram no período republicano da Antiga Roma; no inferior, são atadas ações desses líderes.

Associe corretamente o bloco inferior ao superior.

1. Otávio
 2. Caio Mário
 3. Tibério Graco
 4. Pompeu
- (2) Operou uma reforma militar que permitiu o recrutamento de soldados entre a população mais pobre de Roma.
 - (1) Acumulou uma série de títulos e cargos e acabou por estabelecer em Roma o sistema político imperial.
 - (3) Tentou implementar uma reforma que permitisse a distribuição de terras públicas entre os cidadãos mais pobres de Roma.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 2 – 1 – 4.
- b) 1 – 2 – 4.
- c) 2 – 1 – 3.**
- d) 1 – 2 – 3.
- e) 3 – 4 – 2.

Esta questão é mais fácil, pois trabalha com uma relação simples entre os agentes históricos e suas ações. Talvez o que se destaque dos outros, e, portanto, seja o mais fácil dos alunos relacionarem, é Tibério Graco. Sabendo das reformas que este tentou implantar, são eliminadas três das cinco alternativas. Apesar de Caio Mário não ser tão conhecido, é bastante conhecido o processo de transição da República para o Império, sendo Otávio Augusto o primeiro imperador, após acumular títulos e cargos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Mackenzie-SP – As Guerras Púnicas, conflitos entre Roma e Cartago, no século II a.C., foram motivadas:

- a) pela disputa do controle do comércio no Mar Negro e posse das colônias gregas.
- b) pelo controle das regiões da Trácia e Macedônia e o monopólio do comércio no Mediterrâneo.
- c) pelo domínio da Sicília e disputa pelo controle do comércio no Mar Mediterrâneo.
- d) pela divisão do Império Romano entre os generais romanos e a submissão de Siracusa a Cartago.
- e) pelo conflito entre o mundo romano em expansão e o mundo bárbaro persa.

8. UFAM

“Tal como a história dos gregos, também a dos romanos começou pelo desenvolvimento de instituições políticas assentadas na cidade e elaboradas em benefício de uma comunidade de homens livres – os cidadãos – proprietários de terras e que reivindicavam a descendência direta dos fundadores de sua pátria. Em ambos os casos, estes cidadãos privilegiados conseguiram, no momento em que a vida urbana começou a ganhar certa amplitude e consistência, eliminar a monarquia (cuja origem se confundia com a própria origem da pátria) dando início a instituições capazes de assegurar o seu domínio.”

FLORENZANO, M. B. *O mundo antigo*: economia e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 56.

O texto aponta que os cidadãos romanos percorreram uma trajetória política singular. Sobre as instituições latinas ao longo deste processo podemos destacar:

I. O Senado, instituição mais importante do período republicano, que, no plano legislativo, aprovava as leis votadas nas assembleias, propunha novas leis para serem submetidas ao voto do povo, além de decidir sobre medidas excepcionais, como a de atribuir o poder supremo aos cônsules.

II. A ditadura ou uma magistratura extraordinária, dotada de poderes excepcionais, substitutiva do Império, ao qual se recorria em momentos de particular gravidade.

III. O tribuno da plebe, cuja função era defender indivíduos e propriedades da plebe e administrar os jogos públicos, sendo o poder dos tribunos derivado do fato de serem invioláveis.

- a) Apenas II é correta.
- b) Apenas I é correta.
- c) Apenas III é correta.
- d) I, II e III são corretas.
- e) I, II, e III são incorretas.

9. Uniceub-DF – Sobre a República romana, podemos afirmar que:

- a) o chefe do governo era o presidente da República, não podendo ser mulher, que tinha seus poderes limitados por um Congresso formado por deputados escolhidos pelo voto indireto.
- b) os cônsules eram os magistrados mais importantes da República, porém seus mandatos eram de apenas um ano.

O excerto, de 396, remete a um contexto da história romana marcado pela:

- combinação da cultura romana com o cristianismo, além da desorganização do Estado romano, em meio às invasões germânicas e de outros povos.
- reorientação radical da economia, porque houve o abandono da relação com os mercados mediterrâneos e o início de contato com o norte da Europa.
- expulsão dos povos invasores de origem não germânica, seguida da reintrodução dos organismos representativos da república romana.
- crescente restrição à atuação da Igreja nas regiões fronteiriças do império, porque o governo romano acusava os cristãos de aliança com os invasores.
- retomada do paganismo e o conseqüente retorno da perseguição aos cristãos, responsabilizados pela grave crise política do Império Romano.

14. Fatec-SP – Em 2015, o noticiário internacional deu grande destaque à Grécia, país europeu que vivia uma grave crise econômica e convocou a população para decidir, via referendo, as medidas que deveriam ser adotadas pelo governo para gerir a crise. Parte da imprensa destacou o caráter democrático de tal medida e, em muitos textos, lembrou que os gregos foram os criadores da democracia.

Assinale a alternativa que indica corretamente quais são as principais diferenças entre as concepções de democracia na Antiguidade grega e no mundo contemporâneo:

- Na Antiguidade grega, a democracia surgiu da necessidade de administrar países cada vez maiores; nas democracias contemporâneas, a política ajuda a administrar unidades menores, como as cidades.
- Na Antiguidade grega, o espaço reservado à atividade política eram os templos religiosos ou as residências das pessoas mais importantes; nas democracias contemporâneas, a atividade política se realiza no espaço público.
- Na Antiguidade grega, política e religião eram esferas sociais separadas; nas democracias contemporâneas, a noção de cidadania vincula-se estreitamente às concepções religiosas.
- Nas democracias contemporâneas, a participação política é vinculada à renda, com o voto censitário; na Grécia Antiga, apenas os proprietários de terras, homens e mulheres, tinham direito à participação política.
- Nas democracias contemporâneas, o direito à participação política se estende a todos os grupos sociais; na Grécia Antiga, apenas os homens livres nascidos na pólis eram considerados cidadãos.

15. UFPR – Considere o excerto de poema espartano do século VII a.C.:

“[...] Pois não há homem valente no combate, se não suportar a vista da carnificina sangrenta e não atacar, colocando-se de perto. [...] É um bem comum para a cidade e todo o povo, que um homem aguarde, de pés fincados, na primeira fila, encarniçado e todo esquecido da fuga vergonhosa, expondo a sua vida e ânimo sofredor, e, aproximando-se, inspire confiança com suas palavras ao que lhe fica ao lado”.

Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. In: *Hélade: antologia da cultura grega*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Instituto de Estudos Clássicos, 4. ed., 1982.

Com base nesse excerto, considere as afirmativas abaixo sobre os valores ressaltados no poema e sobre características da cidade-Estado de Esparta entre os séculos VII e V a.C.

- Esparta e Atenas compartilhavam do mesmo ideal militar expresso no poema, motivo pelo qual juntaram esforços na Liga de Delos.
- O poema expressa os valores esperados dos soldados espartanos: a coragem, o espírito de combate e a cooperação com o coletivo.
- Para sustentar o exército, o Estado espartano formou a Liga do Peloponeso e distribuiu as terras conquistadas entre as cidades-Estado aliadas.
- Esparta manteve uma elite militar, formada pela educação rígida de suas crianças, que eram controladas pelo Estado e separadas de suas famílias.

Assinale a alternativa correta:

- Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

16. UPF-RS – Leia o fragmento do documento a seguir, que trata da escravidão na Idade Antiga.

“Ao lidarmos com escravos, não deveríamos permitir que fossem insolentes para conosco, nem deixá-los totalmente sem controle. Aqueles cuja posição está mais próxima da dos homens livres deveriam ser tratados com respeito; aqueles que são trabalhadores deveriam receber mais comida. Já que o consumo de vinho também torna homens livres insolentes [...], é claro que o vinho jamais deveria ser dado a escravos, ou só muito raramente.”

ARISTÓTELES. In: CARDOSO, Ciro Flamarión. *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 108.

Sobre a escravidão na Antiguidade, é correto afirmar que:

- esteve presente com igual importância econômica em todas as sociedades mediterrâneas.
- foi restrita às cidades-Estados da Grécia e à Roma republicana e imperial.
- foi tão importante nas sociedades do Egito e da Mesopotâmia quanto nas da Grécia e de Roma.
- foi marcante nas sociedades grega e romana só a partir de um determinado estágio do desenvolvimento de ambas, quando surgiu a propriedade privada.
- era desconhecida nas chamadas sociedades hidráulicas do Egito e da Mesopotâmia e entre os hebreus e fenícios.

17. UERN (adaptado) – Leia o trecho.

“A Ágora ou praça central era o espaço onde se reuniam os cidadãos para discutir a vida política e decidir sobre as ações a serem tomadas.” (Vainfas, 2010.)

Ao analisarmos o texto, tendo em vista o contexto da Grécia Antiga e o do Brasil atual em relação à participação política, é possível inferir que:

- em ambos os casos, apesar de a ideia de democracia preconizar a participação de todos, existiam (e existem) limites para o exercício pleno desse direito.

- b)** na Grécia, cidadão era apenas aquele que participava das gerúsias, por ser considerado *homo politicus*. No Brasil, só se considera cidadão o indivíduo com mais de 18 anos.
- c)** tanto na Grécia quanto no Brasil, a democracia era (e é) caracterizada pela participação univer-

sal, ou seja, de toda a população votante e em dia com suas obrigações eleitorais.

- d)** como no Brasil o voto atual é direto e secreto, o processo democrático torna-se mais transparente e incorruptível, o que não era possível na Grécia, devido ao controle de poder dos generais.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H15

“A Lei das Doze Tábuas, de meados do século V a.C., fixou por escrito um velho direito costumeiro. No relativo às dívidas não pagas, o código permitia, em última análise, matar o devedor; ou vendê-lo como escravo ‘do outro lado do Tibre’ – isto é, fora do território de Roma.”

CARDOSO, C. F. S. *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

A referida lei foi um marco na luta por direitos na Roma Antiga, pois possibilitou que os plebeus:

- a)** modificassem a estrutura agrária assentada no latifúndio.
- b)** exercessem a prática da escravidão sobre seus devedores.
- c)** conquistassem a possibilidade de casamento com os patrícios.
- d)** ampliassem a participação política nos cargos políticos públicos.
- e)** reivindicassem as mudanças sociais com base no conhecimento das leis.

19.

C4-H16

“O Império Romano era, de fato, enorme e seu exército era gigante para os padrões da época. Por isso, nos tempos áureos do império, a necessidade de metal para material bélico era muito grande. Pensando nisso, um estudo de Tia Ghose pesquisou a queda do Império Romano de uma forma diferente da que costuma ser feita. A pesquisadora utilizou recortes de geleiras para descobrir a quantidade de CO₂ na atmosfera no período da queda de Roma. Qual a melhor explicação para o raciocínio desse estudo científico?”

GHOSE, Tia. *Human Greenhouse Gas Emissions Traced to Roman Times*. Disponível em: <<https://www.livescience.com/23678-methane-emissions-roman-times.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

- a)** a produção de metais é responsável por armazenar o CO₂ nas geleiras até os dias atuais. Ao analisar os níveis de CO₂, a pesquisadora pôde afirmar que a enorme poluição foi uma das causas da queda do Império Romano.
- b)** a produção de metais para material bélico produz CO₂, que fica armazenado nas geleiras até os dias atuais. Ao comparar níveis desse gás em diferentes épocas do Império Romano, foi possível observar a queda na atividade produtiva romana.
- c)** a atividade econômica no Império Romano produzia muito CO₂, que ficou armazenado nas geleiras. Com isso, é possível entender se em momentos de decadência de um império produz-se mais ou menos poluição.
- d)** a produção de metais para material bélico produz CO₂, que fica armazenado nas geleiras até os dias atuais. Ao comparar níveis desse gás em diferentes

épocas do Império Romano, é possível entender se em momentos de decadência de um império produz-se mais ou menos poluição.

- e)** a produção de metais é responsável por armazenar o CO₂ nas geleiras até os dias atuais. Ao analisar os níveis de CO₂, a pesquisadora pôde afirmar que a enorme produção de materiais bélicos foi uma das causas da queda do Império Romano.

20.

C1-H1

Leia um trecho da peça *Júlio César*, de William Shakespeare:

“CINA – Ó César!...

CÉSAR – Fora daqui! Queres virar o Olimpo?

DÉCIO – Grande César!...

CÉSAR – Brutus não se ajoelhou sem obter nada?

CASCA – Braços, falai por mim.

(*Apunhalam César.*)

CÉSAR – *Et tu, Brute?* Então, que morra César. (*Morre.*)

CINA – Morreu a tirania! Liberdade! Proclamai pelas ruas! Liberdade!”

SHAKESPEARE, William. *Júlio César*. Edição digital: Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cesar.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

A frase “Et tu, Brute?” (Até tu, Brutus?) acabou se tornando mais conhecida que a própria peça do escritor inglês. Muitos acreditam que esse fato aconteceu realmente. Sobre isso, é correto dizer que:

- a)** a literatura se sobrepõe à história e cria representações da verdade com valor científico, já que utiliza fontes e método para construir uma representação da verdade, como é possível ver no texto da peça de William Shakespeare.
- b)** A história serve à literatura como fonte de informação, uma vez que a última se preocupa com a verdade empírica produzida pela primeira. Assim, as fontes históricas são o principal material da arte.
- c)** A literatura se volta à criação de significados por meio da ficção, neste caso, um símbolo de traição, enquanto a história utiliza fontes e método para construir uma representação da verdade.
- d)** Literatura e história andam juntas, já que ambas buscam construir representações baseadas em narrativas e enredos. Não havendo diferença nem nos métodos nem nas fontes, como podemos observar pela repercussão da peça de Shakespeare.
- e)** A história se volta à criação de significados pela ficção, neste caso, um símbolo de traição, enquanto a literatura utiliza fontes e método para construir uma representação da verdade.

FEUDALISMO: ORIGENS, POVOS GERMÂNICOS E REINO FRANCO

- Primórdios do feudalismo
- Povos germânicos
- Reino Franco
- Entender o feudalismo
- Política feudal
- Sociedade feudal
- Economia feudal
- Cultura feudal

HABILIDADES

- Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.
- Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos.
- Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.
- Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

PRIMÓRDIOS DO FEUDALISMO

Elementos de origem romana e valores dos grupos germânicos se fundiram em um processo histórico que definiu todo um milênio.

A herança romana do colonato levou populações a permanecer em áreas rurais que, no quadro das invasões a Roma, passaram a pagar tributos não mais ao império, mas aos senhores da guerra que dominavam as terras. A experiência do colonato, ins-tituída por Roma no contexto da crise do escravismo, foi, em boa medida, responsável pela mudança no tipo de trabalho, abrindo caminho para a servidão medieval.

O COMITATUS

Os servos não eram propriedades, como no caso da escravidão antiga. Eram trabalhadores livres vinculados a domínios territoriais, que deviam pagar tributos aos senhores das terras, os guerreiros. Assim, houve vínculos de servidão característicos de um modo de produção diferente do que existira no mundo ocidental antigo.

Se o colonato foi herança romana, vale lembrar a herança germânica igualmente importante: o *comitatus*. Essa tradição consistia em um juramento de fidelidade dos guerreiros das tribos germânicas ao guerreiro de maior destaque. O *comitatus* fundamentou as relações entre guerreiros e estabeleceu hierarquias e laços de solidariedade entre os homens da guerra. O guerreiro que se destacava na tribo tornava-se o chefe político, pois todos os outros o seguiam em suas decisões.

Dessa forma, havia coesão do grupo que conduzia a vida das tribos e ordem garantida por laços de solidariedade baseados na lógica da guerra. As invasões bárbaras imprimiram aos antigos territórios romanos a lógica do *comitatus*, estabelecendo um modelo político característico na Idade Média ocidental.

As antigas elites que habitavam o Império Romano se articularam com esses grupos guerreiros em um processo de formação de alianças e de composições familiares que garantiram a continuidade desses grupos que, agora, não dependiam mais de Roma para sustentar posições de poder em suas áreas de domínio.

Além das heranças mencionadas, é importante estabelecer nexos com a religiosidade cristã. Ao final do Império Romano, o cristianismo era a religião oficial pelo Edito de Tessalônica (380), e a Igreja foi sendo constituída para estabelecer uma doutrina que acabasse com os conflitos internos da comunidade cristã que ordinariamente aconteciam.

A queda do Império Romano do Ocidente fez da Igreja a principal instituição europeia, que assegurava, em um mundo de divisões associadas ao domínio bárbaro, uma unidade em torno da fé cristã. Em contato com o mundo romano, os bárbaros, que a princípio tinham crenças politeístas associadas à mitologia nórdica, aos poucos se cristianizaram.

A esse respeito, o historiador Jacques Le Goff afirma existir no período um processo de assimilação-aculturação homogeneizante oriunda da religiosidade cristã, verificada já nos primórdios do Medievo.

POVOS GERMÂNICOS

Havia vários grupos diferentes de povos de origem germânica: visigodos, ostrogodos, suevos, burgúndios, francos, vândalos, anglos e saxões, entre outros. Esses

grupos fragmentados em tribos não tinham um chefe geral. Na organização tribal germânica, dominada pelos homens da guerra, havia agricultores para cuidar do sustento da comunidade. A sociedade constituía-se, portanto, de guerreiros e camponeses.

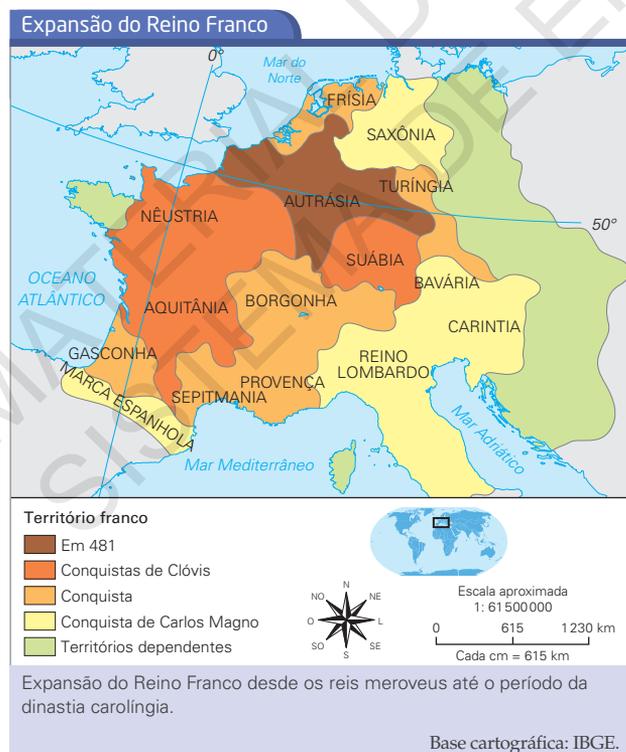
Outro aspecto que deve ser ressaltado: a vida econômica era pontuada por trocas sem a prática de cunhagem de moedas. O intercâmbio pautava-se no escambo, dificultando o comércio mais intenso entre os vários grupos. Em decorrência disso, predominava a economia de base agrária para subsistência, ou seja, que não visava produzir excedente comercializável.

Os germânicos seguiam uma tradição oral, uma vez que não haviam desenvolvido a escrita. A ordem tribal passava de pai para filho, de geração em geração, segundo o Direito consuetudinário. Consideravam a palavra dada uma questão de honra; por isso a importância do juramento de fidelidade dos guerreiros ao guerreiro de maior destaque na tribo. O processo definia a obediência, a ordem do grupo e a fonte do poder político.

As invasões germânicas alteraram profundamente a vida da Europa Ocidental, constituindo, por meio de vários reinos organizados, os fundamentos da civilização medieval. Entre os vários reinos, destacou-se o Reino Franco.

REINO FRANCO

De acordo com alguns historiadores, os francos estavam divididos, a princípio, em dois grandes grupos: sálios e ripuários. A unidade entre os francos aconteceu com Clóvis, filho de Childerico I, comandante franco federado a Roma, que submeteu povos germânicos de origem visigótica e alamânica.



DINASTIA MEROVÍNGIA (496-751)

Em contato com o mundo cristão romano, Clóvis teria sido o primeiro chefe de origem germânica convertido ao cristianismo, por volta de 496. Toda a comunidade franca o seguiu, e o reino assim criado se tornou defensor do cristianismo. Clóvis fundou a primeira dinastia do Reino Franco, a dinastia merovíngia. Desde então, os reis meroveus ficaram conhecidos pela guerra em nome da fé cristã.

Os reis meroveus favoreceram a fé cristã e, consequentemente, o poder da Igreja. Além deles, os ocupantes dos *major domus*, responsáveis pela administração do palácio e demais propriedades reais, também atuaram nesse sentido.

Pepino de Heristal ficou famoso por lutar contra os hunos e ampliar os domínios francos ao controlar a Marca do Leste, atual território da Áustria. Seu descendente, Carlos Martel, ficou mais conhecido ainda ao derrotar os islâmicos na Batalha de Poitiers, em 732. Contida a expansão islâmica que partiu da Península Ibérica, o Reino Franco incorporou vários territórios a oeste da antiga região da Gália. Por último, Pepino, o Breve, combateu os lombardos que ameaçavam o papado romano em 751.

Os *major domus* atuaram de forma tão decisiva que acabaram fundando uma nova dinastia entre os francos e outros povos dominados, a dinastia carolíngia. Em 754, com a aprovação papal, Pepino, o Breve, depôs Childerico III e tornou-se rei dos francos. Como recompensa pelo apoio, Pepino entregou as terras que tinham sido tomadas dos lombardos na Península Itálica à Igreja, as quais foram chamadas de Patrimônio de São Pedro.

Pepino, o Breve, continuou sua política de conquistas, estreitando ainda mais os laços com a Igreja romana. Dominou povos dos quais exigiu conversão à fé cristã e ampliou as conquistas de seu pai, realizando novas conversões ao cristianismo. Ao mesmo tempo que ampliava seus domínios, expandia e consolidava a fé cristã.

DINASTIA CAROLÍNGIA (751-987)

Carlos Magno, filho de Pepino, o Breve, dominou tantos territórios que a Igreja o reconheceu como imperador do Ocidente. Contava muito para a Igreja a possibilidade de harmonização entre o poder espiritual do papa e o poder temporal de Carlos Magno na afirmação cristã na Europa. O rei franco foi então convidado a passar o Natal do ano 800 em Roma, quando foi coroado, dando início ao Império Carolíngio. A partir desse momento, Carlos Magno estreitou ainda mais suas relações com a Igreja. Procurou fomentar as artes e a educação por meio do movimento conhecido como renascimento carolíngio.

Com o intuito de consolidar a civilização cristã que atendesse à sua ordem e à da Igreja, o imperador estimulou a criação de escolas monásticas e catedrais. As escolas tinham como principal objetivo a formação do clero e ensinavam que o bom cristão deveria aprender o respeito ao papa e ao imperador. O papa

correspondia ao poder espiritual, e o imperador, ao poder temporal. Essa obediência representava a garantia de ordem na sociedade europeia da época. Carlos Magno incentivou as artes, em especial as de caráter sagrado, como a música sacra, envolvendo os cantos gregorianos e o órgão na ritualística da Igreja. Houve apoio à preservação da memória do Império Romano, pois o imperador sustentou monges copistas para fazer transcrição dos textos antigos e organizar acervos de livros, montando as bibliotecas. Todo esse esforço direcionou o renascimento carolíngio.

Outro aspecto importante do império de Carlos Magno foi o desenvolvimento de uma política de defesa de seus domínios por meio da distribuição de terras entre seus melhores guerreiros, exigindo o juramento de fidelidade. A Igreja também o ajudou nessa empreitada, designando os *missi dominici* (enviados do senhor), fiscais que supervisionavam se as ordens de Carlos Magno estavam sendo cumpridas nas terras distribuídas.

A distribuição de terras feita por Carlos Magno exemplifica o que se convencionou chamar de relação de suserania e vassalagem, elemento importante de solidariedade entre guerreiros no período medieval. As alianças políticas estão associadas a domínios territoriais cedidos por um guerreiro a outro guerreiro. Dessa forma, garantia-se o sustento de um nobre pelo domínio territorial e pelos tributos que podia cobrar das populações que viviam nas suas terras. A contrapartida de quem recebia o benefício consistia, entre outros aspectos, na participação militar ao lado do guerreiro que o beneficiasse.

O imperador pagava seus melhores guerreiros não com moedas, como se praticava no antigo Império Romano, mas com terras, normalmente localizadas nas regiões limítrofes dos seus domínios. Assim, todos os guerreiros beneficiados procurariam preservar os valores das guerras, com a manutenção de suas terras. Se cada guerreiro conseguisse preservar seu domínio, o império de Carlos Magno também estaria protegido.

Isso trouxe uma consequência importante no período: os guerreiros beneficiados desejavam filhos homens a quem pudessem ensinar a arte da guerra para defender a terra contra uma possível invasão. Consolidou-se, assim, uma sociedade patriarcal e militarista por excelência.

As relações fundadas nos domínios territoriais continuaram, porém o Império Carolíngio não teve continuidade muito além de Carlos Magno, pois o respeito dos guerreiros definia-se pela participação em campanhas. Se o imperador não dava mostras de valor militar, perdia o respeito dos guerreiros. Carlos Magno não teve problemas com indisciplina, mas seu filho, Luís, o Piedoso, sim. Preocupado mais com questões de ordem teológica do que militares, Luís foi perdendo o apoio dos grandes guerreiros que viviam nas zonas de fronteira. Os *missi dominici* informavam sobre a insubordinação, mas a situação ficava inalterada em razão da incapacidade do herdeiro.

O resultado do afrouxamento nas relações entre imperador e guerreiros logo se fez sentir com a revolta dos netos de Carlos Magno, que aprisionaram o pai e dividiram as terras do império entre si. Terminada a experiência imperial dos carolíngios em 843, com o Tratado de Verdun, iniciou-se o processo de fragmentação territorial típica do feudalismo. Os vínculos militares continuaram fundados no domínio de terras e na relação de suserania e vassalagem, marcando a lógica de poder que definiu a política na Idade Média ocidental. O século da assinatura do Tratado de Verdun também foi o das novas invasões à Europa Ocidental. *Vikings*, sarracenos e magiares investiram a fim de fragmentar ainda mais essas terras.

POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA

ENTENDER O FEUDALISMO

Segundo os historiadores, feudalismo é um conceito que tenta definir e esclarecer as lógicas política, econômica e social da Europa Ocidental na Idade Média.

Alguns historiadores tratam o feudalismo como modo de produção, dando ênfase ao aspecto econômico que fomentou o surgimento de instituições políticas e culturais que ordenaram o continente europeu durante séculos. Outros buscam a compreensão de uma sensibilidade específica que ilumina aspectos da cultura material e imaterial no Medievo, colocando em evidência a acomodação de tradições distintas em um período de crise, cuja costura teria concepções místicas orientais como linha. Tanto uma quanto outra abordagem concordam com a existência de um universo feudal que pode ser pensado em várias dimensões: política, social, econômica e cultural. Nas abordagens dos historiadores, variam apenas o grau de importância dado a uma ou outra.

POLÍTICA FEUDAL

Quanto mais terra possui um guerreiro, maior é sua influência e seu poder político. Dessa forma, terra é feudo. O senhor da terra era o senhor feudal. As disputas territoriais e, conseqüentemente, políticas exigiam o estabelecimento de alianças definidas também pelo domínio de terras. A suserania e a vassalagem formam a base das alianças político-militares que marcaram a relação entre nobres na Idade Média.

Suserano é o nobre que doa um pedaço de sua terra a outro senhor. Este, por meio de um juramento de fidelidade, torna-se vassalo do primeiro, isto é, assume compromissos com seu suserano, especialmente o de participar militarmente ao lado do suserano em tempos definidos.

A relação de suserania e vassalagem corresponde à montagem de uma teia no grupo nobre (guerreiro), pois um suserano é vassalo de outro nobre de quem recebeu a terra, o que implica um quadro complexo de comunicações que, muitas vezes, impedia a ocorrência de guerra envolvendo homens que tinham algum tipo de vínculo constituído por juramento.

A imagem anterior diz respeito ao ritual de homenagem que definia o benefício de um guerreiro e estabelecia suas obrigações para com o suserano. Nesse ritual, o vassalo jurava fidelidade a seu senhor.

Assim, o complexo jogo político que obedecia a uma rede de hierarquias e relações fundadas na terra assegurava a ordem pensada em relação ao poder militar, sustentada pela mística e pela religiosidade, identificando as relações políticas como ato de fé.

SOCIEDADE FEUDAL

A dimensão social comunicava-se com a política, pois se conferia *status* social aos homens da guerra, que constituíam uma elite (aristocracia) detentora do controle das terras por hereditariedade. Tratava-se de uma nobreza de sangue, uma clivagem social definida pelo princípio nobiliárquico de poder. A sociedade, dessa forma, dividia-se basicamente em nobres e não nobres. Aos nobres cabia a tarefa de zelar pela ordem, tendo as armas por recurso; os não nobres tinham a função de sustentar a coletividade, o que significava manter a si próprios e aos guerreiros.

Havia sim reunião de nobres e não nobres dentro da instituição que se encontrava por toda parte: a Igreja. Mantinha-se a assimetria, mas todos se conjugavam na comunidade cristã. Assim, os dois grupos sociais forneciam religiosos. Membros da nobreza ocupavam elevados cargos da instituição (alto clero); os não nobres ficavam na base da hierarquia da Igreja (baixo clero).

Havia três ordens ou estamentos na sociedade medieval: grupo dos *oratores* (clero), dos *bellatores* (nobreza guerreira) e dos *laboratores* (não nobres). Essa sociedade não valorizava o indivíduo, pois existia a crença de que Deus havia determinado uma ordem social coletivista, em que existiriam alguns homens destinados à oração, outros à defesa (guerra) e muitos ao trabalho. Cada grupo, ao realizar aquilo para o que foi destinado, garantiria a solidariedade da comunidade cristã e a harmonia coletiva. De acordo com Adalberón de Laon:

ECONOMIA FEUDAL

Na economia houve forte ruralização. A vida no interior do feudo era caracterizada pela produção de subsistência. Não havia a preocupação com excedentes comerciáveis e a nobreza explorava a população campesina, forçada a produzir para si e para toda a sociedade. Dessa forma, o excedente destinava-se ao pagamento de tributos.

Quando havia comércio, acontecia uma espécie de escambo – troca de objeto por objeto (economia natural). Houve um processo de desmonetização da economia europeia, que perdurou por séculos, expressando, em parte, o caráter autossuficiente da unidade feudal.

Durante a Idade Média, eram cobrados diversos tributos, entre os quais os mais recorrentes e duradouros foram os seguintes:

- **Corveia:** trabalho exercido pelo camponês no manso senhorial por alguns dias da semana, normalmente três. Toda a produção do manso senhorial destinava-se ao senhor feudal, o que lhe garantia parte da riqueza produzida pelos camponeses.
- **Talha:** tributo pago com parte da produção do manso servil em troca da proteção que o senhor dava aos habitantes de sua terra.
- **Banalidade:** tributo associado ao uso de equipamentos pertencentes ao senhor feudal, como moinhos, estradas, fornos etc. Em geral, o terceiro estado pagava com o beneficiamento da produção do feudo – moenda dos grãos e fabricação do pão para o senhor, entre outros afazeres.
- **Mão-morta:** pagamento pelo reconhecimento de um novo chefe de família após a morte do pai. Consistia normalmente na entrega de animais de criação pelo filho mais velho da família camponesa que perdera o pai (chefe).
- **Capitação:** tributo vinculado às populações que habitavam vilas e cidades em um domínio feudal. Era um imposto *per capita*, isto é, cobrado por cabeça ou por pessoa. Na maioria dos casos, o pagamento se dava com atividades artesanais em benefício do senhor feudal, como de marcenaria, ferragem e construção.

	1º ano	2º ano	3º ano
Manso senhorial	Cevada	Pousio	Trigo
Manso comunal	Trigo	Cevada	Pousio
Manso servil	Pousio	Trigo	Cevada

O poder senhorial sustentava um leque enorme de explorações no interior do feudo. Cada senhor se tornava, assim, um pequeno rei e imaginava-se com dignidade real, compondo com seus súditos os elementos de uma micro-ordem na sociedade feudal.

CULTURA FEUDAL

A Igreja sacramentava as relações políticas, econômicas e sociais no período medieval. Autores afirmam que houve uma feudo-clericalização das relações. A nobreza usava as terras da Igreja, que não tinha o direito de primogenitura para herdar as terras dos pais. Assim, o aparelho administrativo da instituição religiosa dava-lhe a chance de realizar seu sonho de poder e riqueza. A mentalidade profundamente mística das populações favorecia a elaboração de justificativas sobrenaturais que atendiam aos anseios dos nobres. Essa mesma mentalidade era compartilhada pelos grupos aristocráticos que se associavam nas relações de suserania e vassalagem. Assim, a Igreja medieval passava todas as dimensões da vida.

A instituição difundiu uma visão de mundo marcadamente teocêntrica, em que a fé era o maior valor. A busca pelo paraíso celestial em uma história de decadência do ser humano vicejava na teologia cristã medieval. O caminho da salvação associava-se à luta contra o mal. Violências e guerras foram empreendidas com base em um discurso de mentalidade dualista, que afirmava a luta entre o bem e o mal. Alguns eram santificados; outros, demonizados. A doutrina da Igreja definia quem era quem nessa luta. Os que não a seguiam eram julgados hereges e combatidos com extrema violência. A figura feminina sofreu com a visão misógina que lhe conferia a responsabilidade pela perdição da humanidade, pois teria sido a corrupção de Eva responsável pela saída do homem do paraíso. Nisso estava a própria condenação do corpo como matéria insatável que expressa o pecado original da primeira mulher.

Os valores medievais daquela sociedade patriarcal instauravam um discurso de força que pretendia impedir qualquer tipo de afirmação feminina no ordenamento. Muitas mulheres que se destacavam foram consideradas bruxas ou feiticeiras e conheceram a violência da sociedade completamente dominada pelos homens.

Apesar das violências praticadas nesse mundo marcado por guerras e agitações de toda ordem, a Igreja estabeleceu um conjunto de regras relativas ao cristianismo e à conduta do cristão, confirmando a existência de uma civilização cristã na Idade Média, que teria fortalecido os laços feudais e, de alguma forma, forjado os elementos fundamentais de uma acomodação de tradições tão distintas como eram a romana e a germânica.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

FEUDALISMO: ORIGENS, POVOS GERMÂNICOS E REINO FRANCO

Povos germânicos

Divididos em vários grupos:

Godos, ostrogodos, visigodos, lombardos, vândalos etc

Fragmentação do poder:

Guerreiros e camponeses, economia de base agrária (escambo), tradição oral, transformações na sociedade europeia ocidental.

Reino Franco

Dividido em dois grupos:

Sálios e ripuários.

Dinastia merovíngia (496-751):

Política de conquistas junto à Igreja, consolidação da fé cristã.

Dinastia carolíngia (751-987):

Conquista de territórios, Carlos Magno imperador do Ocidente, renascimento carolíngio, papa e imperador (poder), política de defesa, domínio territorial, Tratado de Verdun (843).

ROTEIRO DE AULA

FEUDALISMO: POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA

Modo de produção feudal

Origens culturais:

Tradições distintas, mescla da tradição romana com a tradição germânica.

Exercício do poder:

Com base no domínio territorial.

Força de trabalho:

Servidão medieval.

Controle social:

Controle da Igreja.

Contribuições romana e germânica para esse sistema:

Colonato (herança romana), comitatus (herança germânica).

Estrutura social

Política:

Rede de hierarquias e relações fundadas na terra.

Sociedade:

Primeiro estado: Clero. Segundo estado: Nobreza. Terceiro estado: Servos, trabalhadores e não nobres.

Economia:

Unidade orgânica de economia e dominação política.

Cultura:

Visão de mundo teocêntrica.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. PUC-SP – O Império Carolíngio surgiu com a coroação de Carlos Magno em Roma por Leão III, no ano de 800. Daí em diante, o poder imperial aumentou consideravelmente, pois:

- a) a administração foi aprimorada, com a instituição dos *missi dominici* e das capitulares.
- b) o desenvolvimento cultural foi estimulado, inclusive com a criação de escolas de ler e escrever.
- c) Paulo Lombardo, Alcuíno e Eginardo deram destaque à cultura da época.
- d) todas estão corretas.
- e) todas estão incorretas.

A consolidação dos reinos francos é importante para o entendimento da Idade Média. Em oposição ao período no qual os senhores feudais tinham o poder de fato, enquanto o rei o tinha apenas por direito, no Império Carolíngio medidas como o aprimoramento da administração, o desenvolvimento de escolas e o destaque à cultura da época ampliaram a força do rei.

2. PUC-PR – Leia o texto abaixo.

“À morte de Carlos Magno, as instituições centrais do feudalismo já se encontravam presentes, sob o dossel de um império centralizado pseudo-romano. De fato, em breve se tornou claro que a rápida generalização dos benefícios e sua crescente hereditariedade tendiam a minar todo o pesado aparelho de Estado carolíngio, cuja ambiciosa expansão nunca correspondera às suas reais capacidades de integração administrativa, dado o nível extremamente baixo das forças de produção nos séculos VIII e IX. A unidade interna do império não tardou a ruir, no meio de guerras civis de sucessão e de uma crescente regionalização da classe aristocrática que a mantinha. [...] Ataques externos selvagens e inesperados, surgidos de todos os pontos cardeais, da terra e do mar, de vikings, sarracenos e magiares, pulverizaram todo o sistema para-imperial de governação dos condos que ainda subsistia.”

ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982. p. 156.

Sobre os fatores presentes na transição da Antiguidade ao feudalismo na Europa Ocidental, estão corretas as seguintes alternativas que indicam características desse período:

- I. Decadência econômica e estagnação técnica do Império Romano.
 - II. Incapacidade administrativa dos Estados nacionais (como França, Alemanha e Itália) em fazer frente às invasões bárbaras.
 - III. Crescente influência da Igreja Católica sobre os senhores locais.
 - IV. Progressivo papel desempenhado pela servidão nas relações econômicas e sociais.
 - V. Afastamento da nobreza das antigas cidades romanas e sua fixação nas áreas rurais.
- a) Somente I e II.
 - b) II, IV e V.
 - c) Somente IV e V.
 - d) Todas estão corretas.
 - e) I, III, IV e V.

A essa altura, é incorreto e anacrônico falar em Estados nacionais, portanto a segunda afirmativa é incorreta. As outras afirmativas estão corretas.

3. PUC-SP

“A Idade Média repousa sobre a terra. Idade Média é rural. É sobre essa ruralidade que se articula o conjunto de outras redes.”

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 156.

A frase pode ser considerada correta, entre outros motivos, porque:

- a) a organização social, na Idade Média, baseava-se na relação dos diversos grupos sociais com a posse ou uso da terra.
- b) a economia medieval é baseada na produção agrícola em larga escala, destinada à exportação.
- c) as cidades desapareceram na Idade Média e todas as pessoas se transferiram para o campo.
- d) as atividades rurais, na Idade Média, ofereciam os capitais necessários para o desenvolvimento da grande indústria.
- e) a sociedade medieval retomava valores greco-romanos e idealizava a vida nos campos

É incorreto dizer que a produção medieval é de larga escala, que todas as pessoas se transferiram para o campo, que as atividades da Idade Média financiaram a indústria (isso pode ser dito sobre a atividade mercantilista, que é posterior) e os medievais retomaram os greco-romanos (algo que foi feito apenas no renascimento cultural). Entretanto, é correto dizer que, de uma forma ou de outra, todas as posições sociais da época eram definidas com relação à terra.

4. UEL-PR – Embora a ideia de transformação seja uma característica da modernidade, nos períodos anteriores, na Europa, ocorreram diversas mudanças nos campos político, econômico, científico e cultural. Pode-se afirmar que, com o declínio do Império Romano na Europa Ocidental, constituíram-se novas relações sociais entre os habitantes desses territórios, momento que foi denominado pelos historiadores como período medieval. Com relação a esse período, considere as afirmativas a seguir:

- I. Carlos Magno libertou o seu império do poderio papal por intermédio de alianças militares realizadas com a nascente nobreza mercantil de Veneza.
- II. Os camponeses possuíam o direito de deixar as terras em que trabalhavam e migrar para os burgos pelo acordo consuetudinário com os suseranos.
- III. Os chefes guerreiros comandavam seus seguidores no *comitatus* por meio de juramentos de fidelidade. Os nobres também realizavam esse pacto entre si.
- IV. O grande medo da população era ocasionado pelas invasões de bárbaros, pelas epidemias e pela fome. A crença em milagres se propagava rapidamente entre a população.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Não é correto dizer que Carlos Magno rompeu com o poderio papal ou relacioná-lo à nobreza mercantil veneziana, que lhe é posterior. Também é incorreto dizer que os camponeses podiam deixar o local onde moravam e trabalhavam. As outras afirmativas estão corretas.

5. USF-SP – A queda do Império Romano do Ocidente é o marco inicial da Idade Média. A queda do império, provocada, principalmente pelas invasões bárbaras, ruralizou esse território, alterando completamente as relações políticas, sociais e econômicas. Entretanto, outras regiões e impérios existentes estavam em ritmos e processos históricos diferentes. A formação do feudalismo é decorrente da fusão de elementos romanos e germânicos. Assinale a opção que apresenta corretamente um desses elementos e sua explicação:

- a) *Beneficium* – os chefes militares romanos firmavam laços de fidelidade com seus guerreiros, isto é, havia um sentimento de reciprocidade no qual um deveria ser fiel ao outro.
- b) Vilas – correspondiam a pequenas propriedades situadas fora dos domínios do Império Romano, cuja economia era marcada pela dinamização comercial e o intercâmbio de povos oriundos do norte da África.
- c) Colonato – consistiu num sistema criado durante a gestão do imperador romano Constantino. Com a crise do Império Romano, os plebeus e escravos empobrecidos passaram a trabalhar para um senhor em troca de proteção. Dessa maneira, o colonato causou uma grande retração na economia, motivada pelo êxodo urbano e pelo isolamento em feudos.
- d) *Comitatus* – correspondia a uma herança dos tempos do Império Carolíngio, quando os chefes militares, após as batalhas, concediam terras aos guerreiros.
- e) Escolástica – instituição criada pelos romanos que concedia direito à propriedade privada durante o período do Império Romano.

O beneficium era uma recompensa que os chefes militares davam a quem havia demonstrado bravura nos campos de batalha. Não é correto dizer que as vilas tinham dinâmica comercial ou qualquer relação com a África. O comitatus era a relação de honra e lealdade entre suserano e vassalo. E a escolástica era uma escola filosófica da Igreja que buscava unir a fé cristã ao racionalismo.

6. FGV-SP

“A colisão catastrófica dos dois anteriores modos de produção em dissolução, o primitivo e o antigo, veio a resultar na ordem feudal, que se difundiu por toda a Europa.”

ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982. p. 140.

O autor refere-se a três tipos de formações econômico-sociais nesse pequeno trecho. A esse respeito é correto afirmar:

- a) A síntese descrita refere-se à articulação entre o escravismo romano em crise e as formações sociais dos guerreiros germânicos.
- b) O escravismo predominava entre os povos germânicos e tornou-se um ponto de intersecção com a sociedade romana.
- c) A economia romana, baseada na pequena propriedade familiar, foi transformada a partir das invasões germânicas dos séculos IV a VI.
- d) Os povos germânicos desenvolveram a propriedade privada e as relações servis que permitiram a síntese social com os romanos.
- e) A transição para o escravismo feudal foi proporcionada pelos conflitos constantes nas fronteiras romanas devido à ofensiva dos magiares.

As alternativas incorretas misturam conceitos ou trazem formações econômico-sociais inexistentes. É correto dizer, na visão de Perry Anderson, que a ordem feudal foi resultado da fusão do escravismo romano, após o êxodo urbano, com a sociedade de guerreiros dos povos germânicos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. PUC-RS – Entre os reinos bárbaros, surgidos após as invasões germânicas e o fim do Império Romano, o Reino Franco foi o mais importante, porque:

- a) os reis francos se converteram ao cristianismo e defenderam o Ocidente contra o avanço dos muçulmanos.
- b) promoveu o desenvolvimento das atividades comerciais entre o Ocidente e o Oriente, através das Cruzadas.
- c) nesse período a sociedade feudal atingiu sua conformação clássica e o apogeu econômico e cultural.
- d) houve uma centralização do poder e viveu-se um período de paz externa e interna, o que permitiu controlar o poder dos nobres sobre os servos.
- e) os reis francos conseguiram realizar uma síntese entre a cultura romana e a oriental, que serviria de inspiração ao renascimento cultural do século XIV.

8. PUCCamp – Valendo-se de sua crescente influência religiosa, a Igreja passou a exercer importante papel em diversos setores da vida medieval:

- a) como por exemplo nas universidades, onde disseminaram o cultivo das línguas nacionais.
- b) inclusive estimulando o avanço da ciência, sobretudo da medicina.
- c) impedindo a divulgação de conhecimentos científicos através do estabelecimento do Index.

d) pois, enriquecida com as grandes doações de terras feitas pela burguesia, passou a se omitir, não se preocupando mais com a construção de igrejas e mosteiros.

e) servindo como instrumento de homogeneização cultural diante da fragmentação política da sociedade feudal.

9. Unaerp-SP – O feudalismo, como todos os outros modos de produção, não surgiu repentinamente. Ele foi o resultado:

- a) do surgimento da Igreja Católica Romana, instituição que, de certa forma, tomou o lugar do Estado romano.
- b) de uma síntese entre a sociedade romana em expansão e a sociedade bárbaro-germânica em decadência.
- c) das contribuições isoladas dos bárbaros e dos romanos que deram aos feudos um caráter urbano.
- d) do fortalecimento do Estado e da fragmentação política.
- e) de uma lenta transformação que começou no final do Império Romano, passou pela invasão dos bárbaros-germânicos no século V, atravessou o Império Carolíngio e começou a se efetivar a partir do século IX.

10. UFPR – Sobre a sociedade do Ocidente medieval, considere as afirmativas abaixo:

1. Na Alta Idade Média, ocorreu um acentuado processo de urbanização, seguindo o modelo da urbanidade clássica.
2. Nessa sociedade, atribuía-se às crianças uma função na organização social e familiar semelhante àquela estabelecida para os adultos.
3. A noção de solidariedade familiar é um traço essencial da sociedade medieval.
4. As mulheres, na sociedade medieval, eram totalmente excluídas da sucessão. Quando casavam, recebiam como dote bens que seriam administrados pelo marido.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.

11. PUC-PR – Dentre os vários reinos bárbaros que se formaram na Europa, após a queda do Império Romano ocidental, um teve grande destaque, em virtude de personagens como Clóvis e Carlos Magno.

O grupo germano organizador de tal reino foi o dos:

- a) saxões.
- b) godos.
- c) ostrogodos.
- d) francos.
- e) vândalos.

12. PUC-RS – Para responder à questão, considere as seguintes afirmativas sobre o Império Carolíngio, constituído a partir do Reino dos Francos durante a chamada Alta Idade Média.

- I. A dinastia carolíngia, a partir de Pepino, o Breve, no século VIII, buscou combater o poder temporal da Igreja através do confisco de terras eclesiásticas e da dissolução do chamado Patrimônio de São Pedro, na Itália.
- II. A partir do reinado de Carlos Magno, coroado “imperador dos romanos” no ano de 800, a servidão enfraqueceu-se consideravelmente na Europa, pois o Estado impunha aos nobres a transformação dos servos da gleba em camponeses livres, para facilitar o recrutamento militar.
- III. Apesar de procurar centralizar o poder, Carlos Magno contribuiu para a descentralização política no império, ao distribuir propriedades de terras e direitos vitalícios entre os vassallos, em troca de lealdade e de serviço militar.
- IV. O Tratado de Verdun, firmado entre os netos de Carlos Magno após esses guerrearem entre si, dividia o império em três partes, que passavam a constituir Estados apenas nominais, devido à consolidação da ordem política feudal.

São corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

13. UPF-RS – De forma geral, sobre a economia medieval, é correto afirmar que:

- a) a moeda era largamente utilizada, o artesanato era a base da economia e, devido à forte influência religiosa, as riquezas eram bem distribuídas entre todos os habitantes.
- b) a economia era baseada na agricultura, prevalecendo o sistema de trocas de mercadorias, com pouco uso da moeda, e as relações comerciais com outras regiões e feudos era pequena.
- c) a pecuária era a base da economia, as terras tinham pouco valor econômico e todos os integrantes da sociedade estavam isentos de impostos.
- d) o artesanato era a base da economia, com os servos recebendo salários dos senhores feudais, e a maioria das terras estava concentrada nas mãos da Igreja Católica.
- e) a economia era baseada no comércio; a intensa troca de mercadorias fazia com que as terras ficassem supervalorizadas.

14. FGV-SP

“A palavra ‘servo’ vem de ‘*servus*’ (latim), que significa ‘escravo’. No período medieval, esse termo adquiriu um novo sentido, passando a designar a categoria social dos homens não livres, ou seja, dependentes de um senhor. [...] A condição servil era marcada por um conjunto de direitos senhoriais ou, do ponto de vista dos servos, de obrigações servis”.

Luiz Koshiba. *História: origens, estruturas e processos*.

Assinale a alternativa que caracterize corretamente uma dessas obrigações servis.

- a) Dizimo era um imposto pago por todos os servos para o senhor feudal custear as despesas de proteção do feudo.
- b) Talha era a cobrança pelo uso da terra e dos equipamentos do feudo e não podia ser paga com mercadorias e sim com moeda.
- c) Mão-morta era um tributo anual e *per capita*, que recaía apenas sobre o baixo clero, os vilões e os cavaleiros.
- d) Corveia foi um tributo aplicado apenas no período decadente do feudalismo e que recaía sobre os servos mais velhos.
- e) Banalidades eram o pagamento de taxas pelo uso das instalações pertencentes ao senhor feudal, como o moinho e o forno.

15. Faap-SP – A doutrina de Platão influenciou os primeiros filósofos medievais, Santo Agostinho, bispo de Hipona (354 a 430) e Boécio (480 a 524), autores de *Confissões* e *Consolação da filosofia*, respectivamente. Mas a filosofia que predominou na Idade Média foi a:

- a) sofística.
- b) epicurista.
- c) escolástica.
- d) existencialista.
- e) fenomenológica.

16. UECE – Durante o período medieval, a Igreja Católica, herdeira das tradições romanas, sobressaiu-se como a mais poderosa instituição e grande baluarte da cultura europeia. À medida que avançava e convertia novos povos ao cristianismo, ampliava mais ainda seu poderio espiritual e material, e fundia a cultura romana com a dos povos convertidos.

No que se refere ao papel da Igreja Católica na cultura europeia medieval, é correto afirmar que:

- a) a educação formal espalhou-se pela Europa através da Igreja Católica, à qual estavam ligadas as escolas e as universidades medievais.
- b) a literatura medieval era dominada pelo tema religioso imposto pela Igreja Católica; nesse período não se escreveu sobre nada que não estivesse no Livro Sagrado.
- c) a filosofia escolástica nascida nas universidades católicas opunha-se à fusão da fé cristã com o pensamento racional humanista.
- d) apesar de controlar a literatura, as artes plásticas ficaram livres de qualquer tipo de cerceamento religioso por parte da Igreja Católica.

17. FDF

“As diversas tradições mentais legadas aos homens da Alta Idade Média oscilam entre o desprezo e a valorização do trabalho.”

LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 140.

Entre as modalidades de trabalho que, na Alta Idade Média, eram desprezadas e aquelas que eram valorizadas, podemos citar, respectivamente:

- a) a doutrinação política e a pregação dos religiosos junto aos infiéis.
- b) a forja das armas dos nobres e a cópia de manuscritos antigos.
- c) o cultivo das terras e a ourivesaria desenvolvida por artesãos.
- d) a vida contemplativa dos monges e a preparação militar para o combate.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C4-H18

Na Idade Média, para elaborar preparados a partir de plantas produtoras de óleos essenciais, as coletas das espécies eram realizadas ao raiar do dia. Naquela época, essa prática era fundamentada misticamente pelo efeito mágico dos raios lunares, que seria anulado pela emissão dos raios solares. Com a evolução da ciência, foi comprovado que a coleta de algumas espécies ao raiar do dia garante a obtenção de material com maiores quantidades de óleos essenciais.

A explicação científica que justifica essa prática se baseia na:

- a) volatilização das substâncias de interesse.
- b) polimerização dos óleos catalisada pela radiação solar.
- c) solubilização das substâncias de interesse pelo orvalho.
- d) oxidação do óleo pelo oxigênio produzido na fotossíntese.
- e) liberação das moléculas de óleo durante o processo de fotossíntese.

19.

C4-H19

Graças aos iluministas, que definiram a Idade Média como Idade das Trevas, costuma-se acreditar que não houve qualquer avanço tecnológico nesse período, o que é um equívoco. Uma das grandes invenções medievais foi o moinho de vento. Sobre isso, é correto afirmar que:

- a) utiliza um sistema de pesos e contrapesos, que movimentam um pêndulo responsável por arejar ambientes fechados. Isso foi muito importante, principalmente, para os mosteiros, onde os monges ficavam fechados.

- b) utiliza a energia cinética do vento para movimentar um peso, utilizado, principalmente, para moer alimentos, o que aumentou a produtividade e facilitou o trabalho dos camponeses.
- c) utiliza um sistema de pêndulo, movimentado pela energia elétrica do vento, para movimentar um peso, utilizado para moer alimentos, o que aumentou a produtividade e facilitou o trabalho dos camponeses.
- d) utiliza a energia cinética do vento, assim como o moinho antigo utilizava a energia potencial da água, para movimentar um pêndulo utilizado, principalmente, para moer alimentos, o que aumentou a produtividade e facilitou o trabalho dos nobres.
- e) utiliza a energia elétrica do vento, assim como o moinho antigo utilizava a energia potencial da água, para movimentar um pêndulo utilizado para arejar ambientes fechados. Isso foi muito importante, principalmente, para os mosteiros, onde os monges ficavam fechados.

20. UNESP

C1-H5

O cavaleiro é um dos principais personagens nas narrativas difundidas durante a Idade Média. Esse cavaleiro é principalmente um:

- a) camponês, que usa sua montaria no trabalho cotidiano e participa de combates e guerras.
- b) nobre, que conta com equipamentos adequados à montaria e participa de treinamentos militares, torneios e jogos.
- c) camponês, que consegue obter ascensão social por meio da demonstração de coragem e valentia nas guerras.
- d) nobre, que ocupa todo seu tempo com a preparação militar para as Cruzadas contra os mouros.
- e) nobre, que conquista novas terras por meio de sua ação em torneios e jogos contra outros nobres.

IMPÉRIO BIZANTINO E CIVILIZAÇÃO ISLÂMICA MEDIEVAL

A ORIGEM DE BIZÂNCIO

O Império Romano era tão grande, vasto e poderoso que cada uma de suas partes, após o rompimento, teve histórias completamente diferentes.

O Império Bizantino foi a continuação do Império Romano Oriental, que havia sido constituído após a morte do imperador Teodósio, no ano 395. A região mais oriental do antigo Império Romano resistiu às invasões dos grupos bárbaros e a cidade de Constantinopla, antes conhecida por Bizâncio, manteve o controle político de terras e povos orientais. Por isso, fala-se em Império Bizantino na Idade Média.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO IMPÉRIO BIZANTINO

Romano por herança imperial, cristão de religião e helênico por influência grega, o Império Bizantino tomou uma forma essencialmente diversa, com várias etnias e um misto de culturas, em que o poder político e o religioso eram, no final das contas, o mesmo poder. Tendo como base forte poder central com perfil despótico, definiu-se pelo marcante avanço da economia comercial, fato que possibilitou reservas para suportar as incursões bárbaro-germânicas.

Além do comércio, a agricultura era desenvolvida, baseada em latifúndios e em experiências do colonato e do escravismo, fator que garantiu o abastecimento da população urbana durante séculos.

Embora as instituições políticas e administrativas fossem de origem latina, fizeram parte da formação cultural romana elementos da cultura helenística.

Dentre as várias marcas do Império Bizantino, destaca-se a figura do imperador, considerado comandante das forças militares, da Igreja, juiz supremo, enfim, representante da vontade de Deus. Dessa forma, o aparelho de Estado envolvia enorme quantidade de funcionários desempenhando funções que abrangiam magistratura, cargos religiosos, arrecadatórios, fiscais e militares.

A economia experimentou intensa atividade comercial, envolvendo escravos, joias, perfumes, especiarias, porcelanas, armas, peles e alimentos dentre os inúmeros artigos. O Estado controlava rigidamente o comércio interno e externo, estabelecia a exclusividade na emissão monetária e vigiava as atividades artesanais por meio de guildas – reunião de artesãos de mesmo ofício. O Império Bizantino foi responsável pela preservação das tradições clássicas, sendo também veículo de transmissão desses valores para o Ocidente, com destaque para o direito (tradição romana) e a filosofia (de tradição grega). Havia vários grupos diferentes de povos de origem germânica: visigodos, ostrogodos, suevos, burgúndios, francos, vândalos, anglos, saxões, entre outros. Esses grupos fragmentados em tribos não tinham um chefe geral. Na organização tribal germânica, dominada pelos homens da guerra, havia agricultores para cuidar do sustento da comunidade. A sociedade constituía-se, portanto, de guerreiros e camponeses.

PRESERVAÇÃO DO DIREITO ROMANO

Na história política bizantina, o imperador Justiniano (527-565) desenvolveu uma política expansionista para combater os povos bárbaros que haviam destruído o Império Romano do Ocidente. Junto aos generais Belisário e Narsés, empreendeu a conquista do norte da África, tomado dos vândalos; da Península Itálica, recuperada dos ostrogodos; e de parte da Península Ibérica, retirada do controle dos visigodos.

- A origem de Bizâncio
- Características gerais do Império Bizantino
- Preservação do Direito Romano
- Cristianismo bizantino
- Decadência do império
- Cultura bizantina
- Islã
- Origens do Islã
- Preceitos islâmicos
- Divisão entre islamitas
- Expansão islâmica
- A condição feminina na sociedade islâmica
- Cultura islâmica

HABILIDADES

- Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

Justiniano afirmava que imprimiria a civilização nas terras que passassem a fazer parte do Império Bizantino. Convocou magistrados e ordenou a compilação de uma obra legislativa para garantir o que ele entendia por civilização. Disso resultou a criação do *Corpus Juris Civilis* (Corpo Jurídico Civil) em 529, que foi implantado logo depois de reprimir o levante popular em Bizâncio contra a tributação excessiva do Estado, conhecido como Revolta de Nika, em 532.

O *Corpus Juris Civilis*, dividido em quatro partes, preservou a tradição e a organização do Direito Romano. A primeira parte, denominada Código, reuniu as leis dos imperadores romanos desde Adriano. A segunda parte, com o nome de Digesto ou Pandectas, era uma compilação de textos dos juristas – magistrados que escreviam sobre o entendimento deles a respeito das leis. Embora não fossem literalmente leis, ajudavam na Justiça romana e constituíam a jurisprudência. Além da garantia das leis dos imperadores e da jurisprudência necessária à realização da Justiça, o *Corpus Juris Civilis* incluía, como terceira parte, as Institutas, espécie de manual contendo as bases do Direito Romano, dedicado aos jovens do império. Por último, as leis de Justiniano não podiam configurar as antigas leis de Roma que estavam no Código, criando-se a quarta parte – as Novelas.

O Direito tornou-se um instrumento de exercício do poder. Por meio das leis, os imperadores adquiriram poderes praticamente sem limites, que garantiam proteção e privilégio ao clero e aos grandes proprietários, em detrimento da população de colonos e escravos. Mantinha-se uma burocracia privilegiada com elevados tributos, provocando, de tempos em tempos, levantes populares.

CRISTIANISMO BIZANTINO

A filosofia era aplicada ao cristianismo e tinha aval do imperador na busca de consolidar sua força na junção do pensamento lógico com o sentimento religioso.

Houve conflitos na definição de uma doutrina cristã. Tais diferenças de interpretação doutrinária vinculavam-se às variações na filosofia grega antiga, que permitiam leituras diferentes da mesma realidade. Dessa forma, os conflitos religiosos acabavam afetando o poder político, uma vez que a justificativa para o império era sobrenatural. Essa ideia criou sérias dificuldades políticas no império.

Monofisismo, arianismo e iconoclastia foram algumas questões cristológicas importantes que marcaram divisões na Igreja.

Os monofisistas pregavam a existência de uma única natureza para Cristo, composta de elementos divinos, e negavam o dogma cristão romano da Santíssima Trindade. Os seguidores desse pensamento sofreram perseguição por heresia. Os monofisistas afastaram-se para fundar igrejas dissidentes na Síria, no Egito e na Armênia.

O arianismo afirmava que, apesar de ser um ente superior, Jesus era inferior ao Pai, apenas uma criatura sua.

A Questão Iconoclasta teve início quando o imperador Leão III Isáurico (717-741) proibiu a presença de imagens nas igrejas, exortando a população a destruí-las. Os bispos ortodoxos reagiram negativamente ao apelo do imperador, exortando o povo a defender as imagens. O papa Gregório II, de Roma, também condenou e julgou herética a ordem do imperador. O imperador tinha apoio da população, que temia a idolatria no culto às imagens. A cristandade estava dividida. O filho de Leão III, imperador Constantino V, reuniu bispos na presença de um novo patriarca e estabeleceu decretos que proibiam as imagens. O imperador comparou o culto imagético à idolatria, proibindo a imagem do próprio Cristo. Estavam lançadas as bases da futura Reforma Religiosa do Ocidente da época moderna, que condenou o culto às imagens. Vale lembrar: as imagens eram produzidas em mosteiros e comercializadas, o que, na visão do imperador, indicava poder e corrupção da Igreja.

A atuação dos imperadores nos assuntos religiosos, nomeando patriarcas que conduziam a Igreja no Oriente, expressava a ideia de Constantino conhecida como cesaropapismo. Em alguns momentos, esse intervencionismo foi favorável ao poder imperial e, em outros contextos, contribuiu para a crise do poder central.

A própria cristandade dividiu-se quando o patriarca Miguel de Cerulário rompeu com Roma, declarando uma Igreja cristã separada da instituição conduzida pelo papa.

Com o episódio conhecido por Cisma do Oriente (1054), a cristandade passou a ter a Igreja Católica Apostólica Romana, conduzida pelo papa, e a Igreja Ortodoxa Grega, sob direção do patriarca.

DECADÊNCIA DO IMPÉRIO

O Império Bizantino entrou em gradativo declínio por vários fatores, que colaboraram com a sua desagregação: lutas palacianas pelo poder político; divisões religiosas que afetavam a ordem imperial; expansões islâmica e bárbara sobre as terras bizantinas; estabelecimento de rotas comerciais entre o Oriente e o Ocidente, sem passar pela cidade de Constantinopla.

Por volta do século XIII, os problemas eram tantos que o Estado, enfraquecido, não suportava mais as pressões inimigas. A situação agravou-se com o ataque dos cruzados financiados por Veneza (Quarta Cruzada), que derrotaram o governo de Constantinopla, com o objetivo de abrir a rota de comércio até então franqueada aos mercadores de Gênova. Bizâncio (Constantinopla) governava a si e seu entorno. Em 1453, os turco-otomanos, conduzidos pelo sultão Maomé II, tomaram a cidade – evento histórico que marca o fim do Império Bizantino e o início da Idade Moderna.

CULTURA BIZANTINA

A diversidade étnica do império e sua capacidade de firmar os princípios de ordem naquela sociedade complexa foram determinantes para que uma cultura tão rica fosse construída. As movimentações populares em torno das disputas entre autoridades religiosas

indicavam o envolvimento dos fiéis e o forte sentimento religioso daquela civilização.

Uma das maiores realizações do império no campo religioso foi a construção da Catedral de Santa Sofia em Constantinopla (atual Istambul, na Turquia), entre 532 e 537, após repressão da Revolta de Nika (532). O império mostrou, nessa gigantesca obra, sua poderosa relação com o cristianismo. Em termos de complexidade, expressão de poder imperial, mobilização de recursos humanos e materiais, é possível compará-la às pirâmides do Egito Antigo.

Outro aspecto relevante da cultura bizantina são os mosaicos. Os murais construídos com pequenos cubos de pedras e vidros coloridos colados com argamassa têm caráter de uma arte complexa. Os motivos religiosos estão associados ao poder do Estado imperial, entre outras características. Os bizantinos também se dedicaram ao vitral mosaico. A técnica do mosaico possibilita a produção de imagens sem choque com a iconoclastia, já que a junção das pedrinhas dá apenas ilusão de imagem, sem ser de fato.

Características da pintura bizantina:

- inexistência de perspectiva e volume;
- figuras que representam temas religiosos e políticos (sacras e de imperadores);
- figuras humanas expressas de forma alongada (esguias); ausência de paisagem de fundo; uso de ícones e iluminuras; predomínio do mosaico.

Os bizantinos tiveram especial interesse pela literatura clássica, preservando textos satíricos e líricos da tradição romana. Produziram extensa obra religiosa sobre debates doutrinários e procuraram guardar a história e a filosofia dos antigos, em especial dos gregos. A produção literária foi intensa e chegou a cerca de 3 mil obras.

O ISLÃ

O islamismo foi a última das grandes religiões monoteístas a surgir e é posterior ao cristianismo e ao judaísmo. É também a religião que mais cresce no mundo atual.

ORIGENS DO ISLÃ

Enquanto os bárbaros dominavam as antigas terras romanas no Ocidente e o Império Bizantino se mantinha calcado no poder religioso cesaropapista, herdado de Constantino, a Península Arábica passava por uma verdadeira revolução, que constituiu a base da civilização islâmica. A Península Arábica não tinha unidade política, isto é, a organização dos grupos humanos se definia por chefes tribais escolhidos em cada comunidade instituída.

Não havia concepção dinástica de poder, o que importava apenas era a capacidade de atuar da melhor maneira para o bem-estar do grupo. O filho de um chefe tribal poderia não ser escolhido para conduzir o grupo,

se houvesse um homem em condição superior para tal cargo na comunidade. Os homens utilizavam a eleição para a escolha do novo líder.

Embora existissem vários agrupamentos independentes, todas se reuniam na cidade de Meca, na Caaba, templo onde praticavam culto politeísta em torno de uma pedra escura (monólito). Os árabes cultuavam cerca de 365 divindades. Meca era o centro religioso, mas também econômico, pois as tribos realizavam trocas comerciais nessa cidade. A movimentação desses grupos era constante. A palavra "árabe" significa "nômade que vive sob sua tenda no deserto". Dentre os vários grupos tribais que habitavam a região, destacavam-se os coraixitas, que controlavam algumas cidades da Península Arábica, em especial Meca. A família de Maomé fazia parte desse grupo, embora não fosse poderosa. Vivía nas proximidades do templo (Caaba), cuidando do espaço sagrado.

A vida de Maomé inicialmente foi muito difícil. As mudanças começaram quando ele passou a trabalhar para a rica viúva Khadija. Maomé aceitou a proposta de casamento dessa mulher, quinze anos mais velha, que impôs a condição de ser sua única esposa. Ele se tornou chefe de caravana, o que lhe propiciava manter contato com muitas comunidades, inclusive de cristãos e judeus que afirmavam a crença em Deus. As religiões cristã e judaica certamente influenciaram o pensamento místico de Maomé, que, por volta dos 40 anos, teve uma experiência sobrenatural: o anjo Gabriel apareceu a ele dizendo que só havia um Deus, Alá, e que ele era o profeta, o último dos profetas, o escolhido para propagar a vontade divina expressa no Islã, palavra que significa "entrega, obediência, dedicação a Deus".

Acreditando ser o último de uma linhagem de profetas, Maomé passou a pregar o Islã em Meca. Sua forma de expressar os ensinamentos atraiu muitos discípulos, pois passava a mensagem divina por meio de um canto, tradição dos poetas tribais árabes muito valorizada à época. O fundador do islamismo não sabia escrever, mas os cantos divinos foram passados para a escrita por seus seguidores na forma de suras ou suratas.

A pregação com forte adesão popular logo causou incômodo aos sacerdotes de Meca, porque a atuação do profeta entrava em choque com a concepção politeísta que divulgavam e, além disso, prejudicava as finanças. O comércio em Meca gerava grandes lucros graças à peregrinação. Com Maomé, essas pessoas sentiram-se ameaçadas. Por isso, o profeta acabou tendo sérias dificuldades para manter-se na cidade, com risco até de ser assassinado.

Em 622, Maomé deixou Meca, dirigindo-se a Yatrib, atual Medina (cidade do profeta). Essa saída, conhecida por Hégira, marcou o ano um do calendário islâmico. Sua importância reside na mudança de atitude do profeta em relação às idolatrias realizadas em Meca. A possibilidade de existência do islamismo ficou condicionada à destruição dos cultos politeístas de Meca, revelação que recebeu durante sua estada na cidade de Yatrib.

Todo fiel (muçulmano) deveria empreender esforços na defesa da fé em Alá.

De acordo com o Islã, esse esforço ou empenho, conhecido por Jihad, é uma ação em defesa da verdadeira fé, podendo ser educativa ou até uma guerra. Naquele momento, tratava-se do combate aos ídólatras de Meca, o que se materializou em uma guerra santificada. Em 630, após anos de campanhas, Maomé entrou vitorioso em Meca, unindo as várias tribos em torno de si. Nascia dessa experiência mística um Estado cujo líder incontestável era o profeta. Aquilo que dizia não eram palavras suas, e sim de Alá. Assim se constituiu um Estado teocrático no mundo árabe, consolidando uma religião monoteísta. Conclusão: a profunda mudança política no mundo tribal árabe ocorreu por meio da religião islâmica.

Ainda hoje, para entender as discussões políticas no mundo islâmico, deve-se considerar o aspecto religioso de muitas dessas questões, ou seja, identificar Estados que não passaram por um processo de laicização ou que, socialmente, estão embasados na religiosidade, como o Irã dos aiatolás e o Afeganistão dos talibãs, entre outros.

PRECEITOS ISLÂMICOS

Todos os fiéis devem seguir certos preceitos que fazem parte da cultura islâmica:

- Profissão de fé: “Existe um único Deus e Maomé é seu profeta”.
- Oração voltada para Meca cinco vezes ao dia.
- Jejum durante o mês sagrado do Ramadã.
- Zakat não é esmola, mas uma espécie de justiça na sociedade. É obrigatório, efetivando a solidariedade das pessoas de fé.
- Peregrinação a Meca pelo menos uma vez na vida.

DIVISÃO ENTRE ISLAMITAS

Após a unificação das tribos, Meca tornou-se eixo do Islã, a cidade sagrada que todo muçulmano deve visitar. Para os islâmicos, Maomé havia cumprido sua missão quando morreu, em 632. Contudo, eles necessitavam de um guia, um chefe para conduzir a vida na Terra. Começaram as discussões em torno de quem seria o califa (sucessor). O debate dividiu o mundo islâmico em dois grupos fundamentais: xiitas e sunitas.

Os xiitas defendiam o caráter sagrado da família de Maomé, sendo partidários de Ali, primo e genro do profeta. Os sunitas, ao contrário, afirmavam que o importante não era ser da família de Maomé, mas ter uma vida de virtudes como a do profeta. Essa vida de virtudes era contada na Sunna. Assim, os sunitas pretendiam convocar uma eleição segundo a antiga tradição tribal, cujo critério de escolha seria o Livro das Virtudes.

Apoiado pelos sunitas, Abu Bakr assumiu a condição de califa, oficializando a divisão islâmica. Até hoje há componentes locais em disputa pelo controle do Estado em países islâmicos, não se referindo às primeiras

discussões que deram origem aos sunitas e xiitas. São verdadeiros partidos políticos preservando o sunismo e o xiismo primitivos.

EXPANSÃO ISLÂMICA

Assentada na Jihad, a expansão islâmica apresentava aos conquistados três opções: 1) conversão, ou seja, adesão ao islamismo, à mensagem de Deus contida no Alcorão; 2) manutenção da religião dos grupos conquistados, que deveriam pagar mais tributos; 3) morte.

Os grupos convertidos eram considerados irmãos e podiam participar de novas campanhas militares, que visavam à expansão da fé. Assim, o islamismo contava com a força de muitas comunidades, em uma dinâmica quase irresistível. Podiam manter elementos culturais próprios desde que não contrários aos ensinamentos do Alcorão. Disso se entende a diversidade no mundo islâmico e a capacidade de assimilação cultural que fez do islamismo uma grande civilização na Idade Média.

A expansão islâmica no norte da Índia originou mais um grupo importante, o sufi. Sufismo é uma corrente mística e contemplativa do Islã, constituída de tradições hindus incorporadas ao islamismo e baseada na conversão de povos do norte do Subcontinente Indiano. O sufismo prega a possibilidade de comunicação com o divino por meio de meditação e técnicas de respiração que conduzem ao êxtase supremo. A verdade, nesse sentido, não pode ser aprendida, mas experimentada por esse êxtase.

A CONDIÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE ISLÂMICA

Existem inúmeras controvérsias a respeito da condição feminina no mundo islâmico. Obras denunciam o tratamento conferido às mulheres. Determinadas práticas, incluindo até mesmo mutilação, são aceitas em países islâmicos, mas o Alcorão não trata do assunto. É uma questão difícil, porque se trata de elementos culturais difundidos socialmente e que têm, por conta disso, a convivência de muitas mulheres islâmicas.

Pode-se inferir, com base no Alcorão, uma assimetria na relação entre homem e mulher, justificada pelo desígnio divino.

Muito já foi escrito a respeito da intolerância islâmica, do fundamentalismo radical que desrespeita culturas e insere-se no universo da violência. É preciso relativizar ou, ao menos, não generalizar a marca da intolerância ao mundo islâmico como um todo. Analisando o período medieval, exemplos de convívio com a diversidade e de admiração islâmica por elementos exógenos não faltam.

CULTURA ISLÂMICA

Filosofia

Os pensadores islâmicos tiveram acesso às obras gregas antigas, que foram traduzidas para o árabe. Boa parte do patrimônio filosófico grego se preservou nessa língua. Admiradores de Platão e Aristóteles,

intelectuais muçulmanos escreveram tratados filosóficos inspirados no pensamento grego, buscando uma síntese entre o idealismo platônico e o materialismo aristotélico, entre outros aspectos. Al Kindi, Al Farabi, Ibn Sina (Avicena), Al Ghazali, Ibn Rushd (Averróis) e Ibn Khaldun são alguns dos representantes dessa filosofia islâmica medieval.

Matemática

Os islâmicos também incorporaram conhecimentos matemáticos do mundo hindu, como a noção do zero (vazio), desenvolvendo os algarismos arábicos, mais tarde assimilados pelos europeus por possibilitar melhor aplicação matemática. Além da álgebra, a geometria desenvolveu-se principalmente porque o Alcorão proíbe as representações humanas e de animais nas mesquitas, o que ajudou na valorização dos motivos geométricos na decoração islâmica.

Química e medicina

Podemos citar, também, como parte da cultura islâmica medieval, o desenvolvimento da alquimia, pois os islâmicos valorizavam o entendimento da composição

das coisas do mundo. Eles estudavam os elementos constituintes da matéria, base da química hoje conhecida. A identificação desses elementos (químicos) possibilitou a realização de misturas que produziram álcoois, ácidos, sais e bases. Impossível falar da química sem abordar seu nascimento no mundo islâmico.

Tendo como base estudos alquímicos, os islâmicos desenvolveram medicamentos para tratar infecções, produzindo, assim, uma farmacopeia primitiva. Contribuíram para o estudo do corpo humano, seu funcionamento e sua condição saudável pautada na lógica dos humores (líquidos) que circulam nele. A medicina ocidental medieval fundamentava-se nos conhecimentos islâmicos na área.

Arabescos

Outro aspecto da cultura islâmica é a arte dos arabescos. Com a proibição de representar figuras humanas ou de animais em templos, para evitar a idolatria, a arte da decoração teve sentido mais abstrato, destacando-se por desenhos pautados na geometria e nos motivos florais, especialmente na ornamentação das mesquitas (templos islâmicos).

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOMINOS

ROTEIRO DE AULA

IMPÉRIO BIZANTINO

Características

Origem:

Continuação do Império Romano do Oriente no período medieval.

Cristã, helênica e pluriétnica.

Despotismo com base em aspectos religiosos e políticos.

Economia comercial e agrícola.

Preservação das tradições clássicas (romana e grega).

Preservação do Direito Romano:

Corpus Juris Civilis (529) preservou o Direito Romano como instrumento de poder.

Burocracia elevadora de tributos.

Cultura e cristianismo:

Catedral de Santa Sofia (532-537), mosaico, pintura religiosa e literatura clássica.

Incentivo ao pensamento lógico e religioso, discussões cristológicas, contestação do poder de Roma. Cisma do Oriente, intervencionismo imperial em assuntos religiosos.

Decadência:

Conflitos pelo poder político, divisão religiosa, expansões islâmica e bárbara, rotas comerciais entre Oriente e Ocidente.

ROTEIRO DE AULA

CIVILIZAÇÃO ISLÂMICA MEDIEVAL

Cronologia e características gerais

Antecedentes:

Península da Arábia sem unidade política, povos árabes (tribos nômades), Meca (centro religioso e econômico).

Origem e preceitos islâmicos:

Cultura árabe, propagação feita por Maomé, influências judaica e cristã, monoteísmo, rituais específicos.

Divisão e expansão:

Discussões acerca do Califa (sucessor), separação fundamental (xiitas e sunitas), disputa pelo controle do Estado, expansão islâmica em nome da conversão, mensagem de Deus, manutenção religiosa.

Cultura:

Questões de gênero com base no Alcorão, produção filosófica, conhecimento matemático, alquimia, medicina, arabescos.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. PUC-PR – O Império Bizantino foi uma civilização na qual a religião tinha um lugar de grande destaque. Temas religiosos eram muito correntes entre a opinião pública em geral. Em diversos setores da vida bizantina havia forte influência religiosa. Em especial, na vida política havia uma conexão importante entre Estado e Igreja, chegando o imperador a ter um papel de destaque na vida religiosa em Bizâncio. Com base no exposto, indique o tipo de regime político que se desenvolveu no Império Bizantino.

- a) Califado.
- b) Monarquia absolutista.
- c) Monarquia eletiva.
- d) Cesaropapismo.**
- e) Sacro Império Romano.

Seja como César, Kaiser ou Czar, o nome do romano Júlio César ficou para sempre vinculado a uma posição de comando do Estado. No caso do Império Bizantino, a Igreja estava aliada a essa esfera de poder. Era uma união de funções imperiais e pontificiais. Daí o termo "cesaropapismo".

2. UECE – Os árabes tentaram várias vezes conquistar o Império Bizantino, que resistiu graças ao seu sistema defensivo bastante eficiente. Incurções à cidade de Constantinopla, capital imperial, não tiveram êxito, fato importante, porque, caso a conquistassem, eles:

- a) teriam acesso à Europa em sua totalidade.**
- b) legitimariam o ensino do cristianismo.
- c) adotariam a política expansionista bizantina.
- d) fragmentariam o mundo islâmico.

A História da Europa foi construída junto a um mito: a suposta civilização europeia por excelência. Sabemos que isso não existiu, pois a história da Europa é marcada por migrações, movimentos de povos distintos, em uma grande mistura de judeus, celtas e saxões, germânicos, greco-romanos, e árabes. Por outro lado, os fatos que impediram invasões militares dos povos árabes são utilizados como marcos dessa suposta civilização pura. Daí a importância da resistência na cidade de Constantinopla.

3. Uniube-MG – O Império Bizantino, após a queda de Roma, gradativamente se afastou da influência ocidental e da autoridade exercida pelo papa. Em meados do século XI, após uma série de discordâncias, ocorreu o Cisma do Oriente, que dividiu o cristianismo em duas partes. No Ocidente, a Igreja Católica Apostólica Romana se manteve, mas, no Oriente, outra Igreja cristã foi formada. Assinale o nome que recebeu a Igreja do Império Bizantino:

- a) Igreja Protestante.
- b) Igreja Cristã Ortodoxa Grega.**
- c) Igreja Renascentista.
- d) Igreja Supra Oriental.
- e) Igreja Moderna.

Até hoje, no Leste Europa predomina a Igreja Ortodoxa. Não é correto, a essa altura, falar em Igreja Protestante. O restante das alternativas remete a fatos que não existiram.

4. UESPI

C1-H1

As pregações de Maomé não agradaram a grupos importantes, politicamente, da sociedade árabe. Suas concepções e crenças:

- a) adotavam o monoteísmo e tinham relações com o cristianismo, conseguindo adesão de muitos que visitavam Meca.
- b) eram elitistas, sem preocupação com a situação de miséria da época e a violência das guerras entre as tribos.**
- c) desconsideravam as questões sociais e visavam firmar um império poderoso para combater os cristãos

no Ocidente.

- d) defendiam a liberdade para todos os povos e prescindiam da adoção de um livro sagrado para orientar as orações.
- e) tinham relações com a filosofia grega, desprezando o espiritualismo exagerado e organizando o poder dos sacerdotes.

A sociedade árabe era dividida politicamente em cidades e tribos rivais. As pregações de Maomé, ainda em Meca, não agradavam a elite governante, que controlava o comércio e lucrava com a peregrinação à cidade. Essa elite temia que a pregação monoteísta acabasse com a prática da peregrinação e afetasse o comércio, daí as perseguições que resultaram na Hégira.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

5. UFPR – A presença islâmica na Península Ibérica estende-se desde 711, data da Batalha de Guadalete, quando os visigodos são vencidos pelos invasores árabes, até o século XV, quando, em 1492, os reis católicos da Espanha conquistam o Reino de Granada, último núcleo muçulmano na península. Tal convivência entre as culturas ocidental e árabe num mesmo espaço geográfico, durante cerca de sete séculos, teve como consequência principal:

- a) a realização de uma síntese cultural que gera, nos séculos medievais, uma cultura peninsular mais pobre do que em qualquer outra parte da cristandade ocidental.
- b) a interpretação e atualização da cultura clássica na cristandade ocidental através das contribuições dos árabes.**
- c) uma simpatia permanente entre cristãos e árabes que limitou o movimento das Cruzadas na Terra Santa.
- d) o atraso da Península Ibérica nas ciências ditas experimentais – medicina, astronomia, matemática, cartografia e geografia.
- e) o desenvolvimento de um estilo artístico nas mesquitas que privilegia as representações de figuras humanas.

Os árabes muçulmanos nesse período eram (como a maioria ainda é) bastante tolerantes, e havia uma convivência com diversos povos. Na Península Ibérica, intelectuais árabes traduziram diversas obras de autores gregos e romanos e, dessa forma, contribuíram para a difusão da cultura clássica na Europa medieval, que vinha sendo sofisticada por eles desde que a Grécia macedônia avançara sobre o Oriente.

6. UFPE – A religião muçulmana foi eixo da cultura de muitos povos e estimulou conquistas importantes no campo das vitórias imperialistas. Possui semelhanças com a religião cristã, embora mantenha tradições vindas de outros credos. A propósito, a religião muçulmana:

- (V)** Cultua um único Deus, além de, como os cristãos, acreditar na existência do bem e do mal.
- (F)** Ficou ausente dos feitos culturais da literatura medieval, vinculando-se apenas às reflexões filosóficas.
- (V)** Acredita nas revelações de Maomé, seu grande profeta, que prometia o paraíso para seus seguidores.
- (V)** Se rege pelo Livro do Alcorão, onde se pode encontrar os princípios que definem suas crenças e suas relações com o judaísmo.
- (F)** Desconfia das promessas de um juízo final, embora acredite na existência do inferno e do paraíso.

Não é correto afastar a religião muçulmana da literatura medieval. Da mesma forma, é incorreto dizer que os muçulmanos não acreditam no juízo final.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 7. PUC-PR** – O Império Bizantino ou Romano do Oriente existiu durante a Idade Média, sendo-lhe cronologicamente coincidente. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:
- Seu período de maior esplendor e expansão ocorreu sob o governo de Justiniano, que mandou fazer a codificação das leis romanas.
 - Sua posição geográfica correspondia às terras da parte ocidental do Império Romano.
 - Apresentava excessiva descentralização política, o que enfraquecia os imperadores (baliseus).
 - Reprimiu violentamente a heresia dos cátaros, que ameaçava a sua unidade religiosa.
 - A força da cultura romana fez com que o latim fosse língua de emprego geral.
- 8. UPE** – Na Idade Média, Bizâncio era um importante centro comercial e político. Merecem destaques seus feitos culturais, mostrando senso estético apurado e uso das riquezas existentes no Império. Na sua arquitetura, a Igreja de Santa Sofia destacou-se pela:
- sua afinação com o estilo gótico, com exploração dos vitrais e o uso de metais na construção dos altares.
 - simplicidade das suas linhas geométricas, negando a grandiosidade como nas outras obras existentes em Bizâncio.
 - grande riqueza da sua construção, com uso de mosaicos coloridos e colunas de mármore suntuosas.
 - imitação que fazia dos templos gregos, com altares dedicados aos mitos mais conhecidos, revelando paganismo.
 - consagração dos valores católicos medievais, em que a riqueza interior era importante em toda cultura existente.
- 9. PUC-PR** – A história do Império Bizantino abrangeu um período equivalente ao da Idade Média, apesar da instabilidade social, decorrente, entre outros fatores:
- dos frequentes conflitos internos originados por controvérsias políticas e religiosas.
 - da excessiva descentralização política que enfraquecia os imperadores.
 - da posição geográfica de sua capital, Constantinopla, vulnerável aos bárbaros que com facilidade a invadiam frequentemente.
 - da constante intromissão dos imperadores de Roma em sua política.
 - da falta de um ordenamento jurídico para controle da vida social.
- 10. Fuvest-SP** – Entre os fatores citados abaixo, assinale aquele que não concorreu para a difusão da civilização bizantina na Europa Ocidental:
- Fuga dos sábios bizantinos para o Ocidente, após a queda de Constantinopla.
 - Expansão da Reforma Protestante, que marcou a quebra da unidade da Igreja Católica.
 - Divulgação e estudo da legislação de Justiniano, conhecida como *Corpus Juris Civilis*.
 - Intercâmbio cultural ligado ao movimento das Cruzadas.
 - Contatos comerciais das repúblicas marítimas italianas com os portos bizantinos nos mares Egeu e Negro.
- 11. UEMS** – O que foi a Revolta Nika que ocorreu no Império Bizantino em 532 d.C.?
- Um movimento cultural que ocorreu na Europa para difundir o Velho Testamento.
 - Um movimento contra o imperador Justiniano, provocado pelos seus inimigos políticos, os aristocratas legitimistas.
 - Uma tentativa de invasão dos bárbaros sobre o que restava do Império Romano Ocidental.
 - Um conjunto de prescrições da Igreja Católica Romana contra os bárbaros que invadiram Roma.
 - Uma tentativa de tomar o poder do imperador Augusto, por uma parte do exército romano.
- 12. UEM-PR** – Sobre a arte do Império Bizantino, assinale o que for correto:
- Em certo período do império, devido a um empobrecimento geral, a pintura mural tomou, por vezes, o lugar dos mosaicos.
 - O édito imperial de 726, que proibia as imagens religiosas, foi, durante muito tempo, respeitado em toda a extensão do império.
 - Com a queda de Constantinopla, os ícones deixaram de ser produzidos e, portanto, de circular, o que contribuiu para o seu rápido desaparecimento como expressão artística.
 - A escultura tinha uma prática limitada no interior do Império, restringindo-se, na maioria das vezes, à ornamentação arquitetônica.
 - De uma maneira geral, pode-se afirmar que os produtores de imagem estavam submetidos, no exercício do seu ofício, a rígidas convenções estéticas.
- 13. UPE** – O islamismo – religião pregada por Maomé e seus seguidores – tem hoje mais de 1 bilhão de fiéis espalhados pelo mundo, sendo ainda predominante no Oriente Médio, região onde surgiu. Um dos principais fundamentos da expansão muçulmana é a Guerra Santa. A respeito dos muçulmanos, é correto afirmar que:
- a expansão árabe-muçulmana acabou por islamizar uma série de povos, exclusivamente árabes.
 - o povo árabe palestino, atuando na revolução armada palestina, rejeita qualquer solução que não a libertação total do Estado de Israel.
 - em Medina, a religião criada por Maomé, embora tenha crescido rapidamente e tenha criado a Guerra Santa – Jihad – não teve caráter expansionista.
 - a história do Líbano contemporâneo esteve sempre ligada à busca de um certo equilíbrio entre várias comunidades que compõem o país, especialmente as duas mais importantes: xiitas e cristãos.
 - a facção dos fundamentalistas islâmicos pertence à corrente xiita, sendo que os mais radicais repudiam os valores do mundo ocidental moderno.
- 14. Vunesp** – O islamismo, ideologia difundida a partir da Alta Idade Média, em que o poder político confunde-se com o poder religioso, era dotado de certa heterogeneidade, o que pode ser constatado na existência de seitas rivais como:
- politeístas e monoteístas.
 - sunitas e xiitas.
 - cristãos e muezins.
 - sunitas e cristãos.
 - xiitas e politeístas.

nos e ainda outros. Ela não é, assim, puramente muçulmana, uma vez que entre seus criadores contam-se muitos cristãos, judeus e outros grupos religiosos. Apesar da diversidade das suas origens, os muçulmanos não realizaram apenas uma justaposição mecânica de culturas anteriores nem foram unicamente transmissores de conhecimentos antigos. Criaram conhecimentos novos, cujo meio de divulgação foi a língua árabe, veículo do saber e da ciência durante a Idade Média.”

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *A Península Ibérica entre o Ocidente e o Oriente*. São Paulo: Atual, 2002. p. 30.

De acordo com o exposto no fragmento, a cultura muçulmana caracterizou-se, na Idade Média, pela:

- a) afirmação de um isolamento cultural provocado pelas barreiras linguísticas.
- b) ausência de originalidade gerada pela apropriação de outras culturas.
- c) agregação de elementos culturais diversos na construção de saberes.
- d) negação das culturas de origem cristã e judaica decorrente do seu caráter ortodoxo.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

7

CRISE DO FEUDALISMO: CRUZADAS

- Tempos de reestruturação
- A Baixa Idade Média
- Crise dos séculos XIV e XV
- Papel da Igreja
- Universidades e filosofia
- Literatura
- Arte românica e gótica

HABILIDADES

- Interpretar histórica e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO

O cenário medieval transformou-se e modificou a forma como a sociedade se relacionava. Entre os fatores que levaram à crise da ordem feudal, destacam-se as Cruzadas.

FATORES DETERMINANTES DAS CRUZADAS

OCIDENTE EUROPEU

Muitos historiadores concordam que existiu, na ordem feudal, uma feudo-clericalização das relações. Isso significa dizer que havia um processo de transmissão de poder entre a nobreza feudal e o clero, o que é justificado, pois os nobres que não receberiam terra pelo regime de sucessão (apenas o primogênito homem a herdava) tinham a chance de realizar seu desejo de poder administrando terras da Igreja, na condição de bispo ou outro funcionário. A população só não poderia crescer muito, pois faltariam terras da instituição religiosa para todos os membros da nobreza.

Essa situação permaneceu sem grandes conflitos até o início século XI, pois as altas taxas de natalidade e mortalidade se traduziam em baixo crescimento vegetativo. Essa estabilidade do contingente populacional europeu contribuiu para a ordem feudal se manter sem grandes alterações. Em seguida, até meados do século XIV, houve uma inflexão na demografia europeia. A população cresceu significativamente, colocando em questão o modelo feudal, visto que muitos elementos da nobreza não herdavam terra nem tinham espaço para ocupar os elevados cargos da instituição eclesiástica. Dessa maneira se esboçou uma crise no sistema feudal. Os índices de crescimento vegetativo e de expectativa de vida elevaram-se no período.

Os historiadores apresentam explicações variadas para o crescimento vertiginoso da população:

- A ausência de epidemias, por conta do enclausuramento do feudo ou por questões climáticas, teria reduzido o índice de mortalidade.
- A suavização do clima, com invernos menos rigorosos, possibilitou produção agrícola variada e diversificada em termos nutricionais.
- Novos hábitos alimentares, com a introdução de leguminosas ricas em ferro e outros nutrientes, melhoraram a qualidade de vida dos europeus.
- O desenvolvimento de técnicas agrícolas aumentou a produtividade no campo – uso do arado pesado e do cavalo como animal de tração; criação do sistema de rotação de cultura e divisão das terras aráveis em três partes, deixando um terço em descanso periódico. Antes os camponeses dividiam as terras aráveis em duas partes, cultivando metade a cada ano.
- Padrão de guerra envolvendo poucos homens – suserano e alguns vassalos.

ORIENTE

Os turco-otomanos islamizados avançavam pelas terras do Império Bizantino, ameaçando a cristandade. Locais considerados sagrados pelos cristãos, como Jerusalém, foram controlados pelos islâmicos radicais, que fecharam as rotas de peregrinação para judeus e cristãos.

Houve, no século XI, uma divisão da cristandade, pois o patriarca de Constantinopla, Miguel de Cerulário, estabeleceu, em 1054, uma Igreja cristã independente de Roma, episódio conhecido por Cisma do Oriente. A partir daí passaram a existir duas igrejas cristãs: Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Católica Ortodoxa Grega. A primeira chefiada pelo papa e, a segunda, pelo patriarca de Constantinopla.

Os papas não aceitavam a decisão unilateral do patriarca Miguel de Cerulário, contudo precisavam mostrar, aos cristãos do Oriente, sua importância na condução da vida dos fiéis. Em outras palavras, precisavam tornar-se visíveis no Oriente.

ORDENS DE CAVALARIA

Diante dessa situação, o papa Urbano II convocou o Concílio de Clermont e fez um apelo à cristandade para unir-se contra os infiéis. Teve início a Cruzada, a Guerra Santa da cristandade contra os islâmicos.

Ao propor a Cruzada, em 1095, o papa procurava resolver o problema relacionado ao crescimento demográfico, pois muitos desprovidos de terras percebiam na campanha a oportunidade de obter riqueza e poder. O empreendimento atendia à demanda europeia por terras e representava a oportunidade de liberar os lugares sagrados do domínio muçulmano. O papado romano poderia, assim, solucionar a crise feudal e ampliar sua influência no Oriente.

Entende-se Cruzada como o movimento militar de caráter religioso para combater os infiéis. Era a Guerra Santa da cristandade.

Para além do interesse religioso, a nobreza guerreira buscava, com o apoio da Igreja, realizar seus interesses territoriais. Muitos nobres sem terras pelo direito de primogenitura viam as ordens de cavalaria como portas para a conquista de poder. Templários, hospitalários e teutônicos foram os cavaleiros que mais tiveram projeção no período.

Ordem dos Templários

A Ordem dos Templários originou-se da atuação do nobre Hugo de Payens, provavelmente pai de São Bernardo, que organizou um grupo militar (1118) para atuar nas estradas dando proteção aos peregrinos cristãos que rumavam para Jericó e Jerusalém. Os templários a princípio viviam na pobreza. Em 1128, a ordem, já conhecida como Cavalaria de Cristo, ganhava mais adeptos. Somente em 1139 o papa Inocêncio II a reconheceu, relevando as considerações do próprio São Bernardo no tratado *De Laude Novae Militiae*. Hierarquizada e conduzida por um grão-mestre, a organização responderia por seus atos apenas ao papa, estando proibidas ingerências de poderes temporais e de outras autoridades eclesiásticas.

Ordem dos Hospitalários

A Ordem dos Hospitalários é anterior ao estabelecimento das Cruzadas pelo papa Urbano II. Nasceu em 1070, quando os mercadores financiaram construções religiosas nas proximidades do Santo Sepulcro. A or-

dem caridosa e sem caráter militar, após envolvimento de nobres, passou a atuar na defesa dos peregrinos ameaçados pelos islâmicos otomanos, assumindo caráter belicista, pois abrigava apenas militares combatentes nas terras orientais. Só em 1179, seguindo o pensamento de Santo Agostinho, a instituição declarou a luta contra os infiéis como Cruzada.

Ordem Teutônica

Organizada pela nobreza alemã, a Ordem Teutônica surgiu no final do século XII com o intuito de combater os infiéis. Politicamente, dominou a Europa, as terras da Polônia e da Lituânia. O papa Clemente III oficializou a instituição, garantindo que se reportasse exclusivamente a ele. A Ordem Teutônica teve participação de algumas das famílias mais poderosas das terras alemãs, como os Hohenzollern prussianos.

As ordens construíram vasto conhecimento sobre o mundo oriental e enriqueceram por conta de doações dos fiéis, pagamentos de proteção e ataques às terras de controle islâmico. Embora fossem expressão de um novo poder, estavam submetidas a rígida disciplina. O próprio papa fazia a sagração do cavaleiro, que aceitava o código de honra sobre a guerra e o sistema de hierarquias em cada ordem de cavalaria. Isso revelava um importante conteúdo político no movimento cruzadista europeu, pois era a projeção do próprio poder papal que se irradiava com a nobreza guerreira para as terras orientais.

As Cruzadas representaram na história mais que interesse religioso ou territorial associado à Igreja e à nobreza. Seus efeitos modificaram a vida dos europeus e contribuíram para aprofundar a crise do feudalismo.

CRUZADAS OFICIAIS

As Cruzadas foram iniciadas quando o papa Urbano II, no Concílio de Clermont (1095), recorreu aos cristãos a fim de libertar o Santo Sepulcro. A multidão entusiasmada partiu para a Terra Santa, chefiada por Pedro, o Eremita. Como não estavam preparados para a guerra, foram dizimados pelos húngaros e búlgaros. Seguiram-se outras expedições, chefiadas por senhores feudais experimentados, e muitas chegaram a atingir Jerusalém.

A Primeira Cruzada ou Cruzada Senhorial (1096–1099), formada por cerca de 1 milhão de pessoas, sob o comando de Godofredo de Bulhão, depois de enfrentar numerosas dificuldades, tomou a cidade de Jerusalém em 1099. O duque Godofredo recusou o título de rei de Jerusalém, preferindo ser chamado barão do Santo Sepulcro. O Reino de Jerusalém durou 87 anos.

Consequências do estabelecimento cristão: 1) introdução do feudalismo na região; 2) organização das ordens dos monges cavaleiros para defesa dos estados cristãos – hospitalários e templários.

A Segunda Cruzada (1147-1149), comandada por Luís VII da França e pelo imperador Conrado III da Alemanha, foi organizada porque o Reino de Jerusalém estava ameaçado pelos turcos. Acabou derrotada pelos turcos. Em 1187, o sultão Saladino apoderou-se de Jerusalém.

A Terceira Cruzada ou Cruzada dos Reis (1189-1193) foi chefiada pelos maiores soberanos da época: Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra; Frederico Barba Ruiva, imperador da Alemanha; e Filipe Augusto, rei da França. Frederico morreu em guerra na Síria; Filipe abandonou a Cruzada para cuidar de seu trono; e Ricardo, após algumas vitórias, negociou com Saladino a libertação de Jerusalém. Em razão das rivalidades dos monarcas entre si e com a Igreja, a cruzada fracassou e o sultão Saladino continuou triunfante.

A Quarta Cruzada ou Cruzada Veneziana (1202-1204), de todas as expedições para o Oriente, é a que melhor explicita o caráter econômico do projeto. Convocada por Inocêncio III, tinha o objetivo de libertar Jerusalém, sob domínio muçulmano desde 1187. A solicitação dessa cruzada veio de um príncipe grego deposto do trono imperial bizantino. Em troca da recuperação, ele prometia submissão da igreja de Bizâncio a Roma. Veneza entendeu as vantagens que teria se conquistasse Constantinopla e atendeu à convocação do papa. Os venezianos fizeram o saque de Zara, cidade cristã contra a qual estavam em guerra. Em seguida, dominaram Constantinopla. A riqueza de Bizâncio desviou os olhos dos cruzados de Jerusalém, enquanto os venezianos aproveitaram para estabelecer-se nas ilhas e apropriar-se do comércio. Essa cruzada nunca chegou efetivamente à Terra Santa e os venezianos tiveram de retornar à Europa depois de dois anos de luta.

A Quinta Cruzada (1217-1221), comandada pelo rei André II da Hungria e João de Brienne, tinha o objetivo de tomar o trono de Jerusalém. Também não teve êxito.

A Sexta Cruzada (1228-1229), dirigida por Frederico II, obteve, mediante negociações com o sultão do Egito, a libertação de Jerusalém, Belém e Nazaré, mas por pouco tempo. Em 1234, os egípcios invadiram novamente Jerusalém, determinando com isso novas Cruzadas.

A Sétima Cruzada (1248-1254) teve como chefe o rei Luís IX da França, que caiu prisioneiro dos turcos, sendo libertado com o pagamento de resgate.

A Oitava Cruzada (1270) foi realizada pelo rei francês Luís IX, que desembarcou na Tunísia, onde morreu poucas semanas depois.

CONSEQUÊNCIAS DAS CRUZADAS

Os contatos com o mundo oriental se restabeleceram com o movimento cruzadista, que contribuiu decisivamente para a assimilação de hábitos, ideias e concepções orientais pelos europeus. Os produtos desenvolvidos e consumidos no Oriente despertaram o interesse dos ocidentais. Especiarias, tecidos, porcelanas e tapetes, por exemplo, passaram a integrar o comércio. Novas necessidades surgiam e o feudo não conseguia supri-las. Os mercadores se aventuravam em contatos crescentes com islâmicos que conheciam as rotas de comércio dos produtos que saíam da China e da Índia para as terras que realizavam as Cruzadas. A convivência religiosa tornou-se ponto importante no curso dos vários interesses econômicos e culturais desencadeados.

O despertar da curiosidade europeia influenciou a incorporação de conhecimentos sobre doenças e seus tratamentos (medicina islâmica); relações de medida e proporção, expressas nos algarismos arábicos (matemática); e filosofia grega, preservada em textos de pensadores islâmicos, como Averróis e Avicena.

Além disso, movimentações no interior da nobreza europeia ampliavam o poder de senhores feudais que detinham o título de rei. Os tribunais reais com precedência em julgamentos colidiam com os tribunais eclesiásticos. Exemplo disso foi a disputa entre o papa Bonifácio VIII e o rei francês Filipe IV, o Belo, no início do século XIV. Esse conflito representou um choque entre autoridades que detinham poder espiritual e poder temporal. Os efeitos políticos do movimento cruzadista europeu se fizeram sentir na constituição das monarquias nacionais.

Outro aspecto diz respeito à fabricação de moedas para dar conta do comércio que se intensificava. Muitos nobres estabeleceram sistemas de cunhagem de moedas com metal precioso, contribuindo para o desenvolvimento de uma concepção metalista de riqueza no continente europeu. Isso integrou os processos de monetarização da economia europeia e de dinamização de atividades produtivas nas cidades, como demonstra o desenvolvimento do artesanato.

Ademais, disputas entre elementos da nobreza por áreas de influência encontraram espaço de determinação política que garantiria maior estabilidade, de modo a repercutir em movimentações sociais no terceiro estado. Agitações contra senhores feudais no campo e nas cidades atingiram a esfera real. Muitos passavam a acreditar em neutralidade e justiça como aspectos intrinsecamente ligados à realeza. Numa perspectiva marxista, havia interesse em preservar a ordem nobiliárquica que se comprometia no nível dos feudos. Os nobres vislumbraram que a transferência do mando para a realeza era a única possibilidade de preservação do poder.

Sabe-se que a sociedade europeia foi profundamente afetada pelos contatos entre Ocidente e Oriente produzidos pelas Cruzadas. Assim, a própria ordem feudal sofreu alteração em consequência do processo de fortalecimento da realeza e da perda do caráter autossuficiente do domínio feudal.

Uma das consequências mais visíveis do movimento cruzadista europeu foi o renascimento urbano-comercial.

CULTURA MEDIEVAL E RENASCIMENTO URBANO-COMERCIAL

UMA IDADE MÉDIA DE ALTOS E BAIXOS

Ao abordar a Idade Média, por um lado, de desenvolvimentos e reestruturação, e, por outro, de crise, morte e decadência. No primeiro caso, veremos a importância que as cidades tiveram no espaço medieval

europeu e as relações que se estabeleceram nelas. No segundo caso, vamos estudar o que foi o período de crise dos séculos XIV e XV, que compõem a Baixa Idade Média, quando diversos fatores levaram a uma queda geral da produção e ao aumento vertiginoso de mortes da população europeia, graças à fome, às epidemias, às guerras e às rebeliões.

Da mesma forma, também estudaremos diversas formas da cultura europeia, desenvolvidas ao longo da Idade Média, relacionadas à Igreja, à criação das universidades e às artes, literatura e arquitetura.

CIDADES

As atividades comerciais privilegiaram o espaço urbano. Os mercadores, organizados em corporações, promoviam feiras que dinamizavam a vida nas cidades. A atuação conjunta garantia bons preços, acordos com elementos da nobreza e alguma facilidade de circulação pelo continente ainda dividido em vários domínios territoriais.

Dentre as várias corporações de mercadores, destacou-se a Liga Hanseática (Teutônica), que controlava o comércio nas cidades do norte europeu.

Algumas cidades conseguiam cartas de franquia de nobres, estabelecendo autonomia política em relação aos domínios feudais. Outras se constituíam em comunas, com instituições políticas próprias, embora muitas vezes ameaçadas por incursões de guerreiros que pretendiam “dar proteção”, mas lhes usurpavam a autonomia.

Já os burgos (cidades) nasceram de antigas cidades romanas (transformadas em sedes de bispado) ou em torno de castelos e abadias. De início o povo construía fora dos seus muros protetores. Os moradores desses burgos ficariam conhecidos pelo nome de burgueses e criariam uma forma de riqueza móvel, representada pela moeda.

CORPORAÇÕES DE OFÍCIO

Há um equívoco comum a respeito da Idade Média, pois muitos acham que não havia trocas ou comércio durante esse período, o que não é verdade. Essas transações nunca deixaram de acontecer, e tinham certa importância no contexto medieval. O que houve no período de que falamos agora foi um grande crescimento da economia urbana baseada no comércio, com mais dinamismo e o desenvolvimento de várias atividades artesanais organizadas em corporações de ofício, que reuniam profissionais como sapateiros, ferreiros, marceneiros e pedreiros.

De estrutura hierárquica, os mestres eram os que mais conheciam o ofício; abaixo deles estavam os jornaleiros, depois os aprendizes. Por seguirem o princípio da não concorrência, as corporações de ofício constituíam irmandades que estabeleciam juntas o valor a cobrar pelo trabalho. Como a Igreja tutelava as corporações para não incorrerem no pecado da usura, chamavam o preço estabelecido de “justo”. Cada corporação tinha um santo padroeiro e dava contribuições à Igreja dedicada a ele. Sua principal função: exercer controle sobre técnicas, formas e instrumentos de produção, ou seja, tudo o que dizia respeito à qualidade do trabalho que realizava.

CRISE DOS SÉCULOS XIV E XV

No século XIV, o desenvolvimento urbano e o crescimento demográfico europeus sofreram abalo. A Europa viveu uma grande crise, com drásticas reduções populacionais e produtivas, além de situação de guerra generalizada entre nobres associados às famílias reais inglesa e francesa.

A expansão demográfica dos séculos anteriores estimulou a abertura de novas terras para a agricultura, para isso destruindo áreas de floresta. Terras de baixa produtividade se incluíam no espaço agrícola, porque as estruturas ainda feudais não conseguiam atender à forte demanda de alimentos, cujos preços se elevavam. A mudança na cobertura vegetal (desmatamento) contribuiu para alterar os índices pluviométricos. Fortes e mal distribuídas, as chuvas agravaram ainda mais a situação de escassez de alimentos.

O quadro piorou com a disseminação de doenças, principalmente a Peste Negra (1348-1353), vinda do Oriente e transmitida pelas picadas de pulgas. Com a disseminação da doença da cidade para o campo, em cinco anos, um terço da população europeia pereceu. A epidemia na forma bubônica matava entre 60% e 80% dos infectados em apenas quatro semanas após a transmissão; na forma pneumônica, transmitida de pessoa para pessoa, a letalidade era de 100% em dois ou três dias. Filhos abandonavam pais e vice-versa. Os efeitos da elevada quantidade de mortos atingiram o quadro produtivo e, assim, os que sobreviviam à doença tinham séria dificuldade para conseguir alimento. Essa foi a grande fome.

Camponeses se rebelavam contra novas taxas cobradas pela nobreza, que não aceitava a diminuição de seus recolhimentos. As agitações camponesas se intensificaram nas terras francesas, pois os camponeses eram obrigados a pagar mais por causa da crise causada pela peste e pela guerra entre as nobrezas francesa e inglesa, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Na França, as rebeliões camponesas ficaram conhecidas por *jacqueries* ou Revoltas de Jacques.

A Guerra dos Cem Anos abalou as estruturas feudais, contribuindo para o processo de centralização do poder político na França e na Inglaterra. Esse conflito resultou da disputa pelo trono da França entre duas famílias: Plantageneta e Valois.

A primeira guardava o título de realeza da Inglaterra, vários territórios no norte da França, além de relações de parentesco com a família dos Capetos, que não tinha herdeiros diretos. Os Valois representavam a oposição tradicional dos nobres francos ao poder dos Plantagenetas do norte. Também tinham algum grau de parentesco com os Capetos.

No conjunto, as crises do século XIV determinaram o colapso da ordem feudal e abriram caminho para um novo ordenamento no continente europeu.

PAPEL DA IGREJA

As agitações e o caráter belicista que acompanharam a Idade Média não impediram que os valores cristãos difundidos pela Igreja, apoiada em poderes temporais que se alternaram com os séculos, constituíssem a base da civilização medieval no Ocidente europeu.

A Igreja procurou absorver elementos de tradições distintas, inclusive o paganismo, amalgamando doutrinas referenciais que pudessem pacificar as comunidades em nome de Cristo. O que ela não podia encampar considerava heresia e prontamente combatia. As indefinições internas da instituição também deram margem a interpretações relativas à fé que conduziram manifestações consideradas heréticas pelo papado romano.

Apesar das questões doutrinárias que ensejaram as heresias medievais, a cultura foi bem diversa, principalmente considerando a Baixa Idade Média. Vários autores medievalistas concordam com a afirmação de que o Ocidente nasceu nessa época. Exemplo claro disso são as línguas faladas na Europa. Não se compreende a diversidade linguística europeia sem remontar às invasões medievais de vários grupos humanos na Europa ocidental. Em linhas gerais, vale conhecer algumas produções culturais da Idade Média para relacionar aspectos da vida política, econômica e social aos valores que permearam esse período e dimensionar certas contribuições daquele mundo para o nosso, num jogo de rupturas e continuidades.

UNIVERSIDADES E FILOSOFIA

Surgiram instituições responsáveis pela produção não material e não artesanal, as universidades, que eram organizadas também de forma hierárquica, envolvendo mestres e aprendizes. Os estudantes seguiam o método escolástico, assentado no argumento de autoridade, ou seja, o discurso racional, lógico, da autoridade conferia caráter de verdade ao ensino universitário, não havendo necessidade de prova material para afirmação do conhecimento. Esse método resultou de uma teologia que procurava conciliar fé e razão num quadro histórico em que questionamentos de toda ordem tinham estímulos do mundo oriental.

O expoente máximo dessa teologia foi o pensador São Tomás de Aquino, cuja obra, *Suma Teológica*, continha argumentos lógicos sobre a existência de Deus, sinalizando que a razão nada mais era que um atributo humano conferido por Deus em seu desejo de que o homem o reconhecesse. Nesse sentido, a razão nunca negaria a fé, mas a confirmaria, por meio de um entendimento lógico e concatenado das ideias. Tomás de Aquino teve influência de Aristóteles, valorizado em parte porque via no mundo material a possibilidade de acesso ao conhecimento e à verdade, alterando fundamentalmente a filosofia de Platão, para quem a verdade seria encontrada somente no mundo inteligível, ou seja, fora do mundo das aparências.

O pensamento de Platão havia inspirado a teologia da Igreja na Alta Idade Média, época de instabilidades

que produzira uma atmosfera alimentadora da ideia da verdade no além. Assim, o mundo inteligível de Platão transmutava-se na Cidade de Deus, de Santo Agostinho, em oposição à Cidade dos Homens, espaço das imperfeições e da corrupção humana. Nessa perspectiva, o homem deveria aguardar o dia do juízo final para atingir a verdade divina.

As mudanças na vida material europeia da Baixa Idade Média também colaboraram para alterar a sensibilidade, iniciando-se um movimento de valorização do mundo material. Assim, a Igreja procurava encampar essa mudança, dando-lhe um sentido cristão. Aristóteles se tornava, então, a possibilidade de uma teologia abrangente do mundo terreno, que possibilitaria certo nível de especulação nas universidades que se constituíam a partir do século XIII.

Os estudos universitários tutelados pela Igreja incluíam gramática, retórica, lógica, matemática (aritmética), astronomia e geometria, entre outros campos. Havia especializações em direito, medicina e teologia.

O contexto da criação das universidades e da organização de seus estudos interferiu no desenvolvimento urbano-comercial, havendo necessária relação entre a evolução do comércio e do meio intelectual.

LITERATURA

Nesse universo urbano floresceu uma literatura não religiosa, indicativa de preocupações terrenas por influência de várias ideias, buscando-se, assim, uma integração entre espiritualidade e prazer no mundo material. Na literatura, são representativas dessa época as canções de gesta, que tratavam de grandes feitos militares, e o trovadorismo. As trovas abordavam questões relativas ao amor cortês, à amizade, à ironia e ao escárnio em relação a figuras importantes da vida pública ou a pessoas comuns em suas disposições cotidianas. Esboçava-se, dessa forma, um cuidado com as relações humanas.

Predominaram manifestações literárias épicas, descrevendo uma sociedade feudal viril, mas sem polimento. A maior parte das obras tinha caráter religioso e era escrita em latim.

Na poesia lírica, o tema principal dos trovadores provençais era o amor e a mulher era a personagem central. Não houve obras grandiosas em ambos os gêneros, lírico e épico. No fim da Idade Média, com o surgimento do Humanismo, destacaram-se três grandes autores:

- **Dante Alighieri** (1265-1321) – florentino, escreveu o longo poema *A divina comédia*, em homenagem a sua amada Beatrice. O tema dominante é o terrível castigo do pecado e a alta recompensa da virtude.
- **Giovanni Boccaccio** (1313-1375) – nasceu em Paris, mas de origem toscana, como Dante. Famoso pelo *Decameron*, conjunto de contos, às vezes licenciosos, que retratam costumes italianos do século XIV.

- **Petrarca** (1304-1374) – autor de *África*. Outras obras importantes, muitas delas de autoria desconhecida ou transmitidas por meio da tradição popular e de relatos orais são, por exemplo: *Canção de Rolando*; *Rei Artur e os Cavaleiros da Távola Redonda*; *Canção de Mio Cid*; *Romance da Rosa* e *Canção dos Nibelungos*.

ARTE ROMÂNICA E GÓTICA

A arquitetura gótica, vinculada à relativa estabilidade das relações sociais. As construções demoravam entre setenta e noventa anos para ficar prontas. Com arco ogival e vitrais de influência bizantina, revelavam o esplendor da fé firmada em catedrais sofisticadas, monumentos da religiosidade coletiva. De certa forma, opunham-se às edificações românicas, pesadas e pouco luminosas, que vigoraram entre o século X e meados do XII.

O estilo românico fez parte de um quadro ainda turbulento, saldo das invasões *vikings* e sarracenas na Europa entre os séculos IX e X. Entende-se a arquitetura românica como expressão material do espírito de insegurança dos europeus, cujas construções, robustas e maciças, tinham aspecto de fortaleza, como se informassem proteção no mundo marcado por guerras. Em

termos construtivos, compunha-se do arco inteiro (romano), de paredes espessas com poucas aberturas (janelas), mostrando sentido mais de horizontalidade que de verticalidade. Pequenas e poucas janelas criavam um ambiente interno de reduzida luminosidade, justificando o psiquismo mais intimista, isto é, menos extrovertido.

As construções góticas, no contexto do renascimento comercial e urbano, indicavam o oposto: a extroversão e a comunicabilidade integravam o ambiente de relativa estabilidade das relações humanas. Toda a comunidade buscava participar de obras que exaltassem a vida terrena em consonância com a espiritualidade cristã.

Segundo alguns autores, as catedrais góticas sinalizam uma mentalidade já diferenciada no conjunto do período medieval, pois demonstram um pensamento cristão em que há uma espécie de ascese (elevação) terrena. O cristão, ao entrar numa catedral gótica, é inundado de luz, a luz celeste; ao mesmo tempo, sente-se numa nave que aponta para o céu, como se uma experiência celestial o elevasse na Terra. A arquitetura gótica destacava-se por luminosidade e leveza associadas a formas.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOIT

ROTEIRO DE AULA

CRISE DO FEUDALISMO: CRUZADAS

Motivações e consequências

Império Bizantino:

Receber auxílio do Ocidente contra o avanço muçulmano. Em troca, vários imperadores

prometeram reconhecer novamente a autoridade papal.

Papado:

Estender controle e autoridade a novas regiões. Aliviar a tensão social na Europa. Pôr fim ao Cisma do Oriente.

Nobreza:

Conquista de novos territórios. Ascensão social. Perdão dos pecados.

Comerciantes (Veneza e Gênova):

Expandir atividades mercantis e obter lucros com o transporte de tropas. Superar Bizâncio na disputa pelo comércio mediterrâneo.

Ordens:

Proteger os peregrinos. Templários (1118), hospitalários (1070), teutônica (XII) – interesse religioso e da nobreza.

Consequências:

Renascimento urbano-comercial (influências culturais, comércio, especiarias, moedas), aumento do poder real, enfraquecimento dos senhores feudais, declínio do feudalismo.

ROTEIRO DE AULA

Cruzadas oficiais

Primeira Cruzada (1096-1099):

Bem-sucedida, cria o Reino Latino de Jerusalém.

Segunda Cruzada (1147-1149):

Tentativa de reconquistar territórios perdidos para os muçulmanos.

Terceira Cruzada (1189-1193):

Cruzada dos Reis – Frederico Barba Ruiva (Alemanha), Filipe Augusto (França), Ricardo Coração de Leão (Inglaterra).

Quarta Cruzada (1202-1204):

Financiada pelos comerciantes de Veneza. Saque de Constantinopla.

Quinta Cruzada (1217-1221):

Cruzada húngara. Captura de Damietta, no Egito.

Sexta Cruzada (1228-1229):

Liderada por Frederico II, da Alemanha.

Sétima Cruzada (1248-1254) e Oitava Cruzada (1270):

Organizadas por São Luís IX, da França.

ROTEIRO DE AULA

IDADE MÉDIA

Renascimento comercial e urbano

Cidades:

Atividades comerciais incentivam o desenvolvimento do espaço urbano (autonomia política, instituições políticas próprias, burgos).

Corporações de ofício:

Dinamismo, atividades artesanais, corporações de ofício (controle da técnica), contribuições à Igreja.

Crises (XIV-XV):

Redução populacional e produtiva, guerra generalizada, problemas climáticos, doenças, falta de alimento, má distribuição de renda.

ROTEIRO DE AULA

Cultura medieval

Idade das Trevas?

É equivocado considerar a Idade Média como um período de "trevas". O desenvolvimento cultural desse período é preeminente.

Igreja:

Incentivo aos valores cristãos, poder temporal, diversidade linguística, produções culturais.

Filosofia:

Criação de universidades, método escolástico, conhecimento teológico, evolução comercial e intelectual.

Literatura:

Não religiosa, preocupações terrenas, integração entre espiritualidade e mundo material.

Arte:

Arquitetura gótica (splendor da fé) e germânica (expressão material).

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. PUC-RS – Considere as seguintes afirmativas sobre as Cruzadas, movimento militar-religioso que ocorreu a partir do século XI na Europa Ocidental.

As Cruzadas:

- I. foram também utilizadas pelos reinos cristãos da Europa para expulsar os árabes da Península Ibérica.
- II. serviram como um enfrentamento ao decréscimo populacional sofrido pela Europa no período, constituindo-se em uma forma de conquista de mão de obra servil e escrava.
- III. deveriam, como iniciativas do papado, servir para consolidar a unidade espiritual na Europa Ocidental, o que representaria um obstáculo para as contestações ao poder da Igreja, feitas por reis medievais e movimentos heréticos.
- IV. determinaram a decadência das cidades independentes do norte da Itália, como Gênova e Veneza, pois contribuíram para deslocar as rotas comerciais mediterrânicas para o Atlântico.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

As Cruzadas estavam ligadas à ideia de unidade espiritual da Igreja cristã, tendo sido utilizadas também no espaço da Península Ibérica, auxiliando na reconquista do território por parte dos reinos cristãos. Por outro lado, não houve o objetivo de conseguir mão de obra escrava nem deslocamentos das rotas comerciais para o Atlântico.

2. UPF-RS – Em 1095, durante o Concílio de Clermont Ferrand, o papa Urbano II conclamou os guerreiros da fé para participarem de um movimento que iniciaria o avanço da cristandade sobre os povos não cristãos na Terra Santa: “Cessem, pois, os ódios intestinos, apaguem-se os contenciosos, aplaquem-se as guerras e sossegue toda discórdia e inimizade. Empreendi o caminho do Santo Sepulcro, arrancaí aquela terra àquele povo celerado e submetei-la a vós”. Considerando essas incursões, denominadas Cruzadas, avalie as seguintes afirmativas e marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas:

- (F) A Europa estava vivenciando um período de harmonia e concórdia interna quando do apelo do papa para as Cruzadas.
- (F) O Santo Sepulcro seria reconquistado para fins de colonização e aquisição de escravos.
- (V) Os muçulmanos foram considerados inimigos de todos os cristãos. Assim, os cristãos se uniram para o enfrentamento dos então considerados infiéis muçulmanos.
- (V) As Cruzadas constituíram-se de várias expedições ao Oriente visando à reconquista da Terra Santa. Foram destaques a Cruzada Popular e a dos Nobres.
- (V) As Cruzadas foram empreendimentos militares impulsionados pela ideia de Guerra Santa em defesa da fé católica.

A sequência que preenche corretamente os parênteses é:

- a) V - F - V - F - V.
- b) V - V - F - F - V.

- c) F - F - V - F - F.
- d) F - F - V - V - V.
- e) F - F - F - F - F.

Como dito no enunciado, entre as motivações para as Cruzadas estava a cessão dos “ódios intestinos”; portanto, a Europa não vivia um momento de harmonia. A reconquista do Santo Sepulcro não estava ligada à ideia de colonização e aquisição de escravos. Porém, uma das justificações para a realização das Cruzadas esteve ligada à questão religiosa, buscando defender a fé católica contra os inimigos da fé, neste caso, os muçulmanos. Da mesma forma, como visto no módulo, duas expedições conhecidas são a “Cruzada Popular” e a “Cruzada dos Nobres”.

3. Vunesp

C1-H1

Mais ou menos a partir do século XI, os cristãos organizaram expedições em comum contra os muçulmanos, na Palestina, para reconquistar os “lugares santos” onde Cristo tinha morrido e ressuscitado. São as Cruzadas [...]. Os homens e as mulheres da Idade Média tiveram então o sentimento de pertencer a um mesmo grupo de instituições, de crenças e de hábitos: a cristandade.

Segundo o texto, as Cruzadas:

- a) contribuíram para a construção da unidade interna do cristianismo, o que reforçou o poder da Igreja Católica Romana e do papa.
- b) resultaram na conquista definitiva da Palestina pelos cristãos e na decorrente derrota e submissão dos muçulmanos.
- c) determinaram o aumento do poder dos reis e dos imperadores, uma vez que a derrota dos cristãos debilitou o poder político do papa.
- d) estabeleceram o caráter monoteísta do cristianismo medieval, o que ajudou a reduzir a influência judaica e muçulmana na Palestina.
- e) definiram a separação oficial entre Igreja e Estado, estipulando funções e papéis diferentes para os líderes políticos e religiosos.

Como pode ser visto no texto do enunciado, as Cruzadas serviram para a unidade interna do cristianismo.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura

4. Vunesp – Jamais a Europa esteve tão unida quanto nos séculos XII e XIII, e essa unidade devia-se ao fato de que os europeus daquele tempo tinham o sentimento de constituir um só povo [...].

O sentimento de unidade europeia mencionado no texto derivava, sobretudo:

- a) do empenho dos reis e imperadores de estabelecer laços diplomáticos e políticos entre os Estados nacionais.
- b) da identificação religiosa proporcionada pelo cristianismo e estimulada pelas Cruzadas.
- c) da inexistência de conflitos armados no continente, após a derrocada econômica e militar provocada pelas temporadas anteriores de guerras e peste.
- d) da unidade entre o poder temporal e o poder espiritual, exercidos em todo o continente pelo papa.
- e) do reconhecimento de que os diversos reinos tinham, nos invasores bárbaros, inimigos comuns e deviam se associar para expulsá-los.

Como estudamos, os sentimentos de unificação que envolveriam os fiéis cristãos estariam ligados ao empreendimento das Cruzadas.

5. UFRGS-RS – Diversos fatores motivaram a denominação “Crise do século XIV”, ocorrida na Europa da Baixa Idade Média.

Dentre esses fatores, pode-se citar corretamente:

- a) a disseminação das guerras pelo continente europeu, a quebra da produção de alimentos e a mortandade causada pela peste bubônica.
- b) a efervescência religiosa das Cruzadas, a eclosão da Revolução dos Trinta Anos e o despovoamento do Sacro Império.
- c) a eclosão da Guerra dos Sete Anos, a conquista da França pelos muçulmanos e a epidemia de varíola.
- d) a deflagração da Guerra da Sucessão Espanhola, a dissolução da Liga Hanseática e a decadência das comunas.
- e) o advento da Reforma Protestante, o abandono dos arroteamentos e a eclosão de guerras entre as cidades italianas.

Todas as alternativas comentam sobre processos ocorridos em períodos fora do século XIV. A chamada crise do século XIV está relacionada às guerras, à fome e à peste daquele período.

6. UFSJ-MG – A partir do século XI, os povoados denominados burgos começaram a crescer pelo desenvolvimento do comércio. Artigos manufaturados, como tecidos, eram produzidos, fazendo com que novas cidades surgissem e as mais antigas se desenvolvessem. Esses artesãos começaram a se organizar em corporações de ofício estruturadas em associações de:

- a) artesãos que reuniam todos aqueles que se dedicavam ao mesmo ofício.
- b) associações de artesãos dos mais diversos ofícios que se uniam com o objetivo de atuar no livre mercado.
- c) artesãos de diversos ofícios e trabalhadores assalariados que se uniam com o objetivo de atuar no livre mercado.
- d) camponeses que se reuniam para reivindicar maior participação política nas cidades.

As corporações de ofício eram associações de trabalhadores da mesma área, que buscavam cooperar visando proteger seu ofício. Nelas, havia uma divisão hierárquica interna.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFPI – As Cruzadas influenciaram decisivamente na história da Europa na Baixa Idade Média. A mais significativa de suas consequências foi:

- a) a reunificação das igrejas Católica e Ortodoxa, separadas em 1054 pelo Cisma do Oriente.
- b) um novo Cisma no cristianismo com o início da Reforma Protestante no século XVI.
- c) a conquista dos lugares sagrados do cristianismo situados na Ásia Ocidental.
- d) a “reabertura” do Mediterrâneo, que, possibilitando a reativação dos contratos entre Ocidente e Oriente, intensificou o renascimento comercial e urbano na Europa.
- e) o declínio do comércio, o desaparecimento da vida urbana e a descentralização política no ocidente da Europa.

8. Vunesp – O cavaleiro é um dos principais personagens nas narrativas difundidas durante a Idade Média. Esse cavaleiro é principalmente um:

- a) camponês, que usa sua montaria no trabalho cotidiano e participa de combates e guerras.
- b) nobre, que conta com equipamentos adequados à montaria e participa de treinamentos militares, torneios e jogos.
- c) camponês, que consegue obter ascensão social por meio da demonstração de coragem e valentia nas guerras.
- d) nobre, que ocupa todo seu tempo com a preparação militar para as Cruzadas contra os mouros.
- e) nobre, que conquista novas terras por meio de sua ação em torneios e jogos contra outros nobres.

9. UFRN – Em 1095, atendendo ao apelo do papa Urbano II para que iniciassem uma guerra contra os muçulmanos, os nobres cristãos, motivados por ideais religiosos e econômicos, organizaram as Cruzadas.

Considerando-se o conjunto dessas expedições, que se prolongaram até 1270, pode-se destacar como uma de suas consequências:

- a) o enfraquecimento do comércio italiano no Mar Mediterrâneo, em razão da insegurança e dos perigos gerados pelos conflitos militares.
- b) o fortalecimento da autoridade dos senhores feudais, cujas finanças foram consolidadas com a exploração dos territórios do Oriente.
- c) a difusão e a assimilação da cultura germânica pelo Império Bizantino, alterando significativamente o modo de viver dos povos orientais.
- d) a ampliação do universo cultural dos povos europeus, possibilitada pelo contato com a rica cultura dos povos orientais.

10. UFPA – O movimento das Cruzadas foi essencial para o quadro das transformações por que a Europa passaria nos processos finais da Idade Média. Definida essa questão, é possível assegurar-se em relação ao movimento cruzadista que:

- a) os efeitos imediatos das Cruzadas sobre a vida europeia foram de natureza política, já que contribuíram para abalar sensivelmente o poder absoluto dos monarcas europeus.
- b) em termos jurídicos, as Cruzadas contribuíram para modificar o sistema da propriedade no feudalismo, já que difundiram o começo da propriedade dominante no Extremo Oriente.
- c) os seus resultados abalaram seriamente o prestígio do papado, provocando, inclusive, a separação entre a Igreja de Roma e a de Constantinopla, fato de implicações negativas para a autoridade clerical.
- d) os efeitos sociais das Cruzadas fizeram-se sentir principalmente sobre as relações de trabalho, já que os cruzados, ao retornarem do Oriente, defendiam a substituição da servidão pelo trabalho livre.
- e) as exigências das expedições contribuíram decisivamente para o recuo da dominação árabe no Mediterrâneo, abrindo os espaços para que as suas águas viessem a sustentar, mais tarde, parte das grandes rotas do comércio europeu.

11. Univesp – Leia o texto para responder à questão.

“A todos os que partirem e morrerem no caminho, em terra ou mar, ou que perderem a vida combatendo os pagãos, será concedida a remissão dos pecados. Que combatam os infiéis [...]. A terra que habitam é pequena e miserável para tão grande população, mas no território sagrado do Oriente há extensões de onde jorram leite e mel. Tomai o caminho do Santo Sepulcro, arrebatái aquela terra da raça perversa e submetei-a a vós mesmos.”

Papa Urbano II, Concílio de Clermont, 1095. In: DOMINGES, J.E. História em Documento. Imagem e Texto. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2013. p.107.

A aclamação de Urbano II é considerada o marco inicial das Cruzadas, expedições militares que

- a) travaram guerras contra os muçulmanos para retirar deles o controle de Jerusalém, a “Terra Santa” onde se localiza o túmulo de Cristo.
- b) mobilizaram os hunos, os francos e os alanos, católicos nômades que viviam no norte da Europa, contra o domínio do Império Romano.
- c) rumaram para as Américas com o objetivo de combater o politeísmo e dominar as regiões auríferas ocupadas pelos povos maia e asteca.
- d) partiram de Portugal em direção à África para conquistar territórios, dominar rotas comerciais e catequisar os povos politeístas.
- e) conquistaram as terras do Extremo Oriente, retomando o controle das regiões ocupadas por populações budistas e hindus.

12. UFRN – Na Copa do Mundo de futebol de 2010, realizada na África do Sul, muitos brasileiros ficaram surpresos ao saberem que várias nações do continente africano, como Costa do Marfim, Nigéria, Gana e o próprio país sede do evento apresentavam influências linguísticas europeias. Isso ficava evidente, por exemplo, nos nomes dos jogadores estampados nas camisetas e nos hinos nacionais, cantados em inglês ou francês. Essas influências da Inglaterra e da França na África são resultantes:

- a) da expansão do cristianismo, estimulado pelos propósitos das Cruzadas.
- b) do neocolonialismo do século XIX, no contexto da Segunda Revolução Industrial.
- c) da globalização, que promoveu o intercâmbio cultural mundial no século XX.
- d) do tráfico negreiro, que implantou colônias europeias no continente africano.

13. UFRGS-RS – Os séculos XI e XII constituem um período de expansão na Europa Ocidental marcado pelo crescimento demográfico e das cidades, pelo dinamismo da economia interna e pela extensão do comércio internacional. Nesse ínterim, os europeus assumem uma atitude ofensiva, da qual um dos resultados são as Cruzadas. Considere as afirmações abaixo a esse respeito:

- I. No início, as Cruzadas foram encorajadas pelos imperadores bizantinos, os quais buscavam apoio contra os invasores que pressionavam as fronteiras do Império do Oriente.
- II. Nos séculos X e XI, numerosos foram os cristãos que, para obter o perdão de suas faltas e assegurar a saúde eterna de suas almas, realizaram longas e difíceis viagens aos lugares santos da cristandade. Essa tradição e a conquista turca no Oriente fizeram com que a Guerra Santa contra os muçulmanos, já forjada nas Guerras de Reconquista da Península Ibérica, tomasse maior impulso.

III. Às motivações religiosas juntaram-se o espírito de aventura e a possibilidade de ganhos materiais, o que pouco a pouco transformou as Cruzadas numa verdadeira empresa de colonização.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I. c) Apenas III. e) I, II e III.
- b) Apenas II. d) Apenas I e II.

14. FGV-SP – A partir de 1348, irrompeu na Europa, proveniente do continente asiático, a chamada Peste Negra. Seu efeito foi devastador, chegando a provocar a morte de mais de 25% da população europeia durante o século XIV. Sobre a Peste Negra, podemos afirmar que:

- a) A epidemia foi responsável pela recuperação econômica da Europa medieval após séculos de retração e crises de abastecimento.
- b) Comunidades judaicas foram responsabilizadas pela epidemia e perseguidas pelos cristãos, que acionavam o sentimento antijudaico existente na Idade Média.
- c) A epidemia provocou a busca de novas terras protegidas do contágio com a peste, resultando na conquista do norte da África e da Palestina pelos europeus.
- d) A epidemia freou o processo de dissolução do feudalismo e provocou a implementação de práticas escravistas em toda a Europa Ocidental.
- e) A epidemia foi controlada ao final da Idade Média e desapareceu completamente do território europeu nos séculos XVI e XVII.

15. Mackenzie-SP – A crise do sistema feudal agravou-se no século XIV com o início da Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra (1337-1453). Eduardo III, rei dos ingleses, invadiu a França, declarando-se rei. A respeito desse período, é correto afirmar que:

- a) eclodiram, na França, revoltas de camponeses, famintos e insatisfeitos com a superexploração, conhecidas pelo nome de *jacqueries*, em alusão a Jacques Bonhomme, expressão que os nobres usavam para designar o homem do campo.
- b) a vitória dos ingleses sobre os exércitos de Joana d'Arc, filha de humildes camponeses, nas batalhas de Orleans, Reims, Paris, Toulouse e Compiègne, acabaram por definir a sorte da guerra a seu favor, apesar da mítica religiosidade católica dos franceses.
- c) após a vitória, a França mergulhou em um novo conflito, a Guerra das Duas Rosas, uma disputa pelo trono motivada pelos interesses monárquicos da família Lancaster, que acabou sendo derrotada por Luís IX, em Toulouse.
- d) as transformações no modo de exploração feudal acabaram por beneficiar a nobreza francesa, que permaneceu neutra durante o conflito, enquanto o rei era obrigado a se aliar à burguesia para conseguir recursos para armar seu exército.
- e) ocorreu a morte de inúmeros camponeses ingleses em virtude da brutal retaliação dos franceses, que, depois de expulsarem os ingleses de suas terras, passaram a ocupar e explorar os territórios dos anglo-saxões.

16. UECE – A peste, a fome e a guerra constituíram os elementos mais visíveis daquela que ficou conhecida como a crise do século XIV, na Europa. Como consequência dessa crise ocorrida na Baixa Idade Média:

- a) o movimento de renascimento urbano foi iniciado e depois interrompido por mais de três séculos, reaparecendo somente na Revolução Industrial do século XVIII.

- b) os camponeses, que estavam em via de conquistar a liberdade, voltaram a apoiar o sistema feudal por mais alguns séculos como forma de superar a crise.
- c) o processo de centralização e concentração do poder político nas mãos dos reis, com o apoio da burguesia, intensificou-se até se tornar absoluto no início da modernidade.
- d) entre as classes sociais, a nobreza foi a menos prejudicada pela crise, ao contrário do que ocorreu com a burguesia.

17. Fuvest-SP – As cidades medievais:

- a) não diferiam das cidades greco-romanas, uma vez que ambas eram, em primeiro lugar, centros político-administrativos e local de residência das classes proprietárias rurais e, secundariamente, também centro de comércio e manufatura.
- b) não diferiam das cidades da época moderna, uma vez que ambas, além de serem cercadas por grossas

muralhas, eram, ao mesmo tempo, centros de comércio e manufatura e de poder, isto é, politicamente autônomas.

- c) diferiam das cidades de todas as épocas e lugares, pois o que se definia era, precisamente, o fato de serem espaços fortificados, construídos para abrigarem a população rural durante as guerras feudais.
- d) diferentemente de suas antecessoras greco-romanas, eram principalmente centro de comércio e manufatura e, diferentemente de suas sucessoras modernas, eram independentes politicamente, dominando um entorno rural que lhes garantia o abastecimento.
- e) eram separadas da economia feudal, pois, sendo esta incapaz de gerar qualquer excedente de produção, obrigava-as a importar alimentos e a exportar manufaturas fora do mundo feudal, daí a importância estratégica do comércio na Idade Média.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H1

“Os cruzados avançavam em silêncio, encontrando por todas as partes ossadas humanas, trapos e bandeiras. No meio desse quadro sinistro, não puderam ver, sem estremeecer de dor, o acampamento onde Gauthier havia deixado as mulheres e crianças. Lá os cristãos tinham sido surpreendidos pelos muçulmanos, mesmo no momento em que os sacerdotes celebravam o sacrifício da Missa. As mulheres, as crianças, os velhos, todos os que a fraqueza ou a doença conservava sob as tendas, perseguidos até os altares, tinham sido levados para a escravidão ou imolados por um inimigo cruel. A multidão dos cristãos, massacrada naquele lugar, tinha ficado sem sepultura.”

J. F. Michaud. *História das Cruzadas*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. (Adaptado)

“Foi, de fato, na sexta-feira 22 do tempo de Chaaban, do ano de 492 da Hégira, que os franj* se apossaram da Cidade Santa, após um sítio de 40 dias. Os exilados ainda tremem cada vez que falam nisso; seu olhar se esfria como se eles ainda tivessem diante dos olhos aqueles guerreiros louros, protegidos de armaduras, que espelham pelas ruas o sabre cortante, desembainhado, degolando homens, mulheres e crianças, pilhando as casas, saqueando as mesquitas.”

*franj = cruzados.

Amin Maanuf. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Adaptado)

Avalie as seguintes afirmações a respeito dos textos, que tratam das Cruzadas:

- I. Os textos referem-se ao mesmo assunto – as Cruzadas, ocorridas no período medieval –, mas apresentam visões distintas sobre a realidade dos conflitos religiosos desse período histórico.
- II. Ambos os textos narram partes de conflitos ocorridos entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média e revelam como a violência contra mulheres e crianças era prática comum entre adversários.
- III. Ambos narram conflitos ocorridos durante as Cruzadas medievais e revelam como as disputas dessa época, apesar de ter havido alguns confrontos militares, foram resolvidas com base na ideia do respeito e da tolerância cultural e religiosa.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

19. Enem

C4-H19

“Se a mania de fechar, verdadeiro *habitus* da mentalidade medieval nascido talvez de um profundo sentimento de insegurança, estava difundida no mundo rural, estava do mesmo modo no meio urbano, pois que uma das características da cidade era de ser limitada por portas e por uma muralha.”

DUBY, G. et al. Séculos XIV-XV. In: ARIËS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. (Adaptado)

As práticas e os usos das muralhas sofreram importantes mudanças no final da Idade Média, quando elas assumiram a função de pontos de passagem ou pórticos. Este processo está diretamente relacionado com:

- a) o crescimento das atividades comerciais e urbanas.
- b) a migração de camponeses e artesãos.
- c) a expansão dos parques industriais e fabris.
- d) o aumento do número de castelos e feudos.
- e) a contenção das epidemias e doenças.

20. Enem

C4-H16

“Mas era sobretudo a lã que os compradores, vindos da Flandres ou da Itália, procuravam por toda a parte. Para satisfazê-los, as raças foram melhoradas através do aumento progressivo das suas dimensões. Esse crescimento prosseguiu durante todo o século XIII, e as abadias da Ordem de Cister, onde eram utilizados os métodos mais racionais de criação de gado, desempenharam certamente um papel determinante nesse aperfeiçoamento.”

DUBY, G. *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1987. (Adaptado)

O texto aponta para a relação entre aperfeiçoamento da atividade pastoril e avanço técnico na Europa Ocidental feudal, que resultou do(a):

- a) crescimento do trabalho escravo.
- b) desenvolvimento da vida urbana.
- c) padronização dos impostos locais.
- d) uniformização do processo produtivo.
- e) desconcentração da estrutura fundiária.

8

HUMANISMO, RENASCIMENTO CULTURAL E RENASCENTISTAS E SUAS OBRAS

- Um novo rumo ou o próximo passo?
- Humanismo
- Antecedentes do renascimento cultural
- O Renascimento como ruptura
- O Renascimento como continuidade
- Contexto do Renascimento
- Os pensadores e suas contribuições
- Principais nomes do renascimento científico
- Principais nomes do renascimento artístico
- Principais nomes do renascimento literário

HABILIDADES

- Interpretar histórica e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
- Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.
- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

UM NOVO RUMO OU O PRÓXIMO PASSO?

O período do Renascimento é objeto de grande discussão entre historiadores, artistas, intelectuais e pensadores renascentistas contribuíram de forma significativa para a cultura europeia e para influenciar os rumos da história de todo o mundo com suas observações e descobertas.

HUMANISMO

O Humanismo constituiu-se uma nova visão de mundo na época do Renascimento. É errôneo conceber o Humanismo e sua inserção no movimento renascentista como simples imitação da Antiguidade. Trata-se, antes, de buscar fontes de inspiração na cultura antiga.

Esse movimento não foi descobridor, mas propagador das obras antigas. Durante toda a Idade Média, a Igreja deteve o saber e a cultura, por isso guardava muitos textos antigos. Os humanistas quebraram esse monopólio. No século XIV, redescobriram-se as obras dos grandes autores gregos e romanos, mas houve muita dificuldade no estudo das obras gregas que, em sua maioria, ainda não estavam traduzidas para o latim. Somente no século XV apareceram traduções sistemáticas dos textos gregos, muitos trazidos do Oriente pelos bizantinos que haviam fugido da invasão otomana de Constantinopla a partir de 1453. No ocaso da Idade Média, os humanistas, apesar da grande inspiração no mundo clássico, foram os responsáveis pelo amálgama que seria matéria-prima cultural do Renascimento: a junção dos valores cristãos medievais com os da cultura greco-romana.

A visão de mundo teocêntrica do Medievo determinava o sentido da vida segundo os dogmas da Igreja. O Humanismo revalorizou o ser humano pelo resgate da cultura greco-romana, apresentando uma nova perspectiva filosófica apoiada nos seguintes preceitos:

- **Racionalismo:** o ser humano é um ser dotado de inteligência, devendo usá-la para compreender o mundo que o cerca por meio da razão.
- **Espírito crítico:** ao pensar sobre o mundo, a humanidade deve esforçar-se por melhorá-lo, corrigindo erros e criticando posicionamentos irracionais. Esse aspecto esteve na base das críticas contra a Igreja Católica e influenciou a Reforma Religiosa.
- **Criatividade:** o homem passou a ser visto como dotado de grande capacidade criadora, favorecendo o extraordinário desenvolvimento das artes no Renascimento.
- **Realismo:** o gosto pela investigação racional tornou o homem renascentista mais atento à observação e à reflexão sobre a realidade que o cercava. Isso repercutiu nas artes, em obras de extremo realismo.
- **Hedonismo:** vertente filosófica antiga que apregoa a busca da verdadeira virtude nos prazeres.
- **Classicismo:** resgate e valorização de obras e valores clássicos.

ANTECEDENTES DO RENASCIMENTO CULTURAL

Na Baixa Idade Média, mudanças sensíveis ocorreram na vida europeia. O desenvolvimento do comércio, por meio das Cruzadas, era indicativo de novas necessidades que a produção do feudo não supria.

Os contatos com o mundo oriental fizeram ressurgir questionamentos sobre a vida material, dando novo impulso à vida intelectual europeia. As universidades surgiram nesse contexto histórico. A valorização da matemática, do direito e da medicina contribuiu para estabelecer uma cultura que apreciava cada vez mais a razão e tentava conciliá-la com a fé.

A maior expressão desse esforço era a escolástica desenvolvida nas universidades. O pensamento escolástico recuperou a filosofia de Aristóteles, que afirmava ser possível tratar da verdade observando o mundo material.

O Renascimento tornou mais visível o cuidado europeu com os assuntos relativos à natureza e sua compreensão por meio da razão. Os pensadores da Renascença acreditavam estar recuperando a época antiga e rompendo com o passado mais próximo, que chamavam de período tenebroso ou Idade das Trevas.

A Idade Média não foi esse período tenebroso como os homens da Renascença quiseram fazer crer, mas vale compreender as razões que os levaram a construir esse mito sombrio.

O Renascimento, período entre os séculos XIV e XVI, rompeu com alguns valores, mas deu continuidade à Idade Média. No movimento da história, as rupturas não são completas, pois elementos herdados de outra época continuam em ação como forças inerciais.

O RENASCIMENTO COMO RUPTURA

Historiadores que defendem o movimento renascentista como de ruptura com a Idade Média costumam apoiar-se nos seguintes argumentos:

- Houve retomada dos valores da Antiguidade greco-romana por oposição aos valores medievais.
- Houve afirmação de uma forma diferente de aquisição do conhecimento, que apelava mais para a experiência que para a escolástica (argumento de autoridade).
- Existiu nítida defesa do indivíduo em relação à ideia de sua universalidade, significando capacidade de realização múltipla e particular de sua existência em oposição à visão coletivista que havia imperado no Medievo.

Um primeiro argumento é categórico ao afirmar que o Renascimento recuperou o racionalismo, o antropocentrismo e o hedonismo predominantes na cultura clássica, rompendo com o misticismo, o teocentrismo e a desvalorização do mundo material que predominaram na Idade Média.

Dessa forma, as obras literárias, as esculturas, as pinturas e a própria ciência produzidas na Renascença buscavam nos modelos gregos e romanos um ideal de vida que se contrapunha à vida e à mentalidade medievais.

Observa-se essa revalorização dos ideais greco-romanos em vários textos renascentistas. Por exemplo, o antropocentrismo é cristalino na obra *Discurso sobre a dignidade do homem*, do autor renascentista Pico della

Mirandola. Nela, observa-se o caráter especial do ser humano de se transformar em tudo o que quiser, diferentemente dos outros animais.

Pico della Mirandola procurou evidenciar que, diferentemente dos outros animais, o ser humano possui a capacidade de raciocínio e de livre-arbítrio. O homem, assim, não tinha conteúdo preciso, pois sua qualidade dizia respeito à sua escolha, e a melhor escolha vinha da reflexão e do raciocínio. Mirandola era, portanto, um defensor do caráter racional do homem.

Em outra obra importante da Renascença, o pensador francês Michel de Montaigne também tratou da condição humana.

O Renascimento retratou temas pagãos que a mentalidade medieval consideraria heréticos, o que é outro elemento a considerar nos argumentos relativos à ruptura com a Idade Média e à ideia de retomada do mundo antigo.

Outro argumento contundente: afirmar a existência de uma revolução científica, cuja inspiração residia no pensamento antigo.

A escolástica medieval, embora procurasse dar espaço à razão, com suas noções arraigadas na fé e no dogmatismo, não havia conseguido libertar a humanidade da mentalidade que a colocava em condição de inferioridade, incapaz de se afirmar na vida.

Os pensadores da Renascença romperam com essa visão de mundo, de modo a consolidar uma perspectiva otimista do ser humano em lugar de destaque. Nesse sentido, o movimento renascentista estabeleceu uma linha de compreensão do mundo diferente do modelo medieval, pois confiou na razão como caminho para a construção de um conhecimento sobre a natureza, viabilizando a afirmação do ser humano no mundo. De que forma isso aconteceu? Foi um processo lento.

Nicolau Copérnico abriu o caminho quando escreveu a obra referencial *Das revoluções celestiais*. O cientista fez observações do céu com o uso de instrumentos astronômicos, como astrolábios e quadrantes. Depois de registrar certas informações sobre o movimento dos corpos celestes, chegou à conclusão de que a Terra não estava em repouso, mas em movimento em torno do Sol, como outros corpos do céu. Por prudência, não deu publicidade ao que registrara.

Somente Galileu Galilei e Leonardo da Vinci estabeleceram com clareza o método experimental, constituindo a base da ciência moderna.

Galileu autodenominava-se filósofo da natureza. Afirmava que a Bíblia era um livro de Deus, mas escrito pelos seres humanos, enquanto a natureza era outro livro de Deus feito por Ele mesmo.

Assim, os dois livros deveriam ser concordantes, posto que divinos. Havia, contudo, mais facilidade de enganos na leitura da Bíblia do que da natureza, porque esta não erra. Para Galileu, o homem pode enxergar nela a verdade, obter o conhecimento de forma direta. O que encontra na natureza deve encontrar na Bíblia, segundo o princípio

da não contradição. Colocou-se, dessa forma, na precedência do conhecimento sobre a natureza, tornando-se seu filósofo. Para esse pensador, o conhecimento provinha da experiência, da observação e da matematização com o uso da razão. Esse é o método experimental.

A ciência moderna rompia, dessa maneira, com o mundo medieval e sua visão estreita da capacidade do homem, colocando-o como medida de todas as coisas por conseguir assimilar o código da natureza. Assim, o clássico tornou-se a base de uma concepção de mundo que acreditava na existência de leis e nas relações de medida como expressão da harmonia existente na natureza.

Outros pensadores, por oposição à mentalidade medieval, contribuíram para o desenvolvimento do racionalismo científico no Renascimento, como Giordano Bruno, Tycho Brahe, Johannes Kepler e Francis Bacon. Embora com distinções quanto à abordagem científica, os pensadores da Renascença estabeleceram outra dimensão para o conhecimento do mundo, separando radicalmente os tempos modernos da escolástica medieval.

Outro argumento a favor do Renascimento como ruptura: a valorização do indivíduo. A sociedade medieval tinha uma visão coletivista da sociedade. A divisão da comunidade em três ordens constituía o elemento básico definidor das funções na Idade Média. Artistas começaram a ganhar destaque e assinar suas obras; mercadores enriqueceram, desejando marcar presença na sociedade; intelectuais ganharam espaço nas cortes reais como pensadores de um novo mundo; uma sensibilidade diferente colocou o homem em contato direto com Deus. Essas foram algumas características da valorização do indivíduo no corpo social.

Além da retomada dos clássicos, a produção renascentista na literatura e nas artes plásticas colaborou decisivamente para esclarecer o poder do homem, tanto no âmbito macrocósmico quanto no universo particular de cada existência humana.

O Renascimento também provocou rupturas na literatura e na arte.

No plano literário, vários autores procuraram afirmar os valores clássicos. Um exemplo é a obra *Elogio da loucura*, em que o autor, Erasmo de Roterdã, teceu considerações críticas à situação que vinha da Idade Média, em especial ao poder da Igreja, com seus argumentadores escolásticos que, segundo Erasmo, enganavam as pessoas por meio de discussões imaginárias, divagações esdrúxulas que em nada serviam à vida. Outro exemplo: neste trecho de *Os Lusíadas*, de Camões, compreende-se o passado greco-romano como inspiração para as ações dos renascentistas.

No plano das artes visuais ou artes plásticas, grandes artistas recuperaram o ideal clássico de beleza. Nos trabalhos, simetria significava harmonia oriunda de relações de proporção e medida, que instauravam o belo. Assim, haveria um código de beleza na obra de arte que

o homem consegue atingir porque é um ser racional e tem em si as relações de medida e de proporção. A grande preocupação do artista do Renascimento estava em espelhar a natureza e conferir um caráter verossímil à obra. Assim, a arte era uma espécie de imitação da vida. E só o homem é capaz de imitar.

O homem vitruviano, recuperado por Leonardo da Vinci, representava o modelo das relações de medida de instauração do belo, isto é, o código. Os estudos sobre o corpo humano, com a dissecação de cadáveres, permitiram a obtenção de conhecimento por meio da experiência. O sistema circulatório, a musculatura e o esqueleto eram observados e imitados nas obras de arte.

Brunelleschi, um dos mais importantes arquitetos do Renascimento, criou a primeira experiência 3D ao geometrizar uma tela, matematizá-la e, com base nisso, compor imagens obedecendo a certa proporção. Isso dava a impressão visual de profundidade na tela, desenvolvendo a perspectiva.

Outra inovação diz respeito aos trabalhos de luz e sombra (claro-escuro), que davam a ilusão de volume na superfície plana. Assim, a arte imitava a vida, e o homem se tornava o centro das atenções, medida de todas as coisas.

O RENASCIMENTO COMO CONTINUIDADE

Os pensadores renascentistas não romperam completamente com a Idade Média, pois os referenciais religiosos cristãos estavam consolidados em suas elaborações teóricas e criações artísticas de forma geral. Assim, os temas religiosos de tradição judaico-cristã medieval foram recorrentes na produção renascentista. Na pintura e na escultura, revelam-se em obras como *A criação de Adão*, *Juízo final*, *Anunciação* (anjo Gabriel anunciando a vinda do filho de Deus à Virgem Maria), *Santa ceia* (última ceia de Cristo com os apóstolos), *Madona* (Virgem Maria com o Menino Jesus no colo), *Crucificação* (morte de Cristo), *Pietà* (Virgem Maria com Jesus tirado da cruz), *Ressurreição*, entre outras.

A princípio, a Igreja apoiou o movimento renascentista, inclusive financiando artistas, o que faz a arte renascentista ser também arte sacra, a exemplo da arte medieval.

Os temas religiosos aparecem na pintura e na escultura medievais e renascentistas, indicando uma relação de continuidade entre Renascimento e Idade Média. O tratamento plástico é diferente, mas a temática é comum. Temas pagãos extraídos da Antiguidade clássica também inspiraram a produção renascentista.

Apesar de abordar temas pagãos, artistas e intelectuais do Renascimento mantiveram os vínculos com a civilização cristã consolidada na Idade Média. Vale lembrar que a Igreja Católica apoiou de início o movimento renascentista, contratando artistas que trabalharam para a instituição numa perspectiva que revalorizava os antigos. Um exemplo disso é a construção da Basílica de São Pedro.

A Basílica de São Pedro representa bem a ideia que as pessoas tinham de monumento na época. Para os

renascentistas, a função de tais construções era evidenciar certos valores ideais na qualidade de forma arquitetônica. Por isso, deviam ficar em locais de bastante visibilidade, dominando amplamente a paisagem urbana. No caso da Basílica de São Pedro, a centralidade associa-se não apenas à cidade de Roma, mas a todo o mundo cristão, pelo conteúdo e pelo ideal.

Ainda no quadro da continuidade em relação à Idade Média, sugere-se uma reflexão sobre o nascimento da ciência com base no método experimental.

Anteriormente, a ruptura com a escolástica medieval se assentou menos na experiência e mais no argumento da autoridade, apesar de alguns homens do Medievo defenderem o método experimental como caminho seguro para aquisição do conhecimento. De alguma forma, antecipavam o pensamento de Galileu Galilei em defesa da experiência, da observação e da matematização, bases do método experimental.

Recomenda-se então pensar o Renascimento como resultado de um processo de mudança de sensibilidades desenvolvidas, ainda que de forma incipiente, no período medieval, particularmente a partir do século XI.

CONTEXTO DO RENASCIMENTO

Explicar o movimento renascentista implica situá-lo no quadro histórico em que condições materiais e mentais sustentaram criações e desenvolvimentos do período. Nesse sentido, consideram-se os seguintes fatos:

- desenvolvimento urbano-comercial;
- fuga dos sábios de Constantinopla para Roma;
- criação da imprensa.

O primeiro fato situa-se principalmente no campo das condições materiais. Um grupo de mercadores enriquecidos, mas em condição social inferior à da nobreza, desenvolvia atividades comerciais no espaço citadino. A questão que se colocava era: Como diferenciá-los de outros grupos que formavam o terceiro estado? Um caminho encontrado para isso foi o financiamento de obras de arte, com a instituição do mecenato. Assim, os artistas produziam obras por encomenda, sustentados materialmente pelo desenvolvimento urbano-comercial. A nobreza envolveu-se também no processo de financiamento, como a família Médici, de Florença, que mantinha relações com mercadores e apoiou o renascimento cultural europeu. Percebe-se aí a relação entre desenvolvimento urbano-comercial, mudança social e Renascimento. Com suas cidades mercantis e seus homens propensos à especulação, a Itália foi o berço do Renascimento.

O segundo elemento informa o aspecto imaterial da produção. Antes de Constantinopla ser dominada pelos turco-otomanos islamizados, muitos eruditos fugiram levando obras que diziam respeito a eles próprios, produzidas no idioma grego. Pediram asilo em Roma, onde traduziram as obras para o latim. Em pouco tempo, o Ocidente passou a ter um conjunto formidável de informações a respeito do mundo antigo, o qual estimulou

escritos, fomentou debates e criações com a perspectiva do homem no centro das atenções, como medida de todas as coisas.

O terceiro se relaciona com a circulação do conhecimento. Havia certas limitações à circulação das ideias clássicas, pela dificuldade de reprodução das obras antigas. Durante a Idade Média, parte delas se conservava por meio do trabalho de transcrição dos monges copistas. Na Baixa Idade Média, com a criação das universidades, a procura por livros aumentou consideravelmente. Disso resultou a xilografia, inovação técnica que consistia no entalhe de textos em tábuas de madeira, que se transformavam numa espécie de carimbo para molhar na tinta e prensar no papel. Sendo a madeira pouco resistente, as letras facilmente se quebravam, exigindo talhar outra tábua. A solução para isso veio quando o alemão Gutenberg criou os tipos móveis em metal para fixar na prensa. Essa revolução técnica favoreceu a multiplicação de livros e sua aquisição por um maior número de pessoas. A constituição de bibliotecas particulares fez a Igreja perder o controle sobre o que se lia. Os editores, homens de negócios, publicavam várias obras inspiradas nos clássicos. Dessa forma, consolidou-se a civilização do Renascimento.

OS PENSADORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES

A seguir vamos conhecer os nomes e breves trajetórias de sujeitos importantes para o movimento e o período, separados por suas áreas de atuação, para caracterizar os campos em que se encaixam e as inovações que realizaram.

PRINCIPAIS NOMES DO RENASCIMENTO CIENTÍFICO

- **Nicolau Copérnico** (1473-1543) – na obra *Das revoluções celestiais*, questionou a teoria do geocentrismo, a qual havia sido proposta por Cláudio Ptolomeu e era defendida pela Igreja. Suas observações o levaram a afirmar o modelo heliocêntrico.
- **Leonardo da Vinci** (1452-1519) – artista, inventor e cientista, defendeu o método experimental para aquisição do conhecimento, além de formular questionamentos a respeito da composição do universo segundo uma concepção de uma linha geometrizar dos espaços.
- **Américo Vespúcio** (1454-1512) – navegador e pesquisador renascentista, filho de uma das famílias mais importantes de Florença. Seus estudos geográficos diziam que a Terra Nova era um conjunto enorme de terras, definido como continente. Em sua homenagem, o continente se chama América.

- **Paracelso** (1493-1541) – considerado o Pai da Química no Ocidente, sob influência dos escritos alquímicos do mundo islâmico. Considerava a vida um processo químico, apresentando alguns elementos que constituíam a matéria.
- **Miguel Servet** (1511-1553) – teólogo e médico, desenvolveu estudos sobre a circulação sanguínea, mais precisamente pulmonar. Foi considerado herege e morto na fogueira.
- **William Harvey** (1578-1657) – conhecido médico inglês, realizou estudos sobre a circulação do sangue a partir do motor (coração); afirmou a importância da circulação sanguínea para envio de nutrientes às várias partes do corpo.
- **Giordano Bruno** (1548-1600) – defensor ferrenho do heliocentrismo de Copérnico e da noção do universo infinito, foi também condenado à fogueira pela Inquisição.
- **Galileu Galilei** (1564-1642) – considerado fundador da ciência moderna, estabeleceu o método experimental para aquisição do conhecimento. O grande pensador da Renascença teve de renunciar a seus escritos e à ideia do heliocentrismo e do movimento da Terra para escapar da fogueira. Mesmo assim, a Inquisição o condenou à prisão domiciliar. Escreveu *O mensageiro sideral* e *Os dois principais sistemas do universo*; aperfeiçoou e difundiu as teorias de Copérnico; fez estudos sobre o relevo da Lua, os satélites de Júpiter e os anéis de Saturno; formulou o princípio da inércia, as leis de queda dos corpos, o princípio da composição dos movimentos e as leis do pêndulo; estabeleceu os princípios da dinâmica moderna; inventou o termômetro e a balança hidrostática.
- **Johannes Kepler** (1571-1630) – figura importante da revolução científica do século XVII, ficou conhecido por estabelecer as leis do movimento planetário, que deu base para a teoria de gravitação universal desenvolvida, posteriormente, por Isaac Newton.

PRINCIPAIS NOMES DO RENASCIMENTO ARTÍSTICO

- **Donatello** (1386-1466) – destacou-se com a obra *Nossa Senhora e o menino Jesus*.
- **Rafael Sanzio** (1483-1520) – famoso pelas *Madonas*.
- **Ticiano** (1477-1576) – autor de mais de 4 mil quadros. Obras mais famosas: *Retrato do imperador Carlos V* e *A descida da cruz*.
- **Botticelli** (1457-1510) – bastante influenciado pelos temas e pela estética clássica, foi uma das maiores expressões do laicismo renascentista. Quadros mais famosos: *O nascimento de Vênus* e *Alegoria da primavera*.
- **Michelangelo Buonarroti** (1475-1564) – notável autor dos afrescos *A criação de Adão* e *Juízo final*,

da Capela Sistina, no Vaticano. É considerado o precursor do estilo barroco na pintura.

- **Leonardo da Vinci** (1452-1519) – além de artista, foi estudioso de várias ciências, como física, matemática e anatomia. Elaborou tratados de pintura e ótica; aperfeiçoou a técnica claro-escuro (*sfumato*). Pintor genial, suas obras encontram-se entre as mais célebres de toda a história da arte: *A Santa Ceia* (um dos maiores exemplos de pintura renascentista); *Gioconda* (retrato de Mona Lisa) e *A virgem dos rochedos*.
- **Hieronymus Bosch** (1450-1516) – holandês considerado precursor do realismo fantástico. Esquecidas durante séculos, suas obras foram redescobertas no século XX pelos surrealistas. Principais criações: *O jardim das delícias*; *A nave dos loucos*; *A tentação de Santo Antônio* e *O júízo final*.
- **Pieter Bruegel** (1525-1569) – inspirou-se em Bosch, destacando-se com as telas *Torre de Babel* e *Jogos de criança*.
- **Rembrandt** (1609-1669) – a mais importante expressão do Renascimento flamengo. Obras mais conhecidas: *Lição de anatomia* e *O samaritano*.

PRINCIPAIS NOMES DO RENASCIMENTO LITERÁRIO

- **Dante Alighieri** (1265-1321) – grande pensador italiano, escreveu *A divina comédia*, em que realizou uma viagem pelo inferno, purgatório e paraíso com o poeta romano Virgílio. Seus escritos forjaram os fundamentos da língua italiana moderna.
- **Francesco Petrarca** (1304-1374) – considerado o Pai do Humanismo e teórico do Renascimento, criador do gênero soneto (estrutura de poema com 14 versos) e construtor da visão da Idade Média como “período tenebroso”.
- **Giovanni Boccaccio** (1313-1375) – humanista florentino autor de *Decameron*, obra com cem histórias (novelas) que tratam da natureza humana. O encontro de dez jovens nobres (sete moças e três rapazes) em um castelo no contexto da Peste Negra é a base dessas narrativas.
- **Erasmus de Roterdã** (1466-1536) – grande pensador renascentista, escreveu *Elogio da loucura*, obra que influenciou os pensadores da época e levou ao surgimento do movimento erasmiano em defesa de suas ideias, algumas geradas pela reforma religiosa, embora Erasmo se mantivesse católico.
- **Gil Vicente** (1470-1536) – autor dos *Autos*, peças importantes do teatro português renascentista; foi um crítico dos costumes, usando de comichade nos assuntos relativos ao caráter humano.
- **François Rabelais** (1494-1533) – autor francês, escreveu *Gargântua e Pantagruel*, obras cômicas que trabalham a crítica de costumes; muito

popular, pretendia libertar as pessoas da mentalidade medieval, marcada por superstições.

- **Luís Vaz de Camões** (1525-1580) – um dos maiores escritores da língua portuguesa, sua obra mais característica dos ideais renascentistas, *Os Lusíadas*, trata da epopeia do povo lusitano, representado por Vasco da Gama na viagem para a Índia.
- **Miguel de Cervantes** (1547-1616) – em *Dom Quixote de la Mancha*, o escritor sintetiza as mudanças que estavam acontecendo na sociedade em dois personagens principais: a insana e aristocrática figura de Dom Quixote representa a decadência da mentalidade e dos valores feudais; o grotesco e imediatista Sancho Pança associa-se aos valores populares e ao nascimento do mundo moderno.
- **William Shakespeare** (1564-1616) – considerado um dos maiores dramaturgos de todos os tempos, produziu peças envoltas de profundo humanismo e pensamento filosófico. Com seus dramas psicológicos, explorou como poucos literatos o íntimo do ser humano. Obras que se destacam: *Romeu e Julieta*; *Hamlet*; *Otelo*; *Júlio César e Cleópatra*; *Macbeth*; *Titus Andronicus*; *O rei Lear*.
- **Thomas Morus** (1478-1535) – autor de *Utopia*, considerada obra precursora do socialismo, pois imaginou uma ilha onde não havia diferenças sociais. Chanceler do rei Henrique VIII, dele discordou quando do rompimento com o Vaticano, que determinou o surgimento da Igreja Anglicana, sendo então condenado à morte.
- **Pico della Mirandola** (1463-1494) – de grande erudição, tentou criar um sistema filosófico baseado no cristianismo que englobasse todas as linhas filosóficas. Perseguido pela Inquisição, conseguiu refúgio em Florença, às expensas de Lourenço, o Magnífico.
- **Tommaso Campanella** (1568-1639) – como tantos outros pensadores renascentistas, teve problemas com o Santo Ofício e passou muitos anos nas prisões da Inquisição. No cárcere, dedicou-se à reflexão filosófica, produzindo sua obra mais importante, *A cidade do sol*, em que expõe a concepção utópica de uma espécie de sociedade comunista na qual não existem desigualdade, propriedade e família.
- **Nicolau Maquiavel** (1469-1527) – na dramaturgia, destaca-se a *Mandrágora*, comédia de crítica aos costumes de seu tempo. Sua mais importante obra, *O príncipe*, é um ensaio político que estabeleceu a base teórica do absolutismo monárquico. Maquiavel é considerado fundador da ciência política moderna, pois dissociou moral de política. Sua concepção política resume-se em “os fins justificam os meios.”
- **Giordano Bruno** (1548-1600) – filósofo e escritor, foi instigado pelas ideias copernicanas. Rompeu com a concepção aristotélica de um mundo fechado, compreendendo o universo como um sistema aberto e infinito. Defendia concepções contrárias às da Igreja. O Tribunal da Inquisição o condenou à morte na fogueira como herege em 1600. Obra mais importante: *Da causa, do princípio e da unidade*.

MATERIAL DE ENSINO
SISTEMA DE ENSINO

ROTEIRO DE AULA

HUMANISMO E RENASCIMENTO CULTURAL

Humanismo

Mudança de mentalidade:

Nova visão de mundo.

Preceitos:

Racionalismo, criticismo, criatividade, realismo, hedonismo, classicismo.

Renascimento cultural

Antecedentes:

Na Baixa Idade Média surgem necessidades e questionamentos sobre a vida material; desenvolvimento da razão.

Rupturas:

Revolução científica (controle e experiência), valores da Antiguidade, valorização do indivíduo.

Continuidades:

Apoio da Igreja Católica nas criações teóricas e artísticas.

Contexto:

Desenvolvimento urbano-comercial, fuga dos sábios de Constantinopla para Roma, criação da imprensa.

ROTEIRO DE AULA

RENASCENTISTAS: PRINCIPAIS NOMES

Renascimento científico:

Nicolau Copérnico (1473-1543), Leonardo da Vinci (1452-1519), Américo Vespúcio (1454-1512), Paracelso (1493-1541), Miguel Servet (1511-1553), William Harvey (1578-1657), Giordano Bruno (1548-1600), Galileu Galilei (1564-1642), Johannes Kepler (1571-1630).

Renascimento artístico:

Donatello (1386-1466), Rafael Sanzio (1483-1520), Ticiano (1477-1576), Botticelli (1457-1510), Michelangelo Buonarroti (1475-1564), Leonardo da Vinci (1452-1519), Hieronymus Bosch (1450-1516), Pieter Bruegel (1525-1569), Rembrandt (1609-1669).

Renascimento literário:

Dante Alighieri (1265-1321), Francesco Petrarca (1304-1374), Giovanni Boccaccio (1313-1375), Erasmo de Roterdã (1466-1536), Gil Vicente (1470-1536), François Rabelais (1494-1533), Luís Vaz de Camões (1525-1580), Miguel de Cervantes (1547-1616), William Shakespeare (1564-1616), Thomas Morus (1478-1535), Pico della Mirandola (1463-1494), Tommaso Campanella (1568-1639), Nicolau Maquiavel (1469-1527), Giordano Bruno (1548-1600).

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UNESP

“Os centros artísticos, na verdade, poderiam ser definidos como lugares caracterizados pela presença de um número razoável de artistas e de grupos significativos de consumidores, que por motivações variadas – glorificação familiar ou individual, desejo de hegemonia ou ânsia de salvação eterna – estão dispostos a investir em obras de arte uma parte das suas riquezas. Este último ponto implica, evidentemente, que o centro seja um lugar ao qual afluem quantidades consideráveis de recursos eventualmente destinados à produção artística. Além disso, poderá ser dotado de instituições de tutela, formação e promoção de artistas, bem como de distribuição das obras. Por fim, terá um público muito mais vasto que o dos consumidores propriamente ditos: um público não homogêneo, certamente [...]”

Carlo Ginzburg. *A micro-história e outros ensaios*, 1991.

Os “centros artísticos” descritos no texto podem ser identificados:

- a) nos mosteiros medievais, onde se valorizava especialmente a arte sacra.
- b) nas cidades modernas, onde floresceu o renascimento cultural.**
- c) nos centros urbanos romanos, onde predominava a escultura gótica.
- d) nas cidades-Estados gregas, onde o estilo dórico era hegemônico.
- e) nos castelos senhoriais, onde prevalecia a arquitetura românica.

Como estudamos, as cidades passaram a ser importantes áreas de trocas comerciais e culturais, e, nesse sentido, locais onde se impulsionou o movimento renascentista.

2. Espcex-SP

“A partir do século XI, a Europa Ocidental foi palco de uma série de mudanças: crescimento da população, avanço técnico, aumento da produtividade agrícola, intensificação do comércio entre o Ocidente e o Oriente e ascensão da burguesia (mercadores, armadores, banqueiros). Todas essas mudanças inspiraram uma nova visão do mundo, da arte e do conhecimento, impulsionando, assim, um movimento de grande renovação cultural, único na história do Ocidente: o Renascimento.”

BOULOS JR., 2011.

São características do Renascimento:

- a) antropocentrismo e misticismo.
- b) hedonismo e antropocentrismo.**
- c) teocentrismo e individualismo.
- d) teocentrismo e nacionalismo.
- e) misticismo e hedonismo.

Como estudamos neste módulo, o antropocentrismo é uma característica do período renascentista, com a valorização do ser humano racional, bem como o hedonismo, ou seja, a valorização dos prazeres sensoriais, carnis e materiais.

3. UERN

“O Vaticano inaugurou a nova iluminação do interior da Capela Sistina, que valoriza os detalhes de obras-primas da história da arte. Quando ‘O juízo final’, a parede de afrescos considerada a maior obra do Humanismo, foi restaurada, há 20 anos, talvez o efeito obtido não fosse

como o de hoje. Sete mil *leds*, com luz difusa e ao mesmo tempo intensa, permitem uma valorização sem precedentes das cores.”

Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/vaticano-inaugura-nova-iluminacao-do-interior-da-capela-sistina.html>>.

Patrimônio da humanidade, a obra de Michelangelo é um dos símbolos máximos do Renascimento. Sobre o contexto histórico em que foi produzida essa obra, é correto afirmar que:

- a) o artista retratou o resgate das culturas helenísticas, principalmente no que se refere às concepções mitológicas e politeístas.
- b) Michelangelo, o autor de “O juízo final”, manteve em sua obra-prima o princípio básico da arte renascentista: o teocentrismo.
- c) os humanistas preconizavam o estabelecimento de dogmas cristãos dissolvidos desde a expansão vertiginosa da Igreja Ortodoxa.
- d) a obra retrata ainda temas cristãos, retirados da Bíblia, mas contém o realismo, humanismo e naturalismo característicos da Renascença.**

Como vimos, é importante lembrar que o período renascentista não abandona crenças religiosas, mas coloca o ser humano como centro, como ser racional e ativo.

4. UEPA

C5-H23

“O teólogo humanista Tomas Morus publicou em 1516 aquele que seria um dos mais importantes livros de todos os tempos. Trata-se de uma descrição conjectural de um não lugar, numa ilha do Atlântico Sul, com uma baía esplendorosa e ao fundo uma cadeia de montanhas. Ali viveria um povo diferente: homens e mulheres solidários uns aos outros, sem diferenças sociais ou econômicas decidindo os assuntos políticos em coletivo. De onde Morus havia tirado as informações? No prólogo, ele relata que conversara com marinheiros irlandeses que haviam estado no Brasil e lhe contou detalhes sobre o povo que lá vivia: eram os tupinambás. Foi esse povo o modelo para a obra que irá influenciar todo um sonho do Ocidente.”

GOMES, Mércio Pereira. Bom selvagem, mau selvagem. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 8/nº 91/abril 2013. p. 34.

Identifique, nas alternativas abaixo, a obra e o período histórico a que o texto se refere:

- a) *Elogio da loucura*, que, junto com *Ensaios*, iniciava a época do Renascimento, cujas origens localizam-se na Itália, mas que ganha uma grande projeção em Portugal e Espanha a partir do momento que esses dois países se projetam nas Grandes Navegações.
- b) *Utopia***, escrito no período de transição entre o chamado Medieval e os tempos modernos, quando muitas mudanças ocorrem não só na percepção do espaço geográfico, como também por acontecimentos que apontam para mudanças culturais, pregadas inicialmente pelos humanistas.
- c) *Gargântua e Pantagruel*, que, escrito inicialmente em francês, ganha notoriedade quando ocorre a Reforma e seu conteúdo passa a se constituir como modelo de sociedade a ser construída por essa nova doutrina religiosa.

É correto afirmar que as leis de Kepler:

- a) confirmaram as teorias definidas por Copérnico e são exemplos do modelo científico que passou a vigorar a partir da Alta Idade Média.
- b) confirmaram as teorias defendidas por Ptolomeu e permitiram a produção das cartas náuticas usadas no período do descobrimento da América.
- c) são a base do modelo planetário geocêntrico e se tornaram as premissas científicas que vigoram até hoje.
- d) forneceram subsídios para demonstrar o modelo planetário heliocêntrico e criticar as posições defendidas pela Igreja naquela época.

- 10. UEG-GO** – Conhecimento é a relação que se estabelece entre o sujeito cognoscente e um objeto. Na Grécia Antiga não havia fragmentação do conhecimento, e pensar sobre um assunto envolvia a totalidade dos outros. Os filósofos gregos da Antiguidade se preocupavam basicamente com os problemas do ser e do não ser, da permanência e do movimento, da unidade e da multiplicidade das ideias e das coisas. Já para o pensador medieval, o problema principal era a conciliação entre fé e razão.

No Renascimento, surgem as seguintes grandes modificações:

- a) a união entre fé e razão, o fideísmo e o positivismo.
- b) a união entre fé e razão, o teocentrismo e o interesse pela moral.
- c) a valorização da fé em detrimento da razão, o cosmo-centrismo e o fideísmo.
- d) a separação entre fé e razão, o antropocentrismo e o interesse pelo saber ativo.

- 11. UFRGS-RS** – A partir da impressão em metal, concebida pelo alemão Gutenberg, começam a multiplicar-se os textos e obras literárias. A esse respeito, considere as seguintes afirmações.

- I. A imprensa permitiu a difusão da Bíblia em línguas vernáculas, reduzindo o papel desempenhado pelo clero.
- II. Na obra *Dom Quixote de La Mancha*, Miguel de Cervantes criou uma sátira aos ideais da cavalaria medieval.
- III. Luís Vaz de Camões, em sua obra *Os Lusíadas*, inspirada na viagem de Vasco da Gama, narra os feitos marítimos portugueses.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III

- 12. UPE** – "Que obra de arte é o homem! Que nobre na razão, que infinito nas faculdades, na expressão e nos movimentos, que determinado e admirável nas ações; que parecido a um anjo de inteligência, que semelhante a um deus!"

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. 87.

Partindo da análise da fala da personagem shakespeariana, assinale a alternativa que a associa às características do renascimento cultural.

- a) A fala de Hamlet ilustra o teor teocêntrico do Renascimento ao associar o homem a anjos e deuses.

- b) O texto apresenta Deus como centro do universo ao explorar a semelhança entre o homem e o divino.
- c) Hamlet apresenta o homem como uma obra-prima nata, dialogando com a perspectiva filosófica do empirismo.
- d) O texto explora o hedonismo ao destacar o homem como "infinito nas faculdades, na expressão e nos movimentos".
- e) Hamlet apresenta uma elegia ao homem, ilustrando o antropocentrismo característico do renascimento cultural.

- 13. PUC-RJ** – Os humanistas e artistas do Renascimento italiano apregoavam a "volta aos antigos" como fundamento de suas ações no presente.

Assinale a alternativa que expressa o que era entendido por "volta aos antigos".

- a) Dar continuidade ao pensamento medieval, em particular aos preceitos da escolástica, que apregoava a conciliação da fé cristã com a razão fundada na tradição grega de Platão e Aristóteles.
- b) Tomar como fundamento exclusivamente as Escrituras Sagradas – o Antigo e o Novo Testamento – na medida em que as formas culturais deveriam estar a serviço da religião.
- c) Inspirar-se na arte e na cultura da civilização greco-romana, que teria sido desvalorizada pelo pensamento medieval, o qual limitava a liberdade do indivíduo.
- d) Imitar fielmente as atitudes dos homens da Antiguidade, em seu modo de escrever, falar, esculpir, pintar, construir, se vestir, entre outras. Assim, sentiam-se alcançando as glórias do passado.
- e) Reagir ao movimento que defendia a autoridade do presente em relação ao antigo e exigia uma ruptura total com o passado.

- 14. PUC-RS**

"A postura dos humanistas valorizava o que de divino havia em cada homem, induzindo-o a expandir suas forças, a criar e a produzir, agindo sobre o mundo para transformá-lo de acordo com sua vontade e interesse."

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 1985. p. 16.

O autor destaca no texto especificamente a característica do Humanismo renascentista denominada:

- a) cientificismo.
- b) igualitarismo.
- c) antropocentrismo.
- d) materialismo.
- e) messianismo.

- 15. Unifal-MG** – Entre o período final da época medieval e o início da modernidade, a Europa viveu um conjunto de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. No plano da cultura, tais transformações deram origem ao Renascimento e à Reforma Protestante. A respeito desses movimentos, assinale a alternativa correta.

- a) Os artistas e pensadores renascentistas tinham em comum uma visão de mundo baseada nos valores estéticos do barroco e nas concepções da Reforma Protestante. Em razão disso, os pintores e escultores do Renascimento elegiam como temas de suas obras somente os profetas e os anjos.

- b) Uma característica comum aos pensadores renascentistas e protestantes era um profundo deísmo, caracterizado, sobretudo, nas obras de Tomás de Aquino, de Lutero e de Leonardo da Vinci.
- c) A Reforma Protestante e o Renascimento constituíram movimentos homogêneos, que se desenvolveram concomitantemente, e com igual intensidade, nas mais diferentes regiões da Europa Ocidental.
- d) Thomas More, ao narrar a existência de uma sociedade sem males na ilha de Utopia, sintetizou os ideais renascentistas e protestantes dos quais era partidário.
- e) O Humanismo, movimento intelectual vinculado ao Renascimento, tinha como centro de suas preocupações o homem. Os humanistas consideravam o homem obra de Deus e dotado de capacidade de compreender, modificar e dominar a natureza.

16. UNESP – Podemos afirmar que as obras *A divina comédia*, escrita por Dante Alighieri no início do século XIV, e *Dom Quixote*, escrita por Miguel de Cervantes no início do século XVII:

- a) parodiaram as novelas de cavalaria e defenderam a hegemonia da Igreja Católica e da aristocracia, respectivamente.
- b) derivaram de registros orais e foram apenas organizadas e sistematizadas na escrita de seus autores.
- c) contribuíram para a unificação e o estabelecimento da forma moderna dos idiomas italiano e espanhol.

- d) assumiram forte conotação anticlerical e intensificaram as críticas renascentistas à conduta e ao poder da Igreja Católica.
- e) retrataram o imaginário da burguesia comercial ascendente na Itália e na Espanha do final da Idade Média.

17. Mackenzie-SP

“A natureza, ao dar-vos um filho, vos presenteia com uma criatura rude, sem forma, a qual deveis moldar para que se converta em um homem de verdade. Se esse ser moldado se descuidar, continuareis tendo um animal; se, ao contrário, ele se realizar com sabedoria, eu poderia quase dizer que resultaria em um ser semelhante a Deus.”

Erasmus de Roterdã.

No trecho anterior, datado de 1529, do filólogo e pensador da cidade holandesa de Roterdã, encontra-se manifesta a presença do pensamento:

- a) teocentrista, priorizando a ideia do sobrenatural e da ligação do homem com o divino.
- b) experimentalista, em que todo e qualquer conhecimento humano se daria por meio da investigação científica.
- c) escolasticista, doutrina que admitia a fé como a única fonte verdadeira de conhecimento.
- d) antropocentrista, valorizando o homem e suas obras como base para uma visão mais racional do mundo.
- e) epicurista, apontando para uma postura ideológica que configurou a transição para a Idade Moderna.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H4

“Acompanhando a intenção da burguesia renascentista de ampliar seu domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico, através da pesquisa científica e da invenção tecnológica, os cientistas também iriam se atirar nessa aventura, tentando conquistar a forma, o movimento, o espaço, a luz, a cor e mesmo a expressão e o sentimento.”

SEVCENKO, N. *O Renascimento*. Campinas: Unicamp, 1984.

O texto apresenta um espírito de época que afetou também a produção artística, marcada pela constante relação entre:

- a) fé e misticismo.
- b) ciência e arte.
- c) cultura e comércio.
- d) política e economia.
- e) astronomia e religião.

19. Enem

C1-H4

“[...] Depois de longas investigações, convenci-me por fim de que o Sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e de que ela é o centro e a chama. Que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas principais e com estes em redor do Sol. [...] Não duvido de que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra. Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura (sagrada), a que torçam o sentido, desprezarei

os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.”

COPÉRNICO, Nicolau. *De Revolutionibus orbium caelestium*.

“Aqueles que se entregam à prática sem ciência são como o navegador que embarca em um navio sem leme nem bússola. Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode-se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas.”

VINCI, Leonardo da. *Carnets*.

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para exemplificar o racionalismo moderno é:

- a) a fé como guia das descobertas.
- b) o senso crítico para se chegar a Deus.
- c) a limitação da ciência pelos princípios bíblicos.
- d) a importância da experiência e da observação.
- e) o princípio da autoridade e da tradição.

20. Enem

C1-H1

“Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.”

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser:

- a) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- b) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- d) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ORIGENS MEDIEVAIS DO ESTADO MODERNO E A VOLTA DOS REIS

O QUE É ESTADO?

Com a especialização do trabalho trazida pelos excedentes da agricultura, quando boa parte das pessoas não precisava mais se dedicar a conseguir alimentos, passou a existir uma instituição que comandava militares, escribas e funcionários (como cobradores de tributos, mensageiros, cozinheiros, limpadores, construtores, entre outros), sendo responsável, ainda, por atividades como recolher tributos e abrir estradas, construir monumentos, palácios, templos etc.

Depois de um período de descentralização política, a Idade Média, falamos agora de outra forma de Estado. Se, antes, o Estado controlava um conjunto de cidades, os campos e os recursos naturais, como a água dos rios, o Estado moderno controla tudo isso, mas, agora, está vinculado à ideia de nação.

Nesse contexto, Inglaterra, França, Holanda, Espanha, Portugal e, posteriormente, Alemanha e Itália consolidam-se como Estados modernos. Passa a haver o controle sobre determinado povo, em um território específico, com símbolos próprios e um único governante. O que você verá a seguir é a origem dessa construção.

ESFERAS DE PODER NA IDADE MÉDIA

As relações de poder no período medieval foram estruturadas com base em domínios territoriais envolvendo homens da guerra e da Igreja. Assim, quanto maior o domínio territorial, maior era o poder político e a influência na sociedade europeia.

Pode-se afirmar que as relações de suserania e vassalagem estabeleciam uma rede de compromissos entre os membros da nobreza guerreira, garantindo distinções em seu interior com base nas dimensões do feudo e da quantidade de vassalos que um senhor feudal tinha a seu dispor. Dessa forma, hierarquias foram instituídas, associadas aos títulos de nobreza (marquês, duque, grão-duque, conde, visconde etc.). O senhor que tinha mais vassalos era considerado rei e estava no topo da hierarquia dos nobres.

Conclui-se que no período medieval houve monarquias, mas o espaço de atuação dos reis era relativo, pois dependia de uma teia de relações e envolvia, ainda, o apoio da Igreja, instituição que detinha grandes extensões de terra.

Entender a gênese do Estado moderno é compreender que ele pode ser caracterizado por uma existência geograficamente estável, por instituições permanentes e relativamente impessoais e pela aceitação da existência de uma autoridade suprema, base da lealdade dos súditos entre si e em relação a essa autoridade. As monarquias estruturadas na Baixa Idade Média representaram, em linhas gerais, as bases do que se conhece como os Estados da época moderna. Entretanto, para que o rei passasse a representar um poder máximo, o caminho foi longo, cheio de idas e vindas, nada tranquilo ou amistoso. Foram verdadeiros confrontos, que, em determinados contextos, contribuíram para ampliar a força dos reis e, em outros, dificultaram o exercício pleno do poder real.

TENTATIVAS DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA NA IDADE MÉDIA

Caso inglês

Antes das invasões *vikings* na Inglaterra, no século XI, a região era dividida em sete reinos: East Anglia, Sussex, Wessex, Essex, Mércia, Nortúmbria e Kent. Essa era a heptarquia anglo-saxônica, constituída por meio das invasões sobre as terras do antigo Império Romano do Ocidente.

- O que é Estado?
- Esferas de poder na Idade Média
- Tentativas de centralização política na Idade Média
- Monarquias nacionais: processo de formação
- Os primeiros Estados modernos
- Portugal e Espanha
- Guerras de reconquista
- França e Inglaterra
- Guerra dos Cem Anos (1337-1453)
- Guerra das Duas Rosas (1455-1485)
- Construção do absolutismo real da época moderna
- Teóricos do Estado moderno

HABILIDADES

- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
- Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situações ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

As invasões normandas determinaram uma unidade política na região, garantindo laços de fidelidade entre os barões (senhores feudais) e Guilherme, o Conquistador. Essa alta nobreza inglesa era constituída pelos guerreiros seguidores de Guilherme, a quem deveriam jurar fidelidade não apenas por ser um grande guerreiro, mas também porque ele havia conferido benefícios em domínios territoriais após a conquista da antiga terra dos bretões, ou seja, por ser aquele que distribuiu parte das terras conquistadas. A batalha por meio da qual Guilherme tornou-se o senhor da Inglaterra, unificando os territórios, ocorreu em Hastings, em 1066.

Além de dominar as terras que correspondem à Inglaterra atualmente, Guilherme atingiu a Normandia, no norte da antiga Gália, aliando-se, na ocasião, a uma família daquela região, a família Plantageneta. Seus descendentes continuaram com o nome Plantageneta. Eram, ao mesmo tempo, grandes senhores feudais do norte da França e reis da Inglaterra pelo vínculo que tinham com os barões ingleses.

Isso já demonstra o poder de Guilherme sobre os territórios conquistados, os quais foram transferidos para seus descendentes que viviam no norte da França. Estes exigiam tributos e apoio militar para a realização de campanhas no continente contra os reis da França, os Capeto. Tal situação causava um mal-estar entre a dinastia Plantageneta, sucessora de Guilherme, e os barões, pois muitos desses vassallos ingleses percebiam o interesse maior dos reis Plantageneta em dominar as terras da Europa continental em sacrifício dos habitantes das terras inglesas.

Esse mal-estar deu origem a um conflito aberto após a morte precoce do rei Ricardo Coração de Leão, quando este regressava da Terceira Cruzada. Como não tinha filhos, seu irmão, João Sem-Terra, assumiu o trono e exigiu mais tributos para novas campanhas na Europa continental contra a tradicional família Capeto. Alguns desses barões recusaram a tributação. O rei ordenou, então, que fossem aprisionados. Contra as prisões que se seguiram, houve uma revolta generalizada. Da revolta à declaração de guerra a João Sem-Terra não demorou muito.

O resultado foi uma derrota do rei, que assinou um documento elaborado pelos barões no qual havia uma clara limitação do poder real. Esse documento é conhecido por Magna Carta. Seu texto afirma que qualquer novo tributo só poderia ser criado com o consentimento dos barões e que o rei não poderia prender qualquer pessoa sem um processo formalizado. Mais tarde, com a aprovação dos Estatutos de Oxford (1258), à época do rei Henrique III, é que o Parlamento foi constituído com a exigência de reuniões com periodicidade anual. Assim, o caso inglês é bem representativo com relação ao conflito entre as esferas de poder na Baixa Idade Média. Só a partir da chamada Guerra dos Cem Anos é que se inicia o lento processo de centralização do poder político na Inglaterra.

Caso francês

Outro exemplo de tentativa de centralização do poder encontra-se na monarquia franca da família Capeto. Essa dinastia foi inaugurada por Hugo Capeto, guerreiro que conseguiu defender as terras do centro-sul da França dos ataques normandos em 987. Desde então, foi alimentada a rivalidade entre os francos e os grupos do norte. Essa rivalidade foi ampliada na luta contra os membros da família Plantageneta, que se tornaram herdeiros de Guilherme, o Conquistador.

Contudo, existiam certas limitações ao poder dos Capeto e, com o movimento cruzadista europeu, a situação ficou mais complexa, pois a Ordem dos Templários era constituída principalmente pela nobreza francesa, que não estava submetida diretamente aos reis da dinastia Capeto, mas à autoridade papal. O rei Filipe IV, o Belo, no início do século XIV, quis destruir a Ordem dos Cavaleiros Templários para confiscar seus bens e aumentar seu poder.

O rei francês, visando comprometer a ordem templária, denunciou a organização, afirmando que seus membros realizavam culto secreto ao diabo. A denúncia era grave e passível de criação de processo inquisitorial. A Igreja normalmente não exigia provas para a abertura de um processo, bastava apenas a denúncia, pois acreditava-se que toda denúncia era de boa-fé.

Contudo, por envolver os templários e por estar associada a uma disputa política entre o poder temporal do rei e o poder espiritual do papa, Bonifácio VIII não aceitou a acusação de Filipe IV. Depois de provocações de parte a parte, Filipe IV empreendeu uma campanha militar contra o papa, o que culminou na transferência da sede da Igreja de Roma para Avignon, no sul da França.

O novo papa recebeu forte pressão de Filipe IV. Assim, teve curso o processo inquisitorial contra a ordem. O resultado já era esperado: houve a destruição da ordem templária e a execução de seus líderes.

Esse episódio deu origem a uma divisão na Igreja Católica, pois os cardeais recusaram o comando da Igreja realizado em Avignon, escolhendo um novo papa em Roma. Assim, a cristandade teve dois papas ao mesmo tempo, o que ficou conhecido como Cisma do Ocidente.

É importante salientar que a divisão da Igreja Católica oficialmente é datada de 1378, porém, desde 1309 já funcionava o papado de Avignon. Entre 1378 e 1417, existiram ao mesmo tempo papas em Avignon e em Roma.

MONARQUIAS NACIONAIS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO

Apesar das tensões inerentes às disputas entre as esferas de poder e de os Estados monárquicos medievais serem relativamente fracos, o processo de centralização do poder político ocorreu de forma consistente ainda na Idade Média.

Esse processo foi acompanhado pelo desenvolvimento da burguesia, pela ação de reis que aderiram ao espírito cruzadista e por arranjos no interior da no-

breza para garantir a ordem em uma sociedade que se alterava com o renascimento comercial e urbano da Baixa Idade Média.

No que diz respeito ao desenvolvimento da burguesia mercantil, deve-se considerar que as dificuldades de realização do comércio em uma Europa dividida em vários domínios territoriais contribuíram para que mercadores apoiassem reis, com o intuito de diminuir tributos, unificar moedas e estabelecer uma força policial para dar segurança à atividade comercial, entre outros aspectos.

As articulações entre as cidades por meio de rotas comerciais e a integração entre as produções agrícolas e o abastecimento das populações citadinas que cresciam, até o impacto da peste negra, delineavam uma nova concepção de organização político-territorial, que encontrava nas realezas e nos grandes senhorios o suporte necessário a um ajustamento político no quadro das transformações sociais.

Além disso, os deslocamentos do campo para a cidade e a insurgência de camponeses que se opunham à servidão dificultavam a ordem feudal. Muitos acreditavam que um poder mais distante dos conflitos locais poderia garantir uma ordem geral, com o estabelecimento de uma ordem jurídico-estatal que dissipasse os conflitos da época. Daí a associação com a figura do rei se tornar, com o tempo, inevitável.

A própria Igreja passou a observar a importância das monarquias para a estabilidade europeia e a manutenção da ordem cristã. Os contatos entre os senhores de guerra e a Igreja já eram conhecidos e apreciados. A diferença agora estava na definição de competências entre Estado e Igreja. Imaginava-se que um podia se apoiar no outro para um ordenamento duradouro. Exemplo disso são os reis católicos na Península Ibérica, que atuaram em seus nomes e em nome da Igreja, lutando contra populações islamizadas na região centro-sul da península. As monarquias se revestiam de uma autoridade cristã transferida do papado para a propagação da fé em Cristo por meio de expedições militares, as Cruzadas.

OS PRIMEIROS ESTADOS MODERNOS

A formação dos primeiros Estados modernos. Vinculados à formação de exércitos nacionais, à influência da burguesia que então se formava como uma classe poderosa e à necessidade de padronização para facilitar a circulação de mercadorias, esses Estados foram essenciais para consolidar a economia mercantilista que estão se afirmava e ganhava força.

PORTUGAL E ESPANHA GUERRAS DE RECONQUISTA

O processo de formação das monarquias nacionais da Península Ibérica associa-se às campanhas contra

os mouros (povos islâmicos) localizados no centro-sul da região. Os pequenos reinos cristãos do norte empreenderam guerras segundo o espírito cruzadista da época, ou seja, com o propósito de luta contra os infiéis. Os reinos de Leão, Castela, Aragão e Navarra foram os responsáveis pela organização dessas campanhas, tendo à frente a figura de seus reis. Assim, os nobres orbitavam a realeza e desejavam ampliar domínios a serviço dos reinos cristãos. Dessa forma, uma centralização política precoce se esboçou nessa região da Europa em pleno período medieval, pois eram monarquias militarizadas, em que o rei era o chefe e representante máximo dos cristãos.

A princípio, o Condado Portucalense era vassalo do Reino de Leão. Contudo, a área tornou-se autônoma em 1139, com a constituição da dinastia de Borgonha (1139-1383). As campanhas contínuas permitiram a formação territorial portuguesa e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do comércio de produtos que chegavam do Oriente. Lisboa era um ponto de entroncamento de rotas comerciais que circundavam a Península Ibérica e atingiam o norte da Europa. Assim, não tardou para que grupos de comerciantes apoiassem os reis, pois havia enorme interesse em expandir o comércio controlando áreas no norte da África, em especial Ceuta.

Entre 1383 e 1385, Portugal viveu uma revolução que garantiu sua autonomia, tendo à frente a família de Avis, e que estreitou as relações entre reis e comerciantes, inaugurando as chamadas Grandes Navegações lusitanas. Portugal tornava-se o primeiro Estado moderno europeu.

A formação da Espanha como monarquia nacional também está associada ao quadro das guerras de reconquista na região e envolveu a união, por casamento, dos reinos de Castela e de Aragão.

Isabel (de Castela) casou-se com Fernando (de Aragão) em 1469, empreendendo ações conjuntas contra os islâmicos que ainda dominavam parte da península. A ideia era otimizar recursos na luta contra os que eram considerados infiéis. Avanços territoriais foram conseguidos até chegarem à última conquista, que consolidou o Estado espanhol: a tomada de Granada (reduto islâmico), em 1492.

Com isso, constituiu-se outro Estado forte na Península Ibérica, que, obtendo informações dos ganhos auferidos no expansionismo lusitano e pretendendo ampliar sua força na região, iniciou sua expansão ultramarina, levantando como bandeira a continuidade da expansão da fé cristã e, por extensão, dos poderes reais.

FRANÇA E INGLATERRA

GUERRA DOS CEM ANOS (1337-1453)

Enquanto Portugal e Espanha se estruturavam, o restante da Europa vivia uma crise sem precedentes. O continente foi assolado pela peste negra (1348-1353), que dizimou aproximadamente um terço da população europeia. Além disso, muitos passavam fome, pois a

agricultura era desorganizada. Os camponeses se revoltavam contra as novas imposições da nobreza, que não admitia arrecadar menos após a epidemia da peste negra. Na França, ocorreram as *jacqueries*, grandes agitações campesinas contra os nobres. A ação camponesa, forte na França, foi acrescida por outra razão: a Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

A princípio, a guerra foi um conflito pelo controle do trono francês entre duas famílias aparentadas dos Capeto. A primeira detinha o título de realeza da Inglaterra, como já mencionado: a família Plantageneta. Embora Plantageneta e Capeto fossem rivais, houve um casamento entre a filha de Filipe IV, o Belo; e o rei da Inglaterra, Eduardo II Plantageneta.

Desse casamento nasceu o príncipe Eduardo, que se tornaria o rei da Inglaterra. A sucessão ao trono francês estava garantida aos varões da família Capeto. Assim, não haveria a possibilidade de os Plantageneta assumirem o trono da França. Contudo, os filhos de Filipe IV governaram sucessivamente sem deixar herdeiros.

Em 1337, Eduardo III, rei da Inglaterra, disse ter o sangue dos Capeto e, portanto, o direito de assumir o trono da França. Os nobres do centro-sul da França não aceitaram essa declaração e aclamaram a família Valois, parente dos Capeto, como a legítima herdeira do trono. Assim, iniciava-se um confronto em que, de um lado, estava a família Plantageneta e os barões ingleses e, de outro, a família Valois e a nobreza francesa. Foi um conflito desgastante, em que as nobrezas orbitavam os reis, favorecendo o processo de centralização política na França e na Inglaterra.

Nesse trecho, Perry Anderson trata da recuperação da monarquia francesa e da expulsão dos exércitos, fazendo referência à atuação da camponesa Joana d'Arc à frente das tropas que defendiam a família Valois da investida inglesa no norte. Apesar de seu aprisionamento e de sua execução por ser considerada herege pela Igreja, os êxitos de Joana d'Arc animaram os franceses, geraram um sentimento de unidade com fortes traços religiosos e confirmaram o poder da família Valois.

Foi no quadro da Guerra dos Cem Anos que os exércitos nacionais foram criados, os tribunais reais passaram a ter maior poder e os interesses econômicos envolvendo comércio e manufaturas tiveram curso com o apoio do poder real.

GUERRA DAS DUAS ROSAS (1455-1485)

A Inglaterra ainda passou por um confronto no interior na nobreza para que o Estado moderno se afirmasse. Esse confronto ficou conhecido como Guerra das Duas Rosas, pois, como não havia herdeiro direto da família Plantageneta em 1455, duas famílias aparentadas disputaram o trono: a família de York, cujo brasão era uma rosa branca; e a de Lancaster, que tinha no brasão uma rosa vermelha. Esse conflito teve curso entre 1455 e 1485 e só terminou quando Henrique, da casa Tudor, firmou um acordo com nobres partidários

das outras famílias, sendo aclamado rei com o título de Henrique VII. Desse acordo surgiu a dinastia que estabeleceu as bases do Estado moderno inglês: os Tudor.

CONSTRUÇÃO DO ABSOLUTISMO REAL DA ÉPOCA MODERNA

Além do deslocamento do poder, na Baixa Idade Média, dos senhores feudais e do papado romano para as monarquias, as transformações econômicas e sociais também contribuíram para o reordenamento de forças políticas no período.

Contudo, tratar do Estado moderno requer compreender todo o esforço no âmbito intelectual que procurou justificar esse deslocamento, garantindo um discurso legitimador do poder político centralizado nas mãos dos reis.

Deve-se considerar que as trajetórias dos pensadores da época foram variadas, alguns defendendo o poder real com argumentos religiosos; outros por meio de um contrato entre homens; e, outros, apenas assinalando como um governante deveria se comportar para manter a ordem. No entanto, o elemento comum a todas as argumentações encontrava-se no poder do Estado, na ideia de uma soberania que alterava claramente o eixo do exercício do poder, pois não era a fragmentação feudal típica nem o desejo universalista do papado romano, mas algo intermediário: a monarquia nacional.

TEÓRICOS DO ESTADO MODERNO

Alguns intelectuais europeus se debruçaram sobre o tema do Estado, contribuindo, cada um à sua maneira, para legitimar uma ordem política centralizada na figura do príncipe ou do rei. Entre os autores que defenderam o poder do soberano, destacam-se Nicolau Maquiavel (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679), Jean Bodin (1530-1596) e Jacques Bossuet (1627-1704).

Nicolau Maquiavel

Na obra *O príncipe*, Maquiavel defende a dissociação entre religião e política e apresenta sugestões para o exercício do poder de forma ampla.

O autor considera que o espaço da política é o da representação, pois as pessoas julgam pelo que veem, e não pelo que é. Assim, um príncipe deve fazer valer sua vontade, não sendo necessariamente caridoso ou religioso, mas fazendo com que as pessoas vejam nele a caridade e a religiosidade.

Thomas Hobbes

Em *Leviatã*, Thomas Hobbes propõe que em condição de natureza os homens encontram-se em estado de guerra, sendo a paz possível apenas se renunciarem ao poder de autogoverno em nome do poder do rei. Isso dá ao poder um caráter contratual, estabelecendo o poder político por meio de um consentimento coletivo, ou seja, social, em nome da paz e de uma ordem possível.

Jean Bodin

Na obra *Os seis livros da república* (1675), Bodin traça um paralelo entre a organização do Estado e da família para extrair conclusões acerca do poder soberano do rei.

Jacques Bossuet

Na obra *Política segundo as sagradas escrituras*, Bossuet procurou associar o poder do rei a uma inspiração divina, defendendo a teoria do direito divino dos reis.

De forma geral, pode-se afirmar que duas linhas de entendimento do exercício do poder dos soberanos predominaram ao longo da época moderna. Uma defendia o caráter sagrado da autoridade real, sendo importante, principalmente, no chamado absolutismo francês. A outra defendia uma visão contratualista para o exercício do poder do soberano, havendo, dessa maneira, um pacto entre governante e governado de tal forma que os governados transferiam o poder para o rei em nome de uma ordem possível.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

ORIGENS MEDIEVAIS DO ESTADO MODERNO

Poder medieval

Características:

Descentralizado.

Baseado na terra.

Exercido pela nobreza.

Poder real:

De direito, mas não de fato.

Dividido com uma rede de outros nobres.

Protagonismo dividido com a Igreja.

Tentativas de centralização

Caso inglês:

Expansão e centralização de Guilherme, o Conquistador.

Magna Carta.

Conflito entre as esferas de poder na Baixa Idade Média.

Caso francês:

Dinastia de Hugo Capeto.

Conflito de Filipe IV com os templários.

Transferência da sede da Igreja de Roma para Avignon, no sul da França.

ROTEIRO DE AULA

CENTRALIZAÇÃO DO PODER

França

Unificação e centralização: Dinastia capetíngia inicia o processo de centralização. Conflitos entre a Igreja e o rei (Cisma do Ocidente) e Guerra dos Cem Anos consolidam o poder real. Durante a Guerra dos Cem Anos ocorre formação dos exércitos nacionais, maior controle da economia (cunhagem de moedas), centralização da cobrança de impostos e monopólio do exercício da Justiça.

Inglaterra

Unificação: Guilherme, o Conquistador, unifica os reinos ingleses.

Processo até a dinastia Tudor: A ausência de Ricardo Coração de Leão (Terceira Cruzada) fortalece os barões ingleses. A tentativa de centralização de João Sem-Terra desagradou o clero e a nobreza. Imposição da Carta Magna, sujeitando o poder real. A derrota para a França na Guerra dos Cem Anos gera crise interna, culminando na Guerra das Duas Rosas, que consolida a dinastia Tudor. Início da centralização na Inglaterra.

Portugal e Espanha

Unificação: O processo de formação das monarquias nacionais de Portugal e da Espanha está associado à reconquista dos territórios ocupados pelos árabes (Guerras de Reconquista).

Portugal: Torna-se o primeiro Estado moderno europeu após a Revolução de Avis. Associação do rei com a burguesia, que financia a monarquia em troca da expansão comercial.

Espanha: É unificada após o casamento de Isabel (de Castela) e Fernando (de Aragão).

Principais teóricos absolutistas

Nicolau Maquiavel: Em *O príncipe*, defende a dissociação entre religião e política e apresenta sugestões para o exercício do poder de forma ampla.

Thomas Hobbes: Segundo Hobbes, em condições naturais os homens encontram-se em estado de guerra, devendo, assim, renunciar ao autogoverno em nome do poder do rei. Sua principal obra é *Leviatã*.

Jacques Bossuet: Na obra *Política segundo as sagradas escrituras*, associa o poder do rei a um direito que seria divino, sendo impossível ao homem questioná-lo.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Mackenzie-SP

C1-H1

Sobre a Carta Magna inglesa de 1215, é correto afirmar que:

- a) foi assinada pelo rei João Sem-Terra, consolidando a separação entre a Inglaterra e o papa, tornando-o chefe da Igreja.
- b) determinou que os bens da Igreja passariam às mãos da nobreza inglesa que apoiava o rei João Sem-Terra, instituindo a monarquia constitucional.
- c) proclamou o rei João Sem-Terra Lorde Protetor da Inglaterra, Escócia e Irlanda, desencadeando uma onda de nacionalismo extremado.
- d) foi imposta pela nobreza inglesa ao rei João Sem-Terra, limitando o poder real e obrigando-o a respeitar os direitos tradicionais de seus vassalos.
- e) criou o Parlamento inglês bicameral, constituído pelas câmaras dos Lordes e dos Comuns, impondo ao rei João Sem-Terra a declaração de Direitos Bill of Rights.

João Sem-Terra foi diretamente responsável pela instituição da Carta Magna em 1215, fato que mudou o sistema político e jurídico da Inglaterra.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

2. FGV-SP – Sobre a formação do absolutismo na França, é incorreto afirmar que:

- a) seus antecedentes situam-se, também, nos reinados de Felipe Augusto, Luís IX e Felipe IV, entre os séculos XII e XIV.
- b) fez-se necessária nesse processo a centralização dos exércitos, dos impostos, da Justiça e das questões eclesiásticas.
- c) a abolição da soberania dos nobres feudais não teve um importante papel nesse contexto.
- d) a Guerra dos Cem Anos foi fundamental nesse processo.
- e) durante esse processo a aliança com a burguesia fez-se necessária para conter e controlar a resistência de nobres feudais.

A monarquia nacional francesa teve como papel decisivo a centralização política na figura do rei. Para isso, houve uma desarticulação dos poderes descentralizados dos senhores feudais.

3. UFRN (adaptado) – Desde a época dos apóstolos, a Igreja cristã afirmava-se una, mas isso não a impedia de assumir características peculiares em diversos territórios. Em 1054, as diferenças no seio da cristandade provocaram o Cisma do Oriente, que dividiu a Igreja Ortodoxa e a Apostólica Romana. Entre 1378 a 1417, houve o Cisma do Ocidente, que se caracterizou:

- a) pelo fracionamento da Igreja Oriental em duas.
- b) pelo desmembramento do Tribunal da Inquisição, com uma seção liderada pelo papa na Igreja Católica Romana e outra chefiada pelo Patriarcado de Constantinopla na Igreja Ortodoxa.
- c) pela separação entre o poder espiritual, comandado pelo papa no Ocidente; e o poder temporal, exercido pelo imperador bizantino no Oriente.
- d) por divergências políticas que levaram o papado a ser transferido para a cidade de Avignon e a Igreja Ocidental a ter dois papas.

O Cisma do Ocidente, que faz parte das primeiras tentativas de centralização do poder na França, foi um rompimento do rei francês com a Igreja Católica, fazendo de Avignon uma nova capital religiosa e nomeando um segundo papa.

4. UFSC – Identifique se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas abaixo com relação à Guerra dos Cem Anos:

- () A guerra contribuiu para consolidar o regime feudal na França e na Inglaterra.
- () Uma das causas da guerra foi o controle de territórios franceses pela Inglaterra.
- () O principal objetivo de Joana d'Arc era levar o Delfim a Reims para ser coroado como Carlos VII, rei da França.
- () A guerra não foi contínua e entre as razões da interrupção das hostilidades estão as tréguas e a peste negra.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- a) V – V – F – F
- b) F – V – V – V
- c) F – V – F – V
- d) F – V – F – F
- e) F – F – V – V

A primeira afirmativa é falsa porque não houve consolidação do regime feudal, pelo contrário, houve a sua decadência e desestruturação enquanto acontecia o processo de centralização do poder nas mãos dos reis.

5. Unita-SP – Com o fim da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), o conflito entre os York e os Lancaster, famílias inglesas de grandes proprietários de terra que se enfrentaram na Guerra das Duas Rosas – a rosa branca simbolizava os _____ e a rosa vermelha, os _____. Só em 1485, Henrique VII, que tinha laços de parentesco com os Lancaster e os York e que recebeu o apoio da _____ inglesa, conseguiu conciliar os dois grupos. Henrique VII foi o primeiro rei da dinastia dos _____. O fim dos conflitos possibilitou um período de concentração do poder na figura do rei, que culminaria no absolutismo inglês dos séculos seguintes.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as palavras que completam o texto na sequência em que aparecem:

- a) York; Lancaster; nobreza; Stuart.
- b) York; Lancaster; burguesia; Tudor.
- c) York; Lancaster; burguesia; Stuart.
- d) Lancaster; York; nobreza; Tudor.
- e) Lancaster; York; burguesia; Stuart.

A Guerra das Duas Rosas, entre as famílias York e Lancaster, é o centro do processo de centralização do poder na Inglaterra sob a dinastia Tudor, que inaugura o absolutismo inglês com o apoio da burguesia.

6. Faap-SP – Principalmente a partir do século XVI, vários autores passam a desenvolver teorias justificando o poder real. São os legistas que, através de doutrinas leigas ou religiosas, tentam legalizar o absolutismo. Um deles é Maquiavel: afirma que a obrigação suprema do governante é manter o poder e a segurança do país que governa. Para isso deve usar de todos os meios disponíveis, pois que "os fins justificam os meios." Professou suas ideias na famosa obra:

- a) *Leviatã*.
- b) *Do direito da paz e da guerra*.
- c) *República*.
- d) *O príncipe*.
- e) *Política segundo as sagradas escrituras*.

Maquiavel é um dos teóricos do Estado absolutista. Sua obra principal e mais determinante é *O príncipe*, como foi visto neste módulo.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 7. Fuvest-SP** – No processo de formação dos Estados nacionais da França e da Inglaterra, podem ser identificados os seguintes aspectos:
- fortalecimento do poder da nobreza e retardamento da formação do Estado moderno.
 - ampliação da dependência do rei em relação aos senhores feudais e à Igreja.
 - desagregação do feudalismo e centralização política.
 - diminuição do poder real e crise do capitalismo comercial.
 - enfraquecimento da burguesia e equilíbrio entre o Estado e a Igreja.
- 8. UNESP** – A respeito da formação das monarquias nacionais europeias na passagem da Idade Média para a época moderna, é correto afirmar que:
- o poder político dos monarcas firmou-se graças ao apoio da nobreza, ameaçada pela força crescente da burguesia.
 - a expansão muçulmana e o domínio do Mar Mediterrâneo pelos árabes favoreceram a centralização.
 - uma das limitações mais sérias dos soberanos era a proibição de organizarem exércitos profissionais.
 - o poder real firmou-se contra a influência do papa e o ideal de unidade cristã, dominante no período medieval.
 - a ação efetiva dos monarcas dependia da concordância dos principais suseranos do reino.
- 9. UFRGS-RS (adaptado)** – O assim denominado Grande Cisma do Ocidente teve como uma de suas consequências:
- a Reforma Calvinista, que, ao pregar a predestinação e o livre-arbítrio, acabou com a unidade da Igreja Católica.
 - a Querela das Investiduras, travada entre o papa e o imperador, e que versava sobre a proibição de leigos concederem a posse de cargos na Igreja.
 - a emergência do islamismo, que propiciou aos árabes um ponto de união e identidade, mas os separou dos ocidentais.
 - o conflito religioso, que instalou um papa em Avignon e outro em Roma, perturbando por décadas a concórdia interna da Igreja.
 - o confronto entre a Igreja de Roma e a de Constantinopla, que resultou na cisão entre os ramos grego e romano do catolicismo.
- 10. Fuvest-SP** – A peste, a fome e a guerra constituíram os elementos mais visíveis e terríveis do que se conhece como a crise do século XIV. Como consequência dessa crise, ocorrida na Baixa Idade Média:
- o movimento de reforma do cristianismo foi interrompido por mais de um século, antes de reaparecer com Lutero e iniciar a modernidade.
 - o campesinato, que estava em vias de conquistar a liberdade, voltou novamente a cair, por mais de um século, na servidão feudal.
 - o processo de centralização e concentração do poder político intensificou-se até se tornar absoluto, no início da modernidade.
 - o feudalismo entrou em colapso no campo, mas manteve sua dominação sobre a economia urbana até o fim do Antigo Regime.
 - entre as classes sociais, a nobreza foi a menos prejudicada pela crise, ao contrário do que ocorreu com a burguesia.
- 11. Mackenzie-SP** – A peste negra, que dizimou cerca de um terço da população europeia, as revoltas camponesas ocasionadas pelo precário equilíbrio da produção agrícola e a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra, foram responsáveis:
- pela formação da sociedade feudo-clerical.
 - pela crise do mercantilismo econômico.
 - pelo fortalecimento da nobreza em detrimento do poder real.
 - pela aceleração da crise do absolutismo.
 - pela crise do feudalismo e consolidação do poder real.
- 12. UEL-PR** – Uma das consequências das Cruzadas foi a consolidação do renascimento comercial europeu, ao:
- interromper a expansão dos francos do norte da Europa e ao impedir que o comércio ficasse monopolizado pelas cidades de Antuérpia e Amsterdã.
 - expulsar os árabes do Mediterrâneo e ao permitir o domínio do comércio pelas cidades italianas na região, principalmente Gênova e Veneza.
 - estender o controle comercial do pontificado romano a todo o continente, favorecendo as cidades de Flandres e Champagne.
 - possibilitar a apropriação pelos mercadores europeus dos centros comerciais dominados pelos bretões e florentinos.
 - generalizar o comércio baseado na troca direta, herdado dos povos germanos e saxões.
- 13. UEL-PR** – Por volta do século XVI, associa-se à formação das monarquias nacionais europeias:
- a demanda de protecionismo por parte da burguesia mercantil emergente e a circulação de um ideário político absolutista.
 - a afirmação político-econômica da aristocracia feudal e a sustentação ideológica liberal para a centralização do Estado.
 - as navegações e conquistas ultramarinas e o desejo de implantação de uma economia mundial de livre mercado.
 - o crescimento do contingente de mão de obra camponesa e a presença da concepção burguesa de ditadura do proletariado.
 - o surgimento de uma vanguarda cultural religiosa e a forte influência do ceticismo francês defensor do direito divino dos reis.
- 14. UEMG** – O absolutismo como forma de governo esteve presente na Península Ibérica, na França e na Inglaterra, tendo impactado e influenciado as maiores economias de seu tempo. Seus pensadores mais conhecidos e suas teorias foram:
- Nicolau Maquiavel e sua teoria de que o indivíduo estava subordinado ao Estado; Thomas Hobbes, criador da teoria do contrato; Jacques Bossuet e Jean Bodin, que defenderam que o rei era um representante divino.
 - Nicolau Maquiavel e a teoria do contrato; Thomas Hobbes e a teoria da supremacia do rei como representante divino; Jacques Bossuet e Jean Bodin, que defenderam a subordinação do indivíduo ao Estado.
 - Maquiavel, Jacques Bossuet e Jean Bodin, cujas teorias só se diferenciaram na aplicabilidade teológica, bem como Thomas Hobbes, que preconizou o indivíduo como senhor de seus direitos.

d) Maquiavel e Thomas Hobbes, que conceberam o contrato social; Jacques Bossuet, que estabeleceu o conceito de individualismo primordial; e Jean Bodin, que defendeu a primazia da esfera governamental.

15. UESPI – O poder dos reis tinha, na época do absolutismo, respaldo em ideias de filósofos, como Hobbes, e fortalecia a centralização de suas ações colonizadoras no tempo das navegações. Os reis do absolutismo:

- a) encontraram apoio dos papas da Igreja Católica, que concordavam, sem problemas, com o autoritarismo dos reis e a existência das riquezas vindas das colônias.
- b) eram desfavoráveis ao crescimento político da burguesia, pois se aliavam com a nobreza latifundiária e defensora da continuidade de princípios do feudalismo.
- c) dominaram na Europa moderna, contribuindo para diminuir o poder do papa e reorganizar a economia conforme princípios do mercantilismo.
- d) fortaleceram as alianças políticas entre grupos da aristocracia europeia que queriam a descentralização administrativa dos governos.
- e) fizeram pactos com grupos da burguesia, embora fossem aliados da Igreja Católica e concordassem com a teoria do “justo preço”.

16. Mackenzie-SP – Sobre as guerras de religião ocorridas na França durante o século XVI, é correto afirmar que:

- a) decretaram o fim da dinastia dos Bourbons, através do Edito de Nantes, proclamado na “Noite de São Bartolomeu”.
- b) aceleraram o processo de consolidação do Estado absolutista, permitindo a chegada ao poder de reis

protestantes aliados à burguesia mercantil católica.

c) motivaram a aliança do Partido Huguenote com a rainha Catarina de Médicis, provocando, na célebre “Noite de São Bartolomeu”, o massacre dos membros da Santa Liga aliada da nobreza calvinista.

d) expressaram o confronto político-religioso entre a nobreza católica, liderada pelos Guises; e os Huguenotes, ligados aos Bourbons, ocasionando crises no processo de consolidação do absolutismo.

e) provocaram o confronto entre os Huguenotes, membros do Partido Papista, e os calvinistas integrantes da Santa Liga, fortalecendo o absolutismo.

17. PUC-MG – A Revolução do Mestre de Avis (1383-1385) possibilitou a ascensão de uma nova dinastia em Portugal, com D. João I, estendendo-se até 1580, quando ocorreu a União Ibérica. A vitória de D. João I, o mestre de Avis:

a) implicou uma reorientação da política expansionista portuguesa, ameaçando os interesses espanhóis na região de Flandres.

b) proporcionou o alargamento territorial com uma política agrária agressiva, visando à obtenção de recursos destinados à colonização ultramarina.

c) contou com o apoio da França contra a Inglaterra e a Espanha, países rivais de Portugal nas disputas ultramarinas.

d) deu uma nova orientação à política expansionista, voltando-se para o ultramar, sendo a conquista de Ceuta seu marco inicial.

e) viabilizou a organização da expedição de Vasco da Gama, com o Erário Real destinando somas elevadas para o empreendimento.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H1

“Acompanhando a intenção da burguesia renascentista de ampliar seu domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico, através da pesquisa científica e da invenção tecnológica, os cientistas também iriam se atirar nessa aventura, tentando conquistar a forma, o movimento, o espaço, a luz, a cor e mesmo a expressão e o sentimento.”

SEVCENKO, N. *O Renascimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1984.

O texto apresenta um espírito de época que afetou também a produção artística, marcada pela constante relação entre:

- a) fé e misticismo.
- b) ciência e arte.
- c) cultura e comércio.
- d) política e economia.
- e) astronomia e religião.

19. Enem

C3-H14

“Hobbes realiza o esforço supremo de atribuir ao contrato uma soberania absoluta e indivisível. Ensina que, por um único e mesmo ato, os homens naturais constituem-se em sociedade política e submetem-se a um senhor, a um soberano. Não firmam contrato com esse senhor, mas entre si. É entre si que renunciam, em proveito desse senhor, a todo o direito e toda liberdade nocivos à paz.”

CHEVALLIER, J. J. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1995. (Adaptado)

A proposta de organização da sociedade apresentada no texto encontra-se fundamentada na:

- a) imposição das leis e na respeitabilidade ao soberano.
- b) abdicação dos interesses individuais e na legitimidade do governo.
- c) alteração dos direitos civis e na representatividade do monarca.
- d) cooperação dos súditos e na legalidade do poder democrático.
- e) mobilização do povo e na autoridade do Parlamento.

20. Enem

C3-H14

“A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.”

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles:

- a) entravam em conflito.
- b) recorriam aos clérigos.
- c) consultavam os anciãos.
- d) apelavam aos governantes.
- e) exerciam a solidariedade.

REFORMA PROTESTANTE E CONTRARREFORMA

10

É difícil afirmar a unidade de pensamento cristão no período medieval, e as várias práticas que a Igreja Católica combatia por considerar heresias atestam as divisões no interior da cristandade europeia. A Igreja incorporou elementos do paganismo, colocando sobre eles um véu cristão, mas nem tudo foi absorvido pelas autoridades eclesiásticas, e aquilo que feria a doutrina da Igreja era severamente combatido.

Exemplo claro de intolerância encontra-se na doutrina dos cátaros (puros), também conhecidos por albigenses, pois habitavam a cidade de Albi, na França. Eles abraçaram um pensamento que se chocava com a doutrina da Igreja Católica. Acreditavam na metempsicose, ou seja, na migração das almas. Além disso, reconheciam em sua comunidade homens puros, chamados de anjos, os cátaros. Esses podiam tocar nas pessoas, retirando os pecados. Entretanto, o toque que redimia pecados podia ser feito somente uma vez. Sendo assim, apenas quando alguém estava para morrer o “anjo” era chamado para realizar o toque redentor. Logo, todos os pecados seriam redimidos, as máculas retiradas e o ser humano teria acesso ao paraíso no fim dos tempos. A Igreja Católica considerou o movimento uma heresia, sendo convocada uma cruzada contra os habitantes da cidade de Albi. Poucos sobreviveram e houve um massacre da população.

Além disso, outras questões foram levantadas na Idade Média, como a realização do culto em língua popular, pois era feito em latim. Percebe-se que, se havia unidade cristã, era apenas institucional, pois práticas religiosas informam a diversidade de expressões cristãs no Medievo.

Entretanto, as críticas à Igreja cresciam e eram feitas por vários grupos sociais insatisfeitos com o comportamento de muitos membros da instituição que exploravam a fé do povo. Cargos religiosos eram vendidos, cobrava-se para os fiéis se aproximarem de relíquias (objetos sagrados), e, embora a Igreja afirmasse o celibato clerical, padres, freiras e até papas tinham filhos. Assim, a Igreja era acusada de corrupção e venalidade.

Nesse quadro de insatisfações, o Renascimento inicialmente foi visto pela Igreja como uma oportunidade para reafirmar a autoridade papal em Roma, a grande cidade da Antiguidade clássica. A ideia era reformar Roma e realizar novas construções para ampliar o número de peregrinos na cidade. Isso reforçaria o poder do papa como líder espiritual da cristandade.

Contudo, os gastos elevaram-se e os recursos da Igreja foram escasseando. O papa Leão X, que deu sequência aos trabalhos iniciados pelo papa Júlio II, decidiu, em 1510, aumentar os fundos destinados às obras estabelecendo uma diretriz. Os fiéis doadores de recursos receberiam um documento, cada um com seu nome. Esse documento redimia os pecados cometidos, garantindo o caminho para o paraíso. Isso ficou conhecido como venda de indulgências.

O papado afirmava que o homem podia se salvar pela fé e pelas obras, sendo a contribuição para a Igreja situada no campo das obras. Dessa forma, contribuir era salvar-se pelas obras. Isso causou indignação em vários membros da instituição, que entendiam tal determinação papal como permissividade incompatível com os princípios cristãos.

O homem da Igreja que inaugurou o debate aberto, nesse sentido público da questão, foi o monge agostiniano e professor de teologia da Universidade de Wittenberg, Martinho Lutero. Ao saber das instruções dadas ao clero alemão para arrecadar dinheiro para a Igreja, Lutero decidiu escrever e publicar 95 teses discorrendo sobre

- Rupturas na religião
- Reforma religiosa
- O Renascimento e a Igreja
- Igreja Luterana
- Igreja Calvinista
- Igreja Anglicana
- A resposta da Igreja Católica
- A Contrarreforma ou Reforma Católica
- Companhia de Jesus
- Concílio de Trento
- Inquisição
- Consequências

HABILIDADES

- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situações ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Interpretar historicamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

os problemas da Igreja e se posicionando contra a venda de indulgências. O monge considerava essa prática como falácia, engano, “uma troca de dinheiro por promessas ocas”, afirmando ser uma fraude.

Lutero foi chamado para se retratar e renunciar ao que havia escrito. No entanto, o teólogo se recusou a fazer tal retratação e manteve sua posição. A partir daí, a Igreja foi dividida entre religiosos que assumiam a posição papal como verdadeira e outros que apoiavam as teses de Lutero.

Depois de várias controvérsias e tentativas frustradas da Igreja Católica em fazer Lutero renunciar às suas teses, em 1520 o monge agostiniano foi expulso e excomungado.

Isso não o abalou e em clara confrontação decidiu criar uma igreja que ele afirmava recuperar o cristianismo primitivo e original, desvirtuado pela Igreja Católica. Assim, nascia a primeira igreja reformada, a Igreja Luterana.

IGREJA LUTERANA

A Igreja Luterana recebeu o apoio de príncipes alemães que faziam oposição ao imperador germânico Carlos V, pertencente a uma família tradicional que monopolizava o poder, a família Habsburgo. Essa família tinha o apoio da Igreja Católica e, naquele contexto, os príncipes opositores perceberam que a defesa de Martinho Lutero era uma oportunidade valiosa para romper oficialmente com os Habsburgo. Aquela nobreza defensora de Lutero criou uma aliança, a Liga de Smalkaden, declarando guerra ao imperador.

O conflito entre os Habsburgo e os príncipes opositores do poder internacional dessa família só terminou em 1555, quando foi assinada a Paz de Augsburgo pelo imperador Carlos V. Esse acordo definiu uma fórmula para a paz, sintetizada na expressão *cujus regio, ejus religio*.

Isso significa que quem decide a Igreja a ser seguida é o príncipe. Assim, se o príncipe fosse luterano, a população de sua terra seguiria a Igreja Luterana e, se fosse católico, a população de seu principado seria católica. Dessa forma, a Igreja estava submetida ao Estado, entendido como o principado.

Deve-se considerar ainda que, em 1530, Carlos V havia convocado uma Dieta em Augsburgo pretendendo a união entre os seguidores de Lutero e os da Santa Sé, pois estava em guerra contra o Império Turco e pretendia a união dos cristãos contra os islâmicos na tentativa de ressuscitar o espírito cruzadista.

Contudo, o que se viu foi a afirmação dos princípios luteranos na Confissão de Augsburgo (documento que afirmava os princípios do pensamento luterano) e a cristalização de diferenças inconciliáveis entre cristãos naquele momento.

Em 1530, o cardeal Campeggio escreveu para o imperador: “as opiniões diabólicas e hereges de Lutero [...] devem ser castigadas e punidas de acordo com a lei e a prática observadas na Espanha em relação aos mouros.” Assim, os cristãos seguidores de Lutero eram comparados aos islâmicos. Carlos V não realizou o que pretendia e

as dificuldades cresciam para a administração do império da família Habsburgo, mas a Paz de Augsburgo, assinada em 1555 depois de longo conflito nas terras alemãs, reconheceu a existência da igreja reformada luterana.

A Igreja Luterana, agora oficializada, diferenciava-se da Igreja Católica, entre outros aspectos, por defender a doutrina da justificação pela fé, ou seja, apenas a fé pode salvar o homem, negando, dessa forma, a salvação pelas obras em que se sustentava a venda de indulgências. Outro ponto importante dessa nova igreja dizia respeito à leitura da Bíblia. Ficou estabelecido que o fiel devia ter um contato direto com a escritura sagrada e que sua interpretação era livre, o que ajudaria na afirmação da fé e da salvação dos homens. Além de a Bíblia deixar de ser publicada em latim, língua que só os doutos entendiam, e ser produzida em línguas vernaculares (da população comum), havia a instituição de um culto na língua do povo, o que facilitaria a compreensão da palavra de Deus.

Aqueles que optaram por seguir a Igreja reformada tiveram de aprender a ler, e isso talvez tenha contribuído para o desenvolvimento das áreas protestantes em detrimento das católicas, pois a alfabetização tornava-se necessária e, alfabetizadas, as pessoas poderiam ler outras obras além da Bíblia, o que, no mundo católico, não existia, pois a Igreja lia para os fiéis e interpretava a escritura sagrada. Assim, a pouca quantidade de leitores entre os católicos também era uma limitação ao conhecimento que se publicava na imprensa da época.

Deve-se considerar, como afirma o estudioso Mircea Eliade, que a imprensa teve um papel decisivo para a expansão da Reforma Luterana.

Outro aspecto a ressaltar concerne às interpretações variadas da escritura sagrada que contribuíram para a proliferação de outras igrejas reformadas. Ao propor a livre interpretação da Bíblia, Lutero abriu caminho para leituras diferenciadas, que, muitas vezes, se chocavam. Dessa forma, uma leitura diferente acabava gerando outra igreja. Isso representava o fim do monopólio da Igreja Católica no Ocidente.

IGREJA CALVINISTA

João Calvino foi um teólogo que discordou de Lutero. Talvez a leitura mais radical tenha sido feita por este pensador religioso. Ele decidiu, por meio de um estudo do Antigo Testamento, compreender quem era Deus e qual era sua identidade.

Ao ler o livro dos Profetas, encontrou uma resposta radical. Deus não era amor, não era clemente, pois havia criado o bem e o mal, a luz e as trevas, a paz e a guerra. Se o mal existia, era porque Deus desejou isso. A vontade d’Ele estava além do bem e do mal. Assim, se alguém fosse para o inferno, era porque Deus havia definido. Da mesma forma, se alguém fosse para o paraíso era porque Deus havia determinado.

Segundo Calvino, Deus havia predestinado o ser humano. Portanto, não adiantava ler a Bíblia várias vezes, pois a fé não seria encontrada em sua leitura. Era

importante ler a Bíblia, mas isso não garantia salvação alguma, pois não mudaria a vontade de Deus. O homem deveria carregar uma angústia até o fim dos tempos, pois não era possível saber quem havia sido eleito pelo divino para ir ao paraíso.

Contudo, os calvinistas encontraram uma solução para essa angústia de não saber se teriam sido escolhidos ou não por Deus para ir ao paraíso. Começou a circular entre os seguidores de Calvino que Deus dava um sinal da eleição.

Para tanto, era importante fugir do pecado, ocupando o tempo com trabalho. Só aqueles que fugissem do pecado teriam a resposta de Deus sobre sua eleição ainda vivendo na Terra. Há aqui um conteúdo novo, a valorização do trabalho, o que não existia no pensamento antigo e medieval, pois os homens acreditavam que o trabalho era um castigo de Deus. Agora, o trabalho era condição necessária para o conhecimento da ascese humana para o paraíso.

Aqueles que conseguissem acumular riquezas com uma vida de trabalho tinham a bênção de Deus, ou seja, o sinal da eleição divina. Vale ressaltar que essa ética nova contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo. O trabalho e a acumulação integram a lógica capitalista: o trabalho como fonte da riqueza e a acumulação como um motor do capitalismo, ou seja, o lucro.

O calvinismo, diferentemente do luteranismo, mais circunscrito às terras alemãs, espalhou-se pela Europa, ganhando a adesão de vários cristãos. Na Inglaterra, os calvinistas ficaram conhecidos como puritanos; na França, como huguenotes; na Escócia, por presbiterianos; e, além disso, boa parte da população holandesa aderiu ao calvinismo.

IGREJA ANGLICANA

Se a Igreja Calvinista esteve mais intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, a Igreja Anglicana foi essencialmente vinculada à política. Foi uma instituição criada pelo rei da Inglaterra, Henrique VIII, em 1534. O monarca pretendia aumentar seu poder aproveitando-se da reforma religiosa que afetava o poderio da Igreja Católica.

O problema estava em encontrar um pretexto para romper com o papa e confiscar o patrimônio da Igreja Católica em território inglês. Contudo, a solução não tardou. Henrique VIII era casado com Catarina de Aragão, tia do imperador católico Carlos V, que governava o Sacro Império Romano-Germânico e apoiava o catolicismo contra o luteranismo nas terras alemãs. Sua esposa não podia mais engravidar e havia concebido apenas uma filha para Henrique VIII, chamada Maria. O rei queria um filho homem e vivia um romance com a cortesã Ana Bolena. Ele pediu ao papa a anulação de seu casamento com Catarina para poder se casar com Ana Bolena. A Igreja não o fez, o que levou o rei a procurar o Parlamento inglês para denunciar a ingerência do papado romano em um assunto de Estado, pois seu casamento envolvia um problema de sucessão ao trono.

Henrique VIII contou com o apoio do Parlamento e criou o Ato de Supremacia (1534), pelo qual estabeleceu uma Igreja de Estado, a Igreja Anglicana, confiscando os bens da Igreja Católica na Inglaterra. Dessa forma, o rei passou a ter maior capacidade de atuação, pois conseguiu recursos para realizar sua política. Isso representou um grande passo para a afirmação da autoridade real na Inglaterra, ou seja, a Reforma Anglicana apresentava um claro sentido político.

A RESPOSTA DA IGREJA CATÓLICA

A inevitável perda de poder e influência, a Igreja Católica passou a fazer as próprias reformas, também conhecidas como contrarreformas. O Concílio de Trento foi um momento decisivo, no qual foram decididos os rumos da Igreja. Depois, também tiveram grande importância a volta da Inquisição, cujo objetivo era punir os hereges; e a Companhia de Jesus, que pretendia espalhar o catolicismo pelo mundo.

A CONTRARREFORMA OU REFORMA CATÓLICA

A Igreja Católica considerou a Reforma Protestante uma heresia e combateu os movimentos contrários aos preceitos católicos de modo semelhante a como fazia na Idade Média, ou seja, por meio dos Tribunais Eclesiásticos: a Inquisição.

Assim, o Tribunal do Santo Ofício foi restaurado. O papado romano tomou uma série de medidas com o propósito de combater a heresia protestante e ampliar o número de fiéis.

Houve preocupação com a formação do clero, já que a Reforma havia sido inaugurada por Martinho Lutero, um homem da Igreja. Nesse sentido, foram criados os seminários, com o objetivo de disciplinar o clero no respeito à autoridade papal. A Igreja deveria cuidar de seus integrantes para, assim, garantir a defesa da fé cristã católica.

COMPANHIA DE JESUS

Essa foi uma das primeiras respostas dos católicos à Reforma Protestante. O fundador da Ordem dos Jesuítas, ou Companhia de Jesus, foi o ex-militar espanhol Inácio de Loyola, que começou esse projeto em 1534. Seis anos depois, em 1540, essa ordem foi aprovada pelo papa Paulo III.

Os jesuítas reuniam os aspectos militares trazidos pelo seu fundador e os preceitos religiosos típicos de uma ordem que pertence à Igreja. Não por acaso, eram considerados “soldados da Igreja” ou “soldados de Cristo”. A guerra deles era, inicialmente, contra os protestantes.

A principal estratégia dos jesuítas era investir na educação religiosa. Assim, criaram escolas ao redor do mundo todo, sempre fazendo parte das Grandes Navegações

e aproveitando esse momento de expansão marítima para difundir a fé católica. Nesse contexto, também se dedicaram à conversão e à catequização dos povos nativos nas colônias, tanto nas Américas como na África.

CONCÍLIO DE TRENTO

Em 1545, na cidade de Trento, na Península Itálica, o papa Paulo III convocou um concílio. Trata-se de uma reunião de importantes figuras eclesiásticas liderada pelo papa.

Em 1563, após anos de reuniões e de muito trabalho, a Igreja Católica, em resposta à Reforma Protestante que acontecia já há algum tempo, apresentou um conjunto de decisões que guiariam a retomada da unidade da fé católica e da disciplina eclesiástica. Algumas das decisões foram:

- manter os sacramentos católicos (batismo, crisma, eucaristia, matrimônio, penitência, ordem e unção dos enfermos);
- legitimar as indulgências, mas proibir sua venda (um dos pontos criticados pelos reformadores protestantes);
- rejeitar a ideia de predestinação, típica das religiões protestantes, e confirmar a salvação humana como resultado da fé em Deus e das boas ações;
- reafirmar que a interpretação da Bíblia cabe apenas à Igreja (outro ponto de conflito com os protestantes, que defendiam a interpretação dos fiéis);
- confirmar que o papa era sucessor de São Pedro;
- desenvolver um catecismo e criar seminários para formar novos sacerdotes e manter o celibato, algo que as religiões protestantes haviam encerrado.

INQUISIÇÃO

A Inquisição e seus tribunais, que julgavam e puniam hereges, foram criados pela Igreja Católica em 1231. Com o tempo, foram perdendo força, até desaparecer. Porém, seus métodos e procedimentos não foram esquecidos. Para a história da Igreja, já milenar, pouco mais de dois séculos era um período bem recente.

Por isso, com o avanço do protestantismo no século XVI, a Igreja Católica e alguns reis católicos, especialmente de Portugal e da Espanha, decidiram retomar as práticas da Inquisição.

De início, fizeram uma lista de livros proibidos com a intenção de conter os protestantes, que, naquela época, já utilizam as impressas criadas por Gutenberg para reproduzir seus livros, especialmente a Bíblia, que era traduzida para outras línguas. Era o chamado *Índex Librorum Prohibitorum*.

Os inquisidores tinham autorização do próprio papa para torturar os acusados como forma de conseguir as confissões de que precisavam. Uma das punições mais comuns era a fogueira.

CONSEQUÊNCIAS

Estima-se que a quantidade de protestantes na Europa tenha se reduzido à metade após a Contrarreforma ou Reforma Católica. Enquanto isso, a fé católica foi expandida à força nas possessões coloniais portuguesas e espanholas. Até hoje, o Brasil, colonizado pelos portugueses, e os demais países latino-americanos, de colonização espanhola, são majoritariamente católicos. Nos Estados Unidos, por outro lado, a maior parte da população é protestante, dada sua colonização inglesa.

ROTEIRO DE AULA

REFORMA PROTESTANTE

O que foi?

Movimento religioso, político e econômico iniciado no século XVI, na Alemanha, com o objetivo de restabelecer a primitiva fé cristã.

Causas

Enriquecimento da Igreja Católica, impostos eclesiásticos, bens materiais do clero e venda de indulgências. Questão das investiduras e conflitos entre os principados alemães e a Igreja. Choques de doutrinas e interpretações teológicas, graças à ampla difusão da Bíblia após a invenção da prensa de Gutenberg. Nova visão do mundo e do ser humano gerada pelo humanismo.

Alemanha – Lutero: Discorda da venda de indulgências e defende suas 95 teses contra a Igreja Católica; obra: *Liberdade cristã*.

Alemanha – Carlos V: Dieta de Worms para a retratação de Lutero. Dieta de Spira: príncipes protestantes se opõem ao imperador. Pela Confissão de Augsburg, a doutrina de Lutero é liberada (Paz de Augsburg).

Inglaterra – Henrique VIII: Estabelece o Ato de Supremacia (separação do Vaticano) e Elizabeth I, com a Lei dos Trinta e Nove Artigos, consolida o anglicanismo.

Expansão

França – João Calvino: Defende a riqueza como sinal de predestinação divina. Seus adeptos constituem os huguenotes (burguesia calvinista).

Suíça – Ulrich Zwinglio: Teólogo suíço e principal líder da Reforma em seu país, estabelece um governo protestante.

Escócia – Stuarts (católicos): Foram derrotados no combate contra os presbiterianos (calvinistas), liderados por John Knox.

Consequências

Desmembramento do cristianismo: católicos x protestantes. Aumento do poder real, subordinando a Igreja ao Estado. Guerras de religião e emigração para as Américas.

ROTEIRO DE AULA

CONTRARREFORMA

O que foi?

Reação da Igreja Católica contra as críticas dos protestantes e a divisão do cristianismo.

Convocação do Concílio de Trento, que condenou o protestantismo, confirmou dogmas católicos, estabeleceu o catecismo romano, manteve o celibato sacerdotal e criou os seminários.

Intensificação dos processos inquisitórios e criação da Companhia de Jesus, cujo objetivo era ampliar o número de fiéis católicos.

Companhia de Jesus

Fundador:

Inácio de Loyola.

Característica básica:

Reunião de aspectos militares e religiosos.

Missão:

Conter o protestantismo e espalhar a fé católica pelo mundo, convertendo e catequizando.

Concílio de Trento

Local:

Trento, na Península Itálica.

Período:

1545 a 1563.

O que foi:

Reunião eclesiástica sancionada pelo papa para deliberar sobre assuntos sensíveis após a Reforma Protestante.

Uma das alterações foi a proibição da venda de indulgências. Por outro lado, houve permanências, como a negação da predestinação.

Inquisição

Início:

Século XIII.

Retomada:

Século XVI.

Missão:

Combater hereges, julgá-los e puni-los, podendo inclusive fazer uso da prática da tortura e aplicar pena de morte por meio da fogueira.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. **UNESP** – As reformas protestantes do princípio do século XVI, entre outros fatores, reagiam contra:

- a) a venda de indulgências e a autoridade do papa, líder supremo da Igreja Católica.
- b) a valorização, pela Igreja Católica, das atividades mercantis, do lucro e da ascensão da burguesia.
- c) o pensamento humanista e permitiram uma ampla revisão administrativa e doutrinária da Igreja Católica.
- d) as missões evangelizadoras, desenvolvidas pela Igreja Católica na América e na Ásia.
- e) o princípio do livre-arbítrio, defendido pelo Santo Ofício, órgão diretor da Igreja Católica.

Há pontos corretos em algumas das alternativas erradas, mas a única que foi formulada apenas com informações verdadeiras é a primeira. A venda de indulgências, de “um lugar no céu”, era uma das principais práticas combatidas pelos protestantes. Como estavam lutando contra algo institucionalizado, posicionavam-se também contra o próprio papa.

2. **UFMG** – Leia estes trechos:

- I. “Assim vemos que a fé basta a um cristão. Ele não precisa de nenhuma obra para se justificar.”
- II. “O rei é o chefe supremo da Igreja [...] Nesta qualidade, o rei tem todo o poder de examinar, reprimir, corrigir [...] a fim de conservar a paz, a unidade e a tranquilidade do reino [...]”
- III. “Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.”

A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que as concepções expressas nos trechos I, II e III fazem referência, respectivamente, às doutrinas:

- a) católica, anglicana e ortodoxa.
- b) luterana, anglicana e calvinista.
- c) ortodoxa, luterana e católica.
- d) ortodoxa, presbiteriana e escolástica.

Por mais que a primeira frase seja mais difícil de identificar, a segunda, que fala sobre o rei como chefe supremo; e a terceira, que fala sobre predestinação, podem ser imediatamente relacionadas ao anglicanismo e ao calvinismo, respectivamente.

3. **Unifesp**

C3-H11

No século XVI, nas palavras de um estudioso, “reformular a Igreja significava reformar o mundo, porque a Igreja era o mundo”. Tendo em vista essa afirmação, é correto afirmar que:

- a) os principais reformadores, como Lutero, não se envolveram nos desdobramentos políticos e socioeconômicos de suas doutrinas.
- b) o papado, por estar consciente dos desdobramentos da Reforma, recusou-se a iniciá-la, até ser a isso obrigado por Calvino.
- c) a burguesia, ao contrário da nobreza e dos príncipes, aderiu à Reforma para se apoderar das riquezas da Igreja.
- d) os cristãos que aderiram à Reforma estavam preocupados somente com os benefícios materiais que dela adviriam.
- e) o aparecimento dos anabatistas e outros grupos radicais são a prova de que a Reforma extrapolou o campo da religião.

Como foi visto neste módulo, as Reformas tiveram grande impacto na vida da Europa e, depois, do mundo naquele período. A Igreja estava, há mais de mil anos, no centro do poder europeu, seja na Alta ou na Baixa Idade Média, e mesmo no princípio da Idade Moderna. Portanto, é flagrante o quanto esse rompimento teve desdobramentos em outros campos além da religião.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

4. **Uniespar-PR** – Sobre os elementos que caracterizaram a Reforma Católica, também conhecida como Contrarreforma, ocorrida no século XVI, é correto:

- a) a aproximação com os líderes da reforma religiosa, especialmente Thomas Muntzer, que defendia uma Igreja renovada e mais próxima do povo.
- b) a criação da Companhia de Jesus, o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício e a criação de uma lista de livros proibidos, chamada de Index Librorum Prohibitorum.
- c) a expansão da Igreja Católica, especialmente pelos continentes da América e Ásia, contando com as alianças realizadas com luteranos e calvinistas, de modo a levar ao mundo uma nova Igreja instituída a partir do Concílio de Trento em 1545.
- d) a partir do Concílio de Trento foi definido que a Igreja Católica mudaria suas ações, aproximando-se da população e abandonando antigas práticas como as realizadas pela Inquisição, mas buscando a conversão sincera dos pecadores.
- e) a expansão do catolicismo pelo Novo Mundo descoberto pelos ibéricos, reforçando um dos princípios da Igreja Católica renovada com o Concílio de Trento: a predestinação, responsável por explicar o destino dos homens na Terra.

Como foi visto neste módulo, a primeira resposta à Reforma Protestante foi a criação da Companhia de Jesus pelo ex-militar Inácio de Loyola, depois o Concílio de Trento e a volta da Inquisição (ou Tribunal do Santo Ofício), acompanhada da lista de livros proibidos.

5. **UFTM-MG** – Podemos afirmar que um dos instrumentos da Contrarreforma, no século XVI, foi:

- a) o estímulo à venda de indulgências.
- b) a tradução livre da Bíblia para as línguas nacionais.
- c) a supressão do Tribunal do Santo Ofício.
- d) a extinção da Companhia de Jesus e de outras ordens religiosas.
- e) a criação de uma lista de livros proibidos.

Reforçando o que vimos no exercício anterior, mais um exemplo de como as bancas cobram o tema. Vimos que o Concílio de Trento reafirmou as indulgências, mas proibiu sua venda, manteve a interpretação a cargo da Igreja – vetando, portanto, as traduções –, retomou o Tribunal do Santo Ofício e criou a Companhia de Jesus. A resposta correta é a criação do Index Librorum Prohibitorum.

6. **UEPG-PR** – Ao pregar as 95 teses que criticavam aspectos da doutrina católica na porta da Igreja de Wittenberg (Alemanha), em 1521, Martinho Lutero deu início à chamada Reforma Protestante. A reação da Igreja Católica não tardou e, assim, teve início a chamada Reforma Católica (ou Contrarreforma). A respeito da Reforma Católica, assinale o que for correto:

- 01) As ações da Reforma Católica foram traçadas a partir do Concílio de Trento, sendo a catequização de terras descobertas, a retomada da Inquisição e a criação de um índice de livros proibidos as principais medidas adotadas no Concílio.
- 02) Juntamente com a Reforma Católica, emergiu na Europa um forte sentimento de intolerância religiosa, que resultou em conflitos entre católicos e protestantes, sendo a Noite de São Bartolomeu um dos episódios exemplares desse cenário.

- 04)** A Companhia de Jesus foi uma ordem criada com o objetivo de levar o catolicismo para regiões coloniais, como o caso da América portuguesa e espanhola.
- 08)** A venda de indulgências (perdão parcial ou total de pecados fora dos sacramentos) foi fartamente estimulada e praticada pelo clero no contexto da Reforma Católica. O objetivo era atrair novos fiéis com a promessa do perdão divino.

- 16)** A reafirmação da autoridade do papa, que a partir de então passou a ter a palavra final sobre os dogmas da Igreja Católica, foi outra decisão tomada pela Reforma Católica e visava unificar todos os fiéis sob a autoridade do pontífice, fortalecendo a identidade e a fé católicas.

$1 + 2 + 4 + 16 = 23$

08. Incorreto. Como vimos, as indulgências foram mantidas, mas a venda proibida.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFCG-PB – Em uma sociedade basicamente iletrada que ainda perdurava entre os séculos XIII e XV na Europa, o papel dos teólogos da Reforma foi extremamente importante para o letramento das pessoas comuns e para o aumento das possibilidades de cidadania.

Sobre as conquistas intelectuais advindas com a Reforma, é incorreto afirmar que:

- a)** a Reforma nasceu no próprio seio da Igreja e procurou dar visibilidade ao conjunto de valores que precinzavam o retorno às origens do cristianismo.
- b)** os clérigos reformistas renovaram a abordagem da teologia pastoral a fim de responder às angústias dos crentes, elaborando obras curtas sobre a moral e a prática da fé.
- c)** as traduções da Bíblia (como a de Gutenberg, 1456) difundiram-se na Europa, permitindo aos leigos acesso mais fácil às Escrituras.
- d)** a nova relação mais direta, mas íntima entre os fiéis e Deus, intermediada pelos textos sagrados, incomodava a Igreja, porque diminuía fortemente a autoridade do papa e do clero e quebrava a ordem social do mundo medieval.
- e)** as traduções mais livres da Bíblia permitiram a liberalidade dos costumes, fazendo com que alguns protestantes não seguissem mais os valores morais pregados pelo cristianismo.

8. PUCCamp-SP – O calvinismo foi:

- a)** a doutrina que sintetizou as ideias dos reformadores que a antecederam, formulando o campo protestante em torno dos princípios do cesaropapismo e culto dos santos.
- b)** apenas um prolongamento das ideias preconizadas por Lutero, que admitia que o príncipe, além de exercer poder civil absoluto, devia vigiar e governar, por direito divino, a Igreja cristã.
- c)** um movimento originário na Suíça, como resultado de convulsões sociais locais, que revelavam uma manifestação de rebeldia contra as taxas cobradas pela Igreja e sobre a liberação da prática do divórcio.
- d)** o resultado das preocupações pessoais de Ulriko Zwinglio e dos problemas relacionados com o celibato clerical.
- e)** a mais extremada seita protestante em relação ao catolicismo e a mais próxima das questões levantadas, em termos éticos, pelo rápido desenvolvimento do capital comercial e financeiro.

9. UFPE – A Reforma Protestante tem seus fundamentos iniciados nos estudos e na doutrina defendida por Martinho Lutero. Sobre sua atuação como líder religioso, assinale a alternativa correta:

- a)** Martinho Lutero foi um religioso católico pregador de um novo cristianismo – o protestantismo – que

apoiou os camponeses alemães na luta contra o regime de servidão.

- b)** Martinho Lutero foi um monge agostiniano do século XVI; criticou a Igreja Católica por não aplicar o produto das indulgências às populações mais necessitadas.
- c)** Martinho Lutero, reformador religioso, foi responsável pela tradução da Bíblia da língua latina para a língua alemã, facilitando a difusão das ideias protestantes e fundando uma nova religião.
- d)** Martinho Lutero, líder religioso alemão, lutou para modificar preceitos e dogmas da Igreja Católica e defendeu a livre leitura da Bíblia e a preservação dos sacramentos do batismo e da eucaristia.
- e)** Martinho Lutero recebeu apoio dos camponeses alemães; em contrapartida, foi perseguido por príncipes. A religião fundada por ele foi, portanto, uma religião popular.

10. Unemat-MT – Analise as afirmativas sobre a Reforma religiosa:

- I.** A Igreja Anglicana conservou a estrutura e os dogmas da Igreja Católica, com pequenas alterações. Não foi feita uma reforma profunda nos costumes do clero, que passou a ser visto pela população como um aliado da Coroa, o que facilitou o surgimento e a disseminação de uma série de religiões puritanas e protestantes, normalmente perseguidas pelos reis ingleses.
- II.** Lutero era um admirador dos escritos de João Huss, herege queimado pela Igreja em 1415, especialmente de suas ideias sobre a liberdade da Igreja diante dos papas, sobre a liberdade de consciência individual diante do concílio e sobre a necessidade de reconduzir o mundo cristão à simplicidade apostólica.
- III.** Um aspecto importante do calvinismo é a valorização moral do trabalho e da poupança, que resulta numa situação de bem-estar social e econômico, o que poderia ser interpretado como sinal favorável de Deus à salvação do indivíduo.
- IV.** O anabatismo e o puritanismo representam movimentos religiosos que estavam em convergência com os poderes locais e proclamavam o princípio da individualidade, enfatizavam o discurso da propriedade privada, assemelhando-se ao calvinismo, que determinava a desigualdade social através da teoria da predestinação.

Assinale a alternativa que indica a(s) afirmativa(s) correta(s):

- a)** I
- b)** II e III
- c)** I, II e IV
- d)** I, II e III
- e)** II e IV

11. UFPE (adaptado) – Com relação à Reforma Protestante, indique se as afirmações a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () a doutrina calvinista, exaltando o trabalho e desprezando o lazer e o luxo, foi a grande alavanca na direção do capitalismo.
- () tanto frei Martinho Lutero como o monge dominicano Tetzel defendiam as indulgências papais como forma de perdão dos pecados na terra e no céu.
- () o Parlamento inglês apoiou Henrique VIII no rompimento com a Igreja de Roma e aprovou, em 1534, o Ato de Supremacia, que mantinha a Igreja da Inglaterra sob a autoridade do rei, surgindo a Igreja Nacional Anglicana independente de Roma.
- () com o objetivo de evitar a expansão da Reforma, a Igreja Católica reagiu com o movimento da Contrarreforma.
- () o movimento reformista na Alemanha funcionou como um fator de unidade nacional, provocando a unidade dos estados do sul com os estados do norte.

12. Mackenzie-SP – As transformações religiosas do século XVI, comumente conhecidas pelo nome de Reforma Protestante, representaram no campo espiritual o que foi o Renascimento no plano cultural; um ajustamento de ideias e valores às transformações socioeconômicas da Europa. Dentre seus principais reflexos, destacam-se:

- a) a expansão da educação escolástica e do poder político do papado devido à extrema importância atribuída à Bíblia.
- b) o rompimento da unidade cristã, a expansão das práticas capitalistas e o fortalecimento do poder das monarquias.
- c) a diminuição da intolerância religiosa e o fim das guerras provocadas por pretextos religiosos.
- d) a proibição da venda de indulgências, o término do Índice e o fim do princípio da salvação pela fé e boas obras na Europa.
- e) a criação pela Igreja Protestante da Companhia de Jesus em moldes militares para monopolizar o ensino na América do Norte.

13. Facisb-SP – Na primeira metade do século XVI, os questionamentos sobre a atuação da Igreja Católica deram origem, na Europa, aos movimentos conhecidos pelo nome de Reforma Protestante. Em reação, o catolicismo desencadeou a Contrarreforma. Entre os princípios dos reformistas protestantes e dos contrarreformistas, podemos destacar, respectivamente:

- a) são fundados seminários de teologia para aprimorar a formação do clero; a Bíblia deve ser interpretada livremente pelos fiéis.
- b) é revogado o celibato clerical; é confirmado o dogma da transubstanciação, o reconhecimento da transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo.
- c) o Tribunal do Santo Ofício é reorganizado com o fim de julgar e punir as heresias; são mantidos apenas os sacramentos do batismo e da eucaristia.
- d) a salvação é consequência das obras, entendidas como as boas ações orientadas pelas autoridades eclesiásticas; são mantidos a hierarquia e o celibato do clero.

e) o papa só pode perdoar as penas que ele tenha imposto por sua vontade; a fé constitui a única e verdadeira fonte de salvação.

14. UEPG-PR – As Reformas protestante e católica (ou Contrarreforma) foram movimentos religiosos que sacudiram a Europa no século XVI. A respeito de tais movimentos, assinale o que for correto:

- 01) O Concílio de Trento, onde se iniciou a reação católica à Reforma Protestante, foi um acontecimento decisivo para a eliminação do Índice Librorum Prohibitorum (índice dos livros proibidos), que, durante o período medieval, regeu as ações e os princípios teológicos católicos.
- 02) A venda de indulgências pela Igreja Católica pode ser apontada como um dos principais motivos para a deflagração da Reforma Protestante.
- 04) Ao questionarem práticas adotadas pela Igreja Católica, John Wycliffe e Jan Huss tornaram-se precursores da Reforma Protestante.
- 08) A Companhia de Jesus foi instituída pela Igreja Católica durante o movimento da Contrarreforma com o objetivo de estabelecer um diálogo com as religiões protestantes que se originaram a partir do século XVI, dando início ao princípio do ecumenismo.

15. PUCCamp-SP – Considere os itens adiante:

- I. Combate sistemático aos protestantes.
- II. Recuperação de áreas sob influência do protestantismo através da educação, com a criação de colégios.
- III. Difusão do catolicismo entre povos não cristãos, por meio da catequese.
- IV. Contenção do protestantismo através dos Tribunais da Inquisição.

Eles identificam:

- a) as Ordenações Eclesiásticas de Calvino.
- b) o Ato de Supremacia de Henrique VIII.
- c) a Dieta de Augsburg.
- d) a Reforma Luterana.
- e) a Contrarreforma.

16. UEM-PR – Sobre as missões jesuíticas fundadas na época colonial, na região que atualmente corresponde ao estado do Paraná, assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

- 01) As missões dos jesuítas tinham o objetivo de dominar os índios para facilitar sua escravização pelos demais colonos brancos.
- 02) As missões ou reduções eram povoações onde moravam juntos os índios e os padres da Companhia de Jesus.
- 04) A expansão dos portugueses, já a partir do século XVI, sobre o território paranaense abriu o caminho para o estabelecimento das reduções dos jesuítas.
- 08) A fundação de missões, por parte dos jesuítas, objetivava a catequização dos índios e relacionava-se aos objetivos de expansão do catolicismo, por parte da Igreja Católica, como reação ao crescimento da Reforma Protestante.
- 16) A região entre os rios Ivaí, Piquiri e Paraná, juntamente com a região dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, são as únicas regiões do Brasil que tiveram missões dos jesuítas.

17. UDESC – Em 1545, o papa convocou uma reunião entre os membros mais importantes da Igreja Católica a fim de debater sobre questões doutrinárias e disciplinares. O Concílio de Trento, como ficou conhecida esta reunião, durou 18 anos e foi motivado pelos questionamentos à Igreja Católica, os quais se tornaram cada vez mais frequentes no início do século XVI, e que levaram à Reforma Protestante.

Analise as proposições em relação ao contexto:

- I. A Reforma Protestante difundiu-se em várias regiões da Europa, entre as quais as regiões que atualmente compõem a Alemanha, Suíça, Inglaterra e Holanda.
- II. Martinho Lutero foi um crítico da Igreja Católica. Após a publicação das suas críticas, conhecidas como 95

teses, que foram afixadas na porta da Igreja de Wittenberg, ele foi excomungado pelo papa Leão X.

- III. Entre as novas doutrinas que surgiram com a Reforma Protestante estão o luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo.
- IV. A Reforma Protestante ocorreu juntamente com outras mudanças, como o aumento do poder dos reis e o fortalecimento dos Estados nacionais.

Assinale a alternativa correta:

- a) somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- b) somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- c) somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- d) somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- e) todas as afirmativas são verdadeiras.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H14

“Assentado, portanto, que a Escritura, em muitas passagens, não apenas admite, mas necessita de exposições diferentes do significado aparente das palavras, parece-me que, nas discussões naturais, deveria ser deixada em último lugar.”

GALILEI, G. Carta a Dom Benedetto Castelli. In: *Ciência e fé: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009. (Adaptado)

O texto, extraído da carta escrita por Galileu (1564-1642) cerca de trinta anos antes de sua condenação pelo Tribunal do Santo Ofício, discute a relação entre ciência e fé, problemática cara no século XVII. A declaração de Galileu defende que:

- a) a Bíblia, por registrar literalmente a palavra divina, apresenta a verdade dos fatos naturais, tornando-se guia para a ciência.
- b) o significado aparente daquilo que é lido acerca da natureza na Bíblia constitui uma referência primeira.
- c) as diferentes exposições quanto ao significado das palavras bíblicas devem evitar confrontos com os dogmas da Igreja.
- d) a Bíblia deve receber uma interpretação literal porque, desse modo, não será desviada a verdade natural.
- e) os intérpretes precisam propor, para as passagens bíblicas, sentidos que ultrapassem o significado imediato das palavras.

19. UFPI

C3-H11

Em relação ao contexto das reformas religiosas do século XVI, é correto afirmar que:

- a) a Reforma Puritana possibilitou à Coroa portuguesa efetivar seu rompimento definitivo com o catolicismo romano.
- b) a Contrarreforma procurou conciliar a visão religiosa dos seguidores de Lutero com o pensamento dos seguidores de Calvino.
- c) os Tribunais da Inquisição ficaram responsáveis pela punição dos infiéis e pela censura aos livros considerados ofensivos à fé católica.
- d) a Contrarreforma opôs-se à Companhia de Jesus e delegou à Igreja Anglicana a tarefa de combater a expansão protestante na Europa.

e) a Reforma Protestante fortaleceu a venda de relíquias sagradas e aplicou o dinheiro das indulgências na edificação de templos católicos.

20. UEMG

C3-H15

Em 31/10/1517, o então Padre Martinho Lutero publica as suas 95 teses, onde deixa clara sua contrariedade com a forma religiosa Católica e com seu representante máximo, o então Papa Leão X. Dois princípios incomodavam muito Lutero: o primeiro era a venda das indulgências e o segundo a Infalibilidade Papal.

Sobre a indulgência, Lutero disse:

27ª Tese “Pregam futilidades humanas quantos alegam que, no momento em que a moeda soa ao cair na caixa, a alma se vai do purgatório.”

28ª Tese “Certo é que, no momento em que a moeda soa na caixa, vem o lucro, e o amor ao dinheiro cresce e aumenta; a ajuda, porém, ou a intercessão da Igreja tão só correspondem à vontade e ao agrado de Deus.”

http://www.monergismo.com/textos/credos/lutero_teses.htm. Acesso em 10/8/2014

A reforma luterana, de questionamento ao Papa e à sua autoridade, produziu profundas mudanças religiosas, políticas e sociais. Sendo a indulgência um erro, então, o povo não deveria obediência irrestrita, estava se estimulando o livre pensar, o livre agir, o poder gradativamente voltar-se da igreja para o homem. O alinhamento com qualquer ensino religioso deveria ser movido pela consciência, e não mais pela imposição papal.

Estava, portanto, em curso uma nova sociedade, reformada, que iria produzir

- a) uma polarização entre protestantes e católicos, com consequências somente na Alemanha.
- b) a livre interpretação da Bíblia pelos fiéis, a salvação pela Fé e o Estado livre das indulgências.
- c) a corrupção do homem enquanto cidadão, motivando a preocupação excessiva com a espiritualidade.
- d) um fenômeno religioso com aceitação universal, que passa a ser dominante em toda a Europa.

TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO E ABSOLUTISMO

DA ECONOMIA LOCAL PARA A ECONOMIA GLOBAL

A economia como área do conhecimento que estuda a produção e a distribuição de recursos materiais surge somente no fim do século XVIII. Portanto, falar “economia” do Império Romano, da Idade Média ou mesmo do início da Idade Moderna é, de certa forma, um anacronismo, isto é, uma ideia de um período utilizada para explicar e compreender outro ao qual não pertence.

Em períodos anteriores, o que podemos analisar é como os recursos materiais eram produzidos e distribuídos. No caso da Idade Média, essa produção era basicamente local. A mão de obra escravizada e de pessoas livres e pobres foi substituída pelo trabalho dos servos, que produziam alimentos por meio da agricultura e da pecuária. Produziam-se as ferramentas utilizadas no trabalho e, em menor escala, os artigos de luxo da nobreza.

Com o renascimento comercial e urbano, vinculado também ao fortalecimento da burguesia, a cadeia de produção e de trocas de bens materiais torna-se mais complexa. A Europa, antes voltada para si, abre-se para o mundo. A burguesia dá sustentação à centralização do poder nas mãos dos reis, os primeiros Estados modernos se formam e, então, dedicam-se a explorar e dominar o restante do mundo. Para superar o feudalismo, foi desenvolvido o capitalismo mercantil.

INÍCIO DA EXPANSÃO EUROPEIA: CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO

Tratar de globalização é, de acordo com alguns estudiosos, compreender o processo de expansão europeia do início dos tempos modernos e entender certos mecanismos relacionados à dinâmica capitalista. Nesse sentido, as Grandes Navegações permitiram que os europeus conquistassem novos territórios nos continentes africano, asiático e americano, inaugurando uma exploração econômica de dimensões inusitadas, que fundamentou o processo de colonização europeia. Nessa movimentação estavam sendo lançadas as bases do mundo globalizado.

Pode-se analisar o processo de expansão europeia definindo seu ponto de partida no movimento cruzadista, iniciado em 1095. Os contatos estabelecidos com povos variados e suas respectivas culturas alteraram a sensibilidade europeia, aguçando interesses por produtos exóticos e ideias que contrastavam com o pensamento europeu.

Isso não significa que os ocidentais abandonaram suas crenças e só valorizaram as mercadorias oriundas do Oriente, mas aponta para o enriquecimento do olhar europeu, que buscava amalgamar contribuições e preservar a fé cristã, que, àquela altura, já havia se consolidado na Europa.

Esses processos de assimilação e adaptação impulsionaram o comércio, as atividades artesanais e a criação de centros de estudos (universidades). Acrescentou-se a isso mudanças significativas na organização política, que passava por uma centralização nas mãos dos reis. De forma lenta, mas consistente, a vida europeia se alterava e o interesse despertado pelo mundo extraeuropeu consolidou-se em iniciativas expansionistas que extrapolavam as motivações iniciais das Cruzadas.

- Da economia local para a economia global
- Início da expansão europeia: capitalismo e globalização
- Monarquias nacionais e economia global
- Mercantilismo e colonização
- Espanha
- Portugal
- França
- Inglaterra
- Holanda
- O Estado sou eu
- Regime absolutista
- Absolutismo francês
- Absolutismo inglês

HABILIDADES

- Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
- Analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.
- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

Apesar do processo de monetarização exigido nas trocas comerciais e da atuação de corporações de mercadores que visavam garantir o êxito de sua empreitada, dificuldades eram sentidas na coordenação de esforços que dessem a estabilidade política necessária ao bom andamento dos negócios.

Foi nesse quadro de tensões que os reis foram beneficiados, pois mercadores apostavam na organização de um Estado com maior capacidade de atuação e envergavam no rei sua realização. Deve-se entender que a passagem do feudalismo para o capitalismo não implicou apenas a perda do caráter autossuficiente do feudo, mas correspondeu a uma importante mudança no estatuto jurídico-político europeu, que caminhou rumo à centralização político-administrativa. O debate em torno de como foi a passagem do feudalismo para o capitalismo foi realizado principalmente por intelectuais marxistas.

De acordo com Maurice Dobb, as contradições do modo de produção feudal, em especial a luta de classes envolvendo senhores feudais e servos, teriam contribuído de modo decisivo para o desenvolvimento de forças produtivas capitalistas. A emergência das cidades favoreceu a fuga de camponeses, prejudicando os rendimentos dos senhores feudais.

Já Paul Sweezy considera que o comércio foi a base da crise feudal, pois, de acordo com esse pensador, a economia feudal produz apenas valores de uso, e não de troca. Isso significa que a produção feudal vincula-se à utilização imediata de bens por sua comunidade, que não está voltada para a produção de itens comercializáveis. Nos últimos séculos da Idade Média, quando ocorreu uma expansão das atividades comerciais, houve uma alteração significativa no universo produtivo, pois o desenvolvimento das relações de troca em uma sociedade que até então se pautava pela produção de bens de uso corrompeu a estrutura feudal, desestabilizando esse modo de produção.

Assim, houve uma mudança do padrão produtivo, ou seja, a passagem do modo de produção feudal para o capitalista. Nesse sentido, a época moderna é entendida como a transição do feudalismo para o capitalismo.

MONARQUIAS NACIONAIS E ECONOMIA GLOBAL

As monarquias nacionais ou os Estados modernos contribuíram decisivamente para a expansão econômica europeia do início da época moderna. Os próprios reis fomentaram a atividade comercial como um meio de arrecadação tributária que lhes permitia a afirmação da autoridade diante do grupo nobre de sua influência.

Segundo alguns historiadores, a nobreza interessava-se pela centralização política como forma de manutenção da ordem em seus domínios, já que movimentações sociais camponesas começavam a estremecer os laços feudais.

Assim, o Estado moderno, além de apoiar as atividades mercantis e o grupo a elas associado, representou uma possibilidade de ordenamento de determinados grupos sociais, que puderam manter seu *status* e ampliar seu raio de ação sobre outras terras e outros povos. Nesse sentido, estavam sendo lançadas as bases da globalização.

Porém, esse processo de expansão europeia ganhou uma dimensão maior a partir do momento que alguns desses Estados modernizados passaram a desenvolver uma política sistemática de empreendimentos no além-mar.

Em princípio, o Mar Mediterrâneo foi a grande referência de navegação. Várias rotas comerciais abrangiam o norte da África, a Península Itálica, a cidade de Constantinopla e o sul da França e da Península Ibérica. No entanto, o comércio era dominado por cidades autônomas da Península Itálica, como Gênova e Veneza, e pelos muçulmanos.

Aos poucos, iniciativas das coroas ibéricas romperam os limites da expansão mediterrânea, abrindo novos horizontes para a exploração europeia assentada em monarquias centralizadas (modernas).

O primeiro país a se lançar na aventura pelo chamado "Mar Oceano" foi Portugal, após a Revolução de Avis (1383-1385). D. João, mestre da Ordem de Avis, tornou-se rei e apoiou investidas no norte da África, dominando a cidade de Ceuta em 1415. Iniciava-se o périplo africano, a aventura portuguesa na costa da África, que tinha, entre seus objetivos, encontrar um caminho alternativo para as Índias, local em que imaginavam conseguir produtos valiosos e afirmar a fé cristã.

Enquanto Portugal e Espanha travavam uma disputa para garantir a exploração das terras do além-mar, outros Estados europeus começaram a se estruturar e passaram, em pouco tempo, a concorrer com os países ibéricos nessa expansão ultramarina. Entre eles, França e Inglaterra tinham saído há pouco tempo da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e estruturavam o aparelho de Estado que permitiria suas movimentações marítimas.

Assim, os Estados modernos deram, de fato, outra magnitude para a expansão europeia que teve início na Idade Média. Essa nova dimensão expansionista representa o início dos tempos modernos e, por assim dizer, da globalização capitalista.

Nesse sentido, a expansão ultramarina permitiu a exploração econômica e a difusão da cultura europeia cristã. Elementos das áreas atingidas foram incorporados e isso envolveu desde aspectos da diversidade cultural, como hábitos alimentares, até de ordem natural, como madeira, marfim e ouro. A essa apropriação foram dados conteúdos europeus. Assim, a globalização tornava-se também uma tentativa de ocidentalização do mundo.

MERCANTILISMO E COLONIZAÇÃO

Nesse contexto de exploração do mundo, ordenado pelas monarquias nacionais, a política econômica era o mercantilismo, o qual esteve associado ao processo de

colonização. Essa foi a política econômica do Estado moderno, que visava acumular a maior quantidade de riquezas em suas fronteiras, de tal forma que, quanto mais riqueza houvesse em seus limites, maior seria o poder do rei. Mas o que era entendido como riqueza naquela época?

A concepção de riqueza era o ouro e a prata e os Estados procuravam concentrar a maior quantidade possível de moedas confeccionadas com metais preciosos. Isso significava uma capacidade ampliada do rei de desenvolver suas políticas em relação aos súditos e a outros reinos rivais. Essa prática era conhecida como metalismo.

Desse modo, com o intuito de aumentar seu grau de poder, os reis desenvolveram práticas denominadas mercantilistas, cuja finalidade era obter uma balança comercial favorável, pois, como as moedas eram confeccionadas com metal precioso, era fundamental vender mais e comprar menos para concentrar recursos econômicos.

Para vender mais, um reino deveria ter acesso a áreas do globo com produtos valiosos no mercado europeu e, de preferência, ter exclusividade na obtenção desses produtos. Assim, o monopólio foi uma das práticas mercantilistas no contexto da expansão ultramarina.

Acrescente-se a isso o desenvolvimento do protecionismo alfandegário. A ideia era criar barreiras à entrada de produtos que pudessem concorrer com aqueles produzidos internamente, de tal forma que haveria uma redução das importações desnecessárias, limitando a saída de recursos do país.

Essa barreira alfandegária consistia na criação de tributos reais que encareciam as mercadorias importadas, desestimulando seu consumo. Caso houvesse importação, a tributação alfandegária daria mais recursos aos reis. Assim, de toda forma os reis aumentariam seu poder.

Boa parte das guerras realizadas entre as monarquias nacionais ao longo da época moderna correspondeu a disputas pela exploração de territórios no globo. A colonização europeia na América foi resultado, entre outros fatores, da concorrência entre os Estados modernos. A transferência de parte da população de um país europeu para o continente americano fazia parte de uma estratégia de defesa do domínio territorial visando à exploração exclusiva. Os colonos passavam a manter vínculos com o Estado metropolitano por meio de uma administração organizada no espaço de ocupação que estava submetida diretamente ao rei. Esse tipo de vinculação é denominado pacto colonial. Assim, por meio do pacto, a colônia só poderia vender suas mercadorias para a metrópole e comprar desta os artigos de que necessitasse. Também chamado de exclusivo metropolitano, o sistema de colonização drenava recursos da área colonizada para o Estado moderno.

Entre os países que desenvolveram colônias no Novo Mundo estão Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Holanda.

ESPAÑA

O processo de colonização espanhola na América integrou a política de afirmação do Estado moderno e envolveu o domínio de civilizações complexas, como a asteca e a inca, repercutindo em um tipo de organização administrativa altamente centralizada e conduzida diretamente da Espanha por meio das ordenações reais e da Casa de Contratação, localizada em Sevilha.

Dos reis partiam as nomeações para os altos cargos administrativos e na Casa de Contratação homologavam-se privilégios monopolistas na área colonial. Os funcionários do Estado metropolitano que tomavam as decisões eram os reinóis, conhecidos como *chapelones*. Detinham os privilégios na sociedade colonial e estavam acima dos *criollos*, homens brancos nascidos na área colonial. Tanto os *chapelones* como os *criollos* representavam uma minoria em um espaço marcado pela presença maciça de mestiços e indígenas.

PORTUGAL

Os portugueses desenvolveram o extrativismo da madeira como atividade exclusiva no período que antecedeu a colonização. Essa atividade foi substituída pela lavoura de cana, pela pecuária e, por último, pela mineração. O tráfico negreiro foi intenso e representou uma forma de exploração econômica rentável para a Coroa por muito tempo, contribuindo também para a organização de uma sociedade mestiça e fundamentada no trabalho escravo.

A monarquia portuguesa implementou a colonização por meio da distribuição de terras pelo sistema de capitanias hereditárias, criando um governo-geral para auxiliar as capitanias que tivessem dificuldades.

ESPAÑA E PORTUGAL

Os franceses realizaram incursões em todo o continente, desde a América do Norte até a do Sul. Criaram colônias em Quebec, no Vale do Mississipi, nas Antilhas, no norte da América do Sul e chegaram a se estabelecer por um tempo no Rio de Janeiro (França Antártica). A exploração mineral foi a mais comum, mas também desenvolveram a produção agrícola baseada no trabalho escravo, no latifúndio e na monocultura.

INGLATERRA

Os ingleses ocuparam, no século XVII, territórios na América do Norte, constituindo as chamadas Treze Colônias na costa oriental entre os Montes Apalaches e o litoral. As colônias mais ao norte foram criadas por grupos religiosos que pretendiam ter a liberdade de culto, enquanto as colônias mais ao sul foram organizadas por companhias de comércio que visavam à exploração econômica. Daí a distinção clássica entre “colônias de povoamento” e “colônias de exploração”. As primeiras tinham mão de obra livre, atividades manufatureiras e policultoras, uma economia voltada para a própria comunidade (mercado interno) e pequenas e médias propriedades.

Já as últimas eram caracterizadas pelo trabalho escravo, pela atividade monocultora (tabaco e algodão), pela economia voltada para o mercado externo e pelos latifúndios.

HOLANDA

Os holandeses fizeram algumas incursões na América do Norte, nas Antilhas e na América do Sul. Vale ressaltar sua presença em Pernambuco entre 1630 e 1654, espaço que controlaram por meio do financiamento da atividade açucareira, refinando e distribuindo o produto para a Europa. Após sua expulsão, os holandeses ocuparam as Antilhas, onde passaram a produzir açúcar concorrente ao brasileiro, o que ocasionou a decadência da atividade açucareira no Brasil. Dessa forma, a globalização se realizava no quadro do desenvolvimento das forças capitalistas engendradas no continente europeu.

O ESTADO SOU EU

Luís XIV é o rei absoluto por excelência. O Rei Sol, como era chamado, ao redor de quem tudo e todos orbitavam.

A frase “O Estado sou eu” é atribuída a ele. No absolutismo, o Estado era o rei e o rei era o Estado.

REGIME ABSOLUTISTA

Os reis passaram a ter um papel importante na vida coletiva, pois eram necessárias ações que incentivassem e permitissem o desenvolvimento das atividades urbanas.

Pode-se considerar como necessidades do novo quadro histórico a existência de um sistema monetário mais amplo, que facilitasse as trocas comerciais; a organização de exércitos permanentes para proteção das atividades mercantis; a unificação de tributos, que permitisse a dinamização econômica com o respectivo reforço de um aparelho de Estado; e, por último, a unificação de pesos e medidas, colaborando para a padronização dos referenciais de compra e intercâmbio.

Assim, aos poucos, o poder real passou a ter uma importância maior, não apenas por favorecer um dinamismo econômico, mas também por possibilitar o ordenamento em uma situação de mudanças sociais, agitações no campo e intensas mobilidades que preocupavam a nobreza, pois muitos nobres viam nisso uma ameaça ao princípio nobiliárquico de poder que até então imperava na Europa. Essa acomodação de vários interesses no Estado absolutista pode parecer paradoxal, mas deve-se entendê-la como a construção de um ordenamento que garantia o atendimento de demandas sociais distintas.

Dessa forma, estavam dadas as bases de afirmação das chamadas monarquias nacionais ou Estados modernos.

ABSOLUTISMO FRANCÊS

Na França, a família Bourbon chegou ao poder no quadro das guerras de religião que afetaram profundamente o continente europeu. As disputas religiosas serviram de pano de fundo e pretexto para a contestação da autoridade real na França, aumentando a rivalidade entre as famílias aristocráticas Guise e Bourbon na busca pelo poder. De um lado, Henrique de Guise apresentava-se como defensor do catolicismo, enquanto os Bourbon, liderados por Henrique de Navarra, comandavam os huguenotes.

No massacre perpetrado contra os protestantes franceses na Noite de São Bartolomeu, em 1572, milhares de huguenotes foram mortos, episódio que minou profundamente a autoridade real, fomentando ainda mais a guerra civil instalada na França. Após o assassinato de Henrique III, em 1589, as pretensões de Henrique de Navarra ao trono da França se consolidaram. Ele abdicou do protestantismo e foi, então, aclamado rei com o título de Henrique IV, sendo o fundador da dinastia Bourbon.

Governo de Henrique IV (1589-1610)

Embora Henrique IV tivesse se convertido ao catolicismo, tinha boas relações com grupos calvinistas e procurava desenvolver um governo de pacificação do país, em que participariam do aparelho de Estado tanto católicos como protestantes. Nesse sentido, destacou-se em sua política interna a criação do Édito de Nantes, em 1598, pelo qual os calvinistas teriam direito de culto nas praças-fortes em que fossem maioria. Além disso, por essa medida, era estabelecida a igualdade civil entre católicos e protestantes e, na prática, cargos governamentais eram franqueados aos huguenotes.

Contudo, sua política foi criticada tanto por católicos como por calvinistas. Os católicos radicais acreditavam que o rei havia traído sua confiança. Os huguenotes achavam a medida limitante, pois o culto protestante não estava liberado em todo o país. Mas o fator decisivo de sua impopularidade esteve vinculado à política externa.

Henrique IV considerava que o Estado francês só poderia ser poderoso em relação aos demais Estados europeus se enfraquecesse o poder internacional da família Habsburgo, que controlava terras ao leste, oeste, norte e sul da França.

Assim, procurando minar o poder dos Habsburgo, Henrique IV inaugurou uma política de apoio aos holandeses, que buscavam sua autonomia diante da Espanha. No entanto, muitos franceses viam na posição do rei, ao aliar-se aos holandeses, um sinal de que este não defendia o mundo católico, pois os holandeses eram protestantes. Para piorar a situação, o rei passou a defender uma ação armada nas terras alemãs em defesa da União Evangélica, protestante, que lutava contra a Liga Católica, organização militar de príncipes católicos comandados pela família Habsburgo.

A situação do rei foi se complicando diante da população católica, o que resultou em seu assassinato por fanáticos católicos em 1610, deixando um filho menor de idade como herdeiro, chamado Luís.

Governo de Luís XIII (1610-1643)

O príncipe herdeiro Luís XIII, menor de idade, teve como um importante auxiliar o duque Armand Jean du Plessis, mais conhecido por cardeal de Richelieu. Embora muitos comemorassem e acreditassem que o cardeal aplicaria uma política em consonância com as diretrizes da Contrarreforma católica, não foi isso o que ocorreu. Richelieu afirmava que só tomaria decisões em nome do rei se elas afirmassem o Estado francês. A isso se denominou “razão de Estado”.

O cardeal percebeu que a França só se tornaria poderosa se, de fato, enfraquecesse a família Habsburgo. Nesse sentido, reafirmou o apoio do país aos holandeses, colocando a França em guerra contra a Espanha. Isso permitia o ataque a navios espanhóis que saíam da América carregados de ouro e prata e a invasão de territórios americanos.

Além disso, Richelieu manteve os termos do Édito de Nantes, apesar de ser membro da cúpula da Igreja Católica. Seu governo favoreceu a centralização política e o reconhecimento da autoridade real. Os êxitos territoriais e econômicos contribuíram para que Luís XIII o mantivesse no governo. Pode-se afirmar que, após a maioria de Luís XIII, Richelieu continuou a exercer o poder em nome do rei como seu primeiro-ministro.

Além de a França conhecer a criação de um império no estrangeiro, sua economia foi reforçada com estímulos ao desenvolvimento manufatureiro. Esse setor, assim como o comercial, estava principalmente em mãos protestantes, o que explica a manutenção dos termos do Édito de Nantes, pois Richelieu sabia que uma ação contra os protestantes poderia ser danosa à economia francesa e, por conseguinte, à capacidade de arrecadação que sustentava o poder real.

Governo de Luís XIV (1643-1715)

Entre os reis da França, o mais importante foi Luís XIV, o Rei Sol. No primeiro momento de seu reinado, o governo esteve nas mãos de seu tutor, chamado Mazzarino.

O tutor era de origem italiana e fora apresentado à família Bourbon pelo cardeal Richelieu. Mazzarino conduziu um governo contestado por nobres que se viram desprestigiados com a presença de um italiano à frente de um Estado com poder centralizado. Em pouco tempo, agitações ganharam terreno contra o rei menor de idade e seu tutor. Essas movimentações de contestação ficaram conhecidas como Fronda (1648-1653). Mazzarino, apesar das dificuldades, combateu a Fronda e conseguiu vencê-la. Em meio às agitações, decidiu-se por construir um espaço em que o rei pudesse governar sem que houvesse pressões sociais, pois a Fronda havia dominado Paris, então sede do governo. Essa construção foi o Palácio de Versalhes.

O palácio foi construído com supervisão do próprio rei e tornou-se símbolo da autoridade real. O rei foi servido pelos mais importantes intelectuais, conseguindo atrair para o palácio uma nobreza que pretendia viver de favores reais.

O ministro das finanças de Luís XIV foi Colbert, responsável por aplicar uma política mercantilista no país. Para tanto, incrementou atividades manufatureiras e reforçou monopólios nas terras conquistadas, estabelecendo proteção tarifária para a produção interna. O resultado disso foi uma balança comercial superavitária, isto é, as exportações eram maiores do que as importações, o que contribuiu para a ampliação do poder real.

A partir de 1661, Luís XIV passou a conduzir diretamente o governo e atraiu a atenção de reis e de suas cortes. Todos queriam imitar o estilo francês de governo. Membros da Igreja apressaram-se em afirmar uma autoridade real de caráter divino, como o bispo francês Jacques Bossuet, que escreveu a obra *Política segundo as sagradas escrituras*, na qual defende a teoria do direito divino do rei.

O rei subordinou a nobreza territorial, transformando boa parte dela em uma nobreza cortesã, que vivia de subsídios reais e em contato direto com Luís XIV no Palácio de Versalhes. Seu reinado foi marcado por intensos conflitos com a Inglaterra, que custaram parte dos recursos arrecadados pelo Estado.

Decadência do Estado absolutista francês

Luís XV (1715-1774) continuou com altos gastos na Corte e com uma política de guerras que consumiu os recursos do Estado, além de aumentar seu endividamento.

O maior exemplo da catástrofe militar desse rei foi a derrota para a Inglaterra na chamada Guerra dos Sete Anos (1756-1763), pois teve de entregar territórios e possessões francesas à Inglaterra, além de pagar uma dívida de guerra.

O último rei, Luís XVI (1774-1792), enfrentou a Revolução Francesa (1789-1799), movimento que colocou fim à história do absolutismo francês. Foi guilhotinado em 1793 pelos revolucionários, que proclamaram a república no país.

ABSOLUTISMO INGLÊS

Dinastia Tudor

O processo de centralização política na Inglaterra remonta à Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e à Guerra das Duas Rosas (1455-1485). Em 1485, o chefe da Casa Tudor, Henrique, estabeleceu um acordo entre os membros da nobreza inglesa pondo fim à luta das famílias York e Lancaster e seus aparentados pelo trono da Inglaterra.

Henrique foi aclamado rei com o título de Henrique VII, fundando a dinastia Tudor (1485-1603). Ele não teve um poder absoluto, mas criou as bases da formação do Estado moderno inglês ao estabelecer a pacificação nas terras da Inglaterra. Entre os governantes dessa dinastia, destacam-se seu filho Henrique VIII e sua neta Elizabeth I.

Governo de Henrique VIII (1509-1547)

Henrique VIII ficou famoso, entre outros aspectos, por romper com a Igreja Católica e constituir, com o aval do Parlamento, uma igreja nacional, a Igreja Anglicana. O pretexto para tal ruptura foi o pedido de anulação de

seu casamento com Catarina de Aragão, católica e tia de Carlos V, o imperador do Sacro Império Romano-Germânico e defensor do catolicismo contra os protestantes alemães e holandeses. A Igreja Católica não anulou seu casamento para não criar dificuldades com o imperador alemão, porém criou problemas com o rei inglês, que foi ao Parlamento acusar o poder papal de interferir em assuntos que diziam respeito aos ingleses. O Parlamento apoiou a iniciativa de Henrique VIII e o resultado disso foi a criação do Ato de Supremacia, em 1534. Esse documento permitiu o confisco dos bens da Igreja Católica e a criação de uma instituição religiosa vinculada ao Estado. O rei era o chefe dessa instituição, o que lhe garantia um poder amplo sobre a comunidade inglesa. Assim, à custa do poder e da riqueza da Igreja Católica da Inglaterra, foi construído o poder real absolutista de Henrique VIII.

Governo de Elizabeth I (1558-1603)

Elizabeth I, após os governos complicados de seus irmãos Eduardo VI (1547-1553) e Maria I (1553-1558), retomou a política de seu pai, restaurando o Ato de

Supremacia que havia sido abolido por sua irmã, fomentando ainda mais as manufaturas de lã com subsídios do Estado. Nesse período, a expansão marítima inglesa esteve associada à prática do corso, ou seja, à pirataria de Estado. Os ataques frequentes às embarcações espanholas, que saíam da América carregadas de metais preciosos, colocaram em conflito Inglaterra e Espanha. O rei da Espanha, Filipe II, organizou uma esquadra conhecida por Invencível Armada para invadir a Inglaterra. No entanto, a vitória coube a Elizabeth, que afirmou, dessa forma, a supremacia inglesa nos mares. Foi a rainha que conduziu a sucessão ao trono inglês, indicando a família Stuart como herdeira.

Dinastia Stuart

O reinado da família Stuart foi marcado por agitações sociais no campo e nas cidades, envolvendo desde setores populares até grupos da nobreza descontentes com a política de uma família originária da Escócia.

A cronologia do reinado Stuart vincula-se, necessariamente, às Revoluções Inglesas do século XVII, que serão estudadas mais adiante.

ROTEIRO DE AULA

TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

Mercantilismo

Metalismo: Acúmulo de metais preciosos.

Balança comercial favorável: Receitas superiores às despesas.

Protecionismo: Monopólio comercial.

Colonialismo: Captação de recursos e mercado consumidor.

Espanha: Dominação de sociedades complexas (incas e astecas). Comando dos reinóis, conhecidos como chapetones, que estavam acima dos criollos (brancos nascidos na colônia). Os dois grupos eram minoria, em uma sociedade colonial majoritariamente de nativos e mestiços.

Portugal: Extrativismo como principal atividade nos primeiros contatos. Alianças com certos grupos indígenas e conflito com outros. Distribuição de grandes extensões de terra como forma de ocupação e colonização efetiva.

Colonização

França: Tentativas de colonização, entrando em áreas que teoricamente pertenciam a outras nações. Estabeleceram colônias em Quebec, no Vale do Mississipi, nas Antilhas e até no atual Rio de Janeiro, por pouco tempo, na chamada França Antártica.

Inglaterra: População que realizou a ocupação da América do Norte, as chamadas Treze Colônias. Buscava a liberdade de culto que não tinham na Inglaterra. Mão de obra livre no Norte e trabalho escravo no Sul.

Holanda: Algumas incursões na América do Norte, nas Antilhas e na América do Sul. Utilizavam o modelo de produção de açúcar em larga escala em áreas que favoreciam seu cultivo. Chegaram a dominar o Nordeste brasileiro, mas, após serem expulsos, ficaram nas Antilhas.

ROTEIRO DE AULA

ABSOLUTISMO

O que é absolutismo?

Uma forma de organização do poder em um Estado controlado por um monarca com poderes totais, sem influência de outras instituições ou agentes. Seu símbolo mais conhecido é Luís XIV, o Rei Sol.

Benefícios trazidos pelo Estado absolutista para o mercantilismo

Sistema monetário que apoia e facilita trocas comerciais. Exército permanente para defesa das atividades mercantis. Unificação tributária. Padronização de pesos e medidas para referenciais de compra e intercâmbio.

Absolutismo francês

Luís XI (dinastia dos Valois): É considerado o consolidador do regime absolutista na França.

Henrique IV (dinastia dos Bourbon): Governou a França entre 1589 e 1610. Em 1598, criou o Édito de Nantes, pelo qual os calvinistas teriam direito de culto nas praças-fortes em que fossem maioria.

Luís XIII (dinastia dos Bourbon): Por ser menor de idade, teve como auxiliar o cardeal de Richelieu, que foi o arquiteto do Estado absolutista francês.

Luís XIV (dinastia dos Bourbon): Conhecido como Rei Sol, governou a França entre 1643 e 1715. Fez a nobreza ser subordinada e cortesã, vivendo sob seus olhares em Versalhes. Travou intensos conflitos com a Inglaterra.

Absolutismo inglês

Dinastia Tudor: Fundada após os acordos que puseram fim ao conflito entre as famílias York e Lancaster na chamada Guerra das Duas Rosas (1455-1485).

Henrique VIII (1509-1547): Rompeu com a Igreja Católica, confiscou suas terras e seus bens e passou a ser chefe do Estado e da Igreja, por meio do chamado Ato de Supremacia.

Elizabeth I (1558-1603): Após os governos complicados de seus irmãos, restaurou o Ato de Supremacia, que há pouco havia sido abolido pela sua irmã. Consolidou o poderio naval dos ingleses e fez a transição dos Tudor para os Stuart.

Dinastia Stuart: Por ser uma família escocesa, havia um descontentamento dos súditos e da nobreza e, além disso, nesse período houve muitas agitações no campo e nas cidades. É durante essa dinastia que começam a germinar as Revoluções Inglesas.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. **UNESP** – Entre os motivos do pioneirismo português nas navegações oceânicas dos séculos XV e XVI, podem-se citar:

- a) a influência árabe na Península Ibérica e a parceria com os comerciantes genoveses e venezianos.
- b)** a centralização monárquica e o desenvolvimento de conhecimentos cartográficos e astronômicos.
- c) a superação do mito do abismo do mar e o apoio financeiro e tecnológico britânico.
- d) o avanço das ideias iluministas e a defesa do livre-comércio entre as nações.
- e) o fim do interesse europeu pelas especiarias e a busca de formas de conservação dos alimentos.

Em um primeiro momento, a centralização e a concentração do poder monárquico, após a Guerra de Reconquista, fazem Portugal sair na frente. Após décadas de investimento desse governo central, foram desenvolvidos conhecimentos de navegação baseados no que os árabes e os genoveses já sabiam.

2. **UFAL** – A primeira característica do mercantilismo era o metalismo, ou seja, a concepção de que a prosperidade de cada país:

- a) seria determinada pelo volume da sua produção interna.
- b) dependeria do tamanho do território principal somado à área de suas colônias.
- c) estaria ligada a uma balança comercial favorável, geradora de grande superávit.
- d)** estaria na razão direta da quantidade de metais preciosos que possuísse.
- e) dependeria da liberdade com que o comércio se expande sem a interferência do governo.

Neste módulo, estudamos a transição econômica do feudalismo para o capitalismo mercantil e de que modo as Grandes Navegações estão relacionadas com esse processo. Esta questão trabalha uma das características básicas do mercantilismo: o metalismo. Uma das missões dos exploradores, inclusive, era encontrar metais preciosos.

3. **Fatec-SP**

C3-H11

“A França é uma monarquia. O rei representa a nação inteira, e cada pessoa não representa outra coisa senão um só indivíduo ante o rei. Em consequência, todo poder, toda autoridade, reside nas mãos do rei, e só deve haver no reino a autoridade que ele estabelece. Deve ser o dono, pode escutar os conselhos, consultá-los, mas deve decidir. Deus que fez o rei dar-lhe-á as luzes necessárias, contanto que mostre boas intenções.”

Luís XIV. *Memórias sobre a arte de governar*.

Podemos caracterizar o absolutismo monárquico posto em prática nos países europeus durante a Idade Moderna como:

- a) uma aliança entre um monarca absolutista e a burguesia mercantil, a fim de dominar e excluir o poder da nobreza.
- b) uma aliança bem-sucedida entre a burguesia e o proletariado.
- c)** uma forma de governo autoritária, cujo poder está centralizado nas mãos de uma pessoa que exerce todas as funções do Estado.
- d) um sinônimo de tirania exercida pelo monarca sobre seus súditos.
- e) um poder total concentrado nas mãos da nobreza, no qual cabia aos juizes e deputados a tarefa de julgar e legislar.

Neste módulo sobre absolutismo, esta questão é importante para explorar algumas características dessa forma de governo, como autoritarismo e poderes concentrados e centralizados.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

4. **UFG-GO** – Leia o texto a seguir:

“É notório que os reis que deixaram boa memória, cada um no seu tempo, buscaram a maneira de acrescentar as suas rendas e fazendas, sem dano e prejuízo dos seus súditos, para sustentar o seu estado real, a boa governança dos seus reinos, bem como a guarda e conservação deles para a conquista e guerra.”

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS.

Diversos de Castela. Livro 3, fôlio 85.

Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. p. 256. (Adaptado)

Escrito no século XV, o texto é parte de uma instrução régia de Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Ele revela, como aspecto característico das monarquias europeias centralizadas, a organização das finanças régias:

- a)** considerando as despesas com a administração dos negócios militares.
- b) implementando uma política de favorecimento da burguesia emergente.
- c) estabelecendo uma remuneração à nobreza pelos serviços burocráticos.
- d) impondo o controle estatal às atividades econômicas privadas.
- e) justificando a intervenção na economia com base nos princípios de autossuficiência.

O texto faz referência aos primeiros passos do Estado nacional centralizado, de administração racionalizada e burocrática. A Espanha é um bom exemplo de Estado que passou por tais transformações necessárias para a implementação do projeto de Estado nacional centralizado.

5. **Unirio-RJ** – O absolutismo monárquico manifestou-se de formas variadas, entre os séculos XVI e XVIII na Europa, através de um conjunto de práticas e doutrinas político-econômicas que fundamentavam a atuação do Estado nacional absoluto. Dentre essas práticas e doutrinas, identificamos corretamente a:

- a) condenação da doutrina política medieval que justificava a autoridade monárquica absoluta através do direito divino dos reis.
- b)** concentração dos poderes de governo e da autoridade política na pessoa do rei, identificado com o Estado.
- c) promoção política das burguesias nacionais, principais empreendedores mercantis da expansão econômica e geográfica do Estado moderno absoluto.
- d) adoção de práticas capitalistas e liberais como fundamento da organização econômica dos impérios coloniais controlados pelas monarquias europeias.
- e) rejeição dos princípios mercantilistas: dirigismo econômico e protecionismo alfandegário.

Mais uma questão que trata das principais características do absolutismo, entre elas a autoridade total do rei. Não cabe falar em rejeição do mercantilismo, práticas liberais, burgueses como empreendedores da expansão econômica e geográfica ou mesmo em doutrina política medieval.

- 6. PUC-RS** – O Parlamento inglês, ao promulgar o chamado Ato de Supremacia (Act of Supremacy), em 1534, subordinou as leis da Igreja à soberania jurídica das leis civis, concedendo ao rei Henrique VIII o poder de “único chefe supremo da Igreja”. O resultado do Ato de Supremacia foi/foram:
- a) a difusão do protestantismo calvinista, principalmente pela Escócia.
 - b) o início do expansionismo inglês, constituindo as bases do seu império colonial.

- c) a centralização de poder, que esteve na base da Reforma Anglicana.
- d) a implantação do catolicismo, que gerou repressão tanto dos reformistas quanto do Parlamento inglês.
- e) os conflitos entre o rei e o Parlamento, pois o primeiro buscava restaurar antigos direitos feudais retirados da Magna Carta de 1215.

Novamente uma questão que trata da Reforma Anglicana de Henrique VIII, neste caso tendo como foco a centralização do poder envolvida no rompimento com a Igreja Católica e a consequente acumulação dos poderes seculares e religiosos nas mãos dos reis.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 7. PUC-RJ** – Sobre a conquista espanhola da América nos séculos XV e XVI, assinale a afirmativa correta:

- a) da conquista participaram soldados, clérigos, cronistas, marinheiros, artesãos e aventureiros, motivados pelo desejo de encontrar riquezas como o ouro e a prata e também de expandir a fé católica expulsando os muçulmanos da América.
- b) o ano de 1492 foi crucial não só pela chegada de Colombo à América, como também pela conclusão da unidade da monarquia espanhola levada adiante pelos reis católicos com a conquista de Granada, último reduto muçulmano na península.
- c) Hernán Cortés conquistou facilmente o Império Asteca, na região do alto Peru, à época governado por Montezuma, com quem se aliou para derrotar outros povos indígenas que resistiram à dominação espanhola.
- d) desde o início da conquista, os indígenas contaram com a proteção da Igreja Católica, que os reconhecia como seres humanos que possuíam alma e, portanto, não deveriam ser subjugados.
- e) o Império Inca, no México, foi conquistado por Francisco Pizarro, que enfrentou uma longa resistência dos exércitos indígenas, militarmente superiores e profundos conhecedores do território em que viviam.

- 8. Uneal** – Sobre a prática do mercantilismo, é correto afirmar:

- a) as colônias na América, a exemplo do Brasil, possuíam grande autonomia em sua organização administrativa e livre produção econômica, inclusive permitindo-se a produção de manufaturas. Esta situação era possível em virtude da existência de cidades como Olinda e Salvador, que se igualavam politicamente às metrópoles europeias.
- b) a balança comercial favorável não consistia em uma preocupação das metrópoles em relação às suas atividades comerciais e exploração das colônias. O livre-comércio e a permanência da riqueza nas próprias colônias eram necessários para o povoamento da América e o fortalecimento econômico dos Estados absolutistas europeus.
- c) entende-se por monopólio colonial a situação na qual a colônia, a exemplo do Brasil, é quem define com quais países pretende manter relações comerciais.
- d) o poder político centralizado pelos Estados nacionais europeus exerceu papel de destaque no desenvolvimento do mercantilismo. As monarquias absolutistas funcionavam como grandes empresários do capitalismo, possibilitando uma união de esforços para o desenvolvimento das atividades mercantis que envolviam desde a mobilização de recursos técnicos para navegação até a obtenção de financiamentos.
- e) o processo de expansão marítima europeia a partir do século XV possibilitou descobrir novos territórios.

Estas descobertas foram apenas o resultado do espírito aventureiro e sorte do acaso nas navegações oceânicas empreendidas por ingleses e franceses que pioneiramente desbravaram o Oceano Atlântico.

- 9. UFRGS-RS** – Durante a Baixa Idade Média, ocorreu em Portugal a denominada Revolução de Avis (1383-1385), que resultou em uma mudança dinástica cuja principal consequência foi:

- a) o enfraquecimento do poder monárquico diante das pressões localistas que ainda sobreviviam nas pequenas circunscrições territoriais do reino.
- b) o surgimento de uma burguesia industrial cosmopolita e afinada com a mentalidade capitalista que se instaurara na Europa.
- c) o início das Grandes Navegações marítimas, que resultaram no descobrimento da América e no reconhecimento da Oceania pelos lusitanos.
- d) o início do processo de expansão ultramarina, que levaria às conquistas no Oriente, além da ocupação e do desenvolvimento econômico da América portuguesa.
- e) o surgimento de uma aristocracia completamente independente do Estado, que tinha como projeto político mais relevante a expansão do ideal cruzadista.

- 10. Cesgranrio-RJ** – Durante o século XVII, grupos puritanos ingleses perseguidos por suas ideias políticas (antiabsolutistas) e por suas crenças religiosas (protestantes calvinistas) abandonaram a Inglaterra, fixando-se na costa leste da América do Norte, onde fundaram as primeiras colônias. A colonização inglesa nessa região foi facilitada:

- a) pela propagação das ideias iluministas, que preconizavam a proteção e o respeito aos direitos naturais dos governados.
- b) pelo desejo de liberdade dos puritanos em relação à opressão metropolitana.
- c) pelo abandono dessa região por parte da Espanha, que então atuava no eixo México-Peru.
- d) pela possibilidade de explorar grandes propriedades agrárias com produção destinada ao mercado europeu.
- e) pela consciência política dos colonos americanos, desde logo treinados nas lutas coloniais.

- 11. UFRGS-RS** – Pelo Editto de Nantes, em 1598, Henrique IV da França:

- a) reprimiu violentamente os protestantes em Paris, no acontecimento conhecido como A Noite de São Bartolomeu.
- b) instituiu a cobrança de impostos territoriais somente para os protestantes franceses.
- c) estabeleceu a igualdade política entre os diferentes credos.

- d) diminuiu o poder dos católicos franceses, assegurando a supremacia política aos huguenotes.
- e) concentrou todo o poder em suas mãos, implantando o absolutismo na França.

12. UDESC – É correto afirmar, em relação ao absolutismo:

- a) As liberdades individuais e a preservação dos direitos alcançados pelos servos foram características do período absolutista.
- b) A primeira revolução de caráter burguês e contra o absolutismo ocorreu na França.
- c) As disputas religiosas e entre igrejas não se relacionavam de forma alguma com as práticas absolutistas.
- d) Na França, os filósofos iluministas foram, em sua esmagadora maioria, favoráveis à política absolutista.
- e) O período das práticas absolutistas foi maior na França do que na Inglaterra.

13. Cederj – Para alguns autores, o absolutismo seria um sistema político ancorado no mercantilismo. Por conseguinte, é correto afirmar que as principais características do mercantilismo são:

- a) a escassez de riquezas e o absenteísmo do Estado.
- b) a marcante ausência do Estado e o liberalismo econômico.
- c) a essencial presença do Estado e o protecionismo alfandegário.
- d) o apego à acumulação de metais e a ausência do Estado na política econômica.

14. UFMG – Considerando-se as características do Antigo Regime, é incorreto afirmar que:

- a) a economia foi fortemente marcada pela atividade comercial, regida por concepções e práticas denominadas mercantilismo.
- b) a expansão comercial associada à expansão marítima provocou forte migração e consequente despovoamento das cidades europeias.
- c) a organização política predominante era fundamentada no absolutismo monárquico e se legitimou pela teoria do direito divino dos reis.
- d) o processo de ocupação e colonização de territórios além-mar ajudou a expandir a cultura e os valores da Europa.

15. PUCCamp – Dentre as instituições políticas do Estado moderno, aquela que mais o caracteriza é o:

- a) absolutismo monárquico, nova forma política assumida cujos fundamentos estavam expressos na Suma Teológica de Tomás de Aquino.
- b) mercantilismo, que servia para justificar o enriquecimento da Igreja Católica, mas não traduzia os interesses do monarca absolutista.
- c) absolutismo monárquico, que intervinha na vida econômica.
- d) liberalismo praticado pelos príncipes, mas limitado pela tradição e pelo equilíbrio entre as classes sociais.
- e) absolutismo monárquico, que punha em prática uma política econômica de características não intervencionistas, quase liberais – a política mercantilista.

16. Unaerp-SP – A política externa de Luís XIV, o Rei Sol, teve como principal característica:

- a) a ruína da economia francesa em decorrência das sucessivas guerras que a França travou contra outros países para preservar sua supremacia na Europa, juntamente com os gastos vultosos para a manutenção da Corte.
- b) a consolidação do absolutismo monárquico através da redução dos poderes da alta burguesia.
- c) a concentração da autoridade política na pessoa do rei.
- d) por ter reduzido seus ministros à condição de meros funcionários, passar a fiscalizar, pessoalmente, todos os negócios do Estado.
- e) a autossuficiência do país com a regulamentação da produção, a criação de manufaturas do Estado e o incremento do comércio exterior.

17. Cesgranrio-RJ – A frase de Luís XIV, “L’Etat c’est moi” (O Estado sou eu), como definição da natureza do absolutismo monárquico, significava:

- a) a unidade do poder estatal, civil e religioso, com a criação de uma Igreja francesa (nacional).
- b) a superioridade do príncipe em relação a todas as classes sociais, reduzindo a um lugar humilde a burguesia enriquecida.
- c) a submissão da nobreza feudal pela eliminação de todos os seus privilégios fiscais.
- d) a centralização do poder real e absoluto do monarca na sua pessoa, sem quaisquer limites institucionais reconhecidos.
- e) o desejo régio de garantir ao Estado um papel de juiz imparcial no conflito entre a aristocracia e o campesinato.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H1

Na América inglesa, não houve nenhum processo sistemático de catequese e de conversão dos índios ao cristianismo, apesar de algumas iniciativas nesse sentido. Brancos e índios confrontaram-se muitas vezes e mantiveram-se separados. Na América portuguesa, a catequese dos índios começou com o próprio processo de colonização, e a mestiçagem teve dimensões significativas. Tanto na América inglesa quanto na portuguesa, as populações indígenas foram muito sacrificadas. Os índios não tinham defesas contra as doenças trazidas pelos brancos, foram derrotados pelas armas de fogo destes últimos e, muitas vezes, escravizados.

No processo de colonização das Américas, as populações indígenas da América portuguesa:

- a) foram submetidas a um processo de doutrinação religiosa que não ocorreu com os indígenas da América inglesa.
- b) mantiveram sua cultura tão intacta quanto à dos indígenas da América inglesa.
- c) passaram pelo processo de mestiçagem, que ocorreu amplamente com os indígenas da América inglesa.
- d) diferenciaram-se dos indígenas da América inglesa por terem suas terras devolvidas.
- e) resistiram, como os indígenas da América inglesa, às doenças trazidas pelos brancos.

19. Enem**C3-H11**

“O que chamamos de Corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de criados de *libré*. A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de ‘classe média’ na Corte; entre os que não se satisfiziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar.”

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. São Paulo: Jorge Zahar, 1995. p. 18. (Adaptado)

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3º Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência à “classe média”, descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social a fim de:

- a) aproximar da nobreza cortesã a condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3º Estado.
- b) destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.
- c) indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3º Estado.

d) distinguir, dentro do 3º Estado, as condições em que viviam os “criados de *libré*” e os camponeses.

e) comprovar a existência, no interior da Corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.

20. Enem**C6-H26**

“O que se entende por Corte do Antigo Regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do Reino da França sob a rubrica significativa de Casas Reais.”

ELIAS, N. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é:

- a) o Palácio de Versalhes.
- b) o Museu Britânico.
- c) a Catedral de Colônia.
- d) a Casa Branca.
- e) a pirâmide do faraó Quéops.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXPANSÃO MARÍTIMA EUROPEIA E AMÉRICA ESPANHOLA

12

O MUNDO EUROPEU

Após décadas de investimento sem retorno, aproveitando conhecimentos trazidos à Península Ibérica pelos muçulmanos, sofisticando-os e desenvolvendo novas tecnologias, Portugal foi o primeiro Estado moderno a dominar completamente a navegação pelos oceanos.

Compartilhando vários dos pilotos, como eram chamados os chefes dessas navegações, e contando, assim como Portugal, com o financiamento de banqueiros de cidades como Veneza e Florença, a Espanha veio logo atrás. Inglaterra, Holanda e França, que também constituíram Estados nacionais, puderam seguir os pioneiros na colonização do mundo. Em pouco tempo, os europeus estavam em todos os cantos do globo.

DO MAR AO OCEANO

Em princípio, o Mar Mediterrâneo foi a grande referência de navegação. Várias rotas comerciais abrangiam o norte da África, a Península Itálica, a cidade de Constantinopla e o sul da França e da Península Ibérica. No entanto, o comércio era dominado por cidades autônomas da Península Itálica, como Gênova e Veneza, e pelos muçulmanos.

Aos poucos, iniciativas das coroas ibéricas romperam os limites da expansão mediterrânea, abrindo novos horizontes para a exploração europeia assentada em monarquias centralizadas, os Estados modernos. Os pioneiros das Grandes navegações foram, também, os primeiros Estados que se unificaram: Portugal e Espanha. Os que se seguiram foram, da mesma forma, os próximos a se unificar: Inglaterra, França e Holanda. Não por coincidência, Alemanha e Itália, que só se unificaram como Estados nacionais no século XIX, nunca tiveram uma grande presença nas explorações desse período.

PORTUGAL E ESPANHA

O primeiro país a se lançar à aventura no chamado Mar Oceano foi Portugal, após a Revolução de Avis (1383-1385). D. João, mestre da Ordem de Avis, tornou-se rei e apoiou investidas no norte da África, dominando a cidade de Ceuta (1415). Iniciava-se o chamado périplo africano, a aventura portuguesa na costa da África, que tinha, entre outros objetivos, difundir a fé cristã e buscar um caminho alternativo para as Índias, local em que se imaginava conseguir produtos valiosos.

Foram várias as viagens portuguesas de cabotagem ao longo da costa africana, onde se construíram espaços de exploração comercial chamados feitorias, até que os lusitanos conseguissem ultrapassar o Cabo das Tormentas (1488), mais tarde rebatizado com o nome de Cabo da Boa Esperança.

Enquanto Portugal buscava atingir o Oriente contornando a África, a Espanha financiava o navegador genovês Cristóvão Colombo. A expedição espanhola também visava atingir o Oriente, mas de outra maneira: seguindo para o Ocidente.

Acreditando na esfericidade da Terra, Colombo apresentou seu plano de navegação aos reis espanhóis Isabel e Fernando, sendo patrocinado pela rainha. Assim, em 1492, antes de os portugueses chegarem ao Oriente, Cristóvão Colombo aportou em terras que, em seu entendimento, eram orientais.

- O mundo europeu
- Do mar ao oceano
- Portugal e Espanha
- A espada espanhola em busca de metais preciosos
- Período pré-colombiano
- Maias
- Astecas
- Incas
- Colonização espanhola

HABILIDADES

- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

O que aconteceu na incursão de Colombo foi a descoberta de um novo território para a exploração europeia, conhecido atualmente por América, em homenagem ao navegador Américo Vespúcio, que afirmou ser ele de enorme dimensão, quase um continente.

Em 1498, Portugal atingiu Calicute, no Subcontinente Indiano. Os portugueses procuraram cristãos naquela região e obtiveram especiarias que garantiram um lucro inimaginado para a época. A essa altura, a Coroa portuguesa já havia firmado um acordo com a Espanha: o Tratado de Tordesilhas, o qual dividia o mundo a ser descoberto entre os dois países. Em 1500, ocorreu a expedição oficial que sacramentou o domínio português na América: a viagem de Pedro Álvares Cabral.

Em um curto intervalo de tempo, a França, governada por Francisco I, da dinastia Valois, questionou a divisão do mundo entre portugueses e espanhóis. Ironizando tal distribuição, o rei perguntou onde estava o testamento de Adão e Eva, documento que teria garantido a Portugal e Espanha as terras do Novo Mundo. Como essa declaração não existia, o rei afirmou que os franceses ocupariam o território.

A ESPADA ESPANHOLA EM BUSCA DE METAIS PRECIOSOS

No Novo Mundo, a espada espanhola passou por cima de todos os povos que encontrou para conseguir o que queria: ouro e prata. Por muito tempo, os espanhóis foram os únicos a encontrar esses metais preciosos em suas colônias, e isso representou uma enorme vantagem para o império que então se formava.

PERÍODO PRÉ-COLOMBIANO

A existência de um emaranhado de relações entre grupos humanos em determinados espaços da América permitiu o desenvolvimento de civilizações sofisticadas em termos materiais, como atestaram as culturas maia, asteca e inca antes da chegada dos europeus.

MAIAS

Os maias habitaram o sul do atual México (Península de Iucatã) e partes da América Central, que correspondem aos territórios das atuais Guatemala, Belize e Honduras. Sua organização remonta ao século III da era cristã e foi marcada pela existência de cidades-Estado, não constituindo, dessa forma, um império unificado.

A economia maia era basicamente agrícola e cultivava-se milho, cacau e batata. A plantação era realizada, em princípio, nas áreas mais baixas, onde existiam pântanos. A água era drenada por meio de um complexo sistema de canais, permitindo o desenvolvimento agrícola.

Outra prática comum na agricultura era a queimada para limpar a terra. Isso desgastava o solo rapidamente, o que teria induzido a busca de outros territórios,

colocando em rota de colisão as cidades maias. Ainda no âmbito econômico, havia o intercâmbio entre grupos das várias cidades por algum tempo, em que utilizavam como referencial de valor (moeda) sementes de cacau.

A sociedade maia era constituída de forma rígida e hierarquizada e dividia-se basicamente em três escalões. No topo dessa estrutura encontrava-se a elite governamental, formada pela família do governante. Em seguida, vinham os sacerdotes, os agentes do Estado e os comerciantes. Na base da estrutura social, estavam os agricultores e os trabalhadores braçais.

ASTECAS

Também conhecidos por mexicas, estabeleceram-se no Vale do México por volta do século XII da era cristã. Eram guerreiros que seguiram do norte para o sul, conquistando inúmeros povos e culturas. Absorveram elementos culturais de outras civilizações, como a dos olmecas (a mais antiga cultura da região), chichimecas e toltecas, entre outras. Seu poder originara-se da atividade militar, incorporando elementos religiosos de povos dominados como forma de justificação de seu poderio político na região.

Antes do domínio espanhol, os astecas haviam sido grandes conquistadores, exigindo tributos cobrados de uma a quatro vezes por ano dos povos submetidos. Funcionários do Estado e escribas mantiveram registros desses impostos, organizando a arrecadação e o transporte das mercadorias.

As famílias que controlavam o aparelho estatal eram as principais beneficiadas, constituindo uma elite no interior da sociedade mexicana. Outros grupos tinham destaque e estavam associados a atividades comerciais. Contudo, a maior parte da população era constituída de camponeses e artesãos, que se submetiam às regras do Estado.

Apesar de a maior parte das realizações culturais e artísticas ter sido destruída pelos espanhóis no processo de conquista e colonização, até hoje é possível admirar grandes construções astecas. Além disso, essa civilização utilizava a escrita pictográfica, o sistema numérico vigesimal e o calendário solar, em que a cada 52 anos era completado um ciclo.

A respeito dos sacrifícios humanos, de acordo com León-Portilla, os astecas acreditavam que eram o povo escolhido para preservar a ordem universal. O Sol deveria ser alimentado para que a produção de milho fosse generosa e a vida humana continuasse, pois havia uma associação entre o Sol, o milho e o ouro. Sendo assim, o líquido vital dos homens deveria alimentar o Sol, por isso a existência desse ritual.

INCAS

No altiplano andino desenvolveu-se uma sofisticada civilização, conhecida como incaica. Suas origens ainda são desconhecidas, mas sabe-se que habitou primeiro a região de Huari e se estabeleceu na área de Cuzco, no fim do século XIII.

Estudos arqueológicos registram a presença humana nos Andes há aproximadamente 14 mil anos. A cultura mais antiga da região ficou conhecida por chavin. Após o recuo das geleiras andinas, grupos de caçadores e coletores passaram a se dedicar à pesca e à agricultura por volta de 3500 a.C. Habitantes de áreas mais interiores desenvolveram o cultivo de pimenta, amaranho, quinoa e milho. A partir do segundo milênio são encontrados objetos de cerâmica no altiplano.

Provavelmente, o êxito da atividade agrícola provocou crescimento demográfico, dando origem aos primeiros assentamentos urbanos. Alguns dos povoados chegaram a abrigar cerca de mil habitantes e eram dominados por centros cerimoniais, nos quais apareceram os primeiros terraços e as construções piramidais (na área de Chavin de Huantar), o que aconteceu no primeiro milênio por volta de 900 a.C. Nessa época, era realizado o culto ao Jaguar (Puma).

Os incas tinham como base de alimentação o cultivo de batata e milho. A sociedade organizava-se de forma hierárquica e o imperador era a figura máxima e considerado descendente do deus Sol (Inti). Pode-se afirmar a existência de um Estado teocrático nessa civilização.

Cuzco, capital inca, chegou a administrar uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes em um império que se estendeu, ao longo da costa ocidental, do extremo sul do atual Chile até a área mais setentrional que corresponde atualmente ao Equador.

Apesar dessa sofisticação civilizacional, não houve entre os incas uma escrita. Ao menos é o que se afirma até o momento. O que existia era uma espécie de linguagem em nós de cordas, os quipus, utilizados para a realização dos registros tributários do império.

Havia também um complexo sistema religioso, associado a observações astronômicas. Além de Inti (Sol), outras divindades populares eram Mama Cocha e Viracocha, relacionadas, respectivamente, à agricultura/fertilidade e à criação do mundo.

Os incas também realizavam sacrifícios humanos, em especial de crianças ou mulheres jovens, como atestam pesquisas em sítios arqueológicos nas montanhas chilenas.

Quando da chegada dos espanhóis (século XVI), o Império Inca passava por uma disputa pelo trono entre dois irmãos: o mais velho, Huáscar, e o outro, Athaulpa. O conquistador espanhol Francisco Pizarro soube explorar esse conflito para empreender o domínio sobre o gigantesco império da América do Sul.

COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

As civilizações asteca e inca acumularam metais preciosos sem conteúdo monetário e esse acúmulo preexistente foi intensamente explorado pelos espanhóis, que ocuparam o território americano rapidamente.

Além de extrair recursos minerais e alimentos, os espanhóis exploraram a mão de obra indígena por meio da *mita* (trabalho remunerado na extração de metais preciosos) e da *encomienda* (trabalho obrigatório, especialmente em lavouras).

Vários autores têm destacado motivações que extrapolaram o interesse comercial na expansão europeia do início dos tempos modernos. Sem dúvida, questões relativas ao pensamento religioso e, mais amplamente, ao imaginário europeu podem lançar luzes sobre o processo de globalização inaugurado pelos Estados do Velho Mundo.

A ideia do “paraíso terreal” perdido, a luta contra os chamados infiéis e o interesse de expansão da fé cristã são elementos fundamentais para a compreensão da expansão europeia. Pode-se considerar, por exemplo, que a ampliação dos Estados ibéricos teve forte caráter de afirmação da fé cristã e de luta contra os considerados infiéis.

O próprio Cristóvão Colombo tinha um desejo que ia além da riqueza material. Aliás, ela era instrumento para a realização da grande tarefa de reconquistar Jerusalém dos infiéis.

O historiador Edmundo O’Gorman defendeu a tese de que a América não foi descoberta pelos europeus, mas teria sido inventada, pois os conquistadores do Velho Mundo projetavam sua imaginação sobre a terra americana e seus habitantes, recriando o inferno ou o paraíso terreal de acordo com as circunstâncias.

ROTEIRO DE AULA

EXPANSÃO EUROPEIA

Expansão marítima

Causas: A estagnação da economia europeia estimula a busca de novos mercados consumidores e fornecedores.

O alto preço das especiarias.

Ascensão social da burguesia mercantil e fortalecimento do Estado nacional.

Ideais religiosos resultantes das Cruzadas: expansão do cristianismo.

Aperfeiçoamento técnico dos instrumentos de navegação: bússola, astrolábio, caravela e vela latina, entre outros.

Consequências: Queda do preço das especiarias.

Europa abastecida por produtos americanos.

Aumento da circulação de ouro e prata.

Circulação intensa da moeda.

Enriquecimento da burguesia.

Difusão da cultura europeia.

Restabelecimento da escravidão (africana e indígena).

Difusão do cristianismo pela catequização de povos nativos na África e na América.

Reconhecimento da esfericidade da Terra.

Desenvolvimento de áreas como astronomia, geografia, zoologia e botânica e de técnicas de navegação.

ROTEIRO DE AULA

AMÉRICA ESPANHOLA

América pré-colombiana

Maias: Habitavam a Península de Yucatán, no México.

Organizados em cidades-Estados.

Desenvolveram a escrita hieroglífica, a matemática e a astronomia.

Astecas: Com capital em Tenochtitlán, herdaram a cultura maia.

Constituíram um importante império, subjugando os demais povos da região.

Incas: Habitavam os altiplanos dos Andes (Peru e Bolívia), com capital em Cuzco. Desenvolveram a agricultura de terraços e a criação de lhamas.

Utilizavam ouro, prata, cobre e bronze.

Desenvolveram uma avançada engenharia para a construção de estradas e cidades de pedra.

Usavam o quipo como sistema de contagem.

Foco: Extração de recursos minerais e vegetais, explorando mão de obra indígena.

Mita e encomienda.

Influência religiosa: Colonização religiosa, expansão da fé cristã e luta contra os infiéis no contexto da Contrarreforma.

Colonização espanhola

Visão do Novo Mundo: O imaginário europeu gerou visões fantásticas das terras conquistadas.

Dominação de sociedades complexas: Rápida ocupação e dominação dos territórios dos impérios Inca e Asteca, já fragilizados por constantes conflitos internos.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Cesgranrio-RJ – Acerca da expansão marítima comercial implementada pelo Reino Português, podemos afirmar que:

- a) a conquista de Ceuta marcou o início da expansão, ao possibilitar a acumulação de riquezas para a manutenção do empreendimento.
- b) a conquista da Baía de Arguim permitiu a Portugal montar uma feitoria e manter o controle sobre importantíssima rota comercial intra-africana.
- c) a instalação da feitoria de São Paulo de Luanda possibilitou a montagem de grande rede de abastecimento de escravos para o mercado europeu.
- d) o domínio português de Piro e Sidon e o conseqüente monopólio de especiarias do Oriente Próximo tornaram desinteressante a conquista da Índia.
- e) a expansão da lavoura açucareira escravista na Ilha da Madeira, após 1510, aumentou o preço dos escravos, tanto nos portos africanos quanto nas praças brasileiras.

Como visto neste módulo, Ceuta foi a primeira barreira a ser vencida e essa conquista foi um marco da expansão marítima portuguesa. As demais alternativas mesclam fatos, momentos e lugares diferentes de forma equivocada.

2. UFF-RJ – Considerando o processo de expansão da Europa moderna a partir dos séculos XV e XVI, pode-se afirmar que Portugal e Espanha tiveram um papel predominante. Esse papel, entretanto, dependeu, em larga medida, de uma rede composta por interesses:

- a) políticos, inerentes à continuidade dos interesses feudais em Portugal; intelectuais, associados ao desenvolvimento da imprensa, do hermetismo e da astrologia no mundo ibérico; econômicos, vinculados aos interesses italianos na Espanha, nos quais a presença de Colombo é um exemplo; e sociais, vinculados ao poder do clero na Espanha.
- b) políticos, vinculados ao processo de fragmentação política das monarquias absolutas ibéricas; sociais, associados ao desenvolvimento de novos setores sociais, como a nobreza; coloniais, decorrentes da política da Igreja Católica que via os habitantes do Novo Mundo como o homem primitivo criado por Deus; e econômicos, presos aos interesses mouros na Espanha.
- c) políticos, vinculados às práticas racistas que envolviam a atuação dos comerciantes ibéricos no Oriente; científicos, que viam na expansão a negação das teorias heliocêntricas; econômicos, ligados ao processo de aumento do tráfico de negros para a Europa através de alianças com os Países Baixos; e religiosos, marcados pela ação ampliada da Inquisição.
- d) políticos, associados ao modelo republicano desenvolvido no Renascimento italiano; religiosos, decorrentes da vitória católica nos processos da Reconquista ibérica; econômicos, ligados ao movimento geral de desenvolvimento do mercantilismo; e sociais, inerentes à vitória do campo sobre a cidade no mundo ibérico.
- e) políticos, vinculados ao fortalecimento da centralização dos Estados ibéricos; econômicos, provenientes do avanço das atividades comerciais; religiosos, relacionados com a importância do papado na Península Ibérica; e intelectuais, decorrentes dos avanços científicos da Renascença e que viram na expansão a realidade de suas teorias sobre geografia e astronomia.

A expansão marítima é, essencialmente, a expansão do comércio. Era importante para a nobreza e, sobretudo, para os burgueses. Foi possível graças à centralização do poder em Portugal e na Espanha e, no aspecto religioso, essas duas monarquias tinham o apoio do papa e utilizaram tecnologias desenvolvidas em pleno Renascimento e, ainda, conhecimentos de árabes e genoveses.

3. Fatec-SP – As caravelas foram um grande avanço tecnológico no final do século XV. Graças a elas, foi possível realizar viagens de longa distância de forma eficiente. Centenas de homens embarcaram nas caravelas dos descobrimentos. Alguns buscavam enriquecimento rápido; outros, oportunidade de difundir a fé em Cristo. Estes homens eram atraídos pela aventura, porém as surpresas nem sempre eram agradáveis. Nas embarcações, proliferavam doenças e a alimentação era precária. Sobre a época descrita no texto e considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que as viagens nas caravelas:

- a) foram realizadas no contexto da expansão do mercantilismo europeu, visando também à ampliação do catolicismo.
- b) não pretendiam descobrir novos territórios, apenas estabelecer rotas para aventureiros e marginalizados da sociedade.
- c) tinham como principal objetivo retirar as populações muçulmanas da Península Ibérica após as Guerras de Reconquista.
- d) eram feitas em condições precárias, pois eram clandestinas, ou seja, eram realizadas sem o consentimento das Coroas europeias.
- e) não ocorriam em condições apropriadas, embora a maior parte dos tripulantes das caravelas pertencesse à nobreza feudal.

Como vimos anteriormente, os contextos religioso, político e econômico são indissociáveis. Há o aspecto político do absolutismo, o econômico do mercantilismo e o religioso da Contrarreforma. Tudo isso estava envolvido nas Grandes Navegações e chegava às caravelas na forma de marinheiros, aventureiros, pilotos (como eram chamados os comandantes das embarcações) e religiosos catequizadores.

4. PUC-RJ – Sobre a conquista espanhola da América nos séculos XV e XVI, assinale a afirmativa correta:

- a) Da conquista participaram soldados, clérigos, cronistas, marinheiros, artesãos e aventureiros, motivados pelo desejo de encontrar riquezas como o ouro e a prata e também de expandir a fé católica expulsando os muçulmanos da América.
- b) O ano de 1492 foi crucial não só pela chegada de Colombo à América, como também pela conclusão da unidade da monarquia espanhola levada adiante pelos reis católicos com a conquista de Granada, último reduto muçulmano na península.
- c) Hernán Cortés conquistou facilmente o Império Asteca, na região do alto Peru, à época governado por Montezuma, com quem se aliou para derrotar outros povos indígenas que resistiram à dominação espanhola.
- d) Desde o início da conquista, os indígenas contaram com a proteção da Igreja Católica, que os reconhecia como seres humanos que possuíam alma e, portanto, não deveriam ser subjulgados.
- e) O Império Inca, no México, foi conquistado por Francisco Pizarro, que enfrentou uma longa resistência dos exércitos indígenas, militarmente superiores e profundos conhecedores do território em que viviam.

Estudar a colonização das Américas é reunir tudo o que foi visto nos últimos módulos: a centralização do poder nas monarquias, o avanço da burguesia e do mercantilismo, as Grandes Navegações e, finalmente, o colonialismo. Todos esses elementos estão presentes na alternativa correta.

- 5. UECE** – No que diz respeito às civilizações pré-colombianas que habitavam o continente americano antes da chegada de Cristóvão Colombo em 1492 e suas respectivas localizações e desenvolvimento cultural, relacione as duas colunas abaixo, numerando a coluna II de acordo com a coluna I:

Coluna I

1. Astecas
2. Incas
3. Maias
4. Nazca

Coluna II

- () Peru – cerâmica policromada
- () México – códices escritos em cortiça
- () Cordilheira dos Andes – cidade fortificada
- () México, Guatemala, Belize – sistema de escrita

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a)** 4, 1, 2, 3
- b)** 2, 3, 4, 1
- c)** 1, 2, 3, 4
- d)** 4, 3, 2, 1

Nesta questão, talvez a maior dúvida dos alunos seja entre astecas e maias. Pela região, ainda que não se conheça o aspecto de cultura material, é possível relacionar o Peru com o povo nazca e, especificamente, a Cordilheira dos Andes com os incas.

6. Fuvest-SP

C3-H15

“Podemos dar conta boa e certa que em quarenta anos, pela tirania e ações diabólicas dos espanhóis, morreram injustamente mais de doze milhões de pessoas [...]”.

Bartolomé de Las Casas (1474-1566).

“A espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem.”

Pablo Neruda (1904-1973).

As duas frases lidas colocam como causa da dizimação das populações indígenas a ação violenta dos espanhóis durante a conquista da América. Pesquisas históricas recentes apontam outra causa, além da já indicada, que foi:

- a)** a incapacidade das populações indígenas em se adaptarem aos padrões culturais do colonizador.
- b)** o conflito entre populações indígenas rivais, estimulado pelos colonizadores.
- c)** a passividade completa das populações indígenas, decorrente de suas crenças religiosas.
- d)** a ausência de técnicas agrícolas por parte das populações indígenas, diante de novos problemas ambientais.
- e)** a série de doenças trazidas pelos espanhóis (varíola, tifo e gripe), para as quais as populações indígenas não possuíam anticorpos.

A questão biológica é muito importante para entender a colonização das Américas. Ainda que os europeus estivessem em desvantagem, por ter um oceano a ser atravessado, o que representava um desafio logístico, tinham armas, cavalos e, principalmente, mesmo sem saber ao certo, as doenças contra as quais os nativos não desenvolveram anticorpos.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 7. UFG-GO** – Desdobramento da expansão comercial europeia, a ocupação de terras na América portuguesa consolidou o sistema colonial, fazendo do povoamento um meio de:

- a)** absorver o excedente demográfico europeu, impulsionado pelo crescimento das atividades econômicas mercantis.
- b)** assegurar a rentabilidade das atividades extrativistas em patamar superior ao comércio de especiarias no Oriente.
- c)** garantir aos colonos a propriedade privada da terra, bem como o acesso ao lucro decorrente do comércio com os países europeus.
- d)** efetivar a posse do extenso território pelos portugueses, permitindo a exploração agrícola com base na grande propriedade.
- e)** permitir ao colono desenvolver a produção de artigos manufaturados, impulsionando a formação de um mercado interno.

- 8. UFRN** – Nos séculos XV e XVI, com as chamadas Grandes Navegações, os europeus chegaram às Américas, onde iniciaram um processo de conquista e colonização. Esses empreendimentos aceleraram a acumulação do capital e garantiram o desenvolvimento do capitalismo europeu, pois a burguesia mercantil europeia:

- a)** utilizou a mão de obra assalariada colonial para baratear os custos dos produtos manufaturados na metrópole.
- b)** quebrou o protecionismo econômico metropolitano, abrindo o mercado nacional e favorecendo a eclosão da Revolução Industrial.

- c)** apropriou-se dos lucros advindos tanto do monopólio comercial que as metrópoles mantinham com as colônias quanto do tráfico de escravos.

- d)** apossou-se da maior parcela dos lucros do comércio colonial, de modo a substituir, na metrópole, a mão de obra escrava pela mão de obra servil.

- 9. Fatec-SP** – Documentos da época dos grandes descobrimentos deixam evidente o interesse das metrópoles ibéricas em colonizar as novas terras nos moldes do mercantilismo.

No início da colonização na América, as duas principais atividades econômicas estimuladas por Portugal e Espanha foram, respectivamente, a:

- a)** cultura da mandioca e a mineração de ouro e prata.
- b)** mineração de diamantes e a monocultura do tabaco.
- c)** produção de charque e a monocultura de cana-de-açúcar.
- d)** monocultura de cana-de-açúcar e a mineração de ouro e prata.
- e)** monocultura de café e a exploração de metais preciosos diversos.

- 10. FGV-SP** – Leia atentamente o poema “O Infante”, do poeta português Fernando Pessoa:

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

Deus quis que a terra fosse toda uma,

Que o mar unisse, já não separasse,

Sagrou-te e foste desvendando a espuma.

E a orla branca foi, de ilha em continente,
 Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
 E viu-se a terra inteira, de repente,
 Surgir, redonda, do azul profundo.
 Quem te sagrou, criou-te português,
 Do mar por nós em ti nos deu sinal.
 Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
 Senhor, falta cumprir-se Portugal!”

O poema permite pensar sobre dois relevantes acontecimentos históricos, que são, respectivamente:

- a) o protagonismo marítimo lusitano nos séculos XV e XVI e a redução do seu império colonial no século XIX.
- b) a descoberta do Brasil em 1500 e a perda de territórios no nordeste e na África com a invasão holandesa no século XVII.
- c) a formação do Condado Portucalense, em 1142, e a União Ibérica (1580-1640), período de extinção do Império Português.
- d) a elaboração da ideia do Quinto Império Bíblico, relacionado ao destino de Portugal e, depois, o fortalecimento dos partidos socialistas que tomaram o poder em 1910.
- e) a invasão de Portugal por tropas napoleônicas em 1808, comandadas pelo general Junot, e a vinda da família real portuguesa para a América, no mesmo ano.

11. Cesgranrio-RJ – Na América colonial espanhola, no século XVI, as populações nativas foram utilizadas em diversas relações de trabalho. Dentre essas, uma das mais rentáveis para a Coroa foi a que permitia aos espanhóis cobrar tributos dos nativos em gêneros ou prestações de trabalhos nos campos. Essa forma de trabalho era denominada:

- a) *mita*. c) *cabildos*. e) *ayuntamientos*.
- b) *obrajes*. d) *encomienda*.

12. PUC-RJ – A conquista e a colonização europeias na América, entre os séculos XVI e XVIII, condicionaram a formação de sociedades coloniais diversas e particulares. Sobre tais sociedades, podemos afirmar que:

- I. Nas áreas de colonização espanhola, explorou-se, exclusivamente, a força de trabalho das populações ameríndias, sob a forma de relações servis, como a *mita* e a *encomienda*.
- II. Nas áreas de colonização portuguesa, particularmente nas regiões destinadas ao fabrico do açúcar, foi empregada, em larga escala, a mão de obra escrava de negros africanos e/ou de indígenas locais.
- III. Ao norte do litoral atlântico norte-americano, área de colonização inglesa, houve o estabelecimento de pequenas e médias propriedades, nas quais se utilizou tanto o trabalho livre quanto a servidão por contrato.
- IV. Na região do Caribe, em áreas de colonização inglesa e francesa, assistiu-se à implantação da grande lavoura, voltada para a exportação e assentada no uso predominante da mão de obra de escravos africanos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

13. UFGM – No final do século XV e início do XVI, quando os europeus conquistaram o continente americano, este era habitado por inúmeros grupos étnicos, com diferentes formas de organização econômica e político-social. Considerando-se o Império Inca, é incorreto afirmar que:

- a) a agricultura, base da sua economia, era praticada nas montanhas andinas, por meio de um sofisticado sistema de produção, que incluía a irrigação e a adubação.
- b) o Estado era centralizado, com o poder político concentrado nas mãos do Inca, o imperador, e sua sociedade era rigidamente hierarquizada.
- c) seu domínio se estendia ao longo da Cordilheira dos Andes, ocupando parte dos atuais territórios da Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile e noroeste da Argentina.
- d) um deus criador e protetor da vida e da natureza era cultuado segundo uma doutrina monoteísta e, para ele, foram construídos diversos templos.

14. Fuvest-SP – Uma observação comparada dos regimes de trabalho adotados nas Américas de colonização ibérica permite afirmar corretamente que, entre os séculos XVI e XVIII:

- a) a servidão foi dominante em todo o mundo português, enquanto no espanhol a mão de obra principal foi assalariada.
- b) a liberdade foi conseguida plenamente pelas populações indígenas da América espanhola e da América portuguesa, enquanto a dos escravos africanos jamais o foi.
- c) a escravidão de origem africana, embora presente em várias regiões da América espanhola, esteve mais generalizada na América portuguesa.
- d) não houve escravidão africana nos territórios espanhóis, pois estes dispunham de farta oferta de mão de obra indígena.
- e) o Brasil forneceu escravos africanos aos territórios espanhóis, que, em contrapartida, traficavam escravos indígenas para o Brasil.

15. PUC-GO

Queimada

“À fúria da rubra língua
 do fogo
 na queimada
 envolve e lambe
 o campinzal
 estiolado em focos
 e nos
 sinal.

É um correr desesperado
 de animais silvestres
 o que vai, ali, pelo mundo
 incendiado e fundo,
 talvez,
 como o canto da araponga
 nos vãos da brisa!”

Tambores na tempestade

“[...]”

E os tambores
 e os tambores
 e os tambores
 soando na tempestade,
 ao efêmero de sua eterna idade.

[...]

Onde?

Eu vos contemplo
à inércia do que me leva
ao movimento
de naufragar-me
eternamente
na secura de suas águas
mais à frente!

Ó tambores,
rufiai,
sacudi suas dores!

Eu
que não me sei
não me venho
por ser
busco apenas ser somenos
no viver,
nada mais que isso!”

VIEIRA, Delermundo. *Os tambores da tempestade*. Goiânia: Poligráfica, 2010. p. 164, 544 e 552.

Os versos do texto tratam da destruição da fauna e da flora em uma queimada e de tambores. Esse cenário nos lembra a situação da América antes da conquista dos europeus. O continente era habitado por cerca de 50 milhões de pessoas, que possuíam diversos níveis culturais. Assinale a alternativa que indica corretamente tal diversidade entre os povos ameríndios e suas respectivas regiões:

- Os tupiniquins, que povoavam o interior brasileiro, e os povos moicanos, que povoavam o litoral norte-americano, ficaram famosos por sua crueldade nas guerras, mas os primeiros nunca estabeleceram um império, enquanto os últimos conseguiram edificar cidades suntuosas com seus poucos recursos.
- Enquanto os maias possuíam enormes cidades no atual território norte-americano, os povos *quéchua*, do atual Brasil, eram caracterizados por sua habilidade comercial. Eles abriram caminhos tão perfeitos nas florestas que, posteriormente, vieram a ser utilizados nas construções de estradas atuais.
- Os povos incas, que habitavam a atual região da Argentina, foram hábeis guerreiros e conseguiram expandir seu império até as terras da Venezuela. Contudo, no conflito com os guaranis, que habitavam o sul do Brasil, foram facilmente derrotados.
- Os povos astecas, que habitavam o atual território mexicano, e os povos tupinambás, do litoral brasileiro, possuíam uma organização social bem distinta, mas mantiveram a prática comum de sacrifícios humanos em rituais.

16. UFSM-RS

“Os guerreiros constituíam um dos grupos mais importantes na civilização asteca. No início, eram escolhidos entre os indivíduos mais corajosos e valentes do povo. Com o tempo, entretanto, a função de guerreiro começou a ser passada de pai para filho, e apenas algumas famílias, privilegiadas, mantiveram o direito de ter guerreiros entre os seus membros.”

KARNAL, Leandro. *A conquista do México*. São Paulo: FTD, 1996. p. 13.

O texto faz referência à sociedade asteca, no século XV, a qual era:

- guerreira e sacerdotal, formada de uma elite política que governava com tirania a massa de trabalhadores escravos negros.
- igualitária e guerreira, não conhecendo outra autoridade senão a sacerdotal, que também era guerreira.
- comunal, com estruturas complexas, sendo dirigida por um Estado que contava com um aparelho administrativo, judiciário e militar.
- hierarquizada e guerreira, visto que o imperador era, ao mesmo tempo, o general do exército asteca e o sumo pontífice sacerdotal.
- igualitária, guerreira e sacerdotal: todo guerreiro era um sacerdote e todo sacerdote era um guerreiro.

17. UNESP

“A conquista sanguinária da América espanhola é dominada por [uma] paixão frenética. Rio da Prata, Rio do Ouro, Castela do Ouro, Costa Rica, assim se batizavam as terras que os conquistadores desvendavam ao mundo [...]”

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*, 1928.

A “paixão frenética” da conquista da América a que se refere o autor está relacionada:

- à irracionalidade da expansão comercial e marítima europeia, realizada sem conhecimentos tecnológicos adequados.
- às condições de crise econômica das populações nativas dominadas pelo império dos astecas e dos incas.
- à ação da burguesia espanhola, que agiu isoladamente, dado o desinteresse do governo espanhol pelos territórios americanos.
- ao acordo entre banqueiros e sábios europeus para ampliar o conhecimento científico e facilitar a exploração econômica da região.
- ao esforço de solucionar a crise da economia europeia motivada pela escassez do meio circulante.

ESTUDO PARA O ENEM

18. UFU-MG

C2-H7

“No momento de sua descoberta, a América apresentava uma grande heterogeneidade etnográfica. A escala civilizatória era muito variada desde as sociedades organizadas política e economicamente com um forte e bem estruturado aparelho estatal até as tribos de pescadores.”

BRUIT, H. H. Bartolomé de Las Casas e a Simulação dos Vencidos: Ensaio sobre a conquista hispânica da América. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1995, p.42.

Há um consenso de que dentre as sociedades pré-colombianas de maior avanço estavam maias, astecas e incas.

Sobre as características socioculturais dos incas, é correto afirmar que

- cultuavam o Deus *Uizlopochtli*, os bairros eram administrados pelos *calpullec*, seus rituais religiosos envolviam sacrifícios, a religião era politeísta e astral.
- falavam o idioma *quéchua*, não possuíam escrita, seus maiores templos eram dedicados ao Deus *Inti*, os representantes do poder estatal eram os curacas.
- possuíam grande conhecimento sobre astronomia, utilizavam escrita hieroglífica, tinham como supremo sacerdote Ahaucan e, como chefe supremo, *Halach Uinic*.

- d)** eram o grupo mais religioso, prisioneiros e condenados eram chamados de *tlatlacotin*, tinham sistema de numeração com base 20 e conheciam o número zero.

19. UNESP

C4-H16

Os deuses disseram entre si depois de criar o homem: "O que os homens comerão, oh deuses? Vamos já todos buscar o alimento." Enquanto isso, as formigas vermelhas estavam colhendo e carregando os grãos de milho que traziam de dentro do Tonacatepetl (Montanha do Sustento). O deus Quetzalcoatl encontrou as formigas e lhes disse: "Digam-me, onde vocês colheram os grãos de milho?". Muitas vezes lhes perguntou, mas as formigas não quiseram responder. Algum tempo depois, as formigas disseram a Quetzalcoatl: "Lá." E apontaram o lugar. Quetzalcoatl se transformou em formiga negra e as acompanhou. Desse modo, Quetzalcoatl acompanhou as formigas vermelhas até o depósito, arranjou o milho e em seguida o levou a Tamoanchan (moradia dos deuses e onde o homem havia sido criado). Ali os deuses o mastigaram e o puseram na nossa boca para nos robustecer.

(Apud Eduardo Natalino dos Santos. Cidades pré-hispânicas do México e da América Central, 2004.)

O texto asteca

- a)** promove a divulgação das qualidades nutricionais do milho para o fortalecimento dos guerreiros mesoamericanos.
- b)** oferece uma explicação mítica para a importância do milho na base da alimentação dos povos mesoamericanos.

- c)** demonstra sustentação histórica e claro desenvolvimento de pensamento lógico e racional.
- d)** procura justificar o fato de apenas os governantes dos povos mesoamericanos poderem exercer atividades agrícolas.
- e)** revela a influência das fábulas europeias na construção do imaginário dos povos mesoamericanos.

20. Enem

C1-H1

O Império Inca, que corresponde principalmente aos territórios da Bolívia e do Peru, chegou a englobar enorme contingente populacional. Cuzco, a cidade sagrada, era o centro administrativo, com uma sociedade fortemente estratificada e composta por imperadores, nobres, sacerdotes, funcionários do governo, artesãos, camponeses, escravos e soldados. A religião contava com vários deuses, e a base da economia era a agricultura, principalmente o cultivo da batata e do milho.

A principal característica da sociedade inca era a:

- a)** ditadura teocrática, que igualava a todos.
- b)** existência da igualdade social e da coletivização da terra.
- c)** estrutura social desigual compensada pela coletivização de todos os bens.
- d)** existência de mobilidade social, o que levou à composição da elite pelo mérito.
- e)** impossibilidade de se mudar de extrato social e a existência de uma aristocracia hereditária.

MATERIAL DE USO
SISTEMA DE ENSINO

ÁFRICA E ÁSIA ANTES E DEPOIS DA EXPANSÃO EUROPEIA

O MUNDO FORA DA EUROPA

A Europa foi, durante muito tempo, o lugar onde estavam concentradas as maiores potências do planeta. Ainda hoje, tem papel central nos rumos internacionais da política e da economia. Porém, essa potência demorou muito tempo para ser construída. Enquanto não havia por lá qualquer sociedade complexa consolidada, na África e na Ásia algumas das maiores civilizações da história da humanidade se desenvolviam com vigor.

Também havia sociedades simples que devem ser lembradas e valorizadas. Sociedades tribais, nômades ou seminômades, cujas tradições e cultura marcaram para sempre a história da África e da Ásia.

À medida que os povos da Europa constituíam grandes civilizações, os primeiros contatos começaram, mas a maior mudança ocorreu depois das Grandes Navegações.

ÁFRICA ANTES DA EXPANSÃO EUROPEIA

O continente africano é considerado o berço da humanidade. Diversas pesquisas evidenciam que o processo de hominização foi iniciado na África até se chegar ao *Homo sapiens*. Uma diáspora ocorreu há cerca de 50 mil anos e definiu o povoamento de outros espaços do globo terrestre e, entre eles, o do continente europeu.

Foi no intervalo de tempo da diáspora até cerca de 12 mil anos que as mudanças na cor da pele e em outras feições ocorreram, definindo um tipo humano europeu característico, diferente daquele encontrado nos grupos que permaneceram na África.

Tratar desses grupos humanos africanos é considerar também diferenças que chegam aos dias atuais. Nesse sentido, é muito difícil discorrer sobre a África de forma homogênea, tanto do ponto de vista humano como do físico. Essas distinções foram atuantes e decisivas em boa parte da história do continente antes de existir uma influência europeia.

Contudo, não há unidade cultural entre todos os povos dessa imensa área. Os bantos, da região central, por exemplo, têm modo de vida e língua muito diferentes dos khoisan, que vivem ao sul.

Embora povos que habitassem a África Subsaariana apresentassem enorme diversidade de línguas, costumes e formas de organização, é possível apontar algumas características gerais desses habitantes, como estrutura familiar, religiosidade, forma de comunicação e, em algumas, organização política.

No caso da estrutura familiar, solidariedade e laços de parentesco eram mantidos por meio do culto a ancestrais comuns. Além disso, os homens garantiam *status* ao cuidar de várias mulheres. Sendo assim, a poligamia foi um traço característico de vários grupos africanos.

Isso não significa que as mulheres eram submissas, pois participavam de várias atividades no seio familiar, podiam se separar do marido e envolviam-se na escolha de outras mulheres para o esposo. Muitas tornavam-se conselheiras em assuntos religiosos e tribais.

No que se refere à religiosidade, encontra-se o politeísmo como marca característica, principalmente nos grupos ao sul do Saara. Ao norte, em razão da expansão islâmica medieval, houve assimilação do monoteísmo. A religião é um forte elo comunitário que constitui lideranças, definindo alianças e inimizades.

- O mundo fora da Europa
- África antes da expansão europeia
- Reinos africanos
- Ásia antes da expansão europeia
- Civilização chinesa
- Civilização indiana
- Colonialismo e neocolonialismo
- A burguesia entre a religião e a política
- Dinastia Stuart
- Governo de Jaime I (1603-1625)
- Governo de Carlos I (1625-1649)
- República puritana
- Governo de Carlos II (1660-1685)
- Governo de Jaime II (1685-1688)

HABILIDADES

- Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Tradições tribais são transmitidas pela oralidade, sendo esta uma das características mais marcantes da cultura africana anterior à presença europeia. Contadores de histórias são reverenciados, pois transmitem, por meio da narrativa dos acontecimentos do grupo, os valores da coletividade, imprimindo elementos constituintes da identidade tribal.

Outro aspecto relevante que aproxima comunidades africanas concerne à organização política. Sociedades definiam-se por relações de parentesco e juramentos de fidelidade ao chefe de família. Estes se associavam por outras ligações de parentesco até a formação da aldeia ou tribo. Como consequência, todos os chefes de famílias estavam vinculados, como uma espécie de clã, a um senhor considerado representante dos ancestrais, o chefe da tribo.

Além da existência de tribos e confederações tribais, houve o desenvolvimento de alguns reinos importantes ao longo da história do continente africano no período anterior à intensificação dos contatos dos europeus, verificada a partir da época moderna.

REINOS AFRICANOS

De modo geral, os reinos africanos não coexistiram e alguns já estavam em decadência quando os europeus começaram a conquistar a costa africana no século XV.

O Reino de Gana desenvolveu-se a sudoeste do Deserto do Saara em razão da proximidade com rotas de comércio transaariano. Aos poucos, dominou outras aldeias e tornou-se um império conhecido pela abundância de ouro. Os monarcas ganenses também eram chefes militares e vistos como divinos pela população. O reinado teve grande destaque entre 500 e 1000 d.C., mas foi incorporado pelo Império Mali por volta de 1230.

Após conquistar o Reino de Gana, o Império Mali continuou ampliando seus domínios e favoreceu-se das minas de ouro e da cobrança de impostos das caravanas do deserto. Existiam três rotas comerciais importantes: a ocidental, que envolvia a região do Marrocos e da Argélia; a central, estabelecendo contato com Túnis via Ghat; e a transcontinental, que passava por Egito, Fezzan, Ghat e Agades. A capital era a populosa Niani. Além dessa cidade, outras faziam parte de Mali, como Tombuctu (ou Timbuktu), onde havia uma das maiores universidades do mundo, com aproximadamente 25 mil estudiosos, a Universidade Sankore, um importante centro islâmico do período. Nos séculos seguintes, o império não conseguiu manter o domínio das vastas áreas conquistadas e sofreu com as rebeliões das províncias.

Uma dessas províncias era Songai, que em 1464 tomou várias cidades de Mali. Aos poucos, esse império tornou-se o mais organizado da África Ocidental, com uma eficiente rede de comunicação e utilização de escravos na agricultura, transformando em capital a cidade de Tombuctu. Como na Antiguidade europeia, povos derrotados nas guerras eram escravizados. Não era comum, porém, a existência de reinos escravistas. De modo geral, a escravidão na África Antiga existia em pequena escala.

As disputas tornaram-se acirradas entre os grupos que disputavam o comércio das áreas controladas por Songai e, em 1591, o império foi destruído pelos marroquinos, que buscavam controlar rotas de comércio transaarianas.

Na região sul da atual Nigéria (África Ocidental), viveram povos como iorubás e edos. O reino edo mais importante foi Benin, no qual se praticavam agricultura e comércio. Os governantes (obás) eram considerados divinos e seu apogeu foi entre os séculos XIV e XV, quando passou a participar do comércio de escravos.

Os iorubás viveram em várias cidades independentes (cidades-Estado). A mais importante delas foi Ifé, que também era o centro religioso da região. Seus deuses eram chamados orixás e muitos escravos enviados ao Brasil faziam parte desse reino.

O Reino do Congo existiu na chamada África atlântica central, na bacia do Rio Congo. Era uma sociedade bastante hierarquizada, havia domínio autoritário das aldeias vizinhas e praticava-se a escravidão em pequena escala.

Quando os europeus chegaram ao Reino do Congo, a capital, Banza Congo, era do tamanho das principais cidades europeias da época e ficava na confluência de rotas comerciais. Desde o início, governantes desse reinado estabeleceram muitas relações comerciais com os portugueses, fornecendo-lhes escravos, os quais foram mandados ao Brasil. No entanto, os próprios congolezes, alguns séculos depois, acabaram dominados pelos europeus.

Na costa oriental da África, floresceu um intenso comércio de ouro e marfim, produtos que eram trocados com comerciantes chineses, árabes e indianos, os quais vinham pelo mar. Essa atividade impulsionou a criação de várias cidades-Estado e dos reinos de Zimbábue, no interior do continente, e Monomotapa.

ÁSIA ANTES DA EXPANSÃO EUROPEIA

A história da região, que compreende a Índia e a China, tem sua origem na Antiguidade. O desenvolvimento de atividades agrícolas nessa área do globo foi posterior ao do chamado Crescente Fértil, porém, assim que aconteceu, fundamentou duas civilizações sofisticadas: a chinesa e a indiana.

CIVILIZAÇÃO CHINESA

Por volta de 2700 a.C., os chineses iniciaram a produção agrícola de arroz e soja às margens do Rio Amarelo, nas encostas dos vales, locais que facilitavam a retenção de água das chuvas e a irrigação do solo. Entretanto, foi somente por volta do primeiro milênio que eles realizaram grandes obras, erigindo diques e barragens e criando grandes sistemas de drenagem que permitiram a ampliação de espaços cultiváveis e da produção.

Aos poucos, grupos humanos constituídos em clãs foram se aproximando e as primeiras experiências estatais aconteceram. Por volta do século V a.C., a região que corresponde à maior parte da China estava dividi-

da em dezessete pequenos estados. As disputas por terras eram intensas, elemento que, provavelmente, fundamentou a diferenciação social entre camponeses e guerreiros na organização social.

Foi durante esse período que as ideias de Kung Fu Tzu (Confúcio) se disseminaram e constituíram a base da cultura chinesa. O termo “china” só passou a ser utilizado mais tarde, quando o estado mais a oeste, Qin (lê-se Tchín), em 318 a.C., iniciou a campanha vitoriosa sobre outras organizações políticas, unificando o poder na região.

Os ensinamentos de Confúcio falavam do respeito aos idosos, às tradições, ao governo adequado, à ordem social e da preocupação com o estudo nos assuntos coletivos.

Eles foram utilizados para a formação de uma elite estatal dos mandarins. Estes eram educados para servir ao imperador, coletar impostos e cuidar da ordem pública nas províncias. Suas origens não eram populares, mas aristocráticas, o que correspondia a uma exploração dos camponeses e dos trabalhadores.

A organização estatal foi importante para o desenvolvimento subsequente da agricultura e da indústria. Os progressos foram impressionantes ainda antes da era cristã no Ocidente. Os chineses entraram na era dos metais e fabricaram vários instrumentos agrícolas e armamentos, os quais sustentaram uma população crescente.

Nesse período, os chineses desenvolveram o papel, algo que só seria conhecido no Ocidente no fim da Idade Média. Além disso, utilizaram o cavalo como força motriz do arado por meio de um sistema de arado em colar, o qual só foi conhecido no continente europeu no século XVIII.

O arado também tinha várias lâminas acopladas em funis, que jogavam sementes nos sulcos abertos na terra, algo impressionante para os padrões tecnológicos agrícolas do Ocidente na mesma época.

Na dinastia Qin foi ordenada a construção da Grande Muralha como forma de defesa contra investidas de grupos guerreiros das estepes que ameaçavam o império. Aproveitaram o gás natural, utilizando-o como combustível para a evaporação da água e a obtenção do sal, e edificaram poços para a extração de água salobra.

Os chineses foram governados por várias dinastias ao longo dos séculos, mas seus fundamentos estiveram associados às dinastias Qin e Han. Até hoje o grupo étnico majoritário na China é o Han.

A aristocracia vivia em grandes cidades e em meio ao luxo, ostentando poder. Nesse contexto, ocorreram agitações políticas e algumas dinastias foram substituídas, preservando-se, porém, o Estado como marca característica do poder chinês.

Aos povos, foram estabelecidas rotas comerciais que ligavam a China a terras situadas no Ocidente. O budismo, originário da Índia, foi absorvido, transformando-se em um novo elemento religioso.

No período medieval, a expansão islâmica rumo ao Oriente estabeleceu contatos em princípio belicosos, que deram origem a um importante intercâmbio, em que a porcelana e a seda eram produtos valiosos da produção chinesa.

CIVILIZAÇÃO INDIANA

A ocupação e o desenvolvimento humano no Subcontinente Indiano tiveram suas origens há cerca de 6 mil anos. Os primeiros assentamentos datam de 4000 a.C., na região do vale do Rio Indo. Contudo, foi somente após a investida de povos do Cáucaso, no norte da Índia, que uma civilização complexa adquiriu feição. Os invasores eram povos arianos, que forjaram a cultura védica por volta de 1500 a.C. na região. Ocuparam primeiro o vale do Rio Ganges e, posteriormente, dominaram toda a região central da Índia.

Os arianos praticavam o cultivo do arroz, desenvolveram conhecimentos sobre o ferro, criaram uma sociedade rígida e estratificada por meio de uma concepção religiosa e difundiram o sânscrito.

A origem do hinduísmo associa-se à concepção religiosa dos ários, que acreditavam na existência do deus Indra, inspirador de suas conquistas. De acordo com essa ideologia, a comunidade humana estava dividida em quatro castas que saíram do deus: brâmanes, os sacerdotes; *kshatriyas*, a casta guerreira; *vaishyas*, constituída por agricultores e comerciantes; e *shudras*, o grupo mais inferior, formado por artesãos e escravos. Ainda existiriam as castas que não tinham surgido do deus, sendo considerados párias. Brâmanes e *kshatriyas* conduziam a vida política na cultura védica hindu.

A constituição de um império na região coube ao grupo dos máurias, que organizaram uma dinastia entre os séculos V e II a.C. Nessa época, foi ganhando terreno uma nova religião, o budismo, que teve suas bases assentadas no pensamento de Sidharta Gautama, que significa “Iluminado” e também é conhecido como Buda.

A filosofia budista era baseada na superação do sofrimento humano por meio das virtudes do pensamento e das ações e alimentou a ideia da necessidade de reencarnações como forma de atingir o nirvana, estado livre do sofrimento.

O imperador Asoka, da dinastia dos Máurias, adotou o budismo, fazendo-o espalhar-se por várias áreas mais ao Oriente. Mas isso não significou uma intolerância em relação a outras religiões. Havia uma diversidade religiosa que convivia com o budismo na Índia.

No que diz respeito à vida econômica, além da agricultura do arroz, os hindus cultivaram trigo, cevada e algodão. Na pecuária, domesticaram gado zebu, búfalos, ovelhas, cabras, porcos e elefantes. Estes últimos também foram utilizados em vários combates, representando uma força irresistível aos seus inimigos.

Nos primeiros séculos da era cristã, a Índia foi controlada por grupos do norte, *partos*. Estes, associados aos *kushans*, organizaram o comércio da chamada rota da seda, ligando a China ao Ocidente romano. Esse domínio garantiu inúmeras riquezas, levando o Império Hindu ao seu período de esplendor, que, porém, mais adiante, no período medieval, conheceria a decadência por conta das investidas islâmicas e das forças de príncipes que controlavam partes do império.

No fim da Idade Média, os contatos comerciais entre os islâmicos e os principados hindus garantiram um lucrativo comércio de seda e de especiarias produzidas no Subcontinente Indiano.

COLONIALISMO E NEOCOLONIALISMO

A história dos continentes asiático e africano, com diferentes civilizações e povos únicos e particulares, começa a ser alterada gravemente após a colonização. Com as Grandes Navegações, as feitorias erguidas por toda a costa africana e em diversos pontos da Ásia alteraram a lógica de produção desses povos.

O tráfico negreiro intensificou certas práticas de escravização que aconteciam entre alguns povos africanos. Incentivando-a, transformou pessoas em produtos em uma escala gigantesca e deixou marcas no continente africano que duram até hoje. Na Ásia, as Grandes Navegações abriram espaço para uma influência europeia que se deu, primeiro, na economia e, depois, chegaria acompanhada de grandes armadas marítimas e exércitos.

O agigantamento do capitalismo fez surgir o excedente de capitais, que exigia melhores condições de lucro. Assim, boa parte desse capital deixou seus países de origem em busca de melhores oportunidades lucrativas em outras áreas, especialmente nas regiões menos desenvolvidas da África, da Ásia e da América Latina, as quais dispunham de matérias-primas, mão de obra barata, fontes de energia e mercados consumidores. Foi a segunda onda de colonizações ou neocolonialismo.

Havia, ainda, a necessidade de aplicação dos capitais excedentes da economia industrial e de obtenção de bases estratégicas visando à segurança do comércio marítimo nacional. Por esses motivos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e Rússia converteram-se em países imperialistas e acabaram por repartir a África, a Ásia e a Oceania entre si. Para justificar os movimentos de dominação, as nações com ambições imperialistas adotaram um discurso humanitário e desenvolvimentista.

REVOLUÇÕES INGLESAS: POLÍTICA E ECONOMIA (SÉCULOS XVII-XVIII)

A BURGUESIA ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA

O século XVII foi um período de grande movimentação política para os ingleses. No período dos Tudor, um século antes, Henrique VIII foi responsável por uma grande mudança religiosa na Inglaterra e seu reinado buscou a emancipação da Igreja Católica, que até então tinha domínio político e espiritual sobre as monarquias europeias. O monarca converteria a si mesmo e a Inglaterra ao protestantismo, fundando a Igreja Anglicana.

Essa mudança religiosa também beneficiou outra camada da sociedade, a já ascendente burguesia, que passou a concentrar mais propriedades e, assim, a fim de defender seus interesses, buscou maior participação no exercício do poder.

A entrada da burguesia no jogo político levou a monarquia a perder sua importância incontestável na tomada de decisões, uma vez que a sociedade pretendia participar cada vez mais. Esse processo levou à consolidação do sistema parlamentarista na Inglaterra.

DINASTIA STUART

O reinado da família Stuart foi marcado por agitações sociais no campo e nas cidades, envolvendo desde setores populares até grupos da nobreza descontentes com a política de um clã originário da Escócia.

A cronologia do reinado Stuart vincula-se, necessariamente, às Revoluções Inglesas do século XVII.

GOVERNO DE JAIME I (1603-1625)

Governante que criou algumas dificuldades ao tentar justificar seu poder como de origem divina. Na Inglaterra, muitos consideravam que o poder do rei devia se ajustar aos interesses dos súditos, os quais tinham representação no Parlamento, e não se vincular à ideia de inspiração divina.

Jaime I empreendeu uma expansão ultramarina colonizadora na América. As Treze Colônias inglesas na América do Norte surgiram nessa época e o rei as considerava um empreendimento que envolvia ingleses, mas que era uma espécie de propriedade particular. A essa consideração real houve oposição de ingleses em geral e do Parlamento especificamente, acirrando as tensões políticas.

O rei negociou com companhias de comércio para transportar parte da população pobre que habitava as cidades ao Novo Mundo. O sistema envolvia pagamento por meio de servidão temporária e supervisionada pela monarquia até que os gastos de viagem e instalação fossem pagos a esses estabelecimentos. Além disso, a tensão com grupos calvinistas (puritanos) cresceu e Jaime I acenou com a possibilidade de culto livre na América. Assim, grupos de colonizadores eram constituídos por famílias protestantes que imaginavam a possibilidade da liberdade de religião nas colônias americanas.

Os ganhos econômicos e os deslocamentos populacionais não reduziram as tensões em relação ao poder real, principalmente por ser a família Stuart católica e perseguidora de protestantes (presbiterianos) na Escócia. Essa situação ficou bem visível no reinado do filho de Jaime I, coroado na Inglaterra com o título de Carlos I.

GOVERNO DE CARLOS I (1625-1649)

No reinado de Carlos I, a tensão política provocou uma guerra contra o rei, que desenvolveu uma política sistemática contra os calvinistas da Escócia, tentando absorver o patrimônio da Igreja Presbiteriana.

Os calvinistas iniciaram um conflito armado contra o rei. Assim, o monarca convocou o Parlamento para que aprovasse os tributos necessários à guerra.

O Parlamento reuniu-se para discutir o assunto da elevação de tributos e, em sua maioria, os representantes se colocaram contra qualquer aumento da carga tributária. Muitos acreditavam que era um capricho do rei e consideraram que a Igreja Presbiteriana não deveria ser absorvida e, também, que os negócios não poderiam ser prejudicados com novas taxações.

Carlos I pretendia aumentar sua autoridade ao lutar contra os presbiterianos e viu-se em uma situação em que o poder real ficara abalado com a negativa do Parlamento à sua solicitação de mais recursos para o confronto.

Isso o fez dissolver a instituição e decidir pela elevação de impostos. Os ingleses consideraram a decisão real um desrespeito à tradição que existia desde a Magna Carta (1215), quando foi estabelecido que o rei não podia criar impostos sem o consentimento de representantes da sociedade. O próprio Parlamento era oriundo dessa tradição e a revolta gerada pela decisão de Carlos I ganhou feição de revolução.

As forças leais ao rei lutaram ao lado de Carlos I para mantê-lo no poder. Esses homens, que na história da Inglaterra defenderam uma maior centralização política, ficaram conhecidos por *tories* (conservadores), enquanto aqueles que estavam associados à luta contra o poder centralizado e pegaram em armas contra o monarca ficaram conhecidos como *whigs*.

Assim, iniciava-se a primeira revolução inglesa do século XVII: a Revolução Puritana (1642-1649). Seu líder, Oliver Cromwell, criou um exército revolucionário (Cabeças Redondas), que combateu tropas leais ao rei. Essa guerra envolveu populares e nobres, cujo interesse maior era acabar com o poder de Carlos I.

Após esses acontecimentos, foi proclamada a Comunidade Livre da Inglaterra, a qual, para alguns historiadores, teria representado a única experiência republicana na história da Inglaterra.

REPÚBLICA PURITANA

Cromwell criou um governo ditatorial que favoreceu setores comerciais e manufatureiros da economia inglesa. Um exemplo dessa política encontra-se no estabelecimento dos Atos de Navegação (1651-1652), pelos quais o comércio exportador e importador foi nacionalizado, ou seja, só podiam sair ou entrar produtos do país se estivessem em navios da Inglaterra.

Quase metade do comércio exportador-importador inglês era feito em navios holandeses. Dessa forma, a marinha mercante holandesa ficou prejudicada, enquanto a da Inglaterra foi favorecida. Os holandeses tentaram comercializar nos portos ingleses e suas embarcações foram aprisionadas. Isso repercutiu em uma guerra entre os dois países. Os ingleses venceram e, com a vitória, a economia foi impulsionada.

Cromwell ainda ampliou o raio de ação política inglesa ao estabelecer o controle sobre o território da Irlanda. Sem dúvida alguma, a Comunidade Livre, conduzida por ele, Lorde Protetor, ganhou mais espaço para iniciativas econômicas.

Após a morte de Cromwell, houve movimentações para o retorno da monarquia em nome da estabilidade da Inglaterra, já que o governo era, para muitos, conduzido pessimamente por Richard, filho do Lorde Protetor. Os ingleses sentiram a morte de Cromwell e temiam uma instabilidade ainda maior se nada fosse feito contra Richard.

Nesse quadro de insegurança, começaram as negociações com o filho de Carlos I, rei decapitado na Revolução Puritana, que aceitou ser rei. O Parlamento impunha a condição de reconhecimento de suas prerrogativas para reconhecer Carlos II como rei da Inglaterra, situação em que foi prontamente atendido pelo membro da família Stuart. Assim, foi restaurada a monarquia.

GOVERNO DE CARLOS II (1660-1685)

O reinado do filho de Carlos I foi marcado pelo crescimento econômico e pela ampliação da influência inglesa na Europa continental.

A Inglaterra emprestou recursos para que Portugal pagasse uma indenização aos holandeses pelos prejuízos causados com sua expulsão de Pernambuco e, em contrapartida, os flamengos voltariam a comprar o açúcar controlado por Portugal. Isso foi definido pela Paz de Haia (1661).

A Inglaterra foi a grande beneficiada por ampliar relações econômicas com os países da Europa continental em uma tentativa de isolar a França governada pelo Rei Sol, Luís XIV.

Carlos II chamou alguns membros importantes do Parlamento para participar do Conselho Real e isso facilitava o relacionamento entre o rei e a Casa dos Representantes, contribuindo para que decisões políticas fossem atendidas em suas necessidades financeiras, havendo, dessa forma, uma estabilidade político-econômica no país.

Essa estabilidade foi abalada na sucessão ao trono, pois Carlos II não tinha filhos e, com sua morte, o poder devia ser passado a um parente próximo, seu irmão Jaime.

GOVERNO DE JAIME II (1685-1688)

O reinado de Jaime II foi conturbado e marcado, entre outros aspectos, por certas disposições do rei contra o Parlamento e setores protestantes. Embora a economia inglesa continuasse a se desenvolver, houve tensões políticas que os colocaram novamente em rota de colisão.

Jaime II era católico e afirmava que pretendia preservar-se dentro dessa fé, não aderindo ao anglicanismo. Além desse fator de conflito, o rei chamou apenas católicos para compor o Conselho Real, desprestigiando homens de Estado de origem protestante que se encontravam no Parlamento. Assim, houve isolamento do monarca em relação a várias forças políticas inglesas.

Outro fator que repercutiu negativamente entre os ingleses foi o segundo casamento com uma princesa católica italiana, que lhe deu um filho, o qual seria o futuro rei da Inglaterra. Jaime II ainda fez pronunciamentos em que afirmava não entender a necessidade de encontros regulares do Parlamento. Nessa situação complexa, foi gestada a Revolução Gloriosa (1688-1689).

O movimento eclodiu após as negociações entre Jaime I e Guilherme de Orange, o qual era casado com sua filha Maria. Guilherme era protestante e aceitou tornar-se rei da Inglaterra caso o movimento fosse vitorioso.

Jaime II fugiu para a Escócia e seguiu para a França de Luís XIV, obtendo asilo. O rei não resistiu e a

revolução foi chamada de Gloriosa. Guilherme foi à Inglaterra e, antes de ser aclamado rei, teve de assinar um documento que ficou conhecido como Bill of Rights (Declaração dos Direitos).

Pela Declaração dos Direitos, Guilherme reconhecia que sua função estaria limitada à chefia de Estado, e não à de governo. A fórmula política definida aí e que marca a história da Inglaterra até hoje diz: "O rei reina, mas não governa".

A monarquia parlamentar inglesa ficou assim estabelecida: o rei é chefe de Estado, enquanto a chefia de governo fica a cargo do primeiro-ministro, saído de um consenso de maioria parlamentar.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

ÁFRICA E ÁSIA ANTES E DEPOIS DA EXPANSÃO EUROPEIA

África

Importância histórica: Início do processo de hominização: berço da humanidade.

Norte da África: Antigo Egito e Cartago. Região fortemente influenciada pelo islamismo. Agricultura. Rotas comerciais pelo Deserto do Saara e caravanas.

África Subsaariana: Extrema diversidade geográfica, cultural, linguística e populacional. Pontos de similaridade: estrutura familiar, religiosidade, organização política e oralidade.

Reinos africanos

Gana: Desenvolveu-se a partir do século VII, a sudoeste do Saara. Proximidade com as rotas comerciais transaarianas. Abundante extração de ouro.

Mali: Conquistou o Reino de Gana por volta de 1230. Favoreceu-se com minas de ouro e cobrança de impostos. Extensa rede de rotas comerciais em Benin. Região sul da atual Nigéria: agricultura e comércio bem desenvolvidos; apogeu entre os séculos XIV e XV; envolvimento no tráfico de escravos.

Congo: África Central; sociedade hierarquizada; domínio autoritário sobre povos vizinhos; escravidão em pequena escala.

Ásia

Civilização chinesa: Produção agrícola às margens do Rio Amarelo por volta de 2700 a.C. A partir do século V a.C., as ideias de Confúcio são disseminadas, constituindo a base da atual cultura chinesa. Grande desenvolvimento da agricultura e da indústria durante o Medievo. Fabricação de instrumentos agrícolas e armamentos: civilização sofisticada. Várias dinastias governaram a China, mas seus fundamentos estão associados às dinastias Qin e Han.

Civilização indiana: Os primeiros assentamentos no Vale do Indo datam de 4000 a.C. Povos arianos forjam a cultura local por volta de 1500 a.C. Desenvolveram o cultivo de arroz e a metalurgia. Sociedade rígida e hierarquizada, em que o hinduísmo, com seu sistema de castas, teve papel importante. Os máurias constituem um império entre os séculos V e II a.C. No mesmo período, o budismo ganha espaço. A rota da seda é organizada nos primeiros séculos da era cristã. Domínio dos portos. Ao fim da Idade Média, é estabelecido um intenso comércio entre os povos islâmicos e os principados hindus.

ROTEIRO DE AULA

REVOLUÇÕES INGLESAS

Governo de Jaime I (1603-1625)

Adepto da teoria do direito divino dos reis, descontenta o Parlamento ao almejar mais influência e poder.

Governo de Carlos I (1626-1649)

Enfrenta o Parlamento e acaba executado (Revolução Puritana).

República Puritana (1649-1658)

- Governo de Oliver Cromwell (Lorde Protetor).
- Desenvolvimento comercial e conquista da Irlanda.
- A instabilidade política após a morte de Cromwell leva ao retorno da monarquia.

Governo de Carlos II (1660-1685)

Em seu reinado, há crescimento econômico e ampliação da influência inglesa na Europa. A estabilidade política é abalada após a morte de Carlos II, que não deixa herdeiros e cujo trono é ocupado por seu irmão, Jaime II.

Governo de Jaime II (1685-1688)

Não adere ao anglicanismo, privilegiando os católicos na formação do Conselho Real, e faz declarações contra o Parlamento (Revolução Gloriosa).

Governo de Guilherme II (1688-1702)

Assina a Declaração de Direitos, que põe fim ao absolutismo inglês e sujeita a Coroa aos poderes do Parlamento.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Unicamp-SP

“A longa presença de povos árabes no norte da África, mesmo antes de Maomé, possibilitou uma interação cultural, um conhecimento das línguas e costumes, o que facilitou posteriormente a expansão do islamismo. Por outro lado, deve-se considerar a superioridade bélica de alguns povos africanos, como os sudaneses, que efetivaram a conversão e a conquista de vários grupos na região da Núbia, promovendo uma expansão do Islã que não se apoia na presença árabe.”

ARNAUT, Luiz; LOPES, Ana Mônica. *História da África: uma introdução*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005. p. 29-30. (Adaptado)

Sobre a presença islâmica na África, é correto afirmar que:

- a) o princípio religioso do esforço de conversão, a *jihad*, foi marcado pela violência no norte da África e pela aceitação do islamismo em todo o continente africano.
- b) os processos de interação cultural entre árabes e africanos, como os propiciados pelas relações comerciais, são anteriores ao surgimento do islamismo.**
- c) a expansão do islamismo na África ocorreu pela ação dos árabes, suprimindo as crenças religiosas tradicionais do continente.
- d) o islamismo é a principal religião dos povos africanos e sua expansão ocorreu durante a corrida imperialista do século XIX.

Os povos do norte da África já tinham contato há muito tempo com os povos árabes, que estavam próximos geograficamente. Depois da expansão islâmica, o Império Mali, por exemplo, sob o comando de Mansa Musa, controlava uma longa rede comercial que ia do Marrocos ao Egito, conectando-se a rotas comerciais árabes pela cidade portuária de Suez, no Egito.

2. FGV-SP

C1-H1

“Durante a Antiguidade e a Idade Média, a África permaneceu relativamente isolada do resto do mundo. Em 1415, os portugueses conquistaram Ceuta, no norte do continente, dando início à exploração de sua costa ocidental.”

ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. *Toda a História*.

Acerca da África, na época da chegada dos portugueses em Ceuta, é correto afirmar que:

- a) nesse continente havia a presença de alguns Estados organizados, como o Reino do Congo, e a exploração de escravos, mas não existia uma sociedade escravista.**
- b) assim como em parte da Europa, praticava-se a exploração do trabalho servil, que, com a presença europeia, transformou-se em trabalho escravo.
- c) a população se concentrava no litoral e o continente não conhecia formas mais elaboradas de organização política, daí a denominação de povos primitivos.
- d) os poucos Estados, organizados pelos bantos, encontravam-se no Norte e economicamente viviam da exploração dos escravos muçulmanos.
- e) a escravidão e outras modalidades de trabalho compulsório eram desconhecidas na África e foram introduzidas apenas no século XVI pelos portugueses e espanhóis.

A questão mostra que a escravidão já existia no Congo, um dos reinos mais importantes para o tráfico negreiro instaurado pelas nações europeias no colonialismo e foi executada de forma não estrutural.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

- ### 3. UECE
- Por volta de 480 a.C., a China estava dividida em sete principados que guerreavam entre si. Depois de prolongadas guerras, em aproximadamente 221 a.C., Huang Ti, vitorioso, unificou a China e fundou a dinastia Chin. Sobre Huang Ti, é correto afirmar que:

- a) dentre inúmeras realizações, adotou uma única escrita e as mesmas leis para o país, e iniciou a construção da Grande Muralha.**
- b) expandiu o Império Chinês para a Ásia continental, abriu a via da seda e iniciou o comércio com as províncias romanas do Oriente.
- c) enfraqueceu o poder dos nobres chineses e enfrentou a invasão dos mongóis, liderada por Gengis Khan.
- d) iniciou um dos períodos do auge da cultura chinesa quando ocorreu a invenção da pólvora, da impressão e da bússola.

A China é uma das civilizações que, de forma independente, criou um sistema de escrita. A unificação da escrita foi importante para padronizar a difusão de informação e conhecimento e para unificar as leis. As demais alternativas citam fatos inverídicos ou que nunca aconteceram.

- ### 4. UEG-GO
- Nos séculos XVII e XVIII, as revoluções burguesas convulsionaram o mundo. Com a crise do absolutismo monárquico, elas transformaram o cenário político e os regimes de governo até então presentes. Dentre essas revoluções, uma ficou famosa por ter respeitado o papel político do rei, que continuaria sendo o chefe de Estado, ainda que tendo seus poderes reduzidos e controlados pelo Parlamento. Esta revolução foi a seguinte:

- a) Revolução Americana.
- b) Revolução de Avis.
- c) Revolução Francesa.
- d) Revolução Gloriosa.**

A Revolução Gloriosa pertence ao grande processo das Revoluções Inglesas do século XVII. A Revolução Americana ocorreu nos Estados Unidos, chamada assim em função da luta pela independência. A Revolução de Avis e a Revolução Francesa ocorreram em solo francês.

- ### 5. Mackenzie-SP
- A Revolução Gloriosa, na Inglaterra (1688-1689), marcou o início de uma época de grande prosperidade para o país, lançando as bases para o desenvolvimento capitalista, e permitiu que o país fosse o pioneiro na Revolução Industrial do século XVIII. Podemos estabelecer uma relação entre os dois eventos porque:

- a) o governo passou a impor a religião anglicana, dando fim aos conflitos religiosos e aos massacres entre católicos e protestantes, liberando mão de obra para as novas técnicas de produção.
- b) o poder real, com a retomada do absolutismo, não encontra empecilhos para dar fim ao sistema feudal e incentivar a prática capitalista para aumentar os recursos do Tesouro Nacional.
- c) o país, com o advento do parlamentarismo, passou por transformações, como o acordo político e econômico entre a burguesia e a nobreza rural, que, juntas, promoveram o desenvolvimento econômico.**
- d) tanto a tolerância religiosa quanto uma maior liberdade de expressão política por parte da sociedade civil, características do despotismo esclarecido, incentivaram o desenvolvimento econômico.
- e) o desenvolvimento de uma monarquia, com características de um Estado liberal, permitiu a união de todas as classes sociais na Inglaterra, o que permitiu a modificação das relações trabalhistas no campo.

As Revoluções Inglesas do século XVII contribuíram para o fortalecimento do Parlamento e, conseqüentemente, para a diminuição do poder real. Com o parlamentarismo, há a emergência de novos grupos sociais, como os burgueses, que passaram a intervir mais na política inglesa e no comércio, estimulando o desenvolvimento e o enriquecimento do país.

6. UNESP – A Revolução Puritana (1640) e a Revolução Gloriosa (1688) transformaram a Inglaterra do século XVII. Sobre o conjunto de suas realizações, pode-se dizer que:

- a) determinaram o declínio da hegemonia inglesa no comércio marítimo, pois os conflitos internos provocaram forte redução da produção e exportação de manufaturados.
- b) resultaram na vitória política dos projetos populares e radicais dos cavadores e dos niveladores, que defendiam o fim da monarquia e dos privilégios dos nobres.
- c) envolveram conflitos religiosos que, juntamente com as disputas políticas e sociais, desembocaram na re-

tomada do poder pelos católicos e em perseguições contra protestantes.

- d) geraram um Estado monárquico em que o poder real devia se submeter aos limites estabelecidos pela legislação e respeitar as decisões tomadas pelo Parlamento.
- e) precederam as revoluções sociais que, nos dois séculos seguintes, abalaram França, Portugal e as colônias na América, provocando a ascensão política do proletariado industrial.

As Revoluções Inglesas contribuíram para o fortalecimento do Parlamento, promovendo a diminuição do poder absolutista do rei.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UECE – Em 1206, um líder mongol, Gengis Khan, conseguiu reunir todas as tribos de sua gente e ergueu, em poucos anos, um império colossal. Os combatentes, disciplinados e implacáveis, venciam todas as resistências. Cedendo às forças desse líder, o primeiro império a cair foi o Império:

- a) Romano, comandado por Júlio César.
- b) Persa, dirigido pelo Califa Dario III.
- c) Indo-Europeu, liderado por Ogodai.
- d) Chinês, regido pela dinastia Song.

8. UMC-SP (adaptado) – Correlacione as duas colunas:

- 01) Os franceses exerceram protetorado sobre esta região africana.
 - 02) A Etiópia sofreu tentativas de ocupação mal sucedidas em 1889 e foi submetida em 1935 por essa nação europeia.
 - 03) Os ingleses tomaram essa antiga nação africana depois da abertura do Canal de Suez.
 - 04) Os ingleses dominaram essa região, que era ocupada por descendentes de holandeses.
 - 05) Responsabilidade na liderança contra a pressão inglesa que existia desde a Guerra do Ópio.
- () Sul da África.
 () Argélia.
 () Boxers, na China.
 () Itália.
 () Egito.

9. PUC-PR – A partir da segunda metade do século XIX, as potências europeias começaram a disputar áreas coloniais na África, na Ásia e na Oceania. Seus objetivos eram a busca por fontes de matérias-primas, mercado consumidor, mão de obra e oportunidades de investimento. As justificativas morais para essa colonização, no entanto, estavam relacionadas com o que se chamava de darwinismo social, cujo significado é:

- a) o homem branco tinha a tarefa de cristianizar as populações pagãs de outros continentes, resgatando-as de religiões animistas e de práticas antropofágicas.
- b) o homem branco de origem europeia estava imbuído de uma missão civilizadora, através da qual deveria levar para seus irmãos de outras cores, incapazes de fazer isso por si mesmos, as vantagens da civilização e do progresso, resgatando-os da barbárie e do atraso aos quais estavam submetidos.

c) os colonizadores europeus tinham a tarefa de ensinar os princípios fundamentais da democracia, ensinando aos povos colonizados o processo de governo democrático, permitindo-lhes se afastar de governos tirânicos e autocratas.

- d) a colonização tinha como tarefa repassar aos povos colonizados os fundamentos da economia capitalista, para que eles mesmos pudessem gerenciar as riquezas de seus territórios e, com isso, possibilitar o desenvolvimento social de seu país.
- e) estudar, segundo uma perspectiva antropológica, a organização das sociedades colonizadas e conhecer seus princípios religiosos, políticos, culturais e sociais com o objetivo de ajudar a preservá-los.

10. PUC-MG – A expansão imperialista, observada no decorrer da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século subsequente, apresentou como elementos constitutivos, exceto:

- a) a partilha territorial do mundo entre as principais potências capitalistas, constituindo vastos impérios coloniais.
- b) a crescente importância adquirida pela exportação de capitais, através de investimentos realizados e financiamentos concedidos.
- c) a formação de grandes conglomerados financeiros e industriais, que passaram a controlar setores mais importantes da economia.
- d) a difusão, no nível planetário, do conhecimento tecnológico e do progresso material, integrando diferentes povos e culturas.

11. Fuvest-SP – Na segunda metade do século XIX, em face do avanço do Ocidente na Ásia, a China:

- a) tornou-se, como a Índia, uma colônia, com a única diferença de ser dominada por várias potências e não apenas pela Inglaterra.
- b) reagiu, como o Japão, realizando, ao mesmo tempo, um processo de restauração imperial e de modernização econômica.
- c) manteve, finalmente, seu estatuto de Império Celestial, mas ao preço de enormes perdas e concessões às potências ocidentais.
- d) conseguiu fechar-se ao Ocidente graças à Rebelião Taiping, depois de derrotada pela Inglaterra na Guerra do Ópio.
- e) resistiu vitoriosamente a todas as agressões do Ocidente até Pequim ser saqueada durante a Guerra dos Boxers.

12. Muitas pessoas tratam o continente africano como algo único e homogêneo. Sobre a história da África, assinale a alternativa que contém apenas reinos africanos:

- a) Mali, Cartago, Congo e Axum.
- b) Egito, Mesopotâmia e Babilônia.
- c) Cartago, Fenícia, Egito e Mesopotâmia.
- d) Zimbábue, Mesopotâmia, civilização védica e Cartago.

13. UEPA – No período de 1649 a 1660, desenvolveu-se na Inglaterra o regime republicano. Em 1651 Cromwell procedeu à unificação da Inglaterra, Irlanda e Escócia, tornando-se Lorde Protetor da comunidade britânica. Ainda em 1651, o Parlamento votou os Atos de Navegação, segundo os quais:

- a) os dirigentes britânicos buscavam monopolizar o comércio e a navegação nos chamados sete mares, afetando diretamente a Holanda, detentora até então de enorme poder naval.
- b) os dirigentes ingleses determinaram que o transporte de quaisquer produtos de origem colonial, assim como das espécies monetárias, seria realizado por navios de países europeus.
- c) a Inglaterra declarava guerra à Holanda, uma vez que esta, buscando assegurar o poder naval, aprovou a legislação mercantil que criou as companhias de comércio.
- d) produtos como açúcar, tabaco, algodão, madeiras tintoriais, produzidos ou fabricados em colônias inglesas da América, da África ou da Ásia seriam livremente exportados, desde que em navios não holandeses.
- e) ficou determinada a quebra do monopólio inglês sobre a navegação comercial mercantil, viabilizando a participação dos demais produtores e respectivas colônias no transporte marítimo comercial.

14. Furg-RS – No século XVII, a Inglaterra foi revolvida por grandes turbulências políticas, econômicas e sociais. Trata-se da Revolução Inglesa, um período de cinquenta anos de lutas, que representou o embate das velhas estruturas feudais com as novas forças do capitalismo. As alternativas abaixo apresentam características da Revolução Inglesa.

Assinale a alternativa incorreta:

- a) promover o rompimento com o sistema feudal.
- b) promover a substituição do Estado absolutista pelo Estado liberal capitalista.
- c) propiciar condições para o avanço do capitalismo industrial.

- d) implantar definitivamente a república na Inglaterra.
- e) selar um compromisso entre burguesia urbana e nobreza de terras cultivadas em moldes capitalistas.

15. UFC-CE – A Revolução de 1688, na Inglaterra, representou:

- a) a diminuição do poder exercido pelo Parlamento.
- b) a extinção do poder aristocrático com a adoção do voto popular.
- c) o restabelecimento do poder dos reis católicos durante várias décadas.
- d) a derrota do absolutismo, tornando o Parlamento soberano político da nação.
- e) a consolidação do poder do soberano, que podia suspender a execução das leis em caso de guerra.

16. UNESP – Gerald Winstanley, líder dos escavadores da Revolução Puritana na Inglaterra (1640-1660), definiu a sua época como aquela em que “o Velho Mundo está rodopiando como pergaminho no fogo”. Embora os escavadores tenham sido vencidos, a Revolução Inglesa do século XVII trouxe mudanças significativas, dentre as quais destacam-se a:

- a) instituição do sufrágio universal e a ampliação dos direitos das assembleias populares.
- b) separação entre Estado e religião e a anexação das propriedades da Igreja Anglicana.
- c) liberação das colônias da Inglaterra e a proibição da exploração da mão de obra escrava.
- d) abolição dos domínios feudais e a afirmação da soberania do Parlamento.
- e) ampliação das relações internacionais e a concessão de liberdade à Irlanda.

17. UDESC – Assinale a alternativa correta em relação à Revolução Inglesa, conhecida também por Revolução Gloriosa:

- a) o liberalismo inglês foi derrotado, e os burgueses, contrários a ele, foram chamados a participar do governo.
- b) os ingleses, depois de muitas lutas, conseguiram fazer um monarca se submeter a uma Carta de Princípios elaborada pelo Parlamento.
- c) o absolutismo inglês, muito mais antigo e vigoroso que o francês, fortaleceu-se ainda mais após a revolução.
- d) a glória da revolução consistia em produzir um novo regime de forma pacífica, sem mortes, quando os problemas sociais há muito já tinham sido resolvidos.
- e) a industrialização depois da revolução foi lenta e tardia.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H1

“A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do ‘Dia da Consciência Negra’.”

Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2010. (Adaptado)

A referida lei representa um avanço não só para a educação nacional, mas também para a sociedade brasileira porque:

- a) legitima o ensino das ciências humanas nas escolas.
- b) divulga conhecimentos para a população afro-brasileira.
- c) reforça a concepção etnocêntrica sobre a África e sua cultura.
- d) garante aos afrodescendentes a igualdade no acesso à educação.
- e) impulsiona o reconhecimento da pluralidade étnico-racial do país.

19. Enem**C3-H12**

“Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento.

Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio.

Que é indispensável convocar com frequência os Parla-mentos para satisfazer os agravos, assim como para corri-gir, afirmar e conservar leis.”

Declaração de Direitos.

Disponível em: <<http://disciplinas.stoa.usp.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011. (Adaptado)

No documento de 1689, identifica-se uma particularida-de da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na época moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- a) redução da influência do papa – teocracia.
- b) limitação do poder do soberano – absolutismo.
- c) ampliação da dominação da nobreza – república.
- d) expansão da força do presidente – parlamentarismo.
- e) restrição da competência do congresso – presiden-cialismo.

20. FGV-RJ**C5-H23**

“A Reforma, a despeito de sua hostilidade à magia, esti-mulara o espírito de profecia. A abolição dos intermediá-rios entre o homem e a divindade, bem como a ênfase na consciência individual, deixavam Deus falar diretamente a

seus eleitos. Era obrigação destes tornar conhecida a Sua mensagem. E Deus não fazia acepção de pessoas: preferia falar a John Knox do que à sua rainha, Maria Stuart da Escócia. O próprio Knox agradeceu a Deus ter-lhe dado o dom de profetizar, que assim estabelecia que ele era um homem de boa-fé.

Na Inglaterra, as décadas revolucionárias deram ampla di-fusão ao que praticamente constituía uma profissão nova – a do profeta, quer na qualidade de intérprete dos astros, ou dos mitos populares tradicionais, ou, ainda, da Bíblia.”

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 103.

O texto se refere ao ambiente político e religioso da In-glaterra no século XVII. A esse respeito é correto afirmar:

- a) a insatisfação popular na Inglaterra era decorrente da perspectiva protestante de manter os sacerdotes como intermediários entre Deus e os homens.
- b) os revolucionários basearam-se em princípios estrita-mente racionais e científicos, em uma nítida ruptura com as crenças e o profetismo da época.
- c) apesar de todas as disputas religiosas dos séculos XVI e XVII, os monarcas ingleses mantiveram-se neutros, o que permitiu a preservação da monarquia.
- d) para os revolucionários ingleses, Deus considerava apenas os parlamentares como pessoas aptas a trans-mitir a doutrina e indicar os caminhos da salvação.
- e) a movimentação revolucionária esteve vinculada aos conflitos religiosos decorrentes da chamada Reforma Protestante iniciada no século XVI.

ILUMINISMO E REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

14

LUZ E AÇÃO

O Iluminismo, ou Século das Luzes, foi um importante rompimento com as ideias que construíram a Idade Moderna. Locke, Maquiavel, Hobbes e Bossuet, entre outros, foram os principais teóricos do absolutismo. Rousseau, Montesquieu, Voltaire, D’Alambert e Diderot, por sua vez, foram os pensadores que romperam com esse sistema de governo e imaginaram uma nova forma de organizar o mundo.

Cada um desses movimentos intelectuais teve sua importância. O primeiro rompeu com o sistema medieval e começou a construção dos Estados modernos. Já o segundo defendeu que esse Estado pertencia a todos os cidadãos de forma igual e que o poder fosse dividido e controlado.

Das luzes do Iluminismo, mais tarde explodiria a ação dos revolucionários.

UMA NOVA FILOSOFIA

A filosofia iluminista integrou um processo de laicização do pensamento europeu. Esse processo foi inaugurado com o renascimento cultural da época moderna, quando se afirmou o método experimental como um caminho promissor para a aquisição do conhecimento, assentado no apelo à razão, base da ciência moderna.

O racionalismo ganhou cada vez mais espaço na sociedade europeia e, no século XVII, deu um passo importantíssimo com o desenvolvimento da matemática, tanto de Newton, com o cálculo diferencial integral, como de Descartes, com a geometria analítica. O próprio pensamento político inglês do século XVII alimentou estudos sobre organização do poder que, em boa medida, favoreceram a revolução política na França. As várias conquistas no campo científico ensejaram estudos políticos, econômicos, sociais e da natureza, realizados no século XVIII.

Exemplo nítido desse evento encontra-se nos escritos políticos de John Locke. O empirismo típico dos ingleses teve sua expressão política na obra *Segundo tratado do governo civil*, publicada em 1690, após a Revolução Gloriosa, a qual havia limitado a autoridade do rei na Inglaterra.

Todas essas contribuições do século XVII reforçaram a crença no poder da razão no século XVIII, pensada como o único meio pelo qual seria possível obter conhecimento verdadeiro e, nesse sentido, muitos desejaram substituir a Bíblia por um documento que propagasse novos conhecimentos produzidos pela razão: a Enciclopédia.

A Bíblia era entendida como um documento de fé, ligado à religião, enquanto a Enciclopédia era afirmada como um argumento de razão, vinculado à ciência. Nesse sentido, o importante era difundir o conhecimento científico, combatendo as trevas das afirmações religiosas.

Os pensadores do período afirmavam o poder da razão como a única possibilidade de iluminação e conhecimento das leis que regem o mundo. Da compreensão da natureza para a de uma ordem necessária às sociedades humanas foi um passo relativamente curto, pois muitos entendiam que, com base em certos princípios observáveis na natureza, era possível extrair conclusões racionais acerca das várias dimensões da vida humana. O pensamento iluminista indagou sobre o ser humano, buscando integrá-lo a uma ordem racional.

A razão faria o julgamento das esferas políticas, sociais e econômicas. O que não fosse passível de explicação lógica deveria ser substituído. Pode-se entender, então, o impacto do Iluminismo no mundo europeu e por que esse movimento representou uma verdadeira revolução.

- Luz e ação
- Uma nova filosofia
- Política
- Sociedade
- Economia
- Impacto das ideias iluministas
- O mundo das máquinas
- As origens da revolução
- O carvão e as máquinas
- Os trabalhadores
- Movimentos de resistência
- Ludismo
- Cartismo
- Repensando o trabalho

HABILIDADES

- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

POLÍTICA

O Iluminismo questionou o poder absoluto dos reis, afirmando que ele nada mais era do que representação e, dessa forma, o governante não podia fazer o que quisesse, mas aquilo que a maioria dos representados desejasse, a chamada vontade geral.

Além disso, o poder devia ser dividido, de acordo com Montesquieu, em: Executivo, para realizar determinações da lei; Legislativo, para criar leis; e Judiciário, com o objetivo de julgar com base nas leis, de tal forma que não seria o império do rei, mas da lei.

O que foi exposto por Montesquieu vai contra a teoria de Hobbes, que afirma ser o estado de natureza o estado de guerra. Nesse sentido, Montesquieu aproxima-se do pensador Jean Jacques Rousseau, que acredita em um estado de natureza no qual o homem era bom, tornando-se ruim com a civilização. Assim, nas sociedades humanas a lei devia existir em defesa dos homens em suas relações comunitárias.

SOCIEDADE

No plano social, o pensamento iluminista colocou em xeque o princípio nobiliárquico, isto é, os títulos de nobreza, os quais eram fundados na hereditariedade.

A ideia era dar condições para que o indivíduo pudesse demonstrar suas capacidades, em vez de se submeter à condição de ancestralidade. Assim, como os homens eram iguais pela natureza, também deviam ser iguais perante a lei.

Dessa igualdade, ponto de partida da organização social, aqueles que fossem mais talentosos ocupariam um lugar de prestígio na sociedade. Substituíam-se a sociedade de ordens, garantida pela hereditariedade, pela do mérito, fundada no talento individual. Igualdade e liberdade eram pontos de partida para uma sociedade fraterna. Tais valores se realizariam no cidadão.

Em Rousseau, encontra-se uma discussão fundamental a respeito da desigualdade dos homens, que permite o desenvolvimento da ideia de pacto social e de governo representativo como meios para minimizar as diferenças sociais que o mundo civilizado criou entre os seres humanos.

ECONOMIA

O pensamento do século XVIII defendeu o liberalismo econômico contra os regimes de monopólio e protecionismo existentes.

Quanto mais se produzisse, mais rico se tornaria um país. Esse pensamento colocava em questão o metalismo, que configurava a política mercantilista, base do poder absoluto dos reis. A expressão que definiu o pensamento liberal na economia foi *laissez-faire, laissez-passer* ("deixai fazer, deixai passar").

Na Inglaterra, o pensamento econômico liberal foi representado por Adam Smith, que em 1776 publicou a obra *A riqueza das nações*, um referencial do liberalismo na economia. Esse estudo considera o trabalho como o elemento básico da riqueza e da produção de

uma nação. Assim, quanto mais se produz, ou seja, quanto mais se realiza trabalho, mas riqueza existe em um país.

Outra questão importante diz respeito não apenas à liberdade de produção defendida pelo pensador inglês, mas também à necessidade de liberação do comércio. Assim, se um país produz bastante, deve ter condições para escoar sua produção livremente. Dessa forma, críticas aos sistemas de monopólio e ao protecionismo fazem parte do pensamento econômico liberal.

De acordo com o liberalismo, a economia era regulada por leis específicas e, se não existisse a interferência do Estado, haveria autorregulação das forças econômicas. Isso é conhecido como economia de mercado.

Na França, os pensadores também trataram da dimensão econômica, mas o país não se encontrava na mesma condição produtiva da Inglaterra, que, àquela altura, vivenciava a Revolução Industrial. Assim, escritos de economia afirmavam a liberdade, mas pensavam a riqueza como bens da terra, ou seja, de raiz. A capacidade produtiva que deveria ser ampliada estava no mundo rural.

IMPACTO DAS IDEIAS ILUMINISTAS

Dessa forma, o absolutismo, a sociedade de ordens e o mercantilismo foram comprometidos pelas ideias iluministas, que consideravam serem essas as características de um sistema que chamavam de Antigo Regime. Essa velha ordem deveria ser rompida e isso foi, em parte, realizado pelas revoluções.

Pode-se considerar o pensamento iluminista revolucionário nas áreas mais desenvolvidas da Europa. Contudo, sua influência não se limitou a elas. Os monarcas de países periféricos também assimilaram o racionalismo iluminista, mas fizeram uma leitura diferente em seus Estados.

Os líderes e seus auxiliares que incorporaram o pensamento iluminista ficaram conhecidos como déspotas esclarecidos. Eles mantiveram o poder centralizado e realizaram reformas a fim de modernizar seus territórios.

As ações desses governantes eram justificadas por princípios baseados no racionalismo iluminista. Nesse sentido, buscaram submeter o clero aos interesses do Estado, patrocinaram a Enciclopédia como forma de obtenção do conhecimento racional, estimularam a produção manufatureira, reduziram gastos do aparelho de Estado e deram incentivos ao estabelecimento de um ensino laico em suas terras, realizando reformas no meio educacional.

O MUNDO DAS MÁQUINAS

No início, era a terra. A agricultura tinha papel central no modo de produzir a vida e de vivê-la. As áreas banhadas por rios eram disputadas pelas civilizações, e áreas produtoras de alimentos como o trigo eram estratégicas em qualquer guerra.

Depois, a atividade comercial também ganhou espaço. A circulação de mercadorias permitia que po-

vos que nada produziam pudessem enriquecer. Com a revolução comercial dos séculos XVI e XVII, nasce a classe comerciária por excelência, a burguesia, que depois também dedica-se à produção de artesanato e, mais tarde, de manufaturas.

E então veio a indústria. O processo desencadeado pela Revolução Industrial alterou profundamente os rumos da História e mudou nossa forma de produzir bens de consumo e de viver, influenciando inclusive o modo como nos relacionamos com o tempo.

AS ORIGENS DA REVOLUÇÃO

Alguns fatores, quando somados, ajudam a explicar como e por que a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra. Esse assunto ainda é motivo de grande debate acadêmico, mas alguns aspectos são importantes em uma análise mais geral:

- houve um grande acúmulo de capital durante os séculos XVII e XVIII graças às redes comerciais inglesas e sua poderosa frota naval;
- a potência concorrente, a França, fora derrotada na Guerra dos Sete Anos;
- a Revolução Gloriosa de 1688 ampliou os poderes do Parlamento, criou instituições mais inclusivas, que aumentaram a participação política de boa parte da população, e inaugurou o Estado liberal inglês;
- com dinheiro disponível e instituições inclusivas, havia grande incentivo para a inovação e o Parlamento favoreceu o enriquecimento da burguesia;
- havia no território grande quantidade de carvão disponível; muito desse carvão era superficial, portanto de fácil extração;
- o processo de cercamento de terras deixou muitas pessoas desempregadas e miseráveis, formando um enorme contingente de mão de obra barata;
- os aristocratas, que não recebiam uma remuneração do Estado como acontecia na França, viram com bons olhos o avanço das manufaturas e da industrialização e investiram nesses empreendimentos;
- já havia na Inglaterra um grande número de manufaturas, especialmente tecelagens, que se adaptaram e se transformaram em indústrias.

Após a criação das primeiras máquinas a vapor, o processo avançou rapidamente. A agricultura e a circulação de mercadorias deixaram de ser o centro da economia e passaram a ser atividades auxiliares à protagonista: a fábrica.

O CARVÃO E AS MÁQUINAS

O carvão mineral, disponível em abundância na Inglaterra, alimentava as máquinas a vapor – e depois também os trens. As máquinas potenciali-

zaram a produção e alteraram profundamente a vida das pessoas nos lugares onde chegavam. Primeiro, na Inglaterra, onde foram criadas e, depois, nos Países Baixos (Bélgica e Holanda). Mais tarde, chegariam também aos Estados Unidos e a outros países, como Alemanha, França e Itália.

Antes da Revolução Industrial, as formas predominantes de produção de mercadorias eram o artesanato e a manufatura. Para entender quão revolucionário foi esse processo, vamos destacar as particularidades de cada forma:

- **Artesanato:** trabalho manual auxiliado por ferramentas, feito em casa ou em pequenas oficinas. O artesão conhecia todo o processo de produção, de ponta a ponta e era o dono das matérias-primas e do lugar onde o trabalho era realizado.
- **Manufatura:** acontecia como um trabalho artesanal em maior escala. A forma do trabalho era a mesma, mas havia a figura do dono, a quem pertenciam a matéria-prima, as ferramentas e o lugar onde o trabalho era desenvolvido. Aos poucos, surgiram as linhas de montagem e começou a ser construída a forma industrial de trabalhar.
- **Maquinofatura:** é a produção mecanizada que surge com a Revolução Industrial. As formas de organizar o trabalho se sofisticaram, as tarefas foram divididas e toda a estrutura pertencia a uma única pessoa: o local, as máquinas e a matéria-prima. Ao trabalhador pertencia apenas a própria força de trabalho.

O carvão e a máquina alimentada por ele ampliaram em um nível sem precedentes a produtividade e a padronização da produção de bens materiais. Com a divisão do trabalho, a pessoa que produz perdeu a noção do processo produtivo, especializando-se em apenas uma única tarefa, feita de forma repetitiva.

Ao mesmo tempo, ganha força a preferência por este ou aquele produto de forma massificada, ou seja, milhares de pessoas que preferiam o sapato de determinada fábrica, o tecido de outra e os pregos de uma terceira. Essa foi uma mudança importante: além da produtividade industrial, a sofisticação dos produtos e o fortalecimento de grandes marcas moldaram a forma como nos relacionamos com o mercado.

OS TRABALHADORES

Já vimos as mudanças importantes que a Revolução Industrial trouxe para o setor produtivo e, por consequência, para o mercado. Agora, vamos falar sobre quem de fato produzia: os operários.

Com o objetivo principal de ampliar os lucros, o capitalismo industrial precisava cortar custos e ampliar as receitas. Com isso, a burguesia industrial poderia investir nas indústrias para melhorá-las e ampliá-las, além de aumentar seu poder nessa nova sociedade.

Portanto, a burguesia buscava reduzir impostos e frear possíveis regulamentações, ampliar o mercado consumidor e contratar mão de obra barata.

É nesse contexto que a burguesia industrial inglesa começa a combater a escravidão e apoiar o liberalismo, a fim de ampliar o mercado consumidor em outros países, pois o trabalhador escravizado não tinha poder de compra. Ao mesmo tempo, os baixos salários eram mantidos e a jornada de trabalho era extensa, chegando a 15 horas por dia. As crianças também trabalhavam e eram bastante requisitadas porque recebiam salários ainda menores.

Famílias inteiras trabalhavam nas fábricas para que, com a soma dos baixos salários, conseguissem sobreviver. Seja nas minas de carvão ou nas fábricas, tinham péssimas condições de trabalho, com pouca ou nenhuma segurança, em ambientes insalubres – sujos, escuros e com o ar poluído – alimentação fraca e nenhum período de descanso.

Não demoraria para que essas pessoas se mobilizassem para mudar as condições de vida que lhes eram impostas.

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

LUDISMO

Logo nas primeiras décadas da Revolução Industrial, a classe trabalhadora, com baixos salários e muitas horas de trabalho, vivia na miséria. No início do século XIX, eclode o chamado ludismo, que remete ao nome de um de seus supostos líderes, Ned Ludd. Por um lado, essas pessoas haviam perdido suas formas tradicionais de vida, substituídas pelo novo ritmo da sociedade industrial que tomava quase todas as horas de seus dias. Por outro, várias dessas pessoas estavam ficando desempregadas, entregues a uma miséria ainda pior.

Por isso, um grupo de trabalhadores começou a destruir as máquinas, responsabilizando-as simbolicamente pela situação em que viviam. Por conta dos altos prejuízos que causaram aos proprietários, foram

reprimidos e condenados à morte ou à deportação. A respeito disso, o historiador inglês E. P. Thompson, que estudou a classe trabalhadora inglesa, observa:

CARTISMO

Diferentemente dos ludistas, que reagiram a uma situação de miséria, os cartistas fazem parte de um contexto no qual os trabalhadores já estavam mais organizados e experientes. À ação conjunta dos operários somou-se a capacidade de elaborar propostas políticas. Esse movimento surgiu na Inglaterra em 1837 e recebeu esse nome porque as exigências foram feitas em forma de carta.

As principais reivindicações eram:

- direito de voto para os trabalhadores;
- eleições anuais para o Parlamento;
- estabelecimento do voto secreto;
- jornadas de dez horas diárias;
- regulamentação do trabalho de mulheres e crianças.

Entre essas demandas, as mudanças na política e no direito ao voto não foram conquistadas. Por outro lado, os manifestantes conseguiram reduzir a jornada de trabalho e regulamentar o trabalho infantil. Além disso, ficou em evidência a capacidade de mobilização e aspiração por uma classe trabalhadora mais forte.

REPENSANDO O TRABALHO

Nesse contexto de lutas sociais dos trabalhadores, alguns membros da burguesia industrial destacaram-se como grandes aliados. Engels, um dos principais pensadores do socialismo e do comunismo, era filho de industriais.

A inovação e a sofisticação do maquinário tornaram-se regra, e rapidamente o mundo industrial criou novas tecnologias. Com os navios e os trens a vapor, o telégrafo e, depois, o telefone, o mundo sofreu profundas transformações. Depois, em uma nova etapa da revolução, a energia elétrica, as pesquisas químicas e o desenvolvimento de motores a combustão levaram à chamada Segunda Revolução Industrial. Esse processo começou na Inglaterra, no século XVIII, e até hoje está em andamento.

ROTEIRO DE AULA

ILUMINISMO

O que foi?

Movimento cultural e filosófico do século XVIII (Século das Luzes), originário na Inglaterra, desenvolvido principalmente na França e caracterizado por buscar explicações lógicas e racionais para a realidade.

Defesa do racionalismo, da igualdade social e do individualismo.

Combate à ignorância religiosa, ao absolutismo e ao mercantilismo.

Voltaire

Defesa da liberdade de expressão.

Principal obra: *Cândido, ou o Otimismo*.

Montesquieu

Triplicação dos poderes.

Principal obra: *O espírito das leis*.

Rousseau

A lei deve exprimir a vontade da maioria.

Principal obra: *Do contrato social*.

Diderot e D'Alembert

Enciclopédismo, sistematização e difusão do conhecimento científico.

Principal obra: *Enciclopédia*.

LIBERALISMO

O que foi?

Doutrina política e econômica que tornou-se a filosofia de sustentação do capitalismo e da burguesia.

Pai do liberalismo econômico.

Adam Smith

Principal obra: *A riqueza das nações*.

Princípios defendidos: Não intervenção do Estado na economia (*laissez-faire, laissez-passer*). Leis naturais como reguladoras da economia.

Livre-concorrência, com base na lei da oferta e da procura.

Livre-cambismo, livre-iniciativa e liberdade de contrato de trabalho. Defesa da propriedade privada.

Divisão internacional do trabalho.

ROTEIRO DE AULA

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Principais causas

Acúmulo de capital graças às redes comerciais inglesas e sua poderosa frota naval.

Instituições inclusivas e maior participação política graças à Revolução Gloriosa de 1688.

Incentivo à inovação.

Apoio do Parlamento à burguesia.

Grande quantidade de carvão disponível. Muito desse carvão era superficial, portanto de fácil extração.

Enorme contingente de mão de obra barata.

Formas de produção

Artesanato: O artesão é dono do local, das ferramentas e da matéria-prima e conhece todo o processo de produção.

Manufatura: Há um dono das ferramentas, do local e da mão de obra, mas o trabalho ainda é feito de forma artesanal. Em alguns casos, há divisão do trabalho e trabalho em série.

Maquinofatura: É a forma criada após a Revolução Industrial, na qual há um dono que detém todas as máquinas, o local e a matéria-prima. O trabalhador tem apenas a força de trabalho. Há uma linha de produção, com trabalho segmentado. Com isso, nenhum trabalhador conhece o processo todo.

Movimentos de resistência

Ludismo: Os trabalhadores reagiram à condição de miséria e destruíram máquinas, causando grandes prejuízos aos patrões. Foram reprimidos com violência e condenados à morte ou à deportação.

Cartismo: Movimento mais organizado, surgido em um contexto de politização da classe trabalhadora. As reivindicações foram feitas por meio de cartas. Não conseguiram as mudanças políticas que desejavam (direito a voto e eleições anuais), mas conquistaram a redução da jornada de trabalho e a regulamentação do trabalho infantil.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. PUC-RJ – O Iluminismo, como movimento intelectual, reuniu pensadores que abordaram a política, a organização social e a natureza de formas distintas. Podemos, no entanto, encontrar um conjunto de princípios comuns que dão identidade ao pensamento iluminista europeu do século XVIII. Sobre esse movimento, analise as alternativas abaixo:

- I. As ideias Iluministas estão associadas às críticas ao Antigo Regime, em particular ao direito divino dos reis e aos privilégios hereditários, entendidos como contrários ao direito natural do homem.
- II. Os iluministas defendiam que as sociedades humanas tendiam para um estágio inevitável de progresso material e espiritual que levaria à regeneração do homem e que seria guiada por Deus.
- III. A defesa da razão como principal recurso humano para conhecer e explicar os fenômenos sociais e naturais estava no centro da atitude intelectual dos filósofos iluministas.
- IV. A igualdade e a liberdade são, para os pensadores do século XVIII, valores fundamentais e naturais, que constituem a base política do nascente Estado absolutista.

São corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) I e IV.

A afirmativa II está errada porque sugere que, para os iluministas, o progresso social seria guiado por Deus. No entanto, o Iluminismo acreditava que o progresso era guiado pela razão, como assinala a afirmativa III. A afirmativa IV é incorreta porque associa o Estado absolutista (Antigo Regime) à liberdade e à igualdade. O Iluminismo, porém, era crítico ao Antigo Regime, por considerá-lo uma restrição aos direitos naturais do ser humano, conforme descrito corretamente na afirmativa I.

2. PUC-RJ – Em meados do século XVIII, diversas monarquias europeias se modernizaram com base nos ideais iluministas para um programa de reformas que assegurasse uma administração mais racional e eficiente do Estado. Embora afirmassem agir em nome da “maior felicidade dos povos”, estes permaneciam excluídos da tomada de decisões políticas.

Considerando as relações entre a cultura iluminista e as reformas promovidas pelos “soberanos esclarecidos”, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os soberanos reformadores concentraram seus esforços no desmantelamento de privilégios fiscais e no redimensionamento dos poderes eclesiásticos, como no caso de Frederico II na Prússia e de D. José I e de seu ministro Pombal em Portugal.
- II. Os filósofos iluministas forneceram o tema da razão, da boa administração e da pública felicidade aos projetos absolutistas dos monarcas e o da liberdade à oposição antiabsolutista.
- III. Os opositores do reformismo monárquico eram juristas e magistrados tradicionalistas, a nobreza fundiária e o alto clero, ameaçados pela dissolução da sociedade de ordens promovida pelos soberanos esclarecidos.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

A afirmativa III está incorreta, pois os soberanos esclarecidos tiveram como principais opositores as ordens religiosas. O projeto de modernização administrativa dos déspotas esclarecidos buscou restringir o poder dessas ordens no interior das monarquias europeias. Um exemplo bastante representativo é o da disputa travada entre o reformista Marquês de Pombal e a ordem dos jesuítas em Portugal e no Brasil.

3. UNESP

“O pensamento iluminista, baseado no racionalismo, individualismo e liberdade absoluta do homem, ao criticar todos os fundamentos em que se assentava o Antigo Regime, revelava as suas contradições e as tornava transparentes aos olhos de um número cada vez maior de pessoas.”

FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*, 1982. (Adaptado)

Entre as críticas ao Antigo Regime, mencionadas no texto, podemos citar a rejeição iluminista do:

- a) princípio da igualdade jurídica.
- b) livre-comércio.
- c) liberalismo econômico.
- d) republicanismo.
- e) absolutismo monárquico.

Princípio de igualdade jurídica, livre-comércio, liberalismo econômico e republicanismo não eram características do Antigo Regime, o que invalida as alternativas de A a D. Já o absolutismo monárquico era uma das principais características do Antigo Regime, extremamente criticado pelo Iluminismo por ser oposto aos direitos naturais do ser humano.

4. Unesp-PR – Sobre a situação da classe operária na Inglaterra durante a Revolução Industrial, no século XIX:

- I. A condição de trabalho nas fábricas era precária, marcada por baixos salários, jornadas de até 16 horas diárias e tendo que conviver com constantes humilhações.
- II. Os trabalhadores ingleses vivenciavam uma série de conflitos com dirigentes políticos e empregadores, o que resultou em conquistas nas condições de trabalho, como melhores salários, distribuição dos lucros e redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.
- III. Fora das fábricas, as condições eram difíceis; além de habitações urbanas ruins, a falta de saneamento propagava as epidemias que causavam grande número de vítimas, especialmente nas camadas mais pobres.
- IV. Apesar das longas jornadas de trabalho que deveriam ser cumpridas, os trabalhadores tiveram benefícios conquistados, especialmente o acesso a uma alimentação mais saudável e variada, assim como possibilidades de avanço na carreira, o que proporcionava melhorias nas condições de vida.

Estão corretas:

- a) somente as afirmativas I, II e III.
- b) somente as afirmativas III e IV.
- c) somente as afirmativas I e III.
- d) somente as afirmativas II, III e IV.
- e) somente as afirmativas I e IV.

A afirmativa II está errada porque essas conquistas são muito posteriores. A afirmativa IV está errada porque não houve esse cenário favorável aos trabalhadores nos primeiros anos da Revolução Industrial.

5. UCS-RS – A Revolução Industrial foi um processo histórico que gerou importantes mudanças sociais, econômicas e técnicas que se projetam até os dias atuais. Considere as seguintes afirmativas sobre a Revolução Industrial e as mudanças trazidas por ela:

- I. Foi responsável pela diminuição do trabalho artesanal e aumento da produção de mercadorias manufaturadas por máquinas.
- II. Provocou o aumento do êxodo rural motivado pela criação de empregos nas indústrias e, consequentemente, o aumento das cidades e da vida urbana.
- III. Estimulou, desde o início, pesquisadores, engenheiros e inventores a aperfeiçoar a indústria, fazendo com que surgissem novas tecnologias, tais como o telégrafo, a fotografia, as locomotivas e barcos a vapor.

Das proposições acima:

- a) apenas I está correta.
- b) apenas II está correta.
- c) apenas I e II estão corretas.
- d) apenas II e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

Todas as afirmativas estão corretas e expressam mudanças trazidas pela Revolução Industrial.

6. PUCCamp (adaptado)

C6-H28

Durante o século XVIII, a Revolução Industrial constituiu um fenômeno predominantemente inglês. Mas, a partir do século seguinte, começou a se expandir para vários

países, provocando grandes transformações na vida das pessoas, uma vez que, com:

- a) a redução das jornadas de trabalho nas fábricas de tecidos, a organização do mercado de trabalho se desenvolveu de maneira a assegurar emprego a todos os assalariados das grandes cidades industriais inglesas.
- b) a introdução das máquinas nas indústrias aumentou a taxa de acumulação e do lucro das empresas, possibilitando uma maior distribuição de renda por meio da elevação do valor dos salários dos trabalhadores.
- c) a ascensão social dos artesãos, que reuniram seus capitais e ferramentas em oficinas ou em fábricas, aumentou os núcleos domésticos de produção e possibilitou a acumulação primitiva de capital ao operariado.
- d) o aumento da interferência do Estado na regulamentação da jornada de trabalho, salário e na criação de sindicatos deixou o trabalhador sem espaço de manobra na luta por melhores condições de trabalho.
- e) máquinas cada vez mais sofisticadas, a fábrica tornou-se o local adequado para a produção, favorecendo a divisão do trabalho, a imposição do horário, da disciplina ao trabalhador e o aumento da produtividade.

A Revolução Industrial provocou uma grande ruptura na produção dos bens materiais. Acompanhando essas mudanças, a rotina de quem trabalha também mudou consideravelmente. Junto à difusão das máquinas por países como Bélgica, Alemanha e França, também foi disseminada essa nova forma de trabalhar.

Competência: Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

Habilidade: Relacionar o uso das tecnologias com os impactos sócio-ambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UnB-DF – No século XVIII, o Iluminismo foi, sob vários aspectos, um movimento cultural que se estabeleceu em consonância com os ideais humanistas difundidos pelo Renascimento no começo da Idade Moderna. Acerca do Iluminismo, assinale a opção correta:

- a) a crença na capacidade humana de autoaperfeiçoamento por meio da aquisição de conhecimento racional, ideal de progresso que se aplicava tanto ao indivíduo quanto às diferentes coletividades, foi uma característica marcante do pensamento iluminista.
- b) a maior parte dos pensadores iluministas compartilhava atitude abertamente hostil às religiões e à religiosidade, como evidencia o fato de alguns dos mais famosos filósofos iluministas, como Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, terem se declarado ateus.
- c) por causa da sua oposição ao capitalismo industrial então emergente, os autores associados ao Iluminismo mantiveram-se à distância das questões econômicas, o que explica o fato de a era do Iluminismo não ter sido marcada por grandes realizações no âmbito do pensamento econômico.
- d) na França, o Iluminismo foi o grande suporte ideológico da revolução que pôs fim ao Antigo Regime em 1789. Filósofos iluministas, como Denis Diderot e Montesquieu, lideraram ações revolucionárias e desempenharam papel relevante no governo constituído após a Tomada da Bastilha.

8. UnB-DF – Avalie a afirmativa:

O Iluminismo, embora fosse, em grande parte, inspirado em ideais da Antiguidade greco-romana, no que

se refere ao comportamento humano e ao perdão, opôs-se à visão grega ao considerar o homem como senhor de suas ações e como titular do poder de perdoar seu semelhante.

9. Unicamp-SP

“A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato.”

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 13.

O empirismo, corrente filosófica da qual Locke fazia parte:

- a) afirma que o conhecimento não é inato, pois sua aquisição deriva da experiência.
- b) é uma forma de ceticismo, pois nega que os conhecimentos possam ser obtidos.
- c) aproxima-se do modelo científico cartesiano, ao negar a existência de ideias inatas.
- d) defende que as ideias estão presentes na razão desde o nascimento.

10. Uncisal

“Sempre considerei as ações dos homens como as melhores intérpretes dos seus pensamentos.”

John Locke.

A frase de John Locke nos remete ao Iluminismo e seus objetivos nos diversos âmbitos que formam a vida em sociedade. Sobre o ideário iluminista, é correto afirmar que:

- a) seu caráter popular afastou os intelectuais e aproximou a pequena burguesia da nobreza togada.
- b) o intelectualismo se tornou um obstáculo à expansão do Iluminismo, fato que minimizou sua influência nas revoluções burguesas.
- c) Adam Smith dissocia a liberdade econômica da liberdade política, fazendo prevalecer esta última em detrimento da primeira.
- d) a razão apresenta um poder emancipador capaz de tirar o homem da menoridade e libertá-lo da opressão política e dos resquícios das trevas medievais.
- e) o projeto iluminista não se opunha totalmente ao mercantilismo nem ao absolutismo, já que preserva em grande parte as instituições do Antigo Regime.

11. Fatec-SP – As grandes revoluções burguesas do século XVIII refletem, em parte, algumas ideias dos filósofos iluministas, dentre as quais podemos destacar a que:

- a) apontou a necessidade de limitar a liberdade individual para impedir que o excesso degenerasse em anarquismo.
- b) acentuou que o Estado não possui poder ilimitado, o qual nada mais é do que a somatória do poder dos membros da sociedade.
- c) visou defender a tese de que apenas a federalização política é compatível com a democracia orgânica.
- d) mostrou que, sem centralização e dependência dos poderes ao Executivo, não há paz social.
- e) procurou salientar que a sociedade industrial somente se desenvolverá a partir de minucioso planejamento econômico.

12. Mackenzie-SP – Assinale a alternativa em que aparecem as principais ideias de Jean Jacques Rousseau em sua obra *O contrato social*:

- a) cada homem é inimigo do outro, está em guerra com o próximo e por esta razão cria o Estado para sua própria defesa e proteção.
- b) o Estado é uma realidade em si e é necessário conservá-lo, reforçá-lo e eventualmente reformá-lo, reconhecendo uma única finalidade: sua prosperidade e grandeza.
- c) o governante deve dar um bom exemplo para que os súditos o sigam. Através da educação e de rituais, os homens de capacidade aprenderiam e transmitiriam os valores do passado.
- d) que as classes dirigentes tremam ante a ideia de uma revolução! Os trabalhadores devem proclamar abertamente que seu objetivo é a derrubada violenta da ordem social tradicional.
- e) a única esperança de garantir os direitos de cada indivíduo é a organização da sociedade civil, cedendo todos os direitos à comunidade, para que seja politicamente justo o que a maioria decidir.

13. PUCCamp-SP – Durante o processo de industrialização na Europa, a exploração social foi intensa devido às duras condições de trabalho impostas, contra as quais emergiram movimentos operários significativos no século XIX, caso do:

- a) bolchevismo, que aglutinou trabalhadores urbanos em uma entidade internacional que pregava a aliança operário-camponês.
- b) cartismo, que reivindicava o sufrágio universal e teve origem na Carta ao Povo, manifesto enviado ao Parlamento inglês com apoio de diversos setores sociais.
- c) taylorismo, que defendia a atuação de um conselho de operários no gerenciamento das fábricas a fim de assegurar sua participação nos lucros.
- d) ludismo, que promovia a destruição de máquinas, a implantação do socialismo e a anulação dos cercamentos para que os operários retornassem ao campo.
- e) anarcossindicalismo, que defendia o livre coletivismo em substituição aos sindicatos e corporações de trabalhadores.

14. PUC-PR – Considerando que a Revolução Industrial se caracteriza por ser um processo contínuo, porém convencionalmente dividido em fases, avalie as seguintes afirmações sobre a primeira fase dessa revolução:

- I. Teve a preponderância da Inglaterra, especialmente com o desenvolvimento da indústria têxtil.
- II. Caracterizou-se pela nova disciplina do trabalho, o que modificou hábitos e costumes dos trabalhadores, que, em grande parte, provinham do campo.
- III. Utilizou a mão de obra de famílias inteiras, incluindo mulheres e crianças.
- IV. Impôs aos trabalhadores uma intensa divisão do trabalho e a racionalização do tempo, implementando o sistema conhecido como taylorismo.

Estão corretas somente as afirmações:

- a) I, III e IV.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II e III.

15. UECE – As profundas transformações vividas pela sociedade inglesa no final do século XVIII desencadearam o processo de mudanças irreversíveis, configurando o marco final da fase de transição do feudalismo para o capitalismo. Sobre este recorte histórico, é correto afirmar que se trata da:

- a) Revolução Inglesa, também conhecida como Guerra Civil inglesa.
- b) Revolução Agrícola, com a difusão de novas técnicas agrícolas.
- c) Revolução Industrial, com as inovações técnicas.
- d) Revolução Política, com as alterações na estrutura social e econômica.

16. Unifal-MG – Assinale a alternativa incorreta sobre a Revolução Industrial:

- a) o principal combustível da Primeira Revolução Industrial foi o carvão mineral.
- b) um dos episódios importantes da Revolução Industrial foi o aperfeiçoamento do motor a vapor realizado por James Watt na segunda metade do século XVIII. A adoção da biela e da manivela transformou o movimento linear do pistão em movimento circular, permitindo que o motor fosse acoplado a máquinas de fiar e a teares mecânicos.
- c) alguns historiadores consideram que o desenvolvimento da lançadeira volante por John Kay, em 1733, foi um passo importante na série de invenções e aperfeiçoamentos mecânicos que contribuíram para desencadear a Revolução Industrial.
- d) a Revolução Industrial gerou movimentos de revolta de trabalhadores que se sentiam ameaçados pela mecanização da produção. Uma das mais célebres manifestações dessa revolta contra as máquinas foi o chamado movimento ludista, derivado de Ned Ludd, o nome de um ativista político que pregava a destruição das máquinas pelos trabalhadores.

e) a Revolução Industrial recebeu essa denominação porque foi uma inovação tecnológica de grande repercussão econômica e social, que surgiu de forma abrupta e se irradiou de forma rápida e homogênea pela Europa e pelos Estados Unidos da América no final do século XVIII.

17. Fuvest-SP – Identifique, entre as afirmativas a seguir, a que se refere a consequências da Revolução Industrial:

- a) redução do processo de urbanização, aumento da população dos campos e sensível êxodo urbano.
- b) maior divisão técnica do trabalho, utilização constante de máquinas e afirmação do capitalismo como modo de produção dominante.
- c) declínio do proletariado como classe na nova estrutura social, valorização das corporações e manufaturas.
- d) formação, nos grandes centros de produção, das associações de operários denominadas *trade unions*, que promoveram a conciliação entre patrões e empregados.
- e) manutenção da estrutura das grandes propriedades, com as terras comunais, e da garantia plena dos direitos dos arrendatários agrícolas.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C5-H22

“É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.”

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Adaptado)

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

- a) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- e) ao direito de o cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

19. Enem

C4-H20

“Os principais distúrbios começaram em Nottingham, em 1811. Uma grande manifestação de malharistas, gritando por trabalho e por um preço mais liberal, foi dissolvida pelo exército. Naquela noite, sessenta armações de malha foram destruídas na grande vila de Arnold por amotinados que não tomaram nenhuma precaução em se disfarçar e foram aplaudidos pela multidão.”

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Fragmento)

Esse texto diz respeito à nova realidade socioeconômica da Inglaterra implantada a partir da Revolução Industrial. A principal consequência para os trabalhadores nas primeiras décadas do século XIX se manifestou por meio:

- a) de petições enviadas ao Parlamento inglês na defesa de direitos coletivos.
- b) do descontentamento pelo aumento de preços dos alimentos básicos e moradia.
- c) da conquista de direitos trabalhistas pela atuação combativa dos sindicatos.
- d) da destruição de máquinas que deterioravam as condições de vida e de trabalho.
- e) da vitória sobre a burguesia, com a redução da jornada de trabalho para oito horas.

20. Enem

C4-H16

“A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.”

THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979. (Adaptado)

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque:

- a) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.
- b) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.
- c) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.
- d) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.
- e) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.

REVOLUÇÃO FRANCESA E ERA NAPOLEÔNICA

15

O MUNDO BURGUEÊS

No fim desse século, o absolutismo, criticado pelos iluministas, encontrava-se em processo de decadência.

A França estava economicamente falida por conta dos gastos da monarquia e sua Corte e em virtude dos altos custos das frequentes guerras contra a Inglaterra. Além disso, uma seca persistente reduziu a produção agrícola, espalhando a fome pela nação. No aspecto social, a nobreza e o clero tinham enormes privilégios frente ao chamado terceiro estado, que reunia desde camponeses pobres até grandes burgueses. Intelectualmente, as ideias iluministas eram cada vez mais disseminadas entre os franceses, que começaram a se mobilizar.

REVOLUÇÃO

A Revolução Francesa é um dos principais acontecimentos que marcam a entrada na contemporaneidade. Sua eclosão consistiu no colapso do chamado Antigo Regime europeu, em que foram questionados a ordem absolutista, a sociedade de princípio nobiliárquico e o sistema tributário que atingia duramente o terceiro estado francês.

Embora a época moderna tenha rompido com alguns elementos da ordem feudal, também preservou uma estrutura de poder nobiliárquica, isto é, baseada em títulos de nobreza. Além disso, manteve certos privilégios do clero, deixando ao terceiro estado o trabalho e as obrigações tributárias.

Assim, pode-se entender os tempos modernos como uma época intermediária entre o mundo feudal medieval e o capitalismo industrial da contemporaneidade. Em outras palavras, é um período em que convivem elementos feudais em declínio e afirmam-se pensamentos e atitudes típicos da contemporaneidade.

Nesse sentido, a Revolução Francesa pode ser considerada um momento de inflexão histórica, ou seja, de ruptura com resquícios feudais presentes no Estado francês, impactando não somente na história da França, mas também de todo o continente europeu. Ela representa, portanto, o fim de uma velha ordem.

FRANÇA PRÉ-REVOLUCIONÁRIA

POLÍTICA

O exercício do poder real estava comprometido, pois os nobres questionavam a capacidade do rei para tratar da crise financeira que ameaçava seus privilégios. Muitos defendiam a diminuição da autoridade real, visando deter movimentações contra a ordem nobiliárquica.

Além da animosidade de setores da nobreza, no terceiro estado havia agitações em virtude das dificuldades, sobretudo dos *sans-culottes*, para alimentar-se, e elementos da alta e da pequena burguesia não aceitavam arcar com mais impostos para o sustento do Estado deficitário. As ideias iluministas passaram a ser incorporadas como possibilidade de mudança na organização político-institucional e fizeram surgir pensamentos reformadores e revolucionários na política.

- O mundo burguês
- Revolução
- França pré-revolucionária
- Política
- Economia
- Sociedade
- Cultura
- Convocação dos Estados-gerais
- Processo revolucionário
- Assembleia Nacional Constituinte (1789-1791)
- Assembleia Legislativa (1791-1792)
- Convenção Nacional (1792-1795)
- Diretório (1795-1799)
- A França após a revolução
- Era Napoleônica
- Do Diretório ao Consulado
- Consulado (1799-1804)
- Império (1804-1814)
- Congresso de Viena

HABILIDADES

- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade de histórico-geográfica.

ECONOMIA

Boa parte da riqueza da França encontrava-se nas mãos da Igreja e da nobreza, grupos que detinham privilégios naquela sociedade de ordens. Essa riqueza, no entanto, servia à ostentação, e não a atividades produtivas que pudessem desenvolver e incentivar a economia.

Além do clero e da nobreza, setores do terceiro estado, mais precisamente da burguesia, buscavam melhorar a condição econômica do país, porém encontravam obstáculos na estrutura político-social do Antigo Regime.

Não obstante essas insatisfações, a realeza havia criado problemas sérios para as finanças do Estado ao desenvolver políticas belicistas que consumiam seus recursos e não havia incentivos à atividade econômica do país.

SOCIEDADE

Embora houvesse a possibilidade de integrantes do terceiro estado passarem para a nobreza, especialmente a togada, pois eram títulos nobiliárquicos comprados do rei, a situação social ainda era marcada por uma rigidez associada ao nascimento, ou seja, à hereditariedade. Assim, grupos tradicionais da nobreza mantinham um *status* social que correspondia a uma série de privilégios e benefícios do Estado francês, causando descontentamentos nos não favorecidos.

O pensamento iluminista propunha outro tipo de ordenamento social, no qual os indivíduos teriam seu *status* social mediante seu talento, ou seja, o mérito pessoal. Isso mobilizava ainda mais a sociedade, que desejava mudanças na organização social.

CULTURA

O racionalismo enciclopédico iluminista defendia ideias contrárias ao poder da Igreja e a secularização das relações políticas, econômicas e sociais. Liberdade, igualdade e fraternidade condiziam com valores ditos racionais que visavam ao engrandecimento dos indivíduos e à afirmação de suas potencialidades. Assim, as amarras que prendiam as pessoas a uma estrutura rigidamente hierárquica, centralizadora e mística deveriam ser rompidas. Isso significava a criação de uma cultura oposta aos valores do chamado Antigo Regime.

CONVOCAÇÃO DOS ESTADOS-GERAIS

Luís XVI (1774-1792) enfrentava uma situação difícil: Estado deficitário, gastos elevados e insuficiência na arrecadação para custeio das despesas estatais. O endividamento havia atingido uma situação de esgotamento e os banqueiros exigiam o pagamento de dívidas anteriores para conceder mais crédito ao Estado francês.

A possibilidade de aumento da arrecadação encontrava-se na elevação de impostos. O terceiro estado, porém, opunha-se ao pagamento de mais tributos.

Foi nesse contexto que, em 1787, o rei convocou uma reunião de notáveis, a qual envolveu banqueiros, economistas, nobres e membros do clero para discutir a tributação do Estado. No encontro, apresentou-se a proposta de todos pagarem impostos, ou seja, clero, nobreza e terceiro estado. Entretanto, o projeto recebeu oposição ferrenha da nobreza e do clero, que recusaram a decisão de Luís XVI, o que agravou a situação.

Em 1789, pretendendo não assumir o ônus de uma decisão impopular, o rei convocou a reunião dos Estados-gerais. Assim, representantes dos três estados reuniram-se no Palácio de Versalhes para discutir o assunto tributário, e o que fosse decidido seria seguido por todos.

O clero escolheu 291 representantes; a nobreza, 327; e, o terceiro estado, 578.

PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

No início do encontro, houve divisão de opiniões. Elementos do terceiro estado defendiam a votação por representante, ou seja, cada classe teria direito a um voto. Boa parte do clero e da nobreza, porém, pretendia que fosse por estado, ou seja, a maioria dos representantes de cada segmento decidiria o voto do estado.

Se fosse dessa última forma, provavelmente o terceiro estado sairia do Palácio de Versalhes tendo de pagar mais impostos e não poderia se opor à decisão ali tomada, pois teria participado da reunião.

Quando o rei foi chamado para resolver o problema da votação e afirmou que nunca havia ocorrido esse ato por representação, o terceiro estado revoltou-se, pois sabia-se que o resultado seria danoso à classe. Esse segmento ocupou uma sala vazia do palácio, entrou nela, trancou-se e disse que só sairia se fosse elaborada uma Constituição para a França. Assim começou a Revolução Francesa.

PERIODIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO FRANCESA

- 1789: reunião dos Estados-gerais.
- 1789-1791: Assembleia Nacional Constituinte.
- 1791-1792: Assembleia Legislativa.
- 1792-1795: Convenção Nacional.
- 1795-1799: Diretório.

A Revolução Francesa durou dez anos e foi marcada por variações ao longo de seu curso.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1789-1791)

Fase da elaboração da Magna Carta francesa. Nela, representantes de todos os estados participaram e a votação foi por pessoa. Houve avanços significativos expressos na abolição dos privilégios feudais, na elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (igualdade jurídica dos homens), na criação

da Constituição Civil do Clero (subordinação da Igreja ao Estado) e na afirmação dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade que deviam reger a nação.

Um acontecimento significativo da revolução foi a Tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789. Muitos autores afirmam que a queda da prisão real representou o fim do arbítrio do rei e uma evidência de que os franceses estavam dispostos a defender os trabalhos constituintes utilizando armas, caso fosse necessário. Houve repercussões do acontecimento por toda a Europa.

A Constituição da França foi promulgada em setembro de 1791, estabelecendo uma monarquia limitada por meio da divisão do poder em Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, a Magna Carta instituiu um sistema de representação por voto censitário e passou o poder de decisão política à Assembleia Legislativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1791-1792)

Fase marcada pela agitação da nobreza e do clero, que não aceitavam as limitações impostas pela Constituição.

Os nobres buscaram o apoio fora da França, mais precisamente na Áustria, pois a esposa de Luís XVI era austríaca. Na Áustria, organizou-se um exército que invadiu a França, pretendendo restaurar o poder de Luís XVI.

Para agravar o quadro, houve levantes na França instigados pelo clero refratário, chamado assim porque resistiu à subordinação da Igreja ao Estado.

Diante da situação, o governo francês dividiu-se claramente. De um lado estavam os jacobinos ou montanheses, que sentavam-se sempre à esquerda no salão de reuniões da Assembleia e defendiam a radicalização do processo, com a eliminação do poder do rei e a proclamação da república. De outro, encontravam-se os girondinos ou brissotinos, homens conservadores pertencentes à alta burguesia, que sentavam-se à direita e defendiam a negociação com os contrarrevolucionários.

Os jacobinos animaram a população parisiense contra o rei, que já havia tentado fugir do país. O povo respondeu prontamente, atacando o Palácio das Tulherias, em que se encontrava Luís XVI. Estava organizada a Comuna Insurrecional de Paris.

Assim, os jacobinos assumiram o controle do processo revolucionário e proclamaram a república, realizando o julgamento sumário do rei. Considerado culpado, Luís XVI e sua esposa foram guilhotinados em 21 de janeiro de 1793. Iniciava-se a fase mais radical da Revolução Francesa, conhecida como Convenção Nacional.

CONVENÇÃO NACIONAL (1792-1795)

Fase ditatorial em sua maior parte, as medidas eram tomadas por um grupo eleito pela Convenção, constituindo o Comitê de Salvação Pública. Entre as decisões tomadas para fazer frente às invasões inimigas e às conspirações internas, destacaram-se a convocação obrigatória para a guerra, o estabelecimento da lei do preço máximo e a instituição de empréstimo compulsório. Quem se recusasse a atender às determinações era considerado contrarrevolucionário e executado na guilhotina.

A instauração do terror aconteceu quando o jacobino Robespierre assumiu o controle do Comitê. O dirigente desenvolveu uma teoria de governo revolucionário e aplicou-a sistematicamente. Os considerados inimigos da revolução foram executados.

A república consolidava-se e novas divisões surgiram no interior do grupo jacobino. Os mais radicais exigiam de Robespierre que todos os girondinos fossem guilhotinados enquanto ainda era possível enviar homens para a guilhotina. Assim, eles permaneceriam no poder após o período das investidas inimigas.

Outros jacobinos defendiam o fim das execuções na guilhotina com a liberação dos presos, afinal, a vitória era certa e o caminho devia ser de confraternização entre os franceses.

Muitos foram executados a mando de Robespierre, inclusive integrantes do clube jacobino, desde os mais radicais, conhecidos por raivosos, até os indulgentes, isto é, os menos extremados. Isso consistiu em uma luta no interior do grupo no momento em que as últimas tropas inimigas eram expulsas da França e repercutiu na possibilidade de a alta burguesia voltar à cena política, pois Robespierre isolava-se em relação às forças políticas que criaram o grupo.

Robespierre foi envolvido em uma conspiração conhecida como Reação Termidoriana, sendo acusado de nada fazer para conter a crise econômica que atingia o país. Retirado da chefia do comitê, posteriormente foi preso e executado. Era a reação da gironda e de outros grupos descontentes com os rumos da revolução.

Em 1794, a Reação Termidoriana organizou novos trabalhos constituintes e foi realizada uma nova convenção para criar outra Magna Carta para a França: a Constituição do Ano III da República. Aprovada em 1795, estabeleceu que o governo ficaria a cargo de um diretório, constituído de 5 homens eleitos em assembleia por meio de voto censitário, o que indicava a recuperação do poder da burguesia, pois só podia votar e se candidatar a cargos eletivos quem comprovasse renda.

DIRETÓRIO (1795-1799)

Fase derradeira da Revolução Francesa. Embora a burguesia reassumisse o controle do processo revolucionário, existiam inúmeras agitações que dificultavam o pleno exercício do poder por parte desse grupo.

Monarquistas insurgiram-se contra o governo burguês, pretendendo o fim da experiência republicana. Já os remanescentes dos jacobinos defendiam uma república em que todos os homens pudessem participar da vida política sem qualquer impedimento econômico.

Napoleão Bonaparte conduziu as forças militares francesas contra os exércitos inimigos da revolução. Foi responsável pela expulsão das tropas contrarrevolucionárias e credenciou-se para a manutenção da ordem interna necessária à realização dos interesses da burguesia.

As turbulências do período eram aplacadas pela ação armada do general Napoleão Bonaparte. A todo o momento, a burguesia acionava Bonaparte para combater grupos insurgentes.

Aos poucos, integrantes da burguesia perceberam que a possibilidade de garantia da ordem burguesa estava nas mãos de Bonaparte, negociando com ele um golpe que pudesse fazê-lo assumir o poder na França. Napoleão era nobre, contava com o reconhecimento desse setor e tinha a admiração de parte dos jacobinos, pois foi nesse período que ele conseguiu derrotar forças inimigas da revolução. Dessa forma, se ele assumisse o poder, poderia acalmar grupos que se colocavam contra a burguesia.

Em 10 de novembro de 1799 (ou 18 de Brumário do ano 7, pelo calendário republicano), membros do Diretório renunciaram coletivamente e Napoleão assumiu o poder com o título de cônsul. Esse golpe determinou o fim da Revolução Francesa e o início da Era Napoleônica.

A FRANÇA APÓS A REVOLUÇÃO

A chamada Era Napoleônica foi o período em que, após a Revolução Francesa, Napoleão Bonaparte passou a liderar a França, buscando desenvolvê-la nos moldes revolucionários e promovendo uma política imperial em relação aos outros países europeus.

Neste módulo, serão aprofundadas as questões sobre o governo napoleônico e a concentração do poder em suas mãos, que o levou a ser coroado imperador. Também será abordada a reação dos demais países europeus contra as ideias revolucionárias difundidas na sociedade do período.

ERA NAPOLEÔNICA

A Revolução Francesa foi encerrada pelo Golpe do 18 Brumário, realizado por Napoleão com o apoio da burguesia, a qual conduzia o governo do Diretório em 1799. Contudo, seu governo como importante chefe político europeu não foi menos revolucionário. Aliás, o ideário da revolução foi difundido para terras não francesas pela política expansionista de Bonaparte.

Compreender a Era Napoleônica exige reconhecer a existência de uma dupla revolução na Europa na segunda metade do século XVIII.

A primeira, realizada na Inglaterra, consistiu na mudança do padrão produtivo no qual, mediado pela máquina e por uma nova fonte de energia – o vapor –, a humanidade mudou sua forma de relacionamento com a natureza. A Revolução Industrial inglesa transformou qualitativamente o capitalismo, exigindo a ampliação de mercados consumidores para o atendimento dos interesses industriais. Dessa forma, velhas concepções econômicas foram colocadas em xeque em nome da racionalidade produtiva, que propunha a liberação das forças da economia. Essa

revolução conferiu enorme poder à Inglaterra e estimulou debates em torno da ideia de desenvolvimento econômico em todo o continente europeu. Grupos burgueses, principalmente da França, alimentavam esperanças de que algo similar ocorresse em seus países.

A outra revolução foi realizada na França a partir de 1789. Foi uma transformação política que colocou em questão o poder absoluto e os desmandos de uma Coroa que sustentava uma Corte parasitária e garantia privilégios à Igreja em detrimento de grupos dinâmicos da sociedade, pressionando o terceiro estado com tributações consideradas excessivas.

Princípios revolucionários abalavam a sociedade de ordens, afirmavam igualdade jurídica dos homens e conferiam legitimidade às diferenças sociais apenas oriundas do talento individual, ou seja, do mérito pessoal. Napoleão era um filho da revolução. Sua ascensão foi possível graças ao credo revolucionário. Bonaparte vinha da pequena nobreza, que não teria grandes oportunidades naquela sociedade do Antigo Regime. Seu envolvimento com a revolução o credenciou ao poder, principalmente em um quadro de agitações internas que desestabilizaram o governo do Diretório.

No governo de Napoleão, houve a continuidade da revolução no sentido burguês, pois ele atendeu a esse grupo social, pretendendo que fosse o caminho de afirmação da França e de seu poder pessoal. Essas situações guardavam estreita ligação entre si, uma vez que a riqueza produzida nos empreendimentos burgueses daria mais força ao Estado francês e a seu governante. Assim, o compromisso de Bonaparte com a ordem era associado ao crescimento econômico.

DO DIRETÓRIO AO CONSULADO

A renúncia coletiva dos representantes do Diretório possibilitou a ascensão de Napoleão, que tornou-se cônsul da república. O que foi alterado em relação ao governo do Diretório reside no grau de concentração de poder. Essa fase representou a descentralização do poder político, enquanto o Consulado significou concentração do poder nas mãos do general Bonaparte.

Napoleão apresentava-se como uma espécie de déspota esclarecido, que tomava decisões e justificava-as com o pensamento racionalista do Iluminismo. Em poucos meses, conseguiu a pacificação do país, evitando agitações de jacobinos e monarquistas, que tanto abalaram o Diretório.

CONSULADO (1799-1804)

Nesse período, Napoleão estabeleceu um acordo com a Igreja Católica (1801) no qual afirmou o poder do Estado sobre o clero francês, acabando com a divisão existente entre membros da Igreja que se afirmavam juramentados (seguidores das normas do Estado) ou reatários (seguidores apenas das ordens papais). Assim,

todo o clero submeteu-se às determinações da França. O general praticamente impôs o acordo ao invadir terras da Península Itálica e mostrar seu poder bélico ao papa.

Napoleão criou o Banco da França, estabeleceu o ensino laico, criou uma moeda nova (o franco), estimulou a indústria e apoiou a produção agrária visando atender a população, que ainda pagava caro pelo pão.

O resultado não tardou a aparecer: a economia francesa recuperou-se rapidamente; o Banco Nacional financiou a produção da burguesia; o ensino laico promoveu conhecimentos nas ciências naturais; o franco favoreceu a monetarização das relações econômicas no país; a indústria tornou-se uma realidade; e o preço do pão caiu. Napoleão caminhava para tornar-se uma unanimidade.

A fase do Consulado foi coroada com a criação, em 1804, de um novo código de leis, conhecido como Código Napoleônico, que expressava valores da Revolução Francesa e consolidava a ordem burguesa no país. A respeito das leis que constituíram esse ordenamento, podem-se destacar:

- direito à propriedade privada;
- igualdade jurídica dos homens;
- casamento civil (visão contratualista);
- registro civil (afirmação de existência jurídica em relação ao Estado);
- proibição de greves;
- abolição da servidão.

O Código Napoleônico baseou-se em leis francesas anteriores e no Direito Romano, tendo seguido o Código Justiniano e o Corpus Juris Civilis, dividindo o Direito Civil em:

- pessoa;
- propriedade;
- aquisição da propriedade.

Napoleão conseguiu apoio popular, da burguesia e de setores da antiga nobreza, grupo que também procurou contemplar. O próximo passo foi a convocação de um plebiscito para decidir se ele poderia continuar governando a França como imperador.

A essa altura, Bonaparte já dominava extensos territórios da Europa, adquiridos com a invasão às regiões belga e holandesa, além de controlar parte significativa da Península Itálica. O resultado do plebiscito foi sua aclamação como imperador dos franceses.

Ele continuaria governando, pois o povo o aceitava. Seu poder estava legitimado pelo desejo da chamada “vontade geral”, defendida no pensamento de Rousseau como a possibilidade de existência de um governo soberano.

IMPÉRIO (1804-1814)

Após a aclamação, o general iniciou uma pressão sobre países continentais, objetivando impedir o comércio dos estados europeus com a Inglaterra, país rival da França por, entre outros aspectos, dominar o mercado consumidor da Europa com seus produtos industriais.

Napoleão tentou derrotar a Inglaterra por meio de um confronto direto, porém perdeu a batalha marítima de Trafalgar. A dificuldade de vencer a marinha inglesa fez o imperador francês pensar em um bloqueio continental. A ideia era fechar o comércio dos países do continente com a nação rival, os quais deveriam comprar apenas da França, atendendo a interesses burgueses e ampliando seu poder.

A Europa foi convulsionada pelas guerras de Napoleão. Entre 1805 e 1807, o imperador ampliou seus domínios territoriais, incorporou toda a Península Itálica, reuniu os principados alemães na Confederação do Reno sob seu poder, anexou o Ducado de Varsóvia e negociou com Espanha, Áustria, Prússia, Dinamarca e Rússia o fechamento do comércio com a Inglaterra. Entrava em cena o Bloqueio Continental.

Até 1812, Bonaparte foi o senhor da Europa e difundiu ideias revolucionárias por onde passou. Tropas napoleônicas entravam nos territórios declarando princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Seu código de leis foi levado para todas as terras dominadas. A Europa não seria mais a mesma.

O primeiro grande contratempo de Napoleão foi contra a Rússia. Em 1807, Alexandre I havia assinado o Tratado de Tilsit com o general, comprometendo-se a comprar produtos apenas da França. A indústria francesa, porém, era incipiente e não conseguia atender à demanda europeia. Os russos aguardavam as mercadorias, mas estas não chegavam. O czar, alegando a necessidade de obter produtos que não eram entregues, rompeu o tratado de 1807.

Diante disso, Napoleão organizou um exército poderoso a fim de invadir a Rússia. Segundo alguns historiadores, cerca de 600 mil homens foram mobilizados para a campanha contra o Império Russo. Mas o que Bonaparte não esperava era a ordem de destruição das plantações nos arredores, por parte do czar, para que as tropas napoleônicas fossem impedidas de prosseguir naquele ataque.

Bonaparte ordenou que as tropas prosseguissem até Moscou. O czar havia abandonado a cidade e ordenado que a incendiassem. O tempo que Napoleão levou para chegar à cidade coincidiu com o início do rigoroso inverno russo. Suas tropas perderam enorme quantidade de soldados em razão da ausência de recursos para enfrentar a neve. Napoleão saiu do território com cerca de 30 mil homens exauridos. Iniciava-se a decadência de seu império.

Após a derrota na Rússia, seguiram-se outras. Coalizões foram organizadas envolvendo Inglaterra, Áustria, Prússia, Rússia, Dinamarca e Espanha após a expulsão das tropas francesas. Em 1814, sob a ameaça de destruição de seu país, Napoleão decidiu render-se. A França foi ocupada, o general foi enviado à Ilha de Elba e um encontro foi organizado em Viena, na Áustria, para discutir a situação política na Europa.

O encontro definiu a restauração da monarquia, legitimando no trono um novo rei da dinastia Bourbon,

Luís XVIII. Entretanto, muitos franceses não aceitavam o retorno da família Bourbon e houve levantes em todo o país. Napoleão encontrava-se confinado na Ilha de Elba e de lá conseguiu escapar, retornando à França.

De março a julho de 1815, Napoleão governou a França, mas a situação já não era a mesma. Com o exército enfraquecido, diante de uma nova coalizão organizada pela Inglaterra, as derrotas se sucederam até a última batalha em Waterloo, onde foi capturado e levado para a Ilha de Santa Helena, domínio inglês próximo à costa africana. Estava encerrada a Era Napoleônica.

CONGRESSO DE VIENA

Após a derrota definitiva de Napoleão, o Congresso de Viena, conduzido pelo ministro austríaco Metternich, definiu os princípios que ordenariam a Europa. O encontro tinha o objetivo de recuperar a velha ordem ao estabelecer como princípio fundamental a “legitimidade”; ou seja, era legítimo que todos os antigos governantes ou suas famílias recuperassem o governo de seus países. Nesse sentido, previa-se a restauração das monarquias destituídas por Napoleão e pela Revolução Francesa.

Outro princípio firmado em Viena foi o do “equilíbrio europeu”, que implicava no reordenamento territorial

europeu entre países visando estabelecer igualdade de forças, a qual impediria o surgimento de qualquer outro aventureiro que quisesse construir um império na Europa.

Os integrantes do Congresso de Viena consideravam que países com poderes equivalentes se respeitariam, o que impediria a ocorrência de novas guerras no continente.

A expressão mais conservadora do congresso ficou conhecida por Santa Aliança. Rússia, Prússia e Áustria uniram-se para preservar a ordem continental. Se houvesse qualquer movimentação contrária às determinações de Viena, tropas dos três estados seriam mobilizadas.

A Santa Aliança chegou a propor a recolonização do continente americano, por considerar que o Novo Mundo era uma extensão do Velho Mundo. Os Estados Unidos, porém, posicionaram-se contra esse interesse e, na figura do presidente James Monroe, reconheceram a independência da América ibérica por meio da Doutrina Monroe, que afirmava “A América para os americanos”.

Apesar do conservadorismo pronunciado no Congresso de Viena, as forças liberais continuavam ativas e o pensamento revolucionário havia se disseminado na Europa.

ROTEIRO DE AULA

REVOLUÇÃO FRANCESA

Assembleia Nacional Constituinte (1789-1791)

Fase de conciliação sob a liderança da alta burguesia e aliança com a aristocracia.

Tomada da Bastilha. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Confisco de propriedades eclesiásticas. Extinção do regime feudal. Primeira Constituição francesa.

Assembleia Legislativa (1791-1792)

Liderança da alta e média burguesia. Disputas: deputados da direita (conservadores); deputados da esquerda ou gironda (liberais); deputados do centro ou planície (independentes); deputados exaltados ou da montanha (classes baixas), sob a liderança de Robespierre.

Convenção Nacional (1792-1795)

Execução de Luís XVI. Proclamação da república (21 de setembro de 1792).

Baixa burguesia e *sans-culottes* no poder. Período do Terror, sob a liderança de Robespierre (1793-1794).

Formação da primeira coligação europeia contra a França revolucionária.

Reação Termidoriana da alta burguesia que voltou ao poder. Execuções na guilhotina.

Descristianização da França. Sistema métrico decimal. Desenvolvimento cultural.

Abolição da escravidão. Reforma agrária. Nova Constituição

Diretório (1795-1799)

Domínio da alta burguesia. Anexação de territórios vizinhos: Nápoles, Suíça e estados da Igreja.

Segunda coligação contra a França revolucionária. Golpe de Napoleão: 18 de Brumário.

Napoleão: consolidação dos interesses da burguesia. Desequilíbrio político na França.

Luta contra monarquias absolutistas.

Ascensão política da burguesia: consolidação dos interesses burgueses.

ROTEIRO DE AULA

ERA NAPOLEÔNICA

Napoleão Bonaparte

Nascido em Córsega, na Itália, vinha da pequena nobreza e consagrou-se na campanha da Itália durante o período revolucionário.

Combateu o levante realista de 1795.

Com o Golpe do 18 Brumário, assumiu como primeiro-cônsul (1789).

Ações como governante

Reformas administrativas, educacionais e econômicas.

Criação de um novo código de leis: o Código Napoleônico.

Estímulo à indústria e à produção agrícola.

Criação do Banco da França.

Consolidação dos interesses da burguesia, mas também obteve apoio popular e de setores da antiga nobreza.

Em 1802, tornou-se cônsul vitalício e, por meio de plebiscito realizado em 1804, imperador.

Ações militares

Expansão territorial, com o exército francês vitorioso em praticamente toda a Europa.

Decreto do Bloqueio Continental contra a Inglaterra (1806), que não foi aceito pela Rússia e por Portugal.

Invasão a Portugal.

Em 1808, fuga da família real para o Brasil.

Campanha da Rússia (1812), que marcou o início do declínio.

Derrotado na Batalha de Leipzig, Bonaparte é exilado na Ilha de Elba e os Bourbon voltam ao comando sob a liderança de Luís XVIII.

Fuga e retomada de Napoleão ao poder: governo dos cem dias.

Derrota definitiva na Batalha de Waterloo e exílio em Santa Helena.

CONGRESSO DE VIENA

Princípios

Do equilíbrio europeu e da legitimidade: proposta de Talleyrand.

Resoluções

Novo mapa político europeu (Carta do Congresso de Viena).

Confirmação da supremacia marítima da Inglaterra.

Controle do norte da Itália pela Áustria.

Formação da Confederação Germânica.

Santa Aliança.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UNESP – Leia os dois artigos seguintes, extraídos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789:

“Artigo 1º: Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ser fundamentadas senão sobre a utilidade comum.

Artigo 6º: A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou pelos seus representantes, na sua formação. Ela tem de ser a mesma para todos, quer seja protegendo, quer seja punindo. Todos os cidadãos, sendo iguais aos seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a capacidade deles, e sem outra distinção que a de suas virtudes e talentos.”

a) Em qual contexto histórico foi elaborada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão?

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é o principal documento que registra a conexão entre as ideias iluministas e a Revolução

Francesa. Foi elaborada em agosto de 1789, logo após a Tomada da

Bastilha.

b) Cite duas ideias expressas na Declaração que representaram uma ruptura da prática política até então vigente.

Entre essas ideias, é possível citar: todos os homens são iguais, devem

ter direitos iguais e a lei deve representar a vontade geral. Essa declaração representou, em vários aspectos, um antagonismo ao Antigo

Regime.

2. UFPR

C3-H13

Considere os seguintes excertos, produzidos no contexto da Revolução Francesa (1789-1799):

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (26 de agosto de 1789)

“Art. 1º – Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º – A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 13º – Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, é indispensável uma contribuição comum, que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.”

Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (setembro de 1791)*

“Art. 1º – A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Art. 2º – O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Art. 13º – Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria.”

* Essa declaração, escrita e proposta pela francesa Olympe de Gouges, não foi aprovada pela Assembleia Nacional; Olympe foi guilhotinada por ordem de Robespierre em 1793.

Compare as duas declarações e assinale a alternativa que identifica a principal diferença entre o texto de 1789 e o de 1791.

a) o texto de 1791 estabelece direitos e obrigações detalhados e separados para homens e mulheres na política e nos negócios, conforme o projeto burguês de sociedade, enquanto o texto de 1789 defende um ideal universalista, sem distinção social.

b) o texto de 1789 defende direitos universais, sem explicitar a questão de gênero, enquanto o texto de 1791 defende a igualdade de direitos entre os gêneros, reivindicando a atuação feminina em assuntos considerados masculinos, como a política e os negócios.

c) o texto de 1791 defende a luta contra a opressão das mulheres após séculos de dominação monárquica na França, enquanto o texto de 1789 é contra a opressão masculina causada pela predominância do clero e da nobreza sobre o terceiro estado.

d) o texto de 1789 utiliza o termo “homem” para designar todo o conjunto de cidadãos, sem distinção de classe e origem, enquanto o texto de 1791 substitui “homem” por “mulher”, a fim de reivindicar direitos exclusivos para as cidadãs da classe burguesa.

e) o texto de 1789 defende que nenhum direito é válido se não incluir todos os cidadãos, enquanto o texto de 1791 contradiz esse princípio ao privilegiar as mulheres, que reivindicavam maior espaço na sociedade após a morte da rainha Maria Antonieta.

O trecho-chave para identificar a diferença entre uma carta constitucional e outra é “A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem”.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

3. PUC-PR – A Revolução Francesa foi um dos momentos mais importantes no processo de formação do mundo contemporâneo. Foi um movimento violento que sepultou o absolutismo na cena política e o mercantilismo na economia, tendo um papel de grande destaque a burguesia, interessada em instituir um regime que atendesse aos seus interesses. Durante a revolução tomou forma um corpo legislativo denominado Assembleia Nacional, que tomou

parte central na consolidação das reformas objetivadas pela revolução. Dentre as principais reformas realizadas na fase moderada da Revolução Francesa (1789-1791) pela Assembleia Nacional, podemos citar corretamente:

- a) abolição dos privilégios especiais do clero e da nobreza; Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; subordinação da Igreja ao Estado; elaboração de uma Constituição para a França; reformas administrativas e judiciárias; e ajuda à economia francesa.
- b) Declaração Universal dos Direitos Humanos; elaboração do Editto de Nantes, que dava liberdade religiosa para os não católicos; criação do Banco da França; legalização da anexação dos territórios da margem esquerda do Reno; elaboração do Código Civil francês.
- c) criação do Código Civil francês; criação do Banco da França; elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; elaboração das primeiras leis trabalhistas que proibiam o trabalho infantil; concessão do direito ao voto às mulheres.
- d) direito de voto para todos os homens, independentemente da renda; favorecimento de legislação que incentivava o capitalismo comercial; reforma do sistema educacional com a criação dos liceus clássicos e de ofícios; maior autonomia para as províncias históricas da França; criação de uma estrutura descentralizada de governo na França.
- e) regulamentação das leis trabalhistas na França; extensão do direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos; reconhecimento do direito de minorias; criação do Código Civil; a França se tornou uma confederação descentralizada, dividida em cantões com alto grau de autonomia política; elaboração da Constituição Civil do Clero.

Esta questão traz em sua alternativa correta um resumo das conquistas mais imediatas da Revolução Francesa. Esse movimento, liderado por burgueses e camponeses, modificou as estruturas do Antigo Regime, remodelando seus pilares ao abolir privilégios, subordinar a Igreja ao Estado e os governantes a uma Constituição e, nesta última, consolidar a ideia de direitos iguais a todos.

4. FGV-RJ – Napoleão Bonaparte assumiu o poder na França, em 1799. A partir do chamado Golpe do 18 Brumário, tornou-se primeiro cônsul, depois primeiro cônsul vitalício e, posteriormente, imperador. Durante o seu governo:

- a) retomou as relações com a Igreja Católica e permitiu total autonomia dos seus sacerdotes.
- b) estabeleceu uma monarquia parlamentarista, nos moldes do sistema de governo vigente na Inglaterra.
- c) estabeleceu um novo Código Civil que manteve a igualdade jurídica para os cidadãos do sexo masculino e o direito à propriedade privada.
- d) procurou retomar antigas possessões marítimas francesas, envolvendo-se em uma guerra desgastante no Haiti e no Sudeste Asiático.
- e) aliou-se aos *sans-culottes*, grupos mais radicais da Revolução Francesa, e, por isso, foi derrubado em 1814.

A resposta correta diz respeito ao estabelecimento do Código Civil e a alguns de seus preceitos. Napoleão não deu total liberdade à Igreja, tampouco adotou um regime semelhante ao da Inglaterra.

5. UFRGS-RS

C5-H22

Por volta de 1811, o Império Napoleônico atingiu o seu apogeu. Direta ou indiretamente, Napoleão dominou mais da metade do continente europeu. Tal conjuntura, no entanto, reforçou os sentimentos nacionalistas da população dessas regiões. A ideia de nação, inspirada nas próprias concepções francesas, passou a ser uma arma desses nacionalistas contra Napoleão.

Assinale a afirmação correta relativa à conjuntura acima delimitada:

- a) após o Bloqueio Continental, em todos os Estados submetidos à dominação napoleônica, os operários e os camponeses, beneficiados pela prosperidade econômica, atuaram na defesa de Napoleão contra o nacionalismo das elites locais.
- b) a Inglaterra, procurando manter-se longe dos problemas do continente, isolou-se e não interveio nos conflitos desencadeados pelos anseios de Napoleão de construir um império.
- c) a Espanha, vinculada à França pela dinastia dos Bourbon desde o século XVIII, não reagiu à dominação francesa. Em nome do respeito às suas tradições e ao seu nacionalismo, a Espanha aceitou a soberania estrangeira imposta por Napoleão.
- d) em 1812, Napoleão estabeleceu sólida aliança com o papa, provocando a adesão generalizada dos católicos. Temporariamente, os surtos nacionalistas foram controlados, o que o levou a garantir suas progressivas vitórias na Rússia.
- e) herdeira da Filosofia das Luzes, a ideia de nação, tal como difundida na França, fundou-se sobre uma concepção universalista do homem e de seus direitos naturais. Essa concepção, porém, pressupunha o princípio do direito dos povos de dispor sobre si mesmos.

Os ideais iluministas de liberdade e igualdade estiveram presentes no cenário francês desde a Revolução Francesa. Napoleão, para fortalecer o território, utilizou símbolos nacionais como a formação de um exército. O ideal da nação também ajudou a criar um modelo político que contemplou os direitos humanos.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

6. UFC-CE – Entre 1792 e 1815, a Europa esteve em guerra quase permanente. No final, os exércitos napoleônicos foram derrotados. Em seguida, as potências vencedoras, Rússia, Prússia, Grã-Bretanha e Áustria, conjuntamente com a França, reuniram-se no Congresso de Viena, que teve como consequência política a formação da Santa Aliança.

A partir do comentário acima, marque a alternativa que contenha duas decisões geopolíticas aprovadas pelo citado congresso:

- a) defesa do liberalismo e auxílio aos movimentos socialistas na Europa.
- b) restabelecimento das fronteiras anteriores a 1789 e isolamento da França do cenário político europeu.
- c) valorização das aristocracias em toda a Europa continental e ascensão dos girondinos no governo da França a partir de 1815.
- d) reentronização das casas reais destituídas pelos exércitos napoleônicos e criação de um pacto político de equilíbrio entre as potências europeias.
- e) apoio aos movimentos republicanos e concentração de poderes na Coroa britânica, permitindo a esta a utilização da sua marinha de guerra como instrumento contrarrevolucionário.

Após a derrota de Napoleão, com o Congresso de Viena, ocorreu o retorno das casas reais ao poder.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFTM-MG

“A Revolução Francesa não deve ser considerada apenas como uma revolução burguesa.”

FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*, 1982.

Essa afirmação pode ser considerada:

- a) correta, pois a burguesia obteve, por meio de alianças com outros países, capacidade militar suficiente para impedir o surgimento de mobilizações em outros segmentos sociais.
- b) correta, pois a Revolução Francesa nasceu da vontade burguesa de implantar a república e de impor a política econômica mercantilista.
- c) errada, pois a burguesia contou com o apoio do alto clero na luta contra o Iluminismo e a população rebelada.
- d) correta, pois, além das ações burguesas, a Revolução Francesa contou com grandes mobilizações de camponeses e trabalhadores urbanos.
- e) errada, pois, à exceção da burguesia, os outros segmentos sociais eram incapazes de transformar e reorganizar a economia e a política francesas.

8. UnB-DF (adaptado) – A Revolução Francesa representou um momento crucial de expansão de direitos no mundo ocidental. Tal expansão, no entanto, desencadeou, ao longo dos séculos XIX e XX, um complexo processo em que nem todos esses direitos foram, simultaneamente, concedidos a todos os grupos sociais. Acerca do processo da expansão de direitos civis, políticos e sociais na França, nos vinte anos subsequentes ao início da Revolução Francesa, é correto afirmar que:

- a) a Constituição francesa de 1791 aboliu a escravidão tanto no território metropolitano quanto nas zonas coloniais, conferindo, com isso, direitos civis e políticos aos ex-escravos.
- b) o Estado francês, logo nos primeiros anos após a Tomada da Bastilha, passou a garantir direitos políticos aos homens de proveniência protestante e judia que residiam no território francês.
- c) o Código Civil francês, instituído por Napoleão Bonaparte, concedeu às mulheres direitos políticos, como o de votar nas eleições municipais e nas eleições para o Parlamento nacional.
- d) o período da Convenção Nacional, sob o comando dos jacobinos, caracterizou-se pela ampla proteção aos direitos civis por parte do Estado.

9. FGV-SP

“Chegou a hora da igualdade passar a foice por todas as cabeças. Portanto, legisladores, vamos colocar o terror na ordem do dia.”

Discurso de Robespierre na Convenção.

A fala de Robespierre ocorreu num dos períodos mais intensos da Revolução Francesa. Esse período caracterizou-se:

- a) pela fundação da monarquia constitucional, marcada pelo funcionamento da Assembleia Nacional.
- b) pela organização do Diretório, marcado pela adoção do voto censitário.
- c) pela Reação Termidoriana, marcada pelo fortalecimento dos setores conservadores.
- d) pela convocação dos Estados-gerais, que pôs fim ao absolutismo francês.
- e) pela criação do Comitê de Salvação Pública e a radicalização da revolução.

10. Fuvest-SP – Do ponto de vista social, pode-se afirmar, sobre a Revolução Francesa:

- a) teve resultados efêmeros, pois foi iniciada, dirigida e apropriada por uma só classe social, a burguesia, única beneficiária da nova ordem.
- b) fracassou, pois, apesar do terror e da violência, não conseguiu impedir o retorno das forças sociopolíticas do Antigo Regime.
- c) nela coexistiram três revoluções sociais distintas: uma revolução burguesa, uma camponesa e uma popular urbana, a dos chamados *sans-culottes*.
- d) foi um fracasso, apesar do sucesso político, pois, ao garantir as pequenas propriedades aos camponeses, atrasou, em mais de um século, o processo econômico da França.
- e) abortou, pois a nobreza, sendo uma classe coesa, tanto do ponto de vista da riqueza, quanto do ponto de vista político, impediu que a burguesia a concluísse.

11. UFBA

“1789, na França, foi um ano turbulento [...] Iniciava-se a Revolução que destruiria o Antigo Regime na França e sacudiria as bases da sociedade ocidental da época.”

(AQUINO, p.143)

Sobre esse movimento e seus reflexos em outras partes do mundo, pode-se afirmar:

- 01) O critério da votação por Ordem, firmado nos Estados-gerais, foi rejeitado pelo terceiro estado, que não se subordinou aos interesses da realeza.
- 02) O “Grande Medo”, originado da violência na zona rural, repercutiu na Assembleia Nacional Constituinte, provocando o fortalecimento dos privilégios feudais.
- 04) As reformas mais profundas empreendidas durante a Convenção corresponderam à atuação da alta burguesia, que liderava a revolução naquele momento.
- 08) A igualdade, um dos princípios da Revolução Francesa, foi conquistada pelas camadas populares com o término do movimento.
- 16) As coligações antifrancesas representaram, de um modo geral, o temor de governos conservadores europeus frente à divulgação dos ideais revolucionários.
- 32) O conflito anglo-francês, que resultou no Bloqueio Continental decretado pela França, motivou a oposição da Inglaterra aos princípios do liberalismo político e econômico.
- 64) O ideário dos conjurados baianos de 1798 foi influenciado por princípios da França revolucionária.

Dê como resposta a soma das alternativas corretas.

12. Fuvest-SP – A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembleia Nacional Constituinte francesa, em 26 de agosto de 1789, visava:

- a) romper com a Declaração de Independência dos Estados Unidos, por esta não ter negado a escravidão.
- b) recuperar os ideais cristãos de liberdade e igualdade, surgidos na época medieval e esquecidos na moderna.
- c) estimular todos os povos a se revoltarem contra seus governos, para acabar com a desigualdade social.
- d) assinalar os princípios que, inspirados no Iluminismo, iriam fundar a nova Constituição francesa.
- e) pôr em prática o princípio: a todos, segundo suas necessidades, a cada um, de acordo com sua capacidade.

13. PUC-RJ – Como general, cônsul, e, depois, imperador, Napoleão Bonaparte transformou a França de um país sitiado a uma potência expansionista com influência em todo o continente europeu. No entanto, a expansão francesa, com seus ideais burgueses, encontrou muitas resistências, principalmente entre as nações dominadas por setores aristocráticos.

Assinale a opção que identifica corretamente uma ação implementada pelo governo napoleônico:

- a) o estabelecimento do catolicismo cristão e romano como religião de Estado.
- b) a descentralização das atividades econômicas, o que permitia que as economias locais prosperassem sem o pagamento de impostos.
- c) a adoção do Código Civil, que garantia a liberdade individual, a igualdade perante a lei e o direito à propriedade privada.
- d) o estímulo, por parte das leis francesas, à criação de sindicatos de trabalhadores, livres da influência do Estado.
- e) a estatização de toda a propriedade agrícola, comercial e industrial nas regiões dominadas pelo exército napoleônico.

14. UEG-GO – Em 1804, Napoleão Bonaparte recebeu o título de imperador mediante um plebiscito. Durante sua cerimônia de coroação, ele retirou do papa a coroa e colocou-a em sua cabeça com as próprias mãos. Esse gesto ousado representou:

- a) o rompimento entre a Igreja Católica Romana e o novo Estado revolucionário francês.
- b) que Napoleão estava assumindo todas as responsabilidades do Poder Moderador na França.
- c) que Napoleão, símbolo máximo da força da burguesia, considerava-se mais importante que a tradição da Igreja.
- d) a criação de uma religião de Estado, tendo como figura central o imperador, a exemplo do anglicanismo inglês.

15. UFRGS-RS – Considere as afirmações a seguir, referentes ao período napoleônico:

- I. Um dos objetivos do Bloqueio Continental era anular a defasagem industrial da França em relação à Inglaterra.
- II. As guerras napoleônicas produziram desdobramentos de cunho político na América do Sul.
- III. A expansão napoleônica debilitou os fundamentos do Antigo Regime europeu e estimulou o surgimento dos nacionalismos.
- IV. O Bloqueio Continental possibilitou a hegemonia do capitalismo industrial francês em toda a Europa.
- V. O Congresso de Viena confirmou, na Europa, os avanços sociais e políticos conquistados durante a Revolução Francesa.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas III, IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

16. Cesgranrio-RJ – O Golpe de 18 de Brumário de 1799, no contexto da Revolução Francesa, derrubou o Diretório, instituiu o sistema do Consulado e elevou Napoleão Bonaparte à liderança política da França revolucionária. Napoleão manteve-se no poder por um período que se estendeu de 1799 até 1815, período esse denominado de Era Napoleônica, durante o qual ocorreu a:

- a) consolidação interna do ideário burguês da revolução e a tentativa de sua imposição a diversos países da Europa com a expansão militar promovida por Napoleão.
- b) retomada do poder político pelos segmentos da nobreza provincial francesa com a promulgação do império (1804) como a força política legítima de governo da França do período napoleônico.
- c) união de segmentos sociais distintos na defesa do governo aristocrático e absolutista de Napoleão, tais como o campesinato e a nobreza, com o objetivo de evitar uma invasão estrangeira da França revolucionária.
- d) interferência direta das monarquias absolutas europeias na França, através da ação política da Santa Aliança, ao encerrarem o processo revolucionário com seu apoio à ascensão de Napoleão.
- e) formação de diversas coligações que uniriam a França revolucionária e a Inglaterra liberal contra os Estados aristocráticos em defesa das conquistas liberais promovidas no processo da Revolução Francesa.

17. Mackenzie-SP – Sobre o período napoleônico, é correto afirmar que:

- a) as campanhas napoleônicas apoiaram o movimento denominado Conjura dos Iguais e disseminaram os ideais do proletariado revolucionário francês.
- b) de uma maneira geral, pode ser apontado como o momento em que se consolidaram as instituições burguesas na França.
- c) Portugal, tradicional aliado da França, foi um dos primeiros países a aderir ao Bloqueio Continental em troca da ajuda na transferência da família real para a colônia, no Brasil.
- d) o império foi marcado pelos acordos de paz com a Inglaterra, que via na França uma aliada na propagação da mentalidade capitalista burguesa.
- e) a ascensão do império de Bonaparte foi concretizada a partir dos acordos políticos da Península Ibérica, evitando as lutas nacionalistas e oposicionistas.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H1

Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra “restaurante”. Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765 surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução,

em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e mal cuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a revolução, cozinheiros da Corte e da nobreza perderam seus patrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835 o *Dicionário da Academia Francesa* oficializou a utilização da palavra “restaurante” com o sentido atual.

A mudança do significado da palavra “restaurante” ilustra:

- a) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
- b) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
- c) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.
- d) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.
- e) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

19. UFMG (adaptado)

C2-H8

Leia este texto:

“Antes, Napoleão havia levado o grande exército à conquista da Europa. Se nada sobrou do império continental que ele sonhou fundar, todavia ele aniquilou o Antigo Regime por toda parte onde encontrou tempo para fazê-lo; por isso também seu reinado prolongou a revolução; ele foi o soldado desta, como seus inimigos jamais cessaram de proclamar.”

LEFBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Ibrasa, 1966. p. 573.

Tendo em vista a expansão dos ideais revolucionários proporcionada pelas guerras conduzidas por Bonaparte, é correto afirmar que:

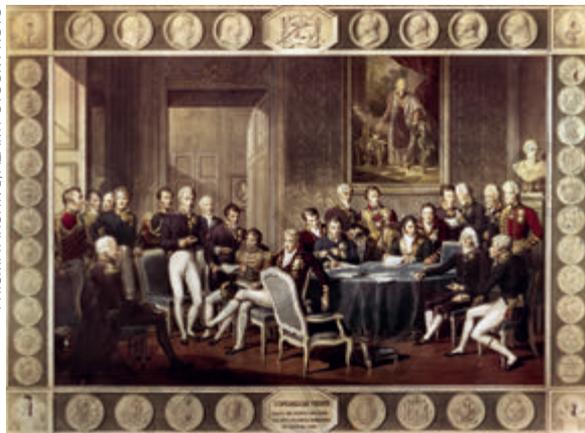
- a) os governos sob influência de Napoleão investiram no fortalecimento das corporações de ofício e dos monopólios.
- b) as transformações provocadas pelas conquistas napoleônicas implicaram o fortalecimento das formas de trabalho compulsório.
- c) Napoleão, em todas as regiões conquistadas, derrubou o sistema monárquico e implantou repúblicas.
- d) o domínio napoleônico levou a uma redefinição do mapa europeu, pois fundiu pequenos territórios, antes autônomos, e criou, assim, Estados maiores.
- e) os países da Península Ibérica, como Portugal e Espanha, foram os únicos do continente europeu a não serem afetados pelas guerras napoleônicas.

20. UEMG

C1-H1

“Há duzentos anos, em 9 de junho de 1815, encerrava-se o Congresso de Viena, conferência de países europeus que, após nove meses de deliberações, estabeleceu um

plano de paz de longo prazo para o continente, que vivia um contexto político conturbado [...]. Para alcançar esse objetivo, os diplomatas presentes ao Congresso de Viena criaram um mecanismo de pesos e contrapesos conhecido como ‘Concerto Europeu’ [...]. O Concerto Europeu procurou substituir um arranjo unipolar por um sistema inovador de consultas plurilaterais. Esse esforço visava a garantir a estabilidade europeia no pós-guerra”.



Disponível em: <blog.itamaraty.gov.br/images/viena.jpg>. Acesso em: set. 2015.

O contexto conturbado vivido pela Europa antes do Congresso de Viena e os resultados deste foram, respectivamente:

- a) a Guerra dos Sete Anos, que colocou em confronto Inglaterra e França em função de disputas territoriais na América; a expulsão da França da Liga das nações por ter desrespeitado regras internacionais preestabelecidas.
- b) a disputa imperialista protagonizada pelas nações europeias em função da crise econômica vivida no século XIX; evitou-se provisoriamente um conflito de proporções mundiais já que, por meio de concessões, garantiu-se um equilíbrio político.
- c) a expansão napoleônica, que destronou reis e promoveu a invasão e a ocupação militar sobre diversas regiões; a restauração das monarquias depostas por Napoleão, legitimação das existentes à época e criação da Santa Aliança.
- d) a Primeira Grande Guerra, que foi consequência de um momento marcado pelo nacionalismo exacerbado e por rivalidades econômicas e territoriais; a imposição de uma paz despreocupada com o equilíbrio mundial, pois humilhava os derrotados.

16

INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS E INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

- Em busca da liberdade política e econômica
- América inglesa
- O comércio das Treze Colônias
- Libertações das Américas
- Organização administrativa
- Guerras de independência

HABILIDADES

- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Comparar o significado histórico-geográfico das relações de poder entre nações.
- Associar manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

EM BUSCA DA LIBERDADE POLÍTICA E ECONÔMICA

Antes de a Revolução Francesa acontecer, outra movimentação política baseada nos valores iluministas iria surgir: a Revolução Americana de 1776, que levaria à Independência dos Estados Unidos da América.

Os habitantes das chamadas Treze Colônias eram obrigados a pagar as taxações e os impostos vindos da Inglaterra e a busca por liberdade ao fazer trocas comerciais pode ser considerada um dos principais fatores na luta por independência dessas colônias.

AMÉRICA INGLESA

As Treze Colônias inglesas da América do Norte surgiram no contexto da expansão ultramarina da Inglaterra, mais precisamente à época do reinado dos Stuart.

Iniciada a colonização, houve uma diferenciação: as colônias do Norte ficaram marcadas pela presença de grupos puritanos, os quais realizaram uma ocupação definida por meio de pequenas propriedades e mão de obra livre, voltada ao atendimento de suas necessidades, com atividades policultoras e manufatureiras. As colônias do Sul definiram-se pela atuação de companhias de comércio, que estruturaram latifúndios monocultores voltados à exportação e com mão de obra predominantemente escravizada.

Embora existissem essas diferenças, as Treze Colônias mantinham uma relativa autonomia em relação à Inglaterra, que vivia imersa em agitações contra a família Stuart, exemplificadas pelas revoluções Puritana e Gloriosa.

Dessa forma, sem rígido controle metropolitano, puderam desenvolver intercâmbios com outras áreas, intensificando suas economias. O principal exemplo dessa reciprocidade encontra-se no chamado comércio triangular, que consistiu na compra de melão e rum da região das Antilhas e no escambo desses produtos na costa africana para a obtenção de escravizados, os quais, por sua vez, eram vendidos nas colônias inglesas do Sul (Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia).

O COMÉRCIO DAS TREZE COLÔNIAS

O desenvolvimento colonial foi ameaçado pelas mudanças ocorridas na Inglaterra ao longo do século XVIII. Após a Revolução Gloriosa, houve a organização da monarquia parlamentar, que passou a adotar políticas voltadas ao desenvolvimento da burguesia.

Interesses produtivos e necessidades de ampliação do mercado consumidor de produtos explorados pelos ingleses levaram o Parlamento a tentar diminuir a autonomia econômica da área colonial, aumentando o fluxo de capitais para a Inglaterra.

A situação das Treze Colônias piorou após a guerra entre ingleses e franceses, conhecida como Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Faz parte dessa política de controle da área colonial, entre outras medidas, a criação de impostos variados, taxações sobre a entrada de mercadorias e o estabelecimento de medidas monopolistas. Os colonos não aceitavam a política do Parlamento inglês e, pautados pelas ideias iluministas, afirmavam que não possuíam

representantes na organização parlamentar e, portanto, não podiam consentir em decisões das quais não participaram. A oposição destes era expressa pela máxima “sem representação, sem taxação”.

As ideias de participação política eram inspiradas na história das Revoluções Inglesas e, em especial, na obra do filósofo inglês John Locke. Muitos colonos leitores de Locke repetiam seu pensamento de que, quando o Estado não cumprisse seus objetivos e não assegurasse aos seus cidadãos a defesa dos direitos naturais, os cidadãos teriam o dever de fazer uma revolução para depô-lo.

O desgaste na relação entre os colonos e a Inglaterra foi ampliado à medida que tributos eram aprovados e medidas monopolistas eram esboçadas, garantindo ganho fácil a empresários ingleses.

A insistência do Parlamento em praticar uma política intervencionista sem considerar os interesses coloniais provocou manifestações mais incisivas dos colonos. O exemplo mais contundente foi a Festa do Chá de Boston, em dezembro de 1773.

A “festa” foi um episódio de conflito declarado entre a metrópole e a colônia e consistiu em um ataque de colonos aos navios da Companhia das Índias Orientais inglesa, a qual havia recebido do Parlamento o monopólio de venda de chá nas Treze Colônias. Os colonos, fantasiados de indígenas, invadiram navios estacionados no Porto de Boston e jogaram o carregamento de chá ao mar.

A reação do Parlamento inglês não tardou. Em 1774, foram instituídas leis severas nas Treze Colônias, chamadas de Leis Intoleráveis. Entre as várias medidas, foram estabelecidos o fechamento do Porto de Boston, com a exigência do pagamento de indenizações pelos prejuízos causados à Companhia; a instituição do toque de recolher; e a proibição de reuniões em espaços abertos. Além disso, mais tropas inglesas foram enviadas às colônias e foi exigido dos habitantes o custeio dessa ocupação militar.

Em meio aos descontentamentos gerados pelas Leis Intoleráveis, foi realizado o Primeiro Congresso da Filadélfia, que reuniu representantes das várias colônias com o propósito de elaborar uma resposta conjunta às imposições do Parlamento inglês. Nele, discutiu-se desde a possibilidade de negociações visando à revogação dessas leis até o rompimento completo por meio de uma declaração de independência.

A possibilidade de rompimento naquele momento era menos plausível, pois as colônias mantinham outras relações econômicas importantes com a Inglaterra, as quais poderiam ser prejudicadas e, além disso, todos os representantes sabiam do poder militar inglês. Uma declaração de independência poderia dar origem a um conflito violento.

Porém, dadas as dificuldades na negociação com o Parlamento, que era insensível aos apelos dos colonos e à possibilidade de acordo com a França, rival da Inglaterra, em uma campanha militar exitosa contra a metrópole, o Segundo Congresso da Filadélfia decidiu pela declaração de independência.

O documento, aprovado em 4 de julho de 1776, foi intitulado Declaração dos Direitos do Homem. Nele, afirmavam-se os princípios iluministas, pois havia a defesa do direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade, os quais eram ameaçados pela Inglaterra e, portanto, defendia-se, ainda, o direito à revolta contra poderes tirânicos legitimados. Assim nascia o primeiro país do continente americano: os Estados Unidos da América.

A afirmação dessa independência envolveu uma guerra que durou até 1783, quando a Inglaterra reconheceu a autonomia das Treze Colônias em acordo firmado na França. O conflito contou com o apoio da nação francesa; de Luís XVI da Espanha, dominada pelos Bourbon; e com a venda de armas holandesas aos colonos.

As diferenças entre as colônias do Norte e do Sul eram estruturais. As nortistas desenvolveram o trabalho livre em pequenas e médias propriedades, em que as atividades econômicas eram diversificadas, havendo espaço para manufaturas. Já as sulistas eram marcadas pelo trabalho escravizado realizado em grandes propriedades, nas quais produzia-se principalmente algodão e tabaco e cuja economia era voltada para o mercado externo.

A Constituição do país deveria estabelecer princípios pelos quais fosse possível o convívio de realidades tão diferentes. E isso foi de certa forma conseguido com a afirmação do princípio federativo, que concedia autonomia aos estados.

Além disso, a Magna Carta criou um regime presidencialista em que o chefe da nação é eleito por meio de um sistema misto, envolvendo a população e representantes dos estados, de tal forma que o candidato à presidência só pode ser eleito com o apoio da maioria dos estados.

A Constituição estadunidense foi promulgada em 1787, mas só entrou em vigor depois que todos os estados confirmassem seu texto. Isso ocorreu em 1790. Os Estados Unidos tornaram-se, então, uma república federativa. A independência foi impactante em todo o continente, pois estimulou o questionamento das autoridades metropolitanas pelas elites coloniais tanto na América portuguesa como na espanhola.

Muitas colônias viam a possibilidade de eliminar os vínculos com as respectivas metrópoles, permitir a condução da política em suas terras e ampliar as atividades econômicas ao romper o monopólio comercial, base da exploração metropolitana. Dessa forma, a independência dos Estados Unidos sinalizava o colapso do antigo sistema colonial no continente americano.

LIBERTAÇÕES DAS AMÉRICAS

As dinâmicas das independências na América espanhola foram o resultado de disputas entre, de um lado, as elites locais e, de outro, a busca de alguns grupos por autonomia política e liberdade econômica visando

garantir os interesses da população. Nesse período, a América espanhola conheceu seus “libertadores”, os quais foram importantes por atuarem em prol da independência de diversos países e por difundirem o ideal de unidade.

O processo de colonização espanhola na América integrou a política de afirmação do Estado moderno e envolveu o domínio de civilizações complexas, como a asteca e a inca, repercutindo em um tipo de organização administrativa altamente centralizada e conduzida diretamente da Espanha por meio das ordenações reais e da Casa de Contratação, localizada em Sevilha.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

As nomeações para altos cargos administrativos e da Casa de Contratação eram feitas pelos reis e homologavam privilégios monopolistas na área colonial. Os reinóis, conhecidos como *chapetones*, eram funcionários do Estado metropolitano que tomavam decisões e tinham privilégios na sociedade colonial. Eles ficavam acima dos *criollos*, os homens brancos nascidos na área colonial. Ambos representavam a minoria em um espaço marcado pela presença em massa de mestiços e indígenas.

Os contatos entre *chapetones* e *criollos* eram muitas vezes tensos, assinalando um choque de interesses entre colonos e metrópole desde o século XVI. Porém, foi no século XVIII que os conflitos intensificaram-se, em virtude da decadência do Estado espanhol e de tentativas de ampliação de recursos pelo expediente tributário em áreas coloniais, as quais também ressentiram-se em relação às dificuldades de compra e venda por parte da metrópole. Em meio à crise, os *chapetones* detinham regalias às custas dos *criollos* e da população pobre. As ideias iluministas também atingiram universidades criadas pela Espanha na área colonial e frequentadas pela elite *criolla*. Nesse contexto, a independência dos Estados Unidos foi outro fator que estimulou as conspirações contra a metrópole, pois mostrava um caminho a ser seguido.

No século XIX, quando a Espanha passou por uma ocupação do imperador francês Napoleão Bonaparte, as elites coloniais vislumbraram a chance de lutar contra os *chapetones*, mobilizando setores populares na realização de campanhas militares, as quais forçavam a saída dos reinóis e estabeleciam governos autônomos. As guerras tiveram início em 1810 e se estenderam até 1824.

GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

As guerras de independência lideradas pela elite *criolla* contra autoridades metropolitanas na área colonial devem ser associadas à situação política europeia, mais precisamente à história da Espanha entre 1810 e 1824.

O quadro a seguir representa as mudanças políticas ocorridas na metrópole e sua repercussão na América.

Guerras de independência

Primeira fase (1810-1814)	Domínio francês na Espanha.
Segunda fase (1814-1816)	Restauração do reinado de Fernando VII.
Terceira fase (1816-1824)	Vitórias e confirmação (reconhecimento) das independências.
Reconhecimento das independências pelos Estados Unidos	Doutrina Monroe: “A América para os americanos”.

Características específicas da independência da América espanhola

Predomínio de repúblicas.
Fragmentação territorial: disputas entre elites locais.
Envolvimento de populares.
Expressão de poder após a independência: caudilhismo.
Manutenção da estrutura colonial que conferia poder aos <i>criollos</i> .

Os movimentos de independência chegaram a se comunicar. Em 1826, houve um congresso no Panamá envolvendo líderes das guerras de emancipação. Simón Bolívar defendeu a autonomia integrada de toda a América e a criação de um gigantesco país, no qual a liberdade imperasse soberana. Entretanto, vários representantes das áreas independentes não compareceram, incluindo o próprio Bolívar, que encontrava-se em uma campanha no Peru.

No congresso, o que se presenciou foi a predominância de interesses localizados dos grupos insurgentes, representando a inviabilidade de realização do ideal de unidade defendido por Bolívar. Dessa forma, houve a proclamação de independências, as quais fragmentaram a América espanhola em vários países, predominando a organização estatal republicana. Apenas o México teve uma organização monárquica nos primeiros anos de sua existência autônoma com o imperador Agustín Itúrbide.

Os *criollos* que conduziram a luta pelas independências ficaram conhecidos por caudilhos. Eram latifundiários que controlavam o governo ou disputavam-no entre si, utilizando a mão de obra da população pobre apadrinhada. Isso significou a manutenção da estrutura colonial após as emancipações políticas, caracterizada pela economia primário-exportadora, e a exploração das populações indígenas e mestiças.

Embora fosse mantida a estrutura colonial, isso não significou que agitações contra esse modelo não tenham ocorrido. O que predominou, porém, foram as forças conservadoras das elites no exercício do poder na América espanhola.

ROTEIRO DE AULA

INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Causas principais

Ideias liberais do Iluminismo defendidas por Thomas Jefferson, John Adams e Benjamin Franklin.

Política inglesa de aumento de impostos, com o objetivo de recuperação financeira da Inglaterra: leis do

Açúcar, do Selo, do Aquartelamento, do Chá e da Moeda.

Boston Tea Party (Festa do Chá de Boston): repressão de Boston.

Independência

Primeiro Congresso Continental da Filadélfia (não separatista).

Segundo Congresso Continental da Filadélfia (separatista).

Declaração de Independência em 4 de julho de 1776 por Thomas Jefferson.

Forma de governo

Confederação dos Estados Unidos da América.

Constituição norte-americana de 1787: regime democrático, republicano, presidencialista e federativo

(união indissolúvel).

ROTEIRO DE AULA

INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

Classes sociais da colônia

Chapetones, espanhóis vindos da Europa.

Criollos, filhos de espanhóis nascidos na colônia.

Mestiços e escravizados.

Índigenas nas regiões de ouro.

Africanos e seus descendentes nas regiões de cana-de-açúcar.

Causas internas

Interesses da aristocracia colonial.

Sistema mercantilista em crise.

Desigualdade social entre a burguesia colonial e a metropolitana.

Sistema educacional.

Maçonaria.

Causas externas

Ideário da doutrina iluminista.

Independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa como modelo.

Domínio de Napoleão na Espanha (desinteresse pelas colônias).

Política externa inglesa que visava a formação de mercados consumidores.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Espcex-SP – Em 1781, o general inglês Cornwallis rendeu-se aos revoltosos norte-americanos na Batalha de Yorktown, dando início às negociações que levaram a Inglaterra a reconhecer os Estados Unidos da América como nação livre.

Na formação desse novo Estado, pode-se destacar:

- a) um poder central forte e nenhuma autonomia política e administrativa aos Estados-membros.
- b) a adoção do sistema parlamentarista.
- c) a participação política dos indígenas e negros.
- d) um poder central muito fraco e Estados-membros com muita autonomia política e administrativa.
- e) a formação de um Estado com base em ideias oriundas do Iluminismo.

Baseada nos ideais iluministas, a independência dos Estados Unidos prezou pela liberdade política e econômica e por um sistema presidencialista e com estados autônomos, ainda que a participação política estivesse voltada aos grupos economicamente dominantes.

2. PUCCamp – Os primeiros tempos da história dos Estados Unidos como nação independente foram marcados pela Declaração de Independência, que celebrava a legítima busca por oportunidades, prosperidade e felicidade por todas as famílias, apregoando valores que mais tarde seriam associados ao chamado “sonho americano”. Corroborou, posteriormente, para a difusão desses valores a:

- a) implantação da Lei de Terras como medida prioritária após a independência, incentivando o assentamento das famílias de imigrantes em pequenos lotes adquiridos a preços simbólicos.
- b) descoberta de ouro na Califórnia, que provocou uma onda desenfreada de migrações para o Oeste, atraindo, inclusive, trabalhadores estrangeiros.
- c) promulgação da Constituição dos Estados Unidos, composta por um conjunto de leis que asseguravam o fim da escravidão, o voto universal e o sistema federativo.
- d) política de remoção indígena acompanhada da criação de reservas, conjuntamente à campanha de que o respeito à diversidade e a tolerância eram pilares da sociedade americana.
- e) transposição das fronteiras ao Sul, por meio da Guerra de Secessão, que resultou na anexação de metade do território antes pertencente ao México, despertando o entusiasmo da população pela política expansionista.

A descoberta de ouro na Califórnia levou a uma grande migração para o Oeste dos Estados Unidos, o que alimentou a ideia do “sonho americano” e a busca por oportunidades e felicidade. A expansão rumo ao Oeste provocou o extermínio de nativos em virtude dos conflitos e das disputas na região.

3. Espcex-SP – Leia as afirmações abaixo.

- I. Permitiu o acesso à cidadania a todos os norte-americanos.
- II. Abalou o prestígio do rei na Inglaterra e provou que era possível fazer valer a soberania popular.
- III. Trouxe prejuízos aos povos indígenas, pois suas terras, localizadas em sua maior parte a oeste do Mississippi, passaram a ser atacadas pelos proprietários de terra e comerciantes de peles de origem europeia.
- IV. Propiciou a abolição da escravidão nos Estados Unidos.

São repercussões imediatas da independência norte-americana:

- a) as afirmações I, II, III e IV.
- b) apenas as afirmações I e II.
- c) apenas as afirmações II e III.
- d) apenas as afirmações II e IV.
- e) apenas as afirmações III e IV.

A independência dos Estados Unidos associou-se a interesses de grupos dominantes, entre eles latifundiários, que não colocavam em pauta a possibilidade de liberdade aos escravizados. A cidadania, portanto, não estava ao alcance de parte dos habitantes da América do Norte. Pelo contrário, os nativos indígenas foram afetados pelos interesses de donos de terras e comerciantes.

4. Fatec-SP – As antigas colônias espanholas na América Latina não conseguiram sobreviver dentro de uma unidade política, acabando por fracionar-se em torno de polos econômicos e políticos liderados:

- a) pelos espanhóis, que, não respeitando a subida de José Bonaparte ao trono da Espanha, proclamaram a república.
- b) pelos índios, cansados da exploração colonial.
- c) pelos mestiços, que viviam explorados e que, tomando consciência da sua miséria, lideraram a formação de juntas governativas regionais.
- d) pelos *criollos*, que almejavam o poder político, criando uma constelação de movimentos que não obedeciam a um comando geral, apesar dos esforços de alguns libertadores.
- e) pelo clero, uma vez que a Igreja no século XIX norteava-se pelo princípio de “dividir para governar”.

Os *criollos* faziam parte de uma elite que, apesar de buscar a independência de seus países, tinha intenções políticas e econômicas por trás de suas movimentações. Os interesses variados levavam-nos a agir de forma localizada, sem obedecer a um comando.

5. UFPR – Observe as assertivas e marque a opção correspondente às corretas.

Sobre a sociedade, a economia e a estrutura político-administrativa da América espanhola colonial, é correto afirmar que:

- I. Através da *mita* e da *encomienda*, explorava-se a mão de obra indígena.
- II. Entre a minoria branca que constituía a população das colônias, havia os *chapetones* (brancos nascidos na Espanha) e os *criollos* (brancos nascidos na América).
- III. A máquina burocrática era exclusivamente controlada pela Igreja.
- IV. Os *cabildos* ou *ayuntamientos* (câmaras municipais), de que faziam parte os regedores, mantiveram viva a tradição de autogoverno, fator significativo quando se desencadeou o processo de independência.

Marque a opção com as assertivas corretas:

- a) apenas a assertiva II está correta.
- b) estão corretas as assertivas I e II.
- c) estão corretas as assertivas I e IV.
- d) estão corretas as assertivas II e III.
- e) todas as assertivas estão corretas.

A *mita* e a *encomienda* eram formas de exploração do trabalho indígena. Os grupos dominantes e em conflito de interesses nas colônias espanholas eram os *chapetones* e os *criollos*.

6. UNESP**C2-H9**

“No movimento de independência atuam duas tendências opostas: uma, de origem europeia, liberal e utópica, que concebe a América espanhola como um todo unitário, assembleia de nações livres; outra, tradicional, que rompe laços com a metrópole somente para acelerar o processo de dispersão do império.”

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão*, 1999. (Adaptado)

O texto refere-se às concepções em disputa no processo de independência da América Latina. Tendo em vista a situação política das nações latino-americanas no século XIX, é correto concluir que:

- a) os Estados independentes substituíram as rivalidades pela mútua cooperação.

- b) os países libertos formaram regimes constitucionais estáveis.
- c) as antigas metrópoles ibéricas continuavam governando os territórios americanos.
- d) o conteúdo filosófico das independências sobrepôs-se aos interesses oligárquicos.
- e) as classes dirigentes nativas foram herdeiras da antiga ordem colonial.

Os *criollos*, descendentes de europeus, porém nativos da América, foram os principais beneficiados após os processos de independência.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UPE – A passagem do século XVIII para o XIX foi marcada por um desequilíbrio nas relações entre a Europa e o Novo Mundo. As lutas políticas na América estavam ligadas à resistência contra a colonização europeia e às influências das ideias liberais. Sobre essa crise do Antigo Regime e suas implicações na América, assinale a alternativa correta:

- a) a Guerra de Independência dos Estados Unidos acirrou as tensões políticas preexistentes entre a França e a Inglaterra, servindo de palco para um confronto indireto entre essas duas nações.
- b) as tensões políticas entre a Espanha e suas colônias na América acabaram por reestruturar o Império Espanhol, que, mediante as reformas bourbonianas, conseguiu manter seu poderio na América até o final do século XIX.
- c) as relações entre Portugal e a América portuguesa só se agravaram após a transmigração da família real para o Brasil em 1808, fugindo da invasão napoleônica.
- d) a Guerra do Paraguai, envolvendo Brasil, Portugal, Paraguai, Espanha e Inglaterra, é fruto direto desse contexto.
- e) as conjurações Baiana e Mineira, ocorridas no início do século XIX, são reflexos desse quadro de desequilíbrio político entre Portugal e sua colônia na América.

8. Espcex-SP – A independência dos Estados Unidos da América foi o primeiro grande indicador histórico da ruína do Antigo Regime. Durante esse processo de independência:

- a) a criação da Lei do Selo foi uma consequência do esforço inglês em fortalecer o pacto colonial e levou os colonos americanos a efetuar um boicote comercial à Inglaterra.
- b) a Marcha para o Oeste despertou os sentimentos expansionistas e nacionalistas dos colonos americanos, incentivando os movimentos de independência.
- c) o Primeiro e o Segundo Congresso Continental da Filadélfia resultaram na suspensão dos tributos impostos por Townshend, exceto o que se referia ao comércio do chá.
- d) os colonos americanos receberam apoio militar da Holanda e da Espanha nas lutas pela emancipação.
- e) Thomas Jefferson exerceu um papel importante, tendo sido nomeado comandante das tropas americanas na guerra e se tornado o primeiro presidente americano.

9. Mackenzie-SP – O processo da emancipação das Treze Colônias inglesas da América do Norte, na segunda metade do século XVIII, é denominado de Revolução Americana, pois:

- a) representou o fim do pacto colonial naquela parte do continente americano, servindo de modelo para os demais processos emancipatórios americanos.
- b) rompeu o pacto colonial mercantilista e criou uma sociedade liberal e democrática para todos os setores sociais.
- c) foi a primeira etapa das revoluções liberais, que, a partir de então, iriam propagar-se somente na Europa.
- d) assinalou o início de uma sociedade capitalista, baseada no trabalho assalariado, livre das instituições feudais.
- e) a ideologia de seus grandes líderes era a mesma que caracterizaria, pouco tempo depois, a Revolução Inglesa.

10. UFPI – Com relação à independência dos Estados Unidos, em 1776, é correto afirmar que:

- a) a primeira Constituição dos Estados Unidos adotou a república federalista e presidencial como modelo de governo.
- b) a Declaração de Independência defendeu a implantação de uma monarquia constitucional para dirigir politicamente a futura nação.
- c) a França negou ajuda aos norte-americanos, visto que pretendia manter sua parceria com a Inglaterra na exploração comercial da América do Norte.
- d) a Espanha negou ajuda aos norte-americanos, dado que com a derrota da Holanda poderia intensificar seus acordos comerciais com os colonos do Sul.
- e) a luta dos norte-americanos divulgou a perspectiva de se construir a unidade continental americana, baseada no ideal iluminista de liberdade e igualdade social.

11. Cesgranrio-RJ – No século XVIII, a revogação da Lei do Selo causou grande tristeza aos políticos ingleses, o que, entretanto, contrastava com a alegre movimentação dos trabalhadores na beira do cais, em decorrência da reabertura dos armazéns de manufaturados e da partida para a América de inúmeros navios carregados de mercadorias.

Assinale a opção que explica corretamente a “tristeza” dos políticos com a revogação da Lei do Selo:

- a) a revogação da Lei do Selo representou um golpe nas pretensões inglesas de arrecadação, mediante impostos, nas colônias americanas.
- b) a revogação da Lei do Selo significou a vitória dos norte-americanos, que, assim, não mais precisariam pagar impostos sobre o chá, o ferro e o açúcar.

- c) a pressão popular sobre o Parlamento aumentou, já que, com a revogação da Lei do Selo, do Chá e do Açúcar, os membros das câmaras dos Lordes e dos Comuns voltaram a ficar submetidos ao rei inglês.
- d) em meados do século XVIII, a metrópole inglesa perdeu cerca da metade de seu mercado consumidor de manufaturas face ao crescimento da produção colonial.
- e) as Treze Colônias criaram impedimentos à atuação inglesa no continente americano, delimitando a ação da metrópole exclusivamente às áreas de *plantation* do Sul.

12. UNESP – Assinale a alternativa que indica o movimento que tornou mundialmente conhecidos os ideais representativos dos direitos humanos reconhecidos e representados pela liberdade, igualdade e fraternidade:

- a) Independência dos Estados Unidos da América.
- b) Revolução Francesa.
- c) Cristianismo.
- d) Catolicismo.
- e) Iluminismo.

13. FGV-SP – Sobre o México e o seu processo de emancipação política, é correto afirmar:

- a) foi iniciado em 1810, com forte caráter popular, e concluído em 1821, como um movimento de elite.
- b) foi o único movimento de independência política comandado por escravos, libertos e mestiços.
- c) foi inspirado no princípio de unidade latino-americana defendido por Simón Bolívar.
- d) serviu de referência para os demais movimentos emancipatórios americanos pelo seu republicanismo.
- e) foi marcado pela ausência de conflitos armados, ao contrário dos demais movimentos americanos.

14. Ufscar-SP – A independência das colônias espanholas da América deveu-se a diversos fatores. Assinale a opção na qual todos os fatores relacionados contribuíram para essa independência.

- a) política mercantilista da Espanha; influência da independência brasileira; interesse dos Estados Unidos no comércio das colônias espanholas.
- b) monopólio comercial em benefício da metrópole; desigualdade de direitos entre os *criollos*, nascidos nas colônias, e os *chapetones*, nascidos na Espanha; enfraquecimento da Espanha pelas guerras napoleônicas.
- c) influência das ideias políticas de Maquiavel; auxílio militar brasileiro à independência dos territórios vizinhos; exemplo da independência dos Estados Unidos.

d) liberalismo político e econômico, adotado pelas cortes espanholas; enfraquecimento do governo espanhol por causa da intervenção militar francesa; política do Congresso de Viena favorável à independência das colônias.

e) interesse econômico da Inglaterra na independência das colônias; política de suspensão das restrições de importações, seguida pelo governo de José Bonaparte; aliança entre *chapetones*, colonos nascidos na Espanha, e *criollos*, nascidos nas colônias para promover a independência.

15. PUC-RS – O caudilhismo foi um fenômeno político presente em parte da América hispânica no decorrer do século XIX. É possível relacioná-lo com:

- a) os projetos federalistas, atuantes nas lutas de formação e consolidação dos Estados nacionais.
- b) a defesa das tradições indígenas locais, contra a dominação cultural europeia e norte-americana.
- c) a proposta de unidade americana, formulada durante as lutas de independência.
- d) a expansão dos interesses imperialistas norte-americanos nas áreas de colonização ibérica do continente.
- e) os anseios de democratização dos Estados nacionais, a partir da adoção de uma política econômica liberal.

16. UFU-MG – No início do século XIX, a independência da América espanhola ocorreu num contexto político internacional marcado por fatos. Dentre os fatos que favoreceram a independência da América espanhola, podemos mencionar:

- a) a Revolução Industrial espanhola.
- b) a derrota dos americanos na Guerra de Independência dos Estados Unidos.
- c) o despotismo esclarecido.
- d) o triunfo do absolutismo de direito divino na Espanha.
- e) as guerras napoleônicas.

17. Fuvest-SP – Nas reivindicações dos movimentos políticos que levaram à independência dos países da América espanhola, encontram-se alguns traços comuns. Entre eles, a:

- a) proposta de igualdade social e étnica.
- b) proposição de aliança com a França revolucionária.
- c) defesa da liberdade de comércio.
- d) adoção do voto universal masculino.
- e) decisão de separar o Estado da Igreja.

ESTUDO PARA O ENEM

18. UNESP

C5-H24

“Todos os homens são criados iguais, dotados pelo criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Para assegurar esses direitos, entre os homens se instituem governos, que derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo se dispõe a destruir essas finalidades, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo governo, assentando seu fundamento sobre tais princípios e organizando seus poderes de tal forma que a ele pareça ter maior probabilidade de alcançar-lhe a segurança e a felicidade.”

Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776). In: Harold Syrett (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*, 1988.

O documento expõe o vínculo da luta pela independência das Treze Colônias com os princípios:

- a) liberais, que defendem a necessidade de impor regras rígidas de protecionismo fiscal.
- b) mercantilistas, que determinam os interesses de expansão do comércio externo.
- c) iluministas, que enfatizam os direitos de cidadania e de rebelião contra governos tirânicos.
- d) luteranos, que obrigam as mulheres e os homens a lutar pela própria salvação.
- e) católicos, que justificam a ação humana apenas em função da vontade e do direito divinos.

19. Fatec-SP

C3-H11

Organizada com base na exploração estabelecida pelo mercantilismo metropolitano espanhol, a sociedade colonial apresentava, no topo da escala hierárquica:

- a) os *criollos*, grandes proprietários e comerciantes que, por constituírem a elite colonial, participavam das câmaras municipais.
- b) os *chapetones*, que ocupavam altos postos militares e civis.
- c) os *calpulletes*, que ocupavam altos cargos administrativos dos chamados *ayuntamientos*.
- d) os mestiços, que, por serem filhos de espanhóis, podiam estar à frente dos cargos político-administrativos.
- e) os *curacas*, donos de grande quantidade de terra, que administravam os *cabildos*.

20. UFMG

C3-H13

Leia este trecho:

“[...] não somos índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os legítimos proprietários do continente e os usurpadores espanhóis: em suma, sendo americanos por nascimento e nossos direitos os da Europa, temos de disputar estes aos do país e mantermo-nos nele contra a invasão dos invasores – encontramos-nos, assim, na situação mais extraordinária e complicada.”

BOLÍVAR, Simón. *Carta de Jamaica*, 1815.

Ao escrever esse texto, o autor refere-se à situação ambígua dos:

- a) *criollos*, formados na tradição europeia, mas identificados com o novo continente.
- b) escravos negros americanos, que perderam seus laços culturais com a África.
- c) mulatos libertos nascidos na América, divididos entre diferentes tradições culturais.
- d) *cholos*, indígenas educados por europeus, afastados das suas raízes identitárias originais.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



HISTÓRIA 2

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

1

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL: POVOS INDÍGENAS E EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

BRASIL DE MUITOS POVOS INDÍGENAS

- Brasil de muitos povos indígenas
- Comunidades anteriores à chegada dos portugueses
- Comunidades posteriores à chegada dos portugueses
- Portugal e a expansão marítima
- Formação de Portugal
- Estado moderno português e Grandes Navegações
- Domínios portugueses no Novo Mundo
- Primeiros contatos entre portugueses e nativos

HABILIDADES

- Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.
- Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Normalmente, a história do Brasil é narrada tendo como marco inicial o ano de 1500, colocando o interesse lusitano em explorar as terras e os grupos humanos atingidos pela expansão ultramarina como o início da história do Brasil. O destaque dado a esse fato cria a impressão de que a história do nosso país está terminantemente ligada à da Europa, sem que haja qualquer elaboração mais complexa acerca da contribuição dos nativos na constituição da sociedade brasileira.

Uma segunda perspectiva usa o ano de 1500 como referência, mas interpreta o descobrimento como um processo de conquista e interação entre portugueses, indígenas, africanos e seus descendentes ou, em termos mais comuns na historiografia moderna, com a chegada dos portugueses ao que hoje é o território brasileiro, deu-se o achamento e o consequente processo de construção do Brasil, que prossegue até a atualidade. Muito mais coerente e completa, essa perspectiva traz à tona a contribuição de outros povos além do europeu? Foram os nativos que mostraram os caminhos das trilhas, o que e como se podia comer, como se proteger, como caçar, entre outras tantas contribuições às intenções de conquista dos portugueses.

Esse enfoque num território formado pela união de diversos povos, em momentos variados de sua história, está mais em consonância com as discussões teóricas e políticas do mundo contemporâneo. Isto não significa dizer que as questões relativas à exploração, inclusive capitalista, imposta a muitos desses povos não sejam importantes, elas são fundamentais. Entretanto, essa perspectiva é importante para a compreensão das especificidades do Brasil no quadro do mundo globalizado.

As migrações que presenciamos hoje podem ser de ordem natural, econômica, política ou cultural, e ocorrem desde o início da história da humanidade. Assim, mesmo os primeiros habitantes do território brasileiro, chamados à época do descobrimento de índios, vieram todos de outros lugares do mundo em fluxos migratórios oriundos, principalmente, da Ásia. Nesse sentido, é possível considerar linhas de explicação de seus deslocamentos para o continente americano. A mais aceita é aquela referente à passagem de grupos pelo Estreito de Bering, ligando a área que corresponde à Rússia ao Alasca, nos Estados Unidos. Outra linha de explicação trata de comunicações entre a área da Malásia e da Polinésia com as terras americanas por meio de navegação, existindo, além disso, movimentações marítimas originárias da Austrália que teriam produzido certo povoamento da América.

Tratar da história do Brasil é compreender diversos grupos humanos e suas interações a partir do século XVI. Alguns desses grupos se estabeleceram anteriormente e desenvolveram culturas que, no século XVI, passaram por acomodações e intervenções dos portugueses e dos povos africanos trazidos pelo tráfico negreiro lusitano.

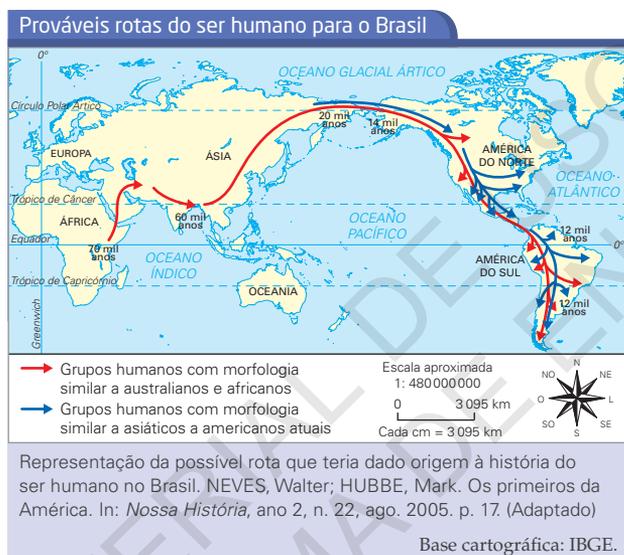
Todas essas correntes levam em consideração a Era Glacial (de 28 mil a 10 mil anos atrás), que teria congelado mares e diminuído o nível das águas do Oceano Pacífico, permitindo passagens provisórias por ilhas atualmente submersas e por conjuntos solidificados de água. Pesquisas de datação de ossadas humanas informam, inquestionavelmente, a presença de comunidades humanas na América desde pelo menos 13 mil anos.

COMUNIDADES HUMANAS ANTERIORES À CHEGADA DOS PORTUGUESES

Sobre a área correspondente ao Brasil, existem debates em torno da origem e da presença das primeiras comunidades humanas. O antropólogo Walter Neves desenvolveu uma teoria, calcada nos achados em Lagoa Santa (MG), em que afirma a precedência de caracteres negroides nos primitivos habitantes do país. O crânio de uma mulher, denominada Luzia, seria a prova definitiva dessa anterioridade. O crânio foi datado em 11 500 anos, o mais antigo encontrado em terras brasileiras.

Boa parte dos estudos genéticos a respeito dos povos indígenas os aproxima de grupos asiáticos, indicando outras possibilidades de entendimento da presença humana no Brasil. Isso poderia contribuir para a defesa de outras linhas de interpretação da chegada dos homens à América, como já mencionado.

Além do povo de Luzia, há outro povo pré-colonial que se tornou bastante conhecido por pesquisas arqueológicas, mas que não sobreviveu até a chegada dos europeus, tendo desaparecido bem antes. É o chamado povo dos sambaquis.



Sambaquis são montes formados por conchas, moluscos, esqueletos de animais e humanos, utensílios de pedra ou osso, resultado de um acúmulo proposital de grupos humanos. Há formações parecidas em diversos lugares do mundo. No Brasil o destaque é para a região de Santa Catarina, onde se encontram os maiores acúmulos do mundo. Alguns pesquisadores dizem que esses montes eram depósitos do que era considerado lixo, outros acham que se tratava de acampamentos temporários, e há também aqueles que dizem serem os sambaquis uma estrutura de sepultamento.

O que se pode afirmar com certeza é a diversidade significativa de povos na região onde hoje fica o Brasil. Havia diversas organizações sociais, de ordenamentos políticos e de estágios de desenvolvimento técnico diferentes por

todo o continente americano. Sinais dessa diversidade anterior à presença europeia podem ser demonstrados nos estudos sobre as civilizações maia, asteca e inca – grupos humanos que atingiram o sedentarismo devido à sua complexidade organizacional –, além de povos nômades (atrelados à caça, pesca e coleta) e seminômades, que desenvolviam agricultura de subsistência. No Brasil, a diversidade foi significativa. Assim, pode-se assinalar a presença de um tronco humano conhecido por tupi. Existiam várias comunidades que falavam variações da estrutura linguística tupi. Dentre tais comunidades, destacaram-se os Carijó, os Tupinambá, os Potiguarra, os Caeté, os Tape e os Tabajara, entre outros. Havia também grupos que não tinham a estrutura da fala calcada no tupi. Estes eram chamados de Tapuia (palavra indígena para bárbaros) pelos Tupi.

A partir da colonização, a população de nativos diminuiu dramaticamente. Principalmente pelas doenças trazidas pelos europeus e pela caçada de índios, que eram escravizados. Também, porque as armas trazidas pelos europeus foram utilizadas em guerras internas dos povos indígenas brasileiros, que não deixaram de ter suas próprias rivalidades após o início do processo de colonização. Com o crescimento do país, a construção do Estado nacional e a posterior urbanização, os indígenas foram sempre marginalizados e seguiram sendo massacrados pelo avanço da agropecuária.

COMUNIDADES POSTERIORES À CHEGADA DOS PORTUGUESES

As comunidades indígenas se organizavam em tribos que, com frequência, se comunicavam, mas mantinham sua autonomia. Cultivavam mandioca, batata-doce, abóbora e milho, porém eram atividades complementares e isso não impedia o deslocamento de tais grupos pelo território. Sendo assim, conheciam trilhas e se deslocavam com relativa facilidade.

É possível afirmar que grupos de horticultores se estabeleceram entre 6000 e 5000 anos atrás nas terras que correspondem ao Brasil e conseguiram produzir cerâmicas que atendiam às necessidades utilitárias (recipientes de água e alimento). Além disso, os Tapuia (expulsos pelos Tupi) e os próprios Tupi produziram com materiais orgânicos suas malocas, balaios e outros objetos.

O padre jesuíta Antônio Vieira, no século XVI, chegou a afirmar em seus sermões que os indígenas viviam com uma árvore, pois com as folhas e as cascas faziam sua casa, com o tronco suas embarcações, com os galhos suas armas e com os frutos o alimento. Percebe-se uma ordem ecológica à qual o nativo estava integrado e da qual conseguia seu sustento sem que houvesse grande dano à natureza.

As atividades das aldeias eram compartilhadas por homens e mulheres. Normalmente, elas cuidavam das crianças e dos idosos, preparavam os alimentos e trabalhavam na coleta e na agricultura. Aos homens cabia a defesa da comunidade, a caça, a pesca, o preparo de ervas para as festividades da aldeia, entre outros afazeres.

A guerra era constante e fazia parte da afirmação das identidades e da renovação do grupo e incluía nisso, em alguns casos, a realização de rituais antropofágicos. Enquanto os grupos tupis e não tupis (tapuias) edificavam sua história nas terras que correspondem atualmente ao Brasil, um povo na Europa, os lusitanos, desenvolvia uma história diferente.

ANTROPOFAGIA: UMA QUESTÃO CULTURAL

De todos os aspectos culturais dos nativos indígenas, o que mais causou espanto, medo e curiosidade nos europeus foi o ritual de antropofagia praticado por alguns povos, ato em que um ser humano é devorado por outros. Considerada extrema e anticristã pelos habitantes do Velho Mundo, tal prática tinha alcançado *status* de celebração entre os Tapuia e os Tupi.

Com base na vingança e no desejo de manter as qualidades físicas e intelectuais do capturado, os índios realizavam grandes cerimônias, testemunhadas pelo alemão Hans Staden, que viveu como prisioneiro dos Tupinambá entre 1554 e 1557.

MODOS DIFERENTES DE VIVER

No Brasil havia muitos povos com variadas culturas. É um erro reduzi-los somente a uma palavra: índio. Na verdade, a expressão surgiu na errônea visão europeia de que as Américas seriam as Índias e, por decorrência, seus habitantes, os índios. Isso criou um conceito errôneo da visão eurocêntrica de que todos os povos que habitavam o continente tinham o mesmo modo de vida.

Tanto no Brasil como no resto das Américas viviam variados povos com culturas muito diferentes entre si, e desconhecidas pelos europeus, o que causou grande espanto a eles. O antropólogo Darcy Ribeiro fez uma análise sobre o contato dessas culturas com a dos recém-chegados portugueses.

PORTUGAL E A EXPANSÃO MARÍTIMA

Os europeus, e precisamente os portugueses, chegaram à costa brasileira. Fará descobertas incríveis sobre os bastidores das Grandes Navegações e, assim, compreenderá as circunstâncias que levaram Portugal a tomar a frente nesse processo histórico e como foram os primeiros contatos entre eles e os povos nativos do chamado Novo Mundo.

FORMAÇÃO DE PORTUGAL

A história de Portugal remonta à Idade Média, quando grupos de guerreiros cristãos se dirigiram à Península Ibérica, interessados em combater os islâmicos e conquistar terras. Dessas campanhas militares surgiram pequenos reinos cristãos na parte mais setentrional da península. Dentre eles, nasceu Portugal, originado da ruptura entre o Condado Portucalense e o reino de Leão, em 1139.

A primeira dinastia portuguesa foi constituída pela família de Borgonha, que continuou as guerras contra os mouros (islâmicos), sendo estas campanhas militares justificadas pelo espírito cruzadista da época. Entre 1139 e 1383, a dinastia de Borgonha constituiu o território português e assistiu ao incremento da atividade comercial em seus domínios, pois suas terras participavam de um circuito comercial que tinha como força gravitacional o Mar Mediterrâneo. Lisboa já se tornava entreposto da rota comercial que se dirigia para a Europa setentrional.

As crises dos séculos XIV e XV – pestes, fome e guerras (como a Guerra dos Cem Anos) – alteraram o panorama do comércio europeu em relação à distribuição de mercadorias, desviando as rotas comerciais para o Oceano Atlântico e o Estreito de Gibraltar. As rotas terrestres que ligavam as cidades italianas à região de Flandres se esvaziaram, enquanto Portugal foi beneficiado pela intensificação da atividade mercantil, o que contribuiu para fortalecer um novo segmento social: a burguesia mercantil.

Os reis de Borgonha viam nesse grupo a possibilidade de fortalecer-se economicamente, passando a estimulá-lo; enquanto isso, a nobreza agrária via seus interesses prejudicados pela intensificação do êxodo rural.

ESTADO MODERNO PORTUGUÊS E GRANDES NAVEGAÇÕES

Somente após a Revolução de Avis (1383-1385) que Portugal se estruturou como um Estado moderno, funcionando com uma monarquia centralizada, o que foi importantíssimo para as Grandes Navegações. Essa monarquia passou a apoiar a atividade comercial, pois estava interessada em controlar, primeiro, as rotas comerciais no norte da África e, depois, as rotas para as Índias. Para tanto, foram mais de setenta anos de investimentos em tecnologias marítimas sem que houvesse algum retorno. Até que os portugueses conseguiram seus primeiros sucessos, como foi o caso da tomada de Ceuta pelos lusitanos em 1415, marco inicial da era das navegações.

A Revolução de Avis beneficiou principalmente nobres e burgueses. No caso da burguesia, as atividades comerciais passavam a ser garantidas pelo Estado, que também era abastecido de mais recursos com o bom desempenho dos mercadores. Dessa forma, o Estado passava a promover ações com o intuito de atender às demandas mercantis.

Assim, iniciou-se o périplo africano, a aventura portuguesa na costa da África que buscava uma rota alternativa para conseguir os produtos valorizados na Europa, produzidos no Oriente e controlados pelos mercadores das cidades do norte da Itália, como Gênova e Veneza. Aos poucos, os lusitanos exploraram o litoral ocidental africano, construindo feitorias e entabulando relações com vários grupos daquele continente. Os ganhos com a exploração desse litoral financiavam novas expedições.

A cidade de Ceuta, no norte da África. Sendo um grande entreposto comercial de ouro em pó e marfim, Portugal tencionava tomá-la dos controladores árabes, já que sua importância maior estava associada à sua posição estratégica, tornando-se ponto comercial marítimo de passagem entre o norte e o sul da Europa.

O próximo passo constituía-se em superar o temido cabo Bojador, local onde tantas embarcações haviam desaparecido, incapazes de se distanciar das correntes marítimas que as jogavam contra o litoral. Sua conquista foi dificultada como resultado da passagem do Hemisfério Norte para o Hemisfério Sul, exigindo que os portugueses reaprendessem a navegar nessa região, visto que correntes marítimas, ventos e estrelas se comportavam de forma distinta.

Conforme avançavam pela costa africana, os portugueses construíam ao longo dela feitorias, pontos comerciais fortificados que permitiam aos navegadores dar continuidade às conquistas náuticas e auferir ganhos que patrocinavam novas expedições. Os resultados desse financiamento não tardaram. Entre 1487 e 1488, Bartolomeu Dias, a serviço de Portugal, conseguiu transpor o cabo das Tormentas no Extremo Sul do continente africano, o qual foi rebatizado como cabo da Boa Esperança, pois estava aberto o caminho para as Índias. A viagem de Vasco da Gama, em 1498, confirmou a expectativa da Coroa portuguesa, pois o navegador atingiu Calicute, cidade localizada no subcontinente indiano, conseguindo produtos por preços baixos em relação aos trazidos por meio das rotas mediterrânicas. Com isso, Lisboa tornou-se rival de Veneza, superando o comércio veneziano.

DOMÍNIOS PORTUGUESES NO NOVO MUNDO

No mesmo ano de 1498, outra expedição foi financiada pela Coroa lusitana e mantida em sigilo por muito tempo. O comandante dessa viagem era considerado um dos maiores cosmógrafos europeus, Duarte Pacheco Pereira.

Tal expedição resultou em um relatório entregue ao rei e denominado *Esmeraldo de situ orbis*, em que o navegador relatava o que havia encontrado. Mencionou a existência de uma terra, apresentando características de sua fauna e flora, além de tratar de grupos humanos ali localizados. Esse documento foi a primeira referência portuguesa a um território no continente americano, representando um marco de inauguração dos contatos portugueses que construíram o Brasil.

Essa expedição foi sigilosa, pois havia uma concorrência em curso entre Portugal e Espanha. Os espanhóis tinham iniciado sua expansão ultramarina com Cristóvão Colombo, em 1492. Embora Colombo afirmasse ter atingido o Oriente, as desconfianças eram várias e Portugal exigia um acordo com a Espanha para definição de áreas exclusivas de exploração marítima.

A primeira tentativa de acordo foi estabelecida pelo papa Alexandre VI, a Bula Inter Coetera (1493). Por esse documento, seriam contadas cem léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde e traçado um meridiano de polo a polo. As terras situadas a oeste desse meridiano seriam da Espanha, e as outras de Portugal. Contudo, por conselho de Duarte Pacheco Pereira, entre outros, Portugal não aceitou, pois a ideia era a de que a medida de cem léguas era muito pequena para definir as áreas de exclusividade com Portugal recebendo a parte situada a leste. O resultado da pressão portuguesa foi a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), que estabeleceu o meridiano a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.

Assim, Duarte Pacheco Pereira, cristão-novo (judeu recém-convertido), realizou uma expedição secreta para averiguar o que coube a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, tendo atingido a região do atual estado do Maranhão em 1498.

A expedição oficial só chegou à costa brasileira, conduzida por Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500. Eram iniciados, assim, os primeiros contatos com os nativos em uma história de integrações e intolerâncias que delinearão, com base em interesses econômicos e religiosos lusitanos.

PRIMEIROS CONTATOS ENTRE PORTUGUESES E NATIVOS

Os portugueses estabeleceram feitorias ao longo do litoral, a exemplo do que já realizavam no continente africano, entregando espelhos, correntes, machados, facas e outros artigos aos nativos em troca da madeira avermelhada, chamada pau-brasil. Encontrada na Mata Atlântica, era utilizada nas tinturarias europeias, pois dela se extraía um corante natural vermelho-púrpuro, muito valorizado na Europa.

Em 1501, a Coroa portuguesa decretou o monopólio real da exploração da madeira, ou seja, só as pessoas autorizadas pela Coroa poderiam retirar a madeira mediante pagamento de tributo. Esses primeiros momentos da presença portuguesa no Brasil não implicaram o povoamento lusitano, por isso ficou conhecido como fase pré-colonial de nossa história (1500-1532).

ROTEIRO DE AULA

BRASIL DE MUITOS POVOS INDÍGENAS

Primeiras comunidades

Origem dos diversos grupos humanos:

Povos vindos principalmente da Ásia.

Fenótipo:

Caracteres negroides.

Comunidades indígenas

Principais troncos:

Macro tupi e Macro gê.

Comunidades:

Carijó, Tupinambá, Potiguara, Caeté, Tape, Tabajara e Tapuia.

Organização da vida material e espiritual:

Cultivo de alimentos (batata, mandioca, abóbora), produção de objetos (cerâmicas e materiais orgânicos), ordem ecológica, divisão do trabalho entre homens e mulheres, rituais.

Antropofagia e diversidades culturais

Significado de antropofagia:

Alimentar-se de carne humana para adquirir simbolicamente as qualidades do guerreiro morto.

Evento histórico desestabilizador:

Contato entre nativos e europeus.

ROTEIRO DE AULA

PORTUGAL E EXPANSÃO MARÍTIMA

Formação de Portugal

Ruptura entre o Condado Portucalense e o Reino de Leão (1139), dinastia portuguesa – família Borgonha.

Estado moderno português e Grandes Navegações

Estruturação do Estado moderno (centralização monárquica) após a Revolução de Avis (1383-1385), promoção de demandas mercantil (périplo africano), expansão ultramarina – garantiu ascensão econômica.

Domínio português do Novo Mundo

Início de outra expedição (1498) – continente americano, Tratado de Tordesilhas (1494) – atingiu a região do Maranhão em 1498, chegada da expedição oficial ao Brasil (1500) com Pedro Álvares Cabral.

Portugueses e nativos

Portugueses não conheciam a vida tribal, primeiros contatos baseados no escambo (trocavam artigos por madeira – pau-brasil), declararam o monopólio real da exploração de madeira (1501) – rota de exploração econômica.

6. Cesgranrio-RJ – Com a expansão marítima dos séculos XV/XVI, os países ibéricos desenvolveram a ideia de “império ultramarino” significando:

- a ocupação de pontos estratégicos e o domínio das rotas marítimas, a fim de assegurar a acumulação do capital mercantil.
- o estabelecimento das regras que definem o Sistema Colonial nas relações entre as metrópoles e as demais áreas do “império” para estabelecer as ideias de liberdade comercial.
- a integração econômica entre várias partes de cada “império” através do comércio intercolonial e da livre circulação dos indivíduos.

d) a projeção da autoridade soberana e centralizadora das respectivas coroas e sobre tudo e todos situados no interior desse “império”.

e) a junção da autoridade temporal com a espiritual através da criação do Império da Cristandade.

A questão exige atenção, há outras alternativas que em si estão corretas, mas que não estão relacionadas ao conceito de “Império Ultramarino”. Esse é um conceito que leva o poder das metrópoles a todos os seus territórios pelo mundo, e é algo que se manteve vivo até os anos 70 do século XX! A ditadura de Salazar em Portugal, por exemplo, proclamava uma nação ultramarina.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFSM-RS – Sobre a organização econômica, social e política das comunidades indígenas brasileiras, no período inicial da conquista do território pelos portugueses, é correto afirmar:

- Os nativos viviam em regime de comunidade primitiva, em que a terra era de propriedade privada dos casais e os instrumentos de trabalho eram de propriedade coletiva.
- A divisão das tarefas era por sexo e por idade; as mulheres cozinhavam, cuidavam das crianças, plantavam e colhiam; os homens participavam de atividades guerreiras, da caça, da pesca e da derrubada da floresta para fazer a lavoura.
- A sociedade era organizada em classes sociais, sendo o excedente da produção controlado pelos chefes das aldeias, responsáveis pela distribuição dos bens entre os indígenas.
- Os indígenas brasileiros não praticavam o comércio pois tudo que produziam destinava-se à subsistência, realizando apenas trocas rituais de presentes.

Está(ão) correta(s):

- apenas I e II.
- apenas I e III.
- apenas III.
- apenas IV.
- apenas II e IV.

8. UFES – Os Tupiniquim, uma das maiores nações indígenas brasileiras, possuíam as seguintes características no período colonial:

- Viviam da pesca, da caça, da coleta de frutos e raízes proporcionada pelas florestas e matas.
- Tiveram suas manifestações culturais, tradições e ritos cerceados, nas regiões onde foram encampados pelos aldeamentos jesuítas.
- Exploravam latifúndios respeitados pela colonização branca e viviam pacificamente com os portugueses no interior do Brasil.
- Ocupavam parte do litoral brasileiro, na faixa compreendida entre o sul da Bahia e o Paraná.

Em relação às proposições acima, está correto o que se afirma:

- apenas em I, II e III.
- apenas em II, III e IV.
- apenas em I, III e IV.
- apenas em I, II e IV.
- em todas elas.

9. FGV-SP – Sobre os povos dos sambaquis, é incorreto afirmar que:

a) sendo nômades, ocuparam a faixa amazônica, deslocando-se durante milhares de anos, do Marajó a Piratininga.

b) sedentários, viviam da coleta de recursos marítimos e de pequenas caças.

c) as pesquisas arqueológicas demonstram que tais povos desenvolveram instrumentos de pedra polida e de ossos.

d) na chegada dos primeiros invasores europeus, esses povos já se encontravam subjugados por outros grupos sedentários.

e) esses povos viveram na faixa litorânea, entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul, basicamente dos recursos que o mar oferecia.

10. Unioeste-PR – Quanto aos índios brasileiros, a partir dos estudos sociológicos já feitos e existentes hoje, está correto dizer que:

a) estão em via de extinção posto serem culturas primitivas e atrasadas com relação à sociedade brasileira, daí se inviabilizarem como grupo social.

b) não há mais índios no país, posto que só existiram índios quando da descoberta do Brasil e no período Colonial, quando pelas guerras, doenças e outros fatores advindos do contato com os colonizadores, vieram a se extinguir.

c) apesar das desigualdades sociais imensas que sofreram e sofrem, marginalizando-os, eles continuam presentes marcando, atualmente, muito melhor suas identidades e pertencimentos culturais específicos, abrindo e conquistando espaços políticos dentro da sociedade brasileira.

d) não mais existem índios no Brasil, pois que todos eles já entraram na sociedade brasileira, adquirindo os bens e serviços desta, daí não haver mais nenhuma cultura indígena pura, verdadeira, a qual possamos nos referir como legitimamente indígena.

11. UFU-MG – A questão da demarcação de terras indígenas tem ao longo do tempo suscitado diversos conflitos. Mais recentemente, observou-se a possibilidade de modificar os critérios de demarcação, pois, conforme seus críticos, os regulamentos vigentes possibilitariam a ação de “indígenas civilizados”, ou seja, aqueles que supostamente teriam perdido sua identidade indígena, e que agora a reivindicavam com o intuito de obter terras. No centro deste debate, encontra-se a definição do que é ser indígena, enfim, a definição dos critérios definidores de uma etnia:

Para os estudos antropológicos atuais, define-se uma etnia por meio da:

- a) identificação da presença de traços fenotípicos comuns a uma população, atrelados ao cultivo de uma tradição cultural.
- b) ocupação territorial de um país específico e pela persistência de traços culturais tradicionais.
- c) identificação de uma concepção, partilhada por uma população, da existência de uma trajetória histórica comum que funda uma identidade.
- d) identificação de traços raciais comuns a uma população, aliados a elementos culturais específicos.

12. UECE – A descoberta de novas terras por navegadores portugueses e espanhóis alimentou a imaginação dos europeus e fomentou uma visão paradisíaca do Novo Mundo. Com respeito a esta “visão do paraíso” nos trópicos, é correto afirmar:

- a) Os europeus esperavam encontrar monstros e outras entidades mitológicas, o que se confirmou na presença de animais pré-históricos e seres humanos estranhos.
- b) Os temores com relação ao inesperado levavam muitas vezes os europeus a demonstrar uma violência desumana contra os nativos do chamado Novo Mundo.
- c) As descrições dos novos territórios, com suas florestas exuberantes e seus pássaros exóticos, vinham confirmar as expectativas de descoberta do Paraíso na Terra.
- d) O encontro com seres de uma nova cultura, em um ambiente natural diferente, criou um clima propício ao entendimento mútuo e ao respeito pela vida humana, como era pregado pelos religiosos europeus.

13. UERJ – O mundo conhecido pelos europeus no século XV abrangia apenas os territórios ao redor do Mediterrâneo. Foram as navegações dos séculos XV e XVI que revelaram ao Velho Mundo a existência de outros continentes e povos.

Um dos objetos dos europeus, ao entrarem em comunicação com esses povos, era a:

- a) busca de metais preciosos, para satisfazer uma Europa em crise.
- b) procura de escravos, para atender à lavoura açucareira nos países ibéricos.
- c) ampliação de mercados consumidores, para desafogar o mercado saturado.
- d) expansão da fé cristã, para combater os infiéis convertidos ao protestantismo.

14. Unirio-RJ – Inúmeros escritores e poetas portugueses retrataram o imaginário que acompanhou o homem ibérico na sua aventura pelos mares nunca dantes navegados. Temores e fantasias não o impediram de se lançar às águas do mar Oceano, arriscando-se em busca, principalmente, de:

- a) novos caminhos para o Oriente, novos mercados, metais preciosos e propagar a fé cristã.
- b) escravos africanos, cana-de-açúcar, metais preciosos e catequizar os indígenas.
- c) escravos e ouro, desvendar os segredos dos mares e descobrir correntes marítimas desconhecidas.
- d) ouro e marfim, expandir o protestantismo e romper o monopólio árabe-veneziano no Mediterrâneo.
- e) pau-brasil, testar os novos conhecimentos náuticos e conhecer novas rotas.

15. PUC-MG – O expansionismo marítimo europeu, nos séculos XV-XVI, gerou uma autêntica “Revolução Comercial”, caracterizada por, exceto:

- a) Incorporação de áreas do continente americano e africano às rotas tradicionais do comércio.
- b) Ascensão das potências mercantis atlânticas, como Portugal e Espanha.
- c) Afluxo de metais preciosos da América para o Oriente, resultante do escambo de mercadorias.
- d) Deslocamento parcial do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico.
- e) Perda do monopólio do comércio de especiarias por parte dos italianos.

16. Fuvest-SP – O período 1450-1550, de transição da Medievalidade para a Modernidade, conheceu dentre outras características:

- a) decadência econômica e racionalização da vida religiosa.
- b) revalorização do aristotelismo e consolidação do Estado absolutista.
- c) forte efervescência religiosa e intensa expansão comercial.
- d) avanço do liberalismo burguês e recuo do feudalismo.
- e) hegemonia europeia francesa e despontar da arte gótica.

17. UEL-PR – Por volta do século XVI, associa-se à formação das monarquias nacionais europeias:

- a) a demanda de protecionismo por parte da burguesia mercantil emergente e a circulação de um ideário político absolutista.
- b) a afirmação político-econômica da aristocracia feudal e a sustentação ideológica liberal para a centralização do Estado.
- c) as navegações e conquistas ultramarinas e o desejo de implantação de uma economia mundial de livre mercado.
- d) o crescimento do contingente de mão de obra camponesa e a presença da concepção burguesa de ditadura do proletariado.
- e) o surgimento de uma vanguarda cultural religiosa e a forte influência do ceticismo francês defensor do direito divino dos reis.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H2

Os textos referem-se à integração do índio à chamada civilização brasileira.

I. “Mais uma vez, nós, os povos indígenas, somos vítimas de um pensamento que separa e que tenta nos eliminar cultural, social e até fisicamente. A justificativa é a de que somos apenas 250 mil pessoas e o Brasil não pode suportar esse ônus.

[...] É preciso congelar essas ideias colonizadoras, porque elas são irreais e hipócritas e também genocidas. [...] Nós, índios, queremos falar, mas queremos ser escutados na nossa língua, nos nossos costumes.”

Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal Articulador dos Direitos Indígenas na ONU e fundador das Nações Indígenas, *Folha de S.Paulo*, 31 de agosto de 1994.

II. "O Brasil não terá índios no final do século XXI [...] E por que isso? Pela razão muito simples que consiste no fato de o índio brasileiro não ser distinto das demais comunidades primitivas que existiram no mundo. A história não é outra coisa senão um processo civilizatório, que conduz o homem, por conta própria ou por difusão da cultura, a passar do paleolítico ao neolítico e do neolítico a um estágio civilizatório."

Hélio Jaguaribe, cientista político, *Folha de S. Paulo*, 2 de setembro de 1994.

Pode-se afirmar, segundo os textos, que:

- a) Tanto Terena quanto Jaguaribe propõem ideias inadequadas, pois o primeiro deseja a aculturação feita pela "civilização branca", e o segundo, o confinamento de tribos.
- b) Terena quer transformar o Brasil numa terra só de índios, pois pretende mudar até mesmo a língua do país, enquanto a ideia de Jaguaribe é anticonstitucional, pois fere o direito à identidade cultural dos índios.
- c) Terena compreende que a melhor solução é que os brancos aprendam a língua tupi para entender melhor o que dizem os índios. Jaguaribe é de opinião que, até o final do século XXI, seja feita uma limpeza étnica no Brasil.
- d) Terena defende que a sociedade brasileira deve respeitar a cultura dos índios e Jaguaribe acredita na inevitabilidade do processo de aculturação dos índios e de sua incorporação à sociedade brasileira
- e) Terena propõe que a integração indígena deve ser lenta, gradativa e progressiva, e Jaguaribe propõe que essa integração resulte de decisão autônoma das comunidades indígenas.

19. Enem

C1-H4

"A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem, além disto, conta, nem peso, nem medida."

GÂNDAVO, P. M. *A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Adaptado)

A observação do cronista português Pero de Magalhães Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada demonstra a:

- a) simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
- b) dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
- c) superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
- d) incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
- e) dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

20. PUC-SP

C1-H1

"Quem quer passar além do Bojador,
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu."

PESSOA, Fernando. "Mar Português". In: *Obra poética*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. p. 19.

O trecho de Fernando Pessoa fala da expansão marítima portuguesa. Para entendê-lo, devemos saber que:

- a) "Bojador" é o ponto ao extremo sul da África e que atravessá-lo significava encontrar o caminho para o Oriente.
- b) a "dor" representa as doenças, desconhecidas dos europeus, mas existentes nas terras a serem conquistadas pelas expedições.
- c) o "mar" citado é o oceano Índico, onde estão localizadas as Índias, objeto principal dos navegadores.
- d) o "abismo" refere-se à crença, então generalizada, de que a Terra era plana e que, num determinado ponto, acabaria, fazendo cair os navios.
- e) a menção a "Deus" indica a suposição, à época, de que o Criador era contrário ao desbravamento dos mares e que puniria os navegadores.

2

BRASIL COLÔNIA: FORMAÇÃO TERRITORIAL E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Conquista e ocupação do litoral
- Razões do povoamento
- Colonização
- A colonização de fato: a América portuguesa
- As capitanias hereditárias
- Governo-geral
- Conselho Ultramarino
- União Ibérica
- Tratados de Limites

HABILIDADES

- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
- Analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO LITORAL

Inicialmente, o Brasil não despertou o interesse dos europeus. No entanto, com as primeiras expedições, encontrou-se grande quantidade de madeira para tinta – o pau-brasil –, e isso fez a coroa portuguesa fundar feitorias ao longo do litoral brasileiro, dentre elas Cabo Frio e Cananeia. Posteriormente, quando os portugueses reconheceram a necessidade de colonizar o território, fundaram vilas, como São Vicente, Olinda e Salvador.

O cultivo do açúcar foi o elemento de fixação de colonos portugueses no Brasil. Ao mesmo tempo, foi preciso organizar um sistema de defesa ao contrabando de pau-brasil e às tentativas de invasões, principalmente dos franceses. Por isso, surgiram fortes ao longo do litoral. Mais tarde, muitos deles se transformaram em vilas, como Laguna, Belém, Fortaleza, Natal e Rio de Janeiro.

RAZÕES DO POVOAMENTO

O primeiro momento da exploração portuguesa na América coincidiu com o da concorrência entre os Estados modernos que se organizavam na Europa. O rei da França chegou a perguntar, ironizando o acordo entre Portugal e Espanha (Tratado de Tordesilhas), onde é que se encontrava o testamento de Adão e Eva dizendo que as terras do “Novo Mundo” pertenciam àqueles dois países. Dessa forma, a França entrava na expansão ultramarina moderna como concorrente de Portugal. Não só os franceses, mas os ingleses entravam nessa disputa e encontravam na prática do corso e da pirataria expedientes práticos e não onerosos de exploração econômica.

Nesse sentido, incursões, principalmente de franceses, na costa brasileira, colocavam em xeque o monopólio lusitano da madeira. Portugal, preocupado com a possibilidade da perda de controle sobre a área na América, ordenou expedições guarda-costeiras, que pouco ajudaram nesse sentido. Depois de frustradas tais expedições, a coroa decidiu-se pela transferência de população para essas terras do além-mar, ou seja, optou pela colonização.

Além das ameaças estrangeiras, o povoamento foi estimulado pela necessidade de colonização voltada para a produção do açúcar, em função da queda do preço das especiarias das Índias Orientais.

COLONIZAÇÃO

O primeiro esforço português nesse sentido foi a expedição conduzida por Martim Afonso de Souza, em 1532. O nobre tinha três tarefas: defender a costa, buscar riquezas e povoar aquele espaço. Fundou a primeira vila portuguesa no Brasil, São Vicente, no litoral de São Paulo, naquele mesmo ano. Iniciava-se a colonização portuguesa na América, contudo a expedição custou muito a Portugal.

As primeiras vilas do Brasil surgiram ao longo do litoral, no processo de ocupação portuguesa: São Vicente, Santos, Olinda, Salvador. Algumas se originaram de feitorias; outras, de fortes para a defesa da região, como Rio de Janeiro, Natal, Fortaleza e Belém.

O núcleo de povoamento que não possuía autonomia administrativa era denominado arraial. Com o tempo, e com o crescimento populacional e econômico, era elevado à categoria de vila ou cidade, com as seguintes características:

- instalação do pelourinho, marco de pedra gravada, simbolizando posse e autoridade portuguesas;

- instituiu-se a câmara municipal ou câmara dos homens-bons, como órgão administrativo local, ocupada pelos homens-bons; ou seja, os homens com mais de 25 anos, emancipados, brancos e de fé católica que podiam ocupar cargos políticos;
- eleição do alcaide, que detinha, na vila, o poder executivo e judiciário;
- a justiça era feita pelo juiz de vintena, nos casos comuns, e pelo juiz de fora, nomeado pelo governador-geral, nos casos especiais.

A atuação da câmara municipal era grande e forte junto à população da vila. Embora sujeita à administração central, ela decidia sobre defesa, abastecimento, impostos, salários e sobre toda a vida de seus habitantes. Porém seu poder estava nas mãos dos senhores de engenho – denominados homens-bons – que, por meio das câmaras, garantiam seus interesses enquanto classe dominante.

Embora a maior parte do atual litoral brasileiro, pelo Tratado de Tordesilhas, já pertencesse a Portugal, boa porção dele precisou ser reconquistada. Isso ocorreu devido às diversas invasões, principalmente por parte da França e da Holanda. Os franceses estabeleceram-se no Rio de Janeiro por 12 anos (1555-1567). Expulsos de lá, atacaram sucessivamente a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará e, mais tarde, o Maranhão (1594-1615).

Após muitas lutas, os portugueses reconquistaram essas regiões. Já os holandeses dominaram boa parte do litoral nordestino por um período de quase 24 anos (1630-1654) e também acabaram expulsos pelos portugueses. Embora Portugal tivesse reconhecido a posse flamenga na região, os luso-brasileiros, em uma luta renhida, reconquistaram a posse do território no primeiro movimento nativista brasileiro: a Insurreição Pernambucana.

Conquista da região Norte

Durante o domínio espanhol (1580-1640), o limite de Tordesilhas deixou de ter valor, já que todas as terras da América do Sul pertenciam à Espanha. Tal período foi bastante favorável para que os portugueses penetrassem no interior do continente. Após a expulsão dos franceses do Maranhão, em 1615, os portugueses estabeleceram-se na foz do Rio Amazonas, fundando ali o forte de Nossa Senhora de Belém, em torno do qual, mais tarde, surgiu a cidade de Belém. Dali, partiram várias expedições para o interior da Floresta Amazônica.

A primeira delas, organizada por Pedro Teixeira, atravessou a região, chegando até o Equador. Depois, muitas outras expedições a desbravaram, principalmente as organizadas pelos droguistas – à procura das drogas do Sertão (urucum, canela, guaraná, ervas medicinais) – e pelos missionários, que buscavam catequizar os índios. Mais tarde, tal região seria motivo de disputa política entre Espanha – antiga proprietária legal da região – e Portugal, que a ocupara de fato.

Gado povoa o interior do Nordeste

Trazido para movimentar os engenhos de açúcar, o gado bovino teve problemas para se desenvolver nas regiões canavieiras, por falta de pastagem. Diante da proibição, pela coroa, em 1701, de criação de gado na região do açúcar, que interessava mais ao mercado externo, os criadores de gado passaram a deslocar a criação para o interior, usando os vales dos rios, principalmente Itapecuru, Paraíba, Canindé e São Francisco. Duas foram as regiões consideradas zonas de irradiação do gado: a de Olinda e a de Salvador.

O gado criado no Vale do São Francisco desempenhou papel especial. Ao mesmo tempo serviu ao abastecimento do mercado consumidor da região açucareira do Nordeste e da região mineradora de Minas Gerais. Assim, a atividade pecuária do São Francisco possibilitou a “unidade nacional”, por ser a primeira área de ligação entre duas regiões brasileiras.

Paulistas empobrecidos, aventureiros a caminho

Os engenhos de açúcar de São Vicente não tiveram o mesmo desenvolvimento que os de Pernambuco. O fracasso da economia da região gerou estagnação econômica e necessidade de superação da crise, por parte da população vicentina. Uma saída para a crise foram as expedições para o interior, que de alguma forma pudessem ser lucrativas e, ao mesmo tempo, tentassem redinamizar a economia açucareira.

Não possuindo capital para importar escravos africanos, os vicentinos armaram-se à caça de populações indígenas. A princípio, a caça ao índio visava à mão de obra para os canaviais paulistas. Posteriormente, tornou-se atividade comercial, pois índios aprisionados poderiam ser vendidos para outras regiões da colônia. As bandeiras paulistas, via de regra, tinham como caminho de entrada o Rio Tietê. Depois, outros rios do interior brasileiro serviram de caminho para os bandeirantes.

Costuma-se dividir o bandeirantismo em dois ciclos:

- **ciclo de caça ao índio** – quando os bandeirantes dirigiam-se principalmente para o Sul, atacando as missões jesuíticas espanholas de Guairá (PR), dos Sete Povos e de Tapes (RS), sob o comando de bandeirantes como Antônio Raposo Tavares, Manuel Preto e Fernão Dias Paes Leme;
- **ciclo do ouro e diamante** – com a expansão para as regiões auríferas da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Havia dois movimentos diferentes: as entradas e as bandeiras. As entradas eram financiadas pela coroa, e tinham o objetivo de expandir o território da colônia. Já as bandeiras eram particulares e visavam lucro. Existiam três tipos de bandeiras: as de apresamento, que buscavam indígenas para escravizar; as de prospecção, que buscavam metais preciosos; e as de contrato, para combater índios e negros quilombolas. Mais tarde, apareceram as monções, bandeiras que aconteciam em expedições fluviais importantíssimas para levar mantimentos às regiões das minas.

A COLONIZAÇÃO DE FATO: A AMÉRICA PORTUGUESA

Acontece que, apenas com esse comércio de cabotagem, ou seja, indo de porto em porto navegando apenas longitudinalmente pelo litoral, as possessões portuguesas nas Américas estavam muito vulneráveis. Os franceses cada vez mais avançavam sobre o território, sendo a França Antártica, atual Rio de Janeiro, a mais bem-sucedida ação colonizadora dos franceses – apesar de relativamente curta.

Ao perceber que poderia perder espaço, a Coroa portuguesa resolveu colonizar de fato seu território americano. A primeira das ações repetiu um formato já utilizado em ilhas próximas a Portugal, colonizadas bem antes. Foi o sistema de capitânicas, que concedia grandes faixas de terra a particulares, que então ficavam responsáveis por sua colonização. A segunda, decorrente do fracasso retumbante da primeira, foi instituir no Brasil um governo-geral.

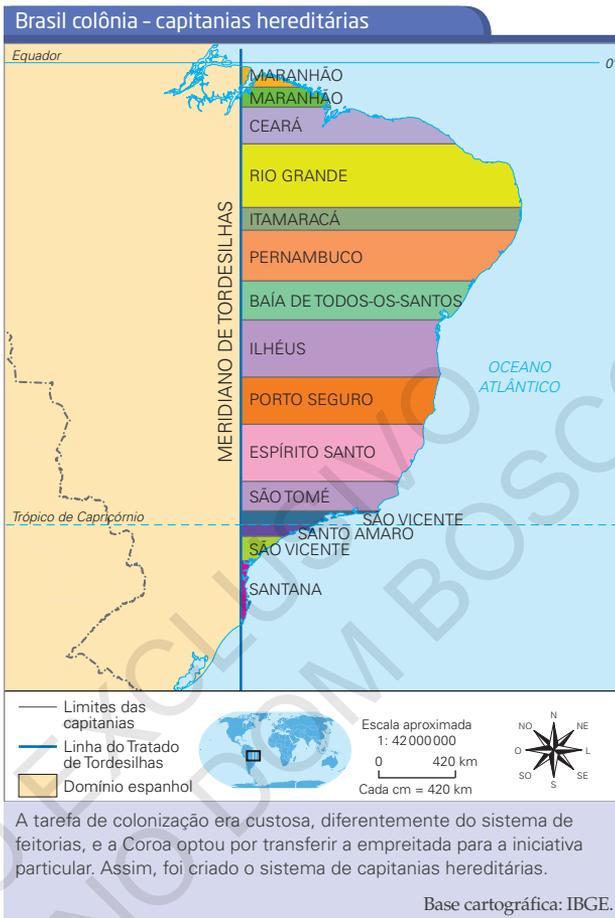
AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

O sistema de capitânicas hereditárias consistia na distribuição de lotes de terra para grupos heterogêneos que viam a possibilidade de enobrecimento com aquisições territoriais no Novo Mundo; a partir de então, eram chamados de donatários. Esses nobres ficavam encarregados de povoar e defender do ataque de estrangeiros a parte de terra que lhes cabia, entre outros aspectos. Eram administradores das terras em nome da Coroa portuguesa e podiam passar o governo para seus descendentes.

Esse sistema foi fundamentado em dois documentos básicos: a Carta de Doação e o Foral. A Carta de Doação definia a dimensão do território e as competências do donatário, definindo propriamente a posse da terra. Além disso, instituía o poder judicial dos donatários e incluía, entre os seus deveres, o de distribuir terras àqueles que quisessem cultivá-las.

O Foral contemplava, principalmente, as questões relativas à exploração da terra e dos indígenas, estabelecendo o sistema de tributação da Coroa e a possibilidade de participação do donatário nas riquezas que, porventura, fossem descobertas. Sobre metais preciosos, o documento definia, por exemplo, que 20% deles seriam da Coroa; sobre outras atividades, o donatário tinha direito a 10% do que fosse desenvolvido em sua área de administração. A distribuição legal do uso da terra pelo sistema lusitano de sesmarias era outro aspecto do Foral.

A primeira dinastia portuguesa foi constituída pela família de Borgonha, que continuou as guerras contra os mouros (islâmicos), sendo essas campanhas militares justificadas pelo espírito cruzadista da época. Entre 1139 e 1383, a dinastia de Borgonha constituiu o território português e assistiu ao incremento da atividade comercial em seus domínios, pois suas terras participavam de um circuito comercial que tinha como força gravitacional o Mar Mediterrâneo. Lisboa já se tornava entreposto da rota comercial que se dirigia para a Europa Setentrional.



Apesar do empenho da Coroa, o sistema de capitânicas hereditárias não logrou êxito, pois as dificuldades dos donatários eram enormes. O custo da empreitada era alto e a possibilidade de ganho, a princípio, pequena. Além disso, ataques de indígenas e de corsários dificultavam o controle da região recebida, sendo as condições climáticas outro empecilho ao povoamento da capitania. A capitania de Pernambuco, de Duarte Coelho, e a capitania de São Vicente, de Martim Afonso de Sousa, foram as que conseguiram manter uma população e realizar incursões eficientes sobre os grupos nativos, preservando-se. A capitania de Pernambuco já desenvolvia a lavoura de cana por essa época e se destacava no conjunto das capitânicas.

GOVERNO-GERAL

O governo-geral foi uma forma encontrada pela Coroa portuguesa para centralizar o poder, de modo a coordenar a ação dos donatários, tornando mais efetiva a presença do Estado português no Brasil, manifestada a partir da pessoa do governador-geral na possessão colonial.

Entre os deveres de um governador-geral estavam: resolver os conflitos com os indígenas por meio de guerras ou de alianças; possibilitar o desenvolvimento econômico da colônia; ampliar a colonização com a criação de novas vilas; promover o plantio da cana-de-açúcar; e defender a população colonial. Outros cargos administrativos foram criados para auxiliar o governador-geral em suas obrigações. O ouvidor-mor tinha como função cuidar das questões jurídicas no interior da colônia;

o capitão-mor tinha a função de defender o território de ataques internos e externos; e, por fim, o provedor-mor cuidava das finanças. Entre os governadores-gerais mais relevantes, pode-se destacar:

Tomé de Sousa (1549-1553)

Deu início à construção da cidade de São Salvador da Bahia de Todos-os-Santos, o primeiro centro administrativo do Brasil. O povoado, construído com ajuda de alguns indígenas, contava com prédios administrativos, armazéns, um posto de alfândega, uma cadeia e poucas moradias cobertas de palha; para fechar o complexo urbano, foi erguida uma paliçada de madeira, que protegia os moradores do povoado dos constantes ataques indígenas. Também intensificou a procura por metais preciosos e ajudou a fundar em Salvador o primeiro bispado do Brasil.

Duarte da Costa (1553-1558)

Intensificou os problemas de relacionamento entre portugueses e nativos, sendo incapaz de impedir o surgimento da Confederação dos Tamoios, união de diversos povos indígenas que combatiam os invasores lusitanos. Em meio a esse problema, um grupo de protestantes franceses atracou na Baía de Guanabara e fundou uma colônia na região: a França Antártica. Duarte da Costa foi substituído em 1558 por Mem de Sá. Este, em 1560, deu início a outra campanha para expulsar os franceses.

Mem de Sá (1558-1572)

Tomando duas posições bem distintas. Com os indígenas rebeldes travou combates até conseguir debelá-los; com os índios que viviam sob a tutela dos clérigos, tentou agrupá-los nas missões, ensinando os valores e os costumes da sociedade católica europeia. Mem de Sá passou a incentivar o tráfico de escravizados africanos, como forma de combater o cativo dos indígenas.

Contando com a ajuda dos indígenas tamoios, os franceses da França Antártica resistiram a várias investidas portuguesas. Entretanto, em 1567, sem o apoio dos tamoios – pacificados pelos jesuítas José de Anchieta e Manuel da Nóbrega –, acabaram por se render e deixaram a região. Posteriormente, os portugueses romperam a aliança com os tamoios, que foram escravizados com base no princípio da guerra justa.

Após dez anos de intensos trabalhos, Mem de Sá pediu ao rei D. Sebastião licença do cargo e a nomeação de um substituto. Foi atendido, mas a frota que trazia D. Luís Fernandes de Vasconcelos foi atacada e destruída pelos franceses, e assim Mem de Sá teve de continuar no cargo. Foi seu sobrinho, Estácio de Sá, que fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois de os portugueses derrotarem os franceses – há, ainda hoje, uma escola de samba na cidade que leva seu nome. Mem de Sá morreu esquecido pelo governo português em 1572, ainda em terras brasileiras.

CONSELHO ULTRAMARINO

Além da experiência centralizadora do governo-geral, em 1642, foi criado, por determinação da Coroa portuguesa, o Conselho Ultramarino, que passou a ter a função de centralizar a administração de todo o Império Português. Esse órgão fiscalizava a contabilidade das colônias e o cumprimento dos contratos comerciais feitos com o governo português.

Seu intuito era ampliar o rigor do pacto colonial sobre o Brasil, de modo a aumentar significativamente a arrecadação de impostos dos colonos. O Estado português procurou reduzir a autoridade das Câmaras Municipais, limitando a autonomia dos homens-bons com a introdução de um novo funcionário metropolitano, o juiz de fora, responsável por representar os interesses da Coroa portuguesa. Essas medidas pretendiam reerguer a economia e a administração portuguesas, debilitadas pelos 60 anos em que Portugal permaneceu sob domínio da Espanha, o que lhe custou parte considerável de seu império colonial marítimo.

UNIÃO IBÉRICA

Com a morte do cardeal D. Henrique, último rei da dinastia de Avis, em 1580, o governo português passou para controle da Coroa espanhola, sob o comando do rei Filipe II, da dinastia Habsburgo. Assim, Portugal foi administrado pela Coroa espanhola por 60 anos: de 1580 a 1640. Essa união interessou a boa parte da nobreza e da burguesia mercantil portuguesa, já que, nesse momento, a Espanha se tornava a maior potência europeia e, Portugal não seria tratado como nação conquistada, mas, sim, como nação unida.

O domínio espanhol, a Espanha criou um órgão, o Conselho das Índias, para administrar suas colônias e, logicamente, o Brasil estava submisso a ele durante o período em que houve o domínio espanhol. Essa administração favoreceu a política expansionista além das Tordesilhas.

TRATADOS DE LIMITES

A União Ibérica teve importante papel no processo de expansão territorial, pois permitiu aos colonos portugueses no Brasil ultrapassar os limites de Tordesilhas, invadindo a porção espanhola do continente. Nesse contexto, muitas vilas foram fundadas, estradas abertas e melhorias realizadas pelos luso-brasileiros em terras espanholas. No entanto, a separação das Coroas ibéricas, em 1640, tornou necessária nova discussão sobre os limites coloniais de cada país na América.

O principal problema situava-se na região da Bacia do Rio da Prata, cobiçada havia muito tempo pelos portugueses, pois era por ela que se escoava a extração de prata das minas de Potosí, situadas atualmente na Bolívia. Nessa área, colonos portugueses, em busca de prata, e indígenas fundaram os povoados de Paranaçuá, em 1648, e Curitiba, em 1668. Em 1680, a mando do rei D. Afonso VI, o governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, fundou em frente a Buenos Aires, na outra margem do Rio da Prata, a Colônia do Sacramento.

Em uma semana, a colônia foi atacada e ocupada por tropas espanholas. Procurando evitar o confronto, o rei de Portugal, auxiliado por representantes da Coroa inglesa, decidiu travar negociações com a Espanha.

A tática deu certo e, em 1681, por meio do Tratado de Lisboa, Portugal conseguiu o reconhecimento da posse da região e recuperou a Colônia do Sacramento. Entretanto, os conflitos não cessaram por completo e, no século XVIII, Portugal decidiu colonizar a região do Rio Grande do Sul e garantir definitivamente sua posse. Oficialmente, os primeiros colonos da região eram militares e, posteriormente, o governo português passou a incentivar a imigração de colonos das Ilhas Açores, que trouxeram da Europa algumas cabeças de gado, que nos pampas se reproduziram rapidamente. Os colonos fundaram a cidade de Porto Alegre, na época batizada com o nome de Porto dos Casais.

Somente o povoamento da região não conseguiu resolver os conflitos entre Portugal e Espanha quanto à ocupação da Bacia do Prata. O problema só foi devidamente resolvido em 1750, quando se reuniram, em Madri, o diplomata espanhol José de Carvajal e o defensor de Portugal Alexandre de Gusmão. Usando o princípio jurídico do *uti possidetis*, Gusmão baseava sua defesa no princípio de que o verdadeiro dono das terras era a nação que de fato as tinha colonizado. O governo espanhol concordava com esses termos, desde que os portugueses permanecessem afastados da região por onde era contrabandeada a prata de Potosí.

E nesse ponto chegaram a um acordo. Pelo Tratado de Madrid, a Colônia do Sacramento e todo o atual território do Uruguai ficavam para a Espanha; em compensação, Portugal ficava com a região dos Sete Povos das Missões, atualmente Rio Grande do Sul, e com todas as terras desbravadas pelos luso-brasileiros, desde o século XVI. Apesar de o Tratado de Madrid ter definido a posse da Colônia do Sacramento para a Espanha, o problema persistiu, pois os indígenas e os jesuítas de Sete Povos das Missões não concordavam com os termos do acordo, dando início às Guerras Guaraníticas. O problema persistiu até 1777, quando foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que restituiu Sete Povos das Missões aos espanhóis, os quais, em troca, devolveriam a Ilha de Santa Catarina, ocupada meses antes. E assim, de acordo em acordo, o Brasil foi ganhando a configuração geográfica atual, sendo a última alteração definida em 1903, já em pleno período republicano, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que formalizou a incorporação do Acre ao território brasileiro.

Como é possível notar, desde o descobrimento do Brasil, passando pelos períodos de colônia, império e república, diversas foram as configurações espaciais de nosso território. É preciso lembrar que a primeira definição territorial que o país teve foi feita antes mesmo de ser “descoberto”.

As delimitações que se seguiram atenderam a diferentes propósitos, em sua maioria políticos e comerciais, e foram responsáveis pela formação das fronteiras que conhecemos atualmente.

ROTEIRO DE AULA

BRASIL: FORMAÇÃO TERRITORIAL

CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO LITORAL

Motivações econômicas e defesa da colônia:

Pau-brasil: interesse inicial português para extração e proteção; estabelecimento de feitorias e fortes ao longo do litoral.

Ameaça estrangeira:

Incursoes francesas colocaram em risco o monopólio português sobre o comércio de madeira; expedições guarda-costas organizadas pelos portugueses para proteger o litoral brasileiro. A queda do preço das especiarias obtidas nas possessões portuguesas do Oriente estimulou a produção de açúcar no litoral brasileiro. Ameaça estrangeira e produção do açúcar: necessidade de ocupação efetiva do território, com a transferência de população para colonizar o território brasileiro.

ENTRADAS

O que eram:

Expedições financiadas pela coroa portuguesa para explorar e ampliar o território da colônia.

ROTEIRO DE AULA

BANDEIRAS E MONÇÕES

O que eram:

Organizadas por particulares, visavam lucro (não tinham relação direta com a coroa).

Bandeiras de apresamento:

Buscavam indígenas para aprisionar e escravizar, lucrando com a venda dos cativos.

Bandeiras de prospecção:

Buscavam áreas com pedras preciosas e metais valiosos.

Bandeiras de contrato:

Eram contratadas para combater índios e negros quilombolas.

Monções:

Apareceram só depois, levavam mantimentos às áreas das minas em Minas Gerais e Mato Grosso, e lucravam com a venda.

ROTEIRO DE AULA

BRASIL COLÔNIA: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Capitanias hereditárias

Tentativa do governo português:

Transferir para a iniciativa privada os custos da colonização, fomentando a ocupação do território.

Divisão do território:

Em 15 faixas paralelas distribuídas entre 13 donatários com direito à posse, mas a terra continuava pertencendo ao rei.

Direitos dos donatários:

Fundar vilas e conceder sesmarias, exercer justiça, cobrar impostos e escravizar indígenas.

Deveres dos donatários:

Garantir a defesa e a colonização do território, pagar impostos sobre os lucros obtidos na exploração, zelar pelo monopólio real na exploração do pau-brasil.

Causas do fracasso do sistema de capitanias:

Carência de recursos, inexperiência administrativa dos donatários, descentralização administrativa, dificuldades logísticas e isolamento do território, constantes ataques indígenas e franceses.

ROTEIRO DE AULA

Governo-geral

Tomé de Sousa (1549-1553):

Fundação de Salvador (primeira capital do Brasil), intensificação da busca por ouro, fundação do primeiro bispado.

Duarte da Costa (1553-1558):

Combate à Confederação dos Tamoios, invasão francesa no Rio de Janeiro – França Antártica.

Mem de Sá (1558-1572):

Expulsão dos franceses, pacificação dos grupos indígenas, incentivo ao tráfico de escravizados africanos.

Tratados de limites

1493:

Bula Inter Coetera: divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha.

ROTEIRO DE AULA

1494:

Tratado de Tordesilhas: contestação portuguesa à divisão anterior, limite fixado em 370 léguas após o Arquipélago de Cabo Verde, incluindo grande faixa do litoral sul-americano sob domínio português.

1713:

Tratado de Utrecht: realizado com a França, fixando limites do Amapá ao Oiapoque.

1750:

Tratado de Madrid: Colônia do Sacramento para Espanha e Sete Povos das Missões para Portugal.

1761:

Tratado de El Pardo: anulação do Tratado de Madrid.

1777:

Tratado de Santo Ildefonso: Colônia do Sacramento e Sete Povos das Missões para Espanha.

1801:

Tratado de Badajoz: Sete Povos das Missões para Portugal.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

- 1. UEL-PR** – No Brasil Colônia, a pecuária teve um papel decisivo na:
- ocupação das áreas litorâneas.
 - expulsão dos assalariados do campo.
 - formação e exploração dos minifúndios.
 - fixação do escravo na agricultura.
 - expansão para o interior.

Uma questão fácil para começar. Como vimos neste módulo, as terras mais próximas ao litoral, na Zona da Mata, eram utilizadas para o cultivo de cana e algumas poucas culturas de subsistência, o que deslocou a pecuária para o interior, para o sertão.

- 2. Fuvest-SP** – No século XVII, contribuíram para a penetração para o interior brasileiro:

- o desenvolvimento das culturas da cana-de-açúcar e do algodão.
- o apresamento de indígenas e a procura de riquezas minerais.
- a necessidade de defesa e o combate aos franceses.
- o fim do domínio espanhol e a restauração da monarquia portuguesa.
- a Guerra dos Emboabas e a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro.

Questão que faz referência, sem citar, às bandeiras. Diferente das entradas, que eram financiadas pela coroa e tinham o objetivo de explorar e ampliar o território da colônia, as bandeiras tinham dois objetivos principais: capturar e escravizar indígenas e procurar riquezas minerais.

- 3. Cesgranrio-RJ** C3-H13

A expansão da colonização portuguesa na América, a partir da segunda metade do século XVIII, foi marcada por um conjunto de medidas, dentre as quais podemos citar:

- o esforço para ampliar o comércio colonial, suprimindo-se as práticas mercantilistas.
- a instalação de missões indígenas nas fronteiras sul e oeste, para garantir a posse dos territórios por Portugal.
- o bandeirismo paulista, que destruiu parte das missões jesuíticas e descobriu as áreas mineradoras do planalto central.
- a expansão da lavoura de cana para o interior, incentivada pela alta dos preços no mercado internacional.
- as alianças políticas e a abertura do comércio colonial aos ingleses, para conter o expansionismo espanhol.

Essa questão extrapola o recorte temporal deste módulo, mas é importante para entender como o processo de formação do território brasileiro não se resumiu apenas aos primeiros anos de colonização. Vemos que ainda no século XVIII as bandeiras ainda apareciam com grande importância na expansão da colônia.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

- 4. UEL-PR** – A instalação do governo-geral em 1549 contribuiu para que a colonização do Brasil passasse de transitória para efetiva. Havia um forte motivo que alimentava as esperanças dos portugueses: os espanhóis, nas terras vizinhas, encontraram o que buscavam. Ao tomar medidas procurando assegurar a posse sobre o vasto território, a Coroa portuguesa estava motivada pelas notícias sobre:

- o modelo de colonização dependente da iniciativa privada, que se revelava pouco eficaz nos Açores e na Madeira.
- as feitorias que vinham dando provas de eficiência como fortificações sólidas para a defesa da terra.
- as semelhanças das culturas pré-cabralinas do Brasil e pré-colombianas da América Central.
- os negócios da Índia em crescente lucratividade, sem riscos de prejuízos e decepções.
- a descoberta de metais preciosos nas terras altas sul-americanas voltadas para o Pacífico.

No mesmo período em que os franceses avançavam sobre o território português nas Américas, os espanhóis encontraram o rei de prata, como chamado pelos nativos sul-americanos. Os metais preciosos do Império Inca levaram os portugueses a realizar uma colonização mais efetiva, temendo perder possíveis riquezas para os franceses.

- 5. CFTRJ-RJ** – O regimento Tomé de Sousa, de 1548, tentava corrigir os rumos da colonização portuguesa no Brasil com a criação do governo-geral. Essa medida acelerou o desenvolvimento econômico de algumas regiões do Brasil e sua ocupação.

Entre as tarefas destinadas ao governador-geral estavam:

- A substituição dos capitães donatários por auxiliares, como o provedor-mor e o capitão-mor.
- Centralizar a administração colonial, promovendo a melhor exploração do território.
- Distribuir o poder entre as Câmaras Municipais típicas das colônias de povoamento norte-americanas.
- Dinamizar o pacto colonial, ampliando as atividades comerciais brasileiras com outros países da Europa.

Uma das razões para o fracasso das capitânias foi a distância do poder da metrópole, que não conseguia regular, controlar, incentivar e apoiar a colonização, além da descentralização total do poder na colônia. Com o governo-geral esses dois problemas foram solucionados, ainda que parcialmente.

- 6. UNESP** – A implantação do sistema de governo-geral, em 1548, não representou a extinção do modelo administrativo anterior, descentralizado, das donatárias. Assinale a alternativa diretamente relacionada com o governo Tomé de Sousa:

- Incorporação do reino português à Coroa espanhola pela morte do rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir.
- Fundação de São Paulo de Piratininga e da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- Criação do bispado de Salvador, o primeiro do Brasil.
- Assinatura do Tratado de Madrid, restabelecendo os limites naturais previstos no Tratado de Tordesilhas de 1494.
- Os franceses expulsos desistiram de contestar a soberania lusitana no Brasil.

Questão que trabalha os principais feitos de cada um dos três governadores-gerais do Brasil deste período. A fundação de São Paulo aconteceu seis anos depois, em 1554; a União Ibérica não foi um feito relacionado ao governo de Tomé de Sousa e aconteceu somente em 1580. A expulsão dos franceses se deu com Mem de Sá, tendo em vista que o fundador do Rio de Janeiro foi seu sobrinho, Estácio de Sá. Por fim, o Tratado de Madrid é bem posterior, data de 1750, e, portanto, não tem nenhuma relação com Tomé de Sousa. Seu feito foi, isso sim, ajudar a fundar a cidade de Salvador e ali fundar o primeiro bispado do Brasil.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 7. Cesgranrio-RJ** – A expansão da colonização portuguesa na América, a partir da segunda metade do século XVIII, foi marcada por um conjunto de medidas, dentre as quais podemos citar:

- O esforço para ampliar o comércio colonial, suprimindo-se as práticas mercantilistas.
- A instalação de missões indígenas nas fronteiras sul e oeste, para garantir a posse dos territórios por Portugal.

- O bandeirismo paulista, que destruiu parte das missões jesuíticas e descobriu as áreas mineradoras do planalto central.
- A expansão da lavoura da cana para o interior, incentivada pela alta dos preços no mercado internacional.
- As alianças políticas e a abertura do comércio colonial aos ingleses, para conter o expansionismo espanhol.

8. Unicamp-SP – "A história de São Paulo no século XVII se confunde com a história dos povos indígenas. Os índios não se limitaram ao papel de tábula rasa dos missionários ou vítimas passivas dos colonizadores. Foram participantes ativos e conscientes de uma história que foi pouco generosa com eles."

John M. Monteiro. *Sangue nativo. Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/sangue-nativo>. Acesso em: 14 jun. 2013. (Adaptado)

Sobre a atuação dos indígenas no período colonial, pode-se afirmar que:

- a) a escravidão foi por eles aceita, na expectativa de sua proibição pela Coroa portuguesa, por pressão dos jesuítas.
- b) sua participação nos aldeamentos fez parte da integração entre os projetos religioso e bélico de domínio português, executados por jesuítas e bandeirantes.
- c) a existência de alianças entre indígenas e portugueses não exclui as rivalidades entre grupos indígenas e entre os nativos e os europeus.
- d) a adoção do trabalho remunerado dos indígenas nos engenhos de São Vicente contrasta com as práticas de trabalho escravo na Bahia e Pernambuco.

9. Mackenzie-SP – A historiografia tradicional atribui ao bandeirismo o alargamento do território brasileiro para além de Tordesilhas.

Sobre esta atividade é correto afirmar que:

- a) jamais se converteu em elemento repressor, atacando quilombos ou aldeias indígenas.
- b) as Missões do Sul foram preservadas dos ataques paulistas, devido à presença dos jesuítas espanhóis.
- c) na verdade, o bandeirismo era a forma de sobrevivência para mestiços vicentinos, rudes e pobres e a expansão territorial ocorreu de forma inconsciente como subproduto de sua atividade.
- d) eram empresas totalmente financiadas pelo governo colonial, tendo por objetivo alargar o território para além de Tordesilhas.
- e) era exercida exclusivamente pelo espírito de aventura dos brancos vinculados à elite proprietária vicentina, cujas lavouras de cana apresentavam grande prosperidade.

10. Vunesp – "Nas primeiras três décadas que se seguiram à passagem da armada de Cabral, além das precárias guarnições das feitorias [...], apenas alguns naufragos [...] e 'lançados' atestavam a soberania do rei de Portugal no litoral americano do Atlântico Sul."

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2008.

Os lançados citados no texto eram:

- a) funcionários que recebiam, da Coroa, a atribuição oficial de gerenciar a exploração comercial do pau-brasil e das especiarias encontradas na colônia portuguesa.
- b) militares portugueses encarregados da proteção armada do litoral brasileiro, para impedir o atracamento de navios de outros países, interessados nas riquezas naturais da colônia.
- c) comerciantes portugueses encarregados do tráfico de escravos, que atuavam no litoral atlântico da África e do Brasil e asseguravam o suprimento de mão de obra para as colônias portuguesas.
- d) donatários das primeiras capitanias hereditárias, que assumiram formalmente a posse das novas terras coloniais na América e implantaram as primeiras lavouras para o cultivo da cana-de-açúcar.
- e) súditos portugueses enviados para o litoral do Brasil ou para a costa da África, geralmente como degredados, que acabaram por se tornar precursores da colonização.

11. Unicamp-SP – Sobre o papel da cabotagem no processo de formação do território brasileiro, é correto afirmar:

- a) A cabotagem viabilizou o comércio marítimo entre os principais portos do território no período colonial. Todavia, esse sistema de transporte veio a encerrar suas atividades no final do século XIX, quando o transporte ferroviário passou a responder por todas as trocas interprovinciais.
- b) A cabotagem consistiu num primitivo sistema de transportes do início da colonização, articulando os portos das principais cidades. Trata-se de um elemento primordial para a formação do território brasileiro, pois permitiu sua precoce unificação e completa articulação inter-regional.
- c) A cabotagem teve importante papel no longo processo de formação do território brasileiro, transportando pessoas, mercadorias e informações entre os principais portos desde o período colonial. No século XX, perdeu importância para o sistema de transporte rodoviário.
- d) A cabotagem foi implantada no Brasil no final do século XIX, fazendo uso de modernos navios a vapor para articular o comércio interprovincial. Atualmente, concorre com os sistemas ferroviário e rodoviário para transportar cargas, particularmente aquelas containerizadas.

12. Unirio-RJ – A definição dos limites do Brasil colonial em diversos tratados, durante o século XVIII, foi o resultado político de vários movimentos, dentre os quais se destaca na região sul o(a):

- a) interesse português no rio da Prata, materializado na fundação da Colônia do Sacramento.
- b) necessidade natural de ocupação de novas terras para a "plantation" canavieira.
- c) proteção portuguesa aos aldeamentos indígenas, contrariando a política espanhola de escravização do gentio.
- d) disputa pela posse das zonas mineradoras na região platina.
- e) interferência do Papado na negociação do Tratado de Madri para resguardar as zonas missioneiras.

13. Unaerp-SP – Em 1534, o governo português concluiu que a única forma de ocupação do Brasil seria por meio da colonização. Era necessário colonizar, simultaneamente, todo o extenso território brasileiro. Essa colonização dirigida pelo governo português se deu com base na:

- a) criação da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil.
- b) criação do sistema de governo-geral e Câmaras Municipais.
- c) criação das capitanias hereditárias.
- d) montagem do sistema colonial.
- e) criação e distribuição das sesmarias.

14. Unirio-RJ – A colonização brasileira no século XVI foi organizada sob duas formas administrativas, capitanias hereditárias e governo-geral. Assinale a afirmativa que expressa corretamente uma característica desse período:

- a) As capitanias, mesmo havendo um processo de exploração econômica na maior parte delas, garantiram a presença portuguesa na América, apesar das dificuldades financeiras da Coroa.
- b) As capitanias representavam a transposição para as áreas coloniais das estruturas feudais e aristocráticas europeias.
- c) As capitanias, sendo empreendimentos privados, favoreceram a transferência de colonos europeus, assegurando a mão de obra necessária à lavoura.
- d) O governo-geral permitiu a direção da Coroa na produção do açúcar, o que assegurou o rápido povoamento do território.
- e) O governo-geral extinguiu as donatárias, interrompendo o fluxo de capitais privados para a economia do açúcar.

ECONOMIA AÇUCAREIRA E TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS, DOMINAÇÃO ESTRANGEIRA, SOCIEDADE E CULTURA COLONIAL

O BRASIL ADOÇA O MUNDO

Antes das Grandes Navegações e do período colonial – tanto no Brasil como no Caribe –, o açúcar era um bem valiosíssimo na Europa.

Com o mundo conectado pelas naus e caravelas, e com o consequente avanço da colonização, esses produtos ficaram muito mais baratos, mais comuns, mas não deixaram de ser lucrativos.

O comércio de açúcar se oferece como uma opção viável e lucrativa, facilmente aplicável ao território português na América. Durante longos anos, sem concorrência, o Brasil foi o maior exportador de açúcar do mundo. Mesmo depois, com a concorrência do Caribe holandês, a colônia portuguesa seguiu preponderante.

ECONOMIA E SOCIEDADE AÇUCAREIRAS

A atividade açucareira está associada à grande lavoura de cana-de-açúcar no litoral brasileiro. A economia do açúcar foi marcada pela necessidade de elevados investimentos iniciais, pois, para sua produção, era necessário, além da lavoura, a utilização intensa de mão de obra e de uma máquina para a transformação da matéria-prima, a cana, em produto final, o açúcar.

Essa máquina era o engenho, o qual era dividido em casa da moenda, casa da caldeira e casa de purgar, e a mão de obra utilizada foi a africana, por meio do trabalho escravo.

Essa economia foi definida pelo sistema de *plantation*, caracterizado pelo latifúndio monocultor, escravista e voltado para o mercado externo. Isso definia uma economia altamente especializada que atendia aos objetivos de uma metrópole ansiosa por transferir rendas da área colonial.

SOCIEDADE AÇUCAREIRA

Uma sociedade rígida e patriarcal foi forjada no litoral do Brasil, tendo como base a produção de açúcar. O senhor de engenho, morador da casa-grande, era o patriarca em torno do qual orbitavam homens pobres, os seus dependentes. A massa de escravizados à disposição do senhor de engenho era um indicador de seu poder, marcado também pelos seus domínios territoriais. O tráfico negreiro foi intenso para a área do Nordeste, do século XVI até meados do século XVII. Esse tráfico contribuiu também para o enriquecimento da metrópole, pois era um mecanismo de drenagem de riquezas para Portugal, ao menos nos seus primeiros tempos.

A mão de obra indígena foi preterida em favor da africana, pois os nativos se recusavam a trabalhar de forma extenuante na agricultura. Eles conheciam as terras, o que lhes permitia fugir com maior facilidade, e tinham relações identitárias que permitiam fazer rebeliões conjuntas, o que não acontecia com a população vinda da África.

O proprietário de terras e de escravizados tinha um papel de destaque social. Dentro de seus domínios, ele tinha o poder de decidir e interferir na vida de todos, incluindo na de sua mulher.

Fora dos limites de sua propriedade rural, o senhor de engenho também tinha grande influência nas cidades e nas vilas. Com seus pares, decidia os rumos da política local, dominando as Câmaras Municipais. Por meio do exercício do cargo de homens-bons, representantes da vila eram eleitos de forma censitária e tomavam as decisões dentro das vilas coloniais.

- O Brasil adoça o mundo
- Economia e sociedade açucareiras
- Sociedade açucareira
- Negócio açucareiro
- Tráfico de escravizados africanos
- Reação dos africanos escravizados
- Domínios estrangeiros sobre o Brasil
- Cenário europeu
- França Antártica
- França Equinocial
- Domínio espanhol (de 1580 a 1640)
- Holanda conquista o Nordeste brasileiro
- Economia e sociedade mineradoras
- À procura do ouro
- Em busca de diamantes
- Sociedade aurífera
- Cobrança de impostos
- Tratado de Methuen
- Crise do modelo e medidas pombalinas
- Cultura na colônia

HABILIDADES

- Identificar manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

NEGÓCIO AÇUCAREIRO

Fator de colonização

O litoral do Nordeste representou o primeiro centro de colonização. Até meados do século XVIII, a região nordestina concentrou as mais significativas práticas econômicas e sociais do Brasil, sendo a empresa açucareira o núcleo central da atividade socioeconômica do Nordeste.

Dentro da região Nordeste, os grandes centros produtores de açúcar foram Pernambuco e Bahia; as capitanias possuíam solo fértil e bom regime de chuvas, além de estarem mais próximas do mercado consumidor europeu. São Vicente também teve papel de destaque no início da colonização, mas posteriormente sucumbiu. Incapaz de concorrer com o polo nordestino, que praticava preços menores, favorecidos pelo frete de valor inferior ao pago por seu açúcar, São Vicente retrocedeu para uma economia de subsistência.

No Brasil, o primeiro engenho foi instalado em São Vicente, em 1532. Seu sucesso comercial foi tamanho que Portugal incentivou a instalação de outras unidades; em 1580, a colônia possuía 115 dessas unidades espalhadas pelo litoral.

O clima tropical era o ideal para o cultivo da planta. Outro fator importante foi o solo fértil de massapê, de cor bem escura, quase preta, encontrado na região litorânea do Nordeste brasileiro. Como não existia um cuidado em preservar os recursos naturais e praticamente todos os produtores rurais se dedicaram a essa atividade, o esgotamento do solo era muito rápido; e, para manter suas plantações, os senhores de engenho abriam novas fronteiras em meio à Mata Atlântica, que começou, assim, a ser devastada pelo fogo das intensas atividades agrícolas.

Participação holandesa

Portugal não foi o único país a se beneficiar da produção açucareira; a Holanda também lucrou com essa atividade econômica. Os holandeses financiavam parte da produção, participavam do refino do açúcar e de sua distribuição no mercado europeu, o que os definia, assim, como parceiros dos portugueses.

No entanto, quando, em 1580, Portugal passou para o domínio espanhol, os problemas com a Holanda começaram. A família que assumiu o controle de Portugal estava em guerra com os Países Baixos.

Os espanhóis, conduzidos pelo rei Filipe II, decretaram bloqueio econômico à Holanda como tentativa de enfraquecer a área e vencer o movimento de independência da região. Os holandeses reagiram e criaram duas companhias de comércio, a das Índias Orientais e a das Índias Ocidentais, atacando áreas de domínio português e espanhol. Foi dessa forma que invadiram Salvador entre 1624 e 1625 e, depois, Pernambuco, estendendo seus domínios pelo Nordeste brasileiro até o Maranhão. Esse último domínio começou em 1630 e só terminou após a Insurreição Pernambucana, em 1654, conforme estudaremos adiante.

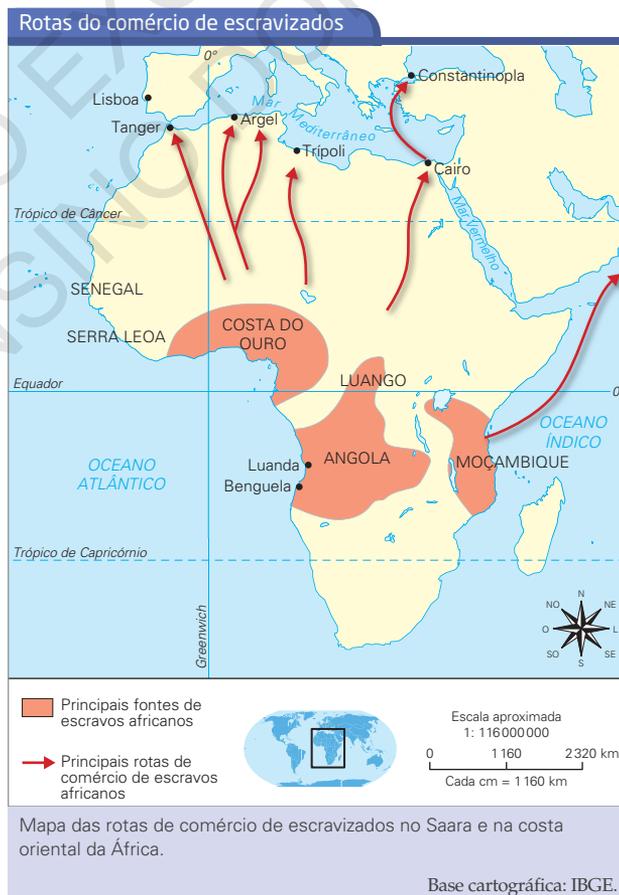
Crise da economia do açúcar

A saída dos holandeses, após o desgaste político-militar na Insurreição Pernambucana, representou uma crise da economia açucareira, pois eles dominaram a produção açucareira nas Antilhas, na América Central, concorrendo com o Brasil, o que estabeleceu o fim da preponderância do açúcar brasileiro no mercado europeu.

Entre 1654 e 1693, a economia colonial viveu uma crise que só foi superada com a descoberta, no interior do país, das primeiras jazidas de ouro. Com o tempo, parte da força de trabalho do país foi deslocada para região das minas, atual estado de Minas Gerais.

TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS AFRICANOS

Indianos e muçulmanos vinham ao litoral africano em busca de produtos como ouro, marfim, aromas e, claro, escravizados. Entre os anos de 650 e 1600, cerca de 8 milhões de escravizados foram levados para o mundo muçulmano, que inclui regiões do norte da África, da Península Arábica e aquelas banhadas pelo Oceano Índico.



Quando os portugueses entraram em contato com os povos africanos, o tráfico de escravizados já era uma prática habitual no continente. Com sua chegada, no entanto, o tráfico de escravizados alcançou um volume excepcionalmente grande, transformando-se em uma atividade altamente lucrativa e intercontinental. Eles foram os pioneiros na escravidão moderna.

Eles trocavam pessoas por tecidos e produtos manufaturados de todo tipo.

O comércio de escravizados constituía um fator importante no desenvolvimento das economias europeias nos séculos XV ao XVIII. À época, muitas nações europeias eram governadas por monarquias absolutistas, que adotaram um conjunto de práticas econômicas cuja finalidade principal era o acúmulo de riquezas. Essas práticas compunham o chamado mercantilismo. Os cativos utilizados como mão de obra nas colônias eram parte dessa imensa engrenagem política e econômica, cujo objetivo central era a obtenção de vultosos lucros por parte dos europeus. A grande maioria dos africanos trazidos para o Brasil pertencia aos seguintes grupos étnicos: bantos, aprisionados no Congo, Moçambique e Angola; sudaneses, originários da Nigéria, Daomé e Costa do Marfim; maleses e sudaneses convertidos ao islamismo, sempre lembrados por serem os que mais se rebelaram contra a escravidão, uma vez que, diferentemente dos outros africanos que sempre estavam em pé de guerra, a religião muçulmana era um ponto de união entre esses escravizados.

Em solo americano, esses cativos desempenhavam todos os tipos de funções – das domésticas (escravizados de dentro), passando por atividades menos opressoras, como os escravizados de ganho, que tinham certa liberdade de ir e vir, pois tinham de pagar uma taxa sobre seus trabalhos para seu dono, até os escravizados que tinham de trabalhar nas fazendas e nas minas de ouro e diamantes (escravizados do eito).

Para conseguir a submissão de seus escravizados, seus donos utilizavam várias táticas. Ao comprar um escravo, procurava-se separá-lo de seus familiares e amigos e misturá-lo a outros de tribos rivais, tudo para impedir sua organização e futuros atos de rebeldia.

REAÇÃO DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS

Todavia, os escravizados africanos reagiram, usando métodos como rebeliões, suicídios, abortos e fugas, em especial, para os quilombos. A palavra quilombo significa acampamento na maioria das línguas bantas da África Central e Centro-Occidental. No Brasil, os quilombos tornaram-se locais de habitação e subsistência de escravizados foragidos. Muitos surgiram em lugares de difícil acesso, geralmente em áreas de elevação e de mata fechada, que eram desbravadas por foragidos e transformadas em moradia.

Existiram quilombos em praticamente todas as regiões do país. O maior de todos, porém, foi o dos Palmares, que, de acordo com estimativas, chegou a ter 20 mil habitantes. Esse quilombo localizava-se em uma região cheia de palmeiras e de difícil acesso: a Serra da Barriga. O local à época pertencia à capitania de Pernambuco, mas atualmente fica no estado de Alagoas.

A existência de um grande quilombo incomodava muito os senhores de engenho, pois a comunidade servia de estímulo a novas fugas. Dezenas de expedições foram realizadas para destruir Palmares.

A comunidade só deixou de existir em 1697, quando o governador da região contratou uma expedição do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Enfraquecidos após diversos ataques, os ex-escravizados e seu último líder, Zumbi, lutaram até o fim, mas acabaram dominados. Nos últimos anos, a data da morte de Zumbi, 20 de novembro, tem sido celebrada como símbolo da resistência da população afrodescendente durante a escravidão.

DOMÍNIOS ESTRANGEIROS SOBRE O BRASIL

CENÁRIO EUROPEU

No início da colonização portuguesa, o Estado lusitano esteve na iminência de perder parte de seus domínios americanos para outras nações europeias que lutavam por um quinhão da América ibérica logo após completar o processo de unificação do poder político. Essas nações que realizaram tardiamente sua unificação foram prejudicadas pelo estabelecimento do Tratado de Tordesilhas, pois tal acordo garantia apenas a Portugal e à Espanha o direito de explorar as terras americanas. Isso excluía e condenava qualquer iniciativa de outros Estados que pretendessem se lançar em direção ao mar e buscar colônias ou mesmo rotas para o ainda lucrativo comércio com o Oriente.

FRANÇA ANTÁRTICA

A expedição comandada por Nicolas Durand de Villegaignon partiu de Havre, na França, em 1555, com o objetivo de fundar uma colônia na América. Segundo a ideia inicial, tal colônia seria pautada pela liberdade religiosa, uma vez que boa parte da Europa estava sendo devastada por guerras.

A expedição chegou à Baía de Guanabara em 1555, construindo um baluarte de madeira no litoral. As péssimas condições de vida do local levaram os colonos a se indispor com o comandante, já que o isolamento físico impedia o acesso a bens de primeira necessidade.

Apesar de todas as dificuldades, os franceses conseguiram fincar posição, buscando o apoio dos tamoiós e de mais 290 colonos trazidos da Europa. Quando, em fevereiro de 1560, Mem de Sá chegou à Baía de Guanabara, encontrou o local à beira do colapso.

Os franceses conseguiram resistir por mais sete anos; a perda do apoio na Confederação dos Tamoiós foi determinante para que fossem expulsos por seu sobrinho, Estácio de Sá, em 1567.

FRANÇA EQUINOCCIAL

Aproveitando-se do fato de a região Norte do Brasil não ter sido ainda ocupada pelos portugueses, em 1612, os franceses fundaram a cidade de São Luís, hoje capital do estado do Maranhão, batizada em homenagem ao rei Luís XIII.

A expedição, liderada por Daniel de la Touche de la Raudière, chegou ao Maranhão em julho do mesmo ano, e já em setembro começou a construção da fortaleza que deu origem à cidade de São Luís. Quando a notícia chegou ao conhecimento do rei espanhol Filipe II, que desde 1580 mantinha os reinos ibéricos sob seu domínio, ele determinou que os invasores fossem expulsos. Em novembro de 1615, uma força militar luso-brasileira, comandada por Jerônimo de Albuquerque, venceu os franceses.

DOMÍNIO ESPANHOL (DE 1580 A 1640)

Com a morte de D. Sebastião, Portugal passou por um período de decadência, passando o trono português para o domínio espanhol (1580-1640).

Mesmo estando sob a tutela do reino espanhol, Portugal continuou gozando de certa liberdade: a estrutura administrativa, a língua portuguesa, os funcionários públicos e até mesmo as leis foram preservados. O interesse espanhol estava focado nas riquezas lusitanas. Durante o período de união com a Espanha, Portugal foi dilapidado; suas colônias foram alvo de ataques franceses, ingleses e holandeses, países que disputavam o controle das rotas marítimas mercantis e que sofriam com o monopólio espanhol, uma vez que esta nação, com a incorporação do Império Português, passou a dominar os principais centros distribuidores de especiarias e escravos no mundo.

Ao mesmo tempo, a primeira metade do século XVII conheceu um dos mais importantes e sangrentos conflitos da história europeia: a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Após esse conflito, a situação europeia havia sofrido uma grande mudança. A Espanha saiu da guerra obrigada a abandonar sua posição de país de grande influência na Europa. Ao mesmo tempo, a França erguia-se como grande potência. De outro lado, a Inglaterra e a Holanda despontavam como principais potências navais, como poderosas esquadras militares e frotas comerciais.

HOLANDA CONQUISTA O NORDESTE BRASILEIRO

Invasão holandesa

Em 1582, a Holanda conseguiu sua independência em relação à poderosa Espanha de Filipe II. Essa foi uma resposta contra a política de intolerância religiosa do monarca espanhol, que, católico fervoroso, tentou impor sua religião aos protestantes.

Em resposta à rebelião, que se transformou em independência, Filipe II decretou o fechamento dos portos do Brasil e de Portugal aos navios holandeses. Diante de tal situação, um grupo de investidores criou a Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, que tinha como missão inicial e mais importante restabelecer o comércio de açúcar com o Brasil.

A preparação para a invasão do Nordeste brasileiro consumiu três anos, vindo a ocorrer em maio de 1624. A esquadra tomou a capital brasileira, Salvador, sem grande dificuldade. Embora tenham tomado a capital, os holandeses enfrentaram resistência no interior da Bahia.

Essa resistência conseguiu conter o avanço holandês até a chegada do auxílio militar espanhol para expulsar os invasores.

A escolha de Pernambuco como alvo da invasão holandesa ocorreu por um motivo óbvio: era a maior produtora de açúcar da colônia. Assim, em fevereiro de 1630, os holandeses bombardearam a cidade de Olinda. Ajudados por Domingos Fernandes Calabar, os holandeses conseguiram ocupar Pernambuco.

Administração holandesa

A Companhia das Índias Ocidentais conseguiu, durante anos, permanecer em solo brasileiro e acumular grandes lucros por meio da produção de açúcar. Ao longo de todo o período de domínio holandês no Brasil, o momento de maior progresso correspondeu ao governo de Maurício de Nassau, que se estendeu de 1637 a 1644.

Durante seu governo, Pernambuco se tornou uma região ainda mais rica e próspera. Desenvolvimento científico e cultural, obras de assistência de toda ordem e organismos administrativos davam à sede do governo da Nova Holanda um esplendor que a destacava no meio de todas as colônias americanas.

Nassau eliminou o último foco de resistência dos invasores, pacificando a região. Depois, como forma de se aproximar da elite latifundiária, tratou de recuperar os engenhos destruídos pela guerra, prevenindo a criação de novos focos de resistência; concedeu empréstimos aos proprietários de terras para erguerem novos engenhos.

Com essas medidas, conseguiu aumentar a produção de açúcar e incentivar a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Por fim, urbanizou Recife e concedeu liberdade de culto à população colonial. Nassau foi um grande administrador. Amante das artes e das ciências, para promovê-las em terras brasileiras, trouxe naturalistas e arquitetos, que registraram a fauna e a flora da região.

Expulsão holandesa

Em 1640, depois de 60 anos, Portugal conseguiu restaurar sua autonomia política ao aclamar D. João IV como rei. Durante a União Ibérica, os domínios portugueses foram severamente reduzidos como reflexo das invasões estrangeiras ocorridas durante o domínio espanhol. Das colônias mais significativas restava apenas o Brasil, e com um agravante: sua região mais rica, o Nordeste açucareiro, estava sob domínio holandês, fato que não poderia perdurar por muito tempo.

Ao mesmo tempo, a Holanda e a Companhia das Índias Orientais passaram a viver forte crise interna. Nassau viu-se obrigado a retornar à Holanda. A saída de Nassau causou grande comoção na região. As relações entre holandeses e luso-brasileiros ficaram mais acirradas. Uma série de fatores gerou o início da guerra de expulsão dos holandeses, conhecida como Insurreição Pernambucana (1645-1654): o fim da tolerância religiosa dos tempos de Nassau, uma crise produtiva, a consequente queda no preço do açúcar no mercado internacional e, por fim, as imensas dívidas dos donos de engenho com a Companhia.

Pode-se compreender a longa duração do conflito pela inexistência de recursos que permitissem aos colonos e a Portugal expulsar os holandeses. Essa foi a primeira Insurreição Pernambucana.

Esse foi o primeiro grande movimento nativista, no qual se uniram brancos, negros e indígenas em uma causa comum. Com a expulsão dos holandeses, o Tratado de Paz de Haia estabelecia que Portugal indenizaria a Holanda, além de permitir a permanência, no Brasil, de famílias holandesas que assim o desejassem.

Com a guerra no Brasil e sua expulsão, os holandeses levaram consigo mudas de cana-de-açúcar, transferindo o negócio açucareiro para as Antilhas. Nessa região, os holandeses obtiveram êxito na produção de açúcar, o que levou à queda de preços no mercado internacional, por conta do excesso de oferta, derrubando a produção açucareira em Pernambuco. Dessa forma, o período do Brasil holandês assinalou a decadência do negócio açucareiro e a necessidade da Coroa portuguesa de buscar novas fontes de riqueza pelo território colonial, abrindo espaço para o processo de expansão territorial e interiorização da população colonial.

ECONOMIA E SOCIEDADE MINERADORAS

À PROCURA DO OURO

O ouro encontrado no Brasil em quantidade economicamente favorável e, portanto, que interessava à Coroa portuguesa somente passou a ser extraído nos finais do século XVII. De início, a atividade mineradora apenas complementava a atividade açucareira. Assim, os vicentinos (habitantes de São Vicente) desceram pelo atual litoral de São Paulo e do Paraná à procura de ouro nos riachos das encostas da Serra do Mar. Com o crescimento dos núcleos de mineração, desenvolveu-se outro tipo de expedição: as monções.

Como o ouro brasileiro era de aluvião, seu processo de exploração ocorreu de forma bastante rudimentar. De início, a extração, feita pela fiação nas margens dos rios, usava a mão de obra livre. Com a descoberta das grandes minas, sobretudo em Minas Gerais, a extração denominada lavra passou a basear-se na mão de obra escrava, com técnicas um pouco mais avançadas.

EM BUSCA DE DIAMANTES

Foi por volta de 1726 que foram descobertos diamantes em Minas Gerais, notícia que animou o governo português a organizar a exploração da região. Em 1729, o governo português criou o Distrito Diamantino, subordinando a localidade a si próprio para restringir a exploração de diamantes à Coroa portuguesa.

A extração de diamantes foi vigiada com severidade com o objetivo de impedir o contrabando, que havia se tornado comum na região aurífera. A população do distrito foi isolada, para não manter contato com o restante da colônia.

Toda e qualquer atividade que não fosse a extração de diamantes foi desencorajada ou proibida na localidade.

Os diamantes chegavam à Europa pelo mesmo caminho do ouro: transportados em lombos de mulas e/ou carros de boi até o porto do Rio de Janeiro e de lá eram embarcados para o Velho Mundo.

SOCIEDADE AURÍFERA

O governo português, logo no início do século XVIII (1702), pôs a exploração do ouro sob seu controle por meio da criação do regimento dos superintendentes, guardas-mores e oficiais-deputados. A descoberta de uma jazida deveria ser comunicada à superintendência das minas e, em seguida, passava para o controle de um guarda-mor, que realizava a divisão da área em lotes de exploração (datas auríferas).

A sociedade aurífera era mais fluida que a sociedade açucareira, pois, além dos grandes exploradores, os homens pobres (os faiscaidores) podiam participar da atividade aurífera. A concentração humana também é outro aspecto importante dessa atividade. A notícia da descoberta de ouro no Brasil atraiu milhares de portugueses, que imaginavam conseguir uma riqueza fácil. Assim, a área mineradora viveu um surto urbanizador, com a constituição de várias vilas e cidades no interior. Atividades de suporte eram necessárias para tal concentração humana, principalmente no que diz respeito à alimentação.

Dessa forma, grupos intermediários surgiram nessa sociedade colonial, atendendo à atividade mais importante. Como Portugal não tinha condições de suprir toda a demanda colonial, desenvolveram-se atividades manufatureiras na região aurífera.

COBRANÇA DE IMPOSTOS

O ouro era controlada pela Coroa, que dividia as jazidas em datas. Uma data ficava para quem encontrasse a jazida e as outras eram arrendadas para quem quisesse entrar na atividade. Além do arrendamento das datas, o Estado lusitano ganhava com a cobrança de tributos sobre a extração aurífera. Dentre os principais tributos estão o quinto, a finta e a capitação.

Para realizar a exploração de uma lavra, era necessária grande quantidade de dinheiro para arcar com os custos de um número mínimo de escravos e para comprar ferramentas apropriadas para tal trabalho. Somente assim seria possível escavar e extrair dos veios das rochas e dos morros o ouro necessário para compensar tamanho investimento.

Os lotes das lavras eram distribuídos pelo governo português, por meio da Intendência das Minas, aos proprietários particulares, de acordo com o número de escravos que a pessoa possuísse; quanto maior o número de escravos, maiores eram os lotes.

Na região das minas, praticamente inexistiam atividades industriais e agrícolas. Como não se pensava em nenhum tipo de trabalho sem a presença de pessoas escravizadas, seus donos não autorizavam a utilização deles em outra atividade que não fosse a mineração.

O quinto, instituído pela Coroa, era uma exigência de que a quinta parte, ou seja, vinte por cento (20%) do ouro extraído deveria ser direito do Estado lusitano. Como muitos desviavam o ouro em pó, mais fácil de ser sonogado, a Coroa criou as Casas de Fundição em 1725, proibindo a circulação do ouro em pó. Apenas poderia circular o ouro em barra, já descontado o quinto, pela Casa de Fundição.

A finta era uma cobrança anual de ouro que substituiu o quinto. Deveriam ser cobradas 100 arrobas de ouro da população livre da área. Era uma espécie de quinto estimado. O problema é que a escassez das jazidas contribuía para os atrasos no pagamento da finta, mais tarde cobrado como derrama.

A capitação era um imposto sobre o escravo utilizado na mineração. Eram cobrados 17 gramas de ouro por escravo (por cabeça).

As exigências metropolitanas estimularam movimentos rebeldes que visavam alterar a política do Estado em relação à área mineradora. O aparelho repressor do Estado combateu as agitações, mas não removeu os descontentamentos.

TRATADO DE METHUEN

Desde 1703, a Coroa portuguesa vinha obedecendo ao Tratado de Methuen – um acordo alfandegário feito com a Inglaterra que definia uma redução na taxa de importação de vinho português na alfândega da Inglaterra e, em contrapartida, estabelecia a isenção do pagamento de imposto para a Coroa portuguesa sobre o tecido inglês –, também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, que gerava uma balança comercial desfavorável para Portugal em relação à Inglaterra, pois suas exportações de vinho não conseguiam pagar as importações de tecido. Assim, parte do ouro arrecadado por Portugal foi utilizada para pagar a diferença das importações-exportações portuguesas com a Inglaterra, ou seja, os ingleses também foram beneficiados com a produção mineradora brasileira.

CRISE DO MODELO E MEDIDAS POMBALINAS

O marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei D. José I (1750-1777), tentou diminuir a dependência em relação à Inglaterra, estimulando manufaturas na área colonial para reduzir as importações que vinham daquele país. Além disso, procurou reforçar o controle sobre a área colonial criando companhias privilegiadas de comércio, extinguindo o sistema de hereditariedade das capitânicas, transferindo a capital para o Rio de Janeiro (1763) e expulsando os jesuítas do Brasil e, posteriormente, de Portugal. Suas medidas foram impactantes na época e Pombal ficou conhecido como um déspota esclarecido, pois utilizou a razão na tentativa de modernizar o Estado português.

No ano de 1759, alegando que os jesuítas haviam se tornado uma força paralela dentro do Estado português e tinham construído no Brasil um império separado do de Portugal, Pombal os expulsou do país e de seus domínios coloniais, o que lhe permitiu realizar uma grande reforma no ensino, dando ao país caráter laico.

Pombal procurou modernizar a administração de Portugal, separando os interesses públicos dos privados, uma vez que os administradores metropolitanos usavam seus poderes e cargos em benefício próprio, prática conhecida por patrimonialismo e que acabou sendo incorporada à estrutura social brasileira.

Com a morte do rei D. José I, seu amigo e protetor, o marquês de Pombal, que havia acumulado tantas inimizades, caiu em desgraça e foi demitido do cargo pela rainha Maria I, a Louca, em 1777, episódio conhecido por Viradeira. A ascensão de D. Maria I também significaria a suspensão de parte considerável das medidas implantadas por Pombal, mas não daquelas que ampliavam o arrocho fiscal sobre a colônia.

CULTURA NA COLÔNIA

Papel dos jesuítas

A vida cultural na colônia era bastante pobre, no entanto foram registrados alguns destaques. O primeiro se refere ao papel dos padres jesuítas, dentre os quais dois se destacaram no início da obra da Companhia: Manuel de Nóbrega (o primeiro chefe dos jesuítas) e José de Anchieta.

Arte barroca

A arquitetura desenvolveu-se com os sobrados e solares. A casa-grande era o símbolo do poder do senhor de engenho. As igrejas, principalmente das áreas mineradoras, representavam o poder das grandes famílias locais. Os conventos expressavam o poder das ordens religiosas.

O Barroco se caracterizou por representar o conflito humano diante dos valores espirituais e dos ensinamentos religiosos. Foi também a arte da Contrarreforma, uma das expressões artísticas mais importantes da história brasileira. Floresceu em várias regiões do Brasil entre os séculos XVII e XVIII, mas alcançou mais destaque na Bahia, em Recife e nas áreas urbanizadas de Minas Gerais. Essas três regiões tinham o maior desenvolvimento econômico no país e, portanto, mais recursos para financiar obras artísticas.

Apesar de nascido no continente europeu, o barroco brasileiro, em especial o mineiro, ganhou traços próprios. No país, o Barroco ganhou destaque inicial nas construções de igrejas católicas. Tais igrejas, geralmente talhadas em madeira de lei, têm ricos detalhes ornados em ouro em pó. Praticamente toda a arte barroca brasileira gravitou em torno da religião, uma vez que a Igreja era praticamente o único local de convívio social da época. No campo da escultura, o destaque foi Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho, que, além de fazer belíssimas obras entalhando madeira ou pedra-sabão, foi responsável pelo ornamento de igrejas inteiras. Suas obras são marcadas por grande apelo religioso e impressionante realismo.

No campo da pintura, o mais destacado entre todos os artistas foi Manuel da Costa Ataíde. Mestre Ataíde utilizava cores vivas, sendo que sua obra mais conhecida e aclamada está no teto da nave da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

ROTEIRO DE AULA

ECONOMIA AÇUCAREIRA E TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS

Economia açucareira

Atividade:

Grande lavoura de cana-de-açúcar, elevados investimentos, transformação da matéria-prima em produto final, sistema *plantation*, transferência de renda da área colonial.

Sociedade:

Modelo patriarcal, tráfico negreiro, domínios territoriais, senhores de engenho influentes na política local.

Negócio:

Nordeste (Bahia e Pernambuco) centralizou a maior parte das práticas econômicas e sociais, negócio açucareiro como núcleo das atividades socioeconômicas, financiamento e lucro holandeses, crise do negócio açucareiro – saída dos holandeses.

Interesse econômico:

Atividade lucrativa intercontinental, a escravidão moderna foi a base do trabalho nas colônias.

Tráfico de escravizados

Números:

O Brasil é o país que recebeu o maior número de escravos no continente americano – 4 a 5 milhões.

ROTEIRO DE AULA

DOMINAÇÃO ESTRANGEIRA, SOCIEDADE E CULTURA COLONIAL

Domínios estrangeiros

Cenário europeu:

Luta de outras nações europeias para dominar a América, tensões entre monarquias nacionais, contestação do Tratado de Tordesilhas.

França Antártica:

Expedição de Nicolas Durand de Villegaignon para fundar uma colônia na América (1555); expedição chegou à Baía de Guanabara, fundamentada na liberdade religiosa.

França Equinocial:

Expedição liderada por Touche de La Ravardière, chegou ao Maranhão e fundou a cidade de São Luís.

ROTEIRO DE AULA

Domínio espanhol (1580-1640):

Com a morte de D. Sebastião, o trono passou para o domínio espanhol.

Brasil holandês:

Interesse no comércio de açúcar – invasão em Recife e Salvador; Companhia das Índias; governo de Maurício de Nassau (1637-1644); desenvolvimento científico e cultural; expulsão holandesa (1645-1654).

Ouro:

Economicamente favorável; descoberta de grandes minas; exploração da Coroa portuguesa (XVII); processo de extração rudimentar e escrava.

**Economia e sociedade
mineradoras**

Diamantes:

Descoberta em Minas Gerais (1726); criação do Distrito Diamantino (1729); enviados em grande quantidade à Europa pelo caminho do ouro.

ROTEIRO DE AULA

Sociedade aurífera:

Controle da exploração do ouro pelo governo português; divisão em lotes de exploração (datas auríferas).

Cobrança de impostos:

Quinto (20% à Coroa portuguesa), finta (cobrança anual), capitação (17 gramas de ouro por escravo).

Tratado de Methuen:

Acordo alfandegário entre Inglaterra e Portugal; parte do ouro arrecadado por Portugal foi usada para pagar diferenças das importações-exportações.

Marquês de Pombal:

Procurou diminuir a dependência com a Inglaterra; estimulação de manufaturas na área colonial; transferência da capital para o Rio de Janeiro; tentativa de modernizar o Estado português.

ROTEIRO DE AULA

Cultura na colônia

Jesuítas:

Papel na catequização e na obra da Companhia – Manuel de Nóbrega e José de Anchieta.

Barroco:

Arquitetura (sobrados e solares), casa-grande, igrejas, conventos, pinturas em igrejas.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. Mackenzie-SP – No Brasil do século XVI, a sociedade tinha, no engenho, o centro de sua organização.

Assinale a alternativa que não atesta a importância do engenho no período colonial.

- a) Alguns engenhos funcionavam como unidades de produção autossuficientes, pois, além de oficinas para reparos de suas instalações, produziam alimentos necessários à sobrevivência de seus moradores.
- b) A grande propriedade era monocultora e também escravocrata, voltada para o mercado externo, sendo a montagem da estrutura de produção açucareira um empreendimento de alto custo.
- c) Os senhores de engenhos, por serem proprietários de terras e escravizados, detinham o poder político e controlavam as Câmaras Municipais, sendo denominados de “homens-bons”, estendendo esse poder para o interior de sua família.
- d) No engenho também havia alguns tipos de trabalhadores assalariados, como o feitor, o mestre de açúcar, o capelão ou padre, que se sujeitavam ao poder e à influência do grande proprietário de terras.
- e) Os grandes engenhos contavam com toda a infraestrutura não apenas para atender às necessidades básicas de sobrevivência, mas voltadas à atividade intelectual que tornava o engenho centro de discussões comerciais.

A questão pede a questão incorreta. Apesar de ser um estilo de atividade de cada vez menos utilizado, é necessário ter atenção. Todas as frases estão corretas, exceto a última, justamente por dizer que o engenho era um centro comercial e intelectual completo, com toda a infraestrutura, quando na verdade o que acontecia era exatamente o oposto.

2. Unifor-CE – O Complexo Econômico Nordeste estruturou-se no Nordeste do Brasil ao longo dos séculos XVI e XVII, a partir da produção de cana-de-açúcar para exportação. Essa produção articulou-se com a pecuária no interior da região. Sobre esse período da história econômica do Brasil pode-se afirmar que:

- I. O aproveitamento do escravizado indígena revelou-se inviável na escala requerida, o que levou ao aprofundamento da importação de africanos.
- II. A criação de gado no interior do Nordeste ocorreu, especialmente, para abastecer a região açucareira de carne e animais de tiro.
- III. O crescimento dessas economias se dava intensivamente incorporando as mais modernas técnicas produtivas.
- IV. As “invasões holandesas” foram consequências do alto interesse comercial e financeiro dos holandeses no negócio do açúcar.
- V. O desenvolvimento de uma economia açucareira nas Antilhas, depois da expulsão dos holandeses do Brasil, em nada prejudicou o florescimento da Região Nordeste do Brasil.

Está correto o que se afirma em:

- a) III, IV e V. c) II, III e IV. e) I, III, e V.
- b) I, II, IV. d) I, II, V.

Não é correto dizer que as técnicas mais modernas eram utilizadas. O sistema escravista tende a ficar desatualizado porque as técnicas tendem a reduzir o esforço do trabalho e, para os donos de escravizados, isso não era uma prioridade. Sobre o açúcar das Antilhas, o que ocorreu foi o contrário: o preço do açúcar caiu e o Brasil sofreu bastante com essa concorrência.

3. Unic-MT – O período colonial brasileiro estendeu-se do século XVI ao início do século XIX, apresentando, entre suas características:

- a) a formação de uma sociedade mais aberta à mobilidade social na zona açucareira que na zona mineradora.
- b) o apoio da metrópole à atividade pastoril, priorizando o setor de subsistência.
- c) os conflitos entre jesuítas, que defendiam a preservação dos valores culturais africanos, e os colonos.
- d) a ausência da ação inquisitorial da Igreja, por causa da grande distância entre a colônia e a metrópole.
- e) a dispersão do poder político, associado ao poder econômico.

Não é correto falar em mobilidade econômica nesse período nem em apoio à atividade pastoril, que acontecia de forma marginal. Sobre os jesuítas, não havia defesa da cultura africana ou mesmo indígena. A Inquisição, ao contrário do que se afirma, se fez presente também na colônia. Por outro lado, é correto falar em dispersão do poder político e de vinculação deste com o poder econômico.

4. PUC-RS – Sobre o processo de exploração colonial do Brasil por Portugal, é correto afirmar:

- a) Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, em decorrência da descoberta de ouro e do início da extração aurífera na região de Minas Gerais.
- b) Caracterizou-se por relativa estabilidade política, na medida em que, durante a colonização, não ocorreram movimentos revolucionários de contestação ao Pacto Colonial.
- c) Foi dividido em três ciclos de exploração econômica: produção açucareira, no litoral da região Nordeste; mineração, no Sudeste e Centro-Oeste; e extrativismo da borracha, no Norte.
- d) Levou ao desenvolvimento das manufaturas locais, como consequência da exploração de ouro durante o período da mineração (século XVIII), o que permitiu o acúmulo de capital e a criação de um mercado interno na colônia.
- e) Teve como base do trabalho a mão de obra escrava, que era trazida da África, tendo em vista que, por receio de rebelião das populações originais da colônia, não houve escravidão indígena.

Mesmo não conhecendo a data e o nome correto da capitania criada assim que foram descobertas as minas de ouro, é possível eliminar as alternativas erradas. Não houve estabilidade política, os ciclos de exploração incluíram também a extração de pau-brasil, não houve desenvolvimento de manufaturas, nem houve receio de rebelião por parte dos indígenas.

5. Fuvest-SP C4-H18

A respeito dos espaços econômicos do açúcar e do ouro no Brasil colonial, é correto afirmar:

- a) A pecuária no sertão nordestino surgiu em resposta às demandas de transporte da economia mineradora.
- b) A produção açucareira estimulou a formação de uma rede urbana mais ampla do que a atividade aurífera.
- c) O custo relativo do frete dos metais preciosos viabilizou a interiorização da colonização portuguesa.
- d) A mão de obra escrava indígena foi mais empregada na exploração do ouro do que na produção de açúcar.
- e) Ambas as atividades produziram efeitos similares sobre a formação de um mercado interno colonial.

A pecuária não foi desenvolvida para obter transporte, mas carne e couro; não houve uma rede urbana na produção açucareira; na exploração do ouro, a mão de obra predominante já era a de africanos escravizados; e o aquecimento do mercado interno foi muito maior na mineração do que na produção de açúcar.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais.

6. UFRN – No século XVII, os holandeses conquistaram o nordeste da América portuguesa (Brasil) e imprimiram características próprias a essas áreas coloniais. O apoio do governo holandês deu-se à época da administração do príncipe João Maurício de Nassau (1637-1644).

Considerando-se o governo de Nassau e comparando-o com a colonização portuguesa, pode-se afirmar que:

- a) a colonização holandesa aprovava a libertação dos negros, índios e mestiços, ao passo que a colonização portuguesa defendia a escravidão dos negros africanos e dos ameríndios.
- b)** a colonização holandesa permitia a convivência entre protestantes, católicos e judeus, enquanto a colonização portuguesa proibia a prática de qualquer outra religião que não fosse o catolicismo.

- c) os holandeses doavam terras de suas colônias para que os homens-bons construíssem seus engenhos de açúcar, enquanto a Coroa portuguesa vendia terras aos senhores de engenhos.
- d) os holandeses desenvolviam a produção açucareira utilizando o engenho movido a vapor, ao passo que a Coroa portuguesa expandia sua produção utilizando-se do engenho a tração animal.

A respeito da abordagem religiosa, essa é a diferença primordial entre os portugueses, que eram católicos, e os holandeses, protestantes. Havia a proibição de todo e qualquer culto que não fosse o católico na colonização portuguesa, enquanto, na holandesa, havia mais liberdade religiosa.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Uncisal – Quanto à economia no século XVI no Brasil, dadas as afirmativas:

- I. A agromanufatura do açúcar forneceu a base econômica para a valorização colonial do Brasil.
- II. Ao açúcar subordinavam-se o extrativismo do pau-brasil e a pecuária.
- III. A utilização, em larga escala, de trabalhadores escravizados, a disponibilidade de terras e a expansão do setor de consumo externo concorreram para o enriquecimento da classe proprietária e da burguesia comercial portuguesa e flamenga.
- IV. Ainda, nesse período, persistiam os interesses metalistas.

Verifica-se que está(ão) correta(s):

- a) IV, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

8. Cesgranrio-RJ – O senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. O comentário de Antonil, escrito no século XVIII, pode ser considerado característico da sociedade colonial brasileira porque:

- a) a condição de proprietário de terras e de homens garantia a preponderância dos senhores de engenho na sociedade colonial.
- b) a autoridade dos senhores restringia-se aos escravizados, não se impondo às comunidades vizinhas e a outros proprietários menores.
- c) as dificuldades de adaptação às áreas coloniais levaram os europeus a organizar uma sociedade com mínima diferenciação e forte solidariedade entre seus segmentos.
- d) as atividades dos senhores de engenho não se limitavam à agroindústria, pois controlavam o comércio de exportação, o tráfico negreiro e a economia de abastecimento.
- e) o poder político dos senhores de engenho era assegurado pela metrópole através da sua designação para os mais altos cargos da administração colonial.

9. Unifesp – Com relação à economia do açúcar e da pecuária no Nordeste durante o período colonial, é correto afirmar que:

- a) por serem as duas atividades essenciais e complementares, portanto as mais permanentes, foram as que mais usaram escravizados.
- b) a primeira, tecnologicamente mais complexa, recorria à escravidão, e a segunda, tecnologicamente mais simples, ao trabalho livre.
- c) a técnica era rudimentar em ambas, na agricultura por causa da escravidão, e na criação de animais por atender ao mercado interno.

- d) tanto em uma como em outra, desenvolveram-se formas mistas e sofisticadas de trabalho livre e de trabalho compulsório.
- e) por serem diferentes e independentes uma da outra, não se pode estabelecer qualquer tentativa de comparação entre ambas.

10. UECE – Enquanto na maioria das regiões do Brasil as primeiras vilas e cidades surgiram no litoral (Igarauçu e Olinda, em Pernambuco; Vila do Pereira, Ilhéus, Santa Cruz e Porto Seguro, na Bahia; e São Vicente, Cananeia e Santos, em São Paulo), no Ceará, os povoados e as primeiras vilas surgiram tanto no litoral (Aquiraz em 1700 e Fortaleza, ocupada desde 1603 e elevada à categoria de vila em 1726) como no interior (Icó, colonizada desde 1683 e elevada à categoria de vila em 1738).

Com relação a esses fatos, é incorreto dizer que:

- a) nos primeiros momentos da colonização, a produção açucareira, realizada próxima ao litoral, bem como o comércio de exportação deste produto, fizeram com que a maioria das vilas e cidades se desenvolvesse na zona litorânea.
- b) a existência de uma atividade econômica relevante no interior do Ceará – a pecuária bovina – contribuiu para que vilas surgissem também longe do litoral.
- c) as relações entre as atividades econômicas e a urbanização da colônia são determinantes para o processo de povoamento e interiorização da colonização brasileira.
- d) desde o início, enquanto a colonização se interiorizava no restante do Brasil, no Ceará ela somente ocorreu com a cultura do algodão no século XIX.

11. UFR-RJ – Leia o texto sobre o tráfico de escravos.

“O Brasil se distinguiu por ter sido o maior receptor de africanos escravizados em toda a história mundial. O historiador Robert Conrad propôs a cifra de 5,5 milhões de africanos introduzidos no Brasil de um total calculado por Philip Curtin de 9,4 milhões que sobreviveram à travessia atlântica e chegaram vivos a algum porto no continente americano. [...] O tráfico se prolongou por tanto tempo e ganhou tão enorme volume porque do outro lado do Atlântico havia produtores de gêneros tropicais de exportação que precisavam comprar a força de trabalho necessária ao escravismo colonial.”

GORENDER, Jacob. *Brasil em preto e branco: o passado escravista que não passou*. São Paulo: Senac, 2000. p. 32-33; 43-44.

Em relação ao trabalho e à vida do escravizado na área colonial portuguesa na América, é correto afirmar que:

- a) por causa de uma propensão dos negros à promiscuidade sexual, os escravos não constituíram famílias.
- b) nas áreas mais dinâmicas da produção agrário-exportadora, predominou o trabalho de origem africana.

- c) o emprego de escravos impunha custo de vigilância menos elevado do que ocorre no emprego de trabalhadores assalariados.
- d) nos primeiros séculos da colonização, tanto o escravo como o trabalhador livre recebiam salário.
- e) em geral, o escravo era um trabalhador qualificado, apropriado a tarefas de uma agricultura baseada em tecnologias exigentes.

12. Unicamp-SP – “As plantações de mandioca encontradas pelas saúvas cortadeiras nas roças indígenas eram apenas uma entre várias outras. Em muitas situações, a composição histórica 2 das folhas favorecia a escolha de outras plantas e a folhagem da mandioca era cortada apenas quando as preferidas das saúvas não eram suficientes. Já na agricultura comercial, machados e foices de ferro permitiam abrir clareiras em uma escala maior, resultando em grande homogeneidade da flora. Nas lavouras de mandioca de fins do século XVII e do início do século XVIII, as folhas da mandioca tornavam-se uma das poucas opções das formigas. Depois de mais algumas colheitas, a infestação das formigas tornava-se insuportável, por vezes causando o completo despovoamento humano da área.”

CABRAL, Diogo. O Brasil é um grande formigueiro: território, ecologia e a história ambiental da América Portuguesa – parte 2. In: HALAC. *História ambiental latinoamericana y caribeña*. Belo Horizonte, v. IV, n. 1, p. 87-113, set. 2014-fev. 2015. (Adaptado)

A partir da leitura do texto e de seus conhecimentos sobre História do Brasil Colônia, assinale a alternativa correta:

- a) A principal diferença entre as lavouras indígenas e a agricultura comercial colonial estava no uso de queimadas pelos europeus, o que não era praticado pelas populações autóctones.
- b) Comparadas à mandioca cultivada pelos indígenas, as novas espécies de mandioca trazidas da Europa eram menos resistentes às formigas cortadeiras, e por isso mais suscetíveis à infestação.
- c) Os colonizadores introduziram no território colonial novas espécies de mandioca e milho, que desequilibraram o sistema agrícola ameríndio, baseado no sistema rotativo de plantação.
- d) A agricultura comercial tendia à homogeneização da flora nas lavouras da América portuguesa, combinando tradições europeias de plantio com práticas indígenas.

13. Fuvest-SP – Foram, respectivamente, fatores importantes na ocupação holandesa no Nordeste do Brasil e na sua posterior expulsão:

- a) o envolvimento da Holanda no tráfico de escravos e os desentendimentos entre Maurício de Nassau e a Companhia das Índias Ocidentais.
- b) a participação da Holanda na economia do açúcar e o endividamento dos senhores de engenho com a Companhia das Índias Ocidentais.
- c) o interesse da Holanda na economia do ouro e a resistência e não aceitação do domínio estrangeiro pela população.
- d) a tentativa da Holanda em monopolizar o comércio colonial e o fim da dominação espanhola em Portugal.
- e) a exclusão da Holanda da economia açucareira e a mudança de interesses da Companhia das Índias Ocidentais.

14. Fuvest-SP – A exploração dos metais preciosos encontrados na América Portuguesa, no final do século XVII, trouxe importantes consequências tanto para a colônia quanto para a metrópole. Entre elas:

- a) o intervencionismo regulador metropolitano na região das Minas, o desaparecimento da produção açucareira do Nordeste e a instalação do Tribunal da Inquisição na capitania.
- b) a solução temporária de problemas financeiros em Portugal, alguma articulação entre áreas distantes da colônia e o deslocamento de seu eixo administrativo para o centro-sul.
- c) a separação e autonomia da capitania das Minas Gerais, a concessão do monopólio da extração dos metais aos paulistas e a proliferação da profissão de ourives.
- d) a proibição do ingresso de ordens religiosas em Minas Gerais, o enriquecimento generalizado da população e o êxito no controle do contrabando.
- e) o incentivo da Coroa à produção das artes, o afrouxamento do sistema de arrecadação de impostos e a importação dos produtos para a subsistência diretamente da metrópole.

15. Fuvest-SP – No século XVIII a produção do ouro provocou muitas transformações na colônia. Entre elas podemos destacar:

- a) a urbanização da Amazônia, o início da produção do tabaco, a introdução do trabalho livre com os imigrantes.
- b) a introdução do tráfico africano, a integração do índio, a desarticulação das relações com a Inglaterra.
- c) a industrialização de São Paulo, a produção de café no Vale do Paraíba, a expansão da criação de ovinos em Minas Gerais.
- d) a preservação da população indígena, a decadência da produção algodoeira, a introdução de operários europeus.
- e) o aumento da produção de alimentos, a integração de novas áreas por meio da pecuária e do comércio, a mudança do eixo econômico para o Sul.

16. Unicamp-SP – Entre 1580 e 1640, Portugal enfrentou uma delicada situação política: de um lado, passou a pertencer à União Ibérica e, de outro, viu os holandeses dominarem Pernambuco, através da Companhia das Índias Ocidentais, a partir de 1630.

- a) O que foi a União Ibérica?

- b) Dê três motivos para a invasão holandesa no Brasil.

17. Vunesp

“A Portugal, a economia do ouro proporcionou apenas uma aparência de riqueza [...]. Como agudamente observou o marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, o ouro era uma riqueza puramente fictícia para Portugal.”

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 1971. (Adaptado)

A afirmação do texto, relativa à economia do ouro no Brasil colonial, pode ser explicada:

- a) pelos acordos diplomáticos entre Portugal e Espanha, que definiam que as áreas mineradoras, embora estivessem em território sob domínio português, fossem exploradas prioritariamente por espanhóis.
- b) pelas sucessivas revoltas contra os impostos na região das Minas, que paralisavam seguidamente a exploração do minério e desperdiçavam a oportunidade de enriquecimento rápido.
- c) pela forte dependência comercial de Portugal com a Inglaterra, que fazia com que boa parte do ouro obtido no Brasil fosse transferido para os cofres ingleses.
- d) pela incapacidade portuguesa de explorar e transportar o ouro brasileiro, o que levava a Coroa de Portugal a conceder a estrangeiros os direitos de extração do minério.
- e) pelo grande contrabando existente na região das Minas Gerais que não era reprimido pelos portugueses e impedia que os minérios chegassem à metrópole.

ESTUDO PARA O ENEM**18. Enem****C4-H18**

“O açúcar e suas técnicas de produção foram levados à Europa pelos árabes no século VIII, durante a Idade Média, mas foi principalmente a partir das Cruzadas (séculos XI e XIII) que a sua procura foi aumentando. Nessa época, passou a ser importado do Oriente Médio e produzido em pequena escala no sul da Itália, mas continuou a ser um produto de luxo, extremamente caro, chegando a figurar nos dotes de princesas casadoiras.”

CAMPOS, R. *Grandeza do Brasil no tempo de Antonil (1681-1716)*. São Paulo: Atual, 1996.

Considerando o conceito do antigo sistema colonial, o açúcar foi o produto escolhido por Portugal para dar início à colonização brasileira, em virtude de:

- a) O lucro obtido com seu comércio ser muito vantajoso.
- b) Os árabes serem aliados históricos dos portugueses.
- c) A mão de obra necessária para o cultivo ser insuficiente.
- d) As feitorias africanas facilitarem a comercialização desse produto.
- e) Os nativos da América dominarem uma técnica de cultivo semelhante.

19. Enem**C1-H3**

“Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil colonial. A palavra 'tropeiro' vem de 'tropa que', no passado, se referia ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão-preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão-tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.”

Disponível em: <<http://www.tribunadoplanalto.com.br>>.

A criação do feijão-tropeiro na culinária brasileira está relacionada à:

- a) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.

- b) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.
- c) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
- d) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
- e) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

20. FGV-RJ**C2-H7**

Navegamos pelo espaço de quatro dias, até que, a dez de novembro, encontramos a barra de um grande rio chamado de Guanabara, pelos nativos (devido à sua semelhança com um lago) e de Rio de Janeiro pelos primeiros descobridores do local. [...] o Senhor de Villegagnon, para se garantir contra possíveis ataques selvagens, que se ofendem com extrema facilidade, e também contra os portugueses, se estes alguma vez quisessem aparecer por ali, fortificou o lugar da melhor maneira que pôde. Os víveres eram-nos fornecidos pelos selvagens e constituídos dos alimentos do país, a saber, peixes e veação diversa, constante de carne de animais selvagens (pois eles, diferentemente de nós, não criam gado), além de farinha feita de raízes [...] Pão e vinho não havia. Em troca destes víveres, recebiam de nós alguns objetos de pequeno valor, como facas, podões e anzóis.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatia/Edusp. 1978, p. 93-94.

O frei franciscano André Thevet esteve em terras brasileiras entre 1555 e 1556, junto com outros franceses comandados por Nicolas de Villegagnon. A leitura do trecho do relato dessa expedição permite

- a) constatar a aceitação, pelo reino francês, da partilha do Novo Mundo realizada por portugueses e espanhóis.
- b) identificar as diferenças entre as práticas coloniais e o tratamento dispensado aos indígenas pelos portugueses e franceses.
- c) perceber as diferenças culturais entre os povos indígenas e os conquistadores europeus.
- d) reconhecer a necessidade da escravidão africana como base para a montagem das estruturas produtoras coloniais.
- e) diferenciar as orientações religiosas dos protestantes franceses das referências católicas ibéricas.

4

REVOLTAS NATIVISTAS E REBELIÕES EMANCIPACIONISTAS

- Acomodado e pacífico jamais
- Características das revoltas nativistas e emancipacionistas
- Revolta de Beckman – 1684
- Guerra dos Emboabas – 1708-1709
- Guerra dos Mascates – 1710-1711
- Revolta de Vila Rica – 1720
- 1789: Inconfidência Mineira
- 1794: Conjuração do Rio de Janeiro
- 1798: Conjuração Baiana

HABILIDADES

- Interpretar histórica e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos.

ACOMODADO E PACÍFICO JAMAIS

Ao longo de toda sua história, desde o contato entre europeus e povos nativos até hoje, o Brasil foi palco de diversos embates políticos, e muitos deles se resolveram apenas com revoltas, insurgências, rebeliões, inconfidências, mobilizações, cada qual com as características de seu próprio tempo, mas, em comum, todas tendo a luta como meio de alcançar seus objetivos.

CARACTERÍSTICAS DAS REVOLTAS NATIVISTAS E EMANCIPACIONISTAS

As rebeliões reivindicatórias sem intenção de romper vínculos com Portugal foram: Revolta de Beckman (1684), Guerra dos Emboabas (1708-1709), Guerra dos Mascates (1710-1711), Revolta de Vila Rica (1720). As conspirações de caráter emancipacionista que defendiam o rompimento com Portugal foram: Inconfidência Mineira (1789), Inconfidência Baiana (1798).

Os movimentos coloniais tiveram influência de valores e ideais iluministas, mas também procuraram ajuda efetiva dos Estados Unidos em seu processo de emancipação, como aponta o excerto da carta de Thomas Jefferson ao conterrâneo John Jay, em que comenta o pedido de ajuda feito por um mineiro em 1786, véspera da Inconfidência Mineira.

REVOLTA DE BECKMAN - 1684

A Revolta de Beckman foi um movimento contra a Companhia de Comércio do Maranhão, que detinha o monopólio comercial na região, concedido pela Coroa. Além disso, os colonos queriam a expulsão dos jesuítas, que se colocavam contra a escravização dos nativos.

Mesmo antes de conseguir eleger seus representantes, Tomás Beckman, irmão de Manuel, foi enviado a Portugal como emissário dos revoltosos. Sua missão era jurar fidelidade e lealdade da população maranhense à Coroa portuguesa.

O governo metropolitano deu resposta rápida e violenta. Executou Tomás e enviou novo governador para sufocar a rebelião. Os principais líderes foram presos, e Manuel, enforcado. Posteriormente, os colonos conseguiram provar que a Companhia era ineficiente, e Portugal a extinguiu em 1685.

GUERRA DOS EMBOABAS - 1708-1709

Foi uma revolta paulista contra os emboabas – nome dado aos portugueses vindos de outras regiões, que pretendiam explorar as jazidas de ouro descobertas pela ação bandeirante. Os paulistas desejavam exclusividade na exploração do ouro, mas não conseguiram impedir a atividade dos recém-chegados.

A disputa pela região das minas levou a vários enfrentamentos entre paulistas e emboabas. Na campanha mais famosa, chamada Capão da Traição, aproximadamente 300 paulistas foram cercados e obrigados a entregar suas armas, sendo traídos pelos emboabas, que os mataram e lançaram os corpos no Rio das Mortes.

Tentando pacificar a região, a Coroa portuguesa criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, elevou São Paulo à categoria de cidade, mas manteve a área mineradora aberta a quem desejasse explorá-la.

GUERRA DOS MASCATES - 1710-1711

Uma disputa entre senhores de engenho de Olinda e comerciantes de Recife. Aqueles queriam impedir a autonomia de Recife, destruindo o Pelourinho erguido, que representava sua autonomia em relação a Olinda. A elite rural da Vila de Olinda enfrentava dificuldades financeiras desde a expulsão dos holandeses do Nordeste (1654), principalmente diante da concorrência do açúcar produzido pelos holandeses nas Antilhas. Apesar da decadência, Olinda continuava a comandar a capitania. Os comerciantes portugueses em Recife ganharam apoio da Coroa para elevação do lugarejo à condição de vila, colocando em questão o domínio político de Olinda na capitania.

Sentindo-se prejudicada, Olinda iniciou ataque a Recife, gerando disputa entre os senhores de engenho e os comerciantes, chamados de mascates. Em 1711, o governo metropolitano interveio, mantendo a decisão de elevar Recife à categoria de vila.

REVOLTA DE VILA RICA - 1720

A Revolta de Felipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica foi motivada pelos crescentes tributos que o Estado português impunha à região das Minas Gerais. O estopim da rebelião foi o fato de o governo metropolitano proibir a circulação de ouro em pó no Brasil, exigindo sua transformação em barra nas casas de fundição, para ocorrer cobrança automática do quinto. Houve descontentamento geral com as medidas, que diminuiriam os lucros e a capacidade de contrabando dos mineradores.

Um grupo de colonos, entre eles o garimpeiro Felipe dos Santos, liderou a marcha que partiu de Vila Rica em direção a Mariana, sede do governo da capitania. O governador viu-se obrigado a prometer atendimento às reivindicações de não instalação da Casa de Fundição e isenção dos impostos sobre o comércio local.

Satisfeitos, os colonos voltaram a Vila Rica e o governador pôde reagrupar suas tropas e contra-atacar. A maioria dos presos foi deportada para Lisboa, mas alguém deveria ser castigado para servir de exemplo, e foi escolhido um dos mais pobres mineradores que lideraram a marcha. Felipe dos Santos acabou enforcado e esquartejado. Como resultado do motim, a instalação das casas de fundição foi suspensa, sendo instituída só em 1725.

1789: INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Em meados do século XVIII, o Estado português passava por dificuldades econômicas, em parte pela dependência econômica da Inglaterra. Como de costume, para resolver o problema, aumentou o rigor fiscal sobre os colonos brasileiros, que já enfrentavam efeitos da extração decadente de ouro. Assim, a conspiração estava associada ao quadro de decadência da produção das minas e ao atraso no pagamento de impostos, em especial a finta. A decisão da Coroa de cobrar a derrama (impostos atrasados) definiu a sedição, que pretendia romper vínculos com a metrópole.

Para Portugal, a crise financeira não resultava de acordos malfeitos ou falta de investimentos em setores estratégicos da economia, mas, sim, da sonegação de impostos pelos colonos no Brasil, contra os quais instituiu a derrama – imposto que obrigava a população a abrir mão de pertences pessoais para atingir as cem arrobas anuais de ouro em tributos. Tal medida aumentou o descontentamento popular.

O governo português ainda decretou impedimento de qualquer manufatura no Brasil pelo Alvará de 1785. Tudo dependeria de importação, portanto. Temendo a propagação de ideais revolucionários, proibiu a impressão de jornais e revistas e determinou que somente portugueses ocupariam cargos administrativos no Brasil. Diante de tais circunstâncias, um grupo de colonos passou a reunir-se secretamente em Vila Rica, atual Ouro Preto. A conspiração contra o governo português com objetivo de expandir-se para todo o Brasil começaria em Ouro Preto no dia da derrama.

Inspirados pelas ideias iluministas e pela declaração de independência dos Estados Unidos, os rebeldes tinham altas pretensões, caso tomassem o poder:

- proclamar a república, seguindo o modelo da Constituição dos Estados Unidos;
- instalar a primeira universidade do Brasil, que seria em Vila Rica;
- iniciar a produção manufatureira;
- reformar o exército;
- transformar São João del Rei em capital.

O tema escravista ficou sem solução, porque muitos inconformes eram proprietários de negros escravizados. Admitia-se a abolição somente para cativos nascidos no Brasil. A falta de consenso atribuiu ares elitistas à Inconfidência Mineira. Quando o governador da região, Visconde de Barbacena, começasse a cobrança, os rebeldes o prenderiam e declarariam a Independência do Brasil. Tiradentes iria ao Rio de Janeiro divulgar o movimento e buscar apoio nacional.

Aparentemente tudo estava pronto, mas havia um delator entre os conspiradores. Em troca do perdão de dívidas, o tenente-coronel Joaquim Silvério dos Reis denunciou o plano e o nome dos envolvidos. O visconde suspendeu a derrama e conseguiu prender todos os rebeldes.

Tiradentes foi enforcado e teve o corpo esquartejado distribuído pelas cidades onde buscara apoio para a insurreição, que sequer saiu da fase conspiratória. A cabeça exposta publicamente em Vila Rica deveria evitar novas revoltas.

1794: CONJURAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

As ideias libertárias chegaram às elites cariocas. “Os reis são uns tiranos”, pronunciavam os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, influenciados pelas ideias liberais e republicanas da época. Acusados de organizar um movimento revolucionário, os membros foram presos, e a sociedade, desfeita. Sufocava-se o movimento ainda na fase de conjuração.

1798: CONJURAÇÃO BAIANA

A Inconfidência Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos Búzios, teve caráter mais popular que as inconfidências anteriores, cujos participantes incluíam soldados e alfaiates desejosos

de fundar a República Baiense. Depois de fazerem uma proclamação baseada nas ideias iluministas, propagadas pela loja maçônica local (Loja dos Cavaleiros da Luz), os líderes foram denunciados, presos, e quatro deles, enforcados em praça pública.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

REVOLTAS NATIVISTAS

O que foram?

Rebeliões reivindicatórias que não tinham como objetivo o rompimento dos laços com Portugal.

Local:

São Luís, Maranhão.

Causas:

Criação da Companhia de Comércio do Maranhão e proibição da escravização indígena.

Revolta de Beckman
(1684)

Desfecho:

Um novo governador foi designado para o Maranhão; Beckman foi preso e executado; a companhia foi extinta.

ROTEIRO DE AULA

Guerra dos Emboabas (1708-1709)

Local:

São Paulo – Minas Gerais.

Causas:

Revolta paulista contra os emboabas – portugueses vindos de outras regiões que pretendiam explorar as jazidas de ouro descobertas pela ação bandeirante; os paulistas desejavam exclusividade na exploração do ouro, mas não conseguiram impedir a atividade dos recém-chegados.

Desfecho:

Para pacificar a região, a Coroa portuguesa criou a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, elevou São Paulo à categoria de cidade, mas manteve a área mineradora aberta a quem desejasse explorá-la.

Guerra dos Mascates (1710-1711)

Local:

Pernambuco.

Causas:

Criação das Casas de Fundação.

Desfecho:

Intervenção da Coroa portuguesa, que confirmou o *status* de vila de Recife.

ROTEIRO DE AULA

Revolta de Felipe dos Santos (1720)

Local:

Minas Gerais.

Causas:

Luta entre Olinda e Recife motivada pela elevação de Recife à categoria de vila. Olindenses chamavam pejorativamente os recifenses de mascates.

Desfecho:

Repressão imediata; o governador prendeu, julgou, condenou, enforcou e esquartejou Felipe dos Santos.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

ROTEIRO DE AULA

REVOLTAS EMANCIPACIONISTAS

O que foram?

Principal objetivo:

Mudanças políticas da Coroa portuguesa em relação ao Brasil, que ocasionaram a intenção de romper vínculos com Portugal.

Principais influências:

Iluminismo francês e Independência dos Estados Unidos.

Inconfidência Mineira (1789)

Local:

Minas Gerais.

Causas:

Tributação excessiva e cobrança da derrama; revolta da elite e de intelectuais.

ROTEIRO DE AULA

Inconfidentes:

Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto,
Silvério dos Reis, padre Rolim, Álvares Maciel, Joaquim José da Silva
Xavier (Tiradentes), entre outros.

Objetivos:

Proclamação da república, estímulo à industrialização, serviço militar obrigató-
rio, tolerância religiosa; início do movimento planejado para o dia da derrama.

Desfecho:

Denúncia do movimento por Silvério dos Reis, prisão e julgamento dos
principais conjurados, devassa.

Sentenças:

Degredo ou prisão perpétua para os envolvidos, com exceção de Tiradentes,
sentenciado à morte e executado (21 de abril de 1792).

ROTEIRO DE AULA

Conjuração Baiana (1798)

Local:

Salvador.

O que foi:

Movimento popular apoiado pela loja maçônica Cavaleiros da Luz.

Causas:

Preços dos alimentos e discriminação racial.

Líderes:

João de Deus, Manuel Faustino (alfaiates), Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens (soldados).

Objetivos:

Fim da escravidão e segregação racial, abolição de privilégios e proclamação da República Baiense, ideias revolucionárias.

Desfecho:

Após denúncia do movimento, líderes enforcados e esquartejados (1799).

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. PUC-RS

C3-H11

Associe as revoltas coloniais às suas características essenciais.

Revoltas coloniais

1. Revolta dos Beckman.
2. Guerra dos Emboabas.
3. Guerra dos Mascates.
4. Revolta de Vila Rica.
5. Inconfidência Mineira.

Características essenciais

- () Transcorrido em Pernambuco, entre 1709 e 1710, o movimento caracterizou-se pela oposição entre os comerciantes de Recife contra os senhores de engenho de Olinda, tendo como base a tentativa dos mercadores recifenses em conseguir maior autonomia política e cobrar as dívidas dos produtores de açúcar olindenses.
- () Deflagrada no Maranhão, em 1684, a revolta teve como base o descontentamento com a proibição da escravidão indígena, decretada pela Coroa portuguesa, a pedido da Companhia de Jesus, medida que prejudicou a extração das “drogas do sertão” pelos colonos europeus.
- () Ocorrido em Minas Gerais, em 1720, sob a liderança de Felipe dos Santos, o levante teve como causa a oposição ao sistema de taxação da Coroa portuguesa, que resolveu estabelecer quatro Casas de Fundição na região mineradora, como forma de cobrar o quinto (imposto de vinte por cento) sobre o ouro.
- () Sucedido em Minas Gerais, no ano de 1708, o conflito opôs os paulistas (bandeirantes), primeiros aventureiros a descobrir e ocupar a zona da mineração, contra os “forasteiros”; os seja, os grupos que chegaram depois na região, originários do reino ou de outras capitanias.

A numeração correta, de cima para baixo, é:

- a) 3 – 1 – 4 – 2. d) 2 – 3 – 4 – 5.
 b) 1 – 2 – 3 – 5. e) 3 – 4 – 5 – 2.
 c) 3 – 4 – 1 – 2.

Apesar de, neste módulo, ainda não ter sido estudada a Inconfidência Mineira, todos os outros fatos já são conhecidos e a Inconfidência é o único processo que não está incluído na resposta. A Revolta dos Mascates, como vimos, aconteceu em Pernambuco e foi realizada por comerciantes. A Revolta de Beckman aconteceu no Maranhão, partindo de um descontentamento com a proibição da escravidão indígena. A Revolta de Vila Rica, como o próprio nome sugere, aconteceu em Minas Gerais e se opunha à taxação da Coroa portuguesa. Por fim, a Guerra dos Emboabas aconteceu em São Paulo e em Minas Gerais, e foi um conflito entre paulistas e forasteiros.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

2. UEPB – Considerando os conflitos sociais que ocorreram no período colonial, é correto afirmar:

- a) Todos os conflitos ocorridos no período colonial entre colonos e forças metropolitanas são considerados precursores da independência, sendo iniciados por grupos de colonos sempre oprimidos que buscavam mais liberdade, igualdade e fraternidade.
- b) Foram movimentos nativistas que, estimulados pelo antiabsolutismo e por ideias liberais, lutavam pela independência do Brasil.

c) A Revolta de Vila Rica de 1720, que teve a liderança de Felipe dos Santos, foi motivada pela crise da economia aurífera e tinha como principal objetivo a independência do Brasil.

d) A maior parte dos conflitos nos trezentos anos de administração portuguesa não teve por finalidade a separação do Brasil em relação a Portugal.

e) Não há registros de participação popular e muito menos de escravos em nenhum dos conflitos ocorridos na América portuguesa.

Como vimos neste módulo, a maior parte das revoltas e dos movimentos durante a colônia não tinham por finalidade se emancipar da metrópole. Não era uma ideia que estava completamente formada à época, e imaginar que as pessoas deveriam querer a emancipação do domínio colonial é anacrônico, ou seja, seria levar a ideia de uma época a outra de forma forçada e equivocada.

3. UFRN – A Guerra dos Emboabas, a dos Mascates e a Revolta de Vila Rica, verificadas nas primeiras décadas do século XVIII, podem ser caracterizadas como:

a) movimentos isolados em defesa de ideias liberais, nas diversas capitanias, com a intenção de se criarem governos republicanos.

b) movimentos de defesa das terras brasileiras, que resultaram num sentimento nacionalista, visando à independência política.

c) manifestações de rebeldia localizadas, que contestavam aspectos da política econômica de dominação do governo português.

d) manifestações das camadas populares das regiões envolvidas contra as elites locais, negando a autoridade do governo metropolitano.

Como é possível ver na resposta correta, a característica geral dessas revoltas era uma contestação econômica e, no máximo, a respeito da dominação exercida pela Coroa portuguesa, não tendo caráter emancipatório.

4. Vunesp – A Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798) tiveram semelhanças e diferenças significativas. É correto afirmar que:

a) as duas revoltas tiveram como objetivo central a luta pelo fim da escravidão.

b) a revolta mineira teve caráter eminentemente popular, e a baiana, aristocrático e burguês.

c) a revolta mineira propunha a independência brasileira, e a baiana, a manutenção dos laços com Portugal.

d) as duas revoltas obtiveram vitórias militares no início, mas acabaram derrotadas.

e) as duas revoltas incorporaram e difundiram ideias e princípios iluministas.

Diferentemente das revoltas nativistas, que foram anteriores, as inconfidências mineira e baiana aconteceram já sob a influência dos autores iluministas e, no caso baiano, também da Revolução Francesa.

5. Cesgranrio-RJ – O bicentenário da Conjuração Baiana (1798) recorda as rebeliões que, no final do século XVIII, tinham em comum refletir a crise do sistema colonial, a qual pode ser retratada pelas opções a seguir, com exceção de uma. Assinale-a.

a) Penetração das ideias iluministas e liberais em parcela da elite colonial.

b) Insatisfação crescente com as tradicionais restrições e o fiscalismo do sistema colonial.

c) Influência dos movimentos externos como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

- d)** Politização das camadas populares, incluindo a massa escrava, constantemente rebelada, em aliança com a burocracia colonial.
- e)** Liderança das elites coloniais na quase totalidade dos movimentos de rebelião.

Essa questão pede a alternativa incorreta, que pode ser identificada na relação da conjuração com a burocracia colonial, o que é equivocado – apesar de a politização das camadas populares ser uma informação correta.

6. UFF-RJ – O lema liberal “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” consagrado pela Revolução Francesa influenciou, sobremaneira, as chamadas inconfiências ocorridas em fins do século XVIII no Brasil colônia. Assinale a opção que apresenta informações corretas sobre a chamada Conjuração dos Alfaiates.

- a)** Envolveu a participação de mulatos, negros livres e escravos, refletindo não somente a preocupação com a liberdade, mas também com o fim da dominação colonial.

- b)** Esta inconfiência baiana caracterizou-se por restringir-se à participação de uma elite de letrados e brancos livres influenciados pelos princípios revolucionários franceses.
- c)** Em tal conjuração, a difusão das ideias liberais não acarretou crítica às contradições da sociedade escravocrata.
- d)** Este movimento, também conhecido como Inconfiência Mineira, teve um papel singular no contexto da crise do sistema colonial, revelando suas contradições e sua decadência.
- e)** Um de seus principais motivos foi a prolongada crise do setor cafeeiro que se arrastou ao longo da segunda metade do século XVIII.

A Conjuração dos Alfaiates é outro nome para a Conjuração Baiana, como vimos neste módulo. Havia nesse movimento uma participação muito mais ampla e popular, participavam várias classes sociais e diferentes raças. Além disso, tinha caráter emancipacionista.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. Cesgranrio-RJ – A colonização brasileira foi sempre marcada por confrontos que refletiam a diversidade de interesses presentes na sociedade colonial, como pode ser observado:

- a)** nos conflitos internos, sem conteúdo emancipacionista, como as Guerras dos Emboabas e dos Mascates.
- b)** nos ideais monárquicos e democráticos defendidos pelos mineradores e agricultores na Conjuração Mineira.
- c)** nos projetos imperiais adotados pela Revolução Pernambucana de 1817 por influência da burocracia lusitana.
- d)** nas reações contrárias aos monopólios, como na Conjuração Baiana, organizada pelos comerciantes locais.
- e)** nas características nacionalistas de todos os movimentos ocorridos no período colonial, como nas Revoltas do Rio de Janeiro e de Beckman.

8. Unibero-SP – A Guerra dos Emboabas (1707-1709) e a Inconfiência Mineira (1789) foram revoltas ocorridas no Brasil. Sobre elas, assinale a alternativa correta.

- a)** Ambas tinham o objetivo de separar o Brasil de Portugal e ocorreram na região da mineração.
- b)** A primeira é considerada uma revolução separatista e mais radical do que a segunda, tendo ocorrido na região de São Paulo e liderada pelos bandeirantes.
- c)** Tanto a primeira como a segunda foram influenciadas pelas ideias iluministas e pela independência das Treze Colônias inglesas, mas só a segunda teve êxito nos seus objetivos.
- d)** A primeira foi bem-sucedida, garantindo aos paulistas a posse da região da mineração, enquanto a segunda foi reprimida pela Coroa portuguesa antes de acontecer.
- e)** Ambas ocorreram na mesma região do Brasil, contra a dominação portuguesa na área da mineração, no entanto somente a segunda teve influência das ideias iluministas europeias.

9. UFPE – Portugal enfrentou resistências para manter sua dominação sobre o Brasil. Algumas rebeliões revelaram a insatisfação da população diante das cobranças dos tributos e das formas de dominação existentes. Na região das Minas Gerais, em 1720, houve a Revolta de Vila Rica, a qual:

-) teve amplas repercussões na colônia e ameaçou o governo português com suas estratégias militares.
-) formulou um manifesto baseado nas ideias iluministas, conseguindo a adesão do clero e dos comerciantes, insatisfeitos com as cobranças de impostos.
-) conseguiu fortalecer a ideia de abolição da escravatura, com apoio dos grandes comerciantes da região.
-) foi um movimento dirigido contra a cobrança de tributos, sem as propostas libertárias presentes em outras rebeliões do século XVIII.
-) ficou limitada aos protestos feitos na região das Minas, sendo liderada por Felipe dos Santos, que, afinal, foi punido por Portugal.

10. Fuvest-SP – A elevação de Recife à condição de vila; os protestos contra a implantação das Casas de Fundação e contra a cobrança de quinto; a extrema miséria e carestia reinantes em Salvador, no final do século XVIII, foram episódios que colaboraram, respectivamente, para as seguintes sublevações coloniais:

- a)** Guerra dos Emboabas, Inconfiência Mineira e Conjuração dos Alfaiates.
- b)** Guerra dos Mascates, Motim do Pitangui e Revolta dos Malês.
- c)** Conspiração dos Suassunas, Inconfiência Mineira e Revolta do Maneta.
- d)** Confederação do Equador, Revolta de Felipe dos Santos e Revolta dos Malês.
- e)** Guerra dos Mascates, Revolta de Felipe dos Santos e Conjuração dos Alfaiates.

11. UFMG – O século XVIII foi palco de uma série de movimentos e sedições, nos quais, em diferentes graus e a partir de diferentes estratégias, os vassallos da América portuguesa procuraram redefinir o formato de suas relações com a Coroa portuguesa.

Considerando esse contexto, é correto afirmar que:

- a)** a revolta de Felipe dos Santos, em Minas Gerais, na primeira metade desse século, reforçou os mecanismos de controle sobre os vassallos.
- b)** a revolta do Vintém e a do Quebra-quilos, na segunda metade desse século, ao desafiarem a Coroa, colocaram em crise a sede do vice-reinado.

- c) a revolta dos Távora procurou estabelecer novos limites para a cobrança do Subsídio Literário, destinado à educação dos vassalos.
- d) os conflitos entre paulistas e emboabas, nas Minas Gerais, levaram à instalação das casas de fundição nessa Capitania.

12. Faap-SP – A Revolta dos Irmãos Beckman, a Guerra dos Mascates, a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Felipe dos Santos são movimentos denominados nativistas. Cite duas características básicas desses movimentos.

13. UFPE (adaptado) – A crise do sistema colonial foi uma construção histórica. Muitas rebeliões aconteceram e evidenciaram os descontentamentos dos colonos com as atitudes da metrópole. No Brasil colonial, tivemos:

- () a Revolta dos Mascates, que ameaçou o domínio português com as alianças políticas feitas entre os comerciantes do Recife e a aristocracia de Olinda.
- () a Inconfidência Mineira, que defendia, influenciada pelas ideias iluministas, o fim imediato da escravidão.
- () a Inconfidência Baiana, em 1798, que contou com a liderança marcante dos grandes proprietários de terra e a participação dos maçons na divulgação das ideias liberais.
- () a Guerra dos Emboabas, que ameaçou o domínio português, no século XVIII, com a ação dos rebeldes que conseguiram o controle e a exploração das minas de ouro.

14. UFTPR – Os principais movimentos que refletiram a crise do sistema colonial brasileiro tiveram vários pontos em comum, mas apenas um deles discutiu a abolição da escravatura e contava com a participação das camadas mais pobres. Esse enunciado se refere à:

- a) Inconfidência Mineira.
- b) Sabinada.
- c) Confederação do Equador.
- d) Conjuração Baiana.
- e) Cabanagem.

15. UEL-PR – A Inconfidência Mineira foi uma conspiração que ocorreu em Vila Rica, hoje Ouro Preto, com caráter separatista. Sobre esse movimento é correto afirmar que:

- a) “foi um mero sintoma da generalização do pensamento socialista que vai explodir na geração seguinte. Apesar de sua existência efêmera representou um marco de resistência colonial contra a opressão metropolitana [...]”
- b) “inspirada nos ideais revolucionários franceses, visava à igualdade social, liberdade de comércio, trabalho

livre e fim das distinções de raça e de cor.”

- c) “o movimento reflete o clima de tensão social e política vivida na região. Foi nesta região que se desenvolveu a maioria das sociedades secretas que divulgaram os ideais revolucionários de liberdade.”
- d) “foi um movimento que abortou antes de se iniciar, mas que mostrou um sintoma de desagregação do Império português na América. Embora não tenha recebido influência direta da Revolução Francesa os ideais iluministas e liberais estavam presentes no movimento.”
- e) “defendendo o federalismo, os insurretos pretendiam proclamar a independência e organizar o governo com base nos princípios de soberania popular e participação das camadas mais pobres nas decisões políticas.”

16. UFPI – A crise do antigo sistema colonial no Brasil expressa-se, inicialmente, através dos chamados movimentos nativistas, acentuando-se com os movimentos de independência nacional. Esses movimentos de rebelião colonial, assim como o processo de emancipação política do Brasil, estão ligados às transformações do mundo ocidental no final do século XVIII. Considerando-se esse enunciado, é correto afirmar que:

- a) o desenvolvimento de indústrias no Brasil, algo que se acentua desde o início do século XVIII, tende a reforçar o pacto colonial, na medida em que os novos industriais passam a ver o Brasil como uma reserva de mercado para os seus produtos.
- b) a crise referida deu-se de forma localizada no Brasil, na medida em que os principais movimentos de emancipação partiram de centros importantes como Rio de Janeiro e São Paulo.
- c) a emancipação política, no caso brasileiro, seguiu-se de uma nítida separação entre os grupos portugueses, hostilizados como agentes da metrópole, e os colonos brasileiros, interessados na constituição de um Estado republicano.
- d) as reações ao domínio português foram movimentos autóctones das elites coloniais, não se ligando ao processo geral da crise do antigo regime.
- e) as rebeliões coloniais só podem ser compreendidas dentro de um quadro mais geral, marcado por ideias liberais, eclodidas a partir de eventos como as revoluções francesa e americana, que propunham a superação do antigo regime.

17. Unicamp-SP

“O conceito de independência surge mais nítido nas Minas Gerais: a situação colonial pesa para esses homens proprietários; o problema é mais colonial que social. Já na Bahia de 1798, a inquietação é orientada por elementos da baixa esfera e a revolução é pensada contra a opulência; o problema é mais social que colonial.”

Carlos Guilherme Motta. *Ideia de revolução no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 115. (Adaptado)

Comparando os movimentos da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, responda:

- a) O que aqueles dois movimentos tinham em comum?

b) Em quais aspectos se diferenciavam?

ESTUDO PARA O ENEM

18. Unifesp-SP

C3-H11

“Não resta outra coisa senão cada um defender-se por si mesmo; duas coisas são necessárias... a fim de se recuperar a mão livre no que diz respeito ao comércio e aos índios.”

Manuel Beckman, 1684.

As duas principais reivindicações do líder da Revolta que leva seu nome são:

- a) a revogação do monopólio da Companhia de Comércio do estado do Maranhão e a expulsão dos jesuítas que se opunham à escravidão indígena.
- b) a saída dos portugueses do Grão-Pará e Maranhão e a supressão dos aldeamentos indígenas, que monopolizavam as chamadas “drogas do sertão”.
- c) a repressão ao contrabando estrangeiro, que prejudicava os negócios dos atacadistas portugueses, e a liberdade para importar negros escravizados.
- d) a expulsão dos holandeses do Nordeste, que monopolizavam o comércio do açúcar, e a reedição da guerra justa, que proibia a escravidão indígena.
- e) a revogação do monopólio comercial da metrópole sobre o Norte e Nordeste da colônia e a proibição para importar escravos negros.

19. Especex-SP/Aman-RJ

C3-H13

No início do século XVIII, a concorrência das Antilhas fez com que o preço do açúcar brasileiro caísse no mercado europeu. Os proprietários de engenho, em Pernambuco, para minimizar os efeitos desta crise, recorreram a empréstimos junto aos comerciantes da Vila de Recife. Esta situação gerou um forte antagonismo entre estas partes, que se acirrou quando D. João V emancipou politicamente Recife, deixando esta de ser vinculada a Olinda. Tal fato desobrigou os comerciantes de Recife do recolhimento de impostos a favor de Olinda. O conflito que eclodiu em função do acima relatado foi a

- a) Revolta de Beckman.
- b) Guerra dos Mascates.
- c) Guerra dos Emboabas.
- d) Insurreição Pernambucana.
- e) Conjuração dos Alfaiates.

20. Enem

C1-H1

“Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
todo o sentido da vida
principia à vossa porta;
o mel do amor cristaliza
seu perfume em vossa rosa;
sois o sonho e sois a audácia,
calúnia, fúria, derrota...
A liberdade das almas,
ai! com letras se elabora...
E dos venenos humanos
sois a mais fina retorta:
frágil, frágil como o vidro
e mais que o aço poderosa!
Reis, impérios, povos, tempos,
pelo vosso impulso rodam [...]”

MEIRELLES, C. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985 (fragmento).

O fragmento destacado foi transcrito do *Romanceiro da inconfidência*, de Cecília Meireles. Centralizada no episódio histórico da Inconfidência Mineira, a obra, no entanto, elabora uma reflexão mais ampla sobre a seguinte relação entre o homem e a linguagem:

- a) A força e a resistência humanas superam os danos provocados pelo poder corrosivo das palavras.
- b) As relações humanas, em suas múltiplas esferas, têm seu equilíbrio vinculado ao significado das palavras.
- c) O significado dos nomes não expressa de forma justa e completa a grandeza da luta do homem pela vida.
- d) Renovando o significado das palavras, o tempo permite às gerações perpetuar seus valores e suas crenças.
- e) Como produto da criatividade humana, a linguagem tem seu alcance limitado pelas intenções e pelos gestos.

PERÍODO JOANINO (1808-1821) E PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

D. JOÃO VI DE BOBO NÃO TEM NADA

D. João VI foi um grande estrategista, o único monarca europeu a ter enganado Napoleão, manteve a relevância de um Império Português que já estava longe do seu auge de outrora, foi capaz de manter a unidade de sua colônia nas Américas – o Brasil – enquanto as colônias espanholas dividiram-se em pequenos países e conseguiu manter para as próximas gerações de monarcas portugueses todas as outras colônias pelo mundo.

O projeto já era antigo e, em tempos de crise, cogitava-se mudar o centro do Império Português para a América, protegida pelo Oceano Atlântico, o que elevaria os custos e dificultaria a logística de qualquer exército europeu invasor. D. João VI foi o único capaz de executá-lo.

Com a chegada da família real e da Corte portuguesa, o Brasil tornou-se a sede do governo lusitano. D. João aportou primeiro em Salvador, de onde, seis dias depois, decidiu abrir os portos brasileiros às nações amigas, principalmente à Inglaterra, com a assinatura da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, permitindo a importação de quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportados por navios pertencentes a países amigos de Portugal. Estava quebrado o pacto colonial, o primeiro passo para a independência do Brasil.

Depois, a família real e a Corte estabeleceram-se no Rio de Janeiro, de onde D. João passou a governar a nação.

LIBERDADE INDUSTRIAL E TRATADOS DE 1810

No período joanino, várias realizações dinamizaram a vida do país. O príncipe regente revogou o alvará de sua mãe, D. Maria, o qual proibia o desenvolvimento de manufaturas no Brasil. Não havia, entretanto, capital suficiente nem política financeira para os interesses industriais, pois a aristocracia brasileira estava assentada na economia rural e escravista.

Além disso, a Inglaterra dificultava ao máximo as importações de máquinas com o propósito de manter o Brasil como seu mercado consumidor e não como área de produção de artigos que pudessem concorrer com os dela.

Em 1810, D. João assinou com a Inglaterra dois acordos: o Tratado de Aliança e Amizade e o Tratado de Comércio e Navegação. Entre outros aspectos, eles garantiam taxas de importação privilegiadas para a Inglaterra e o princípio de extraterritorialidade para os ingleses que se estabeleciam no Brasil, ou seja, estes ficavam submetidos apenas às leis e às autoridades inglesas.

Tratado de Aliança e Amizade

Dos 11 artigos, dois afetavam o Brasil:

- D. João comprometia-se a não estabelecer a Inquisição no Brasil;
- determinava a gradual extinção do tráfico de escravos para o Brasil.

Tratado de Comércio e Navegação

Principais características:

- facultava aos ingleses a nomeação de juízes com o objetivo de julgar os súditos britânicos no Brasil;
- permitia a liberdade religiosa aos ingleses;
- estabelecia a taxa de 15% *ad valorem* para as importações de produtos ingleses (Portugal pagava 16% e os outros países, 24%);
- declarava livre o Porto de Santa Catarina.

• D. João VI de bobo não tem nada

- Liberdade industrial e tratados de 1810
- Administração de D. João
- Política externa de D. João
- Desgaste de D. João
- As Cortes
- Independência ou morte?
- As causas da independência

HABILIDADES

- Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.
- Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
- Analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

ADMINISTRAÇÃO DE D. JOÃO

À medida que o aparelho burocrático-estatal era formado, D. João demonstrava-se a favor de aliar os interesses da aristocracia brasileira aos dos comerciantes portugueses. Assim, houve a criação do Banco do Brasil, da Junta do Comércio, da Junta da Agricultura e Navegação, da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, da Academia de Belas Artes, da Academia Militar e da Imprensa Régia, com a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Em 16 de fevereiro de 1815, D. João elevou o Brasil à categoria de reino, unindo-o ao Reino de Portugal e Algarves, que passou a denominar-se Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 1816, chegou ao Brasil a Missão Artística Francesa, destacando-se o pintor Jean-Baptiste Debret, que retratou os costumes brasileiros do século XIX e exerceu forte influência nas artes plásticas do país.

POLÍTICA EXTERNA DE D. JOÃO

D. João declarou guerra a Napoleão, incorporando territórios das Guianas que pertenciam à França. Aproveitando-se do domínio napoleônico na Espanha, deu ordens para anexar a região do Prata, sendo criada a Província Cisplatina, que tornou-se independente em 1828, com o nome de Uruguai.

DESGASTE DE D. JOÃO

Os gastos com a Corte eram elevados e custeados pela tributação às elites coloniais, que viam-se desprestigiadas no governo de D. João, pois arcavam com a ampliação dos custos provocados pelo estabelecimento da Corte em terras brasileiras e eram preteridas aos portugueses nos cargos de governo.

O quadro agravou-se com a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte em 1815, porque D. João não voltou a Portugal e elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Por um lado, o governo no Brasil possibilitava manter o livre-cambismo que interessava às elites coloniais; por outro, a falta de influência na tomada de decisões descontentava a muitos.

Entre os grupos descontentes, estava o dos senhores de engenho do Nordeste, sobretudo de Pernambuco. O açúcar, que outrora fora o motor da economia brasileira, sofria forte concorrência no mercado externo.

Ademais, o Nordeste havia perdido o *status* de sede do governo-geral em 1763. Inspirada nas ideias iluministas, a insatisfação logo traduziu-se na Revolução Pernambucana de 1817. A agitação estabeleceu um governo provisório, que procurava ganhar apoio de outras áreas nordestinas. O movimento era contra o absolutismo de D. João VI, cuja mãe havia falecido. Além disso, propunha uma Constituição que dividisse o poder em Executivo, Legislativo e Judiciário, afirmando o princípio da liberdade, mas contrário à abolição do regime escravista. A dura repressão das tropas lusitanas aos rebeldes provocou mal-estar e intranquilidade no governo de D. João.

AS CORTES

O movimento que colocou em xeque o poder de D. João VI começara de fato em Portugal, cujos comerciantes estavam descontentes com a política joanina. A abertura dos portos e os tratados de 1810 passavam diretamente para a Inglaterra recursos que, antes, ficavam em parte com os metropolitanos. Eles não entendiam o motivo de D. João VI permanecer no Brasil e manter as vantagens da Inglaterra depois de encerrada a ameaça napoleônica. Em Portugal, houve manifestações em defesa do retorno do rei, também inspiradas no ideário político liberal, como ocorrera em 1817 em Pernambuco.

Em 1820, o movimento ganhou impulso quando revolucionários da cidade do Porto atingiram Lisboa, decretando o estabelecimento das Cortes, as quais deveriam discutir e aprovar uma Constituição que estabelecesse uma monarquia limitada, a divisão de poderes e um governo representativo. Para tanto, D. João VI deveria retornar a Portugal e realizar o juramento da Magna Carta lusitana. Convidados a participar da Assembleia Constituinte, membros da elite colonial brasileira, ao chegarem a Portugal, perceberam a proposta de anulação dos tratados de 1810 e de fechamento dos portos brasileiros, ou seja, a tentativa de recolonização do Brasil. Muitos voltaram criticando a postura das Cortes e desejando uma ruptura definitiva com Portugal.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE?

A consideração de que todos os processos importantes da história brasileira, sobretudo a independência, foram pacíficos e tranquilos é equivocada. Os combates foram internos e os conflitos políticos realizados entre setores da própria sociedade brasileira. A separação em relação a Portugal demorou a ocorrer, mas foi mais simples do que manter o Brasil unido como uma só nação.

AS CAUSAS DA INDEPENDÊNCIA

O processo de independência começou no século XVIII, com os primeiros movimentos questionadores do pacto colonial, entre eles a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana e, ainda, no século XVII, com o nascimento do sentimento nativista. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves e a Abertura dos Portos às Nações Amigas criaram condições para o desenvolvimento desse processo.

Após treze anos no Brasil, D. João não resistiu às pressões e, em 1821, retornou a Portugal. Deixou o

filho D. Pedro como príncipe regente, com autoridade para tomar decisões políticas. As Cortes pressionaram D. Pedro para também retornar a Portugal e, nesse contexto, surgiu um movimento composto pela aristocracia rural, por camadas intermediárias da população e por todos os beneficiados pela liberdade econômica alcançada no período joanino, que viam na permanência do príncipe a possibilidade de realizar a independência sem envolver populares ou agitar escravos. A ideia era manter a estrutura colonial que havia dado poder a essas elites, o que significava preservar o domínio de grandes extensões de terra (latifúndios) e a economia voltada para o mercado externo com o uso de mão de obra escrava.

Nesse sentido, D. Pedro aparecia como a figura-chave para a realização de uma independência segura e sem sobressaltos.

Nos primeiros meses de 1822, os políticos brasileiros começaram a organizar a independência junto ao futuro monarca. Em maio, D. Pedro determinou que qualquer decreto das Cortes portuguesas só poderia vigorar no Brasil com seu consentimento e com a ordem de “Cumpra-se!”. Ainda em maio, o príncipe foi aclamado defensor perpétuo do Brasil. Em junho, convocou uma Assembleia Constituinte para analisar as leis portuguesas. Esperando uma reação portuguesa aos últimos acontecimentos, em 1º de agosto o regente assinou um decreto declarando inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil. Em 6 de agosto, um manifesto dirigido às nações amigas, escrito por José Bonifácio e assinado por D. Pedro, anunciava a independência. O decreto ressaltava que o

Brasil continuaria reino-irmão de Portugal e dava garantias aos grandes proprietários e senhores de escravos de que não haveria mudanças na estrutura social e no sistema de trabalho.

A independência ocorreu no mês seguinte, com o Grito do Ipiranga. Em 7 de setembro de 1822, iniciava-se o Primeiro Reinado.

A independência declarada por D. Pedro foi um acordo estabelecido entre o governo e as elites para não ser colocada em questão a ordem colonial que lhes conferia poder. Sabendo da importância estratégica, D. Pedro exerceu o poder atendendo em primeiro lugar a seus interesses, muitas vezes em detrimento das elites que o haviam apoiado. Os portugueses que viviam no Brasil articularam-se a fim de não perder espaço para os brasileiros na administração. Comerciantes, militares e funcionários do reino uniram-se para defender o poder centralizado em D. Pedro. Gradativamente, o Partido Português tomava corpo.

Contraopondo-se a esse grupo, formou-se o Partido Brasileiro, estruturado na aristocracia brasileira, e que pretendia maior descentralização político-administrativa, de modo a garantir seus interesses em detrimento da ambição dos portugueses que permaneceram no Brasil ao lado de D. Pedro.

Esse jogo de forças políticas deu origem à primeira Constituição do Brasil, em 1824, consolidando o processo de independência e formando, de fato, uma nação com as próprias regras e o próprio comando. Iniciaram-se, então, os reconhecimentos internacionais da independência: os primeiros foram México e Estados Unidos.

MATERIAL DE ESTUDO
SISTEMA DE ENSINO

ROTEIRO DE AULA

PERÍODO JOANINO (1808-1821)

Processos principais

- Chegada da família real e de D. João ao Brasil. O país torna-se sede do governo lusitano.
- Abertura dos portos brasileiros com a Carta Régia de 1808, principalmente para a Inglaterra.
- Quebra do pacto colonial, passo fundamental para a independência.

Liberdade industrial e tratados de 1810

- Economia rural e escravista.
- Pouco desenvolvimento industrial.
- Dificuldade de importação de máquinas da Inglaterra.
- Em 1810, D. João assinou dois acordos com a Inglaterra: o Tratado de Aliança e Amizade e o Tratado de Comércio e Navegação (importação privilegiada e extraterritorialidade).

Administração de D. João

- Formação do aparelho burocrático-estatal.
- Criação do Banco do Brasil, da Junta do Comércio, da Junta da Agricultura e Navegação, da Academia de Belas Artes e da imprensa.
- Em 1815, o Brasil recebeu o título de reino, unindo-se a Portugal e Algarves.

Política externa de D. João

- D. João declarou guerra a Napoleão, incorporando territórios das Guianas que pertenciam à França.
- Gastos elevados com a Corte.
- Derrota de Napoleão Bonaparte em 1815.
- Descontentamento dos senhores de engenho do Nordeste e perda do *status* de sede do governo-geral em 1763.
- Revolução Pernambucana (ideias iluministas) de 1817 contra o governo de D. João VI.
- Em 1820, revolucionários da cidade do Porto posicionaram-se contra a permanência da família real no Brasil.

ROTEIRO DE AULA

PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

1808

Chegada da família real ao Brasil.

1815

O Brasil torna-se Reino Unido a Portugal e Algarves.

1821

Início da regência do príncipe D. Pedro.

1822

Dia do Fico: após manifestações populares, D. Pedro resiste às pressões das Cortes e decide ficar no Brasil.

1822: D. Pedro assina a lei do "Cumpra-se", diminuindo o poder da Corte portuguesa.

Proclamação da independência em 7 de setembro de 1822.

1824

Primeira Constituição brasileira.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. FGV-SP – A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, representou uma alternativa para um contexto de crise política na metrópole e a possibilidade de implementar as bases para a formação de um império luso-brasileiro na América. Das alternativas abaixo, assinale aquela que não diz respeito ao período joanino:

- a) ocupação da Guiana Francesa e da Província Cisplatina e sua incorporação ao Império Português, como resultado da política externa agressiva adotada por D. João.
- b) abertura dos portos da colônia às nações aliadas de Portugal, como a Inglaterra, dando início a uma fase de livre-comércio.
- c) ocorreu uma inversão da relação entre metrópole e colônia, já que a sede política do império passava do centro para a periferia.
- d) atendeu às exigências do comércio britânico, que conseguiu isenções alfandegárias.
- e) ocorreu a Revolução Pernambucana de 1817, que defendia o separatismo com o governo republicano e a manutenção da escravidão.

Não houve isenção de impostos à Inglaterra após a abertura dos portos, e sim uma taxa preferencial, menor que a de outros países que poderiam fazer negócios com o Brasil.

2. UFES – No início do século XIX, a transformação do Brasil em sede da monarquia portuguesa levou D. João VI a adotar medidas que mudaram o contexto socioeconômico da antiga colônia. Dentre essas medidas, podemos destacar:

- I. A organização da maçonaria, constituída por grandes latifundiários e comerciantes do Rio de Janeiro.
- II. A criação do Banco do Brasil, da Casa da Moeda e do Jardim Botânico.
- III. A convocação de uma Assembleia Constituinte, que estabeleceu a liberdade de comércio para os comerciantes nacionais.
- IV. A criação da Faculdade de Medicina na Bahia, da Imprensa Régia, da Escola Nacional de Belas-Artes e da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.
- V. A assinatura de tratados de comércio e navegação com a Inglaterra, os quais favoreciam a comercialização de produtos portugueses pelas baixas tarifas alfandegárias.

Assinale a opção que contém as afirmativas corretas:

- a) I e II.
- b) I e V.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) IV e V.

Uma vez que o Brasil passou a ser Reino Unido a Portugal e Algarves, e a Corte precisaria morar na América portuguesa, houve um esforço de, na visão dos europeus, civilizar o que até então era uma colônia. Nesse sentido, foram criadas instituições financeiras como o Banco do Brasil e a Casa da Moeda. O desenvolvimento cultural e científico, por sua vez, foi estimulado pela criação da Faculdade de Medicina (na Bahia), do Jardim Botânico, da Imprensa Régia, da Escola Nacional de Belas-Artes e da Biblioteca Nacional (no Rio de Janeiro).

3. UTFPR

C2-H7

A transferência da Corte de D. João VI para a colônia portuguesa teve apoio do governo britânico, uma vez que:

- a) Portugal negociou o domínio luso na Península Ibérica com a Inglaterra, em troca de proteção estratégica e bélica na longa viagem marítima ao Brasil.
- b) em meio à crescente Revolução Industrial, os negociantes ingleses precisavam expandir seus mercados rumo às Américas, já que o europeu era insuficiente.
- c) o Bloqueio Continental imposto por Napoleão fechou o comércio inglês com o continente europeu e a instalação do governo luso no Brasil propiciou a retomada dos negócios luso-anglicanos.
- d) o exército napoleônico invadiu Portugal visando instituir o regime democrático republicano de paz e comércio, em franca oposição ao expansionismo da monarquia britânica.
- e) os ingleses pretendiam consolidar novos mercados na América portuguesa, tendo em vistas antigas afinidades socioculturais com os ibéricos.

A transferência da Corte de D. João VI para o Brasil foi um episódio inserido no contexto europeu das guerras napoleônicas. Buscando resistir à ofensiva francesa, Portugal aliou-se à Inglaterra, principal opositora de Napoleão naquele momento. Em troca do suporte inglês, D. João VI instituiu políticas alfandegárias que garantiram taxas de importação privilegiadas para a Inglaterra.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

4. PUC-RS – Sobre a independência do Brasil, afirma-se:

- I. Implicou uma ruptura de laços políticos e econômicos com Portugal, já que no Brasil seria adotado um regime político constitucional e Portugal manteria o sistema absolutista.
- II. Pode ser considerada uma decorrência da vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, na medida em que esse acontecimento implicou um processo crescente e difícil de ser revertido de autonomização político-econômico da colônia.
- III. Está associada a uma profunda mudança estrutural interna, por colocar em cheque a base econômico-social que sustentou a exploração econômica do Brasil durante o regime colonial.
- IV. Sofreu resistência dentro do próprio país, tendo em vista que determinadas províncias, como o Grão-Pará e o Maranhão, tinham mais vínculos com Lisboa do que com o Rio de Janeiro.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

A afirmativa I está incorreta, pois a independência não implicou em um regime político constitucional, e sim em uma monarquia, ainda fortemente marcada por traços do absolutismo sob o poder de D. Pedro.

5. UNESP – Os processos de independência política no Brasil e na América hispânica:

- a) diferem, entre outros motivos, pelo fato de que as riquezas brasileiras eram essenciais para a estabilidade econômica portuguesa e, no caso da América hispânica, a colônia pouco contribuía financeiramente com a Espanha.

- b) diferem, entre outros motivos, pelo fato de que a unidade territorial do Brasil foi mantida no Estado independente e, na América hispânica, houve forte fragmentação política.
- c) assemelham-se, entre outros motivos, pelo fato de que os principais líderes das lutas pela emancipação nacional eram os próprios representantes das metrópoles.
- d) diferem, entre outros motivos, pelo caráter pacífico, sem qualquer combate armado, do processo brasileiro, enquanto na América hispânica as lutas pela emancipação se prolongaram por décadas.
- e) assemelham-se, entre outros motivos, pelo fato de que, nos dois casos, o apoio militar inglês e norte-americano contribuiu decisivamente para a derrota das metrópoles.

Na América espanhola, o fim do regime colonial resultou na formação de diversos Estados-nações (Argentina, Uruguai, Bolívia e Chile, entre outros). Já a antiga América portuguesa manteve-se unificada em uma única nação após o processo de independência.

6. UECE – Acerca do processo de independência no Brasil, isto é, da separação política entre a colônia e a metrópole portuguesas em 1822, é correto afirmar-se que:

- a) culminou juntamente com o processo da consolidação da unidade nacional.
- b) foi marcado por um movimento propriamente nacionalista e revolucionário.
- c) representou a imagem tradicional da colônia em guerra contra a metrópole.
- d) resultou de uma reação conservadora provocada por interesses comuns de certos setores da elite brasileira, bem como do imperador.

A independência do Brasil foi um acordo entre D. Pedro e as elites e não colocou em questão estruturas sociais como a escravidão. Os grandes proprietários rurais foram privilegiados e houve estreitas relações econômicas com Portugal.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFMT – Em 2008, foi relembrada e comemorada uma data especialmente importante na história brasileira, os 200 anos da chegada da família real ao Brasil e a conseqüente transferência da capital do reino para o Rio de Janeiro. A decisão de D. João VI de abandonar Portugal e vir para o Brasil deveu-se:

- a) ao expansionismo da Espanha, que, sob o reinado de Felipe II, procurava restabelecer a União Ibérica.
- b) à expansão francesa e à constituição do Império Napoleônico, uma vez que Portugal havia se negado a apoiar o Bloqueio Continental contra a Inglaterra.
- c) à tentativa das Cortes portuguesas reunidas na cidade do Porto de estabelecerem uma monarquia constitucional em Portugal.
- d) aos movimentos de independência que desde a Inconfidência Mineira haviam se multiplicado no Brasil.
- e) às riquezas do Brasil, que permitiriam sustentar mais facilmente o luxo excessivo da Corte portuguesa.

8. Fuvest-SP – Em novembro de 1807, a família real portuguesa deixou Lisboa e, em março de 1808, chegou ao Rio de Janeiro. O acontecimento pode ser visto como:

- a) incapacidade dos Braganças de resistirem à pressão da Espanha para impedir a anexação de Portugal.
- b) ato desesperado do príncipe regente, pressionado pela rainha-mãe, Dona Maria I.
- c) execução de um velho projeto de mudança do centro político do Império Português, invocado em épocas de crise.
- d) culminância de uma discussão popular sobre a neutralidade de Portugal com relação à guerra anglo-francesa.
- e) exigência diplomática apresentada por Napoleão Bonaparte, então primeiro-cônsul da França.

9. UnB-DF – Avalie a afirmativa abaixo:

Único caso de colônia que serviu de sede ao governo metropolitano, em face da expansão napoleônica sobre a Península Ibérica, o Brasil foi elevado por D. João VI à condição de Reino Unido, no contexto de restauração monárquica vivido pela Europa a partir do Congresso de Viena, sob a chancela do princípio da legitimidade.

10. PUC-RS – O período que antecedeu a independência do Brasil foi marcado pela presença da Coroa portuguesa em sua colônia americana. Sobre esse processo, é incorreto afirmar:

- a) a primeira medida de D. João, o príncipe regente de Portugal, ao desembarcar no Brasil, foi assinar o decreto que estabelecia a Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas (1808), atendendo, assim, aos interesses da Inglaterra, maior parceira econômica da Coroa lusitana.
- b) em 1810, D. João assinou tratado com a Inglaterra, estabelecendo que os produtos ingleses importados pelo Brasil pagariam apenas 15% de tributos alfandegários nos portos brasileiros, enquanto que os portugueses pagariam 16%, e os dos demais países, 25%.
- c) a Coroa portuguesa tomou várias medidas para modernizar a sua colônia americana, promovendo maior abertura comercial, fazendo investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento cultural do Rio de Janeiro, o que deu grande dinamismo à cidade.
- d) em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, deixando, assim, de ser oficialmente uma colônia, decisão tomada por D. João devido ao receio de que o Brasil seguisse o caminho das colônias espanholas e se separasse definitivamente da metrópole.

e) em 1820, foi deflagrada a Revolução do Porto, que, dentre outras medidas, exigiu o retorno do Brasil à condição de colônia portuguesa e a volta de D. João a Portugal, a fim de reestabelecer o absolutismo nesse país.

11. UEMS – A Carta Régia de 1808 abria os portos do Brasil colônia às nações amigas. Sobre o acordo constante nessa carta, pode-se afirmar que ele:

- a) trouxe acentuada expansão ao lucrativo comércio triangular português.
- b) dificultou a articulação da economia brasileira com o capitalismo liberal.
- c) eliminou o mecanismo básico que assegurava à metrópole o monopólio de comércio.
- d) atendeu interesses econômicos exclusivamente ingleses e flamengos.
- e) acentuou a crise econômica e financeira provocada na Grã-Bretanha pelas práticas do Bloqueio Continental.

12. Fatec-SP – Tem sido apontado, como preparatório para a nossa independência, o período em que, devido à inversão metropolitana entre Portugal e Brasil (1808-1821), D. João tomou a iniciativa de algumas medidas econômicas, políticas e culturais.

Assinale a alternativa que não se aplica ao período citado:

- a) o Tratado de Aliança e Amizade, assinado com a Inglaterra, em 1810, tinha uma cláusula que afetava diretamente a economia brasileira, pois determinava a gradual extinção do tráfico negreiro para o Brasil.
- b) ocorreu a Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas, de acordo com os interesses da aristocracia rural brasileira e dos negociantes ingleses, aos quais não convinha mais o monopólio português sobre o comércio do Brasil.
- c) o Alvará de Liberdade Industrial não surtiu os efeitos esperados porque, apesar dos incentivos às indústrias têxtil e metalúrgica, no Brasil, qualquer possibilidade de desenvolvimento esbarrava nos privilégios concedidos à burguesia inglesa.
- d) esse período começou com o reconhecimento oficial do fato de não sermos mais colônia; assim, por iniciativa exclusiva de D. João, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, depois do Congresso de Viena.
- e) o período foi marcado pela crescente intervenção da Inglaterra, que, com o intuito de obter novos mercados consumidores para seus produtos industriais, passaria a incentivar movimentos de independência sul-americanos, entre eles o do Brasil.

13. Fuvest-SP – O reconhecimento da independência brasileira por Portugal foi devido principalmente:

- a) à mediação da França e dos Estados Unidos e à atribuição do título de Imperador Perpétuo do Brasil a D. João VI.
- b) à mediação da Espanha e à renovação dos acordos comerciais de 1810 com a Inglaterra.
- c) à mediação de Lord Strangford e ao fechamento das Cortes portuguesas.
- d) à mediação da Inglaterra e à transferência para o Brasil de dívida em libras contraída por Portugal no Reino Unido.
- e) à mediação da Santa Aliança e ao pagamento à Inglaterra de indenização pelas invasões napoleônicas.

14. UFSC – Assinale a(s) proposição(ões) verdadeira(s) em relação ao processo de independência do Brasil e some os números dos itens corretos:

- (01) A independência do Brasil, a sete de setembro de 1822, atendeu aos interesses da elite social do Brasil Colônia e da burguesia portuguesa favorecida pelo decreto de Abertura dos Portos de 1808.
- (02) A revolta em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, liderada pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, apressou os planos de D. Pedro, apoiado pela aristocracia. Forçado pelas circunstâncias, teve de proclamar a independência.
- (04) No período colonial, ocorreram numerosos motins e sedições, como a Aclamação de Amador Bueno, em São Paulo; a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Vila Rica, em Minas Gerais.
- (08) A maçonaria no Brasil, no século XIX, defendia os princípios liberais. As lojas maçônicas, em especial as do Rio de Janeiro, tiveram papel importante no movimento pela separação do Brasil de Portugal.
- (16) A independência, proclamada por D. Pedro, foi aceita incondicionalmente por todas as províncias.

Dê a soma da(s) alternativa(s) correta(s).

15. Unifesp – Realizada a emancipação política em 1822, o Estado no Brasil:

- a) surgiu pronto e acabado, em razão da continuidade dinástica, ao contrário do que ocorreu com os demais países da América do Sul.
- b) sofreu uma prolongada e difícil etapa de consolidação, tal como ocorreu com os demais países da América do Sul.
- c) vivenciou, tal como ocorreu com o México, um longo período monárquico e uma curta ocupação estrangeira.
- d) desconheceu, ao contrário do que ocorreu com os Estados Unidos, guerras externas e conflitos internos.
- e) adquiriu um espírito interior republicano muito semelhante ao argentino, apesar da forma exterior monárquica.

16. PUC-MG – Sobre a independência do Brasil, é incorreto afirmar que:

- a) resultou de um processo político comandado pelos grandes proprietários de terras.
- b) girou em torno de D. Pedro I com o objetivo de garantir a unidade do país.
- c) proporcionou mudanças radicais na estrutura de produção para beneficiar as elites.
- d) continuou a produção a atender às exigências do mercado internacional.

17. UFC-CE – A respeito da independência do Brasil, é correto afirmar que:

- a) implicou em transformações radicais da estrutura produtiva e da ordem social sob o regime monárquico.
- b) significou a instauração do sistema republicano de governo, como o dos outros países da América Latina.
- c) trouxe consigo o fim do escravismo e a implementação do trabalho livre como única forma de trabalho e o fim do domínio metropolitano.
- d) implicou em autonomia política e em reformas moderadas na ordem social decorrentes do novo *status* político.
- e) decorreu da luta palaciana entre João VI, Carlota Joaquina e Pedro I, e teve como consequência imediata a abertura dos portos.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C2-H7

Leia o texto:

“Eu, o príncipe regente, faço saber aos que o presente alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.”

Alvará de Liberdade para as Indústrias (1ª de abril de 1808).
In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da história do Brasil*.
v. 1. Brasília: Senado Federal, 2002. (Adaptado)

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- a) a ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- b) a dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- c) a desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- d) o confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.
- e) o atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

19. Enem

C3-H13

“No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti:

‘Marinheiros e caiados

Todos devem se acabar,

Porque só pardos e pretos

O país não de habitar.’”

AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. *Estudos pernambucanos*. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende:

- a) dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.
- b) da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.

- c) do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.
- d) do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.
- e) da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

20. Enem

C4-H16

“Após a independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos. O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida ‘civilizado’, marca que distinguia as classes cultas e ‘naturalmente’ dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.”

SINGER, Paul. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações acima, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país:

- a) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.
- b) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
- c) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- d) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- e) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

6

PRIMEIRO REINADO E CRISE NO PRIMEIRO REINADO

- O filho do rei
- Divisões na elite
- Assembleia Constituinte
- Constituição Outorgada de 1824
- Reconhecimento da independência
- Crise na política, crise na Corte
- Crise política
- Política externa
- Abdicação do imperador

HABILIDADES

- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos.

O FILHO DO REI

D. Pedro I foi uma figura controversa e ambígua, como o processo de independência. Ele foi o primeiro líder do país livre, responsável pela primeira Constituição brasileira e supostamente o autor do Hino da Independência.

Chegou ao Brasil com menos de 10 anos e aqui viveu por vinte de seus trinta e cinco anos de vida. Aos 24 anos, foi responsável pelos atos simbólicos de independência, atuou como líder no processo de transição, levou plebeus que havia conhecido na boemia do Rio de Janeiro para o centro da Corte e estendeu até onde pôde sua estadia no Brasil. Não houve confronto armado contra Portugal e o processo foi resolvido politicamente e com o pagamento de indenizações. Segundo o pesquisador Neill Macaulay, D. Pedro I teria dito, ao abdicar: “Aqui está a minha abdicação; desejo que sejam felizes! Retiro-me para a Europa e deixo um país que amei e que ainda amo”.

DIVISÕES NA ELITE

A independência formal do Brasil é analisada por muitos historiadores como um movimento elitista, representando um arranjo de interesses da elite agroexportadora, em grande parte membros da maçonaria, que estava associada aos capitalistas britânicos.

A presença da Corte no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1821, projetou um modelo de independência que foi canalizado posteriormente para a figura do príncipe D. Pedro.

Com o auxílio de José Bonifácio, D. Pedro buscou reorganizar o Estado. No entanto, deu continuidade à burocracia vigente no governo de D. João, a qual, por sua vez, foi herdada de Lisboa.

Um desdobramento imediato desse fato foi que o Brasil manteve a integridade territorial do período colonial, diferentemente do que ocorreu na América espanhola, onde houve grande fragmentação do território, dando origem a muitos Estados soberanos.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Em dezembro de 1822, D. Pedro foi reconhecido imperador do Brasil, tornando-se D. Pedro I. Em 1823, convocou eleições para a organização de uma Assembleia Constituinte com a função de elaborar uma Constituição para o país, firmando a autonomia em relação a Portugal.

Os trabalhos constituintes indicavam o caminho para uma Magna Carta de caráter elitista, que restringia as atribuições de D. Pedro. Os desentendimentos logo vieram à tona e criou-se um impasse, pois o imperador não aceitava as limitações a seus poderes. Ao abrir os trabalhos constituintes, declarou que esperava uma Constituição digna do Brasil e dele. O anteprojeto constitucional aprovado pela Assembleia, conhecido como Constituição da Mandioca ou Projeto Antônio Carlos, foi recusado pelo imperador, pois limitava seus poderes no âmbito legislativo e restringia os direitos políticos dos portugueses.

Em 11 de dezembro de 1823, o imperador ordenou o cerco ao prédio onde funcionava a Assembleia Constituinte.

Em resposta, os deputados recusaram-se a deixar o local, onde permaneceram até o dia seguinte, no episódio que ficou conhecido como Noite da Agonia. Com a pressão de D. Pedro I, a Assembleia foi dissolvida e o imperador afirmou que apresentaria uma Constituição para o país. Após a dissolução da Constituinte, que marcou a ruptura do imperador com a aristocracia rural brasileira, a crise política seria quase permanente. José Bonifácio, braço direito do imperador, preferiu o exílio diante da manifestação de absolutismo, a qual ficou ainda mais evidente quando D. Pedro I constituiu um conselho de Estado para redigir uma Constituição.

CONSTITUIÇÃO OUTORGADA DE 1824

Dissolvida a Assembleia Constituinte, D. Pedro I nomeou um conselho de Estado composto por dez integrantes a fim de elaborar a Constituição, a qual seria outorgada em 5 de março de 1824.

A Constituição de 1824 estabelecia:

- uma monarquia unitária;
- um governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo;
- o catolicismo como religião oficial;
- a submissão da Igreja ao Estado;
- o voto censitário e descoberto;
- eleições indiretas por meio dos eleitores de paróquia e de província. Eleitores de paróquia elegiam eleitores de província e, estes, os deputados;
- quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. O Executivo era de competência do imperador e de seus ministros. O Legislativo era exercido pela Assembleia Geral, composta pela Câmara dos Deputados (eleita por quatro anos) e pelo Senado (vitalício). O Judiciário era exercido pelo Supremo Tribunal de Justiça. O Moderador, poder pessoal e exclusivo do imperador, era a chave de todo o sistema, à medida que legalizava seu autoritarismo e permitia a existência do conselho de Estado, vitalício e nomeado pelo imperador. Esse quarto poder ficava acima dos demais e zelava pela harmonia do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Na prática, D. Pedro I passava a controlar todos os poderes por meio desse expediente.

RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

Embora a proclamação de independência do Brasil tenha ocorrido em setembro de 1822, o reconhecimento da autonomia por outros países só aconteceu pela primeira vez em 1824, quando os Estados Unidos, inspirados na Doutrina Monroe, reconheceram o Brasil como país independente.

Na Europa, essa relutância se dava porque Portugal não o fazia, situação que perdurou até 1825, quando foram concluídas as negociações entre os governos

brasileiro e português, mediadas pela Inglaterra. O Brasil assumiu uma dívida de 2 milhões de libras com a Inglaterra, recurso esse repassado a Portugal como indenização.

CRISE NA POLÍTICA, CRISE NA CORTE

Desde os tempos da colônia, era mais rápido e fácil se comunicar e fazer comércio com a metrópole, do outro lado do Atlântico, do que com outras partes da colônia. O Brasil nunca havia sido um só; o único ponto em comum era a submissão à Coroa portuguesa.

Nos primeiros anos da independência, a tendência era de desagregação. Cada canto do país, especialmente o Nordeste, tinha os próprios projetos e não desejava trocar a submissão a Portugal pela subserviência ao Rio de Janeiro. Portanto, do início ao fim, o Primeiro Reinado foi uma grande e permanente crise política.

CRISE POLÍTICA

Após a dissolução da Assembleia e a outorga da Constituição, membros descontentes da elite nordestina logo manifestaram-se contra o estabelecido pelo imperador. Em 1824, eclodiu a Confederação do Equador. Províncias do Nordeste, de Pernambuco ao Ceará, declararam-se independentes do restante do Brasil, formando os Estados Confederados do Equador, uma república nordestina.

De imediato, D. Pedro I enviou tropas, incluindo um exército mercenário, exigindo a rendição dos rebeldes. A repressão foi violenta. Entre os líderes atingidos, destaca-se a execução de frei Caneca. Essa atuação de D. Pedro I rendeu-lhe vários desafetos, iniciando seu processo de isolamento político e sua impopularidade. O desgaste atingiria, ainda, a política externa.

POLÍTICA EXTERNA

O governo argentino reclamava o controle da Província Cisplatina, incorporada ao território brasileiro à época de D. João VI. Tropas argentinas entraram na região, iniciando a Guerra da Cisplatina (1825-1828). O Brasil endividou-se e o resultado da campanha não lhe foi favorável, pois a área tornou-se independente, passando a ser chamada Uruguai. O episódio contribuiu para aumentar as críticas ao imperador.

A morte de D. João VI em Portugal colocou D. Pedro I na linha de sucessão ao trono português, mas este renunciou em nome de sua filha, Maria da Glória. O irmão do imperador, D. Miguel, que também pretendia o trono, deu um golpe nas Cortes, com o apoio de defensores do absolutismo. Ao saber dos fatos, D. Pedro I procurou ajudar os partidários da filha contra o irmão.

Portugal vivia uma guerra civil. Esse envolvimento do imperador dava sinais, a muitos membros da elite brasileira, do comprometimento com questões

portuguesas, e não brasileiras. Nesse contexto político, o Partido Brasileiro e o Partido Português, cujas confrontações eram cotidianas, ganharam forma no Brasil. O primeiro era contrário ao imperador, enquanto o segundo o apoiava.

ABDIÇÃO DO IMPERADOR

Em 1830, a situação ficou ainda mais tensa. Revoluções em várias partes da Europa eram impulsionadas pelo levante que destituía Carlos X, o rei absolutista da França. A associação dos fatos na França com a imagem já desgastada de D. Pedro I tornou-se uma importante arma da oposição ao imperador, vinculando seu modo autoritário de governar ao absolutismo monárquico.

Parte da imprensa ligada ao Partido Brasileiro intensificou a campanha contra D. Pedro I. No Rio de Janeiro, o político e jornalista Evaristo da Veiga a fazia por meio do jornal *Aurora Fluminense*. Em São Paulo, o médico e jornalista italiano Líbero Badaró, radicado no Brasil, criticava o imperador em seu *Observador Constitucional*. O assassinato de Badaró em uma emboscada, em novembro de 1830, embora não tivesse ligação direta com o imperador, acirrou os ânimos da oposição.

Com o intuito de preservar a imagem de D. Pedro I e recuperar seu prestígio, integrantes do Partido Português buscaram fazer uma aproximação do imperador com políticos de Minas Gerais. Em visita aos mineiros no início de 1831, D. Pedro I foi recebido com frieza por parte dos que o associavam à morte de Badaró.

Quando voltou ao Rio de Janeiro, o imperador recebeu uma festa em sua homenagem, a qual foi organizada pelos portugueses. O evento terminou com a Noite das Garrafadas, em 13 de março de 1831, e consistiu em um confronto com os brasileiros contrários à recepção.

Em 5 de abril de 1831, D. Pedro I demitiu seus ministros – todos brasileiros – e formou um ministério com integrantes do Partido Português, o chamado Ministério dos Marqueses. A reação rápida e violenta do povo contra a medida ganhou a adesão até da guarda pessoal do imperador.

Diante dessa situação, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao trono brasileiro em nome do filho D. Pedro de Alcântara, seguindo para Portugal, onde lutou contra seu irmão, tornando-se rei de Portugal com o título de D. Pedro IV. Assim se encerrou o Primeiro Reinado.

ROTEIRO DE AULA

PRIMEIRO REINADO

1822

D. Pedro I foi declarado imperador do Brasil.

Reconhecimento da independência

Apenas em 1825, mediante o pagamento de 2 milhões de libras a Portugal, a título de indenização.

1823

Organização da Assembleia Constituinte.

Constituição de 1823

De caráter elitista, restringia as atribuições de D. Pedro (limitava seus poderes no âmbito legislativo), além de restringir os direitos políticos dos portugueses. Assembleia Constituinte dissolvida por D. Pedro.

Constituição de 1824

Noite da Agonia.

Tendência absolutista.

Instalação do Poder Moderador.

Catolicismo como religião oficial.

Relação Estado-Igreja (padroado).

ROTEIRO DE AULA

CRISE NO PRIMEIRO REINADO

Contexto

Oposição liberal à política centralizadora de D. Pedro I.

Crise financeira (desequilíbrio da balança comercial).

Alta taxa de importação e exportação incipiente.

Empréstimos aos bancos ingleses e emissão de moedas desregulada.

Confederação do Equador (1824)

Insatisfação política, problemas econômicos e longa tradição liberalista.

Movimento revolucionário de caráter emancipacionista e republicano (união das províncias de Pernambuco).

Guerra Cisplatina (1825-1828)

Disputa com a Argentina pelo domínio da Província Cisplatina e pelo controle da banda oriental do Rio da Prata.

Aumento da dívida brasileira.

Com a mediação da Inglaterra, o conflito cessou e foi criado um estado independente na região: a

República Oriental do Uruguai.

Impopularidade de D. Pedro I.

Abdicação de D. Pedro I

Noite das Garrafadas: manifestações após a viagem de D. Pedro I; recepção interrompida por brasileiros.

Organização do Ministério dos Brasileiros em 1831.

Reformulação do ministério em 1832: apenas os portugueses faziam parte do que ficou conhecido como

Ministério dos Marqueses.

Passagem das forças armadas para a oposição.

D. Pedro I abdicou em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos.

Ficou estabelecido o governo regencial até a maioridade do imperador.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. **UNESP** – A primeira Constituição brasileira, de 1824, foi:

- a) aprovada pela Câmara dos Deputados e estabeleceu o voto censitário.
- b) imposta por Portugal e determinou o monopólio português do comércio colonial.
- c) outorgada pelo imperador e definiu a existência de quatro poderes.
- d) promulgada por uma Assembleia Constituinte e concentrou a autoridade no Poder Executivo.
- e) determinada pela Inglaterra e estabeleceu o fim do tráfico de escravos.

A primeira Constituição brasileira foi outorgada por D. Pedro I em 1824 e instituiu a existência de quatro poderes no Brasil. Além dos tradicionais poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, havia um quarto, o Moderador. Este era exclusivo do imperador e permitia-lhe ter, na prática, o controle dos demais.

2. **UNESP** – O Brasil assistiu, nos últimos meses de 1822 e na primeira metade de 1823:

- a) ao reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.
- b) ao esforço do imperador para impor seu poder às províncias que não haviam aderido à independência.
- c) à libertação da Província Cisplatina, que se tornou independente e recebeu o nome de Uruguai.
- d) à pacífica unificação de todas as partes do território nacional, sob a liderança do governo central, no Rio de Janeiro.
- e) à confirmação, pelas Cortes portuguesas e pela Assembleia Constituinte, do poder constitucional do imperador.

Até 1823, governadores de diversas províncias negaram-se a acatar a independência, sendo apoiados por tropas portuguesas. A Bahia e o Pará foram os dois principais focos de conflito. O império empregou milícias civis e mercenários europeus nos combates.

3. **UESPI**

C5-H24

Em 1988, foi promulgada, através da Assembleia Constituinte eleita pelo voto popular, a Constituição conhecida como “Constituição Cidadã”. Mas nem todas as Constituições brasileiras tiveram essa feição, a exemplo da outorgada em 1824 por D. Pedro I, pela qual:

- a) foi instituído o Poder Moderador.
- b) se extinguiu o Poder Judiciário.
- c) consolidou-se a vitória do Partido Brasileiro.
- d) estabeleceu-se a separação entre os poderes eclesiástico e civil.
- e) se conseguiu o desenvolvimento do que se convencionou chamar de questão militar.

Diferentemente da Constituição de 1988, a primeira Constituição brasileira, de 1824, não contou com a participação popular e instituiu o Poder Moderador, o qual conferia ao imperador o poder de decidir sobre os outros três poderes.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

4. **UPE** – A liberdade política exige lutas e enfrentamentos, muitas vezes, violentos. Em Pernambuco, a insatisfação da população levou à organização da Confederação do Equador, logo depois de 1822. Liderada pelos liberais, a confederação tinha como objetivo:

- a) afirmar um governo baseado numa monarquia constitucional, segundo os modelos do Iluminismo francês.

- b) definir um governo democrático, com o fim imediato da escravidão e do governo monárquico.
- c) reforçar a centralização política, sem, contudo, alterar a Constituição de 1824 e suas normas básicas.
- d) criar uma república federativa, facilitando a descentralização política e o fim do autoritarismo.
- e) destruir o poder dos grandes latifundiários, proclamando uma Constituição radicalmente liberal.

A Confederação do Equador foi uma revolta de caráter republicano que visou separar províncias do Nordeste do Brasil por considerar D. Pedro I um monarca autoritário.

5. **UEPG-PR** – Sobre o I Império (1822-1831) e a formação do Estado no Brasil, assinale o que for correto:

- (01) Esse período, além de marcar a organização do Estado, caracterizou-se pela disputa pelo controle político nacional entre o imperador e a aristocracia rural brasileira.
- (02) Em 1824, em Pernambuco, eclodiu a Confederação do Equador, um movimento de protesto contra o autoritarismo de D. Pedro I e que pretendia separar as províncias do Norte e do Nordeste do restante do país.
- (04) A Constituição de 1824 estabeleceu o voto censitário, que exigia que o eleitor e/ou candidatos tivessem uma renda mínima permanente, o que excluiu a maior parte da população brasileira do cenário político ao longo de todo o império.
- (08) Na prática, o Poder Moderador, instituído pela Constituição de 1824, dava grandes poderes ao imperador.
- (16) A presença de um considerável grupo de portugueses ocupando cargos importantes no Estado brasileiro produziu um grande desgaste entre D. Pedro I e a aristocracia rural brasileira.

Dê a soma da(s) alternativa(s) correta(s).

31 (01 + 02 + 04 + 08 + 16).

6. **UECE** – Dentre as afirmações a seguir, assinale aquela que está incorreta no que diz respeito à Confederação do Equador (1824):

- a) a Confederação do Equador estava afinada com os ideais de federação que serviram de base para a implantação da república dos Estados Unidos da América.
- b) a revolta começou com a exigência de que o presidente da Província de Pernambuco, indicado por D. Pedro I, renunciasse ao cargo em favor do liberal Manuel de Carvalho Pais de Andrade.
- c) a Confederação do Equador uniu Pernambuco e as províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.
- d) cedendo às forças de repressão comandadas pelo brigadeiro Francisco Lima e Silva, após cinco meses de resistência os rebeldes se entregaram, sendo, por este motivo, anistiados.

Os rebeldes da Confederação do Equador não foram anistiados, mas duramente reprimidos. Frei Caneca, um dos líderes do movimento, foi executado.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UECE – Atente ao que se diz a respeito dos dois partidos políticos denominados Partido Português e Partido Brasileiro, considerando os acontecimentos que culminaram com o processo de emancipação política brasileira de 1822.

- I. O Partido Português, composto em sua maioria por comerciantes portugueses, gostaria de ver mantidos os privilégios a eles proporcionados pela estrutura colonial e desejava o retorno de Dom Pedro a Portugal para que as medidas recolonizadoras fossem aplicadas.
- II. O Partido Brasileiro reunia burocratas, grandes proprietários de terras, advogados e investidores urbanos nascidos no Brasil. Esse grupo foi privilegiado pela abertura dos portos de 1808 e gostaria que fosse mantida a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.

Acerca das duas proposições acima, é correto afirmar que:

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| a) ambas são verdadeiras. | c) ambas são falsas. |
| b) I é falsa e II é verdadeira. | d) I é verdadeira e II é falsa. |

8. PUC-RS – Sobre a situação econômica e financeira do Brasil durante o Primeiro Reinado, é incorreto afirmar que:

- a) o Brasil passava por uma forte crise no comércio de exportação devido à queda das suas vendas externas de açúcar no mercado europeu.
- b) a situação brasileira se agravou na medida em que, depois do declínio da produção aurífera colonial, a Inglaterra perdeu o interesse de ser parceira comercial do Brasil.
- c) o imperador D. Pedro I fazia gastos excessivos e não voltados ao desenvolvimento econômico, como o financiamento da Guerra da Cisplatina, além de existirem problemas na arrecadação de impostos.
- d) o café, que seria o grande produto brasileiro de exportação no século XIX, ainda não ocupava espaço significativo no comércio exterior do país.
- e) havia grande carência em transportes, que, aliada às dimensões continentais do território brasileiro, dificultava a integração econômica do novo país e o adequado aproveitamento de suas riquezas naturais.

9. UECE – Sobre o processo que resultou no pronunciamento de D. Pedro I, no dia 9 de janeiro de 1822, para a multidão reunida diante do Paço Imperial (o Dia do Fico), considere as seguintes afirmações:

- I. O processo representou o desacordo com Portugal, que exigia o seu regresso a Lisboa.
- II. O processo representou o fortalecimento do Partido Brasileiro, explícito na composição do novo ministério.
- III. O processo representou o rompimento dos laços políticos formais com Portugal.

É correto o que se afirma:

- | | |
|--------------------|-----------------------|
| a) em I, II e III. | c) apenas em III. |
| b) apenas em I. | d) apenas em I e III. |

10. FGV-SP – No Brasil, durante o Primeiro Império, a situação financeira era precária pelo fato de que:

- a) o comércio de importação entrou em colapso com a vinda da família real (1808).
- b) os Estados Unidos faziam concorrência aos nossos produtos, especialmente o açúcar.
- c) os principais produtos de exportação – açúcar e algodão – não eram suficientes para o equilíbrio da balança comercial do país.
- d) o capitalismo inglês se recusava a fornecer empréstimos para a agricultura.
- e) o sistema bancário era praticamente inexistente, só tendo sido fundado o Banco do Brasil em 1850.

11. UFSC – Sobre o Primeiro Reinado brasileiro (1822-1831), é correto afirmar que:

- (01) O rápido crescimento econômico do país após a independência, baseado na consolidação do café como principal produto nacional de exportação, garantiu a estabilidade política que caracterizou o reinado de D. Pedro I.
- (02) Ao estabelecer o sufrágio censitário, a primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, sustentava a tese liberal de que “todos os homens nascem livres e iguais”.
- (04) A Confederação do Equador, que eclodiu no Nordeste em 1824, foi um movimento revolucionário de tendência liberal, separatista e republicana.
- (08) A oposição interna contra D. Pedro I reduziu-se com a conquista da Província Cisplatina, ocorrida após a guerra travada entre 1825 e 1828 que resultou na separação da República da Banda Oriental do Uruguai.
- (16) Após a ruptura definitiva com Portugal em setembro de 1822, grupos políticos alinhados com a Corte portuguesa resistiram ao comando de D. Pedro I em algumas províncias do império.

Dê a soma da(s) alternativa(s) correta(s).

12. Marinha – O primeiro conflito internacional de que o Brasil participou após sua independência foi a Guerra da Cisplatina (1825-1828). A respeito dessa guerra, é correto afirmar que:

- a) a independência da Cisplatina, sob o nome de República Oriental do Uruguai, foi um de seus resultados.
- b) devido ao maior poderio naval argentino, a Esquadra Imperial Brasileira fez uso intensivo da guerra de corso.
- c) a causa principal desse conflito foi a invasão paraguaia à Província do Mato Grosso.
- d) a vitória brasileira se deu em consequência de sua estratégia naval de bloqueio do Rio da Prata.
- e) ao bloquear o Rio Paraná, a Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai, deu um duro golpe na Força Naval Paraguaia.

13. UFPE – Na(s) questão(ões) a seguir, escreva nos parênteses a letra (V) se a afirmativa for verdadeira ou (F) se for falsa:

Na manhã de 13 de fevereiro de 1825, na porta da Igreja do Pátio do Terço, em Recife, frei Caneca foi despojado de suas ordens e executado. Considera(m)-se atividade(s) revolucionária(s) do frei:

- () Jornalista, redator de *O Diário Novo*, jornal praieiro responsável pela agitação intelectual da Revolução de 1848 em Pernambuco.
- () Frei Caneca participou da Revolução de 1817, cujo ideário republicano era semelhante ao da Revolução de 1824.
- () Frei Caneca dirigiu, durante o Primeiro Reinado, um periódico revolucionário intitulado *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*.
- () Frei Caneca insurge-se contra a Constituição Outorgada, logo após a dissolução da Constituinte em 1823.
- () Dirigiu e foi redator principal do jornal *O Tifis Pernambucano*, que combatia o absolutismo do imperador Pedro I e incitava à rebelião.

14. UEL-PR – A Confederação do Equador, em 1824, se caracterizou como um movimento de:

- a) emancipação política de Portugal.
- b) oposição à abertura dos portos.

- c) garantia à política inglesa.
- d) apoio aos atos do imperador.
- e) reação à política imperial.

15. PUC-MG – Dentre os vários fatores que podem ser apontados no sentido de se explicar o descontentamento da população com o governo de D. Pedro I (1822-1831), destacam-se, exceto:

- a) o profundo desequilíbrio observado nas finanças públicas.
- b) o estilo visivelmente centralista e absolutista do governo.
- c) o imobilismo do Estado frente à questão da abolição da escravidão.
- d) o desastroso resultado verificado ao término da Guerra da Cisplatina.
- e) o clientelismo e a corrupção reinantes nas diversas esferas do poder.

16. Mackenzie-SP – A Confederação do Equador, movimento que eclodiu em Pernambuco em julho de 1824, caracterizou-se por:

- a) ser um movimento contrário às medidas da Corte portuguesa, que visava favorecer o monopólio do comércio.
- b) uma oposição a medidas centralizadoras e absolutistas do Primeiro Reinado, sendo um movimento republicano.
- c) garantir a integridade do território brasileiro e a centralização administrativa.
- d) ser um movimento contrário à maçonaria, clero e demais associações absolutistas.
- e) levar seu principal líder, frei Joaquim do Amor Divino Caneca, à liderança da Constituinte de 1824.

17. UP-PR – A crise do I Reinado, que levou à abdicação de D. Pedro I, teve entre suas razões:

- a) a pressão do Partido Restaurador.
- b) a aprovação do Ato Adicional.
- c) a implantação do sistema parlamentarista.
- d) o fechamento da Assembleia Constituinte.
- e) a invasão da Guiana Francesa.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C1-H2

“É hoje a nossa festa nacional. O Brasil inteiro, da capital do império a mais remota e insignificante de suas aldeias, congrega-se unânime para comemorar o dia que o tirou dentre as nações dependentes para colocá-lo entre as nações soberanas, e entregou-lhe os seus destinos, que até então haviam ficado a cargo de um povo estranho.”

Gazeta de Notícias, 7 set. 1883.

As festividades em torno da independência do Brasil marcam o nosso calendário desde os anos imediatamente posteriores ao 7 de setembro de 1822. Essa comemoração está diretamente relacionada com:

- a) a construção e manutenção de símbolos para a formação de uma identidade nacional.
- b) o domínio da elite brasileira sobre os principais cargos políticos, que se efetivou logo após 1822.
- c) os interesses de senhores de terras que, após a independência, exigiram a abolição da escravidão.
- d) o apoio popular às medidas tomadas pelo governo imperial para a expulsão de estrangeiros do país.
- e) a consciência da população sobre os seus direitos adquiridos posteriormente à transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

19. Cederj

C3-H15

“[...] do Rio nada, não queremos nada.”

Com essa frase, frei Caneca encerrou um artigo manifesto no jornal *Tíffis Pernambucano* em 1824, dentro do movimento que ficou conhecido como a Confederação do Equador. Nesse texto, expôs suas críticas ao governo do imperador Pedro I, cuja sede estava na cidade do Rio de Janeiro.

Assinale a afirmativa que apresenta uma das razões para as críticas feitas no artigo-manifesto:

- a) a elite carioca insistia em ajudar os flagelados do Nordeste.
- b) havia uma excessiva centralização de poder nas mãos do imperador.
- c) o Brasil ainda se encontrava sob o domínio dos reis de Portugal.
- d) D. Pedro não permitia a realização de cultos não católicos.

- e) Pernambuco perdera o seu lugar de capital da Corte imperial.

20. Unirio-RJ

C3-H11

“[...] É sabido que a independência desencadeou um momento lusófono e nativista de troca de nomes de batismo. Há casos conhecidos de ‘tupinização’ de sobrenomes. Como o de um ramo da família pernambucana Galvão, que passou a chamar-se Carapeba. [...]”

Havia na elite imperial um fascínio pelos astecas, os quais, aparecendo como a sociedade mais civilizada da América pré-colombiana, inspiravam a maneira mais civilizada de declarar-se pró-americano. O próprio regente D. Pedro, futuro D. Pedro I, toma o nome de Guatimazin, o último imperador asteca, ao aderir, em 1822, à loja maçônica Grande Oriente do Brasil [...]. Os excessos da imagem indígena que se pretendia colar ao império suscitaram, anos mais tarde, uma reação do historiador, médico homeopata e polígrafo alagoano Mello Moraes, ascendente do poeta Vinícius de Moraes. [...]”

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no império*. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Para a análise do trecho dentro de uma perspectiva política, deve-se ressaltar que:

- a) demonstra conscientização política e necessidade de se afirmar como um Estado independente que buscou através do índio a legitimação do poder da elite brasileira.
- b) a busca pela valorização indígena e a perseguição ao elemento lusitano está presente na Assembleia Constituinte de 1823 e também na Constituição de 1824, pois tanto o projeto constitucional como a Constituição não concede qualquer direito político aos portugueses.
- c) houve uma mobilização popular pela necessidade de se afirmar como brasileiro, pois o voto instituído pela Constituição de 1824 alijava os portugueses e beneficiava a participação dos brasileiros.
- d) mostra, politicamente, a figura indígena ganhando importância e que a essa foi dado o direito à cidadania desde o projeto constitucional de 1823.
- e) a elite brasileira, aliada a D. Pedro, promove o 7 de setembro, tem como interesse claro a retirada do elemento lusitano do poder administrativo e a valorização dos brasileiros pelo projeto constitucional de 1823.

7

PERÍODO REGENCIAL E REVOLTAS REGENCIAIS

- Um período de transição
- Avanço liberal (1831-1837)
- Regência de Diogo Feijó
- Regresso conservador
- Golpe da Maioridade
- País em ebulição
- Revolução Farroupilha (1835-1845)
- Revolta dos Malês (1835)
- Cabanagem (1835-1840)
- Sabinada (1837-1838)
- Balaiada (1838-1841)

HABILIDADES

- Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
- Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Os nove anos de período regencial foram marcados por grandes agitações político-sociais e separatistas que ameaçaram a integridade do país. Algumas representaram a divisão da aristocracia rural quanto à orientação política e governamental e no que diz respeito à maior autonomia das províncias ou à maior centralização administrativa. Além disso, também envolveram as lutas das camadas médias e populares por melhores condições de vida e pelo direito de participação política nos destinos do país.

O período regencial dividiu-se em duas fases: de avanço liberal e de regresso conservador. A primeira compreende as duas Regências Trinas e a Regência Una de Diogo Feijó e, a segunda, a Regência Una de Pedro de Araújo Lima.

AVANÇO LIBERAL (1831-1837)

Nessa fase político-administrativa do Brasil, havia três agremiações políticas:

- **Partido Restaurador:** seus componentes, conhecidos como caramurus, pretendiam o retorno de D. Pedro I e a restauração da monarquia centralizadora e autoritária.
- **Partido Liberal Moderado:** seus componentes, conhecidos como chimangos, eram grandes proprietários que defendiam a escravidão e o latifúndio. Dividiam-se entre os que desejavam maior descentralização política e os favoráveis a manter a centralização nos moldes instituídos por D. Pedro I.
- **Partido Liberal Exaltado:** seus componentes, alguns latifundiários e outros das camadas médias da população, conhecidos como farroupilhas ou jurujubas, defendiam a descentralização político-administrativa do Brasil por meio do federalismo característico dos Estados Unidos. Alguns defendiam abertamente a mudança de regime de monarquia para república.

Constituiu-se uma Regência Trina Provisória até o Legislativo eleger os regentes permanentes, conforme definia a Constituição de 1824. Os liberais ajustaram suas diferenças com o intuito de compor a maioria e, com isso, ter condições de escolher os membros do grupo para o governo regencial. Desse ajuste resultou o controle do poder pelos liberais, principalmente moderados, que representavam a maioria do Parlamento, em prejuízo dos exaltados, o que permitiu a adoção de medidas descentralizadoras.

O Poder Moderador teve suas atribuições reduzidas, não podendo, por exemplo, dissolver a Câmara dos Deputados.

Ainda em 1831, padre Diogo Feijó, ministro da Justiça, criou a Guarda Nacional, conferindo poder de polícia às elites agrárias provinciais, pois era uma força militar que visava zelar pela ordem nas áreas de poder dos eleitores.

Isso representava a descentralização do poder de repressão conferido às elites locais. O chefe da Guarda Nacional de cada área era um grande senhor de terras que recebia a patente de coronel. Daí originou-se a expressão “coronelismo” na história do Brasil, visando designar as lideranças políticas locais e regionais oriundas das oligarquias.

REGÊNCIA DE DIOGO FEIJÓ

A descentralização criou um quadro de instabilidade política expressa em agitações que envolveram tanto membros das elites como camadas médias e populares da sociedade brasileira. Feijó tomou posse em 12 de outubro de 1835, em um momento turbulento,

marcado pela eclosão da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul; da Cabanagem, no Pará; e da Revolta dos Malês, na Bahia. Muitos afirmavam que o país corria o risco de fragmentação em consequência da descentralização e vários liberais moderados assumiram uma postura conservadora.

O próprio regente uno Diogo Feijó, percebendo ameaças à ordem oligárquica e ao território nacional, pediu ao Parlamento mais poderes para enfrentar a situação. Parte do Parlamento concluiu pela necessidade de “interpretar o Ato Adicional e coibir as liberdades democráticas”, conforme palavras do deputado de oposição Rodrigues Torres.

Com o apoio da elite dominante, a oposição fortalecia-se e a Igreja criticou as declarações públicas de Feijó contra o celibato e sua interferência clerical na política interna do país, o que agravou a situação.

Com a morte de D. Pedro I em Portugal, em 1834, os restauradores uniram-se aos moderados conservadores, formando o Partido Regressista, enquanto os exaltados uniram-se aos moderados mais liberais e formaram o Partido Progressista. Feijó ficou com o Partido Progressista, que era minoria. A ferrenha oposição levou-o à renúncia em 19 de novembro de 1837. Começou a segunda fase do período regencial, o regresso conservador, sob o comando do regente interino Araújo Lima.

Outra medida importante dos liberais foi a criação do Código do Processo Criminal, em 1832, que concedia ao juiz de paz o poder de vida e morte sobre os habitantes de sua jurisdição, descentralizando, assim, o poder de Justiça.

O problema dessa política foram as disputas entre os grupos locais pelo controle da Guarda Nacional e pelo cargo de juiz de paz. A mobilização de apadrinhados, dependentes dessas elites que atuavam de forma armada, comprometia a ordem nas regiões.

Esse sistema em que organizações políticas (estados ou províncias) se unem amplamente, porém mantendo a autonomia, caracterizou a política descentralizadora ou federalista, que foi coroada com a criação do Ato Adicional à Constituição, em 1834. Por esse ato, as províncias passavam a ter, no lugar dos Conselhos Gerais de Província, Assembleias Legislativas Provinciais, com poder de legislar sobre vários assuntos e até reivindicar empréstimos no exterior. Além disso, foi criado o município neutro do Rio de Janeiro, capital do império, e extinguiu-se a Regência Trina Permanente, que deu lugar à Regência Una Eletiva e Temporária, o que significava, para muitos, a possibilidade de revezamento no poder dos membros da elite até a emancipação do herdeiro, D. Pedro de Alcântara. Na ocasião, o regente único eleito foi o liberal moderado padre Diogo Feijó. O Ato Adicional de 1834 também extinguiu o Conselho de Estado.

REGRESSO CONSERVADOR

Os conservadores modificaram todas as medidas descentralizadoras do período anterior, estabelecendo uma política claramente centralizadora. Além disso, tiveram de lidar com outros levantes: a Revolta da Sabinada, na Bahia (1837); e a Balaiada, no Maranhão (a partir de 1838).

No período conservador, houve a criação da Lei Interpretativa do Ato Adicional, que limitava o poder de atuação das Assembleias Legislativas Provinciais ao estabelecer a nomeação do seu presidente pelo poder central. O presidente escolhido pelo regente tinha poder de veto às decisões da Assembleia. Assim, qualquer decisão provincial que não atendesse aos interesses do poder central podia ser anulada pelo presidente nomeado.

Duas alterações significativas de caráter descentralizador que haviam vigorado no início da regência apareceram na reformulação do Código de Processo Criminal: as competências do juiz de paz ficaram reduzidas e atreladas ao poder central, ou seja, ao regente; e a definição da patente de coronel das Guardas Nacionais provinciais passou a ser dos regentes.

A anulação das medidas político-administrativas descentralizadoras não foi suficiente para conter as agitações sociais. A Farroupilha, a Cabanagem e a Balaiada exemplificam a instabilidade desse período.

GOLPE DA MAIORIDADE

Com a fase do regresso conservador, os liberais perderam espaço na política nacional e começaram a conspirar contra o governo conservador. Com o propósito de abreviar a regência de Araújo Lima, instauraram uma campanha de antecipação da maioria do herdeiro, D. Pedro de Alcântara.

Os conservadores não viam a emancipação de D. Pedro de forma negativa. Muitos até creditavam justamente ao príncipe a preservação da integridade territorial e a pacificação do país. A proposta dos liberais golpistas ganhou terreno e apoio de muitos conservadores. O Parlamento brasileiro declarou o filho de D. Pedro I maior de idade aos 14 anos. Assim, em 1840, encerrava-se o período regencial e tinha início o Segundo Reinado da história do Brasil.

PAÍS EM EBULIÇÃO

O período de 1831 a 1840 foi marcado por violentas revoltas com tendências político-liberais que eclodiram em diversas partes do país e, em alguns casos, ameaçaram sua unidade territorial.

A participação popular nessas rebeliões, apesar de malsucedida, ganhou autonomia e radicalidade inusitadas. Conheceremos agora os principais focos de ebulição desse momento de transição entre o Primeiro e o Segundo reinados, decisivos para a manutenção da unidade territorial brasileira.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)

Movimento iniciado por estancieiros criadores de gado contra a elevada tributação sobre os produtos derivados de sua pecuária, principalmente a carne charqueada. O preço da carne produzida no Rio Grande do Sul ficou mais alto que a vendida ao Brasil pelos uruguaios e argentinos. Com o tempo, a campanha passou a ser motivada por conflitos internos entre as elites sul-rio-grandenses, opondo o grupo litorâneo, vinculado ao governo regencial, ao interiorano ou farroupilha, que via na política regencial um obstáculo à afirmação de seu poder.

A atuação farroupilha estendeu-se à Província de Santa Catarina, sendo proclamadas duas repúblicas: Rio-Grandense (no Rio Grande do Sul) e Juliana (em Santa Catarina). A Farroupilha, uma das mais longas revoltas da história do Brasil, iniciou-se em 1835 e terminou somente em 1845 por meio de um acordo feito com duque de Caxias. Houve anistia geral aos revoltosos com sua integração às forças do Exército brasileiro, desfecho bem diferente dos movimentos de caráter popular na história do Brasil, como a Cabanagem, a Revolta dos Malês, a Sabinada e a Balaiada.

REVOLTA DOS MALÊS (1835)

A situação na Província da Bahia era muito difícil, porque boa parte da população era constituída de escravos, afrodescendentes e mestiços libertos que viviam em condição de penúria. Os maus-tratos comuns e a exploração intensa eram responsáveis por um clima de tensão permanente. A organização da revolta contra essa exploração teve a participação de africanos e descendentes de origem islâmica, os malês, que realizavam cultos particulares e conheciam a escrita e a língua árabes.

A ação pretendia libertar os africanos da escravidão. A agitação, iniciada na madrugada de 25 de janeiro de 1835, estendeu-se ao longo do dia, com vários combates entre os rebeldes e as forças policiais de Salvador. A rebelião foi contida e houve fuzilamento de alguns participantes, açoitamento público de outros e deportação ou venda da maioria para outras áreas do Brasil.

CABANAGEM (1835-1840)

A Cabanagem foi um movimento popular contra as condições de pobreza e abandono e as políticas governamentais elitistas. Indígenas, mestiços e escravizados combateram o governo provincial do Pará nomeado pela regência. A princípio, setores das oligarquias não contempladas mobilizaram populares, pretendendo assumir o controle da província. Entretanto, os anseios da população pobre por melhorias nas condições de vida afastaram os grupos oligárquicos do movimento.

Os cabanos, como ficaram conhecidos os rebeldes populares, lideraram uma agitação que chegou à cidade de Belém em 1835 e criaram um governo provisório que durou cerca de nove meses. Sem condições de realizar uma política que contemplasse todos, o movimento dividiu-se e enfraqueceu com a chegada das tropas imperiais. Depois que as forças regenciais recuperaram Belém, os cabanos dirigiram-se ao interior, constituindo focos de resistência que foram destruídos aos poucos.

SABINADA (1837-1838)

A renúncia de padre Diogo Feijó em 1837 levou os conservadores liderados por Araújo Lima ao poder regencial. Nesse período do regresso conservador, os liberais da Bahia, não aceitando a política centralizadora, deram início a agitações que visavam impedir a perda de autonomia da província. O movimento foi liderado pelo médico e jornalista Francisco Sabino, representante da classe média baiana, daí o nome atribuído à rebelião. Populares atenderam ao apelo do médico por estarem descontentes com seu estado de pobreza. Em 1837, o levante em Salvador proclamou a República Baiana, que existiria até a maioria de D. Pedro de Alcântara.

Em ação rápida, o governo regencial enviou tropas que sitiaram a cidade de Salvador com o apoio de senhores de engenho da região do Recôncavo Baiano. O resultado foi o massacre da população. Francisco Sabino e outros companheiros de mesma condição social foram presos, mas receberam anistia.

BALAIADA (1838-1841)

A origem da agitação, como outras na história do Brasil, associa-se à crise econômica e à pobreza extrema na região. O elemento catalisador foi a disputa entre membros da elite pelo poder político na Província do Maranhão. Os liberais maranhenses (bem-te-vis), que estavam em campanha contra os conservadores que governavam com o apoio da regência de Araújo Lima, decidiram manipular os populares contra o governo, inclusive provendo-os com munição. O movimento saiu do controle da elite liberal e passou a agir por conta própria, sob a liderança de Cosme Bento, ex-escravo; e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, artesão que confeccionava balaios. Daí a inspiração para o nome do levante, que fortaleceu-se com a conquista da cidade de Caxias pelos balaios.

A repressão não tardou. Comandando cerca de 8 mil homens das forças imperiais, Luís Alves de Lima e Silva atacou Caxias e massacrou os rebeldes. O sucesso de Lima e Silva o fez barão de Caxias, credenciando-o a atuar contra outros levantes, como a Revolução Farroupilha.

ROTEIRO DE AULA

PERÍODO REGENCIAL

Contexto

Em razão do impedimento do futuro imperador em assumir o trono por conta da idade, a Assembleia Geral elegeu três representantes entre os deputados, que formaram a regência responsável pelo governo do país até a maioridade de Pedro II.

Regência Trina Provisória

Regentes: Campos Vergueiro, Carneiro de Campos e brigadeiro Lima e Silva.

Características: Tendência liberal. Anistia a presos políticos. Suspensão do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Reintegração do Ministério dos Brasileiros. Exclusão dos estrangeiros no Exército brasileiro.

Regência Trina Permanente

Regentes: Francisco de Lima e Silva, João Bráulio Muniz e José Costa Carvalho.

Características: Criação da Guarda Nacional e do Código de Processo Criminal. Ato adicional de 1834: Assembleias Legislativas nas províncias; criação do município neutro do Rio de Janeiro; eleições para regente uno.

Regência Una de Diogo Feijó

Características: Domínio dos grupos liberais. Destacou-se como ministro da Justiça durante a regência permanente. As constantes revoltas e conflitos com o clero trouxeram desgaste político.

Regência Una de Pedro de Araújo Lima

Características: Predomínio de grupos conservadores. Repressão aos movimentos revolucionários. Centralização do poder: o governo central voltou a ter autonomia para nomear funcionários públicos e controlar organismos policiais e judiciários.

ROTEIRO DE AULA

REVOLTAS EMANCIPACIONISTAS

Contexto

Em razão do impedimento do futuro imperador em assumir o trono por conta da idade, a Assembleia Geral elegeu três representantes entre os deputados, os quais formaram a regência responsável pelo governo do país até a maioridade de D. Pedro II.

Revolução Farroupilha

Local: Rio Grande do Sul.

Período: 1835-1845.

Revoltosos: Elite (grandes fazendeiros).

Motivos e demandas: Impostos sobre o sal e o charque. Mudanças nas taxas alfandegárias. Mais autonomia em relação ao poder central da monarquia.

Consequência imediata: Medidas protecionistas ao charque do Rio Grande do Sul.

Revolta dos Malês

Local: Bahia.

Período: Madrugada de 25 de janeiro de 1835.

Revoltosos: Classes populares (africanos de origem islâmica, os malês).

Motivos e demandas: Maus-tratos e exploração de escravizados e mestiços. Pretendiam libertar os escravizados.

Consequência imediata: Repressão do movimento, fuzilamentos, açoitamentos públicos e deportação ou venda de participantes da revolta para outras áreas do Brasil.

ROTEIRO DE AULA

Cabanagem

Local: Pará.

Período: 1835-1840.

Revoltosos: Elite e populares.

Motivos e demandas: Política repressiva do governo provincial, que excluía líderes locais. Situação de miséria da maior parte da população.

Consequência imediata: Dura repressão e morte de cerca de 30 mil pessoas.

Sabinada

Local: Bahia.

Período: 1837-1838.

Revoltosos: Camadas médias de Salvador.

Motivos e demandas: Eram contra a centralização política no Rio de Janeiro e o recrutamento compulsório. Repressão do movimento e prisão dos líderes.

Consequência imediata: Repressão do movimento, retomada da cidade, cerca de 2 mil mortes e 3 mil prisões.

Balaiada

Local: Maranhão.

Período: 1838-1841.

Revoltosos: Elite (liberais x conservadores) e classes populares (indígenas, mestiços e afrodescendentes).

Motivos e demandas: Disputa pelo poder entre bem-te-vis (liberais) e cabanos (conservadores); recrutamento compulsório.

Consequência imediata: Repressão do movimento e pacificação do Maranhão.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

- 1. FGV-SP** – A abdicação de D. Pedro I em 1831 deu início ao chamado período regencial, sobre o qual se pode afirmar:
- As elites nacionais reformaram o aparato institucional de modo a estabelecer maior descentralização política.
 - Foi um período convulsionado por revoltas, entre elas a Farroupilha e a Sabinada.
 - D. Pedro II sucedeu ao pai e impôs, logo ao assumir o trono, reformas no regime escravista.
 - O exercício do Poder Moderador pelos regentes e pelo Exército conferia estabilidade ao regime.

As afirmativas corretas são:

- a) I e II. *A afirmativa III é incorreta, pois não foi D. Pedro II quem sucedeu ao pai. Antes, houve nove anos de período regencial. D. Pedro II tampouco impôs reformas ao escravismo. Já a afirmativa IV está errada, pois na regência o Poder Moderador foi enfraquecido e suspenso em alguns momentos.*
- b) I, II e III.
- c) I e III.
- d) I, III e IV.
- e) II e IV.

- 2. Fuvest-SP** – O período regencial foi politicamente marcado pela aprovação do Ato Adicional, que:

- a) criou o Conselho de Estado.
- b) implantou a Guarda Nacional.
- c) transformou a Regência Trina em Regência Una.
- d) extinguiu as Assembleias Legislativas Provinciais.
- e) eliminou a vitaliciedade do Senado.

O Ato Adicional de 1834 criou Assembleias Legislativas nas províncias, transformou o Rio de Janeiro em município neutro e convocou eleições para um regente uno.

- 3. Fuvest-SP** – Em agosto de 1831, Feijó cria a Guarda Nacional. Qual o papel dessa instituição militar no período regencial e no Segundo Reinado?

A Guarda Nacional era vinculada diretamente às elites regionais. Os oficiais eram eleitos nas próprias províncias. Dessa forma, ela representou um movimento de descentralização do poder imperial e possibilitou às elites domínio político e econômico e intensa participação na política nacional.

- 4. UFRGS-RS** – A organização do Império Brasileiro, no século XIX, foi marcada por uma série de tensões sociais, políticas e militares. Um dos episódios mais relevantes desse período foi a chamada Guerra dos Farrapos (1835-1845).

Sobre o conflito, considere as seguintes afirmações:

- A promulgação da Lei Feijó (1831), que tinha por objetivo fomentar o tráfico de africanos para o Brasil, contrariando assim os interesses republicanos das elites políticas da Província de São Pedro, foi um dos fatos desencadeadores da guerra.
- A Guerra dos Farrapos também pode ser inserida dentro de uma conjuntura platina na qual têm importância as relações mantidas entre lideranças sul-rio-grandenses e elites político-econômicas uruguaias.
- O Corpo de Cavalaria dos Lanceiros Negros, formado por parte da população escrava habitante da província, foi dizimado pelas tropas imperiais na chamada “surpresa de Porongos”.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

A afirmativa I é incorreta, pois a Guerra dos Farrapos não teve relação com a Lei Feijó, de 1831. Ela iniciou-se em 1835, liderada pela elite pecuária do Rio Grande do Sul, contra as tributações impostas pelo império a seus produtos.

- 5. UFMG** – O Império Brasileiro presenciou, nos anos 30, a emergência de movimentos revolucionários.

Todas as alternativas apresentam movimentos desse período, exceto:

- a) a Balaiada, no Maranhão, que se caracterizou por sucessivas e ininterruptas rebeliões da população sertaneja escrava.
- b) a Cabanagem, na Província do Pará, que foi uma das lutas mais violentas do período regencial.
- c) a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, marcada pelas aspirações do patriciado urbano e rural da região.
- d) a Praieira, em Pernambuco, que teve como objetivo o fortalecimento da monarquia.
- e) a Sabinada, na Bahia, caracterizada pelo antilusitanismo da camada social média.

Ainda que os alunos não conheçam a Revolução Praieira, é possível chegar à resposta por eliminação. Neste módulo, estudamos as principais revoltas do período regencial. A Praieira ocorreu durante o Segundo Reinado e foi um movimento republicano, não monarquista.

- 6. Fatec-SP** – Leia o texto: C3-H13

Em abril de 1831, D. Pedro I abdicou ao trono do Brasil em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, que tinha, então, cinco anos de idade. Uma regência foi criada para governar até que D. Pedro II, como ficaria conhecido, atingisse a maioria e pudesse ser coroado.

Durante o período regencial, a política brasileira foi marcada:

- a) pela intensificação da política expansionista do regente Feijó, que acentuou os conflitos internacionais no Cone Sul (guerras da Cisplatina e do Paraguai) e pelo aumento progressivo da dívida externa brasileira.
- b) pela fragmentação do império, marcada pela perda de territórios fronteiriços (Província Cisplatina, Amazônia colombiana) nos combates com as tropas de Simón Bolívar e José de San Martín.
- c) pelo pacto federativo, conduzido pelo jovem imperador, que favoreceu as demandas dos regionalistas, concedendo autonomia administrativa às províncias.
- d) pela promulgação da primeira Constituição do império, que sofreu forte resistência das elites regionais por seu caráter centralizador, pela criação do Poder Moderador e pela extensão do direito de voto aos analfabetos.
- e) pela criação das Assembleias Legislativas Provinciais e pela eclosão de rebeliões em diversas províncias, sendo algumas de caráter popular (como a Cabanagem) e outras comandadas pelas elites regionais (caso da Guerra dos Farrapos).

As políticas expansionistas no Cone Sul não se deram no período regencial (a Guerra da Cisplatina ocorreu no Primeiro Reinado e, a Guerra do Paraguai, no Segundo Reinado). O Império Brasileiro não foi fragmentado como nas antigas possessões espanholas. O pacto federativo não foi conduzido pelo jovem imperador D. Pedro II, mas pelos políticos liberais durante a regência. A primeira Constituição foi outorgada em 1824, e não promulgada na regência. A única alternativa que não contém informações equivocadas é a E.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

7. UFRGS-RS – O cargo de juiz de paz teve suas funções regulamentadas pelo Código de Processo Criminal de 1832. Esses juizes representavam o liberalismo brasileiro durante o período regencial. Esses magistrados eram:

- a) nomeados diretamente pelo imperador, exercendo as funções de chefe de polícia.
- b) designados diretamente pelo ministro da Justiça, exercendo as funções de promotor público.
- c) eleitos pelos cidadãos para exercer funções conciliatórias e de qualificação eleitoral.
- d) eleitos pelos deputados gerais para administrar os bens dos órfãos e de pessoas ausentes.
- e) indicados pelo presidente provincial para pacificar os conflitos pela terra.

8. UFRGS-RS – Assinale a alternativa correta em relação aos eventos políticos ocorridos no período regencial:

- a) na Regência Una do padre Feijó, foi suspenso parcialmente o uso do Poder Moderador pelos regentes.
- b) na Regência Una de Araújo Lima, promulgou-se a Lei Interpretativa do Ato Adicional.
- c) na Regência Trina Provisória, foram criados os partidos Progressista, Regressista, Liberal e Conservador.
- d) na regência da princesa Isabel, eclodiu o movimento opositor da Confederação do Equador.
- e) na Regência Trina Permanente, foi criada a Guarda Nacional.

9. UFC-CE – O Ato Adicional, decretado no período das regências no Brasil pela Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, estabeleceu algumas modificações na Constituição de 1824. Acerca dessas alterações, assinale a alternativa correta:

- a) o Conselho de Estado foi reorganizado para que fosse possível conter os conflitos provinciais.
- b) os presidentes provinciais passaram a ser eleitos e a ter o poder de aprovar leis e resoluções referentes ao controle dos impostos.
- c) o estabelecimento da Regência Una, ao invés da Regência Trina, significou a eleição de um único regente, com mandato até a maioria de D. Pedro II.
- d) as Assembleias Legislativas Provinciais foram criadas para proporcionar autonomia política e administrativa às províncias no intuito de atender às demandas locais.
- e) a Corte, com sede no Rio de Janeiro, por meio da aliança entre progressistas e regressistas, continuou centralizando as ações em defesa da Constituição de 1824.

10. UESPI – Durante o governo regencial, foi criada no Brasil a Guarda Nacional (1831), que teve entre seus objetivos:

- a) apoiar o reinado de D. Pedro I na consolidação da independência.
- b) proteger os grupos que lideravam a oposição à aristocracia rural.
- c) substituir as tropas das milícias do Exército e reforçar o poder das elites agrárias.
- d) proteger as fronteiras quanto a possíveis invasões, sobretudo as do Nordeste.

e) conter as rebeliões e motins que pudessem perturbar a ordem institucional militar.

11. UnB-DF (adaptado) – Julgue a afirmativa a seguir:

Assim como a palmatória serviu de instrumento de opressão aos alunos, a Guarda Nacional, criada pelo ministro da Justiça, o padre Feijó, serviu para reprimir as forças anárquicas contrárias às aristocracias locais.

12. UFG-GO – A ocorrência de rebeliões, tais como a Cabanagem (1835-1840), no Pará; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão, determinou a caracterização da regência como um período conturbado. Todavia, a ocorrência de rebeliões tão distintas apresenta como aspecto comum a:

- a) reivindicação popular pela abolição da escravatura, tornando inviável o apoio das camadas médias urbanas aos movimentos contra a ordem regencial.
- b) influência da experiência republicana da América hispânica, decorrente da proximidade intelectual entre as elites imperiais e os *criollos*.
- c) mobilização das camadas populares pelos segmentos da elite, objetivando o controle do poder nas referidas províncias.
- d) tentativa de restabelecer o Poder Moderador, transferindo-o para a Regência Una como forma de resistir às reformas liberais.
- e) rejeição ao regime monárquico, revelador da permanência do privilégio concedido aos portugueses desde a colônia.

13. UNESP – Sobre as revoltas do período regencial (1831-1840), é correto afirmar que:

- a) indicavam o descontentamento de diferentes setores sociais com as medidas de cunho liberal e antiescravista dos regentes, expressas no Ato Adicional.
- b) algumas, como a Farroupilha (RS) e a Cabanagem (PA), foram organizadas pelas elites locais e não conseguiram mobilizar as camadas mais pobres e os escravos.
- c) provocavam a crise da Guarda Nacional, espécie de milícia que atuou como poder militar da independência do país até o início do Segundo Reinado.
- d) a Revolta dos Malês (BA) e a Balaiada (MA) foram as únicas que colocaram em risco a ordem estabelecida, sendo sufocadas pelo duque de Caxias.
- e) expressavam o grau de instabilidade política que se seguiu à abdicação, o fortalecimento das tendências federalistas e a mobilização de diferentes setores sociais.

14. UNESP – Entre as várias rebeliões ocorridas no período regencial, destaca-se a chamada Guerra dos Farrapos, iniciada em 1835. O conflito:

- prosseguiu até a metade da década seguinte, quando o governo do Segundo Império aumentou os impostos de importação dos produtos bovinos argentinos e anistiou os revoltosos.
- demonstra que as disputas comerciais entre Brasil e Argentina se iniciaram logo depois da independência e desde então se agravaram, até atingir a atual rivalidade entre os dois países.
- permitiu a adoção de um regime federalista no Brasil, uma vez que as negociações entre o governo imperial e os rebeldes determinaram a autonomia política rio-grandense.
- revela a impossibilidade de estabelecer relações políticas e diplomáticas na América Latina após a independência política e durante o período de formação dos Estados nacionais.
- impediu a continuação do período regencial e levou à aceitação de outra exigência dos participantes da revolta: a antecipação da maioria do futuro imperador Pedro II.

15. UNESP – A Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, na Bahia, contou com ampla participação popular e defendeu, entre outras propostas:

- a rejeição ao catolicismo e a construção de uma ordem islâmica.
- a manutenção da escravidão de africanos e a ampliação da escravização de indígenas.
- o retorno de D. Pedro I e o restabelecimento da monarquia absolutista.
- a ampliação das relações diplomáticas e comerciais com os países africanos.
- o reconhecimento dos direitos e deveres de todo cidadão brasileiro.

16. UFRGS-RS – A respeito da Revolta dos Malês, ocorrida na cidade de Salvador em 1835, é correto afirmar que ela foi um movimento liderado por:

- escravos oriundos da África Oriental, inspirados na independência do Haiti.
- escravos e libertos de origem africana, que professavam a religião muçulmana.
- escravos nascidos no Brasil e grupos excluídos do processo político-partidário.
- escravos e índios aldeados no Recôncavo, que protestavam contra a exploração.
- populares que se inspiraram na Revolta dos Alfaiates.

17. Unespar-PR – Sobre as revoltas provinciais deflagradas no período regencial, considere as seguintes alternativas:

- A Cabanagem – PA (1835-1840) foi um movimento popular com a participação de índios, caboclos e negros que se opôs à regência e ocupou, por alguns meses, o governo da província.
 - A Revolução Farroupilha – RS/SC (1835-1845) foi uma revolta motivada, sobretudo, pela política tributária do governo regencial, que, por sua vez, conseguiu conter o movimento, punir os líderes e impor as tarifas que causaram o início do movimento.
 - A Sabinada – BA (1837-1838) pregava a república federativa, estabelecendo em 1837 o novo regime na BA, o qual se manteria até a maioria do futuro imperador. Após reação dos senhores de engenho do Recôncavo e do governo central (com a Armada) a capital da BA foi retomada.
 - As revoltas Cabanagem, Revolução Farroupilha e Sabinada tinham em comum demandas regionais não atendidas pelo governo central. Em nenhum caso seus líderes pretendiam ampliar as conquistas para o âmbito nacional.
- I, II e III estão corretas.
 - II e IV estão corretas.
 - I, III e IV estão corretas.
 - Todas estão corretas.
 - II, III e IV estão corretas.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C3-H11

Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos “barões do café”, para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

O contexto do período regencial foi marcado:

- por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos “barões do café”.

- pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

19. PUC-PR

C3-H13

“O Rio Grande do Sul era um caso especial entre as regiões brasileiras desde os tempos da colônia. Por sua posição geográfica, formação econômica e vínculos sociais, os gaúchos tinham muitas ligações com o mundo platino, em especial com o Uruguai. Os chefes de grupos militarizados da fronteira – os caudilhos –, que eram também criadores de gado, mantinham extensas relações naquele país. Aí possuíam terra e se ligavam, pelo casamento, a muitas famílias da elite.”

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 91. Com base no exposto, é correto afirmar em relação à Revolução Farroupilha:

- foi uma guerra civil que levou ao confronto dois grupos políticos rivais no Rio Grande do Sul: os maragatos e os farroupilhas. Estes últimos exigiam mudanças profundas no governo, acusando-o de não atender às necessidades da província.

- b)** os farroupilhas exigiam maior autonomia da província em relação ao governo central, o que, no decorrer da luta, resultou na proclamação de uma república federal na Região Sul do Brasil, que englobava também Santa Catarina e partes do Paraná.
- c)** foi causada essencialmente pelo descontentamento dos estancieiros gaúchos com os altos impostos que eram obrigados a pagar e com os baixos preços estabelecidos pelo governo para a venda de gado, charque, couros e peles ao restante do país.
- d)** a Guerra dos Farrapos, que durou dez anos, iniciou-se em 1893, quando os farroupilhas exigiram a destituição do novo presidente da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Em setembro daquele ano, as tropas do chefe farroupilha Bento Gonçalves ocuparam Porto Alegre e proclamaram a independência do Rio Grande do Sul.
- e)** a Guerra dos Farrapos terminou em negociações com o governo, os quais acabaram favorecendo os interesses da burguesia urbana de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Os estancieiros, que mais se dedicaram ao processo revolucionário, pouco foram beneficiados.

20. FGV-SP

C3-H15

“Documentos inéditos descobertos na Inglaterra relatam que, apenas 13 anos depois de proclamada a independência, o governo brasileiro pediu auxílio militar às grandes

potências da época – Inglaterra e França – para reprimir a Cabanagem [...] no Pará. [...] Em 1835, o regente Diogo Antônio Feijó reuniu-se secretamente com os embaixadores da França e da Grã-Bretanha. Durante a reunião, Feijó pediu ajuda militar, de 300 a 400 homens para cada um dos países, no intuito de ajudar o governo central brasileiro a acabar com a rebelião.”

Luís Indriunas. *Folha de S.Paulo*, 13 out. 1999.

A partir das informações apresentadas pelos documentos encontrados, é correto afirmar que o período regencial:

- a)** foi marcado pela disputa política entre regressistas e progressistas, que defendiam, respectivamente, a escravidão e a imediata abolição da escravatura.
- b)** pode ser considerado parte de um momento especial de construção do Estado nacional no Brasil, durante o qual a unidade territorial esteve em perigo.
- c)** não apresentou grande preocupação por parte das autoridades regenciais e nem da aristocracia rural, apesar das inúmeras rebeliões espalhadas pelo país.
- d)** teve como característica marcante a ampliação da participação popular por meio do voto universal e da criação do Conselho de Representantes das Províncias do Império.
- e)** teve como momento mais importante a aprovação do Ato Adicional de 1834, que estabeleceu medidas político-administrativas voltadas para a centralização política.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOMINUS

8

SEGUNDO REINADO: POLÍTICA, CULTURA E CRISE

O ILUSTRE ERUDITO DO ATRASO

Com o chamado Golpe da Maioridade, D. Pedro II é coroado imperador do Brasil aos 14 anos de idade.

Sua biografia pode ser descrita de duas maneiras: por um lado, como um homem ilustrado, preparado desde o berço para comandar uma nação, além de culto, erudito, poliglota, patrocinador das ciências e das artes e reconhecido como tal por grandes nomes como Graham Bell, Victor Hugo e Louis Pasteur. Por outro lado, D. Pedro II pode ser definido como um defensor de privilégios e governante de respostas lentas, além de ter sido fiador da escravidão e, por isso, ser relacionado ao atrasado passado rural brasileiro.

Foi preparado para governar, porém não realizou grandes feitos. Venceu a Guerra do Paraguai, mas endividou o país. Embora fosse amigo de grandes intelectuais, pouco fez pela educação, enquanto países como a Argentina já tinham um Ministério da Educação e construíam escolas. Era considerado esclarecido, mas atrasou a abolição da escravidão. E, embora tido como moderno, boicotou projetos de grandes empreendedores, como o barão de Mauá.

D. Pedro II é uma figura controversa: foi um ilustre imperador e um erudito, mas, também, o precursor do atraso.

POLÍTICA INTERNA

O Golpe da Maioridade conduzido pelos liberais inaugurou o Segundo Reinado brasileiro. Aos 14 anos, D. Pedro de Alcântara foi aclamado D. Pedro II, assessorado pelos liberais, que encabeçaram a convocação de eleições para a organização de uma nova assembleia. Para vencer, usaram de vários expedientes, inclusive intimidação física. O resultado foi a vitória liberal nas “eleições do cacete”, como ficaram conhecidas.

Os deputados eleitos não chegaram a tomar posse em razão das denúncias de fraude, que levaram o imperador a anular as eleições. Ele demitiu o gabinete ministerial liberal e convocou outro, constituído pelos conservadores. Essa decisão levou os liberais a se rebelarem contra o governo: em São Paulo, comandados por Tobias de Aguiar; e, em Minas Gerais, por Teófilo Otoni.

REVOLTAS LIBERAIS

Em razão do despreparo militar e da falta de experiência dos rebelados, o barão de Caxias desmantelou facilmente os movimentos liberais de São Paulo e Minas Gerais, em 1842. Depois deles, em 1848, veio a Revolta Praieira, de caráter antilusitano, contra os privilégios dos portugueses na Província de Pernambuco, os quais empregavam apenas conterrâneos em suas grandes casas comerciais, deixando parte da população sem trabalho. Criou-se, na província, um forte sentimento de hostilidade aos grandes proprietários.

Acrescente-se a isso o descontentamento da ala mais radical do Partido Liberal, formada pelos praianos, com a nomeação de um conservador para a presidência da província. Entre os liberais radicais estavam Borges da Fonseca e Pedro Ivo, que se associaram a populares descontentes em defesa da proclamação de uma república. Os praianos também propunham a nacionalização do comércio e a expulsão dos portugueses. O governo imperial agiu prontamente e derrotou as forças praias comandadas por Pedro Ivo, que foi aprisionado e enviado para o Rio de Janeiro.

- O ilustre erudito do atraso
- Política interna
- Revoltas liberais
- Parlamentarismo às avessas
- Economia do século XIX
- Imigração e Lei de Terras
- Política externa
- O Prata e a Guerra do Paraguai
- Problemas na Corte
- Aspectos culturais
- Literatura
- Música
- O indígena e o afrodescendente na cultura brasileira
- Crise na monarquia
- Questão política
- Questão militar
- Questão religiosa
- Questão abolicionista

HABILIDADES

- Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.
- Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
- Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

Alguns historiadores relacionam a Revolta Praieira aos acontecimentos de 1848 na Europa, conhecidos por Primavera dos Povos, indicando um ideário diferenciado que questionava a miséria do povo e os privilégios das elites.

PARLAMENTARISMO ÀS AVESSAS

Em 1847, foi aprovada a lei de criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, equivalente ao de primeiro-ministro. A monarquia brasileira tornou-se parlamentar, aparentemente seguindo o modelo britânico. De fato, o imperador escolhia o chefe de gabinete, não o Parlamento. Dessa forma, o regime parlamentar brasileiro desvirtuou o modelo britânico, ficando conhecido por “parlamentarismo às avessas”.

O regime parlamentar é pautado na ideia de descentralização política. No caso do Brasil, havia centralização, pois o imperador escolhia o governante, mesmo que este não tivesse o apoio da maioria parlamentar. Além disso, o imperador detinha o Poder Moderador, então plenamente restabelecido. Nesse quadro de centralização político-institucional, o império representava a ordem que fora ameaçada durante o Primeiro Reinado e as regências e garantia tranquilidade à aristocracia rural, exercendo o poder em seu benefício.

ECONOMIA DO SÉCULO XIX

Tendo em vista o aumento na arrecadação das tarifas alfandegárias, uma vez que o Brasil importava produtos industrializados, sobretudo da Inglaterra, o governo brasileiro aprovou, em 1844, a Tarifa Alves Branco, que elevava os impostos sobre produtos importados em 30%. A medida teve efeito protecionista, pois o encarecimento dos produtos importados levou ao desenvolvimento de manufaturas internas para responder à demanda pela ausência daqueles. O setor manufatureiro recebeu investimentos, destacando-se a atuação do maior empresário brasileiro do império: o barão de Mauá. Favorecendo os investimentos e a diversificação econômica, a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibiu o tráfico negreiro para o país. Ela veio em resposta à pressão inglesa, que, por meio da Lei Bill Aberdeen, de 1845, determinara o aprisionamento de navios negreiros, afetando o abastecimento de mão de obra escrava no Brasil. Ainda que a abolição definitiva da escravidão ocorresse somente em 1888, a Lei Eusébio de Queirós encareceu o braço escravo e liberou recursos, antes aplicados no tráfico, para outros setores da economia.

A economia do país ainda estava baseada na lavoura de exportação e logo teve início o desenvolvimento manufatureiro. A revogação da Tarifa Alves Branco, em 1860, levou Mauá, o maior empreendedor do Brasil Império, à falência, em 1864.

A relação entre braço escravo e lavoura de exportação diminuiu com a entrada de italianos e alemães como trabalhadores livres na área cafeeira, a mais dinâmica da agroexportação.

Nas primeiras décadas do século XIX, a cafeicultura ganhou força no Rio de Janeiro, estendendo-se para o Vale do Paraíba e, depois, o Oeste Paulista, em virtude da existência da terra roxa, que oferecia condições favoráveis para esse tipo de plantio.

O café produzido no Vale do Paraíba tinha estrutura tradicional, tipicamente colonial e com base no trabalho escravo. Além disso, enfrentava dificuldade no escoamento da produção pelo Porto do Rio de Janeiro, até onde chegava transportado basicamente por tropas de burros e mulas, pois a introdução das ferrovias nessa região ocorreu apenas na década de 1860.

Mesmo assim, a produção cafeeira representava a base econômica para a ascensão da aristocracia fluminense no comando do aparelho de Estado, passando a ter hegemonia sobre a classe dominante do império.

A ausência de uma mentalidade empresarial, o não aprimoramento das técnicas de produção e o próprio desgaste do solo impuseram limites à produção cafeeira no Vale do Paraíba, abrindo espaço para o Oeste Paulista tornar-se a região cafeeira mais importante do país a partir de 1850. Nessa região, estruturou-se uma forma produtiva mais moderna, com a transição do trabalho escravo para o assalariado e a construção de ferrovias, as quais facilitaram e baratearam o transporte do café para o Porto de Santos.

A expansão cafeeira durante o império deixou marcas importantes: melhora da economia brasileira em relação às primeiras décadas da monarquia, entrada de grande número de imigrantes e surgimento de uma sociedade que começava a urbanizar-se. Além disso, a expansão cafeeira contribuiu para a estabilidade política e a hegemonia dos cafeicultores no interior da aristocracia brasileira.

IMIGRAÇÃO E LEI DE TERRAS

O primeiro momento da imigração chamava-se sistema de parceria ou colonato. A experiência começou em 1847, nas fazendas do senador Nicolau de Campos Vergueiro, na região de Limeira. Consistia no adiantamento feito pelo fazendeiro para a viagem e as primeiras despesas do imigrante, que ficava impedido de sair da fazenda até a liquidação da dívida. Caso contrário, deveria pagar 6% de juros. Em pouco tempo o sistema fracassou, porque o imigrante, cada vez mais endividado com o fazendeiro, tornava-se praticamente escravizado.

Dadas as pressões internacionais e o bloqueio das imigrações, o governo passou a financiar a vinda de italianos e alemães, estabelecendo-lhes um regime de trabalho assalariado com relativa autonomia.

Mesmo que subsidiados pelo governo e com pleno direito de procurar outras fazendas e trabalhos, os imigrantes muitas vezes ficavam presos a dívidas e contratos que os obrigavam a trabalhar em condições precárias.

Essa transição do trabalho escravo para o assalariado contou com uma legislação que, de forma gradativa, condenou o regime escravista. Os legisladores, membros da elite, temendo os efeitos da abolição em seu poder político-econômico, buscaram criar leis que limitassem a liberdade de quem caminhava em meio a agitações e estratégias dos abolicionistas. Nesse sentido, compreendeu-se a criação da Lei de Terras, de 1850, que acabou com o sistema de distribuição de terras públicas, estabelecendo a propriedade privada aos que já a possuíam e a aquisição exclusivamente por meio da compra. Ex-escravos,

assim, ficavam impossibilitados de se tornar proprietários de terras em razão de sua falta de recursos. Isso também atendia ao interesse de manter o controle territorial com a elite, que então importava mão de obra da Europa e não pretendia que os imigrantes ou seus descendentes tivessem condições civis para a aquisição de terras por meio de sesmaria (distribuição de terras públicas a homens livres).

Os produtores de café do Vale do Paraíba representaram um dos pilares políticos do governo de D. Pedro II e, em termos econômicos, ainda mantinham práticas mercantilistas. O desenvolvimento nacional esteve intimamente ligado à lavoura cafeeira. A modernidade que se delineava no mundo chegava, enfim, ao Brasil.

D. Pedro II caracterizou-se por defender as artes e as ciências. A cidade do Rio de Janeiro, capital do país, modernizava-se com a abertura de muitas lojas e com a implantação de serviços de iluminação pública e de coleta de lixo. Surgiram fábricas, bancos, estradas de ferro, companhias de importação e exportação e bondes para servir ao transporte público, entre outras inovações.

Os capitais produzidos pela exportação de café permitiram esse surto de modernidade. Além de serem reinvestidos na ampliação dos cafezais, eram utilizados para melhorar o transporte, o sistema de créditos e as comunicações.

POLÍTICA EXTERNA

O PRATA E A GUERRA DO PARAGUAI

Além dos problemas com a Inglaterra, situações importantes marcavam a política internacional brasileira no Sul, com a participação de Uruguai, Argentina e Paraguai. As questões remontavam ao Primeiro Reinado e à disputa entre Brasil e Argentina pelo território da Cisplatina, que resultou na criação do Uruguai e na Guerra da Cisplatina.

A disputa por influência no governo uruguaio colocou novamente os dois países em lados opostos. O Brasil apoiava o Partido Colorado e, a Argentina, o Blanco. Mais adiante, o Paraguai passou a ter interesses expansionistas que envolviam o território uruguaio, complicando o quadro político na região. Na década de 1850, as questões da região do Prata puseram Brasil e Argentina em rota de colisão. Entre 1851 e 1852, foram realizadas campanhas militares do Brasil contra Manuel Oribe, caudilho uruguaio apoiado pela Argentina, que por sua vez, era governada por outro caudilho: Juan Manuel Rosas. A atuação brasileira foi vitoriosa e garantiu a hegemonia na região, com o auxílio de lideranças argentinas das províncias de Corrientes e Entre Ríos.

O Paraguai, que se distanciara dos fatos do início da década de 1850, iniciou sua política expansionista na área. À época da independência paraguaia, em 1811, parte das elites *criollas* de Assunção não aceitou submeter-se aos comerciantes de Buenos Aires (portenhos), que controlavam as atividades mercantes no Rio da Prata.

O ditador paraguaio Gaspar Francia decidiu, então, isolar o país e passou a incentivar a produção para o mercado interno após expropriar terras da elite agrária

aliada aos portenhos e transformá-las em “estâncias da pátria”. Com a morte de Francia, assumiu o poder Carlos Antônio López, que promoveu o crescimento econômico, principalmente com a produção de erva-mate e o estímulo à exportação, que o levou a interessar-se pelo controle da navegação fluvial nos rios Paraguai e Paraná e pelo livre trânsito no Porto de Buenos Aires.

Em 1862, com sua morte, o governo passou ao filho, Solano López, cuja principal meta político-econômica era a construção do Grande Paraguai, que abrangeria parte da Argentina (Corrientes e Entre Ríos) e do Brasil (Mato Grosso), com forte influência sobre o Uruguai, o que lhe daria saída para o mar, já que o Paraguai estava cercado no centro-sul por Brasil, Argentina e Uruguai.

O Brasil via a movimentação de Solano López como uma ameaça à livre navegação pela Bacia do Prata, fundamental ligação do Mato Grosso com o litoral e a capital do país. A Argentina, governada à época por Bartolomeu Mitre, tornou-se aliada do Brasil na luta contra o expansionismo paraguaio. Em 1864, teve início a Guerra do Paraguai. O Uruguai também pactuou com o Brasil, sendo instituída a Tríplice Aliança, que pretendia sufocar as forças paraguaias. O longo conflito estendeu-se até 1870.

A participação efetiva dos escravizados que eram alforriados para lutar pela pátria contribuiu efetivamente para a defesa, no meio militar, do fim do regime escravista. Após a vitória brasileira, impulsionada na chamada Dezenbrada, com triunfos em Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura, Caxias retirou-se do conflito, alegando estar debilitado. Nomeado para seu lugar, o conde d’Eu, genro do imperador, conseguiria acabar com as forças paraguaias e a própria vida de Solano López na Cordilheira dos Andes em 1870.

O fim do conflito teve como consequência a destruição do Paraguai e o fortalecimento do abolicionismo e do Exército brasileiro, além do grande aumento da dívida externa do Brasil, que muitas vezes recorreu à Inglaterra para se sustentar na guerra.

PROBLEMAS NA CORTE

Havia, uma onda de novidades culturais no Brasil, desde Chiquinha Gonzaga, a primeira mulher a reger uma orquestra no país, até as primeiras obras de Machado de Assis, um autor afrodescendente em meio a uma sociedade racista e escravista. Mas a monarquia estava em crise, e esta não teria mais volta.

ASPECTOS CULTURAIS

Logo no início do século XIX, o Brasil viveu uma situação política ímpar em relação ao restante da América: a transferência da Corte portuguesa, que instalou-se na cidade do Rio de Janeiro, em 1808. Como a nação passou do *status* de colônia para o de sede do Reino Português, houve várias implicações culturais.

A Academia Imperial de Belas Artes, instalada no Rio de Janeiro em 1826, teve papel fundamental na formação do pensamento artístico brasileiro durante

o Segundo Reinado, implantando o ensino de arte em moldes semelhantes aos das escolas europeias e ditando os padrões de recepção e produção das artes plásticas durante boa parte do século XIX.

Artistas como Pedro Américo e Victor Meirelles foram professores da academia e expressaram o envolvimento da Academia Imperial com a produção da pintura histórica, que prezava pelo desenvolvimento de trabalhos vinculados ao interesse do Estado em construir a imagem do Brasil como nação. Nesse sentido, retratos do imperador, cenas de batalhas e fatos históricos objetivavam construir imagens idealizadas das origens e da trajetória da nação brasileira.

Assim, a pintura histórica produzida durante o Segundo Reinado construiu uma imagem idealizada do passado brasileiro, que apresentava o colonizador português como o civilizador, romantizava a representação do indígena, apresentado como o bom selvagem, e praticamente ignorava o afrodescendente e a escravidão, elementos considerados indesejáveis para a imagem que o império desejava difundir.

LITERATURA

O Romantismo marcou boa parte da vida artística do Segundo Reinado. Os primeiros escritores românticos enalteciam a natureza e o indígena, este uma personificação do homem brasileiro. Destacaram-se Gonçalves Dias, com *I-Juca Pirama* e *Os timbiras*; e José de Alencar, com *O guarani* e *Iracema*, por exemplo.

A segunda geração romântica abandonou o indianismo e voltou-se para os sentimentos interiores e o pessimismo, por influência do inglês Lord Byron e do francês Alfred de Musset. Nessa fase, distinguem-se os poetas Álvares de Azevedo, com *Lira dos vinte anos*; Casimiro de Abreu, com *Primaveras*; e Fagundes Varela, com a obra *Cântico do calvário*.

A terceira geração romântica adotou temas relacionados aos problemas sociais e nacionais. Influenciados pelo francês Victor Hugo, ficaram consagrados na literatura Joaquim Manuel de Macedo, com a obra *A moreninha*; Manuel Antônio de Almeida, com *Memórias de um sargento de milícias*; e Castro Alves, o “poeta dos escravos”, com *O navio negreiro*.

MÚSICA

A música brasileira teve em Carlos Gomes sua maior expressão. Às expensas do imperador D. Pedro II, estudou música na Itália, onde compôs sua mais famosa ópera, *O guarani*, inspirada no romance homônimo de José de Alencar.

Enquanto as elites cultuavam Carlos Gomes, o povo expressava-se por meio de outros ritmos, que as camadas aristocráticas acabaram absorvendo, pelo menos em parte.

Dois compositores, nascidos em famílias de classe média, tiveram reconhecimento: Ernesto Nazareth e Chiquinha Gonzaga. Esta última teve de enfrentar todos os preconceitos contra a mulher que desejava ser artista na sociedade patriarcal brasileira.

O INDÍGENA E O AFRODESCENDENTE NA CULTURA BRASILEIRA

O nativismo e o nacionalismo foram incorporados como expressões constitutivas da nacionalidade brasileira e valorizaram ora as elites, que lutaram contra o domínio português, ora os indígenas, que eram mitificados como seres com os mais altos valores morais e éticos. Em nenhum momento o afrodescendente foi apontado como componente da cultura e da nacionalidade brasileiras.

Até a literatura abolicionista, que denunciava os maus-tratos contra os afrodescendentes, não valorizou os escravizados como elementos nacionais e limitou-se a criticar a desumanidade cometida por uma nação que se dizia cristã. Quando aparece, a referência ao afrodescendente o deprecia, como se pode ler na *História geral do Brasil*, escrita e publicada em 1854 por Francisco Adolfo de Varnhagen, que despreza a contribuição cultural dessa parcela da sociedade porque seus integrantes “pervertiam os costumes por seus hábitos menos decorosos”.

A elite intelectual também não reconhecia as manifestações populares, de origem africana ou não, porque a ideia de cultura considerava e valorizava apenas as ideias de origem europeia, restritas ao pequeno grupo que tinha acesso à educação formal e podia viajar à Europa em busca de inspiração para pensar sobre a identidade cultural brasileira. Apesar disso, o maior expoente da cultura brasileira do século XIX, Joaquim Maria Machado de Assis, era mulato.

CRISE NA MONARQUIA

Após a Guerra do Paraguai, a monarquia como sistema de governo entrou em declínio. Além das consequências do conflito, outros fatores contribuíam para isso, como as transformações econômicas e sociais no país a partir de meados do século XIX, que deram proeminência política a grupos sociais, como cafeicultores do Oeste Paulista, comerciantes e banqueiros.

Diante de tantas mudanças, a monarquia, na figura de D. Pedro II, apresentava-se inoperante, inspirando até críticas e charges irônicas.

QUESTÃO POLÍTICA

A partir do Segundo Reinado, a expansão do café como principal produto de exportação do Brasil trouxe grande desenvolvimento econômico para as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em um primeiro momento, o Rio de Janeiro, na condição de maior produtor, gerou uma elite escravocrata e conservadora que ocupou os principais cargos políticos junto ao imperador D. Pedro II.

O avanço do café para o Oeste Paulista, a partir de 1850, criou condições para o surgimento de uma nova elite cafeicultora, ligada muito mais ao trabalho livre e assalariado dos imigrantes que ao do escravo.

Em termos políticos, os barões do café do Oeste Paulista pretendiam influir mais nas decisões, porém o sistema pouco maleável do governo imperial não conseguia assimilar os novos interesses. Assim, a nova elite cafeicultora buscava uma alternativa política à estrutura imperial por meio do modelo republicano.

Em 1872, com o desdobramento da questão política, foi criado o Partido Republicano e, em 1873, na Convenção de Itu (cidade do interior paulista), fundou-se o Partido Republicano Paulista (PRP), que rapidamente converteu-se em um instrumento de combate à monarquia, vindo a ser de extrema relevância no processo que culminou na derrubada do império e na implantação da república no Brasil, em novembro de 1889. O principal partido político do país até o fim da década de 1920 era o PRP.

QUESTÃO MILITAR

A atuação militar vitoriosa na Guerra do Paraguai aumentou o prestígio da cúpula das forças armadas, sobretudo do Exército brasileiro. Muitos pronunciamentos na imprensa tratavam de assuntos internos do país e da própria corporação. O tenente-coronel Sena Madureira, por exemplo, apoiou e homenageou um jagadeiro que recusara-se a transportar escravizados. O governo imperial demitiu-o do comando do quartel por ato de insubordinação. Outros incidentes acirraram as tensões entre os militares e o governo. Acrescente-se que o pensamento positivista disseminava-se na Escola Militar por meio, entre outros, do professor Benjamin Constant, que defendia a república, seguindo o pensamento do francês Auguste Comte, considerado o pai do positivismo.

QUESTÃO RELIGIOSA

O entendimento do conflito entre o papado romano e o governo imperial deve ser feito à luz da Constituição brasileira de 1824. A Magna Carta estabeleceu o regime do padroado, pelo qual o chefe da Igreja Católica no Brasil era o imperador. Para serem válidas no país, as decisões do papa precisavam da ordem de “cumpra-se” do imperador. Assim, o clero católico submetido ao Estado imperial fazia parte de seu corpo burocrático.

A crise das relações entre o papado romano e o governo de D. Pedro II esteve vinculada à postura conservadora do papa Pio IX, que, por meio da Bula Syllabus, de 1864, determinou a expulsão das irmandades religiosas de qualquer pessoa que fizesse parte da maçonaria. O fato relacionava-se à campanha de unificação política da Itália, desenvolvida por membros da maçonaria italiana que colocaram em xeque o controle territorial da Igreja Católica na região.

A elite brasileira era, em boa parte, maçônica. O que aconteceu no Brasil foi a interdição da ordem do papa, ou seja, da Bula Syllabus. Bispos de Olinda e de Belém que seguiram as determinações papais foram presos e condenados a trabalhos forçados, o que

abalou as relações entre Igreja e Estado e provocou o descontentamento da população católica. A monarquia perdia, assim, mais uma de suas bases.

QUESTÃO ABOLICIONISTA

Com o término da Guerra do Paraguai, o movimento abolicionista ganhou defensores e colocou em questão a ordem escravocrata no país. Em 28 de setembro de 1871, a ascensão do visconde do Rio Branco à presidência do Conselho de Ministros possibilitou aprovar a Lei do Ventre Livre, seguindo o princípio do Direito Romano: *partus ventre sequitor*.

Mais uma vez pressionado, em 1885 o governo sancionou a Lei do Sexagenário, também conhecida por Lei Saraiva-Cotegipe, decretando a alforria dos escravizados que atingissem a idade de 60 anos. Ambas as leis podem ser analisadas como medidas para retardar a abolição, visto que o governo imperial tinha o apoio de setores ligados ao regime escravista, principalmente das elites nordestina e carioca – segmentos sociais que não acompanharam as mudanças no sistema de trabalho realizadas na cafeicultura paulista e não viam com bons olhos o fim do regime escravista, pois consideravam a propriedade sobre os escravizados um símbolo de poder e de *status* social e não aceitavam a perda dessa condição.

Tanto a Lei do Ventre Livre como a do Sexagenário não ofereceram grandes melhorias às condições dos africanos e seus descendentes na sociedade brasileira. Os filhos de escravizados nasciam livres, mas sem possibilidades de sair das casas e fazendas onde seus pais continuavam escravos. Dessa forma, acabavam ajudando os pais no trabalho e prestando serviços aos senhores de escravos. Com a extenuante rotina de trabalho, aliada às péssimas condições de vida e saúde a que eram submetidos, os escravizados dificilmente chegavam aos 60 anos e, quando isso acontecia, a situação não lhes possibilitava trabalhar e sustentar-se.

Contrariando a aristocracia, que contava com uma política imperial impeditiva da quebra da ordem escravista, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea abolindo o regime escravista no Brasil em 13 de maio de 1888. Após essa decisão imperial, os oligarcas escravistas aderiram à ideia da instalação da república, ficando conhecidos como “republicanos do 14 de maio”, ou seja, deixaram de ser monarquistas somente porque foram atingidos pela decisão imperial do fim da escravidão.

Com número reduzido de defensores, a monarquia ruiu em 15 de novembro de 1889, iniciando-se a república no Brasil.

Apesar de o término da escravidão já ser esperado por muitos, a Lei Áurea determinou a passagem para a oposição ao governo imperial dos cafeicultores do Vale do Paraíba, base política que respondia por boa parte da sustentação do império. A adesão desses cafeicultores ao movimento republicano representou um golpe decisivo para a continuidade do império.

ROTEIRO DE AULA

SEGUNDO REINADO: POLÍTICA

Contexto

O Segundo Reinado foi instalado com o Golpe da Maioridade, em que D. Pedro II assumiu o trono aos 14 anos e reinou por 49 anos. O período foi marcado pelo fortalecimento da economia, em grande parte decorrente do estabelecimento da produção cafeeira e da relativa estabilidade política.

Política interna

Revoluções liberais: São Paulo e Minas Gerais (1842), Recife (1848).

Disputa pelo poder: Entre gabinetes conservadores e liberais. O primeiro-ministro, chefe do Executivo, era escolhido pelo imperador (parlamentarismo às avessas).

Política externa

Questão Christie: Incidentes entre cidadãos brasileiros e ingleses geraram um impasse diplomático entre o Brasil e a Inglaterra, que reataram relações diplomáticas em 1865.

Questão do Prata: Disputas entre Brasil e Argentina sobre a supremacia na configuração política do Uruguai. Blanco: partido político favorável à Argentina. Colorado: partido político favorável ao Brasil.

Questão do Paraguai: Aniquilou a estrutura econômica paraguaia, reduziu drasticamente sua população, fortaleceu o domínio geopolítico brasileiro na região do Prata e profissionalizou o Exército brasileiro.

Economia

Era em grande parte dependente da produção do café, que apoiava-se no trabalho escravo. Houve tentativas de industrialização, principalmente por iniciativa do barão de Mauá, mas a indústria não se consolidou no período. Tem início o desenvolvimento de um mercado consumidor interno, principalmente com a crescente leva de imigrantes europeus. Implantação e melhorias da rede de transportes.

ROTEIRO DE AULA

SEGUNDO REINADO: CULTURA E CRISE

Cultura

Artes plásticas: Criação da Academia Imperial de Belas Artes, com nomes como Pedro Américo e Victor Meirelles.

Música: Carlos Gomes (*O guarani*); Chiquinha Gonzaga, primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil.

Literatura: Romantismo: Joaquim Manuel de Macedo (*A moreninha*); Manuel Antônio de Almeida (*Memórias de um sargento de milícias*); e Castro Alves, o "poeta dos escravos" (*O navio negreiro*).

Já mais ao fim da monarquia, surgiu o realismo, cujo maior expoente foi Machado de Assis.

Crise

A queda da monarquia resultou, basicamente, do conflito do regime com três instituições do Brasil imperial:

Igreja: A submissão da Igreja ao Estado e os conflitos com a maçonaria, apoiada pelo imperador, desagradavam a Igreja, que tinha forte influência política.

Exército: Fortalecidos após a Guerra do Paraguai, os militares passaram a apoiar o regime republicano; prisões de militares aumentaram o ressentimento contra o império.

Aristocracia escravagista: Após a abolição da escravidão, os grandes fazendeiros e a elite rural sentiram-se prejudicados economicamente e deixaram de apoiar a monarquia.

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

1. UNESP

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS/USP, SÃO PAULO



Agostini, 5 fev. 1887. Apud Renato Lemos. *Uma história do Brasil através da caricatura*, 2006.

É correto interpretar a charge, que representa D. Pedro II e foi publicada em 1887, como uma:

- a) demonstração da exaustão provocada pela diversidade de atividades exercidas pelo imperador.
- b) valorização do esforço do imperador em manter-se atualizado em relação ao que acontecia no país.
- c) crítica à passividade e à inoperância do imperador em meio a um período de dificuldades no país.**
- d) denúncia da baixa qualidade da imprensa monárquica e de suas insistentes críticas ao imperador.
- e) celebração da serenidade e harmonia das relações sociais no país durante o império.

A charge mostra o imperador dormindo enquanto segura um jornal intitulado *O Paiz* (O País). Ela data de 1887, fim do Segundo Reinado, quando o império encontrava-se abalado por sérias crises políticas. Na charge, o monarca é criticado por negligenciar as demandas sociais que surgiam em um período de crise.

2. UECE – Em 1850, ano de extinção oficial do tráfico de escravos no Brasil, foi votada a Lei de Terras. Esta lei, em linhas gerais, determinou que:

- I. Todo proprietário registrasse suas terras, ficando proibida a doação de propriedades ou qualquer outra forma de aquisição de bens fundiários, a não ser por meio da compra.
- II. Se mantivesse o alto custo do registro imobiliário, impedindo que os posseiros mais pobres obtivessem a propriedade do solo onde plantavam.
- III. Ficasse assegurado o direito dos imigrantes – cujo trabalho, em muitos casos, substituiria o trabalho dos escravos – de se tornarem proprietários das terras onde laboravam.
- IV. Fossem possíveis a aquisição e a posse de terras públicas, a baixo custo, pelos grandes proprietários, seus herdeiros e descendentes.

Estão corretas as complementações contidas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) **I e II, apenas.**
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.

A afirmativa III está errada porque a Lei de Terras assegurava o controle das terras pela elite brasileira, que não pretendia que imigrantes e seus descendentes tivessem condições de adquirir terras. Já a afirmativa IV está errada porque essa lei também acabou com o sistema de distribuição de terras públicas.

3. UNESP

C4-H17

As poucas fábricas que subsistiram durante as décadas de 1840 a 1870 se mantiveram graças a privilégios de exploração, de subvenções governamentais na forma de empréstimos e isenções de direitos de importação; em certas regiões, como o único substituto possível à produção agrícola decadente; enquanto, em outras, as

dificuldades de comunicação e o alto custo do transporte atuavam como meios de proteção.

Uma série de acontecimentos iria, contudo, reanimar as atividades industriais no fim da década de sessenta. O avanço industrial brasileiro nas três primeiras décadas do Segundo Reinado:

- a) foi estimulado pelas obras de infraestrutura desenvolvidas pelo governo imperial e pelo crescimento acelerado do mercado interno.
- b) dependeu, sobretudo, de investimentos estrangeiros e do apoio tecnológico britânico.
- c) foi limitado pela política governamental de estimular a descentralização da economia e apoiar a monocultura açucareira.
- d) dependeu, sobretudo, do empreendedorismo de alguns industriais e da expansão geral da economia brasileira no período.**
- e) foi limitado em função da forte pressão norte-americana para que o Brasil importasse a maioria dos manufaturados e industrializados que consumia.

O desenvolvimento industrial brasileiro entre as décadas de 1840 e 1860 limitou-se ao empreendedorismo de alguns poucos investidores, não tendo constituído uma política de Estado. Foi, contudo, favorecido pela conjuntura econômica do período, em que a decadência da produção agrícola demandou a diversificação da economia brasileira.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.

4. PUC-RS – Para responder à questão, considere as afirmações abaixo sobre o período imperial brasileiro (1822-1889):

- I. O Primeiro Reinado caracterizou-se pelos constantes conflitos entre o imperador e as elites do país, tendo em vista que D. Pedro I praticamente governou de forma autoritária, desconsiderando o Legislativo.
- II. Durante o período regencial, os governantes deixaram de ser hereditários e passaram a ser selecionados por eleições, o que leva a historiografia a considerar essa fase como sendo a primeira experiência republicana no país, pois os regentes eram escolhidos pelo voto universal direto.
- III. O Segundo Reinado foi um período de grande estabilidade política da história imperial, pois o imperador D. Pedro II ficou quase 50 anos no poder, governando com o apoio de um só partido, o Partido Conservador.
- IV. Dentre os fatores que contribuíram para a crise do regime imperial, podemos elencar o conflito do imperador com o Exército, a crise entre a monarquia e a Igreja e, por fim, a abolição da escravidão, que levou a elite cafeeira fluminense a romper politicamente com a monarquia.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e III.
- b) **I e IV.**
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

A afirmativa II está errada porque não existiu voto universal direto durante o período regencial. Já a afirmativa III não corresponde à realidade pois no Segundo Reinado houve muita instabilidade política e trocas de poder entre os partidos Liberal e Conservador.

5. PUC-PR – Na conjuntura do II Reinado Brasileiro, tem destaque, no quadro da Proclamação da República:

- I. Interferência inglesa na política imperial.
- II. Abolição da escravatura.
- III. Questão militar.
- IV. Questão religiosa.
- V. Pressão do setor industrial urbano.

- c) a Lei do Sexagenário, a criação de corpos de voluntários para combater na Guerra do Paraguai e a abolição do tráfico de escravos.
- d) a Lei de Terras, a Lei do Ventre Livre e a reforma da Guarda Nacional.
- e) a Lei do Sexagenário, a Lei de Terras e a Lei do Ventre Livre.

12. Fatec-SP – Em 4 de setembro de 1850, foi sancionada no Brasil a Lei Eusébio de Queirós (ministro da Justiça), que abolia o tráfico negro em nosso país. Em decorrência dessa lei, o governo imperial brasileiro aprovou outra, “a Lei de Terras”.

Dentre as alternativas a seguir, assinale a correta:

- a) a Lei de Terras facilitava a ocupação de propriedades pelos imigrantes que passaram a chegar ao Brasil.
- b) a Lei de Terras dificultou a posse das terras pelos imigrantes, mas facilitou aos negros libertos o acesso a elas.
- c) o governo imperial, temendo o controle das terras pelos coronéis, inspirou-se no Act Homestead americano para realizar uma distribuição de terras aos camponeses mais pobres.
- d) a Lei de Terras visava aumentar o valor das terras e obrigar os imigrantes a vender sua força de trabalho para os cafeicultores.
- e) o objetivo do governo imperial, com esta lei, era proteger e regularizar a situação das dezenas de quilombos que existiam no Brasil.

13. PUC-RJ – A abolição do tráfico de escravos a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, provocou significativas mudanças na vida brasileira. Dentre elas, é correto afirmar que:

- a) houve um deslocamento imediato de mão de obra escrava das áreas decadentes para a região cafeeira do Vale do Paraíba, o que provocou um agravamento das questões platinas em decorrência do incentivo daqueles países vizinhos à produção para exportação.
- b) os países da região platina montaram um tráfico clandestino de escravos de maneira a tornar os seus produtos mais competitivos no comércio internacional, desbancando, desta forma, a produção das Antilhas inglesas.
- c) os capitais liberados do tráfico de escravos foram aplicados em atividades de modernização econômica do país e que a inevitável extinção futura da escravidão suscitou debates sobre a questão da substituição da mão de obra e os primeiros ensaios de imigração estrangeira para o Brasil.
- d) a abolição do tráfico de escravos para o Brasil levou a Inglaterra a decretar o Bill Aberdeen, lei que conseguiu estancar em definitivo o comércio de cativos no Oceano Atlântico, incrementando a produção industrial na região.
- e) a proibição do tráfico de escravos incentivou a substituição do regime de produção em larga escala para exportação na lavoura brasileira pelo cultivo em pequenas propriedades com mão de obra livre, o que levou ao surgimento de um mercado interno expressivo.

14. UNESP – A maioria do príncipe D. Pedro foi antecipada, em 1840, para que ele pudesse assumir o trono brasileiro. Entre os objetivos do chamado Golpe da Maioridade, podemos citar o esforço de:

- a) obter o apoio das oligarquias regionais, insatisfeitas com a centralização política ocorrida durante o período regencial.
- b) ampliar a autonomia das províncias e reduzir a interferência do poder central nas unidades administrativas.

- c) abolir o Ato Adicional de 1834 e aumentar os efeitos federalistas da Lei Interpretativa do Ato, editada seis anos depois.
- d) promover ampla reforma constitucional de caráter liberal e democrático no país, reagindo ao centralismo da Constituição de 1824.
- e) restabelecer a estabilidade política, comprometida durante o período regencial, e conter revoltas de caráter regionalista.

15. UERJ – O romance *Iracema*, de José de Alencar, publicado em 1865, influenciou artistas como José Maria de Medeiros, que nele encontraram inspiração para representar imagens do Brasil e do povo brasileiro no período imperial (1822-1889).

Na construção da identidade nacional durante o império do Brasil, identifica-se a valorização dos seguintes aspectos:

- a) clima ameno/indole guerreira dos ameríndios.
- b) grandeza territorial/integração racial das etnias.
- c) extensão litorânea/sincretismo religioso do povo.
- d) natureza tropical/herança cultural dos grupos nativos.

16. Fuvest-SP – O descontentamento do Exército, que culminou na questão militar no final do império, pode ser atribuído:

- a) às pressões exercidas pela Igreja junto aos militares para abolir a monarquia.
- b) à propaganda do militarismo sul-americano na imprensa brasileira.
- c) às tendências ultrademocráticas das forças armadas, que desejavam conceder maior participação política aos analfabetos.
- d) à ambição de iniciar um programa de expansão imperialista na América Latina.
- e) à predominância do poder civil, que não prestigiava os militares e lhes proibia o debate político pela imprensa.

17. UFPE – Sobre o papel dos militares no cenário que antecedeu a Proclamação da República no Brasil, analise as afirmações abaixo:

1. Mudanças na estrutura social do Exército, ao longo do século XIX, deixaram a liderança dessa instituição e a elite aristocrática brasileira afastadas. Dessa forma, faltou à monarquia o apoio do Exército.
2. Os baixos salários, as péssimas condições em que atuavam os militares brasileiros nas guerras que o império promoveu e questões ideológicas relativas à escravidão levaram os militares a apoiar os ideais republicanos.
3. Militares do Exército fundaram o Clube Militar, que era uma associação corporativista permanente para defender a abolição, o fim da Guerra do Paraguai e a república.
4. Os militares liderados por Caxias, o mais bem-sucedido dos generais brasileiros, organizaram um ataque pela imprensa às instituições monárquicas com vistas à Proclamação da República.
5. As crises entre os militares e o governo brasileiro a partir de 1883 foram consequência de uma insatisfação geral em relação à participação daqueles militares na vida social e política do Brasil: os militares estavam proibidos de se pronunciarem através da imprensa e eram transferidos de uma região para outra por questões políticas.

Estão corretas apenas:

- a) 3, 4 e 5. d) 1, 3 e 5.
- b) 1, 2 e 5. e) 2, 3 e 4.
- c) 1, 2, 4 e 5.

ESTUDO PARA O ENEM

18. Enem

C5-H22

“Decreto-lei 3.509, de 12 de setembro de 1865
Art. 1º – O cidadão guarda-nacional que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas leis militares, ficará isento não só do recrutamento, senão também do serviço da Guarda Nacional. O substituído é responsável por o que o substituiu, no caso de deserção.”

Arquivo Histórico do Exército. Ordem do dia do Exército, n. 455, 1865. (Adaptado)

No artigo, tem-se um dos mecanismos de formação dos “Voluntários da Pátria”, encaminhados para lutar na Guerra do Paraguai. Tal prática passou a ocorrer com muita frequência no Brasil nesse período e indica o(a):

- a) forma como o Exército brasileiro se tornou o mais bem equipado da América do Sul.
- b) incentivo dos grandes proprietários à participação dos seus filhos no conflito.
- c) solução adotada pelo país para aumentar o contingente de escravos nos conflitos.
- d) envio de escravos para os conflitos armados, visando sua qualificação para o trabalho.
- e) fato de que muitos escravos passaram a substituir seus proprietários em troca de liberdade.

19. Enem

C3-H13

“O movimento abolicionista, que levou à libertação dos escravos pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888, foi a primeira campanha de dimensões nacionais com participação popular. Nunca antes tantos brasileiros se haviam mobilizado de forma tão intensa por uma causa comum, nem mesmo durante a Guerra do Paraguai.

Envolvendo todas as regiões e classes sociais, carregou multidões a comícios e manifestações públicas e mudou de forma dramática as relações políticas e sociais que até então vigoravam no país.”

GOMES, L. 1889. São Paulo: Globo, 2013. (Adaptado)

O movimento social citado teve como seu principal veículo de propagação o(a):

- a) imprensa escrita.
- b) oficialato militar.
- c) corte palaciana.
- d) clero católico.
- e) câmara de representantes.

20. Enem

C1-H2

“O instituto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão de glória. Merecem, decerto, a nossa estima aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecadores de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.”

ASSIS, M. *Gazeta de Notícias*, n. 114, 24 abr. 1892.

No processo de transição para a república, a narrativa machadiana sobre a Inconfidência Mineira associa:

- a) redenção cristã e cultura cívica.
- b) veneração aos santos e radicalismo militar.
- c) apologia aos protestantes e culto ufanista.
- d) tradição messiânica e tendência regionalista.
- e) representação eclesiástica e dogmatismo ideológico.

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

HISTÓRIA 1



APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA

O material que você tem em mãos foi concebido e atualizado para se ajustar tanto às novas demandas do ensino de História como da avaliação feita pelas bancas dos diversos vestibulares e, especialmente, do Enem. O ensino também tem história e, entre diversas mudanças, a informação não é mais o foco da educação, mas sim a compreensão e a produção de conhecimento. Sabemos que, além do conteúdo, dos roteiros de aula, da enorme coletânea de questões dos principais vestibulares do país e do Enem, totalmente atualizadas, e das respostas comentadas, os alunos terão também o seu apoio.

Como professor, é importante que você tenha clareza dessas novas abordagens da educação e da avaliação dos estudantes. São jovens que têm qualquer informação ao seu dispor, bastando para isso acessar a internet e serem superestimulados por vídeos, fotos e jogos complexos e cheios de ação. Com base nesse contexto, é comum que se sintam entediados, que não encontrem sentido no contato com informações que podem acessar de forma instantânea e que percam o interesse nas explicações que oferecemos. Esse é o nosso desafio. O tempo todo devemos lançar o foco nos processos que orientam os fatos e, sempre que possível, trazer a história para o tempo presente, mostrando aos estudantes as conexões entre o que encontram nas aulas de História e o que acontece em suas próprias vidas.

É indispensável que os estudantes reconheçam que a "informação" é um "conjunto de dados" organizado, estruturado, com alguma análise. "Dom João era um rei português" e "Dom Pedro I era seu filho" são dois dados, mas "Dom João veio ao Brasil em 1808 e Dom Pedro I declarou a independência em 1822" é uma informação. É importante ajudá-los a reconhecer que "conhecimento", por sua vez, é saber que quando Dom João chega ao Brasil em 1808, um processo de independência que havia começado com as insurreições do final do século XVIII (como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana) se intensifica, já que o Brasil deixa de ser colônia e passa a ser Reino Unido a Portugal. Então, em 1822, quando essa situação ambígua se encontrava insustentável, uma conciliação entre colonos e colonizadores levou o Brasil a se tornar independente, mas sob o reinado de um filho do rei português.

Esse é o conhecimento que os exames vestibulares e, especialmente, o Enem, esperam dos alunos atualmente. Os dados e as informações são fornecidos clara e abertamente. Algo que era a resposta de uma pergunta hoje está no enunciado. Os estudantes devem ser capazes de dominar linguagens e códigos, construir argumentações, elaborar respostas aos diversos questionamentos, relacionar distintas áreas do conhecimento. Devem também relacionar passado e presente, propor ideias para o futuro, identificar, reconhecer e relacionar processos históricos, antigos ou atuais.

Justamente por isso, esse material traz também indicações de leitura, de vídeos, filmes, documentários e atividades que podem ser propostas à turma, tanto em sala de aula como em visitas guiadas, presenciais ou à distância, a instituições que são espaços de memória. O que queremos é prepará-los não apenas para os vestibulares, mas para que sejam produtores de conhecimento. Se conseguirmos isso, os exames de admissão nas universidades serão o que devem ser: o início de uma longa jornada em busca do conhecimento. Para isso, devemos explorar aspectos como:

- Desenvolvimento de competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação de fontes e testemunhos passados e presentes, considerando diferentes contextos e linguagens na sua produção. Selecionamos para este material questões que trabalham com charges, cenas de filmes, poemas, romances, notícias veiculadas na mídia, canções, artigos científicos, entre outras fontes.
- O desenvolvimento de habilidades por meio da leitura e interpretação de imagens, como obras de arte, fotografias, ilustrações do período em estudo ou posteriores a ele. Muitos casos remetem a produções posteriores, dada a impossibilidade de usar imagens de época, normalmente por inexistirem. Nesses casos, recomendamos ressaltar a diferença cronológica entre o fato e a ilustração, explorando a visão da época sobre o fato histórico passado. É importante ressaltar que a produção de imagens é, também, uma produção de discursos. Para citar um exemplo: o quadro de Pedro Américo *Inde-*

pendência ou morte foi feito bem depois do 7 de setembro de 1822, e está carregado de discursos de exaltação, além de ter sido inspirado no quadro *Napoleão III na Batalha de Solferino*, pintura de Meissonier. Todas essas análises devem permear este tipo de estudo.

- A história como algo feito “de baixo para cima”. Devemos mostrar aos alunos como, no passado, o estudo de História já foi uma grande coletânea de governantes e generais, com pitadas de homens ricos e poderosos. A abordagem completa, bem informada, atual e consolidada é aquela que mostra como os movimentos sociais, as lutas populares, as insurreições e rebeliões, os protestos e as greves protagonizaram, ao longo da história, enfrentamentos e conciliações com os detentores do poder econômico e político. São os escravizados os protagonistas da história da abolição da escravidão, além da princesa Isabel. A história do voto feminino deve ter como protagonista as sufragistas, não apenas os legisladores ou mesmo o governante. A história da redemocratização deve estar centrada naqueles que lutaram contra a ditadura, não nos generais que conduziram a transição.

A elaboração deste material pauta-se na correção de conceitos e de informações básicas, evitando o anacronismo, o voluntarismo e o nominalismo. Regula-se ainda pela coerência e adequação metodológicas; pelos preceitos éticos, furtando-se aos preconceitos e vinculações ideológicas que possam comprometer a objetividade da ciência histórica.

Previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica referentes ao Ensino Médio, as competências e habilidades são desenvolvidas conforme os conteúdos programáticos de cada etapa. Nesse sentido, a concepção do material prioriza, em relação aos processos históricos: a leitura e a interpretação de fontes documentais de natureza diversa, em diferentes linguagens; o estabelecimento de relações que envolvem continuidades e permanências, rupturas e transformações; a investigação e a compreensão para reconhecer o papel do indivíduo na construção deles.

Esperamos, com esse material, ajudá-lo no desafio de oferecer aos estudantes os inúmeros caminhos para compreender as relações com o passado, fomentando neles, frente aos acontecimentos históricos, o posicionamento crítico e a contextualização sociocultural.

CONTEÚDO

HISTÓRIA 1

Volume	Módulo	Conteúdo
1	1	Historiografia e Pré-história
	2	Antiguidade Oriental: egípcios e mesopotâmicos
	3	Grécia antiga: primórdios, democracia e cultura
	4	Roma antiga: da origem à queda da república, império e cultura
	5	Feudalismo: origens, povos germânicos e reino franco
	6	Império Bizantino e civilização islâmica medieval
	7	Crise do feudalismo: Cruzadas
	8	Humanismo, renascimento cultural e renascentistas e suas obras
	9	Origens medievais do Estado Moderno e a volta dos reis
	10	Reforma protestante e contrarreforma
	11	Transição do feudalismo para o capitalismo e absolutismo
	12	Expansão marítima europeia e América Espanhola
	13	África e Ásia antes e depois da expansão europeia
	14	Iluminismo e Revolução Industrial
	15	Revolução francesa e Era Napoleônica
	16	Independência dos Estados Unidos e Independência da América Espanhola

HISTÓRIA 2

Volume	Módulo	Conteúdo
2	1	Introdução à história do Brasil: povos indígenas e expansão marítima portuguesa
	2	Brasil colônia: formação territorial e estrutura administrativa
	3	Economia açucareira e tráfico de escravizados, dominação estrangeira, sociedade e cultura colonial
	4	Revoltas nativistas e rebeliões emancipacionistas
	5	Período Joanino (1808-1821) e processo de Independência
	6	Primeiro reinado e crise no primeiro Reinado
	7	Período Regencial e revoltas regenciais
	8	Segundo Reinado: política, cultura e crise

Comentários sobre o módulo

Ao trabalhar tópico “Linhas de interpretação da História: campo das ciências humanas”, o mais importante é mostrar que a História é uma entre várias áreas do conhecimento que estudam os seres humanos em sociedade, com a diferença de que seus objetos se constituem com o acréscimo de mais um elemento – o tempo –; e dois processos principais – as mudanças e as permanências. Dessa forma, salta aos olhos aquilo que chamamos de contexto. Cada sociedade tem seu passado, cada época tem seu passado, e cada qual guarda as próprias mudanças e permanências. Um conceito interessante a ser trabalhado é o de anacronismo, que consiste em um erro de cronologia que atribui a uma época ou agente histórico ideias, sentimentos, opiniões ou ações que não pertencem ao seu tempo.

Para o tópico “Hominização e humanização”, sugere-se explorar o sentido das duas palavras, procurando demonstrar como o processo de hominização, com o processo de evolução biológica, permitiu a esse ser desenvolver o processo de humanização, dando destaque para a diferenciação dos dois conceitos.

Para ir além

Indicamos a leitura e discussão de tópicos de:

- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LÉVÊQUE, P. *As primeiras civilizações: da Idade da Pedra aos povos semitas*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- PROUS, A. *O Brasil antes dos brasileiros: a Pré-História do nosso país*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007

Exercícios propostos

7. E

Como visto no módulo, o materialismo histórico-dialético foi desenvolvido por Karl Marx para explicar a dinâmica da história, para ele uma história de luta de classes, a partir das estruturas econômico-sociais. A alternativa A erra ao relacionar a História-crônica ao positivismo do século XIX. A representação apontada na alternativa B não tem qualquer relação com as realidades econômicas. Na alternativa C, a análise quantitativa está incorretamente relacionada à Nova História Social. E, a respeito da alternativa D, não havia método crítico na História da Grécia Antiga.

8. a) É aquilo que podemos chamar de “economia natural”, na qual os seres humanos extraem da natureza aquilo de que precisam para o seu sustento. Essa economia está baseada no mundo real ou material.
- b) Diferentemente da “economia” em Aristóteles, a economia capitalista visa o lucro. Há também diferenças de tecnologia, a diferença entre a produção para a subsistência e para o mercado etc.

9. 11 (01 + 02 + 08).

É correto dizer que a pesquisa histórica privilegiou documentos escritos durante muito tempo, especialmente a escola positivista. Hoje, além da expansão da noção de fonte histórica, não há um tipo de fonte histórica privilegiada em relação às outras. Da mesma forma, é necessário reconhecer que há uma influência subjetiva na escrita da História, uma vez que a narrativa recebe as influências do historiador e do próprio tempo. Também é correto afirmar que o tombamento de patrimônios históricos preserva aquilo que é considerado importante para as sociedades humanas.

10. B

Esta questão trabalha diretamente com uma das escolas estudadas neste módulo, a marxista. O materialismo histórico-dialético trabalha com a oposição recíproca entre classes, na qual uma é dominante e a outra, dominada. Essas relações se dão no campo da produção da vida material.

11. B

De forma simples, a questão mostra a relação direta da Escola dos Annales (da qual Marc Bloch foi um dos primeiros líderes) com a expansão da noção de fonte histórica. Ao dizer que “Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca” pode virar fonte histórica, Marc Bloch foge da restrição a documentos escritos, sem descartá-los.

12. E

Não é correto dizer que as pinturas rupestres tinham relação com religião, portanto as primeiras três alternativas são incorretas. Da mesma forma, falar em expressionismo – um movimento artístico – é incorreto, pois não tem qualquer relação com esse período histórico, seria um anacronismo. É correto dizer que, ao representar caças bem-sucedidas, os homens da época buscavam o sucesso na caça, como se houvesse uma relação mágica entre a representação e a realidade.

13. C

Não é correto dizer que a agricultura e o pastoreio surgiram só após a invenção da escrita. Muitos autores até defendem que os registros escritos surgiram graças ao excedente criado pela domesticação de plantas e animais.

14. E

As alternativas incorretas citam processos de períodos distintos, alguns anteriores – fabricação de instrumentos e controle do fogo –, outros posteriores – economia comercial.

15. E

O Paleolítico é o período anterior à sedentarização possibilitada pela domesticação de animais e plantas. Portanto, os homens ainda eram caçadores e coletores, como indicado na alternativa correta.

16. C

O Paleolítico é o primeiro período da Pré-História, portanto é o início da Idade da Pedra. Sendo assim, é incorreto falar em metais, cultivo de plantas, domesticação de animais ou mesmo de pensamento religioso, tudo ainda em formação.

17. B

Além do conteúdo de História, a questão também trabalha a interpretação de texto. É mostrada nesses dois excertos a divergência acadêmica a respeito de uma Revolução Neolítica, como também foi trabalhado neste capítulo. Um defende a transformação radical; o outro, a simultaneidade da caça e da coleta e do princípio da agricultura. Essa questão trabalha com a noção importante de que a agricultura e a domesticação de animais não substituem a caça e a coleta, mas a complementam. É a esse debate que os textos fazem referência.

Estudo para o Enem

18. B

Esta questão trabalha com um caso prático da análise marxista da História, baseada no conceito de luta de classes. Nesse sentido, a criação da Justiça do Trabalho é uma forma de conciliação de classes que historicamente se veem em conflito. Assim, a resposta correta é dizer que o objetivo da instituição é ordenar os conflitos laborais.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e

econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

19. D

Esta questão segue uma tradição no Enem: a proposta de análise de múltiplos textos e posterior comparação entre eles. Um dos textos até fala em fontes documentais, mas o ponto principal dos dois é a dificuldade de elaborar uma narrativa completa sobre as motivações da Guerra do Paraguai, em diferentes vertentes historiográficas.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as a diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

20. E

Esta questão do Enem trabalha com a polêmica acerca da ocupação da América. Nesse debate, a datação dos sítios arqueológicos é muito importante e fonte de muitas disputas. Inclusive, as tecnologias utilizadas para a datação de um ou outro vestígio são alvos de disputa.

Competência: Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

Habilidade: Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

2 ANTIGUIDADE ORIENTAL: EGÍPCIOS E MESOPOTÂMICOS

Comentários sobre o módulo

Ao trabalhar o tópico “Características gerais das antigas civilizações orientais”, mostre que, apesar da diversidade de povos e civilizações, havia alguns aspectos que uniam os mesopotâmicos. Os semitas, por exemplo, incluem arameus, assírios, babilônios, sírios, hebreus, fenícios e caldeus, com uma mesma origem histórica e aproximações linguísticas.

A respeito dos egípcios, a mensagem mais importante é que trata-se de uma das grandes civilizações mais antigas da História – tão antiga para os romanos, por exemplo, quanto os romanos são antigos para as sociedades do tempo presente – e que, nessa sociedade, a religião era indissociável de todos os aspectos da vida: o social, o econômico, o produtivo, o técnico e científico. Não havia separação de natural e sobrenatural, de religioso e secular. A religião era, para os egípcios, a própria existência.

Ao trabalhar os persas, é possível mostrar como essa civilização não tem uma existência isolada, mas fez parte de um processo de longa duração na história da Mesopotâmia, e que deixa marcas que permanecem até nossos dias.

Sobre os hebreus e fenícios, como se pode ver pelas questões de vestibular, os conteúdos mais importantes são os legados históricos desses povos.

Para ir além

Indicamos a leitura e a discussão de tópicos de:

- CARDOSO, C. F. *Modo de produção asiático*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- _____. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DONNER, H. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1997. 2 v.
- FARIA, J. F. (Org.). *História de Israel e as pesquisas mais recentes*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Exercícios propostos

7. C

Como visto no módulo, entre os povos estudados, os assírios destacavam-se pela cultura militar e agressiva.

8. C

A questão trabalha como um elemento da crença religiosa egípcia. Nesse caso, uma vez que acreditavam na vida da alma após a morte, o corpo deveria ser preservado e os bens da pessoa mantidos junto ao sarcófago porque, como ainda estava vivo, era possível que a alma retornasse ao corpo.

9. B

Os fatos citados nas alternativas incorretas têm pouca ou nenhuma relação com a criação de uma burocracia estatal ou citam eventos que, no caso do Egito Antigo, não aconteceram. É correto dizer que a agricultura e o volume da colheita, além do processo de sedentarização, tornaram a sociedade mesopotâmica mais complexa, o que teria exigido maior controle e burocracia.

10. D

Nesta questão, é trabalhada a relação entre o início do processo de sedentarização, a criação das primeiras cidades e o pensamento abstrato utilizado pelas religiões. Como vimos, nesse período as ideias religiosas estavam estreitamente ligadas a elementos da natureza e, por consequência, aos ciclos de plantio e colheita.

11. D

A questão trabalha, basicamente, a agricultura como um fator essencial para a sedentarização e, com isso, um princípio da civilização. Para tanto, era necessário ter água e solo fértil, daí a alternativa correta citar os rios Tigre e Eufrates.

12. B

Como visto neste módulo, a religião da Pérsia era o zoroastrismo. Outro fato correto que direciona o aluno à resposta é a expansão persa sob o comando de Ciro.

13. B

Na introdução deste módulo, foram mencionadas as contribuições de cada um dos povos que foram estudados. Entre as contribuições históricas dos fenícios, está o alfabeto.

14. C

O monoteísmo era uma característica da religião dos hebreus, o que até foi uma de suas grandes contribuições históricas. Isso pode confundir o aluno. Você deve chamar a atenção deles para o que pede a questão, que são as características gerais da Antiguidade Oriental. Portanto, podemos falar em politeísmo, já que monoteísmo foi uma exceção, e em rígida divisão social, com pouca ou nenhuma mobilidade.

15. C

A primeira alternativa fala em “patrão”, o que é um anacronismo, e indica algo que não acontecia. Também é incorreto, nesse contexto, mencionar a presença de mulheres dirigentes. Sobre a língua, o aramaico é ancestral, anterior ao hebraico. Sobre o cisma dos reinos hebraicos, isso aconteceu após a morte de Salomão.

16. C

A questão relaciona o povo hebreu ao judaísmo, a primeira das três mais importantes religiões ocidentais, e rica fonte da cultura judaico-cristã.

17. A

O conteúdo será mais bem trabalhado nos próximos módulos, quando formos tratar de Grécia Antiga. Porém, é uma passagem histórica que está relacionada aos persas, e aqui cabe esse aprofundamento. Os persas eram chamados também de medos. Portanto, as Guerras Médicas foram as batalhas entre gregos e persas, das quais os primeiros saíram vitoriosos.

Estudo para o Enem

18. C

A questão trabalha os diferentes períodos da história antiga dos hebreus. Interpretando o excerto, é possível concluir que se trata da concentração de terra por apropriação.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

19. E

As alternativas incorretas relacionam de forma equivocada as influências históricas entre as religiões mo-

noteístas. É correto dizer que o judaísmo é uma das religiões monoteístas mais antigas, e certamente a mais antiga entre as três grandes religiões do mundo ocidental. Como visto, essa religião influenciou de forma decisiva os preceitos da religião cristã, que então começava a florescer.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

20. A

O Egito Antigo tinha sua organização política constituída por uma monarquia teocrática em que o Faraó era considerado um “deus” na terra. Este exercia autoridade absoluta concentrando em suas mãos poder político e religioso. A forma de trabalho estabelecida no Egito era a servidão coletiva e a escravidão. Nesse sentido, o faraó comandava esses trabalhadores não somente na produção da agricultura, mas também na construção monumentos que tinham como objetivo demonstrar o seu poder e cultuar os deuses.

Competência: Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

Habilidade: Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

3 GRÉCIA ANTIGA: PRIMÓRDIOS, DEMOCRACIA E CULTURA

Comentários sobre o módulo

O mais importante a ser trabalhado aqui são os seguintes temas: a ocupação dos jônios, aqueus, eólios e dórios; a consolidação de cidades-Estado autônomas e independentes; e as obras *Ilíada* e *Odisseia*, suas características e importância histórica.

É também importante destacar contribuições do pensamento grego, que por meio da linguagem mítica buscava expressar o que é o ser humano em todas as suas dimensões. Ao tratar da democracia, saliente a diferença entre a democracia grega e o conceito que temos hoje sobre ela.

Para ir além

Indicamos a leitura e posterior discussão de tópicos de:

- BALDRY, H. C. *A Grécia Antiga: cultura e vida*. Lisboa: Verbo, 1969.
- CARDOSO, C. F. *A cidade-Estado antiga*. São Paulo: Ática, 1987.
- FÉLIX, L.; GOETTEMES, M. (Org.). *Cultura grega clássica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989.
- GODOY, L. *Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1996

Exercícios propostos

7. A

Trata-se de um período anterior à democracia. Quando falamos de Antiguidade, temos uma grande maioria de civilizações com o poder baseado na religião. Era o caso, de certa forma, das cidades-Estado gregas. A democracia, que se desenvolve posteriormente, especialmente nos séculos VI e V a.C., é uma inovação, um marco histórico, que traz o debate e o espaço público para o centro do poder.

8. C

A cultura greco-romana, ou cultura clássica, é considerada base da civilização ocidental. Retomadas pelos renascentistas, a partir do século XV, questões como filosofia, arte, olimpíadas, democracia, direito e cristianismo, além das línguas (grego e latim), são consideradas fundantes da cultura ocidental.

9. A

A incorreção da terceira afirmativa é dizer que o essencial para o sustento material da cidade-Estado estava na acrópole, o que é falso. Já na quarta, dizer que não houve expansão territorial por colonização também é um erro. Como visto neste módulo, as cidades-Estado se consolidaram no Período Arcaico, portanto a segunda afirmativa

está correta. Por extensão, por eliminação, o aluno pode concluir que a primeira afirmativa também está correta.

10. E

Os Jogos Olímpicos gregos tinham importância política e cultural; não houve democracia em Esparta; a escultura grega não era desligada da religião; os atenienses eram grandes comerciantes. Por outro lado, o período homérico da história grega pode ser estudado devido às narrações mitológicas feitas principalmente por Homero.

11. A

Na comparação entre a escravidão na Grécia Clássica e no Brasil Colonial, cabe constatar a restrição de direitos políticos aos cativos e a existência de negócios de compra e venda de escravos em ambos os casos.

12. D

Os Jogos Olímpicos foram criados pelos gregos antigos, com a finalidade de homenagear os deuses que residiam no Monte Olimpo, especialmente Zeus. Realizados a cada quatro anos, representavam também o conagraçamento dos gregos, pois até mesmo conflitos existentes entre eles eram interrompidos para a realização dos jogos.

13. A

As acrópoles da Grécia Antiga constituíam um conjunto de edificações construídas no ponto mais elevado das cidades-Estado. Inicialmente serviam como ponto de proteção contra invasores e, por isso, eram cercadas por muralhas. Com o passar do tempo, passaram a atender funções religiosas e/ou administrativas.

14. A

A palavra-chave é “antropomórfica”, ou seja, formas humanas. Algumas alternativas se arriscam a colocar os nomes dos deuses, mas ao afirmarem três nomes, excluem muitos outros. O mais correto é dizer que os deuses gregos tinham, como os humanos, paixões, virtudes e um destino por vezes cruel.

15. B

As afirmativas corretas mostram nada mais do que uma interpretação do texto da questão. Na afirmativa 2, são analisados os valores espartanos presentes no texto; na afirmativa 4, fala-se da educação espartana, voltada ao militarismo.

16. B

As afirmativas corretas mostram nada mais do que uma interpretação do texto da questão. Na

afirmativa 2, são analisados os valores espartanos presentes no texto; na afirmativa 4, fala-se da educação espartana, voltada ao militarismo.

17. A

Esta questão também trata de uma relação entre a cidadania na Grécia Antiga e nas sociedades atuais, porém de forma mais crítica. O que é necessário entender é que tanto lá como cá a democracia é reconhecida como um regime do qual todos participam, mas existiam/existem limites para o pleno exercício desse direito. As questões incorretas fogem a essa interpretação e trazem dados incorretos.

Estudo para o Enem**18. B**

Esta questão trata, além de História, de Filosofia. A dialética socrática consistia em uma divisão entre maiêutica e ironia. Havia um debate entre posicionamentos distintos que são confrontados com o objetivo de gerar novos conhecimentos.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

19. B

Apesar de não ser do Enem, esta questão trabalha com interdisciplinaridade, como acontece com aquela banca. Relaciona-se aqui o gênero épico da *Ilíada* e da *Odisseia*, obras que ajudaram a moldar o pensamento, a história e a literatura do Ocidente, com a poesia épica de Luís Vaz de Camões, um herdeiro do Renascimento, que retomou a cultura greco-romana.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

20. C

As duas civilizações tinham cidades autônomas e independentes entre si.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO BOSCO

4 ROMA ANTIGA: DA ORIGEM À QUEDA DA REPÚBLICA, IMPÉRIO E CULTURA

Comentários sobre o módulo

É necessário dar atenção à origem de Roma, mostrando, ao mesmo tempo, que ela é repleta de mitos e lendas, como a história de Rômulo e Remo, e, também muito importante, que esse processo é contemporâneo à Grécia. É comum que muitos alunos achem, até pela sequência dos materiais didáticos, que Roma começa quando a Grécia “termina” (assim mesmo, entre aspas). Isso não é verdade. Inclusive, a Magna Grécia, que Alexandre, o Grande já dominara, foi conquistada por Roma em seu processo de expansão.

Outro fator importante é mostrar que a Roma republicana é, não sem alguma polêmica, o período mais importante e pujante de Roma. A instituição do Senado, como aconteceu na República, é uma inovação decorrente, claro, da democracia grega, mas bastante original e muito importante para a época.

É preciso salientar os movimentos sociais – lutas dos plebeus, revoltas de escravos – como conquistas sociais determinadas por mobilizações coletivas. Ressalte que a cultura romana caracterizou-se pela diversidade cultural, pois dentro dos seus domínios coabitavam variadas etnias, bastando dar atenção à enorme extensão alcançada por Roma, desde a Península Ibérica até o Oriente Próximo, dominando todo o Mediterrâneo. É preciso ter cuidado para não passar aos alunos uma visão heroica sobre as conquistas e os feitos, pois, como qualquer império, foi construído pela força da dominação, havendo uma tênue linha entre a história e a memória de exaltação. É necessário mostrar como os feitos dos romanos foram excepcionais e o quanto contribuíram para moldar o mundo ocidental, sem deixar de mostrar suas contradições, as relações de poder e as heranças negativas. Em contrapartida, também é necessário salientar as reações por parte dos povos dominados. Um aspecto importante é o surgimento do cristianismo nos domínios romanos, não tanto como crença, mas, sobretudo, como loso a de vida proposta pelos seus fundadores.

Para ir além

Indicamos a leitura e posterior discussão de tópicos de:

- BARBOSA, R. C. A mulher na Roma Clássica: representações e interpretações. In: LIMA, E. de; ARIAS NETO, J. M.; ALMEIDA, M. de (Org.). *Violência e direitos: 500 anos de lutas*. Anais do VII Encontro Regional de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- CHELIK, M. *História Antiga: de seus primórdios à queda de Roma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- CARCOPINO, J. A vida cotidiana em Roma e no auge do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GARRAFFONI, R. S. *Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas*. São Paulo: Anablume, 2005.

Exercícios propostos

7. C

A questão trabalha com temporalidades e espaços. Conhecendo o espaço de que trata a questão, é possível perceber que Mar Negro, Macedônia e mundo bárbaro persa não dizem respeito aos conflitos entre Roma e Cartago. Conhecendo o tempo em que isso acontece, é possível descartar a alternativa que trata de Império.

8. B

As afirmativas II e III tratam de fatos ou dinâmicas da política romana que não existiram. Contudo, é correto falar que o Senado era a instituição mais importante da República, aprovava leis e tomava decisões sobre medidas excepcionais.

9. B

Os chefes do governo da República romana eram os côsules, escolhidos pelo Senado, e tinham mandato de apenas um ano. Não cabe aqui falar em democracia popular com voto secreto, nem em parlamentarismo, muito menos em presidencialismo.

10. a) O casamento assegurava a manutenção dos privilégios da elite, os patrícios.

b) Escravos, ex-escravos, mulheres, crianças, estrangeiros.

11. B

O comércio triangular faz parte do contexto colonial da Idade Moderna. Não é correto dizer que há escravidão melhor ou pior, tampouco que as rebeliões de escravos eram raras na Roma Antiga.

12. C

O controle político era exercido pelos suetas, principais funcionários do Estado, que possuíam poder civil e religioso, mas não militar, pelo Conselho, composto por anciãos, e pela Assembleia do Povo, composta por algumas famílias nobres.

13. A

Apenas interpretando o texto, sem mais informações, é possível inferir que se trata do momento de perseguição aos cristãos, cuja fé partia do pressuposto de que todos são iguais perante Deus e, portanto, não há como imperadores ou qualquer outra pessoa possuírem algo de divino.

14. E

A escravidão na Antiguidade difere da moderna por não apresentar determinação de base “racial”. O afluxo de escravos, por sua vez, atingiu o auge com a expansão romana pelo Mediterrâneo. Os imperadores cristãos mantiveram o regime de

trabalho escravo e estes, assim como ocorreu no Brasil colonial, podiam alcançar a liberdade por meio de compra ou cessão.

15. B

A primeira afirmação é falsa, pois Atenas não foi pautada no medelo militarista aspartano. A afirmação 3 está incorreta, pois Esparta criou a Liga do Peloponeso com a finalidade de rivalizar com a Liga de Delos, e não para sustentar seu exército.

16. D

Embora a escravidão também existisse em outras sociedades antigas, na Grécia ela surgiu pela primeira vez como força de trabalho preponderante. Mas foi em Roma, a partir da conquista do Mediterrâneo, que ela alcançou sua máxima expressão na Antiguidade.

17. A

Apesar da inovação política que a democracia ateniense representou, ela trazia consigo um conceito de cidadania excludente: mulheres, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos e, por isso, não participavam da vida política da cidade-Estado. No Brasil atual, apesar de a Constituição brasileira prever o direito de voto a todos aqueles com mais de 16 anos, o fato de a democracia ser indireta impede os cidadãos de definirem os rumos do país.

Estudo para o Enem

18. E

Ao apresentar no texto a fixação de leis consuetudinárias em códigos escritos, a questão aponta para a resposta correta, que trata do conhecimento das leis.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

19. B

Esta questão trabalha com Química e História, amplia as noções de fonte histórica e avalia o conhecimento a respeito do método científico. A alternativa correta leva em conta que as geleiras acumulam camadas de gelo em que é possível saber de que época é cada camada. Ao analisar a quantidade de CO₂ armazenada em cada uma delas, é possível comparar os níveis de emissão desse gás em diferentes momentos do Império Romano. Sabendo que esse gás estava vinculado às atividades produtivas, especialmente para a produção de material bélico, a redução nas emissões é um forte indício da decadência gradual do Império Romano.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

20. C

Esta questão trabalha com história e literatura. A famosa passagem de William Shakespeare, de fato, se sobrepôs à história em certa medida. Muitos acreditam que César realmente disse “Et tu, Brute!” como suas últimas palavras. Isso acontece por conta do poder que os significados criados pela arte possuem. Porém, é necessário diferenciar as preocupações e os méritos da literatura e da História. A literatura trabalha com ficções, têm narrativas como a história, mas está muito mais preocupada com os enredos e as significações artísticas. A história, por sua vez, é uma ciência que utiliza fontes históricas para obter informações e, portanto, não pode criá-las. Deve seguir um método, seja ele qual for, e comprovar seus pontos de vista.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

5 FEUDALISMO: ORIGENS, POVOS GERMÂNICOS E REINO FRANCO

Comentários sobre o módulo

Saliente que a Alta Idade Média resultou da dissolução do Império Romano do Ocidente, em decorrência de crises internas e externas e da formação de novos reinos no Ocidente europeu, como o Reino Franco. Recomendamos cuidado com o conceito de “bárbaro”, para evitar a concepção errônea de relacioná-lo a selvageria ou inferioridade cultural. Mostre que, como os gregos, os romanos de fato utilizavam esse termo em oposição a “civilização”, mas que isso não é necessariamente uma verdade histórica. O termo “vândalo” é exemplo disso. Esse povo germânico, um dos chamados “bárbaros”, que batalhou contra Roma na região de Cartago (por volta de 460), passou a ser associado à destruição e ao desrespeito ao bem público.

É importante salientar que o longo período de transformações desde a queda do Império Romano do Ocidente até a formação da Europa feudal, passando pelos reinos bárbaros, possibilitou uma nova estrutura socio-política centrada no poder e no uso da terra: o feudalismo. A Igreja foi um dos sustentáculos desse sistema.

Destaque a diferença entre a condição de vassalo e a de servo na estrutura feudal.

Para ir além

Indicamos a leitura e discussão de tópicos de:

- ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982.
- BARK, W. C. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1983. 2 v.
- _____. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

Exercícios propostos

7. A

A influência da Igreja Católica nas sociedades medievais acontece muito por causa dos reinos francos que lhe foram anteriores. A conversão dos reis ao cristianismo é um momento muito importante nesse processo.

8. E

Aqui vemos o papel central da Igreja Católica na vida medieval, como vetor de cultura e controle social, com influência na vida dos servos e dos nobres.

9. E

Mais uma questão que trabalha o processo histórico que levou à consolidação do sistema feudal.

A alternativa correta mostra como essa transformação foi lenta e passou por diversos cenários, desde Roma até a queda dos reinos francos.

10. D

A única afirmativa errada é a primeira, que descreve um processo oposto ao que de fato aconteceu. Durante a Idade Média, especialmente na Alta Idade Média, houve um processo de êxodo urbano e descentralização do poder.

11. D

Questão simples, apenas de xação. Dado o que foi visto no módulo, trata-se do Reino dos Francos.

12. C

As afirmativas I e II estão erradas porque fazem referência, respectivamente, a uma tentativa de combate ao poder da Igreja e ao enfraquecimento da servidão. O que aconteceu, na verdade, foi o contrário.

13. B

É incorreto dizer que a pecuária, o artesanato ou o comércio eram a base da economia, ou mesmo que havia larga utilização de moeda. Entretanto, é correto dizer que a economia era baseada na agricultura, especialmente de trigo e cevada, com pouco contato comercial ou de trocas entre feudos.

14. E

O dízimo era um imposto pago à Igreja; a talha podia ser paga com mercadoria; a mão-morta era paga por servos e a corveia não foi aplicada apenas em um período de decadência.

15. C

As filosofias sofística e epicurista foram desenvolvidas na Grécia Antiga. O existencialismo e a fenomenologia são contemporâneos. A escolástica, resposta correta, era a corrente filosófica da Igreja medieval que buscava a conciliação e a unidade entre a fé cristã e o racionalismo.

16. A

As novelas de cavalaria são um contraexemplo à alternativa B. A escolástica, ao contrário do que se afirmava, buscava aliar a fé católica a um pensamento racional. Também é incorreto dizer que as artes plásticas do período não passavam por um cerceamento religioso. Os vitrais, as pinturas e as esculturas da época tinham quase exclusivamente temas religiosos.

17. C

Apesar de central para a vida medieval, o cultivo das terras era desprezado, era um trabalho dos servos. O trabalho dos ourives, que basicamente serviam aos nobres, era valorizado.

Estudo para o Enem

18. A

Esta questão trata de conteúdos de História e Química. Como são óleos, não é possível afirmar que haja solubilização pelo orvalho. Também é incorreto dizer que haja produção de oxigênio na fotossíntese, o mesmo não se pode afirmar em relação ao óleo. O que ocorre é que, com o calor dos primeiros raios solares, há a volatilização das substâncias que os medievais desejavam extrair.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

19. B

Apesar de não ser do Enem, esta questão trabalha conteúdos de História e Física de forma interdisciplinar, o que acontece muito nessa banca. É possível saber, com o conhecimento de História, que quem trabalhava eram os servos, e, portanto, estes é que operavam os moinhos. Com os conhecimentos de Física, pode-se deduzir que se trata da energia cinética do vento.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.

20. B

Apesar de não ser da banca do Enem, esta questão é ótima para estudar para essa prova, pois trabalha a interdisciplinaridade dos conteúdos de história e de literatura. Por uma via ou outra, o aluno precisa saber que, além das guerras, os cavaleiros participavam de grandes eventos, como torneios, jogos e justas, e para isso tinham seu treinamento. Esse personagem foi figura de inúmeras novelas de cavalaria, cuja principal característica era o amor cortês.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO

6 IMPÉRIO BIZANTINO E CIVILIZAÇÃO ISLÂMICA MEDIEVAL

Comentários sobre o módulo

É importante demonstrar a existência e as relações de três culturas que se tocavam, pelo conflito ou pela negociação: o mundo feudal, o Império Bizantino e o islã. Na condição de herdeiro da cultura greco-romana, o mundo bizantino teve vida própria, considerando que preservou essa cultura, absorveu outras no decorrer dos seus mil anos de sobrevivência, ao mesmo tempo que se tornou o centro do elo entre o Ocidente e o Oriente.

Ao trabalhar a cultura árabe, cuide para evitar todo e qualquer juízo de valor sobre suas bases. A contribuição árabe para a humanidade foi de suma importância, tanto na criação científica e artística como na preservação, interpretação e difusão da cultura clássica greco-romana.

Para ir além

Indicamos a leitura e discussão de tópicos de:

- BESANÇON, A. A iconoclastia: o ciclo antigo. In: *A imagem proibida: uma história intelectual da iconoclastia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- JEDIN, H. *Concílios ecumênicos: história e doutrina*. São Paulo: Herder, 1961.
- ANDRADE FILHO, R. *Os muçulmanos na Península Ibérica*. São Paulo: Contexto, 1989.
- ARMSTRONG, K. *O Islã*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Exercícios propostos

7. A

De fato, o governo de Justiniano foi uma época de ouro do Império Bizantino e deixou como legado a preservação do Direito Romano.

8. C

Nas obras arquitetônicas bizantinas (templos, mosteiros e palácios) há elementos romanos, mas também persas e gregos. A Igreja de Santa Sofia refletia uma ideia segundo a qual o templo era uma alegoria do ser humano. A beleza interior, e não a aparência externa, era um ideal a ser alcançado.

9. A

Não é correto falar em descentralização política, vulnerabilidade de Constantinopla, intromissão de imperadores romanos ou mesmo de falta de um ordenamento jurídico. Por outro lado, conflitos internos e controvérsias religiosas marcaram o Império Bizantino.

10. B

A Reforma Protestante acontece em outro contexto, já na transição para a Idade Moderna. Por outro lado, as outras afirmativas fazem parte

desse contexto importante para a história do Leste Europeu.

11. B

Como visto no módulo, essa revolta aconteceu por motivos tributários. A aristocracia voltou-se contra Justiniano pelos tributos excessivos cobrados por seu governo. Apesar dessa motivação, eram inimigos políticos.

12. E

O édito proibia o culto a imagens religiosas, mas acabou sendo desrespeitado em diversos centros e, até mesmo, foi razão para debate e polêmica. Também não é correto dizer que os ícones deixaram de ser uma expressão artística daquela região.

13. D

A expansão islâmica foi muito além da Península Arábica, e os palestinos não buscavam libertar o Estado de Israel. Como vimos, a religião teve, sim, caráter expansionista. E não é correto relacionar o fundamentalismo a uma ou outra vertente do islamismo. Mesmo não conhecendo a história do Líbano, é possível, por exclusão, chegar à resposta correta.

14. B

Questão um pouco mais simples, que pede apenas a nomeação dos dois grupos nos quais o islamismo foi dividido após a morte de Maomé: sunitas e xiitas.

15. D

Como vimos neste módulo e em várias outras questões, é incorreto dizer que não há semelhanças entre o islamismo e o cristianismo. A começar pelo monoteísmo, são bastante semelhantes, inclusive pelo caráter expansionista.

16. A

Esta questão ajuda a desconstruir uma imagem negativa a respeito dos muçulmanos. Além da enorme contribuição científica na aritmética, na álgebra, na trigonometria, na astronomia e na medicina, entre outras áreas, também implementaram diversas inovações na área comercial. Dizer que árabes são grandes negociadores é um estereótipo, porém é correto dizer que foram alguns árabes que criaram inovações importantes nessas áreas.

17. a) Os bizantinos também se consideravam membros do Império Romano. Os que viviam no Ocidente é que utilizavam a denominação "Império Romano do Oriente." A legislação era baseada no código romano reformulado por Justiniano. O território

oriental foi herança das conquistas romanas, assim como a hierarquia social e a organização cristã do Estado.

b) A grande diferença é que o Império do Oriente, ou Bizantino, teve uma unidade firme e permaneceu relativamente estável durante muito tempo.

Já o do Ocidente não era mais um império a essa altura; estava esfacelado e o sistema feudal em breve iria vigorar naquela região.

Estudo para o Enem

18. C

As alternativas misturam eventos que não aconteceram a eventos que não dizem respeito à Hégira. Essa ruptura se deu com a jornada de Maomé e seus seguidores de Meca para Yathrib, depois chamada Medina.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

19. D

Por estar em um módulo sobre o Islã, fica fácil responder a esta questão. De qualquer forma, ela é interessante porque relaciona a disseminação do café pelo mundo com um conteúdo estudado aqui: a expansão islâmica.

Competência: Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

Habilidade: Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos.

20. C

Mais uma questão que trabalha a civilização árabe como uma união de diferentes culturas e um vetor de preservação e disseminação delas. O ponto central nessa cultura árabe é a construção dos saberes, como dito na alternativa correta.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO

7 CRISE DO FEUDALISMO: CRUZADAS

Comentários sobre o módulo

Estamos abordando a crise do sistema feudal, tendo as Cruzadas como uma das principais causas dessa decadência. É importante falar sobre as consequências trazidas por essas expedições armadas, por auxiliarem na reabertura de rotas comerciais por terra e por mar – o que levará ao renascimento comercial e urbano que veremos no próximo módulo –, além do contato com o outro, os muçulmanos, no Oriente. O contato com o outro, considerado infiel, deve ser ressaltado, evidenciando as ordens e diversas Cruzadas oficiais que foram organizadas.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- FLETCHER, R. *A cruz e o crescente: cristianismo e Islã, de Maomé à Reforma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- MAALOUF, A. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DUBY, G. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu do século VII ao século XII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- DURANT, W. *A idade da fé*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Exercícios propostos

7. D

Como estudado no módulo, as Cruzadas beneficiaram a expansão comercial e cultural, favorecendo o contato com outras partes da Europa e do Oriente Médio. Como consequência, houve a intensificação do chamado renascimento comercial e urbano.

8. B

A cavalaria estava essencialmente vinculada ao estrato nobre da sociedade. Entre os motivos para isso estava a possibilidade de esse grupo conseguir os armamentos e montaria para o ofício da cavalaria.

9. D

O contato entre Oriente e Ocidente, possibilitado pelas Cruzadas, significou a ampliação das trocas culturais entre os povos.

10. E

O processo das Cruzadas resultaria na reabertura de rotas comerciais via Mediterrâneo.

11. A

O fundamento primordial das Cruzadas era de caráter religioso, uma vez que os muçulmanos há muito vinham pressionando a Europa Ocidental. Tendo como ponto de partida a conquista da Terra Santa, as Cruzadas acabaram funcionando como fator de expansão territorial para os europeus, de fortalecimento cristandade e, posteriormente, de reabertura econômica entre Ocidente e Oriente.

12. B

Um dos movimentos que marcaram os países e cujos efeitos são observados até hoje foi o neocolonialismo, processo de nova colonização dos territórios africanos e asiáticos, garantindo matéria-prima e mercado consumidor. Na proposta desta questão, não há qualquer relação com o movimento das Cruzadas.

13. D

Entre os objetivos das corporações de ofício estavam o monopólio e a preservação das técnicas de produção. Eles buscavam manter o ofício apenas para seu grupo e isolar o acesso de terceiros aos meios de produção.

14. B

A Peste Negra foi um evento desastroso e as tentativas de explicação de suas causas envolveram motivos religiosos, entre os quais os que relacionavam as epidemias aos infiéis e às práticas hereges.

15. A

Como vimos no módulo, as *jacqueries* foram rebeliões populares na França, ocorridas em razão da crise gerada pela Peste Negra e pelas guerras.

16. C

Não há como afirmar que o renascimento urbano foi interrompido e reiniciado com a Revolução Industrial, assim como o campesinato não estava em um movimento de conquistar liberdade. Sabe-se que a nobreza teve grandes perdas em virtude da baixa produção durante a crise do século XIV. Por outro lado, o rei, com o apoio da burguesia, poderia contribuir para a resolução do período de crise.

17. D

Como estudamos, as cidades medievais estavam ligadas ao comércio e à manufatura e eram cercadas por muralhas fora das quais se encontrava um largo espaço rural.

Estudo para o Enem

18. D

Como se pode observar, são pontos de vista de dois lados do conflito, assim como se pode notar da violência contra mulheres e crianças. Por outro lado, sabe-se que os conflitos não estavam baseados em tolerância cultural e religiosa.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

19. A

A questão se refere ao renascimento comercial e urbano, portanto, a mudança dos usos das muralhas estaria ligada ao crescimento das atividades comerciais e urbanas, uma vez que seriam lugares de passagem, assim como de trocas.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

nicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.

20. B

Retomando o estudo das Cruzadas e com base no trecho citado, podemos compreender a expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI, situando a expansão cristã nesse contexto. Não se pode dizer que o empreendimento era exclusivamente religioso, militar ou comercial.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOMINUS

8 HUMANISMO, RENASCIMENTO CULTURAL E RENASCENTISTAS E SUAS OBRAS

Comentários sobre o módulo

Abordamos o Renascimento sob dois aspectos: rupturas e continuidades. Demonstre que o movimento renascentista foi uma conjuntura de fatos e, como tal, teve longa duração – entre os séculos XIV e XVII – e afetou todas as áreas do conhecimento. Supere a visão estanque de que foi um mero movimento artístico. Ao mesmo tempo que resgatou valores humanísticos da Antiguidade clássica, criou outra visão de mundo. Demonstre que tal cultura não estava morta, e sim preservada na Igreja, no mundo bizantino e na cultura árabe. Trabalhe o termo "Renascimento", que não significa o renascer de algo morto, mas o revigorar de "valores adormecidos".

Os principais nomes do Renascimento, divididos por áreas, fazendo uma pequena biografia e relacionando suas principais obras. Ressalte a importância histórica desses intelectuais e suas obras, opondo sempre as duas visões entre as características de ruptura e continuidade com a cultura medieval.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- BAXANDALL, M. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BURKE, P. *O Renascimento*. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.
- CARUSO, F. *Arte, física e geometria no Renascimento. Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, 2010.

Exercícios propostos

7. A

De acordo com as ideias renascentistas, o universo e o mundo natural devem seguir uma ordenação, que pode – e deve – ser investigada pelo racionalismo humano, por meio da matemática, por exemplo.

8. D

O período renascentista apresentou um pensamento humanista, não separado de crenças religiosas, mas centrado na ideia de ação e produção humana. Esse pensamento engloba o racionalismo, na investigação científica, e o antropocentrismo, ou seja, o ser humano como centro. Essas investigações científicas levaram a diversas teorias, como o heliocentrismo, que dizia que o sol estava no centro do Sistema Solar.

9. D

Como estudamos, o modelo planetário heliocêntrico defendia que o Sol era o centro do universo, diferentemente da visão corrente na época, que

dizia que a Terra era o centro do universo, teoria defendida pela Igreja.

10. D

Como vimos, o Humanismo trouxe transformações na relação entre fé e razão, substituindo o teocentrismo pelo antropocentrismo, e interessou-se pelo saber científico e pelo empirismo.

11. E

Todas as afirmativas apresentam informações corretas sobre seu contexto, como a importância da imprensa na difusão do texto escrito, bem como dos objetivos das principais obras do período, como *Dom Quixote* e *Os Lusíadas*.

12. E

A citação demonstra uma valorização do ser humano como ser racional e dotado de ação para investigação do universo, que seria a noção do antropocentrismo.

13. C

Como estudado no módulo, o retorno à Antiguidade clássica foi um dos focos do movimento renascentista.

14. C

O antropocentrismo, ou seja, o ser humano no centro, incorporava o ideal da investigação científica que deveria ser empenhado para o conhecimento do universo.

15. E

Como estudado no módulo, o humanismo está na base das ideias do movimento renascentista.

16. C

As obras de Alighieri e Cervantes foram marcos das línguas de seus respectivos territórios de origem.

17. D

Erasmus de Roterdã foi um humanista, cujas características estão presentes em sua obra. Da mesma forma, sua obra valoriza a figura humana, apresentando um perfil antropocêntrico.

Estudo para o Enem

18. B

Uma das características do movimento renascentista foi a aplicação de investigação científica para áreas do conhecimento como a arte, aproximando assim a matemática, a geometria e o estudo das perspectivas à produção artística.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

19. D

Nicolau Maquiavel pode ser inserido entre os pensadores que refletiram sobre a natureza humana. Em *O príncipe*, o autor orienta como um líder monárquico deve agir, pensando que a ação humana é sempre dotada de interesses e egoísmo.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

20. C

Como um humanista, Leonardo Da Vinci dedicou-se à investigação do mundo ao seu redor, fazendo pesquisas científicas nos mais diversos ramos do conhecimento.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

9 ORIGENS MEDIEVAIS DO ESTADO MODERNO E A VOLTA DOS REIS

Comentários sobre o módulo

Ressalte os motivos que levaram ao fim do sistema feudal e à consolidação dos Estados nacionais. Algumas estruturas (de relações, de trabalho e de pensamento) vigentes no sistema feudal foram incorporadas à nova organização política. Ao abordar a unificação de cada um dos estados analisados no módulo, destaque a importância desse processo para os desdobramentos seguintes do período moderno.

Ao mostrar os processos de volta dos reis, completando o tema que começou a ser trabalhado no módulo anterior, resalte a importância dos intelectuais nesse contexto, os quais surgem com o renascimento urbano e com a disseminação de universidades pela Europa no fim da Idade Média.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- DUBY, G. *Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LE GOFF, J. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. v. 1.
- OLIVIERI, A. C. *O Renascimento*. São Paulo: Ática, 2007.

Exercícios propostos

7. C

Como foi visto no módulo, tanto em um caso como em outro houve uma desconstrução das dinâmicas de poder feudais e um processo de centralização política gradual. Não é correto falar em retardamento da formação do Estado moderno, dependência em relação aos senhores feudais, diminuição do poder real ou enfraquecimento da burguesia, pois houve foi justamente o contrário.

8. D

Este é um ponto essencial dos processos estudados. Antes, durante a Idade Média, o poder era descentralizado e, com isso, a Igreja tinha grande protagonismo. Com o fortalecimento do rei e a centralização de funções e poderes, toma forma um poder tão grande quanto o da Igreja.

9. D

Todas as alternativas fazem referência a fatos e processos que realmente ocorreram. Porém, o que se pergunta é sobre o Cisma do Ocidente. Neste caso, trata-se do confronto da França com a Igreja romana, que levou o Ocidente a ter, por um período, dois papas.

10. C

No final do módulo anterior, estudamos o processo de decadência da Idade Média, com mortes pela peste e pela fome, guerras, Cruzadas e o início dos diversos renascimentos. Esta questão trabalha esse momento e o relaciona ao processo de centralização e concentração do poder e à formação gradual do absolutismo.

11. E

A crise do feudalismo e a consolidação do poder centralizado nas mãos do rei foram resultado de um longo processo, do qual fazem parte a peste negra e a Guerra dos Cem Anos.

12. B

As cidades citadas são alguns dos principais exemplos do que foi o renascimento comercial e urbano na Europa do início da Idade Moderna. Esse processo está intimamente ligado às Cruzadas e, não por acaso, dali saem os principais mecenas dos artistas renascentistas.

13. A

O mercantilismo foi a base de sustentação dos Estados Nacionais na Europa desse momento histórico de que falamos. Os Estados espanhol, português, francês e o holandês, especialmente, tinham de lidar com a burguesia, que então ganhava força.

14. A

A questão resume o que foi estudado a respeito dos teóricos do absolutismo. Utilize a resposta correta como um guia para entender a importância de cada um deles: a subordinação do indivíduo ao Estado, para Maquiavel; o caráter divino do rei, para Bossuet e Jean Bodin; e o contrato teorizado, para Hobbes.

15. C

É incorreto falar em apoio dos papas ou aliança com a Igreja, relacionar a burguesia a apoio aos princípios do feudalismo, ou mesmo falar em descentralização administrativa. Por outro lado, é correto dizer que os absolutistas dominaram a Europa moderna, reduziram o poder da Igreja (e do papa) e lideraram a transição econômica para o capitalismo mercantil.

16. D

A questão trabalha as turbulências no processo de consolidação do absolutismo, mostrando que não foi um processo linear e inevitável. As guerras de religião na França expuseram um confronto entre a nobreza católica e os Bourbons.

17. D

Portugal não tinha interesse na região de Flandres; não houve alargamento territorial com política agrária, mas sim conquistas territoriais; não houve apoio de qualquer potência e a organização da expedição de Vasco da Gama foi feita muito depois, quase um século mais tarde.

Estudo para o Enem

18. B

O enunciado já pede uma resposta relacionada às artes. Portanto, a resposta correta já fica mais fácil. Fé e misticismo seriam características medievais; cultura e comércio guardam certa relação, se pensarmos nos mecenas, mas não seria correto estabelecer essa associação, considerando o enunciado. O mesmo vale para as outras duas alternativas. O que houve nesse momento foi a relação entre o desenvolvimento da ciência (ainda não exatamente como ciência, mas vale o termo) e as artes.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

19. B

Com a análise do trecho, especialmente a passagem “os homens naturais constituem-se em

sociedade política e submetem-se a um senhor, a um soberano”; pode-se concluir que a proposta de organização da sociedade apresentada no texto encontra-se fundamentada na abdicação dos interesses individuais e na legitimidade do governo.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

20. A

Hobbes é o teórico dos contratos e, como vimos, a base filosófica disso trata do conflito, da desconfiança e da busca por interesses próprios dos seres humanos de forma geral.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

10 REFORMA PROTESTANTE E CONTRARREFORMA

Comentários sobre o módulo

Por meio do estudo da Reforma Protestante e das religiões que surgiram nesse período, é possível fazer uma análise da influência das doutrinas religiosas na vida social e econômica da sociedade. Lembre-se de que as questões de testes avaliativos relativas às reformas, por vezes, fazem relações com o conteúdo da formação dos Estados nacionais, principalmente no que diz respeito aos Países Baixos e à Inglaterra.

A respeito da Contrarreforma, é importante demonstrar como há um jogo de poder por trás dos processos estudados. As monarquias católicas – Portugal e Espanha –, então os mais poderosos Estados europeus, apoiaram esse processo, que teve como epicentro a Península Itálica. Nela estava a cidade de Roma, onde cava a sede do catolicismo e onde foi fundada a Companhia de Jesus; e Trento, onde foi realizado o concílio reformista. O poder religioso, mesmo não sendo tão extenso e indiscutível como fora na Idade Média, ainda era signi cativo e importante. Para a Igreja Católica, era importante retomar seu protagonismo e conter os protestantes. Para os monarcas, interessava que a Igreja da qual faziam parte continuasse poderosa.

Para ir além

Indicamos o filme *O nome da rosa* (EUA, 1986. Direção de Jean-Jacques Annaud), baseado no livro homônimo de Umberto Eco, que trabalha questões da política interna da Igreja Católica e acompanha a ação de um tribunal da Inquisição.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- FEBVRE, L. *Martin Lutero: um destino*. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.
- DAVIDSON, N. S. *A Contrarreforma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991

Exercícios propostos

7. E

Não é correto dizer que a Reforma Protestante causou uma flexibilização dos costumes e valores morais. O que houve, de fato, foi a livre interpretação da Bíblia, sem intermédio da Igreja.

8. E

Quando Weber fala da “ética protestante” para explicar o surgimento do capitalismo, ele está se referindo, principalmente ao calvinismo. Com a ideia de predestinação, ser rico significa ter sido predestinado por Deus a ter sucesso e prosperidade. Por isso, o desenvolvimento comercial e financeiro passou a ser guiado pela religião.

9. C

As alternativas erradas dão a Lutero uma roupagem de líder político e social ou simplesmente incorrem em equívocos, como a preservação de certos sacramentos. Apesar de a Reforma ter tido desdobramentos além da religião, Lutero foi, sobretudo, um líder religioso, que traduziu a Bíblia e defendeu suas teses.

10. D

Anabatistas e puritanos foram protestantes dissidentes, que romperam tanto com a Igreja Católica como com as outras igrejas protestantes, não se assemelhando da forma como foi proposta na afirmativa IV.

11. V, F, V, V, F

A segunda afirmativa é falsa porque os protestantes combatiam as indulgências, não as defendiam; a última é falsa porque não houve tal caráter unificador no movimento reformista.

12. B

A questão resume bem as relações de causa e consequência envolvidas na Reforma religiosa. A Igreja Católica, até então única na Europa Central e Ocidental, teve sua unidade rompida e passou a ter concorrência, as práticas capitalistas foram aceitas em uma nova moral cristã, especialmente no calvinismo, e as monarquias absolutistas se fortaleceram na medida em que o papa perdeu força.

13. B

Atenção para o que se pede: a questão solicita um destaque da Reforma e outro da Contrarreforma. Separados por ponto e vírgula e na ordem. Portanto, as questões erradas misturam fatos de um processo e de outro, e por mais que estejam corretos podem estar relacionados ao processo errado. Como vimos, a Reforma acaba com o celibato clerical e essa informação é suficiente para responder à questão por eliminação.

14. 6 (02 + 04).

A primeira afirmativa está errada, pois o Concílio de Trento não eliminou o índice de livros proibidos. E, a última, porque a Companhia de Jesus nada tinha a ver com diálogo, e sim com o combate aos protestantes e com a expansão da fé católica.

15. E

Questão mais simples, que cobra apenas que os alunos reconheçam as principais características da Contrarreforma. Por estar apresentada em um

módulo com este tema, a resposta fica mais fácil. Em uma prova, a afirmativa I deveria eliminar todas as alternativas que apresentam protestantes, e isso seria suficiente para chegar à resposta.

16. 10 (02 + 08).

Questão mais específica, mas que trata de um assunto deste módulo: os jesuítas. A primeira afirmativa está errada porque este não era um objetivo, apenas, talvez, uma consequência. A 04 está errada porque as missões jesuítas ficavam no atual Rio Grande do Sul, em uma tentativa de expandir os domínios portugueses. A 16 está errada porque houve missões jesuítas em diversos pontos do território da colônia.

17. E

Questão sobre o Concílio de Trento que, na verdade, cobra que o aluno conheça o contexto dessa reunião eclesial. Todas as afirmativas estão corretas e podem ser utilizadas como um resumo desse processo.

Estudo para o Enem

18. E

Galileu era não só um sujeito capaz da mais convincente retórica, como também um sujeito capaz das afirmações mais difíceis. Perante o forte discurso religioso – forte, porém inapropriado para a ciência –, Galileu cumpriu a delicada tarefa de afirmar uma ciência nova baseada puramente na matemática, distante da fé e de qualquer autoridade que não fosse a experiência.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos,

sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

19. C

As alternativas erradas relacionam fatos e processos da Reforma e da Contrarreforma de forma equivocada. A Coroa portuguesa era católica e não rompeu com o catolicismo. A Contrarreforma não atuou na conciliação de nenhuma religião protestante, pois atuava contra todas elas. Não houve oposição entre a Companhia de Jesus e a Contrarreforma, pois a primeira fez parte da segunda. E a Reforma Protestante, na verdade, combateu a venda de relíquias.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

20. B

Ao contestar a autoridade do papa e da Igreja Católica, Lutero deu ao homem maior responsabilidade na tomada de decisões acerca de seu destino (livre interpretação da Bíblia, salvação apenas por meio da fé), reforçando o individualismo característico do movimento renascentista. No que diz respeito ao Estado, Lutero recebeu apoio de muitos príncipes do Sacro Império, que desejavam se livrar da influência da Igreja Católica.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

11 TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO E ABSOLUTISMO

Comentários sobre o módulo

Este módulo inicia a abordagem do tema das Grandes Navegações, pois a expansão marítima e o mercantilismo andam juntos. A transição do feudalismo para o capitalismo acontece, principalmente, graças ao renascimento comercial. Em pouco tempo, Constantinopla foi tomada e era necessário descobrir rotas pelo mar para continuar fazendo negócios. Os Estados modernos, centralizados com o apoio da burguesia, muito interessada nesse projeto, agem como fiadores e propagadores do mercantilismo. Nesse mesmo contexto, a busca por metais preciosos nas colônias do Novo Mundo é parte essencial do processo.

Ao trabalhar com o regime absolutista, procure fazer paralelos com formas de governo vigentes nos dias de hoje, para que o tema não fique muito abstrato para os alunos.

Para ir além

Pensando em possíveis provas de vestibular, é interessante que os alunos montem quadros com as características políticas e produtivas (ou econômicas) de três sistemas: feudalismo, capitalismo mercantil e capitalismo industrial. Outra proposta pode ser explicar o chamado “padrão ouro”, no qual o lastro da economia mundial era baseado nas reservas de ouro de um país. Esse padrão esteve ativo até a Conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, que o substituiu pelo dólar.

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- RODNEY, H. (Org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARIÉS, P.; DUBY, G. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. v. 3.

Exercícios propostos

7. B

Como vimos neste módulo, há uma relação estreita entre a centralização do poder monárquico, a capacidade de planejar, financiar e apoiar as Grandes Navegações e as descobertas e colonizações de cunho mercantilista. Isso fica claro na alternativa correta.

8. D

A alternativa correta resume bem o contexto político e institucional por trás do mercantilismo e do qual esse sistema econômico fez parte: a centralização e a concentração do poder, a capacidade de encarar a empreitada, cara, trabalhosa e de longo prazo, que foram as Grandes Navegações, e o conseqüente desenvolvimento de atividades mercantis e acumulação de metais preciosos.

9. D

A Revolução de Avis e a Guerra de Reconquista foram momentos importantes e decisivos para a formação do Estado moderno português.

Com a análise dos mapas, um anterior às navegações e outro posterior, é notável o quanto o conhecimento do planeta foi sofisticado e ampliado.

10. B

No caso norte-americano, a religião puritana teve um papel fundamental na formação de uma nova sociedade. Parte dos colonos que migraram para a América do Norte professava a fé protestante e tinha uma mentalidade de predestinação divina para colonizar aquela terra.

11. C

As guerras civis religiosas abalaram a França no início do processo de consolidação do poder absolutista. Essa situação foi apaziguada com o Edito de Nantes, de Henrique IV.

12. E

Por eliminação: não é correto falar em liberdades individuais como características do período absolutista; a Revolução Francesa não foi a primeira revolução burguesa contra o absolutismo (houve, antes, a Revolução Inglesa); não podemos separar os conflitos religiosos e o poder absolutista; e os iluministas foram os teóricos que contestaram o absolutismo.

13. C

Entre os elementos que caracterizavam o mercantilismo está o protecionismo: tributar produtos importados e subsidiar produtos nacionais. Para isso, era importante um Estado forte e centralizador.

14. B

Todas as afirmativas estão corretas, só é equivocado dizer que o despovoamento das cidades europeias se deu por conta de uma suposta migração para as colônias, o que não aconteceu.

15. C

Não é correto associar o absolutismo com um teórico religioso como Tomás de Aquino nem relacionar o mercantilismo como justificativa para o enriquecimento da Igreja. Do mesmo modo, é equivocado afirmar que havia qualquer limitação ao poder dos príncipes ou que existia uma política econômica não intervencionista. Por outro lado, é correto falar que o Estado absolutista interferia na vida econômica.

16. A

Como foi visto neste módulo, o Estado absolutista teve sua importância na história da Europa e do mundo, mas, especialmente no caso francês, também foi responsável pela ruína da nação. As longas guerras, sobretudo contra a Inglaterra, e a luxuosa e suntuosa Corte geravam gastos vultosos que esvaziaram os cofres.

17. D

A frase que abre este módulo – e que provavelmente nunca foi dita – é o objeto desta questão, que busca analisar seu simbolismo. Esse é o simbolismo do Rei Sol: não havia limites ao poder do rei, tudo e todos, portanto, deveriam orbitá-lo. O Estado é o rei e o rei é o Estado.

Estudo para o Enem

18. A

Como visto na questão anterior, que se voltava ao Brasil, esta questão mostra que o procedimento na América espanhola foi o mesmo. Catequização dos nativos em um contexto de Contrarreforma católica, buscando ampliar a base de fiéis. Na perspectiva dos religiosos, estavam salvando as almas dos povos indígenas.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as Identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geo-

graficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

19. C

A questão trabalha os estamentos dos Estados absolutistas. Como vemos, a Igreja mantém espaço importante na sociedade, apesar de perder poder. O importante é notar, também, que o chamado terceiro estado era o mais heterogêneo: tinha músicos, camponeses e ricos burgueses.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

20. A

O Palácio de Versalhes, como vimos, é um dos mais luxuosos entre tantos outros palácios europeus e está muito bem preservado. É um monumento da história francesa e, nos dias atuais, é visitado por milhares de turistas todos os dias.

Competência: Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

Habilidade: Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

12 EXPANSÃO MARÍTIMA EUROPEIA E AMÉRICA ESPANHOLA

Comentários sobre o módulo

Ao trabalhar este módulo, dois pontos são essenciais para o aprendizado:

1 – A centralização do poder, formando Estados modernos, foi essencial para que se pudesse fazer o planejamento e o investimento necessários à empreitada das Grandes Navegações. Estas eram necessárias e desejadas pela burguesia, principalmente após a tomada de Constantinopla, em 1453, que fechou a rota terrestre do Oriente até as Índias. A burguesia não tinha meios para financiar e emplacar a expansão marítima, mas os governos centralizados sim.

2 – Uma vez em plena realização, as Grandes Navegações integraram o mundo, reduziram viagens que duravam entre alguns meses e vários anos e encontraram o que, para os europeus, era o Novo Mundo. Esses encontros, que aconteceram graças aos exploradores que participaram dessas grandes aventuras, definiram os rumos da história do mundo.

Destaque o fato de que algumas das estruturas administrativas existentes nessas sociedades antes da chegada dos espanhóis foram apropriadas pelos colonizadores e enfatize a existência de permanências no processo das descobertas.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *As viagens de Américo Vespúcio*. São Paulo: Atual, 2004.
- _____. *Terra à vista*. São Paulo: Atual, 2005.
- CARDOSO, C. F. *América pré-colombiana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CORTEZ, H. *O fim de Montezuma*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

Exercícios propostos

7. D

Como vimos, o mercantilismo foi um dos elementos que favoreceu o desenvolvimento das Grandes Navegações. Como não havia encontrado metais preciosos no Brasil, o Estado português demorou a colonizar o território. Porém, ao se sentir ameaçado pelos franceses, ocupou extensas áreas e desenvolveu a exploração agrícola para a produção de açúcar.

8. C

O capitalismo mercantil proporcionou à Europa uma acumulação de capital que, mais tarde, financiaria seu capitalismo industrial.

9. D

Os espanhóis, alimentando seus desejos mercantilistas, encontraram prata e ouro em suas

possessões coloniais e exploraram esses metais com o trabalho escravo dos povos nativos. No Brasil, com mão de obra negra, de escravizados vindos de alguns dos portos da costa africana, a solução foi explorar a plantaçoão latifundiária.

10. A

Mais uma questão que trabalha, principalmente, interpretação de texto. O trecho de “Que o mar unisse, já não separasse” até “E viu-se a terra inteira, de repente” fala do protagonismo lusitano nas Grandes Navegações. Já o trecho de “Do mar por nós em ti nos deu sinal” até “Cumpru-se o Mar, e o Império se desfez/Senhor, falta cumprir-se Portugal!” fala da decadência de seu império colonial.

11. D

A chave para a resolução desta questão encontra-se no trecho “em gêneros ou prestação de trabalhos nos campos”. Como o trabalho é nas lavouras, trata-se da *encomienda*.

12. C

A afirmativa I está errada porque nas áreas de colonização espanhola não foi explorada exclusivamente a força de trabalho das populações indígenas. Houve também, em menor escala, o trabalho dos negros escravizados.

13. D

Todas as afirmativas estão corretas e podem ser utilizadas como informação para a resolução de outras questões. Só é incorreto dizer que havia cultos monoteístas entre os incas.

14. C

Como vimos em outra questão, na América espanhola também foi empregada a mão de obra de negros escravizados, porém em menor escala se comparada à utilização na colônia portuguesa, o atual Brasil.

15. D

Esta questão trabalha mais com a interpretação dos textos do que com o conhecimento específico. O que está sendo cobrado é uma análise de semelhanças e diferenças entre povos nativos distintos: os astecas e os tupinambás. Os astecas formavam uma sociedade complexa e eram agricultores, enquanto os tupinambás estavam organizados em uma sociedade simples e eram caçadores e coletores seminômades. Porém, a prática do sacrifício ritual era um ponto em comum entre os dois povos.

16. D

As alternativas incorretas apresentam alguns erros pontuais. É equivocado falar em trabalho de escravizados negros na Mesoamérica pré-colombiana, bem como em sociedade igualitária ou comunal.

17. E

O meio circulante a que se refere a alternativa correta é o dinheiro com lastro (acúmulo de metais preciosos), necessário para essas economias capitalistas que se formavam e que buscavam, por princípio mercantilista, uma balança comercial favorável (exportando mais do que importando). Daí a importância crucial das colônias.

Estudo para o Enem

18. B

A civilização inca foi caracterizada por ter formado um grande império teocrático na região andina na América do Sul, por falar o idioma quéchua e por não ter desenvolvido uma forma de escrita. Sua principal divindade era o Deus Sol (*Inti*) e complexo o seu sistema administrativo, cujos... cujos altos funcionários e líderes locais (nobreza) eram denominados de *curacas*.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

19. B

O texto se refere à importância do milho na alimentação asteca e utiliza uma linguagem mitológica, que compreende elementos mágicos e sobrenaturais, como no caso da divindade Quetzalcoatl (serpente emplumada).

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

20. E

Não cabe aqui falar em ditadura, igualdade social, coletivização dos bens ou mobilidade social. Por outro lado, é correta a leitura de que entre os incas não havia a possibilidade de mudança de extrato social.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

13 ÁFRICA E ÁSIA ANTES E DEPOIS DA EXPANSÃO EUROPEIA

Comentários sobre o módulo

A história da expansão europeia na África e na Ásia costuma ser trabalhada junto ao conteúdo das Grandes Navegações. No entanto, de alguns anos para cá, esse conteúdo tem dado abertura para o estudo de elementos culturais desses espaços, em especial dos países africanos.

O módulo também buscou mostrar como as Revoluções Inglesas modificaram o cenário político inglês e discutiu seus principais pontos, personagens e eventos.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- FAGE, J. D. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- MOKHTAR, G. (Coord.). *História geral da África: a África Antiga*. São Paulo: Ática/Unesco, 1983. v. 2.
- HILL, C. A Revolução Inglesa de 1640. Belo Horizonte: Editorial Presença, 1985

Exercícios propostos

7. D

Mesmo não conhecendo especificamente a história dos mongóis liderados por Gengis Khan, é possível responder à questão. A banca testa a análise dos alunos, que podem, pela data apontada logo no início do enunciado, descartar Julio César e Dario III, ambos muito anteriores. A dinastia Song dura de 960 a 1279, e os mongóis chegaram à China em 1207-1208. Porém, o enunciado pede que os alunos indiquem qual foi o primeiro império a cair e, quando chegaram à China, os mongóis já passavam por uma longa expansão territorial, tendo conquistado outros povos.

8. 4 – 1 – 5 – 2 – 3

Para facilitar a leitura dessa divisão colonial, devemos relacionar os boxers à Guerra do Ópio; a Argélia à França; o sul da África a holandeses e ingleses; a Etiópia (único reino cristão da África) à Itália; e os ingleses ao Egito.

9. B

A alternativa correta sintetiza o discurso do colonizador. Apesar de ter interesses políticos e, principalmente, econômicos nessa nova onda de colonização, os europeus buscaram uma justificativa moral e adotaram um discurso desenvolvimentista.

10. D

Apesar de esse ser o discurso europeu, não houve tal difusão de tecnologia e progressos nas colônias.

11. C

A China, por ser um império forte e milenar, já acostumado a seguidos ataques, entre eles o dos mongóis liderados por Gengis Khan, conseguiu resistir ao poderio europeu e se manter como um império independente. Porém, teve de fazer concessões, especialmente aos ingleses.

12. A

Mesopotâmia e Babilônia ficam no Oriente Próximo, e a civilização védica fica na atual Índia.

13. A

Como vimos neste módulo, os Atos de Navegação, ao favorecer a indústria naval e os mercadores, contribuíram decisivamente para o crescimento econômico, impulsionando o mercantilismo inglês.

14. D

A Inglaterra permaneceu uma monarquia, mas com a presença do Parlamento, limitando o poder do monarca.

15. D

Como vimos, o desenvolvimento do Parlamento foi crucial para a transformação da Inglaterra nesse período e seu fortalecimento contribuiu para acabar com o absolutismo inglês.

16. D

Como vimos neste módulo, no período das Revoluções Inglesas houve o fortalecimento do Parlamento.

17. B

Um dos aspectos fundamentais a serem tratados neste módulo é o fortalecimento do Parlamento e, com isso, a contestação do governo absolutista inglês.

Estudo para o Enem

18. E

A educação é um meio difusor de cultura e uma ferramenta para desconstruir preconceitos e ideias equivocadas que são repetidas de forma automática fora dessa instituição. Daí a importância de uma lei que traga para o ambiente escolar conteúdos tão importantes que, normalmente, ficavam de lado ou nem sequer eram citados.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

19. B

Como estudamos neste módulo, o Parlamento interferiu para limitar os poderes dos reis, isto é, contestando o Antigo Regime absolutista, em que todas as decisões e as riquezas estão concentradas no monarca.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

20. E

As transformações na Inglaterra, como as reformas protestantes ocorridas no século XVI, foram fundamentais para o desenvolvimento das Revoluções Inglesas um século depois. Com as mudanças religiosas, há a emergência de novos grupos sociais, os quais serão atores centrais no questionamento do Antigo Regime absolutista inglês.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

14 ILUMINISMO E REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Comentários sobre o módulo

A respeito do Iluminismo, destaque que foi um movimento filosófico e acadêmico, que contou com as trocas e colaborações típicas do meio acadêmico. As ideias, revolucionárias ao seu tempo, tomaram forma e ação objetiva na independência dos Estados Unidos, na Revolução Francesa e influenciaram movimentos emancipacionistas no Brasil.

Destacar que os filósofos iluministas contribuíram de maneiras diferentes e em diversas áreas do conhecimento.

Desde questões morais, religiosas e políticas até as de cunho econômico ou filosófico, os ideais dos pensadores iluministas promoveram o processo de conscientização mundial.

A Revolução Industrial moldou o mundo em que vivemos de uma forma permanente e irreversível.

Alguns autores consideram-na mais importante que as revoluções políticas (Revolução Inglesa, Revolução Francesa e Independência dos Estados Unidos). De lá para cá, o mundo deixou de ser majoritariamente rural para ser predominantemente urbano e a atividade agrária deixou de ser o centro da produção de valor, dando lugar à indústria. Essa transformação profunda no modo de produção e na forma de vida deve ser explorada ao longo de todo o módulo, destacando-se, ainda, a mudança na relação com o tempo.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRESPAN, J. L. da S. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- HOBBSAWM, E. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- _____. *A Era das Revoluções: 1789 -1848*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

Exercícios propostos

7. A

Pensadores como Voltaire e Rousseau não se declararam ateus, assim como Diderot e Montesquieu não participaram das ações revolucionárias de 1789. Os iluministas não se opuseram ao capitalismo industrial e é incorreto dizer que a Era das Luzes não trouxe grandes realizações ao pensamento econômico.

8. A afirmativa está correta.

O texto refere-se às diferentes concepções entre o Iluminismo e a Grécia Antiga no que diz respeito

ao lugar da religião. Para os antigos gregos, o homem não era agente das próprias ações. Estas estavam submetidas aos desejos dos deuses. Já os iluministas romperam com a tradição religiosa e defenderam a autonomia do ser humano em relação ao plano divino.

9. A

No texto, o autor afirma que o conhecimento é obtido, mas não é inato – o que invalida as alternativas B e D. A alternativa C está incorreta, pois o empirismo considerava o conhecimento como fruto da experiência, e não apenas da razão, como no modelo cartesiano.

10. D

Para o Iluminismo, a razão é um instrumento que possibilita a emancipação do ser humano e o progresso da sociedade. Por meio dela, o indivíduo pode pensar e agir por si próprio, rompendo com as dominações políticas e morais que lhe são impostas. Nesse sentido, a razão é tida como a “luz” que permite o avanço em relação ao pensamento religioso da Idade Média, chamada pejorativamente de “Idade das Trevas”.

11. B

As revoluções burguesas do século XVIII, em consonância com o pensamento iluminista, romperam com o absolutismo, no qual o Estado possuía poder ilimitado e centrado na figura do rei. Lembremos, por exemplo, da frase atribuída a Luís XIV, “o Estado sou eu”. Para os filósofos iluministas e para a burguesia revolucionária, o Estado deveria basear-se nos ideais de liberdade e igualdade e, portanto, representar os interesses coletivos da sociedade.

12. E

Conforme apresentado neste módulo, para Rousseau, o governo representativo era um meio de amenizar a desigualdade que caracterizava a civilização. Nessa lógica, assegurar a vontade da maioria seria a melhor forma de garantir as liberdades individuais de cada indivíduo.

13. B

O bolchevismo é um fenômeno russo do século XX; o taylorismo é uma forma de organizar o trabalho na fábrica, não um movimento operário; o ludismo foi de fato um movimento operário que destruía as máquinas, mas não promovia o socialismo; o anarcossindicalismo foi um fenômeno um pouco posterior que, por meio dos sindicatos, buscava um controle operário da economia.

14. E

A afirmativa IV está errada porque o sistema descrito é o fordismo.

15. C

A questão exige que os alunos compreendam que o processo do qual se fala no enunciado, a transição do feudalismo para o capitalismo, tem como centro uma mudança econômica. Isso exclui as alternativas que falam da política e, pela data (século XVIII), também é excluída a Revolução Agrícola.

16. E

A Revolução Industrial não surgiu de forma abrupta e sua difusão não foi homogênea, portanto a última alternativa está incorreta.

17. B

A alternativa correta expressa as consequências imediatas da Revolução Industrial. O trabalho foi segmentado e auxiliado por máquinas, e com esse impulso o capitalismo consolidou-se na Europa.

Estudo para o Enem

18. B

Segundo o texto de Montesquieu, a liberdade política presente na democracia está condicionada à obediência das leis. O autor acreditava que se não existissem leis os cidadãos interfeririam na liberdade uns dos outros.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

19. C

Nas primeiras décadas do século XIX, desde o início da Revolução Industrial, os trabalhadores realizaram seus primeiros movimentos, como o ludismo e o cartismo, e, depois, começaram a se organizar enquanto classe.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

20. D

A invenção do tear modificou a relação entre os trabalhadores e seus contratantes, que passaram a ser seus patrões. A habilidade, por conta das máquinas, deixou de ser um diferencial importante. Os novos teares não exigiam treinamento especializado e os artesãos não tinham lugar nas fábricas. O mais correto é dizer que os artesãos, antes da industrialização, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

15 REVOLUÇÃO FRANCESA E ERA NAPOLEÔNICA

Comentários sobre o módulo

Tem sido recorrente o uso de fontes de época, como discursos de Robespierre ou produções dos iluministas nas questões de vestibulares. Exige-se dos alunos a capacidade de interpretar fontes e relacioná-las a processos históricos.

O módulo buscou sistematizar o período denominado Era Napoleônica, que engloba os diversos processos ocorridos na França e na Europa no governo de Napoleão Bonaparte. A chegada do militar ao poder teve relação direta com a Revolução Francesa e seus desdobramentos, no qual destacam-se o papel da burguesia e dos ideais iluministas, como igualdade e liberdade. Também discutiu-se a reorganização da Europa após a derrota de Napoleão, demonstrando os rearranjos de fronteiras e o retorno das casas reais em diversos países.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- GRESPAN, J. L. da S. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- BONAPARTE, N. Sobre a guerra: a arte da batalha e estratégia. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
- ENGLUND, S. Napoleão: uma biografia política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

Exercícios propostos

7. D

Esse é um ponto importante a ser lembrado: a Revolução Francesa foi uma revolução burguesa, de fato, mas não se limitou a isso. Em virtude da crise econômica pela qual a França passava naquele momento, os camponeses famintos e falidos se juntaram à pequena e à grande burguesia na revolução.

8. B

Ainda sobre as importantes rupturas da Revolução Francesa, é possível citar a abertura religiosa do país, apaziguando antigos conflitos que abalaram as monarquias absolutistas francesas.

9. E

O trecho é claro ao comunicar a radicalização do movimento, principalmente na passagem “passar a foice por todas as cabeças”.

10. C

Mais uma questão que mostra o caráter heterogêneo da Revolução Francesa, que, muitas vezes,

de forma equivocada, é tida apenas como uma revolução burguesa. É importante trazer à tona a importante participação de camponeses e dos chamados *sans-culottes* e, em cada uma dessas classes, das mulheres ao lado dos homens.

11. 81 (01 + 16 + 64).

A afirmativa 02 está errada porque não houve fortalecimento dos privilégios feudais, muito pelo contrário. A 04 está errada porque nesse momento a pequena e média burguesia tinham mais poder, liderados por Robespierre. A afirmativa 32 está errada porque esse fato é posterior.

12. D

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um documento, uma fonte histórica essencial para compreender de forma clara e direta a relação das ideias iluministas com a Revolução Francesa

13. C

Como vimos neste módulo, a adoção do Código Civil foi uma das ações de Napoleão Bonaparte e teve inspiração nas ideias iluministas de liberdade individual e igualdade.

14. C

A autocoroação de Napoleão Bonaparte traz um simbolismo de força maior e representa uma centralização de poder em sua figura, ainda que ligado à Igreja Católica.

15. C

A Era Napoleônica contribuiu para o desenvolvimento do nacionalismo, além da criação do Código Civil, promovendo elementos de inspiração iluminista, como a liberdade. O desejo de desenvolver as trocas comerciais acirrou as disputas com a Inglaterra, culminando no Bloqueio Continental. Os ideais nacionais e iluministas também foram disseminados na América espanhola, contribuindo para os movimentos de libertação.

16. A

Napoleão aliou-se à burguesia com o propósito de construir um império mais moderno e rico. A expansão territorial fez parte de sua política.

17. B

No período napoleônico, destaca-se a importância da burguesia para o desenvolvimento da França. É equivocado falar de disseminação de ideais do proletariado nesse período e da existência de uma aliança com Portugal.

Estudo para o Enem

18. E

Esta questão mostra como as mudanças históricas acontecem não apenas nas estruturas, mas também em aspectos sociais e culturais que acompanham esses processos. A burguesia, como grande vitoriosa desse processo, mesmo entre aquelas classes que participaram da revolução, apropriou e transformou hábitos de outras classes.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

19. D

As guerras napoleônicas alteraram as fronteiras europeias, pois diversos estados que adotavam o modelo do Antigo Regime foram destituídos de sua legitimidade e anexados a partes administrativas do Império Francês comandado por Napoleão.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

20. C

Com a política expansionista de Napoleão, o mapa da Europa alterou-se significativamente, com a anexação de vários territórios ao Império Francês. Após sua derrota, é formada a Santa Aliança, estabelecida no Congresso de Viena, e ocorre o retorno das casas reais.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOMESTICO

16 INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS E INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

Comentários sobre o módulo

O módulo abordou as transformações ocorridas nos Estados Unidos em relação direta com o contexto europeu e, sobretudo, com a Inglaterra. Tratou da organização das primeiras colônias que se estabeleceram na região e sua relação com os aspectos econômicos e religiosos. O desenvolvimento das colônias em solo americano deu origem a conflitos com a metrópole, a Inglaterra, em virtude da cobrança de impostos e das taxas comerciais, levando grupos locais a se organizarem em prol da independência.

O módulo abordou as transformações ocorridas no continente americano, com enfoque nas Américas Central e do Sul e na América Latina, que no período encontravam-se sob o domínio colonial espanhol. Ao tratar de alguns modos de organização da colônia, evidencia-se o desenvolvimento de um grupo social novo, os criollos, filhos de chapetones, que passaram a questionar a condição de explorados.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- KARNAL, L. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2007.
- RAPHAEL, R. *Os mitos da fundação dos Estados Unidos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- PRADO, M. L. A formação das nações latino-americanas. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1987.
- _____. *América Latina no século XIX*. São Paulo: Edusp, 2004

Exercícios propostos

7. A

A disputa entre a França e a Inglaterra ocorreu diversas vezes ao longo da História, como na Guerra dos Sete Anos, entre 1756 e 1763, por disputas de territórios da América, da qual a Inglaterra saiu vitoriosa. A Guerra de Independência contribuiu para o acirramento das disputas já existentes, uma vez que a França apoiou as colônias.

8. A

Entre as diversas medidas de taxação, a Lei do Selo foi uma tentativa inglesa de arrecadar mais dinheiro de sua colônia, o que levou os colonos a se revoltarem contra essas medidas.

9. A

A Revolução Americana foi o primeiro movimento baseado nos ideais iluministas e inspirou uma série de outras lutas por independência e liberdade que ecoaram pela América, ainda que estivessem ligadas aos interesses de grupos sociais dominantes.

10. A

Com o auxílio de nações europeias adversárias da Inglaterra, os Estados Unidos conseguiram sua independência, adotando o modelo republicano e federalista e com sistema presidencialista baseando-se nas ideias iluministas.

11. A

A Lei do Selo foi uma das tentativas inglesas de taxar os produtos que entravam os saíam dos portos de suas colônias. Uma vez revogada, a busca por maior arrecadação por parte dos ingleses frustrou-se.

12. B

Ainda que a Independência dos Estados Unidos tenha sido a primeira movimentação baseada nos ideais iluministas, foi a Revolução Francesa que tornou os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade mundialmente conhecidos.

13. A

Os movimentos pela independência no México caracterizaram-se por serem iniciados por forças populares, mas terminaram por meio de articulações da elite local, as quais determinaram a independência do país de acordo com seus interesses.

14. B

A questão apresenta fatores que influenciaram a independência da América espanhola em mais de uma alternativa. Porém, só a opção B apresenta exclusivamente fatores que de fato atuaram como causas nesse contexto. A luta contra as desigualdades de origem, em tempos pós-Revolução Francesa, e o enfraquecimento da Espanha pós-Napoleão, são centrais.

15. A

Podemos relacionar o caudilhismo aos projetos federalistas, os quais buscavam o poder regional e localizado, ideia que acompanhou a formação dos Estados nacionais da América espanhola.

16. E

As guerras napoleônicas abalaram a Europa no início do século XIX, momento em que os ideais da Revolução Francesa foram disseminados, na medida em que Napoleão conquistava mais territórios na Europa e apoiava lideranças aliadas a ele. O caso brasileiro é um dos mais emblemáticos, dado que a corte portuguesa mudou-se para o Brasil, elevando a colônia à categoria de Reino Unido, dando início ao processo histórico de independência, para evitar o domínio napoleônico sobre Portugal. Mas na América Espanhola esse fato também teve influência. Com a metrópole dominada

por um líder herdeiro da Revolução Francesa, que defendia os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, o processo de independência foi acelerado e várias lideranças influenciadas por Napoleão apareceram, como é o caso de Simón Bolívar.

17. C

As independências da América espanhola tiveram influência do Iluminismo, com ideais de liberdade e igualdade, entre elas a liberdade econômica.

Estudo para o Enem

18. C

Tendo como referência os ideais iluministas, a Declaração de Independência dos Estados Unidos faz um questionamento sobre a questão do poder e defende a participação do cidadão na política e na vida do país. O documento é redigido com base nesses preceitos.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

19. B

Os *chapetones*, espanhóis que detinham domínios na América espanhola, formavam o topo da escala hierárquica, uma vez que eram nascidos na Europa e tinham prestígio e posses na América.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

20. A

Ao escrever este texto, Simón Bolívar trata dos *criollos*, descendentes de espanhóis, mas nascidos em terras americanas. Esse grupo foi um dos mais importantes na formação dos movimentos por independência na América espanhola.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

MATERIAL DE USO EDUCACIONAL
SISTEMA DE ENSINO

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

HISTÓRIA 2

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



1 INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO BRASIL: POVOS INDÍGENAS E EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

Comentários sobre o módulo

O trato da questão indígena exige cuidado para a superação de uma visão eurocêntrica de suas culturas. Culturas, porque existia nas Américas e no Brasil grande diversidade de etnias e costumes. Reduzir toda essa diversidade ao termo e conceito índio incorre no erro histórico da negação de suas identidades.

A expansão marítima e a colonização colocaram em confronto mundos extremamente diferentes, do qual as populações americanas pré-colombianas sofreram profundos reveses, embora não tenham sido totalmente destruídas, pois se mantêm – em maior ou menor escala – no seio das populações americanas, principalmente da América Latina.

Para ir além

Indicamos a leitura e discussão de tópicos de:

- GRUPIONI, Luís D. B. *Índios no Brasil*. São Paulo: Global, 2005.
- RICARDO, Carlos Alberto. A sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1991/1995.
- CIDADE, Hernâni. Portugal histórico-cultural. Lisboa: Presença, 1985.
- SARAIVA, José Hermano. História concisa de Portugal. 23. ed. Sintra: Europa-América, 2005.

Exercícios Propostos

7. E

Não é correto falar em propriedade privada nesse contexto, muito menos em classes sociais com excedente de produção. As outras afirmativas estão corretas.

8. D

A única afirmativa incorreta fala em latifúndios e em convivência pacífica com os portugueses, dois erros graves. As demais afirmativas estão corretas.

9. A

Todas as afirmações são verdadeiras, exceto a primeira. Não houve formação de sambaquis na região amazônica.

10. C

Não há como negar a violência sofrida historicamente por povos indígenas. Por outro lado, graças aos seus próprios esforços, esses grupos têm conquistado mais espaço de algumas décadas para cá. É incorreto dizer que não existem mais índios no Brasil apenas porque utilizam bens e

serviços não tradicionais. Também é um equívoco considerar suas culturas primitivas.

11. C

Com a análise do texto no enunciado, podemos concluir que não é a condição atual do povo indígena que o faz indígena. É um absurdo dizer que apenas por utilizarem serviços, roupas, equipamentos, ou outros objetos não tradicionais, por falarem português, trabalharem nas cidades ou o que quer que seja, os descendentes dos povos nativos não são mais indígenas. Como mostra a alternativa correta, é a trajetória histórica e o aparato cultural em comum que constroem a identidade.

12. C

De fato, em um primeiro momento a impressão era de um paraíso na Terra, como dito na resposta correta. Muito relacionam, inclusive, os relatos sobre o novo mundo com o pensamento iluminista que surgia na Europa, como a *Utopia*, de Thomas More, ou mesmo o mito do bom selvagem de Rousseau.

13. A

Vivendo um período chamado mercantilismo, os primeiros Estados a se lançarem ao mar procuravam metais preciosos. A Espanha acabou por encontrá-los. Portugal, não. Pelo menos a princípio. E justamente por isso atrasou em algumas décadas a colonização do Brasil.

14. A

Assim como na questão anterior, vemos a busca por metais preciosos e novos mercados (ou novas rotas para as especiarias) como central para as Grandes Navegações. Tratando-se das nações Ibéricas, podemos falar também de expansão da fé cristã pelo mundo.

15. C

Os metais extraídos das Américas não iam para o Oriente, mas, sim, para as metrópoles europeias. As outras afirmativas estão corretas. Analise-as para absorver mais informação sobre o assunto.

16. C

As alternativas erradas trazem fatos ou inexistentes ou que fazem referência a outro período. O mais correto é falar em efervescência religiosa, pois trata-se também do período da Reforma e da Contrarreforma na cristandade europeia, e de expansão comercial graças às rotas para as Índias e às Grandes Navegações.

17. A

A formação das monarquias nacionais está relacionada a diversos fatores, vários deles econômicos. A burguesia emergente procurava: padronização de pesos e medidas (para facilitar o comércio), unificação monetária (para facilitar as transações financeiras), proteção estatal (à propriedade privada e à circulação de bens), e protecionismo econômico (tributação de produtos estrangeiros concorrentes).

Estudo para o Enem**18. D**

Como vemos pelo texto, apenas pela interpretação do que é dito – como é comum nessa banca – Jaguaribe acha que é inevitável que os índios sejam incorporados à sociedade, enquanto Terena se preocupa com o respeito à cultura indígena.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

19. D

O autor do texto citado, Pero de Magalhães Gândavo, demonstra a incapacidade do europeu do século XVI de compreender as diferenças culturais dos povos nativos.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

20. D

Mais uma questão tratando do famoso poema de Fernando Pessoa. Dessa vez, o que está sendo cobrado é a interpretação do termo “abismo”, relacionando-o à crença dominante não na época do poeta, mas na época da qual ele fala.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOMINUS

2 BRASIL COLÔNIA: FORMAÇÃO TERRITORIAL E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Comentários sobre o módulo

A configuração geográfica precisa ser trabalhada com as questões socioeconômicas da época: mostre que a serra do mar foi um impeditivo inicial, não encontrado, por exemplo, na colonização dos EUA. A cidade de São Paulo foi a primeira fundada além da serra e estava desde o início em um ponto muito bem localizado, central, na rede de trilhas indígenas; foi aquela que mais prosperou.

O trato dos conteúdos deve focar a importância da formação territorial brasileira e a administração colonial como base da organização geopolítica do Estado brasileiro. A configuração geográfica precisa ser trabalhada com as questões socioeconômicas da época, embora o conteúdo sobre a economia do Brasil Colônia seja visto apenas no próximo módulo.

Demonstre como muitos aspectos da administração portuguesa da época ainda permanecem vigentes na nossa cultura, como as Câmaras Municipais, alguns aspectos legais e até mesmo parte do pensamento sociopolítico, como o poder das elites aristocráticas em várias regiões brasileiras.

Para ir além

Indicamos a leitura e discussão de tópicos de:

- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998. v. 3.
- BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2002. v. 2.
- BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2002. v. 2.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Exercícios Propostos

7. B

Faz parte da expansão portuguesa na América (adiantando alguns assuntos do próximo módulo) a ocupação da região sul da colônia. As missões jesuíticas e indígenas foram uma das principais formas de realizar essa ocupação.

8. C

Essa questão trabalha a diversidade de grupos indígenas na região do atual Brasil. Posto que tinham suas próprias rivalidades, alguns se aliaram aos portugueses, outros aos franceses, outros se mantiveram hostis a qualquer europeu. Não houve uma unidade nessas relações.

9. C

O tratado de Tordesilhas será assunto do próximo módulo, porém, sua importância no alargamento

do território já foi estudada aqui. Como vimos, não era o objetivo dos bandeirantes expandir o território, a não ser no caso das chamadas Entradas – financiadas pela Coroa justamente com esse objetivo. A alternativa correta mostra justamente isso.

10. E

Em um primeiro momento, é incorreto falar em funcionários da burocracia, militares, comerciantes ou mesmo donatários. Em geral, eram súditos de qualquer outra condição, que chegavam ao território como degredados.

11. C

Essa questão aprofunda os métodos da ocupação no início da colonização. A navegação de cabotagem era o principal meio de transporte lateral pelo litoral brasileiro, sendo substituída apenas com o advento do transporte a motor.

12. A

Como vimos, o mercantilismo era a política econômica do período da colonização. Como um de seus principais pontos estava a exploração de metais preciosos. Por isso, o Rio da Prata tinha grande importância para os colonizadores europeus, e conseqüentemente era alvo de disputas.

13. C

Questão mais simples apenas para fixação. Como a Coroa portuguesa não tinha dinheiro nem pessoas suficientes para colonizar o Brasil, o modelo adotado foi o das capitanias hereditárias.

14. B

Alguns historiadores negam e contestam a utilização do conceito de “feudais” para as capitanias hereditárias. De qualquer forma, a ideia é compreensível e ajuda a explicar a diferença, por exemplo, nas colonizações brasileira e norte-americana. A primeira aconteceu muito antes, no início da Idade Moderna; nesse sistema que dava poderes de vida ou morte ao donatário – como se fosse, nessa leitura, um senhor feudal. Enquanto a colonização norte-americana aconteceu com muito mais pessoas, vindas de um país que estava no início de uma Revolução Industrial, e com um poder muito menos concentrado.

15. B

Nesse contexto, é incorreto falar em mineração, em feitorias, missões jesuíticas ou mesmo em proibição de criação de gado no sertão (o que nunca aconteceu). Trata-se do sistema de sesmarias para a fundação de engenhos de açúcar.

16. B

Mesmo tema da questão anterior: as sesmarias. A diferença é que aqui está sendo feita uma relação com o problema atual da concentração de terras, os grandes latifúndios – muitos deles improdutivos. Essa é uma herança das sesmarias e, complementando o assunto, também da Lei de Terras do século XIX, que foi feita com base na renda, no pagamento, o que ajudou a manter a concentração da propriedade da terra.

- 17.** O regime de capitanias foi utilizado de forma pioneira na Ilha da Madeira. No Brasil, não deu tão certo por vários fatores: extensão territorial muito grande, descentralização administrativa e pouco ou nenhum contato do poder da Coroa, ataques indígenas, falta de recursos dos donatários etc. Por isso, Portugal resolveu intervir no processo de colonização, centralizando o comando no governo-geral.

Estudo para o Enem**18. A**

A relação com o trabalho é uma das diferenças mais marcantes entre nativos e colonizadores. A lógica por traz dele é absolutamente distinta. Não havia, para os nativos, a lógica do mercado. Portanto, não faria sentido para eles que alguém enfrentasse os mares para recolher o que para eles era apenas “lenha”.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

19. A

A questão não é da banca do Enem, porém trata-se de uma análise de texto como é comum que se faça nessas provas. É uma fonte primária, o regimento de Tomé de Sousa, de 1549, que cria o governo-geral e a primeira capital brasileira, Salvador, na Bahia

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

20. E

Também se trata aqui de uma questão de análise de texto sobre a instituição do governo-geral. Dessa vez, uma análise bibliográfica e não de fonte primária. Ao analisar o que é dito, é possível identificar o esforço português em defender a costa brasileira e desenvolver a construção naval para que isso fosse possível.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

MATERIAL DE USO ENSINO
SISTEMA DE ENSINO

3 ECONOMIA AÇUCAREIRA E TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS, DOMINAÇÃO ESTRANGEIRA, SOCIEDADE E CULTURA COLONIAL

Comentários sobre o módulo

Mostre que a produção de açúcar foi o motor da colonização em seu início e a saída encontrada pelos portugueses para corrigir o fracasso das capitanias hereditárias, uma vez que empreendeu uma produção lucrativa. Mostre que, assim como outros momentos brasileiros, o ciclo do açúcar teve seu auge e sua decadência. Entre outros fatores, cabe citar que a monocultura esgota o solo e isso reduz a qualidade e a quantidade da produção. Além disso e justamente por isso, mostre como essa lógica de produção necessita de grandes extensões de terra e isso significou um enorme desmatamento da Mata Atlântica.

Salientar as duas bases econômicas do Brasil Colônia – açúcar e mineração –, caracterizando as sociedades formadas nas respectivas regiões, diferenciando-as. Ambas as produções tiveram seu auge e suas crises. É importante demonstrar os reflexos sociopolíticos que elas provocaram em nível micro e macro na história brasileira. Micro, no sentido local e temporal; macro nos sentidos interno da colônia, externo da Europa. É também relevante mostrar a relação das minas com o desenvolvimento de São Paulo, que, com os tropeiros e as monções (que levavam mantimentos às minas pela via úvia), enriqueceu muito com as vendas inacionadas na região das minas.

Para ir além

Indicamos também a leitura e discussão de tópicos de:

- HOORNAERT, Eduardo. A Igreja Católica no Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. *História da Igreja no Brasil: primeira época*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- ARAÚJO, Emanuel (Curador). *O universo mágico do barroco brasileiro*. São Paulo: Sesi, 1998.
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983

Exercícios Propostos

7. E

Todas as afirmativas descrevem corretamente a economia do Brasil no século XVI, período no qual ainda tinha força a produção do açúcar, que no século seguinte perderia espaço para a mineração.

8. A

O senhor de engenho, em uma possível leitura, tinha papel semelhante ao de um senhor feudal. Apesar de essa análise ser um pouco criticada

pelo anacronismo, havia de fato uma tradição medieval ainda viva nesse modelo de colonização. O senhor de engenho tinha poderes de vida e morte, de mando e desmando, sobre todos que estavam em suas terras.

9. B

O principal produto do Brasil colonial nesse período, e para o qual todos os recursos eram destinados, era o açúcar. Nele, a base do trabalho era escrava e a escala de produção era bastante grande para a época. No caso da pecuária do sertão, quem a empreendia eram pessoas livres e pobres, com pouca densidade tecnológica ou de capital.

10. D

Vemos aqui um caso diferente, não relacionado à produção de açúcar nem às minas de metais preciosos. O que podemos concluir é que a ocupação do território brasileiro teve motivação puramente econômica.

11. B

Novamente relaciona-se a produção açucareira ao trabalho escravo, condição sem a qual não teria havido este empreendimento na colônia.

12. D

O ponto principal desta questão é a monocultura: o avanço das plantações de cana, que desmatava a Mata Atlântica, e, ao longo do ano todo, plantava-se única e exclusivamente a cana-de-açúcar.

13. B

A ocupação holandesa ocorreu em decorrência da participação no mercado mundial de açúcar; um dos pontos que ocasionaram a expulsão dos holandeses foi o endividamento dos senhores de engenho com a Companhia das Índias Ocidentais, empresa privada que administrava os empreendimentos do açúcar no Brasil holandês.

14. B

Com os empreendimentos na região das minas, não desapareceu a produção açucareira, não houve separação de Minas Gerais, nem as ordens religiosas foram proibidas de ingressar ali. A cobrança de impostos não foi afrouxada, muito pelo contrário, foi intensificada.

15. E

Com a atividade mineradora, o centro de geração de riquezas no Brasil se deslocou da região Nordeste para as regiões Sul e Sudeste. Também é correto afirmar que o processo de desbravamento

e ocupação das terras de regiões do interior, sem o qual não teriam sido descobertas as minas de metais preciosos, proporcionou também outras atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária.

16. a) A União Ibérica foi um período em que os espanhóis se apossaram do trono português em decorrência da falta de um sucessor que pudesse assumir o governo de Portugal. Em termos gerais, a Espanha acreditava que o processo de unificação pudesse ampliar as divisas dos cofres hispânicos e reforçar o papel de liderança da Espanha no processo de evangelização dos nativos americanos.

b) Entre os motivos que explicam a invasão holandesa ao Brasil, podemos salientar o interesse holandês em explorar a economia açucareira em terras brasileiras, combater o embargo comercial hispânico e a participação dos flamencos da indústria açucareira, e enfraquecer economicamente a Espanha, então maior opositora do recém-formado Estado holandês.

17. C

Como vimos neste módulo, Portugal tinha sua economia bastante dependente da Inglaterra, o que vai se desdobrar até o Tratado de Methuen, e também depois. O próprio Marquês de Pombal tentou, sem grande sucesso, tornar Portugal menos dependente da economia inglesa.

Estudo para o Enem

18. A

Como visto, o açúcar era raro, caríssimo e chegava a fazer parte do testamento de herança de reis e rainhas. Com a vastidão das terras da colônia e a necessidade de tornar sua ocupação rentável, Portugal optou pela produção de açúcar por causa da alta lucratividade.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

19. C

Os tropeiros recebiam esse nome por conta das tropas de animais que levavam para transportar alimentos, encomendas e até ouro. Foram incentivados pela descoberta de regiões mineradoras e a necessidade de indivíduos que levassem mantimentos para a região das minas.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

20. C

O texto descreve algumas diferenças culturais existentes entre indígenas e europeus: "Os víveres eram-nos fornecidos pelos selvagens e constituídos dos alimentos do país, a saber, peixes e veação diversa, constante de carne de animais selvagens (pois eles, diferentemente de nós, não criam gado), além de farinha feita de raízes [...] Pão e vinho não havia".

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO

4 REVOLTAS NATIVISTAS E REBELIÕES EMANCIPACIONISTAS

Comentários sobre o módulo

As revoltas coloniais devem ser estudadas em duas perspectivas: da reação à exploração colonial (movimentos nativistas, no aspecto econômico), mas também da não contestação dos laços coloniais. O pacto colonial, em seus aspectos econômicos, era contestado, mas não a relação metrópole-colônia. É importante que, neste módulo, seja aproveitada a oportunidade de romper com a ideia de passividade do povo brasileiro. Ao contrário, demonstre que a prática da metrópole era sempre repressora a qualquer movimento na colônia, que nunca deixou de acontecer. Destaque: dentro da própria colônia havia repressão das elites coloniais contra as camadas populares. Mencione o massacre a populações indígenas e a luta dos escravos negros. Nesse sentido, evidencie que a maioria das revoltas na colônia não visava à mudança das suas estruturas sociais.

Trabalhe o conteúdo da Inconfidência Mineira com o objetivo de superar a visão de senso comum que atribui a Tiradentes um feito heroico, para situá-lo devidamente na história do Brasil e mostrar que sua imagem atual foi uma construção dos primeiros anos da República – que buscava seus heróis e a legitimação e o apoio que não tinham no momento em que os militares tomaram o poder. Deve ser claro a todos os alunos, por ser importante e, por isso, muito cobrado pelos vestibulares, que: 1 – Conjuração Baiana e Inconfidência Mineira tiveram caráter republicano e emancipacionista; 2 – que a Conjuração Baiana foi popular e racialmente diversa, enquanto a Inconfidência Mineira foi branca e elitista; 3 – que, talvez justamente por isso, os baianos tinham como bandeira o fim da escravidão, e os mineiros, não.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999. v. 2.
- FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FREIRE, Américo et al. *História em curso – o Brasil e suas relações com o mundo ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.
- INÁCIO, Inês da Conceição; LUCA, Tânia Regina. *Documentos do Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1993

Exercícios Propostos

7. A

As alternativas erradas citam momentos posteriores ou definem de forma equivocada conjurações

e revoltas. O correto é dizer que nos conflitos como a Guerra dos Emboabas e dos Mascates não havia um caráter independentista ou emancipacionista.

8. E

Comparando duas revoltas que ocorreram em Minas Gerais, a questão mostra o limite das revoltas da época. Lutavam contra as intervenções portuguesas na região, mas apenas a Inconfidência, que é posterior, chegou a ter influência dos ideais iluministas.

9. F, F, F, V, V

Não é correto dizer que essas revoltas, seja a de Vila Rica ou qualquer outra, tiveram impacto em toda a colônia. Também não foi, diferentemente das inconfidências, influência iluminista. Não é correto dizer, portanto, que fortaleceu as ideias abolicionistas.

10. E

Dado o que foi estudado neste módulo, é possível responder a essa questão mesmo sem conhecer ainda os detalhes do Motim do Pitangui e da Revolta dos Malês. Sabemos que o primeiro movimento se trata da Guerra dos Mascates, e pelas características da segunda sabemos que não se trata da Revolta de Felipe dos Santos.

11. A

A questão mostra como as revoltas não tiveram resultado, uma vez que elas foram suprimidas, e os mecanismos de controle foram aprimorados e reforçados.

12. Eram revoltas de caráter local/regional, com interesses econômicos e objetivos claros, imediatos, sem nenhuma pretensão de romper laços com a metrópole.

13. F, F, F, F, F

Como vimos no módulo anterior, nem a Guerra dos Mascates nem a dos Emboabas ofereceram ameaça ao domínio português. Neste módulo, vimos que a Inconfidência Mineira não tinha como bandeira o fim da escravidão. Também neste módulo, vimos que a Conjuração Baiana foi formada por populares, não tendo sido um movimento elitista.

14. D

Se falamos de um movimento popular que além de suas bandeiras de liberdade e emancipação também defendia a abolição da escravatura, falamos da Conjuração Baiana.

15. D

Como vimos neste módulo, não havia no caso mineiro uma luta pela abolição, defesa do federalismo, muito menos do socialismo. Na alternativa C, vemos uma afirmação de que Minas Gerais foi onde se formaram sociedades secretas, o que não corresponde à realidade.

16. E

A Inconfidência Mineira foi influenciada pela Independência dos EUA, que foi anterior, e aconteceu no mesmo ano da Revolução Francesa. Essa última, por sua vez, influenciou os conjurados baianos da Conjuração dos Alfaiates, especialmente a sua segunda fase, a jacobina, muito mais violenta.

17. a) Defendiam a instauração da República e a emancipação da colônia, ou seja, sua independência da metrópole – apesar de não almejar uma unidade nacional, apenas uma liberdade local.

b) A primeira era mais elitista, com as poucas exceções, notadamente Tiradentes, tendo sido os mais severamente punidos. Já a segunda tinha caráter mais popular, envolvendo diversos setores da sociedade, incluindo escravos, o que se refletiu em suas pautas: a Inconfidência Mineira não tinha como pauta a abolição da escravatura, a Conjuração Baiana, sim.

Estudo para o Enem

18. A

Trata-se de uma leitura de fonte primária, uma fala de Manuel Beckman. Como vimos neste módulo, essa revolta se opunha aos jesuítas porque os integrantes queriam escravizar indígenas livremente, ato combatido pelos religiosos. Também buscavam o fim da Companhia de Comércio do estado do Maranhão, mostrando o elemento econômico que havia em comum a todas as revoltas nativistas.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

19. B

A Guerra dos Mascates (1710-11) foi uma revolta nativista ocorrida em Pernambuco, motivada por dívidas contraídas pelos latifundiários de Olinda em um processo de empobrecimento devido à crise açucareira. Recife era o local de residência dos comerciantes portugueses, pejorativamente denominados como mascates, que souberam explorar o delicado momento financeiro da elite fundiária de Pernambuco. A autonomia política concedida aos mascates pela Coroa portuguesa foi o estopim para a invasão dos olindenses ao pelourinho de Recife. Os mascates foram apoiados pelo governo português que concretizou a repressão violenta. Após a vitória dos comerciantes, Recife foi elevada a capital da província, despertando um profundo sentimento antilusitano em Olinda. Desse modo, de acordo com o enunciado da questão, a resposta correta é letra B- Guerra dos Mascates.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

20. B

Nesse poema, Cecília Meireles reflete sobre o homem e a linguagem e mostra que as relações humanas têm seu equilíbrio vinculado ao significado das palavras. Trata-se, aqui, de uma interdisciplinaridade entre Língua Portuguesa e História.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

5 PERÍODO JOANINO (1808-1821) E PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Comentários sobre o módulo

Ao trabalhar a vinda da família real para o Brasil, discuta as mudanças sociais e culturais que ocorreram no período. Comente que a presença da Corte no Rio de Janeiro implicou em mudanças no espaço urbano e que D. João VI foi responsável por inovações como a contratação da Missão Artística Francesa e a criação do Jardim Botânico, do Banco do Brasil, da Casa da Moeda e da Biblioteca Real, entre outras instituições.

No processo de independência brasileiro, o povo esteve à parte. Nesse sentido, retome o conteúdo sobre as demais independências na América e as formas como a população participou desses movimentos. Não houve, no Brasil, uma guerra de independência, mas, por outro lado, ocorreram batalhas internas para garantir a unidade do território.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- NOVAIS, F. A. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- MELLO, E. C. de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004

Exercícios Propostos

7. B

A transferência da Corte para o Brasil representou uma estratégia de D. João VI contra a ofensiva napoleônica. Para tanto, Portugal aliou-se à Inglaterra.

8. C

Questão que exige conhecimento aprofundado dos alunos, que devem estar cientes de que a mudança da Corte para o Brasil havia sido cogitada anteriormente por Portugal. As demais alternativas apresentam informações incorretas e, nesse sentido, a questão pode ser respondida corretamente se os alunos conhecerem aspectos básicos do período.

9. A afirmativa está correta. O Congresso de Viena de 1815 representou uma reação das monarquias europeias contra a expansão napoleônica. Foi nesse sentido que D. João VI unificou Brasil e Portugal na condição de reino unido, buscando garantir o regime monárquico tanto na metrópole como em sua mais importante possessão colonial.

Nesta questão, é importante que os alunos tenham em mente questões do período trabalhadas nos módulos de História Geral.

10. E

A Revolução do Porto de 1820 não defendia o absolutismo, e sim uma monarquia limitada, com divisão de poderes e governo representativo.

11. C

Durante séculos, as relações entre Portugal e Brasil foram baseadas no pacto colonial, que obrigava a colônia a comercializar exclusivamente com a metrópole. O pacto foi rompido quando o Brasil passou a comercializar diretamente com outras nações sem o intermédio de Portugal.

12. D

O Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido apenas em 1815, e o período joanino foi iniciado em 1808, quando a Corte portuguesa transferiu-se para a colônia.

13. D

A independência do Brasil representou um acordo entre a monarquia portuguesa e D. Pedro, herdeiro dessa monarquia e encarregado de governar a ex-colônia. A alternativa C apresenta um dos benefícios que Portugal obteve nesse acordo.

14. 12 (04 + 08).

A burguesia portuguesa não foi favorecida pela abertura dos portos em 1808. A Inconfidência Mineira, liderada por Tiradentes, ocorreu no fim do século XVIII e não teve relação com a independência proclamada por D. Pedro em 1822, a qual não foi aceita por todas as províncias e suscitou vários conflitos internos.

15. B

Após a independência, o novo Estado-nação precisou ser reconhecido pelas demais nações globais e erradicar os conflitos internos que se opuseram às transformações.

16. C

A independência não modificou radicalmente as estruturas de produção, uma vez que não discutiu a questão da escravidão e continuou beneficiando os grandes proprietários rurais.

17. D

A independência do Brasil pode ser considerada uma reforma moderada na ordem social, uma vez que não aboliu a escravidão e manteve os privilégios dos grandes proprietários rurais.

Estudo para o Enem

18. B

Portugal possuía um lugar secundário no cenário geopolítico europeu do período. No contexto das guerras napoleônicas, aliou-se à Inglaterra para escapar da invasão francesa. Por essa razão, após a chegada da Corte ao Brasil, foram instituídas medidas que favoreceram a importação de produtos industriais ingleses.

Competência: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

Habilidade: Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

19. A

A Revolução Haitiana, iniciada em 1791, foi uma insurgência de negros escravizados que rompeu com o colonialismo francês e com a escravidão. Serviu de inspiração para movimentos insurgentes em outros locais da América, como a Conjuração Baiana de 1798, e despertou o medo das elites brasileiras, que temiam que a independência acarretasse o fim da escravidão e a tomada do poder pelos afrodescendentes.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

20. C

No texto, Paul Singer afirma que, com a independência, não houve preocupação em industrializar o Brasil. O país manteve-se exportador de produtos agrícolas e importador de bens de consumo europeus, o que o colocou em posição de atraso e de dependência econômica.

Competência: Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Habilidade: Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOMINOS

6 PRIMEIRO REINADO E CRISE NO PRIMEIRO REINADO

Comentários sobre o módulo

Destaque a forma como o Brasil organizou-se após a independência, discutindo permanências e rupturas. A constituição do Primeiro Reinado é comumente comparada a outros processos de independência da América em razão das peculiaridades brasileiras, como a manutenção da monarquia.

O fim do Primeiro Reinado foi marcado por uma crise sucessória ao trono português e por uma crise no recém-criado Estado nacional brasileiro. D. Pedro I estava sem apoio e os principais setores da sociedade encontravam-se insatisfeitos, o que levou o imperador a abdicar e voltar para Portugal. Como D. Pedro II era menor de idade, com a abdicação a instabilidade agravou-se e deu início às regências, um dos períodos mais conturbados da história brasileira

Para ir além

Em *Às armas, cidadãos!*, o historiador José Murilo de Carvalho traça o perfil das manifestações favoráveis à independência brasileira. Na obra, o autor reúne panfletos, manuscritos e cartazes que foram espalhados pelas paredes e pelos postes de várias cidades brasileiras de 1820 a 1823, ilustrando aspectos importantes do processo de independência.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de:

- COSTA, S. C. da. *As quatro coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- HOLANDA, S. B. de. *O Brasil monárquico: o processo de emancipação*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976

Exercícios Propostos

7. A

Ambas as alternativas são verdadeiras e citam os dois grupos distintos que constituíram o jogo de forças presente no Brasil no contexto da independência em 1822: o Partido Brasileiro e o Partido Conservador.

8. B

A Inglaterra não perdeu o interesse em ser parceira comercial do Brasil durante o Primeiro Reinado. Pelo contrário, foi o país que mais se beneficiou pelas vantagens fiscais desde 1808, quando houve a abertura dos portos, o que intensificou-se após a independência.

9. D

A afirmativa II está incorreta, pois naquele contexto o Partido Brasileiro era opositor de D. Pedro, que tinha ao seu lado comerciantes portugueses.

O novo Ministério, composto no início de 1822, foi chefiado por José Bonifácio, aliado do futuro imperador.

10. C

A economia do Brasil no Primeiro Reinado era baseada na exportação de produtos agrícolas e na importação de produtos manufaturados e industrializados da Europa, sobretudo da Inglaterra, o que gerava uma balança comercial desfavorável.

11. 20 (04 + 16).

O café não foi o principal produto de exportação brasileiro durante o Primeiro Reinado. A Constituição de 1824 não foi promulgada, e sim outorgada. O voto censitário não assegurava a igualdade entre os homens, pois excluía grande parte da população em virtude da renda. A Guerra da Cisplatina só fez crescer a oposição a D. Pedro I, uma vez que exigiu grandes gastos.

12. A

A Guerra da Cisplatina opôs Brasil e Argentina em uma disputa pelo controle da Província da Cisplatina. O conflito foi encerrado com a intermediação da Inglaterra e nenhum dos países saiu vitorioso. A região tornou-se um Estado independente, a República Oriental do Uruguai.

13. F, V, F, V, V

A questão cobra informações detalhadas a respeito de frei Caneca, o que não costuma ser abordado nos materiais didáticos. A primeira afirmativa é falsa. O jornal *O Diário Novo* foi fundado em 1842, muitos anos após a morte de frei Caneca. A terceira afirmativa também é falsa, pois o periódico *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* era dirigido por Cipriano Barata.

14. E

A Confederação do Equador declarou a independência de províncias do Nordeste brasileiro contra as políticas de D. Pedro I, consideradas autoritárias.

15. C

A abolição da escravidão não constituía uma pauta dos opositores ao Primeiro Reinado.

16. B

A Confederação do Equador decretou a separação de províncias do Nordeste, que formariam uma república, e opunha-se às políticas de D. Pedro I, tidas como excessivamente centralizadoras e autoritárias.

17. D

Como já comentado, após o fechamento da Assembleia Constituinte, em 1823, D. Pedro I passou a ser criticado como um monarca autoritário e absolutista.

Estudo para o Enem**18. A**

A independência é considerada o ato de fundação da nação brasileira e, por isso, é celebrada em festejos cívicos desde os anos imediatamente posteriores à sua proclamação. Esses festejos estão associados à construção de uma memória que visa instituir uma identidade nacional no Brasil.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

19. B

A Confederação do Equador teve como objetivo criar uma república composta por províncias do Nordeste, por considerar o governo de D. Pedro I autoritário e sem espaço para a autonomia provincial.

Assim, o Rio de Janeiro, sede do império, era criticado por centralizar o poder em detrimento das demais províncias.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

20. E

O trecho citado aborda a adoção de sobrenomes indígenas por diversos brasileiros no contexto da independência, o que indica um forte desejo de se distanciar da tradição legada por Portugal e pela colonização.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DEBEM

7 PERÍODO REGENCIAL E REVOLTAS REGENCIAIS

Comentários sobre o módulo

Trabalhe o período regencial como um todo, sem necessariamente explicar e abordar detalhadamente cada uma das regências, o que leva a uma memorização pouco produtiva.

O período das regências foi bastante conturbado e o estudo das revoltas regenciais leva a explorar, principalmente, as habilidades da competência 5.

Trabalhe as questões que envolvem os movimentos sociais ocorridos nesse período e os da atualidade.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- MATTOS, I. R. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- WERNET, A. *O período regencial (1831-1840)*. São Paulo: Global, 1982.

Sugerimos também a leitura e discussão de tópicos de *A casa das sete mulheres*, de Letícia Wierzchowski, que conta a trajetória de Bento Gonçalves e de seus familiares durante o processo da Revolução Farroupilha.

Exercícios Propostos

7. C

Os juízes de paz eram eleitos pelos cidadãos das províncias e tinham poder sobre o processo eleitoral e em relação a questões que afetassem a todos os que estivessem sob sua jurisdição.

8. B

A Regência Una de Araújo Lima foi marcada pelo regresso conservador, no qual foi instituída uma lei de interpretação do Ato Adicional aprovado durante o período em que os liberais controlaram o poder.

9. D

Conforme trabalhado na questão anterior, o Ato Adicional ampliou a autonomia das províncias, descentralizando o poder antes exclusivo ao Rio de Janeiro, capital do império.

10. C

A Guarda Nacional substituiu o Exército, pois tinha seus oficiais eleitos nas próprias províncias. Era vinculada diretamente às elites dessas regiões, que expandiram seu poder por meio do controle dessa força armada.

11. A afirmação está correta. Por meio da Guarda Nacional, as elites provinciais puderam exercer grande controle sobre as populações locais e conter revoltas que ameaçassem a unidade territorial do império.

12. C

Todas as mobilizações referidas pelo enunciado tiveram propósitos separatistas e de se desligar do poder central do império, favorecendo os interesses locais.

13. E

As revoltas regenciais inseriram-se em um contexto de grave crise política e institucional que se arrastava desde o Primeiro Reinado e culminou na abdicação do imperador em 1831. Tiveram caráter federalista, pois ambicionavam a emancipação das províncias e mobilizaram vários setores sociais. Por exemplo, basta pensar no aspecto altamente elitista da Farroupilha, no Rio Grande do Sul; e no caráter popular da Cabanagem, no Pará.

14. A

A Guerra dos Farrapos foi uma das mais longas revoltas da história do Brasil e estendeu-se até 1845. Foi encerrada com um acordo com o império, representado na figura de duque de Caxias, e com a anistia dos revoltosos, os quais eram integrantes da alta elite pecuarista da região.

15. A

A Revolta dos Malês foi conduzida por uma população escravizada que era originária de países africanos de religião muçulmana.

16. B

Os escravizados e libertos que conduziram a Revolta dos Malês eram originários de países africanos adeptos do islamismo. Uma das principais reivindicações do movimento foi acabar com a imposição do catolicismo pelo império.

17. C

A afirmativa II está errada, pois a Farroupilha encerrou-se com uma mudança nas políticas tarifárias por parte do império e com a anistia dos líderes revoltosos. A punição foi reservada apenas para os afrodescendentes que participaram do movimento e foram exterminados pela repressão imperial.

Estudo para o Enem

18. E

O período regencial foi marcado por intensas disputas políticas entre os partidos que ocupavam o poder e por revoltas provinciais que reivindicavam a separação do império. Conforme descrito no enunciado, também foi caracterizado pelo surgimento de uma nova realidade econômica, o café, a qual se beneficiou de antigas formas de organização social como a escravidão.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

19. C

Os estancieiros gaúchos que lideraram a Farroupilha revoltaram-se contra a política tributária do império que favorecia os produtos pecuários do Uruguai e não os da província do Rio Grande do Sul.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

20. B

O texto deixa claro o temor que o regente Diogo Feijó tinha em relação às revoltas separatistas, que poderiam fragmentar a unidade territorial do Brasil. Por isso o empenho em reprimi-las, chegando a recorrer às potências europeias.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO DO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

8 SEGUNDO REINADO: POLÍTICA, CULTURA E CRISE

Comentários sobre o módulo

O Segundo Reinado foi um período longo e, portanto, muito variado. Comente que, inicialmente, o reinado de D. Pedro II significou a estabilização de um país em convulsão. Ressalte que, ao longo de seu governo, a medição de forças entre a centralização e o federalismo intensificou-se. A divisão de forças entre conservadores e liberais estava consolidada e esses partidos começaram a se alternar no centro do poder, tendo o imperador D. Pedro II como eixo principal. Foi um período definidor para a nação brasileira, tanto na política como no aspecto social, reafirmando até nas cidades o sistema escravista e todo o preconceito que decorre dessa naturalização da violência.

Exploramos vários aspectos da história no Segundo Reinado, destacando a forma como os diferentes setores da vida social se conectavam nesse período. A análise dos fatores que desencadearam a abolição da escravidão e a queda da monarquia evidencia a conexão entre economia, política e sociedade. No aspecto cultural, no fim da monarquia já tínhamos a transição do romantismo para o realismo – Machado de Assis já estava em atividade – e a música da virada do século XIX para o XX tem suas bases ainda no período monárquico. Em termos políticos, a Proclamação da República explica-se pela própria monarquia.

Para ir além

Sugerimos a leitura e discussão de tópicos de:

- CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial brasileira*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.
- _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega/ Editora Sociologia e Política, 1974.

Exercícios Propostos

7. A

Não cabe, nesse contexto, falar em democracia, declínio da aristocracia rural ou enfraquecimento da monarquia. A questão ficaria mesmo entre o avanço dos conservadores ou vitória dos liberais – as duas correntes políticas mais importantes da época. Neste caso, trata-se de uma vitória liberal.

8. V: No Segundo Reinado, como em muitos períodos anteriores, o Brasil manteve-se como um país exportador de produtos agrícolas e a base da economia agrária e exportadora foi o trabalho escravo.

F: Na segunda metade do século XIX, houve expansão e diversificação da economia brasileira.

V: O barão de Mauá, além de promover a industrialização, criou a primeira ferrovia do país e o primeiro cabo submarino que ligava o Brasil à Europa.

F: Os imigrantes europeus tiveram tratamento diferenciado daquele concedido aos escravizados africanos, mas não desfrutaram de boas condições de trabalho ou salário. A autonomia dos imigrantes era relativa, pois em muitos casos eles ficavam presos aos proprietários rurais por dívidas e contratos que os forçavam a trabalhar em condições precárias.

9. E

A atuação do barão de Mauá ligou-se a uma tentativa de industrialização e modernização tecnológica do Brasil. Entre seus empreendimentos, constam a instalação da primeira ferrovia do país e do primeiro cabo submarino intercontinental.

10. E

Conforme já trabalhado em questões anteriores, na segunda metade do século XIX a economia brasileira expandiu-se e diversificou-se e a cafeicultura foi a principal agente desse processo.

11. A

A Lei de Terras, a abolição do tráfico negreiro e a reforma da Guarda Nacional foram medidas aprovadas em 1850, ou seja, no período mencionado no texto. Todas as outras alternativas apresentam medidas que datam de outros momentos da história do Brasil.

12. D

Com a abolição do tráfico negreiro, o império passou a substituir gradativamente a mão de obra escrava pela de imigrantes europeus assalariados. Nesse sentido, a Lei de Terras aumentou o valor das terras para impedir que os imigrantes e seus descendentes conseguissem a posse das terras trabalhadas, o que manteve o controle territorial brasileiro nas mãos da velha elite latifundiária.

13. C

Com a Lei Eusébio de Queirós, o Estado brasileiro passou a se preocupar com um projeto de substituição da mão de obra, promovendo campanhas de atração de imigrantes europeus para trabalharem nas lavouras cafeeiras do país. Esse momento histórico caracterizou-se pela modernização e diversificação da economia brasileira.

14. E

O período regencial entrou para a história do Brasil como um momento de grave instabilidade política e de sérios riscos para a unidade territorial, ameaçada por diversas revoltas separatistas nas províncias. O Golpe da Maioridade de 1840 foi um acordo entre as elites, que buscaram reforçar a centralidade administrativa e o poder do Estado.

15. D

Após a formação do Estado-nação, o Brasil buscou construir uma identidade nacional em que a natureza tropical e a herança indígena eram reforçadas como contrapontos a Portugal e ao passado colonial.

16. E

Os militares, sobretudo após o triunfo na Guerra do Paraguai, passaram a demandar cada vez mais espaço na política e na sociedade. Dessa maneira, opondo-se ao império, o Exército aderiu aos ideais positivistas e republicanos, especialmente de matriz francesa. Essa questão culminou na Proclamação da República em 1889, levada a cabo pelos militares.

17. B

A afirmativa 3 está errada porque a Guerra do Paraguai encerrou-se em 1870, não correspondendo a um acontecimento no período imediatamente anterior à Proclamação da República. Ademais, não havia consenso acerca da abolição entre os militares. Já a afirmativa 4 está incorreta porque duque de Caxias não fez parte do movimento republicano de crítica à monarquia.

Estudo para o Enem

18. E

O artigo citado possibilitava que os cidadãos se isentassem de servir à Guarda Nacional caso indicassem alguém para substituí-los. Tendo em vista

o contexto escravocrata e censitário do período, os cidadãos referidos eram os grandes proprietários rurais. Estes, por terem a posse sobre a vida de seus escravos, podiam transformá-los em “voluntários compulsórios”. Como recompensa, os escravizados que sobreviveram à Guerra do Paraguai obtiveram a liberdade. Dessa forma, a medida consistiu em um importante mecanismo de reestruturação social no contexto de crise do império e do escravismo.

Competência: Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade: Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

19. A

O principal meio de propagação dos ideais abolicionistas foi a imprensa.

Competência: Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

Habilidade: Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

20. A

No texto, Machado de Assis aponta o caráter cristão da memória construída acerca de Tiradentes no contexto de Proclamação da República e evidencia o aspecto cívico dessa figura, que tinha por objetivo fomentar o sentimento de nacionalidade em toda a população.

Competência: Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

Habilidade: Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO

MATERIAL DE USO EXCLUSIVO
SISTEMA DE ENSINO DOM BOSCO



Pearson

PRÉ-VESTIBULAR
SEMIEXTENSIVO

1



Pearson

www.dombosco.com.br



701625359